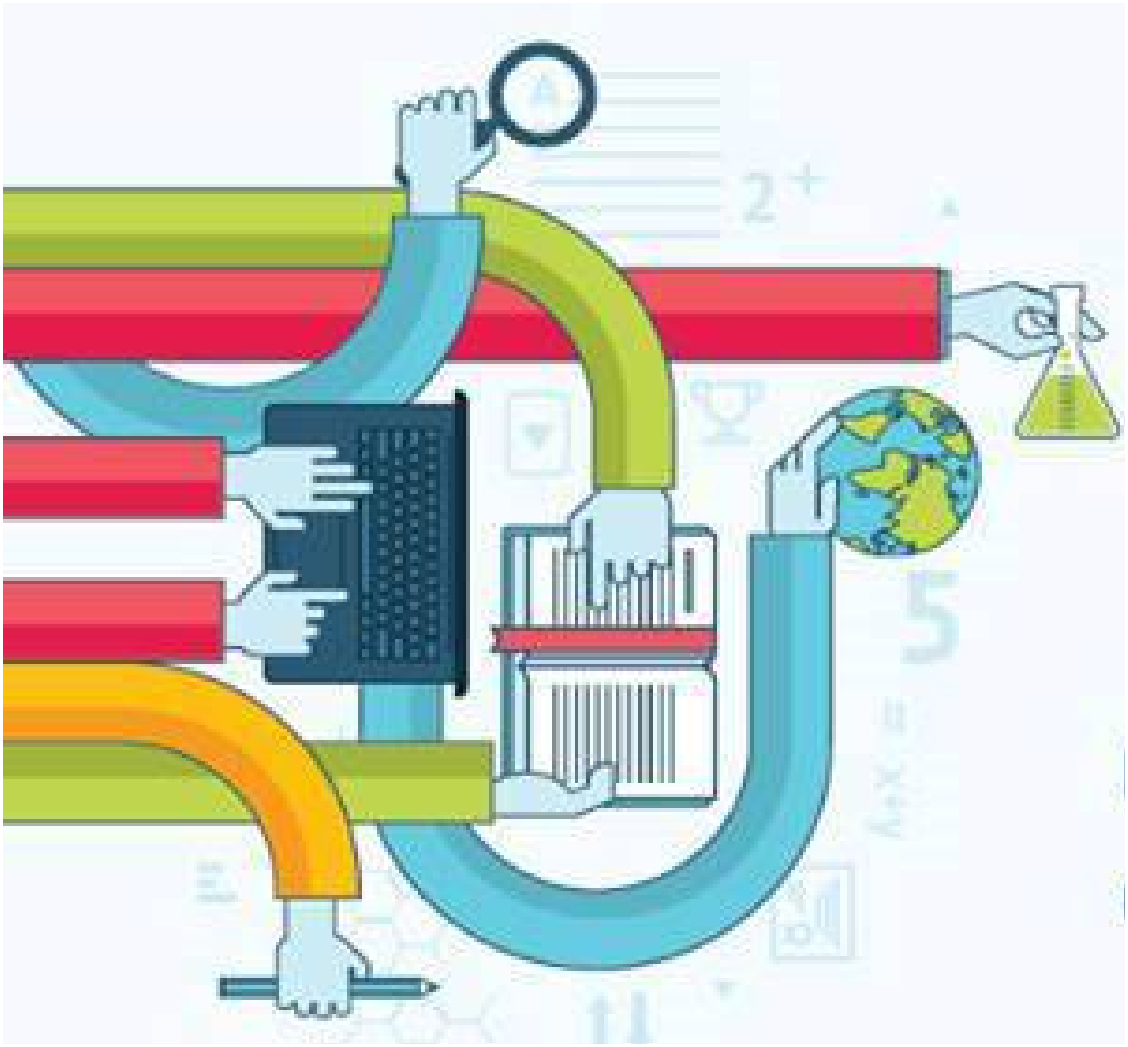
Anais do XI Enfoc

XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
IX FÓRUM DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
I PIBID - SEMINÁRIO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



2014

ANAIS DO XI ENFOC

XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
IX FÓRUM DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
I PIBID - SEMINÁRIO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER

ISSN 2177-0131

17 e 18 de Outubro, 2014
Curitiba / PR

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto o conteúdo apresentado é de sua exclusiva responsabilidade. Por assim ser, a coordenação do XI ENFOC do Centro Universitário Internacional UNINTER, A Coordenação de Pesquisa e Publicações Acadêmicas e seus assessores *ad hoc* não se responsabilizam por consequências decorrentes do uso de quaisquer dados, afirmações e/ou opiniões inexatas, ou que conduzam a erro, publicadas neste documento.

A Coordenação Geral do ENFOC

E56a Encontro de Iniciação Científica, IX Fórum Científico & I PIBID do Centro Universitário Internacional UNINTER (11.: 2014 : Curitiba, PR).

Anais do XI ENFOC: Encontro de Iniciação Científica, IX Fórum Científico & I PIBID do Centro Universitário Internacional UNINTER. - Curitiba: Grupo Educacional UNINTER, 2014.

p. 449

ISSN 2177-0131

1. Universidades e faculdades – Pesquisa. 2. Iniciação Científica – Congressos. I. Título.

Catalogação na publicação: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

REITOR

Prof. Dr. Benhur Etelberto Gaio

VICE-REITOR

Prof. Dr. Jorge Bernardi

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Alvino Moser

COORDENADOR DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

Prof. Dr. Mário Sérgio Cunha Alencastro

COORDENADORA PIBID – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Desiré Luciane Dominschek

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Drª. Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim
Profª. Me. Viviane Freitag
Prof. Dr. Doacir Quadros
Profª. Me. Karla Gobbo
Prof. Me. Paulo Negri Filho
Profª Me.Vera Lucia Pereira dos Santos
Prof. Dr. Rodrigo de Cássio da Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Mário Sérgio Cunha Alencastro

Profa. Me. Mónica Santos Pereira Defreitas Smythe

Profa. Me. Elys Regina Andretta Kraviski

Profa. Joice Diaz Titton

Viviane Trembulack

PARECERISTAS E AVALIADORES

Achiles Batista - UNINTER
Adriana Cristina Sambugaro de Mattos Brahim - UNINTER
Alessandra de Paula - UNINTER
Alvino Moser - UNINTER
Ana Marise Auer - BAGOZZI
Ana Paula Weinfurter Lima - UNINTER
André Francisco Matsuno da Frota - UNINTER
Andréa Benetti Carvalho de Oliveira - UNINTER
Audren Marlei Azolin - UNINTER
Aurélia Versalli - UNINTER
Camilla Damian Mizerkowski Crestani - UFPR
Cláudia Mara de Almeida - UNINTER
Daine Cavalcanti Silva - UNINTER
Daniel Soczek - UNINTER
Daniel Vieira da Silva - UNINTER
Desire Luciane Dominschek - UNINTER
Doacir Gonçalves de Quadros - UNINTER
Dulce de Almeida Torres - UNINTER
Edna Marta Oliveira da Silva - UNINTER
Edson Neves Barbosa - UNINTER
Elys Regina Andretta Kraviski - UNINTER
Eugenio Vinci de Moraes - UNINTER
Francisléia Giacobbo dos Santos – CETEC, Quedas do Iguaçu
Gisele Groehler Giesel - UNINTER
Guilherme Garbrecht - UNINTER
Gustavo Fontana - Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
Hélio Rubens Godoy Lechinewski - UNINTER
Inês da Silva Rabitto - UFPR
Ivo José Both - UNINTER
Izabel Cristina de Araújo - UNINTER
Jayr Ribeiro Junior – Secretaria de Segurança Pública
Jeferson Ferro - UNINTER
Joana Paulin Romanowski - UNINTER
Joice Diaz Titon - UNINTER

Julienne Perozin Garofani - UNINTER
Karla Lisandra Gobo - UNINTER
Kátia Cristina Dambiski Soares - UNINTER
Leonardo Mercher Coutinho Olimpio de Melo - UNINTER
Leonardo Rocha - UFPR
Luciana Pereira Jasinski Vieira – EDITORA POSITIVO
Ludmila Andrzejewski Culpi - UNINTER
Luiz Domingos Costa - UNINTER
Luiz Fernando Rodrigues Campos - UNINTER
Magda Branco Lohrer - UNINTER
Máira de Souza Nunes - UNINTER
Maria Letícia Rauen Vianna – Un. Ampére
Mariana Monfort Barboza - UNINTER
Mário Sérgio Cunha Alencastro - UNINTER
Marli Turetti Rabelo Andrade - UNINTER
Mónica Santos Pereira Defreitas Smythe - UNINTER
Nara Luz Chierighini Salamunes – Fac. Bagozzi
Nívea Canalli Bona - UNINTER
Olívia Carolina de Resende Basílio - UNINTER
Otacilio Evaristo Monterio Vaz - UNINTER
Paulo Negri Filho - UNINTER
Regiane Banzzatto Bérgamo - UNINTER
Regis Luis Rieger - UNINTER
Roberto Nicolato - UNINTER
Rodrigo de Cássio da Silva - UNINTER
Sônia Oliveira - UNINTER
Talita Juliana Sabião - UNINTER
Tânia Friugiuele Soares Agostinho - UNINTER
Thalita Martins da Silva Milczvski - TUIUTI
Vanessa Aparecida de Souza Fontana - UNINTER
Vera Lúcia Pereira dos Santos - UNINTER
Viviane da Costa Freitag - UNINTER
Viviane Maria Penteado Garbelini - UNINTER

APRESENTAÇÃO

Nos dias 17 e 18 de outubro de 2014 o Centro Universitário Internacional UNINTER promoveu o **XI ENFOC - Encontro de Iniciação Científica, IX Fórum Científico, I Seminário do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBID).** Sediado no Campus Garcez, o evento, em sua 11ª edição, recebeu 135 trabalhos inscritos, sendo 14 deles na modalidade a distância. Pesquisadores de 26 instituições, de várias cidade e regiões do Brasil, desde graduandos até pós-doutores, tiveram a oportunidade de apresentar seus trabalhos, compartilhando suas pesquisas e participando desse rico intercâmbio de conhecimento. É com grande satisfação que apresentamos os anais do XI ENFOC, que contempla os trabalhos apresentados com a diversidade característica do evento desde suas primeiras edições.

Mário Sérgio Cunha Alencastro

Coordenador de Pesquisa e Publicações Acadêmicas

SUMÁRIO

CIÊNCIAS HUMANAS.....14

O CORPO NA CRECHE - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL...15

TRANSDISCIPLINARIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO.....19

CONECTIVISMO E SOCIOCONSTRUTIVISMO: O QUE AS IDEIAS DE SIEMENS E VYGOTSKY PODEM TER (OU NÃO) EM COMUM?.....24

LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE PARA O USO DAS TICE.....28

DA ESFERA POLÍTICA ÀS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ.....31

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DO SÉCULO XX AO XXI.....35

EDUCAR NA DIVERSIDADE – FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA.....39

ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....43

BANDEIRA NEGRA PARA A EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA DE ENSINO.....47

O PEDAGOGO ESCOLAR E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES.....51

A INCLUSÃO E O ENSINO REGULAR.....54

O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE ARTE.....58

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CAMPUS CURITIBA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, PERÍODO 2009-2012. QUAL A COLABORAÇÃO QUE O EXAME DÁ ÀS INSTITUIÇÕES QUE DELE PARTICIPAM?.....61

LER E CONTAR HISTÓRIAS NA SALA DE AULA.....65

O PAPEL DA GESTÃO DIANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS.....69

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: QUESTÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO.....73

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O LETRAMENTO E PARA A ALFABETIZAÇÃO.....77

ANÁLISE DO DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA INTERFACE ESCOLA RURAL E URBANA EM BOCAIÚVA DO SUL-PR.....81

A IMPORTÂNCIA DA FAMILÍA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO BRINCAR.....84

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESTINADAS AOS ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE O USO DA ROBÓTICA NA SALA DE RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM.....88

FATORES QUE INFLUENCIAM O PROFISSIONAL DE ODONTOLOGIA A OPTAR PELA DOCÊNCIA.....93

O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA MOBILE PARA A CIDADANIA DIGITAL E EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....97

A TERCEIRA IDADE E A EJA: A AUTONOMIA TECNOLÓGICA.....101

O CURSO DE PEDAGOGIA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NO BRASIL. UM ESTUDO COMPARATIVO.....106

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS TECNOLOGIAS E DO FAZER PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCACIONAIS: PRESENCIAL, EAD E SEMIPRESENCIAL.110

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO EM EAD: QUESTÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DISCENTE.....114

O IMPACTO DA GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO.....118

SALA DE AULA INVERTIDA: UMA TENDÊNCIA INSERIDA NO ENSINO SEMIPRESENCIAL.....122

INCLUSÃO E INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: POSSIBILIDADES EM TURMAS HETEROGÊNEAS DE ENSINO REGULAR.....126

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TICs EM ESCOLA MUNICIPAL RURAL.....131

TRABALHO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EaD EM SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....134

UMA PROPOSTA DE OBSERVATÓRIO NAS ARTES PLÁSTICAS.....138

OS AVANÇOS E OS LIMITES NO USO DAS TICE NA ESCOLA PÚBLICA.....141

IDENTIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO COMO DIMENSÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DO PIBID.....145

O PIBID NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA: A INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....148

O PIBID NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, O CONTEXTO HISTÓRICO DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....152

HISTORIANDO NO PIBID UNINTER PEDAGOGIA: AS RELAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE COM A INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....156

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL NO PIBID.....160

A DOCÊNCIA NO PIBID: A PRÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR.....164
A OBSERVAÇÃO E A RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DO PIBID.....168

A EXPERIÊNCIA COM O PIBID: A FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL.....171

CULTURA, IDENTIDADE E PÓS-MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA.....174

DO ISLAMISMO AO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO.....178

ANTÓNIO CELESTINO – POETA E FILANTROPO DA LUSOFONIA.....182

CANTEIRO DA POESIA.....186

A LEITURA DAS VERSÕES CLÁSSICAS DO CONTO BRANCA DE NEVE A CRIAÇÃO DE TRAILERS: POSSIBILIDADES DE LETRAMENTO EM LÍNGUA INGLESA.....189

LITERATURA DE CORDEL E MORTE EM DE COMO O MULATO PORCIÚNCULA DESCARREGOU SEU DEFUNTO, DE JORGE AMADO.....193

DIÁLOGO INTERMIDIÁTICO ENTRE *TEMPOS MODERNOS*, DE CHARLES CHAPLIN, E *O SENTIMENTO DO MUNDO*, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.....196

JOÃO E MARIA: UM CONTO DE FADAS E SUAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NUM PROJETO DE LETRAMENTO EM LÍNGUA INGLESA.....198

O USO DA EMOÇÃO NA ELEIÇÃO – ANÁLISE DA CORRIDA ELEITORIAL DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2014.....202

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE RACIONALISTA DO GOVERNO LULA (2003-2010).....207

AS CANDIDATURAS FEMININAS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES DE 2014 212

PARTIDOS POLÍTICOS E A INTERNET: OS WEBSITES PARTIDÁRIOS E O ELEITORADO JOVEM PARANAENSE NAS ELEIÇÕES DE 2014.....216

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL: DISPARIDADES DE RECEITAS NAS ELEIÇÕES À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2010.....221

O PERFIL SOCIAL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NO PARANÁ EM 2014.....225

A PRIMAVERA ÁRABE E A (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NA TUNÍSIA.....230

AS MULHERES NO HGPE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO NO HORÁRIO ELEITORAL DAS CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADOR NA ELEIÇÃO DE 2012 EM CURITIBA.....233

GEOGRAFIA ELEITORAL: ESPAÇO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO DE CURITIBA EM 2012.....237

A DISTRIBUIÇÃO DO HGPE NA ELEIÇÃO PROPORCIONAL DE 2012 EM CURITIBA.....2

A PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS NA CÂMARA FEDERAL E SUA DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA (1945-1962).....245

AS ELEIÇÕES DE 2014 NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL METRO EM CURITIBA.....249

DIPLOMACIA INTELECTUAL E DIPLOMACIA TÉCNICA, UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA.....252

AS FORÇAS ARMADAS COMO ESTRATEGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL: O BRASIL E A *PEACEKEEPING*.....254
_Toc404347633
A EXPANSÃO DA PLATAFORMA MARÍTIMA DO BRASIL E A MODERNIZAÇÃO DA ARMADA NAVAL BRASILEIRA.....258

SOFT POWER E QUADRINHOS – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O USO DO DISCURSO DO GOVERNO AMERICANO SOBRE OS QUADRINHOS DO CAPITÃO AMÉRICA.....263

AS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO BRASILEIROS: ANÁLISE DE GASTOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....267

AS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS, CULTURAIS E DE POLÍTICA EXTERNA DO SEGUNDO REINADO (1840-1889) PARA A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....270

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL E A ANÁLISE DA COOPERAÇÃO BRASIL NAMÍBIA.....274

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.....277

ESTUDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE EM UM SISTEMA DE PRODUÇÃO: ENGINEER TO ORDER.....278

GÊNERO E IMPRENSA SINDICAL - A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS DO JORNALISMO SINDICAL DE CURITIBA.....282

JORNALISMO LITERÁRIO NO JORNAL GAZETA DO POVO.....286

NOVOS ATORES E O DESENVOLVIMENTO URBANO: CURITIBA, VOLVO E O PROJETO BRAZIL GREEN LIGHT.....290

O CASO MENSALÃO E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....294
DESORDEM ORGANIZADA: A DESORDEM PROPOSITAL COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING.....298

MUDANÇA DO NOME SOCIAL – CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE TRANS*, UMA FALA AUDÍVEL AOS ACADÊMICOS DO CURSO DE DIREITO OU RATIFICAÇÃO DO DISCURSO POSTO, *CORPOS ABJETOS*?...302

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 E OS PRECATÓRIOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM DIREITO CONSTITUCIONAL.....306

FLASH MOB: COMO A PUBLICIDADE UTILIZA ESSE FENÔMENO.....

PROJETO DE PRODUÇÃO DE WEBSITE PARA BANDA BRITÂNICA AMIDA.....313

DOIS SENHORES: JORNALISMO E LITERATURA NAS PÁGINAS DA REVISTA SENHOR.....319

A COBERTURA ELEITORAL DE 2014 NO JORNAL METRO EM CURITIBA.....324

POLÍTICA E INTERNET: O USO DAS TIC'S PELOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NO PARANÁ EM 2014.....327

OTIMIZAÇÃO DE LAY OUT PRODUTIVO.....332

ANÁLISE SOBRE O ATO DE CORRUPÇÃO PRATICADO PELO REPRESENTANTE DA JURISDIÇÃO ESTATAL 335

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE JUNHO DE 2013 PELO VIÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA.....339

IMPACTO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NA VANTAGEM COMPETITIVA DAS ORGANIZAÇÕES.....343

UMA ANÁLISE DOS DIFERENTES IMPACTOS QUE OS ENCARGOS LEGAIS IMPÕEM SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS PLÁSTICOS.....347

O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DA EQUIPE DE TRABALHO BASEADO NA HARMONIA DOS SEUS RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS.....351

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM CALL CENTER.....355

A EXPANSÃO DA ONDA HALLYU: A GLOBALIZAÇÃO E INFLUÊNCIA CULTURAL NO BRASIL.....359

O ESTADO DA ARTE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL (1991-2012): O IMPACTO DAS IDEIAS SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO MERCOSUL.....363

PROJETO DE AUTOMAÇÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS NA PRENSAGEM DOS CABOS DE VELA.....367

JORNALISMO ALTERNATIVO: UMA OUTRA FORMA DE COMUNICAR.....371

ANÁLISE DE BALANÇO COM O USO DE ÍNDICES-PADRÃO: UM ESTUDO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA COPEL *VERSUS* SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA BM&FBOVESPA.....375

MODELOS DE GESTÃO URBANA: O CASO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO RIO E DO CENTRO DE COMANDO OPERACIONAL DE CURITIBA.....379

PROJETO LIA – LAZER INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE.....383

QUALQUER UM PODE PLANEJAR: A PROCURA DE GRANDES ARTISTAS.....387

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....390

O DESENVOLVIMENTO, A EDUCAÇÃO E A GESTÃO AMBIENTAL URBANA: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....391

O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA NO AGRONEGÓCIO DE PRODUTOS ORGÂNICOS.....395

UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE, AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 400

SUSTENTABILIDADE E UMA ABORDAGEM CONCEITUAL NO CONTEXTO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO 404

A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM-CE.....408

BIBLIOMETRIA SOBRE SMART CITY.....412

PROPOSTA DO SISTEMA FITO-PEDOLÓGICO NO TRATAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS DE TERESINA-PIAUÍ VISANDO A DIMINUIÇÃO DA POLUIÇÃO DO RIO POTI.....415

PROJETOS ELÉTRICOS SUSTENTÁVEIS EM INSTITUIÇÃO DE CARIDADE: CURITIBA-PR.....4158

AEROMÓVEL: DE UM PROTÓTIPO ANTIGO E POUCO VALORIZADO A UMA ALTERNATIVA NA MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE POR ALEGRA.....41522

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO.....426

O PAPEL DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UNIDADES ESCOLARES....427

FATORES QUE DIFICULTAM A ADOÇÃO DA GESTÃO DO SANGUE EM PACIENTES CIRÚRGICOS.....431

O FARMACÊUTICO NA CONSCIENTIZAÇÃO Á EQUIPE DO NASF QUANTO AO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS EM SETUBINHA-MG.....435

PREVALÊNCIA DE DORES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PROFESSORES DE UMA IES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.....439

PARÂMETROS HEMATOLÓGICOS EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.....443

ÍNDICES POR NOMES.....447

CIÊNCIAS HUMANAS

O CORPO NA CRECHE - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Graduação
Aline Fernanda de Oliveira
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
Pedagogia
Orientadora: Maria Cristina Borges da Silva
enila_pink@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Corpo. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

A finalidade desta pesquisa é identificar e analisar, no discurso e na prática dos professores de educação infantil do município de Campo Magro, possíveis Representações Sociais sobre o corpo da criança. Para tanto, utilizaremos a Teoria das Representações Sociais, descrita e desenvolvida por Serge Moscovici e seus seguidores com o seguinte questionamento: Como as representações sociais refletem a concepção de corpo da Instituição de Educação Infantil de 0 a 3 anos?

AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DE CORPO NA HISTÓRIA

A pesquisa apresenta um breve percurso histórico, sobre as perspectivas do corpo, chegando ao contexto da educação infantil, em especial na creche. Observamos que os estudos sobre o corpo não são recentes, sendo abordados por diferentes modelos educacionais ao longo da história. Desde os primeiros registros humanos há indicadores da importância do corpo. Este não era visto como uma parte isolada do restante da natureza, mas dependia dos elementos da natureza e seu equilíbrio estava intimamente conectado ao equilíbrio com o ambiente. Na Antiguidade, em especial na Grécia, havia a clara importância da conservação do corpo perfeito e saudável, sendo excluídos aqueles considerados imperfeitos e deficientes (OLIVEIRA, 2010). No período da Idade Média, com a disseminação do cristianismo, o corpo tornou-se algo velado e a sociedade passou a conviver com a concepção cristã do pecado original. Com o advento do Renascimento surge o Humanismo, “que resgatou o papel e a importância do ser humano em oposição ao poder e a dominância da Igreja”. O corpo volta a ter importância tanto no meio médico, quanto nas preocupações pedagógicas (OLIVEIRA, 2010). Na modernidade, surgem nas diversas áreas do conhecimento epistemologias para o corpo, e os “estudos do corpo” somam-se aos “estudos da criança” (SILVA, 2003). Na Contemporaneidade encontramos “uma grande ênfase os cuidados e estudos sobre o corpo, provavelmente pela urgência de um projeto de libertação desse” (SILVA, 2012, p.219). Uma das marcas do corpo na Contemporaneidade é uma forma de narcisismo dirigido, criado sobretudo pela mídia para controlar a população, onde cada qual deve investir em seu corpo, buscando seguir os modelos de massa, semelhante a mercadorias expostas constantemente (BAUDRILLARD, 1996).

Seguindo para as reflexões sobre a temática do corpo na Educação Infantil destacamos que estas não são recentes, se mostrando como uma importante problemática

multidisciplinar e objeto de investigação (SILVA, 2012). Estas discussões estiveram presentes direta ou indiretamente desde as primeiras perspectivas pedagógicas, porém quase sempre de uma forma dicotômica, que separava o corpo da mente. Assim, as questões que discutem o corpo são influenciadas pelos processos de socialização, pois as nossas experiências de vida e os significados que formulamos têm uma dimensão corporal. “O corpo é uma variável na interação social. Corpos não são estáticos, estão em constante movimento e mudança (...). Isto é particularmente verdadeiro para as crianças” (STROPASOLAS, 2012, p.164).

Quando se fala do corpo na creche, é muito natural logo o associarmos a locais onde a educação do corpo é voltada para o convívio com regras. A criança muito cedo passa a viver em uma rotina com horários regulamentados e a vida cotidiana organizada em tempos fixos, por exemplo: “hora do soninho”, “hora do parque”.

Segundo Louro (2000), quando se entra em uma sala de aula a primeira impressão que temos é de que há apenas cabeças, que o corpo ficou para fora da escola. A autora cita que isso não deve ser surpreendente, já que somos formados no “contexto filosófico do dualismo ocidental, (que) leva-nos a operar, em princípio com a noção de uma separação entre o corpo e a mente”. Esta separação embora esteja presente dentro da Educação Infantil não deveria acontecer principalmente no recorte etário de 0 a 5 anos.

ALGUNS RESULTADOS A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DAS ASSOCIAÇÕES LIVRES

As Representações Sociais são uma forma de pensamento coletivo ou, conforme Costa (2009), uma “ciência coletiva”. Moscovici (2003) considera que não se tratam apenas de opiniões emitidas sobre fatos, mas uma interpretação elaborada do real.

Seguindo esta teoria, buscamos primeiramente observar como já se compreendeu, e se concebeu o corpo ao longo da história, para analisarmos de que forma o corpo é representado dentro das instituições de educação infantil de Campo Magro hoje, por meio da pesquisa com professores que atuam nesta etapa de ensino.

A preocupação com o corpo dentro das instituições de educação infantil não é inexistente, porém na maioria das vezes tem o objetivo de punir, de condicionar e converge para o que Focault (1987) chamou de “docilização dos corpos”.

Para respondermos aos questionamentos apresentados anteriormente, realizamos entrevistas com 25 professores atuantes nos Centros de Educação Infantil no referido município, utilizando o método de associação livre, que consiste em evocar palavras a partir de uma (ou mais) palavra indutora. Na presente pesquisa o participante deveria mencionar 5 (cinco) palavras que lhe viessem à cabeça, ao ouvir a frase: “O CORPO NA INFÂNCIA”.

Dentre as 100 (cem) palavras mencionadas pelos participantes as mais citadas foram: DESENVOLVIMENTO, MOVIMENTO, CONHECIMENTO, COORDENAÇÃO, HIGIENE, MOTRICIDADE, VIOLÊNCIA. Agrupando as palavras *movimento, coordenação* e *motricidade*, temos cerca de, 21% das palavras, relacionadas ao desenvolvimento motor da criança. Outras 30 (trinta) palavras citadas (32,5%) mencionavam atividades físicas e conceitos motores como: brincar, equilíbrio e correr. A apresentação destes aspectos na pesquisa revela a compreensão do corpo, apenas com função de desenvolvimento motor, estes conceitos revelam uma representação emergente entre os professores: *o corpo em movimento na educação infantil*, percebemos, que aparecem como elementos importantes dentro do processo, ao menos no que expressam seus discursos. É possível perceber assim a clara separação entre o corpo e a mente da criança, ou o corpo e seus sentimentos. Valoriza-

se ou somente o desenvolvimento motor da criança ou contrariamente apenas seus aspectos cognitivos. O que se observa é que nas palavras evocadas pelos professores muito pouco se ponderou sobre a amplitude que o termo *corpo* pressupõe, no sentido em que este se coloca para além do aspecto motor, mas sim, social e relacional. Das 100 (cem) palavras apenas 18 (dezoito) referiam-se a conceitos que pudessem evocar a interpretação do corpo em sua totalidade, ou que considerassem sua condição de individuo dotado de sentimentos e expressões, algumas delas*: amor, afeto, inteligência* e *carinho*. Existem também no discurso das palavras evocadas pelos professores e professoras algumas palavras, como: VIOLÊNCIA, RIGIDEZ, LIMITE e MARIONETES.

> Os modos de relação com o bebê são tradicionalmente mascarados por um viés disciplinador e de controle (o que se expressa por rotinas rígidas, pelo contágio do modelo dos "trabalhinhos" da pré escola, pelo cuidado como conjunto de ações instrumentais e mecânicas) (GUIMARÃES. 2011, p. 35).

Estas apresentam ainda uma representação importante entre as professoras de que, mesmo que muitas vezes velada, há uma cultura que além de não priorizar e valorizar o corpo da criança prende-o e condiciona-o a comportamento e regras rígidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, é possível observar que há uma tentativa por parte dos docentes de educação infantil em ressignificar o corpo dentro de nossas instituições, mas ainda parece que nos encontramos perdidos. É muito difícil discutir o corpo na educação, pois fomos “levados a esquecer que somos do corpo, de que nossas comunicações cotidianas com mundo acontecem através dele e com ele” (FIGUEIREDO, 2009, p.19).

Cabe agora, na continuidade da pesquisa, compreender também como os professores e professoras compreendem o termo rotina, termo muito utilizado pelas instituições de educação infantil e o que compreendem como prioridade no trabalho do docente nesta área. Buscando aprofundar os estudos no que tange as Representações Sociais do corpo no ambiente da creche, dos professores de educação infantil.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte.* São Paulo: Loyola, 1996.

COSTA, Cleusa Vieira Da. *Representações Sociais sobre a Educação infantil- as vozes das professoras.* 157 p. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Humanidades e Direito. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2009.

FIGUEIREDO, Marcio Xavier Bonirino. *Corporeidade na escola: Brincadeiras, jogos e desenhos*. 6ª edição. Pelotas: Editora Universitária UFP e I, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. O nascimento da prisão.* Tradução Raquel Ramalhete. 32ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Daniela de Oliveira. Técnicas corporais, cuidado de si e cuidado do outro nas rotinas com bebês. In: ROCHA, Eloisa A.C. KRAMER, Sonia. *Educação infantil-Enfoques em diálogo.* Capinas: Papirus, 2011. 3º edição. P. 35-52.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, escola e identidade. Educação e Realidade.* Porto Alegre: v. 25, n. 2, jul./dez. 2000

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise.* Petrópolis: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de. *Corpo em movimento na Educação Infantil: concepções e saberes docentes que permeiam as práticas cotidianas.* 135 p. Tese de Pós-Graduação. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

PATRIOTA, Lucia Maria. *Teoria das representações sociais: contribuições para a apreensão da realidade.* Serviço Social em revista. Londrina: v. 10, n.01, 2007.

_____. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. In. *Cadernos Cedes.* Campinas: Ano XIX. n.48, p.7-29, 2009.

SILVA, Mauricio Roberto da. Exercícios de ser criança. O corpo em movimento na Educação Infantil. In: ARROYO, Miguel; SILVA, Mauricio Roberto da. *Corpo e Infância: Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos.* Petrópolis: Vozes, 2012. P. 213-239.

_____ Trama doce-amarga- exploração do trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo/Ijuí: Hucited/Unijuí, 2003.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os significados do corpo nos processos de socialização de crianças e jovens do campo. In: ARROYO, Miguel; SILVA, Mauricio Roberto da. *Corpo e Infância: Exercícios tensos de ser criança por outras pedagogias dos corpos.* Petrópolis: Vozes, 2012. P. 153-183

TRANSDISCIPLINARIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Graduação
Danya Polak e Ana Paula Marcon
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Publicidade, Propaganda e Marketing/ Pedagogia
danyapolak@hotmail.com; anapaula.marcon@hotmail.com
Orientadora: Margarete Costa

PALAVRAS-CHAVE: Altas habilidades/superdotação. Transdisciplinaridade. Educação especial.

INTRODUÇÃO

Frequentemente convive-se com uma pessoa com altas habilidades/superdotação, sabe-se que ela é especial mas não há clareza de como agir nem distinguir esta pessoa. Aproximar-se da definição de aluno superdotado é necessário para que se possa melhor conhecê-lo e assim estimular e inseri-lo a sociedade.

Quando se consegue distinguir o aluno que tem altas habilidades/superdotação de um aluno que não tem; o que deve o educador fazer para ajudá-lo a não sentir-se excluído e fazer parte importante da sociedade? Pergunta como esta é frequente em escolas de todo o Brasil. Deve-se considerar também o fato do Ministério da Educação tratar os alunos com altas habilidade/superdotação como aluno “especial”, faz parte do público-alvo da modalidade de Educação Especial, assim como os alunos com deficiência física neuromotora, sensoriais e intelectuais. Entretanto, tem-se observado que não é dado o devido atendimento aos alunos e, tampouco há investimento na formação continuada dos professores com relação a este alunado, bem como da carência de uma rede de apoio à família, escola e comunidade. Há, em sua grande parte nas capitais dos Estados, um núcleo de atendimento chamado de NAAH/S (Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação) que no Paraná, localiza-se em Londrina. Porém, se os professores e pedagogos das escolas não forem capazes de observar e saber que aquele aluno apresenta alta habilidades/superdotação e se não derem o atendimento adequado, este jovem pode sofrer danos que o prejudicarão na sua formação.

CONCEITOS

Primeiramente deve-se dar “nome aos bois” e buscar as devidas definições; de acordo com o Mistério da Educação o termo altas habilidades/superdotação são sinônimos. No site do MEC encontramos esta definição para alunos superdotados:

> A Política Nacional de Educação Especial (1994) define como portadores de altas habilidades / superdotados os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica especifica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora. (BRASIL, 2006, p.12)

Porém, conforme Fleith e Alencar (2007, p.147) “o termo altas habilidades” dá maior ênfase ao desempenho do que às características da pessoa, enquanto o termo “superdotado” sugere habilidades extremas.

Joseph Rensulli, citado por Karine Sefrin Speroni, renomado pesquisador da área, em sua concepção de superdotação define o comportamento do superdotado a partir de sua teoria intitulada como Teoria dos Três Anéis:

> O comportamento de superdotação consiste nos comportamentos que refletem uma inteiração entre os três grupamentos básicos dos traços humanos sendo estes grupamentos habilidades gerais e/ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. As crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desempenho humano. (RENZULLI e REIS, (1986), citado por Karine (2007).)

A seguir o infográfico da teoria de Renzulli explicado anteriormente:

Modelo de Três Anéis:



Fonte: Renzulli, 2014.

O autor concebe que o comportamento de superdotação é o resultado da integração das categorias e o comprometimento com a tarefa (motivação) aliada aos elevados níveis de criatividade juntamente com a habilidade acima da média. Apontando daí a dificuldade de reconhecer elementos únicos para sua identificação.

NA ESCOLA

O Aluno com altas habilidades/superdotação pode não necessariamente ser o melhor aluno da turma, o que possui o melhor desempenho em todas as matérias, mas pode ser aquele aluno que se destaca muito em português e possui a atuação menor em matemática. Pode ser confundido como indisciplinado, ou ser considerado como o aluno que tem um mau comportamento em sala de aula, mas tem altos níveis de comprometimento com matérias como física, música, teatro etc. Observa-se que para este aluno a sala de aula é pouco, seus pensamentos e desejos de aprendizado vão além do que é dado normalmente em sua turma, e é neste contexto que acontecem alguns "problemas" e a escola, para ajudá-lo, pode optar pela aceleração, uma das práticas educacionais destinadas a estes alunos. Entretanto, observações indicam que esta prática é apropriada apenas para alguns alunos e, que não seja a forma mais própria para todos os alunos superdotados.

Muitas vezes na escola não há um profissional especializado e capaz de identificar este aluno. Por vezes são encaminhados para avaliação e acaba-se fazendo diagnósticos errôneos como hiperatividade e/ou déficit de atenção fazendo com que os pais busquem um tratamento para estas especificidades que talvez faça a criança não ser encorajada a explorar suas habilidades. Pois a criança sabe que é diferente de seus colegas etários, mas não entende o porquê, e sendo diferente dos padrões de "normalidade" que a sociedade impõe o faz sentir-se excluído socialmente.

TRANSDISCIPLINARIDADE

Transdisciplinaridade é uma modalidade de conceber o conhecimento diferentemente do que se está habituado no universo escolar, este é fragmentado e organizado rigorosamente em disciplinas. Transdisciplinar é articular os diferentes campos do conhecimento, sem impor o domínio de uns sobre os outros, fazendo um diálogo entre esses, relacionando com o contexto social que se está inserido.

De acordo com Costa (2004) é necessário propiciar um diálogo entre os campos do conhecimento, pois todos os campos do conhecimento devem ser vistos com a mesma contribuição, e a transdisciplinaridade é uma forma de superar o trabalho pedagógico da disciplina que é fragmentado, limitado, é ir além é a busca da articulação dos diferentes conhecimentos.

A transdisciplinaridade segundo Rodrigues (2010) surge da pressão de consagrar um diálogo entre as diversas disciplinas sem a imposição de um saber sobre os outros.

O termo transdisciplinar dá a ideia de ultrapassar os limites da disciplina, um processo que rompe as barreiras entre os campos de conhecimento, um diálogo entre as disciplinas, é um olhar para a totalidade e não para as partes. De acordo com Basarab Nicolescu, citado por Rodrigues (2000), sugere que a transdisciplinaridade no movimento que se estabelece "entre", "através" e para "além" das disciplinas cuja dinâmica consolida-se na "coerência", na "legitimidade" e na "articulação" de saberes que se desdobram no seu difícil exercício.

Para Santos (2008 p.75) "o conhecimento transdisciplinar associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar". Isso significa que o conhecimento transdisciplinar ele se baseia na própria disciplina, e se associa ao movimento da realidade.

Um bom exemplo seria um trabalho com um projeto na escola "alimentação saudável" que a princípio parece algo que tem relação apenas com ciências, mas a partir desse tema pode ocorrer um diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, como esses

alimentos chegaram ao Brasil, por exemplo, como é o crescimento, eles nascem em árvores ou no chão, combinações de cores dos alimentos, textura, peso, tamanho, pratos típicos, as vitaminas, formas que se encontra no mercado, em que época esse alimento cresce. A partir desta atividade com abordagem transdisciplinar o aluno com altas habilidades/superdotaçãocom interesse pela temática poderá continuar com maior profundidade buscando elaborar uma produção criativa e original a partir da orientação de especialistas das áreas trabalhadas pela transdisciplinaridade.

SALA DE RECURSOS E ATIVIDADES TRANSDISCIPLINARES

A Sala de Recursos (SR) consiste num serviço de apoio educacional especializado, de caráter diversificado, oferecido pela escola regular, no período contrário àquele em que o aluno está matriculado na série que frequenta. Conta com um professor especialista em educação especial em um espaço físico (sala de aula) apropriado e equipado com os instrumentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades previstas.

A sala de recursos (SR) é um espaço físico de apoio pedagógico especializado de modo diversificado, oferecido em escola regular, no contraturno em que o aluno está matriculado. A sala é equipada com os instrumentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades previstas e dispõe de um professor especialista em educação especial (MORI; BRANDÃO, 2009).

O referido serviço de apoio especializado tem como característica a suplementação ou enriquecimento dos conteúdos escolares do currículo formal, bem como de temas que não estão presentes nos currículos convencionais, mas que sejam considerados pertinentes pelos professores e de interesse dos alunos. As atividades desenvolvidas no programa podem ser realizadas em grupos ou individualmente, de acordo com um cronograma a ser organizado pelo professor. A utilização de uma metodologia diferenciada, com recursos que atendam às necessidades específicas dos alunos com AH/SD, contempla, segundo seus idealizadores, as reivindicações de uma escola inclusiva, democrática e para todos.

Segundo Mori e Brandão (2009), o serviço de apoio especializado é caracterizado pelo complemento ou enriquecimento dos conteúdos escolares do currículo convencional, e também com temas que não estão inseridos nesse currículo, porém que sejam considerados importantes pelos professores e de interesse dos alunos. As atividades podem ser realizados em grupos ou individuais, de acordo com o cronograma organizado pelo professor.

A sala de recursos traz para o aluno superdotado o apoio ao sucesso acadêmico, lá o aluno é estimulado e direcionado para seu desenvolvimento intelectual, trabalhando os temas em que se interessa e apresenta habilidades, desenvolvendo projetos, e sendo encorajados na produção criativa. Cada aluno é um pesquisador nato do assunto de interesse. Observa-se que nas salas de aula regular o aluno com AH/SD nem sempre encontrará seus pares intelectuais e atividades de enriquecimento, e na sala de recursos terá então a possibilidade de se desenvolver de maneira saudável, podendo então buscar aprofundamento e estudar teatro, pintura, desenho, robótica, física e outras áreas do conhecimento de forma transdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário termos em cada escola um profissional que saiba identificar e direcionar este aluno a sala de recursos para então ele ter um bom desenvolvimento acadêmico, para

se sentir inserido na sociedade por meio de outros alunos como ele, e para não ter problemas psicológicos devido ao fato de ser diferente.

A transdisciplinaridade presente nas atividades de aprofundamento e enriquecimento curricular destinado aos alunos com AH/SD é uma das ricas possibilidades de intervenção. Permite que o aluno possa ampliar os conhecimentos a partir do contato com diversos especialistas e áreas do conhecimento em sua busca por respostas e formação de habilidades para a produção de suas obras originais e criativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. [2. ed.] / coordenação geral

SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

FLEITH, Denise de Souza; ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de (Orgs). **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades:** orientações a pais e educadores**.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

SANTOS, A. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação**: cinco princípios para resgatar o elo perdido. 186º Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

RENZULLI, J. S. Modelo dos Três Anéis. Disponível em: ttp://2.bp.blogspot.com/_lTrICLwJCKg/SzveLbMvcAI/AAAAAAAAAB8/n0uHoyOklQ4/s320/modelo_renzulli.gif Data de acesso: 11 set. 2014.

PARANÁ, Programa Dia-a-dia Educação Ed. Inclusão- sala de recursos. (parte 1). Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=15900&type=video.

RODRIGUES, M.L. Caminhos da Transdisciplinaridade- fugindo a injunções lineares. Revista Serviço Social e Sociedade, nº64, anoXXI, Nov/2010. Disponível em: < http://www.pucsp.br/nemess/links/artigos/marialucia3.htm>. Acesso em: 07 set. 2014.

SPERONI, Karine Sefrin. **A inteligência emocional e suas implicâncias no processo de desenvolvimento potencial de sujeitos com características de altas habilidades.** IV congresso Brasileiro Multidisciplinar de educação especial, Londrina. Outubro de 2007. http://www.psiquiatriainfantil.com.br/congressos/uel2007/013.htm

MORI, N.N.R., BRANDÃO, S.H.A. **O atendimento em salas de recursos para alunos com altas habilidades/superdotação: o caso do Paraná.** Revista Brasileira de Educação Especial, nº3, v. 15, São Paulo, Set/Dez.2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382009000300011&script=sci_arttext. Acesso em: 20 set. 2014.

SOCHER, L.G. **Dinâmica e biomassa aérea de um trecho de Floresta Ombrófila Mista Aluvial no município de Araucária, Paraná.** 2004. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

COSTA, Margarete T. A. **Projetos Transdisciplinares:** Uma Possibilidade de Educação Científico-Tecnológica e Sócio Histórica para os que vivem do trabalho. 2004.118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

CONECTIVISMO E SOCIOCONSTRUTIVISMO: O QUE AS IDEIAS DE SIEMENS E VYGOTSKY PODEM TER (OU NÃO) EM COMUM?

Trabalho premiado com o 2º lugar na categoria Fórum Científico

Pós-graduação
Edna Marta Oliveira da Silva
Bolsista do CNPq
UFPR - Universidade Federal do Paraná
Pós-graduação *stricto sensu* em Estudos Linguísticos
Orientadora: Profª Drª Clarissa Menezes Jordão
tecasilva@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: TIC. Conectivismo. Teorias de aprendizagem. Socioconstrutivismo

INTRODUÇÃO

Ir à escola é uma rotina de uma parcela da população há muito tempo. Depois do núcleo familiar, é no espaço escolar que socializamos com outras pessoas e que entramos em contato com o conhecimento acadêmico, estruturado e validado pelo que a sociedade considera como o mais importante para a sobrevivência humana. Por ter a função de preparar o indivíduo em sua formação enquanto cidadão apto a exercer o seu papel como tal, espera-se da escola a consonância com o que acontece com o mundo. Pensando em um mundo tal como vivemos na atualidade, impossível não perceber o quanto ele é permeado pelas tecnologias de informação e comunicação (as TIC), a ponto de sermos dependentes de tais artefatos nas situações mais corriqueiras do nosso dia a dia. Compartilho as ideias de Kenski (2007, p. 41) quando a autora afirma que "as alterações sociais decorrentes da banalização do uso e do acesso às tecnologias eletrônicas de informação e comunicação atingem todas as instituições e espaços sociais". Entendo, pois, com base em tal assertiva que a escola - enquanto também responsável pela formação cidadã – não pode ficar à parte das mudanças oriundas das TIC.

Como professora de língua inglesa, tenho sido testemunha da dificuldade com a qual maioria dos professores tem se deparado em suas tentativas de incorporar as TIC em suas práticas pedagógicas. Além disso, boa parte dos alunos já tem um alto nível de afinidade com tais artefatos, pois nasceram imersos no mundo digital – os "nativos digitais", para usar a expressão de Prenski (2001). Para este autor, houve uma mudança radical no

comportamento desses "nativos digitais". Prenski (2001) constata que não se pode mais ensinar a esses alunos da mesma forma como ensinávamos antes do advento das TIC e afirma que "os alunos de hoje não são mais as mesmas pessoas para quem o nosso sistema educacional foi desenhado para ensinar.[1]" (PRENSKI, 2001, p. 1). Assim, com a mudança no perfil de nossos alunos, aliada à inserção das TIC no espaço escolar, é pertinente questionarmos até que ponto as teorias tradicionais de aprendizagem podem ainda dar conta ou, ao menos, tentar explicar como a nova forma de aprender mediada pelas TIC ocorre com nos nossos alunos "nativos digitais".

DESENVOLVIMENTO

Segundo Mattar (2013, p. 22), há pesquisadores que apontam para a necessidade de "novas teorias, ou no mínimo uma revisão dessas teorias tradicionais, para suportar as novas práticas de aprendizagem em educação online, plataformas da web 2.0, redes sociais e dispositivos móveis". E, uma proposta que surge é a de Siemens (2004) e a sua teoria conectivista. O conectivismo de Siemens pressupõe que os artefatos tecnológicos executam funções que antes eram essencialmente humanas, inclusive no compartilhamento de experiências. É por meio da tecnologia que são criadas conexões em atividades de aprendizagem nas quais seria impraticável a experiência pessoal para adquirirmos conhecimento, pois a quantidade de informações que temos ao nosso dispor, nos dias de hoje, cresce de maneira exponencial. Esse é um cenário oposto ao que havia há alguns anos, antes do advento das TIC, quando "a vida do conhecimento era medida em décadas[2]" (SIEMENS, 2004). Para Siemens (2004), escolher a informação mais adequada, a mais precisa ou aquela que supra uma necessidade, nas conexões que formamos ou das quais fazemos parte, é uma habilidade premente da era digital.

Adquirir conhecimentos na era digital, portanto, reside em nossa competência de formar conexões e em nossa capacidade de avaliar aquilo que nos é mais relevante. Isso é o que sustenta o aprendizado no ambiente em rede (SIEMENS, 2004). De acordo com Siemens (2004), "escolher o que aprender e o significado da informação recebida são vistos sob a ótica de uma mudança da realidade"[3] (SIEMENS, 2004). A questão do aprendizado e do conhecimento em rede reside, portanto, na qualidade de uma rede altamente conectada e que sofre adaptações à medida que as interferências dos indivíduos forem sendo percebidas. Com isso, pode-se perceber a importância dada ao contexto social aqui envolvido. Wenger (2008) corrobora as ideias de Siemens, quando afirma que todos nós pertencemos a grupos, seja no trabalho, no ambiente acadêmico ou em alguma atividade de lazer e que ele chama de "comunidade de prática". Tal como a rede conectada, a comunidade de prática não somente muda nossa forma de viver, como também sofre influências daquilo que trazemos para dentro do grupo.

Penso que, nesse sentido, talvez a teoria de Siemens se aproxime da teoria socioconstrutivista de Vygotsky (2007). Para Vygotsky (2007), um aprendiz internaliza uma

[1] No original: "Today's students are no longer the people our educational system was designed to teach".

[2] No original: "the life of knowledge was measured in decades"

[3] No original: "Choosing what to learn and the meaning of incoming information is seen through the lens of a shifting reality".

informação oriunda do ambiente a partir do momento que ele está apto a realizar uma tarefa de forma autônoma e sem assistência, após passar pela zona proximal de desenvolvimento (ZDP). Assim, pode-se dizer que um conhecimento é formado quando um indivíduo o internaliza. Porém, de acordo com Cochrane (2012), o fator internalização é problemático para o conectivismo, pois internalizar uma nova informação para formar um novo conhecimento, não é significativo dentro da lógica conectivista, uma vez que o conhecimento está ao nosso dispor e em rede. Passar pela ZDP, é para Vygotsky (2007). É a mudança necessária para que o desenvolvimento de um indivíduo se concretize e, para Siemens, o que importa é a capacidade de selecionar aquilo que é valorizado não somente no estabelecimento, mas na manutenção das conexões em rede. Cochrane (2012), no entanto, não deixa de observar que o ponto em comum entre Vygotsky e Siemens é justamente a valorização dada por ambos em relação ao estabelecimento e manutenção das conexões que se estabelecem em relação a uma informação, mas em proporções diferentes. Se pensarmos no contexto no qual Vygotsky viveu (início do século XX, muito antes do advento das TIC), podemos compreender o motivo pelo qual seu foco recaía sobre internalização de uma informação e em menor grau, na seleção de uma dada informação. Simplesmente, o mundo da época da Vygotsky não comportava a quantidade de informações com as quais temos que lidar em pleno século XXI. Portanto, Cochrane (2012) afirma que "o processo de avaliação de informações não se altera quando o modelo muda da teoria da ZPD para a teoria do conectivismo, apenas o foco da internalização é que acaba.[4]" Outro ponto ao qual Cochrane (2012) se refere ao comparar as duas teorias diz respeito à questão da autonomia do indivíduo em relação à busca e construção de conhecimento. O fato de haver na teoria de Vygotsky (2007) a questão de um indivíduo mais experiente conduzindo outro ainda em fase de aprendizagem, cria uma relação de hierarquia entre aquele que já detém certo conhecimento e o outro, ainda em fase de internalização de uma informação. O conhecimento distribuído em rede quebrou a relação de hierarquia entre aquele que ensina e aquele que aprende. As informações são abundantes e a sua seleção cria "ecologias únicas para cada indivíduo" (COCHRANE, 2012). Com isso, "as potencialidades de aprendizagem. Estão sendo constantemente estabelecidas, adaptando-se ao ambiente, interagindo com outras conexões, sendo rejeitadas ou usadas excessivamente." Ou seja, indivíduos aprendem de acordo com suas necessidades e intenções. Daí a importância atribuída por Siemens (2004) à habilidade de saber encontrar aquilo que se deseja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As TIC, sem sombra de dúvida, ainda serão tema de debates a respeito de seu uso como recursos facilitadores dos processos de ensino e aprendizagem. O mundo mudou radicalmente e não podemos, enquanto professores e pesquisadores ficar alheios a tais mudanças. Há de se considerar até que ponto as teorias de aprendizagem que temos usado em nossas práticas ainda podem dar conta desse novo panorama que surge. Não se trata, por outro lado, de negar tudo o que tem sido feito a respeito dos estudos e pesquisas sobre como se ensina ou como se aprende. O próprio Siemens admite que a sua proposta conectivista tem suas raízes em teóricos que o antecederam – inclua-se aí o próprio Vygotsky. Seja o conectivismo considerado como uma nova teoria de aprendizagem ou como

[4] No original: "The process of valuing information doesn't change when the model moves from ZPD theory to Connectivism theory, only the focus of internalization dries up."

uma teoria do conhecimento como propõem alguns pesquisadores, a validade das discussões em relação às tradicionais teorias de aprendizagem e sua aplicabilidade em um mundo conectado e em rede é prova de que há uma mudança em curso.

REFERÊNCIAS

COCHRANE, Glen. **Using Vygotsky to understand connectivism: proximity and duration.** Disponível em: < http://apointofcontact.net/2012/08/08/using-vygotsky-to-understand-connectivism-proximity-and-duration/> Acesso em 30 ag.
2014**.**

KENSKI, Vani Moreira, **Educação e tecnologiais:** o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 41 (Coleção Papirus Educação)

MATTAR, João. **Aprendizagem em ambientes virtuais:** teorias, conectivismo e MOOCS. 2013. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2013/edicao_7/2-aprendizagem_em_ambientes_virtuais-joao_mattar.pdf> Acesso em 30 ago. 2014.

PRENSKY, Marc. **Digital Natives, Digital Immigrants.** Bradford: MCB University Press, v. 9, n° 5, out. 2001. Disponível em: < http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf> Acesso em 16 dez. 2013.

SIEMENS, George. **Connectivism: a learning theory for the digital age**. Disponível em: < http://www.elearnspace.org/Articles/connectivism.htm> Acesso em 16 dez. 2013

SIEMENS, George. **What is the unique idea in Connectivism?** 2008. Disponível em: < http://www.connectivism.ca/?p=116> > Acesso em 09 ago. 2014

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WENGER, Etienne. **Communities of practice:** leaning, meaning, and identity. 18th edition. New York: Cambridge University Press, 2008.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE PARA O USO DAS TICE

Pós-graduação
Ednelson Queiroz Sobral
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
ednelson.sme.frg@hotmail.com
Orientador: Profº Drº Daniel Soczek

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Tecnologia da informação e comunicação educacional. Práticas pedagógicas. Rede municipal de fazenda rio grande.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias com linha de pesquisa em Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação do Grupo Uninter - Centro Universitário Internacional.

Pretende-se investigar quais os limites e as possibilidades na Formação Continuada dos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Municipal de Fazenda Rio Grande para o uso das tecnologias da informação e da comunicação na educação (TICE).

A relevância da pesquisa acerca da formação continuada para os professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental com foco no uso das TICE se dá pelo fato das tecnologias, principalmente computador, afins**,** e internet estarem inseridos no contexto escolar da Rede Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande. Ensejando a necessidade de novas formas de ensinar e aprender, esta é uma ação que exige do professor maior domínio técnico-pedagógico para suprir as possíveis lacunas para este modelo de práxis docente.

No decorrer da pesquisa serão realizados alguns apontamentos, que se acredita contribuir para a reflexão e análise, apoiando-se nas relações estabelecidas a partir do suporte teórico e prático, os quais fornecerão subsídios para as discussões acerca dos limites e possibilidades na formação continuada dos professores regentes que atuam no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais e que poderá proporcionar melhor domínio dos recursos técnico-pedagógicos em TICE, bem como propor superação dos limites interpostos.

Para tanto será apresentado o contexto educacional do Município de Fazenda Rio Grande sob a ótica da política de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino, para a utilização das TICE, elencando os limites e possibilidades desta formação em específico dos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais.

OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA USO DAS TICE

A formação continuada para o uso da TICE deverá considerar o professor como sujeito da ação educativa, historicamente integrado ao processo de ensinar e aprender, e

seus saberes da docência**,** de modo que propicie a autonomia profissional garantida pela decorrência da apropriação de conhecimentos inerentes à sua prática.

Neste sentido, se faz necessário uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica, tendo em vista o contexto social e as condições do ambiente escolar dos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Fazenda Rio Grande.

Dertouzos (2001, p.225) salienta que aprender sempre foi uma experiência de contato direto entre pessoas, de modo que é razoável acreditar que devido a dificuldades de deslocamento ou melhor aproveitamento de tempo e investimento e, considerando as possibilidades tecnológicas, atualmente considera-se fortemente a intermediação feita por computadores, para aprimorar o ensino.

Borges (1998, p.170-171) alerta que a formação continuada não pode ser vista como complementar para suprir as deficiências da formação inicial. Dessa forma, o professor devidamente capacitado, poderá manipular uma série de recursos que estão diretamente ligados à racionalidade, estabelecendo interação entre a tecnologia e o intelecto de sua práxis.

Considerando que parte da Educação no futuro ocorrerá em espaços criados pela combinação de computadores e telecomunicações, onde o processo de ensino e aprendizagem será também *online*, mediado e apoiado por redes de computadores, os educadores deverão estar aptos a explorar os recursos tecnológicos à disposição dos seus alunos.

Entretanto**,** a mudança dependerá de sua capacidade em analisar e adotar estratégias e técnicas adequadas às condições da realidade educacional vista em seu contexto mais amplo de uma sociedade informatizada.

Considerando ainda que os limites e possibilidades na formação continuada dos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Fazenda Rio Grande frente ao uso da TICE é o objeto de estudo dessa pesquisa, é imprescindível fazer menção acerca da estrutura da formação continuada no Município de Fazenda Rio Grande, tendo como parâmetros a Proposta Curricular Municipal.

A formação continuada na Rede Municipal de Ensino acontece de três formas distintas**:** a primeira é realizada pelos técnicos pedagógicos da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e geralmente ocorre em horário de trabalho do professor. As formações realizadas neste modelo são planejadas no início do ano letivo sendo sua organização flexível, no sentido de atender às necessidades e anseios apontados pelos professores da Rede. A segunda é realizada pelas próprias Instituições de Ensino, cujo conceito é baseado no Formador formando Formador, a qual pode acontecer nas horas-atividades ou reuniões pedagógicas, desde que sejam no horário de trabalho do professor. A terceira ocorre em parceria com o Governo Federal e empresas especializadas em formação de professores. Esta última modalidade pode ocorrer fora do horário de trabalho do professor e até mesmo em outros Municípios e neste caso os professores são convidados e não convocados a participar.

Libâneo (2004, p.277) destaca que a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional, teórico e prático, no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Pretende-se apresentar detalhadamente toda a estrutura de formação continuada, ofertada aos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais da Rede Municipal de Fazenda Rio Grande, abordando principalmente a utilização pedagógica das TICE e apresentar proposições para ampliação ou adequação da proposta de formação continuada, visando acima de tudo, garantir o princípio da eficiência e a supremacia do interesse público.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que a Secretaria Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande iniciou**,** muito recentemente e de forma tímida, ações voltadas para a formação continuada para docentes em ambiente virtual de aprendizagem, utilizando-se para este fim as ferramentas da Plataforma MOODLE. Existe**,** ainda**,** em uma das 20 instituições municipais de ensino fundamental em Fazenda Rio Grande um projeto piloto que visa a capacitação de professores para uso pedagógico em *Tablets*. Este projeto é desenvolvido pelos técnicos da Secretaria e contempla 40 professores, com 40 horas de capacitação.

A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa incluindo a Pesquisa bibliográfica e documental; Pesquisa de campo com professores regentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais da Rede Municipal de ensino; Coleta de dados estatísticos junto aos órgãos oficiais e a Sistematização e análise dos dados coletados.

CONSIDERAÇÕES

Entende-se que a pesquisa em desenvolvimento busca parâmetros entre a realidade observada dos professores regentes que atuam do 1º ao 5º ano, na Rede Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande, na utilização das TICE, identificando os limites e possibilidades destas tecnologias agregadas às práticas pedagógicas e a reflexão destas práticas desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos.

Percebe-se a importância das TICE no contexto escolar da Rede Municipal de ensino de Fazenda Rio Grande, pois as mesmas surgem como potentes ferramentas para facilitar o processo de ensinar e aprender. Contudo**,** se faz mister investimentos em formação continuada para os professores por parte do poder público municipal visando o desenvolvimento das competências pedagógicas e metodológicas para que os docentes sejam capazes de interagir em sala de aula com a tecnologia, a qual estará cada vez mais inserida em sua prática pedagógica, atendendo assim, às expectativas da sociedade contemporânea frente às novas tecnologias.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. F. MOURA, D. G. de. BARBOSA, A. F. **A inclusão das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação através de projetos.** Congresso Anual de Tecnologia da Informação – CATI. São Paulo-SP, 2004.

BORGES, Abel Silva. **A formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino oficial de São Paulo**. São Paulo; SEC, pp170-171. 1998.

DERTOUZOS, M. **O que será – Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas.** São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

LIBANEO, J. C. **Formação dos profissionais da Educação: Visão crítica e perspectivas de mudança**. IN: Pimenta, S. G. Pedagogia e pedagogos: Caminhos e Perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002. P. 11-57.

DA ESFERA POLÍTICA ÀS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ

Trabalho premiado com o 3º lugar na categoria Fórum Científico

Pós-Graduação
Elizane Andrade da Silva
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: Dr. Daniel Soczek
elyzandrade18@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Políticas. Práticas. Inclusão. Surdos.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento realizada no âmbito do Mestrado em Educação do Centro Universitário UNINTER, a qual trata da inclusão de alunos surdos no Ensino Superior no Estado do Paraná, considerando as políticas educacionais existentes e sua efetiva implementação no âmbito institucional.

Segundo dados do MEC/INEP relativos ao censo de 2011, há 23.250 alunos com deficiência matriculados no ensino superior brasileiro, destes, 4.078 possuem deficiência auditiva, 1.582 são surdos (BRASIL, 2011). Como se pode perceber há ingresso significativo de pessoas com surdez no Ensino Superior. Frente a essa demanda, cabe as instituições, repensar suas práticas pedagógicas, utilizando-se de recursos tecnológicos e melhorando sua infraestrutura, no sentido de atender as exigências de uma sociedade em processo de renovação, assegurando o direito à interação e a integração social.

Tendo em vista a importância das questões pedagógicas e a legislação vigente no que tange a inclusão de alunos surdos no Ensino Superior, levanta-se a seguinte questão: De que forma as políticas e as práticas de inclusão exigidas às instituições de Ensino Superior, asseguram a inclusão de pessoas surdas em seus processos educacionais, garantindo seu ingresso e uma formação de qualidade, considerando as necessidades específicas destes alunos?

No que tange ao processo de atendimento e formação de alunos surdos, as instituições de Ensino Superior têm implementado importantes avanços, mas tais práticas ainda estão muito aquém de ofertar possibilidades efetivas de inclusão, em termos pedagógicos, considerando, por exemplo, as possibilidades de uso de recursos tecnológicos disponíveis atualmente. Entende-se que este processo demanda uma revisão e melhoria do atendimento dos alunos surdos na perspectiva de pensar as políticas públicas e institucionais, enquanto um necessário desdobramento da compreensão do conceito de direito a educação pautado pela Constituição Federal de 1988.

O referido trabalho considera no que tange as discussões políticas acerca da inclusão do aluno surdo no Ensino Superior, os princípios e diretrizes contidos na Constituição Federal de 1988 no seu art. 205, o qual garante a educação como um direito de todos; no Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei n° 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e, optativamente, nos demais cursos de Educação Superior; o Decreto n° 3.956/2001, que ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência; o Decreto n° 5.296/2004, que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto n° 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino; o Decreto n° 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; o Decreto n° 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES; o Decreto n° 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, além das discussões realizadas em fóruns como as Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos(as) alunos, à formação de profissionais da educação para a inclusão.

Do ponto de vista pedagógico, entende-se que para se alcançar uma educação inclusiva é necessário promover a interação, a socialização e a integração de todos os educandos no cenário educacional. De acordo com Mitler: “No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (MITLER, 2003, p. 25). O processo inclusivo é algo dinâmico e gradual, utilizando-se basicamente de acordo com Sanchez, (2005, p. 17), “da cooperação/solidariedade, respeito às diferenças e a diversidade, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos”. É nesse contexto que dialoga-se com Morin, de forma crítico-reflexiva, sobre suas contribuições para discussão do objeto deste estudo, tendo como uma de suas referências as teses apresentadas no livro “os sete saberes necessários a educação”. Nele Morin apresenta “sete buracos negros da educação”.
O primeiro buraco negro apontado por Morin (2008, p. 1) é o Conhecimento, que, segundo ele, “nunca se ensina o que é, de fato, o conhecimento”. Este saber pode ser considerado importante no momento de institucionalização de políticas e práticas pedagógicas e tecnológicas de inclusão de pessoas surdas no ensino superior. Por este motivo a instituição deve levar em conta o segundo saber apresentado por Morin (2008, p. 3), o conhecimento pertinente, ou seja, “um conhecimento que não mutila o seu objeto, onde se coloca o conhecimento no contexto”, ou seja, apresentar o conhecimento ao aluno surdo exige que este seja inserido dentro do contexto dele, de acordo com a sua linguagem e leitura de mundo, capaz de situar o conjunto de informações necessárias para um aprendizado mais aprofundado.

Outro saber que pode ser considerado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e tecnológicas ao aluno surdo, intitulado por Morin é a Identidade Humana,

onde o autor relata: “Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Mas, ao mesmo tempo em que fazemos parte de uma sociedade, temos a sociedade como parte de nós, pois desde o nosso nascimento a cultura se nos imprime (MORIN, 2008, p. 4). Neste sentido, as instituições devem levar em consideração que os educandos surdos fazem parte de uma sociedade, que constroem sua identidade a partir das relações, as quais são inerentes ao processo de ensino e aprendizagem desses educandos.

Outro saber considerado importante para a inclusão de alunos surdos no Ensino Superior é a Compreensão Humana, a qual de acordo com Morin: “A palavra compreender vem do latim, *compreendere*, que quer dizer: colocar junto todos os elementos de explicação, ou seja, não ter somente um elemento de explicação, mas diversos. O que faz com que se compreenda alguém que chora, por exemplo, não é analisar as lágrimas no microscópio, mas saber o significado da dor, da emoção. Por isso, é preciso compreender a compaixão, que significa sofrer junto. É isto que permite a verdadeira comunicação humana” (MORIN, 2008, p. 7). A compreensão humana deve fazer parte das práticas pedagógicas, do uso de recursos tecnológicos e de infraestrutura que auxiliem na aprendizagem dos alunos surdos, visto que os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem destes alunos devem compreender suas angústias e anseios no processo de comunicação, por isso deve-se buscar maneiras de facilitar o processo de interação e comunicação dos educandos surdos com professores e alunos, para que desta forma os alunos surdos consigam se expressar e romper com as barreiras de comunicação.

Outro saber instigado por Moran e que merece destaque para a inclusão de alunos surdos é a Antropo-ética. Definida por Morin, da seguinte forma: “Vou chamar de antropo-ético, porque os problemas da moral e da ética diferem a depender da cultura e da natureza humana. Existe um aspecto individual, outro social e outro genético, diria de espécie. Algo como uma trindade em que as terminações são ligadas: a antropo-ética. Cabe ao ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética e a autonomia pessoal (as nossas responsabilidades pessoais), além de desenvolver a participação social (as responsabilidades sociais), ou seja, a nossa participação no gênero humano, pois compartilhamos um destino comum” (MORIN, 2008, p. 11). Diante deste contexto, a antropo-ética poderá fazer parte do processo de inclusão dos alunos surdos no Ensino Superior, visto que, cabe às instituições subsidiarem o desenvolvimento da autonomia pessoal dos educandos surdos, as responsabilidades, além de promover a participação social e inseri-los em atividades de responsabilidade social, compartilhando suas experiências e promovendo a interação dos alunos surdos com os ouvintes, os quais compartilham um destino em comum, que é a profissão a ser exercida após a conclusão do curso, bem como o exercício da cidadania.

As conclusões provisórias desta pesquisa, ainda em andamento, apontam para a necessidade de reflexão acerca da melhoria das políticas educacionais, no que tange às práticas de inclusão exercidas pelas instituições de ensino superior, na perspectiva de assegurar e reafirmar a educação como um Direito Humano dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Decreto n. 5.626/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

BRASIL. Decreto n. 3.956/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm

BRASIL. Decreto n° 5.296/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. Decreto n° 5.773/2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf

BRASIL. Decreto n° 6.949/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL. Decreto n° 7.234/2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm

BRASIL. Decreto n° 7.611/2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm

CONEB/2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf

CONAE/2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf

INEP, **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAES, Maria Célia Marcondes. *"Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação".* Comunicação realizada na 24ª Reunião Anual da Anped. Site *www.anped.org.br*

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RUPTURAS E PERMANÊNCIAS DO SÉCULO XX AO XXI

Graduação
Etiane Guimarães Trentin
Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientador: Desiré Luciane Dominschek
eti.trentin@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Processo histórico, programas governamentais, mudanças.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a educação de jovens e adultos, destacando as rupturas e as permanências que ocorreram entre o século XX ao XXI. A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino da educação básica que abrange as etapas de ensino fundamental e do ensino médio. Ela está voltada para atender aos jovens e adultos que não puderam concluir os estudos em idade adequada.

Sendo a mesma uma modalidade da educação que vem modificando-se é fundamental o estudo sobre esta área nas universidades, para que ocorra sua valorização e os futuros profissionais da educação possam escolher esta área para atar futuramente.

Para compreendermos as rupturas e as permanências da educação de jovens e adultos surgem as seguintes questões: Quais foram e quem são os alunos que frequentam a EJA? Quais foram às rupturas e as permanências na EJA no decorrer dos anos?

Assinalamos que para responder a todas as questões será realizada uma pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico nos seguintes autores: Freire, Saviani, Gadotti, Di Pierro, Castro, Carvalhêdo, Gracindo e outros. Para aprofundar a pesquisa serão realizadas entrevistas como os professores que atuam na EJA com intuito de resgatar as memórias e realizar o comparativo dos momentos históricos.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as características da educação de jovens e adultos por meio do século XX até o século XXI, especificamente descrever o processo histórico da educação de jovens e adultos e perceber as rupturas e as permanências do ensino. O artigo tem como intuito valorizar e resgatar a história da EJA e a importância do ensino que a mesma produz em seus alunos.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 A ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SÉCULO XX

Os primeiros relatos sobre a educação de adultos no Brasil datam do período colonial, no qual a educação era missionária e tinha como intuito catequisar os índios (SAVIANI, 2011). No início do império em 1824 entra em vigor a primeira Constituição Brasileira, que garantia a escolarização básica para todos inclusive para os adultos.

Na Revolução de 1930, uma nova Constituição foi decretada, reconhecendo a educação como direito de todos, fornecido pela família e dever dos poderes públicos. Nesse período é elaborado o Plano Nacional de Educação.

> O Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular (DI PIERRO, HADDAD, 2000, p. 110).

Em 1931 foi realizada a IV Conferência Nacional de educação, que deu suporte para a preparação do "manifesto" (SAVIANI, 2011). O título do texto foi: A Reconstrução Educacional no Brasil – Ao Povo e ao Governo – "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", tendo como intuito implantar uma Educação Nova.

> [...] a Educação Nova assume sua verdadeira feição social, formando "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", construída a partir de todos os grupos sociais, cujos membros seriam contemplados com as mesmas oportunidades educacionais. Se a escola tradicional mantinha o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, a nova educação, embora pragmaticamente voltada para os indivíduos e não para as classes, fundando-se sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, forma para a cooperação e solidariedade entre homens (SAVIANI, 2011, p.244).

Fram redigidas ações que visavam à melhoria e a qualidade do ensino. O Estado deve oferecer uma educação laica, gratuita e obrigatória aos jovens até os 18 anos (SAVIANI, 2011).

No governo de Jucelino Kubichek, ocorre o segundo Congresso Nacional, com a Campanha de uma Educação para Adolescentes e Adultos. O Seminário Regional preparatório contou com a presença de Paulo Freire, que discutiu temas como a nova concepção de educador, renovação de métodos educativos, técnica de educação em grupos entre outros (DI PIERRO, HADDAD, 2000).

Ele passou a direcionar diferentes experiências para a educação de adultos, que ficou conhecido como o legado Paulo Freire que implantou a educação popular, para dar ênfase a esse assunto AGLIARDI cita o pensamento de autores como PALUDO e GHON.

> Segundo alguns estudiosos (PALUDO, 2001; GHON, 1997), a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire emergiu das práticas vividas no interior dos movimentos de cultura popular e de alfabetização de adultos. Freire estabelece uma relação entre os sujeitos (e suas culturas, suas realidades), a educação e as possibilidades de superação das situações de desumanização com as quais convivem (AGLIARDI, 2012, p. 5).

Com intuito de obter mais votos, os governantes criaram campanhas públicas voltadas à educação e a cultura popular, no qual todos os indivíduos da população tinham acesso independente da sua classe social, o mesmo tinha como objetivo alfabetizar os jovens e adultos para que pudessem participar do processo eleitoral.

> Daí o surgimento de campanhas ministeriais que se estenderam do final da década de 1940 até 1963: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) (1947-1963); Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) (1952-1963); Campanha

> Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958-1963); Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA) (1962-1963) (SAVIANI, 2011, p.316).

Em 1964, ao entrar no período militar, acontece a repressão aos movimentos e as campanhas de educação e da cultura popular, Paulo Freire é exilado. Entra em vigor o MOBRAL, como relata DI PIERRO e HADDAD (2000, p.114) "O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação MOBRAL, fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial [...]". O mesmo tinha como intuito erradicar o analfabetismo e preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

> Esse Programa do Governo Federal tinha como objetivo a alfabetização funcional de jovens e adultos, conduzindo a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (AGLIARDI, 2012, p.6).

Diferentemente do método Paulo Freire, o MOBRAL não parte do vocabulário do indivíduo, ele visa uma alfabetização funcional, com intuito de que o participante aprendesse a ler a escrever e a contar. Porém o mesmo não conseguiu atingir a todos os seus objetivos, em seguida o Ensino Supletivo foi apresentado à sociedade previsto na lei 5692/71, que deveria atender a jovens e adultos formando cidadãos e mão de obra para o trabalho (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001).

A Nova República marcou a educação com algumas mudanças, entre elas está à extinção do MOBRAL que foi substituída pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar.

Em 1990, foi extinta a Fundação Educar, no governo de Fernando Collor o MEC realizou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, em 1993 foi criado o Plano de Política Educacional e o Plano Decenal. A nova LDB 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases) foi promulgada em 1996. Teve início três programas federais que tinham como objetivo a formação de jovens e adultos de baixa renda e escolaridade, são eles:

O Programa Alfabetização Solidária (1996/1997), que segundo o autor AGLIARDI "O objetivo era o de reduzir os índices de analfabetismos entre Jovens e Adultos no País, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos" (2012, p 9). O mesmo era sem fins lucrativos e de utilidade pública.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (1997), contava com a parceria do governo federal, das universidades e dos sindicatos do campo.

> O alvo principal do PRONERA é a alfabetização inicial de trabalhadores rurais assentados que se encontram na condição de analfabetismo absoluto, aos quais oferece cursos com um ano letivo de duração, mas seu componente mais inovador é aquele pelo qual as universidades parceiras proporcionam a formação dos alfabetizadores e a elevação de sua escolaridade básica. (DI PIERRO, HADDAD, 2000, p.125).

E por fim o Plano Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR (1995), que foi coordenado pelo SEFOR/MTb – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho com intuito de proporcionar aos jovens e adultos uma formação profissional.

> Desde sua concepção em 1995 a SEFOR/MTb delineou um perfil de formação requerido pelo mercado de trabalho que, ao lado das competências técnicas específicas e habilidades de gestão, compreende a educação básica dos trabalhadores, motivo pelo qual comportam iniciativas destinadas à elevação da escolaridade de jovens e adultos do campo e da cidade (DI PIERRO, HADDAD, 2000, p.125).

Sendo assim o ensino que era voltado para os trabalhadores e reestruturado e vai perdendo a sua identidade. Atualmente, a educação de jovens e adultos precisa ser flexível e deve atender as necessidades do educando.

Em função disso, em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva ocorre à implantação do Programa Brasil Alfabetizado, que novamente tem como um dos seus objetivos a erradicação do analfabetismo. De acordo com BRASIL "O objetivo do programa não é só alfabetização mais também a inclusão social de pessoas analfabetas" (2005, p.7), o programa tem continuidade até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem como objetivo valorizar a educação de jovens e adultos. Para que isso aconteça e essencial traçar a trajetória histórica desta modalidade, visando ainda sua ampliação para que ocorra a comparação dos dados históricos, verificando as mudanças que ocorreram. Futuramente serão realizadas entrevistas com professores que atuam na EJA.

REFERÊNCIAS

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, V. n° 14, São Paulo, 2000.

AGLIARDI, D. A. **Percursos e Trajetórias das Políticas e Práticas Educativas de Jovens e Adultos: do Direito à Educação á Diversidade**. Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

DI PIERRO, M. C.; RIBEIRO, V. M; JOIA, O. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, n. 55, p. 58-77, 2001.

BRASIL, C. C. **História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje**. Universidade Católica de Brasília ,2005.

SAVIANI, D**. História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. 1 reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

EDUCAR NA DIVERSIDADE – FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS NA ESCOLA

Pós-Graduação
Fernanda Sabatini Quintas
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Pedagogia
fersabatini@gmail.com
Ana Beatriz Souza Cerqueira

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Diversidade. Família. Homoparental. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso e levanta temas pouco discutidos no âmbito educacional, a educação na diversidade e as famílias homoparentais. Acompanham-se discussões sobre a diversidade, mas em sua maioria com o foco na raça, cor, classe social, crença, sexualidade entre outros. Esta pesquisa visa levantar o tema orientação sexual de uma forma diferente, não com o foco na sexualidade do indivíduo, mas em sua composição familiar e seus filhos que chegam às nossas escolas.

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar por meio de pesquisas de campo como algumas instituições escolares de São Paulo têm lidado com as novas composições familiares, especificamente com as famílias homoparentais, chamadas também de famílias alternativas. Investigaram-se instituições que viveram ou ainda vivem a experiência de receber uma família homoparental. Analisaram-se experiências de algumas escolas, professores e famílias, para assim encontrar resultados mais significativos.

As relações e constituições familiares ao longo dos anos apresentaram mudanças e a escola vive muito de perto essas mudanças, já que recebe crianças de todos os tipos diferentes de família. E os educadores, estão preparados para lidar com a diversidade, assim como os gestores de uma unidade escolar?

"É na escola que muitos conceitos previamente apreendidos em casa se consolidam, os papéis de gênero passam a ser ainda mais demarcados e a discriminação se consolida" (PINHEIRO, 2008).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde o principal interesse trata-se de investigar o sentimento dos envolvidos nesta situação levantada.

O presente trabalho busca apresentar um breve histórico das constituições familiares, da história da sexualidade, dos apontamentos nos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o tema, bem como algumas reflexões de autores como Moreno, Passos, Barbosa, Foucault e Rago.

CONSTRUÇÃO FAMILIAR E ASPECTOS HISTÓRICOS

No ambiente escolar, costumamos lidar com as mais diversas composições familiares, e ainda discursamos sobre a diversidade, mas o que acorre numa sala de aula quando um aluno conta que tem duas mães ou dois pais? Os educadores permanecem com seus discursos de diversidade, ou assumem uma postura preconceituosa e diferenciada?

O Referencial Curricular Nacional (1998) coloca como conteúdo básico da educação infantil a função social e pessoal e conhecimento de mundo. O artigo 1º da LDB 9.394/96 (1996), da Educação, apresenta "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Ora, a escola tem o papel de ver seus alunos e familiares como indivíduos sociais, culturais e cidadãos. Indivíduos esses que trarão para o espaço escolar suas diferenças individuais e culturais. Sendo assim, qual o papel do educador perante essas diferenças? Como trabalhar diferenças e igualdades, respeito à diversidade, sem ofender ou colocar seus princípios pessoais de valores?

Com as mudanças na sociedade o casamento e a maternidade passam a ser escolha e, portanto suas composições passam a ser diferenciadas, mas o "sexo" ainda é um tabu e um assunto pouco discutido. Como diz Foucaut (1997):

> Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo. Pode ser, muito bem, que falemos mais dele do que de qualquer outra coisa: obstinamo-nos nessa tarefa. Convencemo-nos por um estranho escrúpulo de que dele não falamos nunca o suficiente, de que somos demasiado tímidos e medrosos, que escondemos a deslumbrante evidência, por inércia e submissão, de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura (Foucault, 1997, p. 34).

Existe uma relação de poder na sociedade que visa controlar a população de acordo com interesses políticos, é essa a sociedade que "decidiu" o que era moral e o que era imoral, e estas definições influenciaram as concepções familiares de uma época onde uma família era considerada estruturada quando formada por "pai, mãe e filho". Esta construção começou a se modificar com a permissão do divórcio e perdura até os dias atuais com as novas construções familiares cada vez mais comuns, ex: "mãe e filho", "avó e neto", "avós, filha e neto", "mães e filho", "pais e filhos", etc.

O foco desta pesquisa é nas famílias homoparentais, que são compostas por duas mães ou dois pais, com filhos do casal, estes adotivos ou gerados por inseminação ou de relacionamento anterior de um dos parceiros. Esta é uma constituição familiar que, sem dúvida, gera muita polêmica e está envolta de muitos paradigmas, pois está aliada a questão da diferenciação sexual, tema este considerado de "opinião pessoal" por muitos que não percebem, inclusive, que estas opiniões são formadas por meio de informações externas agregadas a reflexões internas de um indivíduo, este que propaga opiniões por toda sociedade, sendo este a própria sociedade.

O professor transmite valores o tempo todo, portanto é de suma importância que este profissional esteja constantemente em formação e estudo e que busque leitura e

participe de discussões acerca do tema para que saiba lidar com os questionamentos tanto dos alunos como de suas famílias em seu cotidiano.

FATO: HOMOPARENTALIDADE EXISTE, E AGORA?

"A clandestinidade na qual se mantém boa parte das famílias homoparentais sem dúvida gera sofrimento para seus membros e, nesse caso, as crianças são as maiores vítimas" (PASSOS, 2005).

Não podemos simplesmente ignorar as famílias homoparentais, pois elas existem, e seus filhos estão em nossas escolas. Escondidos? Sim, muitos provavelmente. E como estão sendo tratados? Com igualdade? Com diferenciação? Com preconceito? Este é o principal questionamento desta pesquisa, pois as novas composições familiares são muitas vezes ignoradas, já que muitos professores ainda chamam as famílias que não são compostas por "pai, mãe e filho" de desestruturadas.

A opção do casal por se expor a sociedade ou viver "trancado no armário" implica também na exposição ou não do filho. Ainda nos dias atuais nos deparamos com situações constrangedoras de pessoas que ao revelar sua orientação sexual homossexual sofrem com o preconceito e discriminação do outro. Um homossexual precisa viver sempre "se assumindo", não é uma única vez e pronto. A cada novo grupo social, novo local de trabalho, nova escola vem a "escolha" revelar ou não aos novos contatos de seu convívio. Se não bastasse este ter que enfrentar essa situação a primeira vez que decide se revelar, precisa fazê-la por uma vida toda. E seus filhos? Contar ou não contar a um amigo da escola? E a um professor? E aos amigos da rua, do prédio?

Muitos conceitos aprendem-se previamente em casa, mas é na escola que estes se consolidam, explica Moreno (2003). A escola é o lugar onde o preconceito começa isso quando não vêm da família. A escola ainda é palco de discriminação e desrespeito.

"...caberá à escola, trabalhar o respeito às diferenças, a partir de suas próprias atitudes de respeitar as diferenças expressas pelas famílias" (PCNs, 1997).

METODOLOGIA

A natureza desta pesquisa é básica, pois se trata de um tema de interesses universais, que envolve o cotidiano de diversos grupos. A luta das famílias homoparentais, por espaços de respeito a seus companheiros e seus filhos é mundial, são muitos também os profissionais de educação, homossexuais, sejam eles declarados ou não, portanto é de interesse universal que haja maior aceitação e respeito a essas famílias nos espaços escolares.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, já que o maior interesse é transmitir em palavras o sentimento por quais essas famílias passam na vida real nos espaços escolares e ainda dos educadores e profissionais envolvidos, pois não é necessário quantidade de entrevistados, mas qualidade nos relatos. É uma pesquisa exploratória, já que seu objetivo é tornar o problema explícito, fazer uma relação com a teoria (levantamento bibliográfico), entrevistar pessoas que vivenciam ou vivenciaram o problema. (UFSC/PPGEP/LED, 2001)

Procedimentos técnicos: Pesquisa Bibliográfica e Levantamento.

Método da pesquisa: Fenomenológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os estudos bibliográficos percebi que o tema ainda é pouco discutido, mas que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ora, porque este conteúdo é tão mistificado, será que é tão difícil para um professor tirar de seus olhos o véu do preconceito, dos preceitos morais e religiosos e agir como profissional?

Nos últimos anos a mídia tem falado muito sobre a homossexualidade, temos visto esse tema nas tele novelas, nos jornais, nas propagandas publicitárias e até mesmo em trabalhos científicos. A indagação permanece, qual interesse dessas pessoas em falar desse assunto? Seria por quebra de paradigmas, evolução da sociedade, liberdade de expressão? Público alvo consumidor? A indagação permanece, e merece pesquisa futura.

Ao final deste trabalho sinto que este tema ainda tem muito q que ser discutido e pesquisado, carrega conceitos errôneos, e diversos. É preciso que as pessoas mudem sua visão sobre a questão, pois independente de aceitarem ou não a homossexualidade existe e nós profissionais de educação precisamos levar aos nossos alunos acima de tudo o respeito ao próximo.

Ficou claro que a formação dos profissionais de educação se faz necessária constantemente, para ampliar seus horizontes e conhecimentos em relação a temas da atualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Planalto do Governo**, Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 01 out. 2010.

FOUCAULT, M. **A História da Loucura da Idade Clássica**. 1997. São Paulo, Perspectiva.

MORENO, Montserrat. ***Como se Ensina a Ser Menina*: O sexismo na escola**. São Paulo. Ed. Unicamp. 2003.

PINHEIRO, Mariana Von Oertzen de Albuquerque. **Duas mães: Um estudo sobre a homoparentalidade feminina nas camadas médias cariocas.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Pós-Graduação
Janaína de Souza Silva; Marisa de Souza Cunha Moreira
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós-graduação em Alfabetização
jana_naina04@yahoo.com.br; marisa.professora@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Educação Escolar. Psicologia Histórico-cultural.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de reflexões iniciadas a partir das leituras realizadas de autores da Psicologia Histórico-cultural, mais especificamente Lev S. Vygostsky.

O objetivo do texto é contribuir com algumas proposições sobre os modos de entender pensar a alfabetização do ponto de vista da teoria vygotskyana, visto que, atualmente as avaliações externas expressam resultados insatisfatórios para o índice de alfabetização de nosso país, conforme publicado pelo Indicador de Alfabetismo Funcional, (INAF), no ano de 2012. O documento citado expressou avanços consideráveis e importantes para os níveis de alfabetismo do país, no entanto, no que diz respeito ao domínio de habilidades cruciais para a inserção e participação plena do indivíduo na sociedade letrada, ainda não é o suficiente.

Nesse sentido, urge a necessidade de se repensar em algumas práticas de alfabetização, as quais estão sendo cristalizadas nos espaços escolares e pouco contribuem para a melhoria dos resultados dos nossos alunos.

A intenção não é esgotar as discussões sobre os modos de ver e pensar o processo de alfabetização do ponto de vista da Psicologia Histórico-cultural, mas, possibilitar algumas proposituras à luz dessa teoria para superação das práticas pedagógicas simplistas e difundidas ao longo do tempo.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a discussão sobre a alfabetização vem ganhando cada vez mais espaço nos meios acadêmicos e entre as pesquisas realizadas nas últimas décadas, uma vez que, os resultados apresentados pelas avaliações externas denotam a fragilidade desse processo nas instituições escolares e revelam que cada vez mais os alunos têm enfrentado dificuldades para se alfabetizarem plenamente.

Segundo o INAF (2012), 8% dos alunos que concluem o ensino médio, estão na condição de analfabetos funcionais, isto é, conseguem ler e compreender textos de média extensão e são capazes de localizar informações básicas no texto. Temos hoje duas realidades: a garantia ao ensino e a necessidade de melhorar os resultados.

No entanto, a garantia ao acesso não significa que a escola exerça plenamente sua função primordial: oferecer condições para que a criança aprenda a ler e a escrever de forma efetiva e significativa, ou seja, com qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 32, preconiza que o

objetivo do ensino fundamental é a formação básica do cidadão, desse modo, o inciso primeiro compreende "o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo" (2014, p. 32).

Ainda de acordo com o INAF, a qualidade em educação não se refere apenas à quantidade de horas de estudo (permanência) ou à ampliação dos conteúdos ensinados, mas a conjuntos bem mais amplos de fatores, como, por exemplo, a adequação das escolas e currículos, às políticas intersetoriais que favoreçam a permanência dos educandos nas escolas, a criação de novos modelos flexíveis de ensino que permitam a qualquer brasileiro ampliar seus estudos quando desejar, em diferentes momentos de sua vida.

Com efeito, diante dessa problemática apresentada, há que se pensar em possibilidades no que tange ao trabalho com a alfabetização que de fato atenda às necessidades dos estudantes, de modo que a escola – e nessa discussão nos referimos especialmente àquelas que atendem os anos iniciais do ensino fundamental – cumpra com sua função primordial que é alfabetizar plenamente todos os alunos.

Para tanto, os caminhos que esse artigo pretende enveredar está alicerçado na concepção de homem compreendido como um sujeito histórico e que ao interagir com sua realidade, consegue transformá-la de modo a adaptar a natureza a si por meio de seu trabalho, de suas intenções, objetivos e percepção do mundo.

Diferentemente de outros animais, o homem consegue planejar mentalmente suas ações, e assim, tem condições psíquicas para organizar seu pensamento e transformar a realidade objetiva por meio da apropriação da cultura. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-cultural – abordagem teórica eleita para ancorar essa discussão – propõe um modelo de educação escolar, no qual o homem ao apropriar-se da cultura, transforma a natureza e engendra um movimento histórico e dialético de sua própria formação, a sua constituição como sujeito.

MARTINS (2011, p. 348) no que concerne à superação do legado natural em direção a apropriação da cultura, sinaliza que:

> [...] esteio filosófico da produção vigotskiana, vemos que o trabalho opera como mediador do processo dialético de transformação da natureza em cultura social. É com base nesse postulado que Vigotski entende a cultura como o produto de trabalho humano e, portanto, expressão do processo histórico.

Nessa lógica, o empoderamento da cultura resulta em avanços para o sujeito, ou seja, em desenvolvimento. A partir do momento que o homem se apropria da cultura, ele se transforma e pode desencadear transformações em seu entorno.

A alfabetização é um dos meios mais efetivos de propiciar o apoderamento ao ser humano, sendo que, a leitura e escrita abarcam a cultura letrada, desse modo, o domínio de tais instrumentos coloca o ser humano na condição de se assumir como ser histórico, portanto sujeito. Conhecendo o que foi produzido historicamente a pessoa progride na humanidade, por meio do pensamento, da reflexão e da ação. Sabemos da importância da leitura e da escrita como propulsora do adiantamento humano e, que àquelas pessoas que por não se apropriam dessas práticas são de certo modo, privadas de muitas realizações.

Defendemos que o conceito de zona de desenvolvimento potencial[5] (ZDP), trabalhado pelo professor é uma possibilidade de fornecer condições para que o educando possa se apropriar efetivamente da leitura e da escrita. A ZDP considera que a aprendizagem deve estar em sintonia com o nível de desenvolvimento da criança, conforme Vygotsky (2005, p. 34):

> É uma comprovação empírica, frequentemente verificada e indiscutível, que a aprendizagem deve ser coerente com o nível de desenvolvimento da criança. Não é necessário, em absoluto, proceder a provas para demonstrar que só em determinada idade se pode começar a ensinar à gramática, que só em determinada idade o aluno é capaz de aprender álgebra. Portanto, podemos tomar tranquilamente como ponto de partida o fato fundamental e incontroverso de que existe uma relação entre determinado nível de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem.

O que se espera numa discussão sobre possibilidades de trabalho com a alfabetização é justamente reconhecer as implicações do processo de desenvolvimento da criança, para a educação escolar, e nesse cenário, vale ressaltar que, segundo Vygostsky, o único bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento da criança.

Ou seja, não é necessário esperarmos que a criança se desenvolva para podermos ensiná-la; portanto, se partimos deste pressuposto, consideramos que a aprendizagem é quem potencializa o desenvolvimento do indivíduo.

Assim, as relações existentes entre determinado nível de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem, engendra condições que devem ser garantidas para que o sujeito tenha possibilidades de avançar no nível de conhecimento do sistema de escrita (neste caso, nos referimos à apropriação e compreensão do sistema). Quando assumimos essa posição, não estamos negando o fato de que sejam necessárias algumas condições físicas e cognitivas para o empoderamento de processos específicos da educação escolar, fato pelo qual estamos em concordância com Vygotsky (2005, p.35) que diz:

> Todavia, recentemente a atenção concentrou-se no fato de que quando se pretende definir a efetiva relação entre processo de desenvolvimento e capacidade potencial de aprendizagem, não podemos limitar-nos a um único nível de desenvolvimento. Tem-se de determinar pelos menos dois níveis de desenvolvimento de uma criança, já que, senão, não se conseguirá encontrar a relação entre desenvolvimento e capacidade potencial de aprendizagem em cada caso específico.

O excerto exposto destaca que, toda criança, no decorrer do processo de desenvolvimento, apresenta níveis de capacidade potencializadora de aprendizagem, e estas devem ser levadas em consideração pela educação escolar. Destarte entendemos que cabe ao professor/a ensinar sempre tendo em vista promover o desenvolvimento.

Nesse ínterim, conforme assinalado por Vygotsky (2005, p.37), convém, aclarar para o leitor desse artigo, quais são esses níveis [...] “o estado do desenvolvimento mental da

[5] ZDP – no Brasil, de acordo com as traduções pode-se encontrar as seguintes expressões: zona de desenvolvimento próximo, zona de desenvolvimento proximal ou zona de desenvolvimento potencial. O mesmo acontece com a grafia do nome do autor que postula o conceito, de acordo com a tradução temos Vygotsky ou Vigotski.

criança só pode ser determinado referindo-se pelo menos a dois níveis: o desenvolvimento efetivo e a área de desenvolvimento potencial"

Considerar esses dois níveis de desenvolvimento implica reconhecer que o primeiro destes níveis refere-se às funções psicointelectuais já conquistadas pelas crianças, ou seja, fruto de "resultados específicos do processo de desenvolvimento, já realizado pelo sujeito" (Vygotsky, 2005, p. 35). E o segundo destes níveis compreende, "o que uma criança é capaz de fazer com o auxílio dos adultos chama-se zona do seu desenvolvimento potencial Vygotsky (2005, p.36 e 37)".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir a respeito de uma proposta para alfabetização à luz da Psicologia Histórico-Cultural certamente requer mais aprofundamentos e discussões, envolvendo alfabetização, ensino-aprendizagem e desenvolvimento, o que pretendemos em outras oportunidades continuar o debate.

Como já citado anteriormente, para o processo de desenvolvimento, há que se pensar nas relações desses níveis para educação escolar e suas implicações para o processo de ensino e aprendizagem. Isto significa que, com base nessas orientações, o professor, responsável por promover boas situações de aprendizagem tem a possibilidade de planejar momentos em que se faça presente desafios, os quais coloquem em evidência os níveis de desenvolvimento efetivo e potencial, para isso é necessário: domínio teórico, clareza de objetivos e que pense no educando como aquele capaz de aprender e, que no entanto precisa de desafios, propostos pelo professor e ao mesmo tempo da mediação daquele que domina o sistema de escrita. É na articulação teoria-prática e na intencionalidade docente que compreendemos que a alfabetização possa efetivamente acontecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educacional nacional.** Disponível em: **http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/17820/ldb_9ed.pdf?sequence=1**

LEONTIEV, A.; LURIA, A. R.; VYGOTSKY, **Lev. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** São Paulo: Centauro, 2005.

MARTINS, L. M.; RABATINI, V. G. **A Concepção de Cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar.** *Rev. psicol. polít.* [online]. 2011, vol.11, n.22, pp. 345-358. ISSN 1519-549X.

BANDEIRA NEGRA PARA A EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA DE ENSINO

Graduação
Lucas da Silva Santos
FAFIT - Faculdades Integradas de Itararé
História – Licenciatura
Orientador: Osvaldo Rodrigues Junior
lucas.santos.historia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Anarquismo. Liberdade

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo a discussão, feita a partir de análise bibliográfica, acerca das rupturas propostas pela educação libertária em relação ao sistema político, econômico e educacional em vigência.

A motivação para o desenvolvimento de tal pesquisa veio justamente da escassez de publicações sobre o tema em âmbito acadêmico. Ausência esta, que fez com que a educação libertária deixasse de ser vista como um método de ensino. Deste modo, então, o presente trabalho discute os sentidos da liberdade, objetivo central da educação libertária, manifestado nas suas experiências, e, por meio das observações do filósofo e educador brasileiro Silvio Gallo.

DA EDUCAÇÃO LIBERTARIA

Grande parte da pesquisa foi pautada na tentativa de uma sintetização do conceito de liberdade presente na obra do pensador anarquista Mikhail Bakunin, responsável por grande parte da fundamentação teórica do conhecimento libertário desenvolvido a partir do século XIX. Tal busca foi empreendida pela necessidade de uma compreensão ampla deste conceito, visto que este é apresentado como uma das finalidades da educação libertária.

Ao fim de um árduo período de leituras e comparações, houve a possibilidade da apresentação da liberdade como algo a ser conquistado socialmente, nas relações interpessoais do próprio cotidiano, que teria como principal meio possibilitador uma educação gradativa. Esta partiria da autoridade para demonstrar as possibilidades de liberdade, fazendo, assim, com que o indivíduo tivesse o arcabouço necessário para desenvolvê-la e conquista-la, ou, nas palavras de Gallo:

> uma educação libertária deve , paradoxalmente, partir da autoridade, para poder, paulatinamente, fundar a liberdade como conquista individual e construção coletiva da comunidade escolar, e não abandonar as crianças a uma suposta "liberdade natural" de cada um, transformando-se, assim, numa libertinagem que o educere perde todo o seu sentido[6].

[6] GALLO, Silvio. *Autoridade e construção da liberdade:* o paradigma anarquista em educação. Campina: UNICAMP, 1993.

A educação libertária, partindo, então, de uma premissa de igualdade para a liberdade, está fundamentada na necessidade do que Bakunin chama de Educação Integral.

Esta consiste em oferecer a mesma instrução para todos os extratos sociais, impossibilitando, assim, a dominação de um pelo outro, afinal, quem possui maior familiaridade com as leis da natureza e da sociedade compreende melhor o próprio meio onde vive e suas relações.

Outro fator a ser levantado é o da necessidade, não declarada, da ruptura com os padrões da educação prussiana, que, alicerçada na tendência pedagógica descrita como Liberal Tradicional e servindo de "Aparelho ideológico do Estado"[7], realiza um papel importante na manutenção de uma sociedade despolitizada e na criação de "corpos dóceis"[8] para que se siga a perpetuação da sociedade capitalista.

A este respeito, Francisco Ferrer y Guardia diz que:

> [...] los gobiernos han querido una organización cada vez más completa de la escuela, no porque esperan por la educacion la renovación de la sociedad, sino porque necessitan, indivíduos, obreros, instrumentos de trabajo más perfeccionados para que fructifiquen las empresas industriales y los capitalles a ellas dedicados.[9]

Podemos apontar, então, algumas das principais experiências pautadas na educação libertária, a Escola Moderna, fundada em 1901 por Francisco Ferrer y Guardia e A Colméia (La Ruche), fundada em 1904 pelo pedagogo Sébastian Faure, ambas empenhadas no distanciamento com a educação estatal de caráter capitalista e com a educação promovida pelos meios religiosos de cunho doutrinário.

Além destas discussões baseadas nas experiências e aspirações da educação libertária, pode-se apresentar, também, enquanto parte integrante do trabalho a busca por uma análise mais profunda dos ideais educacionais desenvolvidos por Silvio Gallo.

Gallo, dialogando com Louis Althusser, toma a educação enquanto um instrumento ideológico. Para conceituar ideologia, o autor dialoga também com Antonio Gramsci, apresenta-a no sentido da visão de mundo que é, por sua vez, construída no decorrer do processo histórico e passa a ser perpetuada por meio da reprodução no meio social em suas relações cotidianas devido as necessidades do homem de se encontrar enquanto sujeito, o que o leva a procurar o seu ser no outro, seja representando-o ou negando-o. Sendo assim dá-se a ideologia o sentido de subjetivação, ou seja, enquanto produção social fabricada para estruturar a sociedade ela se torna responsável pela distribuição de funções que pretende uma adesão maciça.

Podemos apontar a ideologia, então, como um sistema baseado em contrapartidas, pois o sujeito dependendo das produções materiais necessita da criação de um conjunto de ideias (subjetividades territorializadas[10]) que motivem as ações e para que tal conjunto funcione são necessários, também, os agentes de reprodução.

---

[7] ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1970.

[8] FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1999.

[9] FERRER, Francisco. La Escuela Moderna. Barcelona: Solidaridad, 1912. Apud: MEHL, Aracely. *Francisco Ferrer y Guardia*: Educação e a imprensa anarco-sindicalista - "A Plebe" (1917 – 1919). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

[10] GALLO, Sílvio. Subjetividade, ideologia e educação. Perspectiva. Florianópolis, v.16, n. 2.9, p.133 -152. jan./jun. 1998

A educação pode ser tomada como um desses agentes, pois ela é a responsável pela formação do indivíduo, afinal este se torna capaz de compreender os fenômenos (materiais e abstratos) por meio de seu contato com o discurso educacional.

No entanto, esta mesma prática educacional pode ser a responsável pela "desterritorialização" da subjetividade, gerando assim o que o autor chama de "subjetividade singular". A última dar-se-á o *status* de não-contribuidora da máquina estatal, pois seria autônoma e erigida por meio da compreensão de que seu papel pode ser determinado por si mesmo e que à ele não cabem as exigências do sistema.

Para Gallo, assim como para Bakunin, a educação deve partir de um princípio de autoridade e gradativamente auxiliar o indivíduo a trilhar seu caminho rumo a liberdade, pois:

> A escola não pode ser um espaço de liberdade em meio à coerção social; sua ação seria inócua, pois os efeitos da relação do indivíduo com as demais instâncias sociais seria muito mais forte. Partindo do princípio de autoridade, a escola não se afasta da sociedade, mas insere-se nela. O fato é, porém, que uma educação anarquista coerente com seu intento de crítica e transformação social deve partir da autoridade não para tomá-la como absoluta e intransponível, mas para superá-la. O processo pedagógico de uma construção coletiva da liberdade é um processo de des-construção paulatina da autoridade[11].

A educação, então, deve se concentrar na possibilidade da re-organização da sociedade por meio da liberdade do indivíduo, e este deve estar preparado para tal tarefa, valendo-se de princípios como os de ação direta e autogestão.

Ao contrário da reflexão proposta anteriormente a respeito da aproximação entre a educação libertária e a estatal, Gallo acredita na impossibilidade de tal acontecimento devido ao caráter antiestatal do libertarismo, propondo como forma de utilização contemporânea de tal tendência a filosofia da educação, pois esta, por oferecer suporte teórico aos educadores, pode ser utilizada como disseminadora de ideais não apenas educacionais, mas, políticos e critico sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo deste trabalho bibliográfico compreende-se que a educação libertária não possui, atualmente, uma expressividade nos meios formais de educação, isto, devido aos seus ideais anti-estatais.

Podemos nos aventurar, porém, mesmo nos meios formais, atrelando a educação libertária à tendência pedagógica descrita como Progressista Crítico Social dos Conteúdos. Esta, mesmo sendo idealizada para meios estatais, possui uma abertura para inserção dos ideais do educador na sua prática, sem que estes constituam uma subversão reconhecida, além de prever algo que se aproxima da Educação Integral proposta por Bakunin.

Esta medida no entanto pode ser tomada de forma paliativa, pois por meio de seu desenvolvimento pode-se chegar ao esboço do ideal de liberdade pretendido e, sendo assim, torna-se possível o desvencilhamento entre a tendência crítico social e a educação libertária, podendo, a última, se tornar primária e ter seus ideais reconhecidos pela consciência comum

[11] GALLO, Sílvio. O paradigma anarquista em educação. Revista do Curso de Pedagogia, Presidente Prudente: FCT UNESP, nº 2, 1996

como possibilidades de ação para o bem geral.

Outra forma, sugerida por Gallo é a utilização de uma filosofia da educação pautada em princípios libertários para a formação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Presença, 1970.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALLO, Silvio. *Autoridade e construção da liberdade:* o paradigma anarquista em educação. Campina: UNICAMP, 1993.

_____. O paradigma anarquista em educação. Revista do Curso de Pedagogia, Presidente Prudente: FCT UNESP, nº 2, 1996

_____. Subjetividade, ideologia e educação. Perspectiva. Florianópolis, v.16, n. 2.9, p.133 -152., jan./jun. 1998.

MEHL, Aracely. *Francisco Ferrer y Guardia*: Educação e a imprensa anarco-sindicalista - "A Plebe" (1917 – 1919). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

O PEDAGOGO ESCOLAR E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Graduação
Miriam Cristiane Bender Streit
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Orientadora: Kátia Cristina Dambiski Soares / Co-orientadora: Claudia Mara de Almeida
streit.miriam@gmail.com

A escolha do tema vem da preocupação com a qualidade do ensino na educação básica, sendo o professor o principal responsável pelo processo de ensino/aprendizagem. Outro profissional é o pedagogo que atua na organização do trabalho pedagógico da escola desenvolvendo práticas educativas com professores. Assim, a presente pesquisa teve o objetivo de investigar a contribuição deste profissional para a qualidade do trabalho docente, tendo como recorte o papel do pedagogo na formação continuada do professor. Como objetivos específicos pretendeu-se identificar as concepções existentes a respeito do trabalho do pedagogo na produção acadêmica atual, as experiências de formação continuada de professores encaminhadas pelos pedagogos no âmbito da escola e a contribuição deste profissional para a melhoria da qualidade de ensino.

As funções do pedagogo fazem parte do processo de organização da escola como um todo: estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdo, formas e instrumentos de avaliação, organização da gestão escolar. O pedagogo busca articular todos esses elementos, buscando a coerência teórico-metodológica entre o trabalho realizado por diferentes professores. Uma das formas de se articular todo esse processo é a formação continuada realizada dentro da própria escola.

A relevância do tema da pesquisa se deve a constatação de que há pouca produção acadêmica referente ao trabalho do pedagogo. Muito se discute, na atualidade, sobre a formação docente e o Curso de Pedagogia, mas quase não se encontram referências teóricas a respeito da atuação profissional do pedagogo escolar. Desta forma, resgatar as experiências positivas e exitosas em relação à formação continuada pode se constituir em real contribuição e discussão desta temática, possibilitando a reflexão crítica sobre a contribuição do trabalho do pedagogo para a qualidade de ensino.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, envolveu três ações inter-relacionadas: levantamento bibliográfico sobre a temática; entrevistas semiestruturadas com pedagogos e questionários com professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME).

O levantamento bibliográfico consta da seleção e análise de textos publicados sobre o papel do pedagogo e a formação continuada de professores. A partir dos vinte e três textos selecionados com base em palavras-chave como “pedagogo”, “Pedagogia” e “formação continuada” nos sites Scielo, ANPED, ANPAE e ANFOPE buscando identificar a concepção de Pedagogia, a concepção de formação continuada, o papel do pedagogo e a contribuição do pedagogo para o trabalho do professor.

Com relação da pesquisa de campo, foi realizada junto a RMEC, que está dividida em nove núcleos de educação, foi selecionada uma escola de cada núcleo, e um pedagogo de cada escola. Para a seleção dos pedagogos seguimos os seguintes critérios: indicação, pelos

coordenadores dos Núcleos Regionais de Educação, de pedagogos que desenvolvem em suas escolas ações de formação continuada consideradas experiências exitosas e atuação, como pedagogo, de no mínimo três anos na RME. Os questionários foram realizados com professores das escolas em que foram entrevistados os pedagogos e que trabalharam com o pedagogo há mais de um ano. Foram realizados no total trinta e seis questionários. As entrevistas e questionários envolveram questões referentes à formação acadêmica, experiência profissional e atividades de formação continuada realizadas no interior das escolas.

A análise dos dados coletados levou em consideração o referencial teórico em que a pesquisa se fundamenta (SAVIANI, KUENZER, ALMEIDA E SOARES, SANCHEZ VAZQUEZ) com o objetivo de perceber em que sentido as estratégias de formação continuada desenvolvida pelos pedagogos das escolas contribuem para a prática pedagógica dos professores.

Em relação ao levantamento bibliográfico concluiu-se que os textos estudados tratam sobre a pedagogia de forma genérica e pouco abordam sobre o trabalho pedagogo ou sobre a prática profissional desenvolvida no contexto escolar. Em relação à formação continuada do professor, os textos tratam da sua importância; no entanto não destacam o papel do pedagogo na organização desta formação no interior da escola. Os textos, de maneira geral, se referem ao curso de Pedagogia, às Diretrizes Curriculares Nacionais para este curso e a formação dos professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

As entrevistas com os pedagogos permitiram levantar as seguintes questões a respeito da sua formação acadêmica, da atuação profissional e da formação continuada: Em relação a formação inicial a maioria dos entrevistados realizou seu curso após os anos de 2000; Em relação a atuação profissional, a maioria tem mais de cinco anos de atuação na RME e metade das entrevistadas tem mais de cinco anos de atuação na escola; As atividade desenvolvidas pelas mesmas revelam diferentes ações sendo as que mais se destacaram o atendimento e acompanhamento dos alunos; A formação continuada foi pouco citada como atividade principal, porém é possível perceber que esta atividade é inerente ao seu trabalho, resultando na ação pedagógica, na qualidade do trabalho dos professores e na aprendizagem dos alunos, sendo realizado na grande maioria na hora permanência com os professores; Em relação a própria formação continuada, todas as pedagogas entrevistadas afirmaram que participam de cursos específicos para pedagogos ofertados pela RME.

O questionário realizado com os professores abrangeu questões relacionadas à formação inicial, percepção a respeito do processo de formação continuada realizado na escola e o papel do pedagogo neste processo. A maioria dos professores tem o curso de pedagogia, sendo a formação inicial dos professores a mesma formação que as pedagogas. Sobre a formação continuada a maioria afirma que realiza esta atividade com seus colegas na escola, durante a hora-atividade e em reuniões pedagógicas que são realizadas semanalmente, dos temas desenvolvidos dentro da escola, dois são mais recorrentes e são os objetivos principais da escola o processo ensino/aprendizagem. Para os professores a formação continuada dentro da escola está em possibilitar o conhecimento de novas práticas e estabelecer relação entre a teoria/prática, troca de experiências e ampliação dos conhecimentos, tendo como ponto de partida a realidade da escola. Os professores em geral indicaram o papel do pedagogo em relação à formação continuada como sendo de orientação e acompanhamento do trabalho docente, tendo um papel fundamental na mediação da prática pedagógica, trazendo subsídios ao professor.

Em síntese esta pesquisa voltou-se para a discussão a respeito da contribuição do pedagogo para a qualidade do trabalho docente no interior da escola podendo influenciar positivamente na prática do mesmo. Os dados levantados corroboram a ideia de que o pedagogo é o profissional responsável por organizar estes processos formativos, assumindo, sobretudo o papel de mediador entre o conhecimento científico e a prática pedagógica realizada.

O levantamento bibliográfico realizado indica restrita produção acadêmica que relacione os termos pedagogo e formação continuada. Os textos tratam muito mais sobre o curso de pedagogia e sobre formação continuada em geral do que abordam sobre o trabalho pedagogo ou sobre a prática profissional desenvolvida na escola.

As entrevistas e questionários revelaram que o processo de formação continuada realizado no interior da escola possibilita o reconhecimento do pedagogo em sua relação de cumplicidade com o trabalho docente, no sentido de se corresponsabilizar pela qualidade do trabalho docente e pelos resultados da prática pedagógica desenvolvida. Há o entendimento pelos sujeitos da pesquisa de que a formação continuada é um processo de mediação e intervenção na prática docente, cabendo ao pedagogo à orientação e acompanhamento do trabalho docente, papel fundamental na mediação da prática pedagógica. Sobre a formação continuada realizada na própria escola, os relatos indicam que nem sempre se estabelece como prioridade do trabalho do pedagogo em relação às demais demandas da escola.

A partir dos resultados do levantamento bibliográfico e pesquisa em campo reiteramos a importância do papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico, bem como na formação continuada dos professores e indicamos que é preciso avançar na discussão a respeito do delineamento do papel do pedagogo escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. de; SOARES, K. C. D.. **Pedagogo Escolar**: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: IBPEX, 2010.

KUENZER, Acácia. A escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir o ensino médio para os que vivem do trabalho. In: ZIBAS, D. M. L.; AGUIAR, M. A. de S.; BUENO, M. S. S. (orgs).**O Ensino Médio e a Reforma da Educação Básica**, Ed.Plano, 2002.

SÁNCHEZ VAZQUEZ, A . **Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1968

SAVIANI, D. Sentido da Pedagogia e papel do pedagogo**.** In: **Revista Ande,** São Paulo: Cortez, n.9, p.27-28, 1985.

_____. **Escola e Democracia**. Campinas, S. P.: Autores Associados, 1992.

____. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 130, Apr. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso 23 /06/ 2013.

____. O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, ago. 2004. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 23 jun. 2013

A INCLUSÃO E O ENSINO REGULAR

Graduação
Nely Silva Pontes de Moraes
Centro Universitário Internacional - Uninter
Pedagogia
Orientador: Júlio Machado dos Santos
nelycultura@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar e as dificuldades. Integração Social.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como foco principal o estudo da "A Inclusão e o Ensino Regular; Integração Social". Incluir o aluno de necessidade especial no ensino regular, Direito da Legislação Constituição Federal- 1988 – LDB 9394/96 da educação e os princípios Salamanca são integrá-lo na educação regular.

Segundo Montaum, com respaldo e responsabilidade da família e direito a educação com toda uma estrutura física e pedagógica, recursos financeiros, sociais são o suficiente para receber este aluno ao matriculá-lo.

Reflexão crítica, ideológica e muita consciência deve partir da Instituição escolar no todo com o contexto metodológico pedagógico educacional, cultural e social para o desenvolvimento do currículo da inclusão com um olhar certeiro e justo, longe das discriminações e dos preconceitos, propondo um caminho concreto e sólido para reavaliar formas de exclusão social e educacional que continuam firmes no processo de transformação da inclusão.

PROBLEMA

As preocupações neste século XXI são os problemas que a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular é praticamente claro a instituição escolar.

Ao receber um aluno de inclusão nota-se a escola não está totalmente preparada.

O projeto inclusivo se dá por equívocos conceituais que no que diz respeito ao ato de inclusão, dificultam a reorganização pedagógica das escolas e das exigências que a diferenças lhe impõem, mas com proposta de ser necessário o reavaliar o bem estar da pessoa com deficiência na sociedade e o bem estar comum de todos.

JUSTIFICATIVA

Contudo, justifica-se que há instituições escolares que ainda não se encontram preparadas totalmente e pedagogicamente com serviços especializados para receber o aluno

com deficiência. Por vários outros motivos externos também os órgãos competentes públicos se encontram com dificuldades de construir aparatos com acessibilidade ao deficiente. Na infraestrutura dos locais da comunidade, são insuficientes para suprir as necessidades regionais e nacionais, devendo ser organicamente adaptada por meio de intervenções legais e políticas à especificidade local. Pois se não nos determos nesta nova visão educacional, não conseguiremos romper com velhos paradigmas e fazer a reviravolta que a inclusão propõe.

OBJETIVO

O objetivo é matricular com segurança o aluno com deficiência no ensino regular, e que haja maior reflexão a diversidade nos sistemas escolares na sua integração e que mudanças ocorram realmente e sejam atingidos os objetivos propostos da educação segundo a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. “1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. 2º- “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em função das condições dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. 3º- “A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil” (Cap. V. art 58).

Fundamentações Teóricas

Os estudos em educação especial no Brasil avançam significativamente a partir da década de 1990 até o século XXI (MAZZOTTA, 2005).

Com a democratização no Brasil as leis foram alteradas e, com a criação da nova Constituição Federal de 1988, observamos que os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão em larga escala. Em seu Art. 3º podemos destacar o item III que aponta a redução das desigualdades sociais e o item V que destaca a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este avanço na legislação a garantia do direito das pessoas com deficiência, tratando-as como igualdade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (MEC/SEESP, 1998) trazem o conceito de educação inclusiva que implica em uma nova postura da escola regular, no que tange a propor, no PPP (projeto político pedagógico), currículo, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas que atendem a todos os alunos. “Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados educáveis” (SANCHEZ), 2005,11).

Em 1994 o Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, trouxe novos objetivos para prover diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Este documento é considerado mundialmente um dos mais dentro do movimento de inclusão social, conforme o texto que discute a Declaração de Salamanca: "promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem".

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2008).

Na busca de enfrentar esses desafios e construir projetos capazes de superar nosso histórico de exclusão, a assembleia geral da Organização Das Nações Unidas (ONU) produziu vários documentos internacionais norteadores, tais como: Declaração Universal Dos Direitos Humanos (1948); Declaração De Jontien (1990); Declaração De Salamanca (1994), Convenção da Guatemala (1999), que teve o intuito do desenvolvimento das políticas públicas dos seus países membros, com objetivo de promover transformações no sistema de ensino assegurando o acesso e permanência de todos na escola.

A proposta da educação inclusiva é acolher e dar condições a pessoa com deficiência exercer seus direitos no que tange ao cumprimento da inclusão escolar, isso se refere também a todos os indivíduos, sem distinção de cor, raça, etnia ou religião.

Inclusão é interagir com o outro, sem separação de categorias de aprendizagem, sendo assim, um regime escolar único capaz de atender a toda sociedade. Para reformar a instituição escolar primeiramente devemos rever nossos conceitos. Estamos vivenciando uma crise de paradigmas que geram medos, inseguranças, incertezas e insatisfações, mas propõe-se que este seja o momento de buscar alternativas que nos sustentem e nos direcione para realizarmos as mudanças que o momento propõe.

O exercício da cidadania para todos engloba progresso educacional e social. A questão das mudanças torna-se imprescindível para que as escolas se tornem centros de conexão total dos indivíduos, não só na mudança da estrutura organizacional, mas também da reformulação de todos os aspectos que envolvem a escola.

Torna-se importante frisar que todos devem estar engajados nesta luta para que aconteça o processo de inclusão. No entanto, mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançam o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2008, p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão na sociedade educacional sem com que o transforme em um ser que seja objeto de discriminação e preconceitos.

A era é do exagero do consumismo, e do poder político e econômico mundial e da geração da tecnológica, liderando o intercâmbio da economia mundial com a globalização. O mundo se transformou em um arsenal de competições produtos, tecnologia. E a diferença social preocupa o país, para a estagnação dos preconceitos, mais esta sociedade ainda tem necessidades gritantes de apoio e estruturas.

E a educação da inclusão especial de alunos especiais com direitos e deveres, é uma “realidade ou uma utopia”.

Não generalizamos, mas vivemos em um tempo de asteração e em consequência a busca de um bem maior (o poder econômico, político etc.) acaba entrando nos sete pecados capitais no ser humano (Bíblia Sagrada).

Cresce o número de crianças com deficiência ou marginalizadas, muitas vezes chegando no auge dos dissabores e do desespero da intolerância dos pais e familiares,

passando toda responsabilidade para educador. Assim, instituição da escola não está preparada para recebê-la. Ou esta?

Soluções precisam ser urgentes para que a criança deficiente seja acolhida na escola com muita dignidade além da Legislação vigente. Que o aluno tenha respaldo em programas e projetos inovadores educacionais e que todos os sistemas escolares se interajam para uma educação melhor a inclusão.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, visando alcançar os objetivos propostos, tomando como referência, um estudo sobre a "Inclusão e o ensino Regular "de alguns teóricos Mazzotta, 2005, e da própria Legislação Vigente – Constituição Federal de 1988- LDB-9394/96 – (**BRASIL,** 2008, p.15). CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE- **SALAMANCA**, Espanha, 7-10 de Junho de 1994-Organisação das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Ministério da Educação e Ciência de Espanha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: INCLUSÃO - Revista da Educação - Especial, Ano I, nº. 1, out./ 2005, p.7 - 18.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE- Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994-Organisação das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-Ministério da Educação e Ciência de Espanha

O INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE ARTE

Graduação
Patrícia dos Santos Oga; Thais Paulina Gralik
EMBAP-UNESPAR Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Campus 1 da Universidade Estadual do Paraná
Superior em Pintura
Orientadora: Profª. Drª. Ana Lúcia Vasquez (EMBAP)
patriciaoga@ymail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação brasileira. Legislação educacional. Ensino de Artes.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma necessidade de pesquisar sobre as origens da educação no Brasil, a evolução da legislação e da aplicação de tais leis no contexto real da sala de aula, em especial, sobre o ensino de Arte. Em nossas pesquisas, percebemos como ainda é exíguo o material que procura historiar as origens das disciplinas escolares e, consequentemente, sem conhecer essa história, pouco se pode perceber sua e(in)volução. Assim, com início em uma pesquisa bibliográfica, mapeamos o desenvolvimento do ensino de Arte na educação formal no Brasil a partir do século XX e, desse modo, oferecemos aqui uma visão sintética dos resultados encontrados até o presente momento.

O século XX trouxe grandes mudanças na constituição das sociedades humanas em geral, fosse pelos avanços das pesquisas e das ciências, o alargamento das fronteiras ou mesmo as guerras mundiais que ocorreram ainda na primeira metade, ou ainda a conquista de novas fronteiras: o fundo do mar e o espaço. No Brasil, o ensino de arte passou por muitas transformações e concepções desde o século XIX, quando o desenho desempenhava um papel de destaque como preparo técnico para o trabalho em fábricas e serviços artesanais. Afinal, havia, ainda, a transição governamental, de colônia para nação independente, o que, aliás, teve pouca influência em questões práticas do cotidiano dos cidadãos comuns. Ainda assim, é nesse período que o Governo Federal começa a instituir uma legislação própria sobre a educação.

Nas primeiras décadas do século XX, os programas de ensino ainda eram de caráter técnico e utilitário. A Constituição de 1937, por exemplo, enfatizava o ensino pré-vocacional e profissional e propunha que a arte, a ciência e o ensino fossem livres à iniciativa individual, ou seja, sem a obrigatoriedade de receber subsídios do Estado. “Mas, foi o Estado Novo que criou o primeiro entrave ao desenvolvimento da arte/educação e solidificou alguns procedimentos [...] como desenho geométrico na escola secundária e na escola primária, o desenho pedagógico e a cópia de estampas usadas para as aulas de composição em língua portuguesa” (BARBOSA, 2008, p. 04).

A prática da livre-expressão, firmada pela tendência Escolanovista, fundamentada no conceito de Arte como forma de desenvolvimento para a autoexpressão, difundiu-se no Brasil mudando esse cenário. Porém, anos mais tarde, nas escolas de ensino formal, essa prática resultou em um ensino de Arte livre, desprovido de conteúdo, gerando aumento de preconceito com relação ao ensino da Arte.

Em 1958, uma lei federal permitiu e regulamentou a criação de classes experimentais, com vistas à experimentação de variáveis para os currículos e programas determinados pelo Ministério de Educação. De início, as classes experimentais tinham por objetivo o desenvolvimento da criatividade, uma das características do Modernismo em Arte-Educação. No entanto, devido às perseguições da ditadura em 1964, as Escolas Experimentais foram aos poucos eliminadas. "A partir daí a prática de arte nas escolas públicas primárias foi dominada em geral pela sugestão de tema e por desenhos alusivos a comemorações cívicas, religiosas e outras festas e em explorar uma diversidade de técnicas de desenho, pintura, impressões e colagem" (BARBOSA, 2003).

Uma concepção tecnicista do ensino de Arte surgiu nos Estados Unidos e foi introduzida no Brasil entre os anos 1960 e 1970. Com a reforma educacional proposta pela Lei 5.692/71, houve a inclusão de Educação Artística nos currículos de 1º e 2º graus e, em 1973, foi criado o curso de graduação em Educação Artística. Mas, na prática, a disciplina foi considerada apenas como atividade educativa e tornou-se voltada para o ensino de técnicas, com atividades que davam ênfase no processo expressivo e criativo; porém era insuficiente no conhecimento da Arte, da História da Arte e das diversas linguagens artísticas, resultando em perda de qualidade de ensino.

Tais problemas levantaram questionamentos entre arte-educadores, e, como consequência, na década de 1980, eles se tornaram mais politizados em todo o Brasil. Em 1987, foi fundada a Federação dos Arte-Educadores do Brasil (Faeb) que reivindicou a inclusão da Arte na redação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), a qual a definiu como componente curricular obrigatório, "de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (BRASIL, 2014). Com essa lei "Arte" foi reconhecida como área específica de conhecimento e começou a propor maior consciência como disciplina necessária, além de exigir uma melhor qualidade desse ensino, a qual se deve ao atual interesse de relação com o pensamento e com os problemas da sociedade contemporânea.

Durante esses vinte anos, em diversos movimentos, os professores buscaram novas orientações para o ensino da arte e, a partir dessa década, o ensino da Arte "[...]começa a ser repensado em novas bases conceituais e revisado quanto a sua relação com as pesquisas contemporâneas em arte. [...] Surgiram, também, as releituras, enquanto produções realizadas com base em obras de arte" (PILLAR, 1999:11).

Consequentemente, novas propostas surgiram a fim de tornar o ensino e a formação de professores de Arte mais eficazes e significativos. A proposta Triangular, desenvolvida por Ana Mae Barbosa, foi uma das primeiras dessas propostas que surgiram introduzindo a História da Arte como componente essencial para o ensino e aprendizado da Arte nas escolas. E sua influência pode ser reconhecida no texto do documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme descreve BARBOSA (2003) "A nomenclatura dos componentes da Aprendizagem Triangular designados como: Fazer Arte (ou Produção), Leitura da Obra de Arte e Contextualização, foi trocada para Produção, Apreciação e Reflexão (da 1ª a 4ª séries) ou Produção, Apreciação e Contextualização (5ª a 8ª séries)".

Atualmente, de acordo com essa mesma autora, apesar dos tropeços governamentais há "experiências de alta qualidade tanto na Escola Pública como na Escola Privada e principalmente nas organizações não governamentais [...] graças a iniciativas pessoais de Diretores, de Professores e mesmo de artistas" (BARBOSA, 2003), além disso, ela comenta

que as associações de Arte-Educadores continuam atuando, apesar de terem perdido parte de sua influência.

Por fim, a perda das identidades, relacionada à globalização, a diminuição das fronteiras entre a arte e a cultura popular, o texto atual do § 2º artigo 26 da LDB, "O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)". Assim, são trazidas questões pertinentes para a revisão dos conceitos e dos conteúdos no ensino de Arte. Elas se transformam em um desafio constante para os professores na construção de novas propostas que tenham relação com a contemporaneidade e possam ser convalidadas inclusive pela necessidade de uma formação mais global, com capacitações continuadas e regida por legislações estaduais e municipais mais recentes que contemplem essas questões.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Ensino da Arte**: Memória e História. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. Arte Educação no Brasil: do modernismo ao pós-modernismo. **Revista Digital Art&**, n. 0, out. 2003. Disponível em: http://www.revista.art.br/site-numero-00/anamae.htm. Acesso em 20/09/2014.

_____. (Org.). **Arte/educação contemporânea**: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BRASIL. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820. Acesso em 22/09/2014.

BELLO, José Luiz de Paiva. Educação no Brasil: a História das rupturas. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm. Acesso em 20/10/2012.

PILLAR, Analice Dutra (Org.). **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MARIANO, N. R. Ordenar, civilizar e instruir: Os livros didáticos e a construção do saber escolar no Brasil oitocentista. **Anais eletrônicos do XIII Encontro Estadual de História**, Guarabira, PB. Disponível em http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/ textos/ST%2006%20-%20Nayana %20R.%20C.%20Mariano.PDF. Acesso em 10/09/2012.

SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Disponível em http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/1desafios.pdf. Acesso em 10/09/2012.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CAMPUS CURITIBA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO, PERÍODO 2009-2012. QUAL A COLABORAÇÃO QUE O EXAME DÁ ÀS INSTITUIÇÕES QUE DELE PARTICIPAM?

Trabalho premiado com o 1º lugar na categoria Iniciação Científica

Graduação
Roberto José Medeiros Junior, Alexandre Machado Fernandes, Renato Roxo Coutinho Dutra
FSB – Faculdade São Braz
IFPR – Instituto Federal do Paraná
robertoeduc@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Exame Nacional Ensino Médio. Planejamento político-pedagógico. Tomadores de decisões.

INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante quando este termina a educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Sua popularização veio em 2004, com o "Programa Universidade para Todos" (ProUni), vinculando a concessão de bolsas em Instituições de Ensino Superior privadas à nota obtida no exame (UNIVERSITÁRIO, 2009); em 2009, foi modificado para dois dias de prova, com 180 questões objetivas (divididas em quatro grandes áreas) e uma redação (GERONASSO, 2010).

O Exame também é alvo de críticas. Segundo LIMA et al. (2011), "O ENEM configura-se como o canto da sereia da democratização do acesso à educação superior e escamoteia que qualquer forma de seleção é excludente num contexto em que o direito à educação não é garantido pelo Estado".

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal, criada em dezembro de 2008 por meio da Lei 11.892, voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2013).

Portanto, a relevância deste trabalho é avaliar o desempenho do Câmpus Curitiba do IFPR no Enem, período 2009-2012. E, a partir da análise dos resultados, entender como o Enem pode contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade como

preconizado pelo Ministério da Educação (MEC), além de induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio, se necessário.

Também pretende avaliar como o mesmo auxilia as instituições que dele participam nos seus planejamentos e quais são os subsídios oferecidos aos seus tomadores de decisões.

DESENVOLVIMENTO

Os dados utilizados no trabalho foram obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br), onde foram selecionadas as informações sobre as doze melhores escolas (públicas e/ou particulares) do município de Curitiba, que será o universo analisado.

Nos anos de 2011 e 2012 (Exames de 2010 e 2011) os resultados foram divulgados por grupos de escolas em função do número de alunos das instituições que poderiam prestar o Exame e quantos de fato o fizeram; o Câmpus Curitiba do IFPR ficou no grupo de escolas com mais de 75% de participação.

No ano de 2013 (Exame de 2012) aconteceu uma pequena modificação na forma de divulgar os resultados que foi disponibilizado como um grande grupo de escolas com mais de 50% de participação, no qual o Câmpus Curitiba do IFPR aparece; em 2010 (Exame de 2009) nenhum dos critérios acima mencionados foram utilizados, sendo disponibilizada apenas uma única lista com todas as escolas.

Nos Exames de 2009 e 2010 o ranking das escolas, divulgados pelo MEC, foi estabelecido utilizando a “Média Geral” (média da Redação + média das provas objetivas), enquanto nos Exames de 2011 e 2012 o ranking foi estabelecido utilizando apenas a média das provas objetivas (os quatro grandes eixos: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias), que chamamos de “Média Total” neste trabalho.

Decidimos por utilizar a “Média Total” quando analisamos a flutuação das médias finais das instituições em função de problemas que eventualmente acontecem durante a correção das Redações, pretendendo assim evitar possíveis distorções que os resultados poderiam sofrer devido ao fator humano, interferindo na nota final das Redações e, consequentemente, na “Média Geral”.

As figuras foram obtidas utilizando-se o *software* Microsoft Office Excel 2007.

Também foi feita uma tentativa de visualização das relações entre os dados a partir das figuras elaboradas pelo método da Neográfica (= *Graphique*) e do tratamento gráfico da informação (BERTIN, 1986). Este tratamento permite transformar gráficos “para ler” em “gráficos para ver” (CARDOSO, 1984), substituindo gráficos ilustrativos por gráficos operacionais.

A utilização da técnica anteriormente descrita nos permitiu avaliar se a comparabilidade dos resultados de cada eixo, ao longo do tempo, e dos quatro eixos em uma mesma edição do Exame, por meio dos pressupostos da Teoria de Resposta ao Item (TRI), é possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando são divulgados os resultados do Exame, são apresentados sob a forma de média, por eixo. Assim, se por um lado o eixo Matemática permite que os professores da Instituição que lecionam essa disciplina possam permanentemente avaliá-la e, se necessário,

modificar a forma de ministrá-la. Por outro lado, os professores que atuam lecionando as disciplinas que fazem parte do eixo Ciências da Natureza, por exemplo, não têm esta possibilidade, já que a seguinte situação pode se apresentar: os participantes do Câmpus tiveram um bom desempenho nas questões relacionadas à Física e Química, inclusive levemente melhor do que na edição anterior do Exame, ao contrário das questões relacionadas à Biologia, com péssimo desempenho, o que fez com que a média do eixo no Exame caísse em relação ao ano anterior.

Portanto, a forma de divulgação dos resultados, se útil para o eixo Matemática, não é conveniente para os professores que ministram as disciplinas que constituem os outros eixos, e que não podem avaliar o desempenho das mesmas; também não permite que os tomadores de decisões possam estabelecer prioridades como, por exemplo, construir primeiro e aparelhar o laboratório de línguas estrangeiras, de Física ou Biologia, caso os recursos financeiros sejam insuficientes e prioridades precisem ser estabelecidas. Também não fornece subsídios para se estabelecer uma política de formação de recursos humanos equilibrada, priorizando a formação de professores das disciplinas que estão apresentando resultados aquém do esperado.

As representações Neográficas demonstraram algo inesperado para o qual, aparentemente, só podemos imaginar duas explicações. A primeira não é crível: as instituições melhores colocadas nos Exames tinham no seu corpo docente algo em comum, ou seja, seu grupo mais qualificado era o do eixo Matemática.

Outras explicações seriam as respostas às duas perguntas anteriores. A TRI até pode permitir que os resultados de diferentes anos, dentro do mesmo eixo, principalmente Matemática e aparentemente só Matemática, possam ser comparados; entretanto, fica claro que os diferentes eixos não podem ser comparados a partir de perguntas com graus de dificuldade semelhantes, pelo simples fato que a TRI não consegue estabelecer esta semelhança entre eixos.

Acreditamos que a total ausência de um padrão, diferentemente do que observamos nas representações Neográficas, seria um sinal de que diferentes eixos possuem perguntas com graus de dificuldade semelhantes; esta seria a situação ideal para as instituições que, conhecendo suas deficiências poderiam otimizar suas ações para saná-las, com tomada de decisões mais pontuais e objetivas. Uma política de formação de recursos humanos, mais equilibrada e bem direcionada, um incremento na infraestrutura de determinadas áreas, ou uma revisão da proposta pedagógica de um determinado eixo poderiam ser priorizadas.

REFERÊNCIAS

BERTIN, J. **A neográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986.

CARDOSO, J. A. Construção de gráficos e linguagem visual. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 37-58, 1984.

INEP. NOTA TÉCNICA. **Assunto**: Teoria de Resposta ao Item. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 21 abr. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. O Instituto. Disponível em:

<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional> Acesso em: 22 mar. 2013

LIMA, K.R.R. *et al*. Políticas públicas de "democratização" da educação superior no governo Lula: ENEM, PROUNI, REUNI. **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – 2011**. Disponível em: <**http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09c_t001.pdf**> Acesso em: 05 abr. 2013.

GERONASSO, M. H. **PROGRAMA *EUREKA*: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM PROJETO DE EDUCOMUNICAÇÃO**. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_Marlus%20Humberto%20Geronasso.pdf> Acesso em: 20 mar. 2014

SCHWARTZMAN, S. **Francisco Soares: os problemas do ENEM e os mistérios da TRI**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon > Acesso em: 22 abr. 2013.

SHIMAKURA, S. E. Interpretação do coeficiente de correlação. Disponível em: <http://www.leg.ufpr.br/~silvia/CE003/node74.html> Acesso em: 30 abr. 2014

UNIVERSITÁRIO. Conheça a história e os objetivos do Exame. Disponível em: <http://www.universitario.com.br/noticias/n.php?i=7915> Acesso em: 05 abr. 2013.

VARGAS, V. C. C. Correlação. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Correlacao/Correlacao_Pearson_Spearman_Kendall.pdf> Acesso em: 05 abr. 2013

LER E CONTAR HISTÓRIAS NA SALA DE AULA

Graduação
Rosane de Lara Caetano Andrade
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Pedagodia
Orientadora: Eliane Martins Quadrelli Justi
rosane-lara@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Contação de história. Contador de histórias. Contar histórias na escola.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa aprofundar os estudos sobre a contribuição da contação de histórias na fase das séries iniciais e as suas implicações para despertar leitores nessa primeira etapa do ensino fundamental. Justifica-se o presente estudo via observação durante o estágio no Curso de Pedagogia no ensino fundamental de determinadas escolas de Curitiba. Assim, tem-se por objetivo geral estudar o que dizem os pesquisadores sobre o estado criativo e a capacidade da criança imaginar ouvindo histórias. E por objetivos específicos: apontar aspectos em que o professor precisa se desenvolver para contar histórias em sala de aula, bem como verificar as contribuições do conto no processo criativo infantil ouvindo histórias. E ainda, destacar o envolvimento sensível e humano provocado pela troca de emoções entre quem ouve e quem conta histórias em situação de aprendizagem escolar entre crianças de 7 e 8 anos de idade. Para elaboração desse trabalho foi realizado investigações e análises bibliográficas. Nesse estudo compreendeu-se que a arte de contar histórias possui uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança que se constrói pessoal e coletivamente. Narrar histórias contribui para formação cultural do aluno, traz alegria, motivação, estímulos diversos, criatividade e como consequência, traz melhorias no desempenho escolar cooperando para um melhor desempenho intelectual, cognitivo, favorecendo ainda mais a aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

O ato de narrar partiu do momento em que o homem sentiu necessidade de tornar inteligíveis os fatos que ocorriam em seu cotidiano, uma vez que a prática de “contar histórias é uma arte antiga surgida muito antes da escrita” (BUSATTO,2011, p.32). Compreende-se então que uma história bem narrada torna-se um momento de efetuar uma troca entre o mundo real e o mundo imaginário e necessário em sala de aula enquanto exercício de aprendizagem tanto para o professor que conta, como para a criança que ouve e imagina. Assim, parte-se do princípio que o contar história caracteriza, em diferentes setores sensoriais, um caminho de aprender na escola na promoção interior para refletir e sentir, pois “privilegiar atividades com histórias e materiais literários tem por certo, repercussões positivas para a criança” em suas experiências, conforme aponta Góes (1997, p. 18). Ainda na mesma página, a autora afirma:

> Nesses estudos, voltados principalmente para o narrar ficcional, argumenta-se que, ao lidar com ações de personagens e com situações da trama, a criança estaria

> construindo teorias sobre a mente, sobre situações cotidianas regulares(canônicas) e sobre mundos possíveis (Góes,1997, p. 18).

Nessa perspectiva é notável que a história narrada possua uma grande contribuição para o desenvolvimento da criança que se constrói pessoal e coletivamente. Escutar histórias move a criança ao exercício de – ouvir – e, "essa escuta atenta e sensível implica em respeito e reverência ao outro e exercita os valores humanos" (BUSATTO, 2011, p.22). Nesse contexto é esperado que a criança passe a ter uma melhor desenvoltura no convívio com outras pessoas decorrentes de um processo natural de humanização e de valorização do contato humano. Nesse sentido destaca-se abaixo um conjunto de valores humanos possíveis no trato de contar histórias elencados por Dohme (2000, p. 23). São eles:

> • Alegria: Boa disposição para fazer as coisas. Propensão a ver e mostrar o lado divertido das coisas.
> • Amor: Desejar o bem para outras pessoas. Ter apego às suas produções e bens, ao meio em que se vive e às pessoas.
> • Compartilhar: (...) Reconhecer o direito ou legítimo desejo das outras pessoas usufruírem igualmente de pertences ou oportunidades.
> • Confiabilidade: Ter uma conduta constante e verdadeira, capaz de conquistar crédito de um bom procedimento.
> • Cooperação: Capacidade de atuar com outras pessoas de forma consistente e produtiva.
> • Coragem: Resolução, perseverança, constância e firmeza perante situações novas ou desafiantes.
> • Cortesia: Ser afável, atento e bem-educado.
> • Disciplina: Obedecer a ordens preestabelecidas, combinadas e anteriormente aceitas. (...)
> • Honestidade: (...) Conhecer os limites de suas propriedades em relação às de outras pessoas. Ter atitudes coerentes com seu pensamento e suas convicções. (...)
> • Igualdade: (...) Não se ater a preconceitos e tratar todas as pessoas da mesma forma.
> • Justiça: (...) Ter sensibilidade para ouvir e entender as razões que levam outra pessoa a determinada conduta. Capacidade de dar a cada um o que lhe pertence.
> • Lealdade: Amor e fidelidade à verdade. Incapacidade de trair, falsear ou enganar.
> • Paz: Capacidade de reconhecer os benefícios da harmonia e trabalhar em prol dela.

Certamente, o ato de contar histórias não deseja de longe doutrinar ou moralizar por meio do trato de valores considerados humanos. Trata de ajudar a criança refletir por meio de uma disciplina consciente e assumida por ela em relação ao seu comportamento e processo de socialização. Destarte, ao contar histórias, está o professor promovendo formas de conhecimento em que a criança desenvolve em outros contextos da vida. Por isso, esse valioso instrumento não deve ser utilizado na escola somente para um curto tempo em que o aluno mal ouve a história e já parte para as atividades escolares e conteudistas sem ao menos refletir sobre o que foi narrado, pois seu valor vai muito além. Ela traz alegria, motivação, estímulos, criatividade, desperta emoções, propicia o envolvimento social, valores e conceitos. Contribuir para formação cultural do aluno "consequentemente" traz

melhorias no desempenho escolar da criança, coopera para um melhor desenvolvimento intelectual, cognitivo, favorecendo ainda mais a aprendizagem.

Assim, a narrativa torna-se um instrumento criativo de grande valor ao ser usado pelo professor, porém deve-se ter muito cuidado para não escolarizar a contação de histórias, pois "contar bem uma história é também evitar o didatismo e a lição de moral" (SISTO, 2001, p. 25). Nesse contexto, compreende-se que Tahan dialoga com Costa, considerando a função da contação de história na instalação de momentos propícios a aprendizagem, cujas: "funções acabam por determinar os objetivos do ensino da literatura infantil, envolvendo o trabalho docente e a qualificação necessária para que esse trabalho se desenvolva a contento" (COSTA, 2007, p.148).

Dessa forma, o professor precisa desenvolver, encontrar caminhos de relacionar as atividades escolares com as atividades humanas em sala de aula, pois é também função da escola propiciar a formação desses valores, ou seja, "cabe também a essas instituições o fortalecimento das condições necessárias para a vida em sociedade" (SOARES, 2011, p. 30). Compreende-se então que tanto as famílias quanto os professores encontram na prática de contar histórias uma ferramenta de estímulo para a criança pensar e fantasiar suas histórias vividas e sentidas correlacionando de modo reflexivo as suas criações internas, principalmente a criança na faixa etária entre7 e 8 anos de idade.

Para receber essa experiência viva, torna-se fundamental que o professor ao narrar, conheça bem a história, pois "a contação de histórias pede olho no olho, intimidade e cumplicidade com o ouvinte" (BUSATTO, 2011, p. 32). Com esse olhar, os professores podem ficar livres do manuseio com objetos para compor a história para observar o rostinho das crianças, suas expressões e os efeitos, "tendo também a possibilidade de modificar a história segundo as reações delas", conforme aponta Gillig (1999, p. 85) e complementa Sisto:

> Uma história, para o ouvinte, começa a nascer no impulso do olho. A força do olhar de quem conta vai saber logo logo se encontra eco na imaginação de quem ouve. Mas quem conta é também quem aconchega, quem traz de perto, quem respira junto e quem dialoga (2001, p. 36).

Assim, ao realizar o exercício de olhar e perceber a criança no momento que ela ouve a história pode o professor criar na sala de aula um ambiente aconchegante; um cantinho humanizado e encantado; uma atmosfera favorável o qual somente vai bastar uma iluminação, ou talvez, um tapete grande, ou ainda, algumas almofadas e a voz do narrador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente estudo, pode-se compreender que a prática da contação de histórias promove e auxilia no desenvolvimento da criança, e ainda, uma história bem estruturada pode ser um fator decisivo na delicada tarefa docente de educar para a paz e cidadania. Ouvir histórias conduz a criança de maneira prazerosa a descobrir um mundo imenso de conflitos e soluções interior e exterior ao dela. Esta relaciona e constrói conceitos acerca das histórias literárias no qual ela pode pensar, questionar, inquietar-se querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de opinião. Por meio das investigações e análises bibliográficas, foi possível perceber que essa prática, necessita de um

olhar especial por alguns professores que têm utilizado esse recurso de maneira didatizada - voltada para as ações escolares.

Assim, a utilização da contação de histórias no processo de escolarização requer aprimoramento na formação do professor, pois a não realização ou o mau dessa ferramenta de aprendizagem certamente trará carências no processo educativo. Essa arte também contribui para a formação cultural do aluno e consequentemente, traz melhorias no seu desempenho escolar, cooperando para um melhor desenvolvimento intelectual, cognitivo, favorecendo ainda mais as aprendizagens interiores/sensíveis e exteriores/práticas da infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Gostosuras e bobices.** Scipione, São Paulo, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política,** Brasiliense, 1978.

BUSATTO, Cléo. **O fio da história.**Artes & Textos, Curitiba, 2011.

COSTA, Marta Moraes da. **Metodologia do ensino da literatura**.Ibpex, Curitiba, 2007.

DOHME, Vania. **Técnicas de contar histórias,** Informal, São Paulo, 2000.

GILLIG, Marie – Jean. **O conto na psicopedagogia.** Artes Médica Sul, Porto Alegre, 1999.

RIBEIRO, Jonas. **Ouvidos Dourados: a arte de ouvir as histórias para depois contá-las**. Ave Maria, São Paulo, 2006.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias.** Argos, Chapecó, 2001.

SOARES, Marcos Aurélio Silva. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**.Ibpex, Curitiba, 2011.

TAHAN, Nalba. **A arte de ler e contar histórias.**Conquista Rio de Janeiro, 1966.

O PAPEL DA GESTÃO DIANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

Pós-Graduação
Sâmia Carolina Gomes do Rosário
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva
samia_carolina@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Educação Especial. Gestão.

INTRODUÇÃO

É inegável a forte relevância da educação especial e das instituições que ofereceram e que ainda oferecem serviços educacionais especializados às pessoas com deficiência. Durante muito tempo essas pessoas eram consideradas incapazes em tudo.

Porém, essa visão sofreu mudanças ao longo dos anos e hoje as pessoas com deficiência têm direito a serem incluídas no mercado de trabalho. Compreendendo que as pessoas com deficiência intelectual, assim como quaisquer outras pessoas, têm o direito de ter possibilidades de inclusão social por meio do trabalho dentro de suas potencialidades, realizou-se tal pesquisa tendo como **objeto de estudo a problemática**: Como ocorre a educação profissional nas escolas especializadas do ponto de vista da prática da gestão?

Neste sentido, este estudo será voltado para as instituições especializadas em atendimento às pessoas com deficiência intelectual que apresentam programas profissionalizantes em Belém/PA. Sendo que a instituição escolhida para coleta de dados foi o CAEE Prof. Lourenço Filho/Fundação Pestalozzi do Pará.

Como relevância científica, cita-se o fato de existirem poucos estudos realizados neste âmbito em nível local, de forma que este contribuirá para pesquisas futuras e para as instituições mencionadas como a principal fonte de dados. Pessoalmente, tem importância fundamental para a pesquisadora, uma vez que esta trabalha com o público em questão e está em contato direto com a realidade do público alvo desta pesquisa. Portanto, este trabalho dará a oportunidade de se aprofundar no tema em foco.

Este estudo foi desenvolvido com a pretensão de investigar como funcionam os programas profissionalizantes das instituições de apoio especializados; como é feita a inclusão no mercado de trabalho e qual é o perfil das empresas que absorvem esse profissional e do profissional de que elas buscam.

Neste sentido, foram elencadas as seguintes questões norteadoras/hipóteses: as práticas da gestão escolar têm função essencial frente à profissionalização das pessoas com deficiência intelectual nas instituições especializadas; as pessoas com deficiência intelectual apresentam vantagens sociais e pessoais quando incluídas no mercado de trabalho; as instituições especializadas, por meio de seus programas profissionalizantes, têm contribuído para a inclusão destas pessoas no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Quando se fala em educação profissional logo se remete a questão do trabalho e do trabalhador. Na história da educação aprende-se que o trabalho é toda atividade na qual o ser humano, por meio das suas habilidades e racionalidade, se utiliza de elementos que estão ao seu redor transformando-os para que lhe possa ser útil em sua vida prática: "O trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes, a partir da qual o homem responde aos desafios da natureza" (ARANHA, 1989, p. 4). E diz mais: "[...] pelo trabalho o homem se autoproduz, pois ele se modifica e se constrói a partir da sua ação" (p. 6).

Atualmente, tem-se uma noção de trabalho que vai mais além, entende-se o trabalho como atividade inerente ao homem, como forma de sobreviver e como meio de inclusão social e, por essa dimensão, torna-se também identidade das pessoas em sociedade e garantia de cidadania.

Bezerra (2011) acredita que os empregadores não devem aplicar a mesma metodologia de recrutamento de funcionários com e sem deficiência e que precisa haver flexibilidade quanto aos requisitos de investidura como, por exemplo: escolaridade e experiência. Afirma ainda que o candidato não deva se adaptar ao cargo, mas que precisam ocorrer adaptações na função para que o candidato com deficiência possa ocupá-la.

Após os diversos documentos que reafirmam os direitos das pessoas com deficiência e dos avanços científicos nas áreas médica, social, educacional e psicológica, percebeu-se que o fato de uma pessoa apresentar uma deficiência não o torna um indivíduo incapaz. Assim, iniciou-se uma fase em que as pessoas com deficiência passaram a ser incentivadas a ingressar no mercado de trabalho em busca de garantir que seus direitos fossem atendidos.

Neste sentido, foi criada a lei de cotas Lei nº. 8.213/91, a qual determina que empresas com pelo menos 100 (cem) empregados ficam obrigadas a absorverem dentre seus funcionários de 2 (dois) a 5 (cinco) por cento de pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Para obtenção dos dados da pesquisa, foram aplicados questionários no período de 18 a 25 de outubro de 2012, que continham questões abertas, capazes de registrar com maior fidedignidade as informações que se pretendiam obter. Foram elencadas 5 (cinco) questões para cada grupo de sujeitos, sendo que algumas eram comuns e outras próprias do questionário do grupo de pesquisa. Os sujeitos escolhidos para aquisição destas informações foram: o gestor; um coordenador pedagógico e três professores envolvidos na profissionalização dos atendidos.

Quando perguntado, sobre o papel da gestão frente à educação profissional, o gestor acredita ser o de gerar suporte aos encaminhamentos de caráter técnico e especializado para que possam acontecer, assim como favorecer com que ocorram trocas de experiências entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, construir pontes e conexões que possam conduzir aos objetivos estabelecidos.

Para os demais sujeitos da pesquisa, é papel da gestão orientar a comunidade escolar quanto à capacidade produtiva daquele indivíduo, destacando a autonomia gerada ao fazer parte do mercado de trabalho e o próprio desejo da pessoa em trabalhar. A gestão é responsável por formar uma equipe que possa atuar junto aos professores e ao local de inserção do aluno. Deve proporcionar ambiente e materiais necessários para a execução das atividades nas oficinas.

As professoras destacam que a pessoa incluída no mercado de trabalho melhora seu comportamento social, visão de mundo, sua auto-percepção, e, além de exercer as

habilidades laborais, exerce também as habilidades relacionais e sociais. A confiança na capacidade própria, autonomia e responsabilidade também foram citados. Além disso, as pessoas que convivem com indivíduo com deficiência passam a reconhecer suas potencialidades, apesar das dificuldades.

De acordo com a coordenadora pedagógica da instituição, a educação profissional já não se apresenta nos antigos formatos de cursos profissionalizantes devido a falta de estrutura material necessária para a manutenção e formação adequada dos atendidos. Porém, ressalta que atualmente os alunos têm orientação profissional por meio de oficinas bem como recebe tal orientação por meio do atendimento das Atividades Práticas para a Vida, nas quais obtêm informações a respeito da importância e utilização dos documentos como Registro Geral, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e outros; como se comportar em ambientes como o de trabalho; direitos e deveres dos cidadãos etc., de modo a contribuir a formação cidadã dos alunos.

Existem funcionários com deficiência na instituição, inclusive são dois profissionais com deficiência intelectual. Ambos trabalham com serviços gerais, sendo um deles ex-aluno da própria instituição.

De acordo com as professoras, existem aproximadamente 8 (oito) assistidos pela instituição de apoio especializado que estão ou estiveram incluídos no programa profissionalizante que atuam no mercado de trabalho. Constatou-se que ainda que recebam benefício do INSS alguns atendidos trabalham em ambientes não formais como forma de complementar a renda da família e, consequentemente, a sua própria.

Quanto ao questionamento, se as empresas que admitem pessoas com deficiência de fato fazem a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho ou se estariam apenas atendendo a uma exigência legal, uma professora responde que acredita que algumas empresas realmente adotam uma postura inclusiva; no entanto, pensa que outras não têm esse engajamento, pois não promovem as adaptações necessárias para que estereótipos e preconceitos sejam derrubados, não promovem hábitos e atitudes que venham a respeitar a personalidade da pessoa com deficiência e ajustar a função exercida às características da pessoa com deficiência intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas obtidas por meio de questionários, percebeu-se que a gestão tem sim função fundamental frente à profissionalização de pessoas com deficiência intelectual, desde a organização de uma equipe que vai trabalhar diretamente com isso até a disponibilidade de ambiente e materiais necessários para sua realização.

Notou-se também que as pessoas com deficiência intelectual incluídas no mercado de trabalho podem obter vantagens materiais (renda própria, casa e móveis) e pessoais (autonomia financeira, auto-percepção, responsabilidade e independência).

Quanto à ação mais direta de inserção destas pessoas no trabalho, destaca-se que a instituição suspendeu temporariamente seus cursos de capacitação devido a questões estruturais, mas continua desenvolvendo orientação à profissionalização por meio de outros atendimentos como as Oficinas Pedagógicas e o APV.

Ao longo da pesquisa evidenciou-se, por meio dos mais diversos documentos, que existe uma preocupação mundial com a inclusão social de pessoas com deficiências. Porém, ainda assim a maioria dos sujeitos da pesquisa acredita que essa “inclusão” é realizada em

razão das exigências legais e não pela conscientização da capacidade do indivíduo com deficiência, mas não foi descartada a ocorrência dessa última possibilidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação.** São Paulo: Moderna, 1989. 214p.

BEZERRA, S.S. **Inclusão social da pessoa com deficiência social e múltipla**: trabalho emprego e renda. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011. 60p.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: QUESTÕES SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO

Graduação
Suelen Martins da Silva
Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientador: Daniel Vieira da Silva
suelen_m_silva@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial de professores. Concepções. Educação básica

Este trabalho tem como objetivo principal apreender a representação dos alunos de Pedagogia sobre o estágio supervisionado, em sua formação inicial. Ao longo da graduação no curso de Pedagogia, passamos pelas mais variadas experiências, no entanto, a mais marcante e a que coloca em evidência o papel docente é o estágio supervisionado. Neste sentido, entendemos que conhecer a realidade do "chão" de sala de aula propicia a possibilidade de apropriação efetiva da relação teoria e prática. Isto torna a teoria viva e transforma a prática em algo que pode e deve ser analisada, para assim poder ser modificada.

Para enfatizar a importância de se pensar esta temática, elegemos uma passagem de Pimenta e Lima (2004):

> Os conhecimentos e as atividades que constituem a base formativa dos futuros professores têm por finalidade permitir que estes se apropriem de instrumentais teóricos e metodológicos para a compreensão da escola, dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. Essa formação tem por objetivo preparar o estagiário para a realização de atividades nas escolas, com os professores nas salas de aula, bem como para o exercício de análise, avaliação e crítica que possibilite a proposição de projetos de intervenção a partir dos desafios e dificuldades que a rotina do estágio nas escolas revela (p. 102).

Como se pode notar, estas autoras deixam muito claro que o estágio supervisionado, quando bem organizado, possui grande relevância para a formação do futuro professor e afirmam que é neste "transitar" entre a universidade e a escola que os estagiários criam relações e conhecimentos que vão além de simplesmente repetir o que é visto no campo de estágio.

Uma vez que o estágio supervisionado faz parte da carga horária de todos os cursos de licenciaturas, sobretudo no curso de Pedagogia, ao vivenciar a dinâmica desta disciplina, surgiram alguns questionamentos: 1) E como que se dá a relação teoria e prática durante o estágio supervisionado? 2) Qual a contribuição desta atividade formativa para os futuros professores?

Para responder a estas perguntas, optamos por desenvolver uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, cujos dados serão confrontados com a bibliografia da área.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica será utilizada para apreendermos o histórico da formação de professores no Brasil, o histórico do estágio supervisionado no curso de Pedagogia e analisar a importância da relação teoria e prática presente no estágio supervisionado para a formação docente. Sendo assim, a pesquisa de campo visa uma apropriação do modo pelo qual os alunos de Pedagogia entendem o estágio supervisionado. Para tal será realizado um questionário, com questões abertas e fechadas, que será aplicado com alunos de vários períodos, em um Centro Universitário localizado na cidade de Curitiba.

A primeira preocupação com a formação de professores no Brasil surgiu juntamente com o interesse pela instrução da população e foi oficializada pela 1ª lei geral brasileira, de 15 de outubro de 1817, que ficou conhecida como "Lei das escolas de primeiras letras". Esta lei estabelecia, dentre outras coisas, que o processo de formação dos alunos se efetivasse pelo método de ensino mútuo/lancasteriano e que os professores deveriam ser "treinados", igualmente, neste método (SAVIANI, 2005, p.01).

O surgimento da primeira Escola Normal no Brasil, segundo Romanowski (2007), se deu na província do Rio de Janeiro, em 1835. Desde então as Escolas Normais foram fechadas e abertas, atingindo certa estabilidade somente em 1970.

Libâneo (2009, p. 45) nos traz que "a primeira regulamentação do curso de Pedagogia no Brasil, em 1939, prevê a formação do bacharel em Pedagogia, conhecido como 'técnico em educação'". No entanto, Silva (2003), nos diz que, de fato, quem concluísse o curso de Pedagogia receberia o certificado de bacharel porém, para obter o diploma de licenciado, o aluno teria que aderir ao esquema 3+1, ou seja, um ano a mais cursando a disciplina de Didática.

Saviani (2012, p. 39-40) ao apresentar o Parecer CFE (Conselho Federal de Educação) n. 251/62, diz que "os diferentes aspectos implicados na formação do profissional da educação podem ser reunidos sob o título geral de *curso de pedagogia*, que constará de uma parte comum e outra diversificada". Dentre as oito habilitações que foram criadas uma delas denominada "Ensino das disciplinas e atividades práticas dos Cursos Normais", continha em sua estrutura as disciplinas, dentre outras: "estrutura e funcionamento do ensino de 1° grau; metodologia do ensino de 1° grau; prática de ensino na escola de 1° grau (estágio)" (IBID, p. 41). Sendo assim, parece pela primeira vez, o estágio supervisionado no currículo do curso.

Após o Parecer n. 252/69, não houve mais a separação entre a formação do bacharel e do licenciado, nos cursos de Pedagogia, fato que implicou na legalização da atuação do pedagogo, para lecionar na educação primária e nas séries iniciais. Com isto, surgem como princípios educativos alguns estudos obrigatórios, para a aquisição deste direito. São eles: "metodologia do ensino de 1° grau e prática de ensino na escola de 1° grau, com estágio supervisionado" (SILVA, 2003, p. 32).

A primeira regulamentação de duração dos estágios supervisionados se deu pela resolução n. 2/69, a qual previa um percentual de 5% da duração fixada para o curso (IBID).

Estas regulamentações do curso de pedagogia permaneceram em vigor até a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/1996, onde são extintas as habilitações do curso de pedagogia:

> Sendo a docência a base da formação oferecida, os seus egressos recebem o grau de Licenciados (as) em Pedagogia, com o qual fazem jus a atuar como docentes na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar (CNE 05/2005, p. 10).

Neste mesmo documento consta a regulamentação da carga horária dos estágios supervisionados "300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição" (IBID, p. 14). A partir deste Parecer a carga horária dos estágios supervisionados aumentou, de 5% para 9,37% da carga horária total do curso de Pedagogia.

O Parecer CNE n. 01/2006, no artigo 7°, apresenta as especificidades do estágio supervisionado:

> IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica (CNE n 01/2006, p. 4).

A partir das regulamentações que regem o curso de Pedagogia, o estágio supervisionado compõe a formação de professores, juntamente com as disciplinas teóricas. Pimenta e Lima (2004) nos dizem que o papel das teorias é de oferecer instrumentos para análise, que permitam o questionamento das práticas instrumentalizadas, levando em conta que a teoria é, muitas vezes, a explicação provisória sobre alguma realidade. A partir desta concepção, as autoras afirmam que:

> (...) no estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional (PIMENTA e LIMA, 2004, p.43).

Isto posto, podemos entender o estágio supervisionado como campo de conhecimento, que tem como objetivo "formar professores a partir da análise, da crítica e da proposição de novas maneiras de fazer educação" (op. cit., p. 44). Para estas autoras, o estágio supervisionado possui um grande peso na formação dos alunos estudantes de Pedagogia, pois "o curso, o estágio, as aprendizagens das demais disciplinas e experiências dentro e fora da universidade ajudam a construir a identidade docente" (PIMENTA e LIMA, 2004, p. 67).

Este trabalho ainda esta em fase de construção e estamos realizando as pesquisas bibliográficas pertinentes ao estágio supervisionado, bem como a relação teoria e prática. E será realizada ainda a aplicação dos questionários aos alunos para podermos compreender como eles entendem este momento de aprendizagem.

No entanto, já foi possível perceber, a partir dos levantamentos bibliográficos preliminares, que o estágio supervisionado na formação de professores é fundante, pois é no momento da observação e no exercício da docência orientada que a relação teoria e prática se evidencia, ampliando as possibilidades do futuro professor pensar criticamente sua prática laboral cotidiana, para melhorá-la e/ou aperfeiçoa-la.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 01 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 05 de 12 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e Pedagogia. Brasília, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 11ª edição – São Paulo, Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004. – (Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos)
ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente.** 3ª ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. – 2º edição – Campinas, SP: Autores Associados, 2012 (Coleção memórias da educação)

_____, **História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Educação.** Revista UFSM de Educação, v. 30, p. 11-26, 2005. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a1.htm Acesso: 10/09/2014

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade**. – 2ª edição - revista e atualizada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 66)

FORMAÇÃO DOCENTE PARA O LETRAMENTO E PARA A ALFABETIZAÇÃO

Trabalho permiado com o 1º lugar na categoria Fórum Científico

Pós-Graduação
Thania Mara Teixeira Asinelli
FSB – Faculdade São Braz
thaniata@interbras.org

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Alfabetização. Formação docente. Formação contínua.

INTRODUÇÃO

O interesse dirigido ao tema exposto no título desse texto deve-se, particularmente, ao exercício da função de alfabetizadora nas classes iniciais de escolaridade e à participação na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, como formadora dos docentes da referida rede. Seguiu-se a esse trabalho a produção de livros didáticos voltados a professores e alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Outro aspecto de importância relevante para a escolha do assunto foi a realização de uma pesquisa para tese de doutorado desenvolvida e apresentada na *Université René Descartes – Paris 5* (2003), sob o título: *La formation continue des enseignants de l'Etat du Paraná/Brésil: analyse sociologique d'un programme d'actualisation et de motivation – 1995/1997*.

Assim, nosso centro de interesse tem sido pautado na formação dos docentes e, especialmente, no processo de ensino e aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

A vasta gama de programas de formação docente (oficinas, cursos, seminários, congressos, entre outros), com suas orientações didático-pedagógicas, ancoradas em fundamentos teóricos e encaminhamentos metodológicos, já seriam suficientes para reverter o quadro insatisfatório instalado em nosso sistema de ensino, independentemente das estatísticas e das diversas avaliações oficiais e extraoficiais dos alunos das escolas públicas brasileiras.

Paralelamente aos números importantes de crianças que ingressam no universo escolar, nos deparamos com um enorme contingente, em fase inicial de escolaridade (e mesmo, muito além desta), longe de adquirir, sequer, os instrumentos básicos para uma relativa autonomia na utilização da leitura e da escrita. Tal constatação não traz novidade alguma, porém, o tema segue merecendo pesquisas, estudos e debates em todas as esferas da sociedade. Mas, é imperativo que se vá além da retórica.

Grande parte do fracasso e da insatisfação presentes no ambiente escolar se deve à forma de compreensão e ao encaminhamento do trabalho com a alfabetização, em particular, nos anos iniciais de escolaridade. Para recuperar esse tempo –desperdiçado com equívocos, limitações e fragilidade do sistema de ensino – existem aspectos fundamentais e indispensáveis a considerar, na perspectiva do processo de Alfabetização/Letramento: intencionalidade, sistematização, planejamento, organização dos conteúdos mínimos necessários para cada fase do processo de ensino e de aprendizagem.

Certamente, a aquisição dos conhecimentos não se esgota num tempo pré-estabelecido e deve, tal como um processo requer, ter uma continuidade, um aprofundamento e, sempre que necessário, inúmeras retomadas. Espera-se, porém, que os alunos tenham atingido, ao término dos primeiros três anos do ensino fundamental, determinadas competências que serão gradativamente aprofundadas, com o devido cuidado de não uniformizar desempenhos e respostas, como se os alunos tivessem a mesma trajetória de vida e os mesmos processos cognitivos.

Esta é a perspectiva da Alfabetização e do Letramento: associar a compreensão dos diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade e os aspectos gramaticais que compõem a Língua Portuguesa (os conteúdos dessa área de ensino). Mas, sobretudo, tornar nossos alunos competentes para fazer uso desses recursos da língua em benefício próprio, contribuirá para sua inserção na sociedade como sujeito transformador da realidade e como cidadão participante.

Entretanto, a linguagem, não só como produto da cultura, mas também como o principal instrumento de sua transmissão, se constitui, com frequência, na razão das diferenças socioculturais, gerando discriminações e fracassos. A variedade linguística dos nossos alunos é fruto de um contexto cultural com características e estruturas próprias, não menos “importante” do que a variedade transmitida pela escola: deve então ser considerada como referencial para a aquisição da “língua padrão” ou “norma de prestígio”, (usando expressões que se alternam, como se tal “renovação” de terminologia significasse algum ganho considerável).

Aprender a ler e a escrever deve ser um instrumento de significação e, portanto, de proficuidade: é preciso saber fazer uso desse aprendizado (SOARES, Magda, 2003). Isso é uma discussão exaustiva, mas ainda longe de oferecer solução aos problemas com que nos deparamos, especialmente, no sistema público brasileiro.

Uma multiplicidade de portadores de textos faz da leitura um instrumento de utilidade e de necessidade. Apresentar e ensinar a manipular as novas tecnologias, com seus inúmeros recursos (computador, internet, telefone celular...), constitui uma forma indispensável de inserir os alunos na realidade atual da informação.

A abrangência que pretendemos com essas afirmações pressupõe um professor que tenha adquirido e que siga exercendo o seu próprio processo de letramento. Do contrário, teremos uma séria contradição: esperar do docente um trabalho com o aluno que ele não interiorizou e não aplica em seu próprio benefício.

No contexto da formação docente, nos permitimos tecer breves comentários sobre informações obtidas na pesquisa supramencionada: segundo dados emergentes, a prática cultural mais constante entre os professores questionados, se traduz em "visitas a livrarias e bibliotecas" movida, muito provavelmente, por alguns elementos facilitadores: para ler não é necessário comprar livros ou outros materiais de leitura, pode-se emprestá-los da biblioteca, por exemplo. Entretanto, as porcentagens importantes que aparecem nas categorias "ocasionalmente", "raramente" e "nunca", nos levam a constatar que existe certa negligência em relação às práticas culturais consideradas fundamentais para o bom desempenho de um professor, em particular, com a leitura.

Além das dificuldades impostas à maioria dos professores, a fraca assiduidade à leitura pode ser atribuída, também, aos programas de formação (inicial e contínua) que não formam um "habitus" cultural (BOURDIEU, Pierre, 1979). Entre os estudiosos e

pesquisadores do assunto, reportamo-nos a Ezequiel T. da Silva (1996, p. 77), que expõe sua posição a esse respeito:

> O livro ou qualquer outro material impresso é passado para trás em função de outras prioridades que o indivíduo estabelece para a sua sobrevivência. (...) temos também que trazer à baila os determinantes socioculturais da leitura, enfatizando principalmente os muitos tabus e preconceitos que cercam (e bloqueiam) essa prática. E o primeiro preconceito que nos vem à mente é aquele que toma a leitura como um instrumento do ócio burguês ou como um estímulo ao prazer hedonista, sem ter nada a ver com o mundo do trabalho (T. DA SILVA, Ezequiel, 1996, p. 77).

O autor evoca também uma vasta lista de problemas que afetam a leitura no Brasil, a começar pela formação dos leitores nas escolas de ensino fundamental.

CONCLUSÃO

No cenário da formação contínua dos professores cabe registrar, como sugestão ou como uma perspectiva para novas pesquisas, a institucionalização de uma modalidade que parece bastante eficaz: os grupos de estudo realizados na escola. Este tipo de formação não é contemplado ainda nas escolas públicas do Paraná com um estatuto oficial, geralmente eles têm um caráter de improvisação. A prática sistemática dos grupos de estudo nos estabelecimentos escolares pode oferecer ocasiões para a elaboração de propostas particulares a cada comunidade escolar, com a articulação entre os conteúdos trabalhados e o contexto social mais amplo. Tal prática pressupõe – além dos estudos e das trocas realizadas entre os professores de uma determinada comunidade escolar – a criação de momentos em que um especialista em alguma área escolhida pode fazer as intervenções e as orientações para os estudos e os debates. Os pedagogos que fazem parte do corpo técnico-pedagógico da escola constituem um suporte fundamental na condução dos trabalhos dos grupos de estudo. Assim, a reflexão, as proposições, os estudos desenvolvidos na escola seriam mais independentes do suporte externo. Seria uma forma de criar nos professores, uma prática de autoformação e de estimular a pesquisa autônoma (NÓVOA, António, 2001).

Reconhecemos que, a partir dessas considerações, um questionamento se impõe: o que esperar de alunos, cujos esforços e resistência, inclusive física, frequentam uma escola que não lhes garante um mínimo de conhecimentos úteis e aplicáveis à sua vida?

Convenhamos que, em grande medida, a trajetória de vida dos professores organiza e estrutura sua condição de existência, no que concerne as predisposições e aquisições culturais. No entanto, os programas de formação docente podem (e devem) estender-se para além dos limites do adquirido nos diferentes percursos pessoais dos professores, dotando-os de percepções e de acervos capazes de gerar práticas construtivas que elevem seu próprio nível de conhecimento e, por consequência, o nível de aprendizagem dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ASINELLI, Thania M. T. “*La formation continue des enseignants*”. Université René Descartes/Paris V – Sorbonne – Tese de Doutorado. Paris, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction – critique sociale du jugement.* Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

NÓVOA, António. *Professor se forma na escola* in Nova Escola, São Paulo: Ed. Abril, mai 2001.

PENAC, Daniel. *Comme un roman*. Paris : Editions Gallimard, 1992.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Magistério e mediocridade*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

SOARES, M. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e Escrita, durante a 26.ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, de 5 a 8 de outubro de 2003.

ANÁLISE DO DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA INTERFACE ESCOLA RURAL E URBANA EM BOCAIÚVA DO SUL-PR

Pós-Graduação
Valéria dos Santos Cordeiro
UTP - Universidade Tuiuti do Paraná
Mestranda Educação/bolsista CNPq
vvcordeiro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Prática. Professor.

INTRODUÇÃO

As escolas localizadas no campo apresentam diferenciais importantes, quando comparadas a um grande distanciamento do discurso das escolas localizadas nas áreas consideradas urbanas no processo. Ao definir nossa pesquisa sobre a realidade das escolas do campo, entendemos que é reforçada a necessidade de um estudo sobre as práticas pedagógicas relacionadas à educação do campo.

A comunicação estabelecida pelos professores das escolas localizadas no campo tem relação real com a comunidade daquela região. Para Certeau, isso seria uma homologia de procedimentos, ou seja, mera repetição de conceitos que revelam a interligação entre o que ele chama de “artes de dizer” às “artes do fazer” e suas consequências sociais (CERTEAU, 1998, p.153).

Diante da afirmativa de Certeau, foram desenvolvidas observações no que se refere ao discurso dos professores em duas escolas estaduais localizadas na sede do município de Bocaiúva do Sul, surge a seguinte problemática: Estariam tais professores aptos a receberem os alunos advindos das escolas localizadas na área rural do mesmo município?

A comunicação estabelecida por entre os professores das escolas localizadas no campo tem relação real com a comunidade e permite uma estruturação educacional adequada para a chegada do aluno nas escolas estaduais urbanas?

Na sua obra A invenção do Cotidiano, Michel de Certeau aborda a representação como um código:

> A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários (CERTEAU,1998, p.40).

O discurso deste docente é então, o de uma promoção para vida urbana nos grandes centros ou de manutenção, valorização dos povos do campo, com vistas a permanência do aluno no campo? O discurso dos professores tem apoio teórico, ou a construção sobre o que falar se apoia nas informações produzidas pelas mídias, ou em suas visões de mundo, construídas diariamente em suas vivências sociais. São conceitos e, no que emanam as várias diretrizes educacionais, o que orienta a prática desses professores? Recebem formação continuada para ajudar seus alunos a elaborarem relações complexas sobre o mundo que vivem?

Norteados por estas questões, definimos como objetivo geral da pesquisa identificar se existem representações sociais diferenciadas sobre a educação do campo e/ou rural e a educação urbana, entre professores que atuam em escolas municipais localizadas no campo, dos que atuam em escolas estaduais urbanas; em especial àqueles que recebem os alunos do 6º ano do ensino fundamental II, no município de Bocaiúva do Sul.

DESENVOLVIMENTO

A identificação da representação social por meio do discurso dos docentes não é um processo simples. "A pesquisa das representações sociais deve produzir um outro tipo de conhecimento sobre esses fenômenos de saber social" (SÁ,1998, p.22) e o "falar" dos professores contempla a promoção desse saber social.

Nossa experiência de escola nos últimos 10 anos, como docente, demonstra que a prática educativa dos professores recebe inúmeras críticas no decorrer do processo de construção da caminhada deste profissional. No entanto, os professores, de modo geral, não percebem e não questionam a necessidade de prática, apoiada nos documentos, que deveriam nortear seu trabalho.

Entendemos que os professores e as equipes pedagógicas têm fundamental importância no desenvolvimento das atividades propostas, principalmente no que se refere à atualização e aplicação das legislações educativas. Na maioria das vezes os professores estão muito preocupados em atender cumprir os programas estabelecidos nas propostas pedagógicas, é comum ouvir frases como: "preciso vencer o conteúdo".

Faz-se necessário então uma formação contínua no âmbito escolar. As reuniões pedagógicas deveriam encaminhar leituras de textos voltados às práticas pedagógicas. O que de modo geral, em nossa prática, não temos observado.

"A Educação do Campo têm construído um conceito mais abrangente de educador e educando, voltado para os povos do campo. Para nós, é educador(a), aquela pessoa cujo trabalho principal, é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos" (CALDART, p. 22, 2004).

Pensar numa formação humana para os sujeitos do campo é uma condição essencial para a valorização do campo.

Podemos observar que muito se avançou na educação de modo geral e o beneficio com vários projetos, em especial aqueles relacionados à educação do campo. É urgente a reflexão sobre qual o alcance dessas leis e projetos nas escolas localizadas no campo e a interface com as escolas urbanas para verificar se as mesmas conseguem realizar a leitura das propostas e aplicá-las de modo adequado. No ambiente escolar é um desafio, pois a educação é mutável, consequentemente de acordo com cada período da história o caminho é transformado e os sujeitos que fazem este percurso mudam, assim como o seu discurso. É interessante destacar que o aluno morador do campo possui sua linguagem, identidade e cultura própria, muitas vezes não considerada no processo de adaptação escolar, principalmente no colégio urbano; isso consequentemente poderá afastar crianças, jovens e adultos das salas de aula.

Em seu artigo 28, a LDB estabelece as seguintes normas para a educação do campo:

> Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> I - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural (BRASIL, 1996).

O ensino fundamental I das escolas rurais precisa de fortalecimento da comunicação com o ensino fundamental II das escolas urbanas para que realmente a diretrizes norteadoras garantam o acesso à formação e informação dos alunos no processo de construção coletiva e permanente. Um dos desafios que pode ser observado nas diretrizes curriculares do campo é:

> Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos (DCEC, 1998, p.26).

O documento apresenta uma consideração muito importante e deve ser tratada de modo a ser contemplada e atender as necessidades das comunidades localizadas no campo, para que haja um sentimento de construção e reconhecimento do projeto político pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam que há 12 escolas (10 escolas rurais e 02 urbanas) localizadas nessa interface, na qual o município é caracterizado como sendo 54% rural e 46% urbano. Ele necessita de articulação e adequação da perspectiva da educação do campo por meio da aproximação do discurso dos professores ao cotidiano dos alunos e estreitando a relação professor/aluno. Consequentemente, a escola/comunidade contempla a apropriação dos conhecimentos do campo em relação à chegada deste aluno na escola estadual dita urbana.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para Construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo in: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CERTEAU, Michel de . **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves].

SÁ, Celso Pereira. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais.** Rio de Janeiro. EDUUERJ, 1998.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, 1999**. Disponível em: portal. mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, para o estado do Paraná,** 2006 disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf

A IMPORTÂNCIA DA FAMILÍA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO BRINCAR

Pós-Graduação
Tanise Dorneles
CEDIN – Centro de Defesa da Infância – Grupo Marista.
Pedagogia.
tanisedorneles@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Brincar. Família.

INTRODUÇÃO

Pensar em criança, educação e família requer muito esforço e muita reflexão, pois a escolha desse tema nasce do interesse em melhor compreender o conceito da importância da família no processo da aprendizagem na educação infantil. Tentar esclarecer a importância do brincar no contexto escolar e familiar, mostra que o lúdico é considerado uma ferramenta de aprendizagem, com a contribuição dos familiares, importante fator no processo ensino-aprendizagem.

Buscou-se nos livros e artigos científicos referências de diversos autores que trazem discussões teóricas sobre o tema.

O artigo destaca que a criança no mundo de hoje passa a ser um ser único e singular no centro familiar e com isso mostrar que no seu processo de aprendizagem a contribuição familiar só vem acrescentar junto a educação.

É durante a infância que ocorrem interações entre o mundo e o meio em que a criança vive, ocorrendo uma aprendizagem significativa. A infância, conhecida como a etapa das brincadeiras, do lúdico, logo se pensa no brincar; é nessa etapa que a criança aprende brincando pois a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento absoluto das crianças até cinco anos de idade. É nessa etapa que as crianças descobrem novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da autonomia, da identidade e a interação com outras pessoas e com isso a importância da família neste processo de ensino-aprendizagem.

O brincar com a família é fundamental para a construção da autonomia da criança através do afeto e segurança, na qual a criança sente ao trocar brincadeiras com seus pais, e assim estes se tornaram adultos seguros, confiantes e criativos.

DESENVOLVIMENTO

O ensino nos dias de hoje tornou-se maçante para nossos alunos. A escola atualmente não é nada atrativa, criando assim uma grande barreira para que nossos alunos não queiram realmente aprender nada e verem na educação algo desmotivante, sem sentido pra sua vida. Mas, diante de toda essa problemática, temos que levar uma coisa em consideração: as mudanças podem melhorar o ensino nas escolas se atentarmos que estamos lidando com crianças e que todo o problema que estoura no ensino básico pode ser melhorado através da educação infantil. Se começarmos a se preocupar com a base da educação lá na educação infantil, tudo pode ser consertado, e assim a escola começará a

dar um sentido para o viver de seus alunos. A brincadeira é a forma como a criança constrói o seu mundo, e isso está intimamente ligado ao desenvolvimento cognitivo, pois uma criança que brinca aprende melhor, o que a tornará um adulto melhor e pensante sobre a sua vida e seu mundo. Segundo Brock, 2011 p.127:

> A brincadeira, para as crianças mais jovens, é uma atividade importante na qual elas compreendem o mundo ao seu redor, se expressam e estabelecem relacionamentos com os outros. Quando as crianças estão brincando, elas estão construindo as fundamentações de toda a sua futura aprendizagem.

O processo de brincar deve estar presente nos projetos políticos pedagógicos, ser pensado nas propostas curriculares que irão nortear isso dentro da escola, pois conforme documento da Política Nacional de Educação Infantil 2006 p. 12, "discussões apontavam para uma proposta pedagógico-curricular para área da educação infantil e conseguiram ganhar mais força com a elaboração da LDB (lei nº 9394/1996) que foi quando ficou possível ver a educação infantil no sistema educacional". Não podemos conceber uma educação infantil que não esteja pautada no processo de brincar como forma de desenvolver a aprendizagem das crianças, o brincar faz parte do universo infantil, sem isso teríamos uma criança com sérios problemas, não só na aprendizagem, mas no desenvolvimento de seu comportamento. A criança, de acordo com o Plano Nacional pela Primeira Infância, tem todo o direito pelo brincar, pois conforme diz o artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU, "o brincar é o melhor caminho para uma educação integral, pois seus benefícios para a criança incluem o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e de valores culturais, bem como a socialização e o convívio familiar" (p. 52).

Os pais são grandes responsáveis pelas brincadeiras de seus filhos, pois a brincadeira nada mais é do que uma representação da realidade, e os filhos os imitam e assim vão aprendendo a conhecer o mundo. De acordo com FORTUNA 2004, p. 02:

> Tanto o jogo quanto a brincadeira contem a ideia de laço, relação, vínculo, pondo indivíduos em relação consigo mesmos, com os outros, com o mundo, enfim. Ao supor a interação social, implica o outro e o seu reconhecimento, aspectos centrais do processo de subjetivação. Eis aqui, uma pista para a compreensão do lugar que ocupa o brincar nas formas de subjetivação na contemporaneidade, pista esta que seguiremos mais adiante.

Os pais têm grande influência nesse processo lúdico de se educar, pois o pai que brinca com seu filho (a) consegue desenvolve-lo para a vida, pois o ato de brincar reforça a relação, a interação social das crianças, e isso será muito importante quando a criança ingressar na escola, pois será um aluno mais aberto para o aprender. A participação da família nesse processo do aprender pelo brincar em idade de educação infantil ajuda muito a escola pelo fator do vínculo, que facilita a comunicação, pois há uma diferença entre a relação da professora e a relação dos pais, pois a criança começa a brincar antes de entrar na escola, e seu primeiro referencial de aprendizagem é a família. Um pai ausente na escola e na educação terá um filho com dificuldades para aprender e se este ainda não brinca, estaria privando a criança de seu ciclo natural de aprendizagem na vida, pois o brincar é parte do desenvolvimento cognitivo e físico de uma criança. Os pais devem estimular seus

filhos através de brincadeiras de imaginação, contar histórias, passear, brincar no parque, jogar o jogo de seu filho, participar ativamente do mundo da criança, para que ela tenha um melhor desenvolvimento. Entendemos que o contexto atual acaba que encurtando o tempo do convívio familiar, onde os pais se obrigam a trabalhar muitas horas diárias e com isso a escola acaba sendo o único local onde a criança pode brincar e logicamente ser educada. Na Itália houve uma preocupação com a educação infantil das crianças e a ideia foi traçar metas de um projeto que incluía ajudar os pais a melhorarem na relação com seus filhos. Conforme BAMBINI (2002), as metas do projeto eram as seguintes:

> Oferecer aos pais a oportunidade, através do modelo oferecido pela equipe e por outros pais, de verem a experimentarem novas formas de se comportar e brincar com os filhos; dar aos pais a oportunidade de descansarem e de dividirem as responsabilidades de lidar com os filhos; dar as crianças novas oportunidades de socialização e de jogo (BAMBINI, 2002, p. 98-99).

Esse é o papel da escola na educação infantil: criar momentos em que os pais possam ir para escola brincar com seus filhos, como o dia do brinquedo e outros momentos lúdicos, para os pais brincarem com seus filhos dentro do ambiente escolar. O objetivo de trazer o pai para brincar com seu filho na escola é de ajudar na educação das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola na educação infantil deve priorizar o brincar como forma de educar seus alunos, mas deve ao mesmo tempo trazer a figura dos pais, colocar a família dentro desse processo educacional, pois uma educação sem a participação dos pais fica mais difícil de se efetivar a aprendizagem.

A escola na educação infantil deve ter em seus projetos pedagógicos e nas propostas curriculares a questão do brincar, pois isso faz parte do universo de aprendizagem da criança, é a forma na qual ela aprende e desenvolve seu cognitivo e físico. Se esse conhecimento do brincar faz parte dos projetos da escola ele deve ser entendido e aplicado pelo professor, que deve estimular seus alunos os ensinando através da ludicidade e assim efetivando uma a aprendizagem com maior qualidade. Lembrando que a família faz parte de um contexto geral de educação e também é a grande responsável no processo de educar pelo brincar, os pais devem ter momentos de brincar com seus filhos fora da escola, no caso dentro do convívio de um ambiente familiar. A escola também deve criar alguns momentos que propiciem a presença dos pais na escola para brincar com seus filhos e assim reforçar as relações entre escola, família e alunos.

Diante de tudo que foi discutido, a ideia é de que a educação se desenvolva tanto na escola com o crescimento de seus profissionais, principalmente os professores, quanto os alunos da educação infantil, que tenham uma melhor oportunidade de aprender com qualidade e se tornem grandes adultos no futuro.

REFERÊNCIAS

BAMBINI, **A abordagem italiana à educação infantil**/ organizado por Leilla Gandini e Carolyn Edwards; trad. Daniel Etcheverry Burguño – Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. 32p.

BROCK, Avril, **Brincar**: aprendizagem para a vida/Avril Brock. Tradução: Fabiana Kanan; revisão técnica: Maria Carmem Silveira Barbosa – Porto Alegre: Penso, 2011.

FORTUNA, T. R. **vida e morte do brincar**. In: ÁVILA, I.S. (org) Escola sala de aula: mitos e ritos, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 47-59.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS DESTINADAS AOS ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE O USO DA ROBÓTICA NA SALA DE RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM

Pós-Graduação
Wilson Roberto Francisco Pereira
Centro Universitário Internacional – UNINTER

LINHA DE PESQUISA: Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação.

Na educação regular, dentre os problemas que pedem solução encontram-se aqueles relacionados à aprendizagem, em que o aluno encontra dificuldades para na construção do conhecimento. O empecilho no êxito educacional não acontece somente com os ditos normais, mas, também, é verificado com alunos que apresentam grandes habilidades em uma ou mais áreas do conhecimento. Mesmo distintos, os motivos que possam influenciar a aprendizagem nos dias atuais na perspectiva da educação inclusiva, busca-se práticas que favoreçam uma aprendizagem qualitativamente considerável, mesmo para esses alunos.

Esse assunto pede ainda uma investigação de fatores que podem influenciar no atendimento de uma educação inclusiva para esses discentes, desde as políticas educacionais destinadas aos estudantes de Altas Habilidades/superdotacão, sobretudo na rede pública de ensino do Paraná, buscando saber como tais políticas são, de fato, observadas nas escolas, como e quanto estas afetam esses estudantes e seus aprendizados. Concomitante a essa pesquisa pretende-se, também, verificar se a robótica educacional pode ser uma exitosa prática pedagógica na sala de recursos como coadjuvante nessa aprendizagem.

Nesse trabalho, o objetivo geral é saber se, como as novas tecnologias, especificadamente a robótica educacional, contribuem para o aprendizado dos estudantes que apresentam problemas com a aprendizagem e se as políticas educacionais vigentes amparam práticas como esta no trabalho educativo com alunos que apresentam altas habilidades/superdotacão.

Os objetivos específicos do trabalho são: analisar as políticas educacionais destinadas aos estudantes com altas habilidades/superdotacão da rede pública; verificar como as políticas educacionais para altas habilidades/superdotacão da rede pública são observadas pela escola; compreender como as políticas educacionais abordam o uso das tecnologias educacionais no trabalho com alunos de altas habilidades/superdotacão nas salas de recursos incluindo a subvenção de equipamentos, assistência técnica e formação docente; refletir sobre a teoria de Vygotsky na compreensão da aprendizagem dos estudantes com altas habilidades/superdotacão e a aplicação dessa teoria à prática da robótica educacional a esses estudantes; estudar a utilização da robótica nos processos de aprendizagem dos alunos com altas habilidades nas salas de recursos.

O presente projeto se justifica, a princípio, pelo fato de que questões envolvendo pessoas com Altas Habilidades/Superdotação ainda são pouco estudadas quanto aos processos de ensino-aprendizagem, dado a pouca literatura existente. Menos ainda, quando se trata de reflexões sobre a influência das políticas educacionais referente a esse tema e

quando se associa a esse alunato a possibilidade da robótica educacional como coadjuvante no fazer educativo para esses estudantes. Como o advento tecnológico avança velozmente influenciando culturas, a escola, que precisa estar na vanguarda dessas transformações, deve alinhar-se a evolução da sua contemporaneidade, utilizando para o seu propósito educacional, os recursos tecnológicos da época, sob os auspícios de legislação e políticas públicas que amparem avançadas de ensino e aprendizagem.

Sobre a **metodologia** que orientará o presente estudo, considerando a natureza da investigação proposta, pareceu adequado a escolha de métodos tidos por Falem (2001) como específicos das ciências sociais como o método observacional, o método comparativo, o método experimental e a pesquisa ação. A opção pela pesquisa-ação se dá pelo fato da inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e da interação na situação investigada (Peruzzo, 2003), incluindo os pressupostos dessa pesquisa, os quais "o pesquisador não só compartilha do ambiente estudado, mas possibilita que o investigado participe do processo de realização da pesquisa, cujos resultados são revertidos para o grupo investigado" (Peruzzo, 2003, p. 3).

Sendo assim, tem-se como problema de pesquisa: como o uso da robótica auxilia nos processos de aprendizagem dos alunos com altas habilidades considerando as políticas e a realidade das escolas. Como hipóteses: Considerando as políticas, o uso da robótica pode auxiliar nos processos de aprendizagem dos alunos com altas habilidades desde que a escola possua sala de recursos adequados em termos pedagógicos; O trabalho com robôs pode oferecer ao aluno significado educacional e melhorar a capacidade de solucionar problemas. Como meta busca-se amparar alunos de acordo com as dificuldades cognitivas que possam apresentar.

Com referência à fundamentação teórica, iniciando pelas políticas públicas voltadas aos estudantes com altas habilidades (sala de recursos), embora a legislação e as políticas educacionais pertinentes serão, durante a execução do projeto, analisadas sob uma análise crítica. Conforme Mattreau e Reis (2007), sabe-se que o cuidado com alunos conhecidos como superdotados surge pela primeira vez, com a Lei 5692/71, art. 9º, tornando obrigatório o atendimento especial (BRASIL, 1971) no qual estes estão incluídos; segue em 1996 com a Lei LDB 9394/96 em seu Cap. V, arts. 58,59 e 60, que refere à Educação Especial; avança nessa mesma lei no art. 24, inciso V, alínea C, na qual verifica-se a possibilidade de avanço nos cursos e séries, conforme verificação de aprendizado; no art. 59, inciso II, ao tratar da aceleração para conclusão em menor tempo do programa escolar para superdotados.

Nestes termos, o parecer CNE/CEB nº 17/2001 apresenta um texto para as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, obrigatória a partir de 2002, com dois temas: a "Organização dos sistemas de Ensino Para o Atendimento ao Aluno que Apresenta Necessidades Educacionais Especiais" e "A Formação do Professor". Em 2002 o MEC lança o material "Adaptações Curriculares em Ação" desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades/superdotação. Embora esse assunto necessita ser amplamente desenvolvido mais adiante, na exiguidade do espaço convém entender o que vem a ser altas habilidades/superdotação.

A respeito das Altas Habilidades, considerando a adoção do conceito de necessidades especiais e a perspectiva da educação inclusiva, importante se faz pensar em mudanças a partir dos sistemas de ensino, da escola e da família com o desafio de construção coletiva das condições necessárias a um atendimento digno à diversidade, através de diálogo e

aprendizagem contínua, observando o conhecimento compartilhado para a promoção do processo de mudança da gestão e dá prática pedagógica (Mettreau e Reis 2007).

Para boa compreensão do que se diz por altas habilidades/superdotação, fica-se com a definição de Sternberg (1981) lembrado por Mettreau e Reis (2007), em que o autor considera o termo altas habilidades ao termo superdotação.

> (…) Ele corresponde a um elenco de características específicas que se apresentam de forma notável, consistente e permanente no indivíduo, proporcionando-lhe certo destaque em algum campo do conhecimento e/ou alta realização, que variam desde atividades notadamente intelectuais, como a pesquisa científica e a produção literária, até a resolução eficiente e criativa de questões corriqueiras, tais como planejamento e relação com o outro (Mettreau e Reis 2007, 494).

Todavia, mesmo apresentando as características que definem a superdotacão, essas pessoas, também apresentam problemas de aprendizagem (Santos, 1999), dificuldades que serão estudadas na busca por sua compreensão. Verifica-se, também, a possibilidade da utilização da robótica educativa como apoio nos processos de aprendizagem e ensino com esses alunos da Educação Especial.

Quanto ao uso da robótica educacional, é forte a discussão sobre a obsolescência da escola, sobre o processo educativo que não se atualizou e sobre professores que não evoluíram em suas práticas. Como a escola trabalha a partir de intenções educacionais, o advento das novas tecnologias integradas ao fazer educativo requer que essa instituição e seus atores busquem, dentro do que se pode lançar mão e do currículo correspondente a essa intenção, meios para atender seus alunos de forma pertinente ao momento histórico corrente da transmissão cultural.

> Junto com as novas tecnologias é mister iniciar os jovens na tecnociência, porque suas vidas serão cada vez mais pautadas por ela. Urge formá-los de tal modo que possam entrar nesse jogo como jogadores críticos e autocríticos, não como objetos de manipulação alheia (Demo, 2007, p. 135).

No que interessa para esse projeto, dado o uso de novas tecnologias na educação, procura-se saber se a robótica seria uma boa opção como recurso na aprendizagem de alunos com altas habilidades/superdotacão.

> Quando a robótica é utilizada no processo de ensino e aprendizagem, ela ganha um significado educacional, que Lieberknecht (2009) considera ser um subsídio educacional no desenvolvimento de competências, como: trabalho em equipe, autodesenvolvimento, capacidade de solucionar problemas, senso crítico, interdisciplinaridade, exposição de pensamentos, criatividade, autonomia e responsabilidade. (CERCILIA, CARDOSO, OLIVEIRA, OLIVEIRA e BARBOSA, CAMPOS, LOPES e SOUZA JR, 2011, p. 1).

Avançando nessa idéia, o entendimento de Bennitti, Vahldick, Urban, Kruege e Halma (2009) reforça a convicção que a robótica educativa viabiliza o conhecimento científico-tecnológico, já que estimula a criatividade e ainda proporciona uma experimentação com um forte apelo lúdico.

Ligando a utilização da robótica à construção de conhecimento do aluno, embora seja possível entender aprendizagem sob a conceituação de diversos teóricos, para esse trabalho, optou-se por Vygotsky, por suas importantes contribuições teóricas para as questões educacionais, principalmente, as voltadas para o desenvolvimento, à aprendizagem e à linguagem, advindas da relação entre o aprendizado escolar e o desenvolvimento mental das crianças, para explicar a "inter-relação entre o conceito científico e o cotidiano (Nogueira e Leal, 2012). Nesse sentido, sua definição de aprendizagem se faz relevante.

> (…) O aprendizado é mais do que a aquisição da capacidade de pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas. O aprendizado não altera nossa capacidade global de focalizar a atenção; em vez disso, no entanto, desenvolve várias capacidades de focalizar a atenção sobre várias coisas (…) (VIGOTSKI, 2007, p. 92).

Também, o autor tinha interesse no desenvolvimento dos processos psicológicos, aqueles divididos em: elementares (reações automáticas, ações reflexas e associações simples – origem biológica) e funções psicológicas superiores (capacidade de planejamento, memória e imaginação) (Vygotsky, 2007).

Sobre aprendizagem, Vygotsky (2007) ainda ocupou-se em entender a relação entre o que as pessoas idealizam, falam e escrevem; a influência da estrutura da língua na percepção do universo; desenvolveu conceitos fundamentais para a compreensão de concepções e formas de expressões do pensamento egocêntrico, pensamento socializado, conceito espontâneo, conceito científico, discurso anterior e discurso exteriorizado.

Finalizando, espera-se com esse estudo chegar à compreensão discursos e fatos a respeito das políticas educacionais e o quanto estas influenciam ou afetam o aprendizado dos alunos com altas habilidades/superdotacão, como estes estudantes aprendem conforme a visão Vygotsky e, havendo, quais os benefícios da prática da robótica educacional na relação com políticas educacionais, alta habilidade/superdotação, aprendizagem e sala de recursos, com resultados voltados para o grupo participante do estudo, conforme propõe a pesquisa-ação.

REFERÊNCIAS

DEMO. Pedro. **O Porvir: desafio das linguagens do século XXI**. Curitiba: Ibpex, 2007.

LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny O. G. **Dificuldade de Aprendizagem: um olhar psicopedagógico.** Curitiba: Ibpex, 2011.

METTRAU, Marsyl Bulkool; REIS, Haydéa MariaMarino de Sant'Anna. **Políticas públicas: altas habilidades/superdotação e a literatura especializada no contexto da educação especial/inclusiva**. Aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 489-510, out./dez., 2007

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-Ação em comunicação: pressupostos epstemológicos e metodológicos.**

SANTOS. Leila Magalhães (coordenadora) **Programa de Capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: superdotação e Talento. V. I.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1999.

_____. Leila Magalhães (coordenadora) **Programa de Capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: superdotação e Talento. V. II. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1999.**

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

CERCILIAR, Ellen Thais Alves; CARDOSO, Lucivone Da Silva; OLIVEIRA, Janaína Aparecida de; OLIVEIRA, Adalgiza Costa de; BARBOSA, Fernando Da Costa Barbosa CAMPOS, Sandra Gonçalves Vilas Boas, LOPES, Carlos Roberto; SOUZA JR, Arlindo José de. **Trabalho coletivo com mídia na Robótica Educacional.** ***ETD – Educ. Tem. Dig.,*** *Campinas, v.13, n.1, p.290-309, jul./dez. 2011 – ISSN 1676-2592.*

BIENIEK. Grégori Betiato; TORTELLI. Luana; ZARPELON. Mirian Cátia; GUEDES. Anibal Lopes; CARVALHO. Rodrigo Saballa de; GUEDES. Fernanda Lopes. **Robótica como alternativa nos processos educativos da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** Disponível em sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/23849.

PEREIRA, P. H. C.; **Robótica pedagógica**: uma aplicação em sala. 2004. 97 fl. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações, 2004.

FATORES QUE INFLUENCIAM O PROFISSIONAL DE ODONTOLOGIA A OPTAR PELA DOCÊNCIA

Pós-Graduação
Adaira Kessin Elias; Marinice Natal Justino
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Formação Pedagógica do Professor Universitário
ak-elias@bol.com.br; marinice.j@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Odontólogo. Docência. Saberes.

O professor de ensino superior do curso de Odontologia se constituiu tendo como base a profissão paralela exercida em consultórios. Antes ministrar aulas era somente transmitir informações porém hoje isso mudou. As grandes e contínuas transformações sociais, científicas e tecnológicas exigem um novo perfil do professor. O Odontólogo então, ao optar pela docência, deve fazer um curso específico de formação ou levar para a sala de aula sua experiência clínica. A proposta desse trabalho é investigar as razões que influenciam o odontólogo a optar pela docência, uma vez que matérias específicas para formação de docentes não são ofertadas na grande maioria das grades curriculares dos cursos de odontologia. Dentre outras razões, essa escolha envolve paixão pela educação, competitividade, prestígio e aproximação com o meio acadêmico. Alguns autores de suma importância foram utilizados nessa pesquisa: GRILLO(2003), LIBÂNEO(1994), PIMENTA(2002) entre outros pesquisadores que abordam o tema sobre formação docente.

A metodologia utilizada para execução desse artigo foi o levantamento bibliográfico, complementado com a pesquisa qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa descreve as situações investigadas e sugeridas, interpretadas usando um viés indutivo e não somente dados coletados. A pesquisa exploratória visa construir ponte onde o problema é tratado de maneira íntima e os fatos sejam comprovados utilizando entrevistas com dois profissionais da área em estudo de caso. No contexto da pesquisa, a temática dos saberes do profissional docente é uma área recente, demandando estudos sob diferentes enfoques.

A odontologia, campo de conhecimento científico e tecnológico altamente desenvolvido, é profissão de grande reconhecimento, pois muito mais que promover a saúde bucal, o dentista resgata a autoestima do indivíduo. De acordo com o artigo três da Resolução do Conselho Nacional de Educação 03/2002, o odontólogo atua em diferentes níveis de atenção à saúde, com rigor técnico e científico, compreendendo a realidade social, atuando para a transformação da realidade em benefício da sociedade. Ainda de acordo com essa Resolução, artigo quarto, inciso VI, esses profissionais devem estar em contínuo aprendizado, na formação e na prática. Devem assim, aprender a aprender, tendo responsabilidade e compromisso com a educação e treinamento dos futuros profissionais. No entanto, de acordo com Péret e Lima (2003), a formação do professor de odontologia baseia-se na racionalidade, técnica e filosofia positivista, afastada de questões sociais. Para Toassi (2011), deve-se adequar as instituições de ensino superior frente às demandas sociais. Essa adequação passa por mudanças de paradigmas na formação dos profissionais de saúde. Considerando que ser professor não é somente dominar conteúdos, mas refletir “sobre

concepções de mundo, de homem, de ciência, de ensinar e aprender, completada pelo conhecimento de técnicas que integram a formação do professor" (GRILLO; FERNANDES, 2003, p.230).

Pesquisas sobre a formação de professores destacam a importância da prática pedagógica e se opõem a separação entre a prática e a formação cotidiana. Nóvoa (1995, p.19) nos diz que essas abordagens vieram em oposição a estudos anteriores onde a prática docente era praticamente técnica, devendo considerar os saberes construídos pelos professores. Nesse contexto, de acordo com Pimenta (2005, p.6):

> A formação de professor exige de seus profissionais alteração, flexibilidade, imprevisibilidade. Não há modelos ou experiências modelares a serem aplicadas. A experiência acumulada serve apenas de referência, nunca de padrão de ações com segurança de sucesso. Assim o processo de reflexão, tanto individual como coletivo, é a base para sistematização de princípios norteadores de possíveis ações nunca de modelos.

Concordar com o fato de não existirem receitas ou modelos prontos foi o que levou o pesquisador a buscar subsídios para melhor entender o exercício da docência no ensino superior por profissionais bem sucedidos em seus consultórios, iniciando a docência sem os conhecimentos específicos necessários. Isaía (2006, p.66) chama a atenção que:

> Pelos critérios adotados pela cultura acadêmica, o ingresso na carreira docente pressupõe mestrado e doutorado. Em razão disso, os professores iniciam a carreira docente em níveis avançados de progressão funcional, mas continuam sem preparação prévia para a docência, o que demanda a necessidade de constituí-la ao longo do tempo. Contudo, eles esbarram na falta de iniciativas institucionais para auxiliá-los e no próprio desconhecimento de que a formação docente é um processo complexo que necessita da construção de estratégias sistematicamente organizadas, que envolva esforços pessoais e institucionais concretamente desenvolvidos.

As novas abordagens de pesquisa reconhecem o professor como sujeito de um saber e um fazer, pois ainda persiste uma dissociação entre a formação teórica e a prática, não enfatizando a questão dos saberes que são mobilizados na prática, ou seja: os saberes da experiência. Os cursos de licenciatura preparam os professores para atuarem na educação básica, e os cursos de bacharelado objetivam conhecimentos técnicos para as futuras profissões; assim, "o magistério superior não é prioridade" (ISAÌA, 2006, p.66), onde mesmo em cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), o magistério superior ocorre apenas em disciplinas isoladas. A grande maioria dos professores nas faculdades de Odontologia não é oriunda de licenciaturas, mas atuam não só como professores, como coordenadores e até dando apoio pedagógico a outros colegas. Foram averiguadas nas matrizes curriculares, possíveis disciplinas voltadas para a docência, em faculdades de odontologia de Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande Do Sul; a partir daí, perguntar a importância dos saberes pedagógicos a esses bacharéis que se tornaram professores e como tem ocorrido a construção desses saberes. Na atualidade, não há como negar as novas exigências e competências à atualização do profissional e as novas tecnologias. De acordo com Carvalho; Kriger (2006), ao se tornar um bom professor, encontra-se melhor remuneração das

atividades, mobilidade de horários, funções diferenciadas, respeito, status e aumento da autoestima. Dados do Ministério da Educação demonstram que a Odontologia é um dos cursos que mais forma profissionais no Brasil, ou seja, uma formação excessivamente técnica. Tudo isso não mencionando o alto custo para formação acadêmica, montagem e manutenção do consultório e clínicas (equipamentos, materiais, insumos), fazendo muitos profissionais da área de odontologia optarem pela docência como uma área a ser descoberta.

A produção deste artigo norteia uma única questão: quais os fatores que levaram os profissionais da área de odontologia a optar pela carreira de docente? Entre pesquisas e coletas de dados, definiu-se que existe um sentimento que é prioridade no profissional da odontologia. Um sentimento que exprime a paixão pela educação, definindo os caminhos escolhidos pelo profissional da área. Existe também a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento, avanço e de toda a produção em massa que a academia oferece. O contato, dentro das instituições de ensino superior, propicia esse avanço intelectual que os profissionais tanto buscam.

Referências

CARVALHO, Antônio Cesar Perri de; KRIGER, Léo. **Educação odontológica.** São Paulo: Artes Médicas, 2006.

GARRIDO Elsa; CARVALHO Anna Maria Pessoa de. **Reflexão sobre a prática e qualificação da formação inicial docente.** Cadernos de Pesquisa versão impressa ISSN 0100-1574. Cad. Pesqui. no.107 São Paulo jul. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15741999000200006>. Acesso em 5 set. 2011.

GRILLO, Marlene. Correro; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Metodologia do ensino superior:** um olhar por dentro. In: GRILLO, Marlene et al. (Org.). Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Evagref, 2003, p. 229-239. v.1.

HADDAD, Ana Estela [et al]. **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde**: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 15 v. Disponível em:
< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Odontologia.pdf> Acesso em: 27 nov. 2011.

ISAÍA, Silvia Maria de A. **Desafios à Docência Superior: pressupostos a considerar.** In: RISTOFF, Dilvo; SEVIGNANI, Palmira (Org.). Docência na educação superior.Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 63-84. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 5). Disponível em: <www.publicacoes.inep.gov.br/ Volume205.pdf>. Acesso em 05 set. 2013**.**

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: _____. (Org.).

Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1995.

PÉRET, A. C. A.; LIMA, M. L. R. **A pesquisa e a formação do professor de Odontologia nas políticas internacionais e nacionais de educação**. Revista da ABENO, v. 1, n, 1, p. 65-69, 2003.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das Graças. C.; CAVALLET, Valdo J. **Docência no ensino superior**: construindo caminhos. SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Orgs.). Formação docente: rupturas e possibilidades. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Resolução Conselho Nacional de Educação 03/2002. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. **O professor do curso de odontologia no brasil: um olhar sobre sua formação**. Dissertação de Doutorado – Resumo. Disponível em: <www.pucrs.br>. Acesso em 06 set. 2014.

O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA MOBILE PARA A CIDADANIA DIGITAL E EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Graduação
Marcelo Mendonça Teixeira, Joel Alves de Lima Júnior
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Orientadora: Ana Paula Marciniak
marcelo.ufrpe.br@gmail.com, semente.ufrpe.br@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania Digital. Dispositivo Móvel. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Na transição da bidicionalidade para a multidicionalidade comunicativa no século XXI, com o aumento significativo da utilização de dispositivos tecnológicos, cresce a necessidade de manter os indivíduos cada vez mais conectados por meio da rede de computadores interligados à Internet, afirmam Teixeira e Ferreira (2014) lastreados pela literatura de Macquail (2012). Por isso, muitos recursos de comunicação são aprimorados continuamente, possibilitando interligar pessoas em todo o mundo a partir de tecnologias de informação e comunicação, ao mesmo tempo, incentivando a troca de informações e saberes de forma síncrona e assíncrona. Consequentemente, a inovação tornou-se um bem maior para o desenvolvimento da comunicação em grupo, impulsionados por um movimento contemporâneo de mobilidade, vide tablets, smartphones, computadores portáteis, entre outros), considera Teixeira (2012).

Sob esse prisma, a Internet possibilita ao cidadão a participação direta, flexível e efetiva em termos de interação comunicacional junto ao poder público, sinônimo da "cidadania digital". No que concerne às atribuições sociais dos cidadãos no exercício da cidadania digital, Silveira (2010) afirma existir dois conceitos – a "hipocidadania", que significa a eliminação vagarosa da consciência cidadã por meio de várias dinâmicas políticas: aumento do controle social, expansão da informática por padrões proprietários, monopolização dos padrões de hardwares, softwares e padrões de comunicação, promoção de um uso simplesmente lúdico das TIC's; e a "hipercidadania", como um exercício mais profundo da participação política que poderíamos chamar cidadania digital.

Aqui, observa-se, claramente, que a "cidadania digital" aplica-se à utilização dos recursos tecnológicos para fins de relevância social, levando em consideração os impactos do uso das TICs no processo de democratização, convergindo formas representativas para participativas, ou seja, no tácito das demandas populares para o explícito na resolução dos problemas em conjunto com o poder público. Deste modo, justificamos a escolha do tema no artigo em voga, com base no desenvolvimento de recursos que venham a efetivar a participação popular em seu pleno exercício à cidadania, objetivo fulcral do trabalho, realidade que não encontra eco na maior parte das cidades brasileiras, problema cerne da pesquisa realizada.

CIDADANIA DIGITAL

Um dos aspectos mais notáveis observados na “Sociedade da Informação e do Conhecimento” é a convergência tecnológica dos meios de comunicação de massa, por meio de um longo processo de adaptação de seus recursos comunicativos às mudanças evolutivas, escreve Dennis Macquail (2012) em sincronia com o pensamento de Teixeira e Ferreira (2014). As novas mídias tornam-se (pluralmente) uma extensão das mídias tradicionais, possibilitando ao público o acesso as informações numa grande variedade de dispositivos digitais. Contudo, o que distingue ambos os formatos é, primordialmente, a digitalização de conteúdos em bits, esclarece Teixeira (2012). Comenta-se, ainda, a flexibilidade de horários, o custo reduzido e a democratização no processo de produção, edição e distribuição das informações em tempo real.

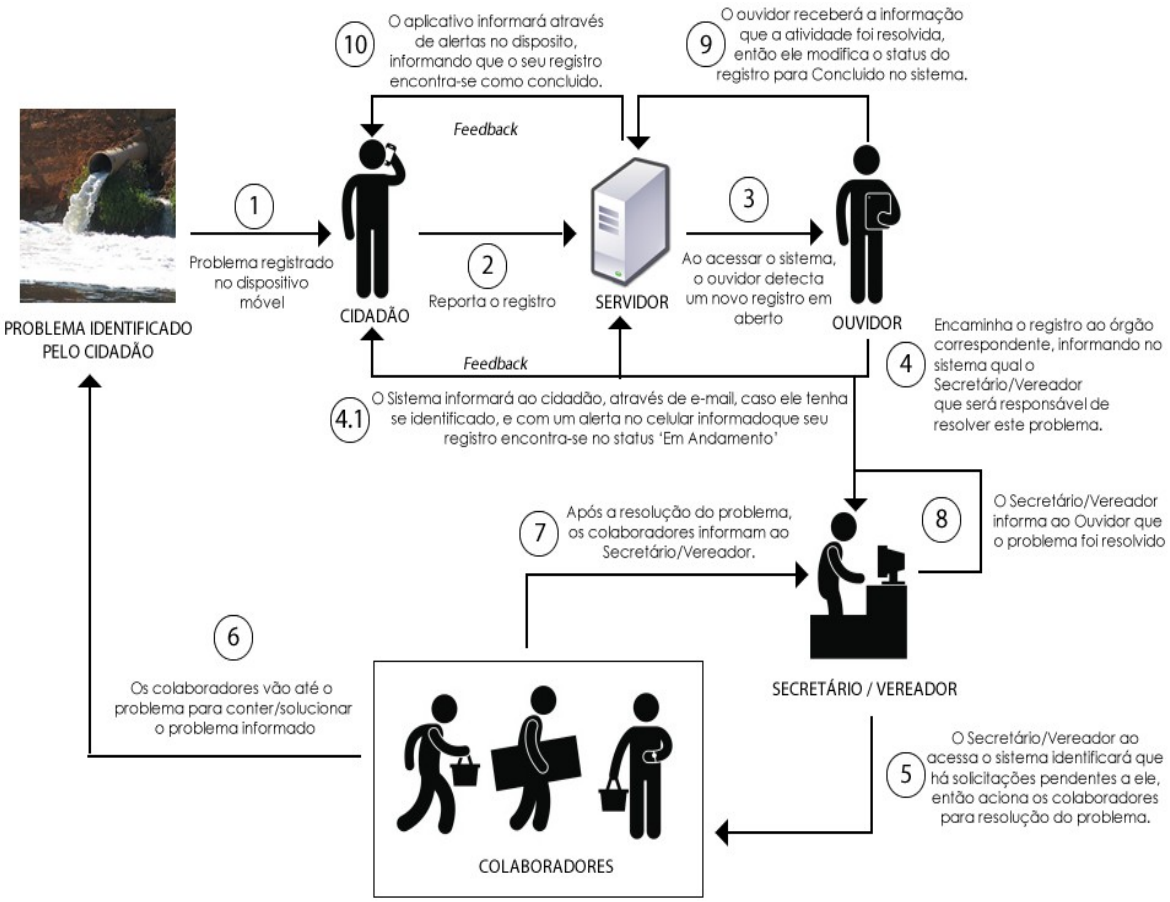
Além do processo comunicativo, a convergência se faz presente na “cultura de massas”. Articulando-se a etimologia da palavra “cultura”, as massas referem-se as instituições sociais, grupos e a sociedade, no qual intermediam a comunicação por meio dos veículos de comunicação (inferência a comunicação de massas). O termo primaz foi substituído pela cultura das mídias, que originou a cultura da convergência e esta propiciou a cultura da mobilidade, que para Lúcia Santaella (2007) é a cultura da era contemporânea. A cultura da mobilidade evolui de acordo com os períodos históricos e com a atual fase dos computadores portáteis e dispositivos móveis com acesso a Internet, estamos em meio a um cenário de mobilidade glocalizado que potencializa a comunicação no mundo físico e virtual.

Na prática, em termos de participação cidadã por meio das interfaces "mobile", o processo de inclusão digital não se faz presente no país, se considerarmos, inclusive, o contingente populacional com acesso a rede e outros tantos que a utilizam para exclusivos fins de entretenimento e interação comunicacional com seus pares, espelho da falta de conhecimento e conciência em fazer valer seus direitos. É por isso que Rible (2010) defende que “para sermos cidadãos produtivos precisamos estar comprometidos com a igualdade de acesso digital”. Ou seja, a participação igualitária de todos cidadãos é de suma importância no processo de fiscalização, sugestão e avaliação dos problemas de nossas cidades.

UMA PLATAFORMA MOBILE PARA A EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

A proposta de desenvolvimento de um software voltado a cidadania digital visa, antes de tudo, estimular a participação ativa do cidadão para com os problemas que afetam a vida nas cidades, seja no meio urbano ou no campo, bem como ajuda a melhorar a comunicação governo-cidadão, como sugerido em epígrafe, oferecendo um canal direto e interativo entre a população e o poder público. Outrossim, a implantação deste projeto serve para todas as entidades públicas, prefeituras, câmara municipais, ONGs, dentre outras instituições que oferecem outros tipos de serviços sociais ao cidadão. Vejamos a arquitetura de funcionamento na figura abaixo descrita:

Figura 1. Arquitetura de Funcionamento do Software Cidadão Digital



Fonte: Elaboração dos autores.

1. Problema é identificado.
2. Os cidadãos identificam o problema.
3. O cidadão utiliza o Aplicativo Mobile para registrar o problema.
4. Assim que é realizado o cadastro do registro, o mesmo é armazenado em um servidor.
5. Ouvidor identifica que há um registro em aberto, e encaminha à Secretaria responsável.
6. O Secretário identifica que há uma demanda para sua Secretaria, então aciona um colaborador.
7. Colaborador vai até onde foi feito o registro e resolve a solicitação.
8. Assim que a solicitação é resolvida, o Secretário aciona que está concluído, e então é enviado um feedback ao solicitante, informando a conclusão do registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, com este trabalho propor, de forma sucinta e objetiva, um novo modelo para o monitoramento e resolução dos problemas de uma cidade por meio da tecnologia "mobile". Baseado em nosso estudo, a pesquisa evidenciou a utilização de um aplicativo em plataforma móvel incluída no processo de gestão de problemas em uma cidade, como um eficiente recurso para auxiliar nas tomadas de decisão pelo poder público por meio do “clamor popular”. É nesse sentido que enfatizamos uma alternativa viável em termos de serviço público para a população, elevando a qualidade de vida das pessoas em sociedade. Por esse motivo, as contribuições do nosso protótipo versam tanto sobre a concepção e disponibilização do software, quanto ao registro das informações de interesse público, ficando, aqui disposta, uma proposta concreta para a implementação em qualquer contexto social.

REFERÊNCIAS

MACQUAIL, DENNIS. MACQUAIL´S MASS COMMUNICATION THEORY. LONDON: SAGE, 2010.

RIBLE, Mike. **Nine elements of digital citizenship**. International Society for Technology in Education. Disponível em: <http://www.iste.org>. Acesso em 18 de Julho, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Cidadania e redes digitais - Citizenship and digital networks**. São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2010.

TEIXEIRA, Marcelo Mendonça. **As faces da comunicação**. Munique: Grin Verlag, 2012.

TEIXEIRA, Marcelo Mendonça; FERREIRA, Tiago Alessandro Espínola. **Tecnologias de informação e comunicação: protagonistas da comunicação virtual**. Munique: Grin Verlag, 2014.

A TERCEIRA IDADE E A EJA: A AUTONOMIA TECNOLÓGICA

Pós-Graduação
Jane Lanzarin
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Orientador: Prof. Dr. Luciano Frontino de Medeiros
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
janelh@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Terceira Idade. Tecnologia e Inclusão.

INTRODUÇÃO

Proporcionar a pessoa de Terceira Idade o retorno à escola provoca transformações em sua vida tanto nos aspectos psicológicos, sociais e emocionais. É devolver-lhe a oportunidade de melhorar sua autoestima; sentir-se mais seguro; aprimorar suas relações interpessoais e socializar-se e melhorar sua qualidade de vida. Aliam-se a estes fatores, dinamismo e qualidade de vida, pois o sentimento em fazer parte de um grupo é motivador e lhe proporciona uma nova expectativa em relação ao mundo e o inclui novamente neste contexto.

DESENVOLVIMENTO

A melhor idade é um termo usado para identificar as pessoas que pertencem a uma faixa etária mais madura, mais propriamente aos idosos, identificados com idade igual ou superior aos 60 anos. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseados no Censo Demográfico de 2010 revelam que a Terceira Idade no Brasil cresceu cerca de onze vezes nos últimos 60 anos, passando de 1,7milhões para 18,5 milhões de pessoas nesta faixa etária. Em 2025 serão 64 milhões e em 2050, um em cada três brasileiros será idoso.

De acordo com Andrews (2000, p. 247), o crescimento da população de idosos cresce em números absolutos e relativos. Em 1950 eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e em 1998 quase cinco décadas depois este contingente alcançava 579 milhões, um crescimento de quase 8 milhões de pessoas idosas por ano. As projeções indicam que em 2050 essa população será de aproximadamente 19 milhões. Estes dados justificam a necessidade de se pensar em ações voltadas para este público, e no que tange a educação, a preocupação com a inclusão deste aluno aos bancos escolares tem grande significado, proporcionar ao aluno uma situação de aceitação é uma dessas ações. Fatores que motivam a terceira idade voltar a estudar, o que os estimulam, bem como a expectativa deste aluno e o que esperam da escola serão investigados também.

Dias (2007) relata que envelhecer é um processo multifatorial e subjetivo, ou seja, cada indivíduo tem sua maneira própria de envelhecer. Sendo assim o processo de envelhecimento é um conjunto de fatores que vai além do fato de ter mais de 60 anos. Nesta fala o autor justifica que fatores físicos, econômicos e sociais interferem no processo do envelhecimento e que são encarados de formas diferentes pelos idosos; alguns buscam

retornar aos bancos escolares no intuito de reintegração e inserção e, minimizar o sentimento de exclusão.

Para Domingues (1999, p.21), que define a socialização como *a aprendizagem de padrões cognitivos, expressivos, morais e afetivos,* a escola não pode deixar de ser vista como um importante local onde a socialização se dá. Portanto, destacar esta função social da escola para pensar a volta de pessoas da Terceira Idade a ela é de grande valia. E como a escola é considerada normalmente o lugar no qual se formam novos amigos e grupos de referências, tal aspecto merece destaque. As contribuições quanto à integração e sociabilidade são importantes para a formação do sujeito em todas as etapas da vida, não se restringindo apenas à formação da criança ou do adolescente e sendo importante também para jovens, adultos e idosos aprimorarem sua participação na vida social.

Algumas ações já se tornaram concretas às pessoas da Terceira Idade, tais como a criação de faculdades voltadas a terceira idade e o Estatuto do Idoso a Lei 10.741 de outubro de 2003, onde o capítulo V cita a inclusão do mesmo em todos os sentidos, inclusive no que se refere às tecnologias. Os artigos 20 e 21 (p. 14 e 15) delegam ao Poder Público a criação de oportunidades ao idoso a esses acessos. No artigo 25 (p.15) cabe a este mesmo poder apoiar e incentivar a criação de universidades abertas para a pessoa de maior idade.

Freire (1987) afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, coloca em evidência a importância dessa integração entre aluno e escola e vai ao encontro de práticas necessárias na escola para a diminuição dessa exclusão, motivar o aluno de Terceira Idade a frequentar a escola é um dos desafios. Cabe ainda mencionar que este aluno acumula uma bagagem de vida diferenciada e que a experiência é o que mais o caracteriza e o valoriza como indivíduo.

> [...] cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a ela relacionados, como saúde, educação e condições econômicas (MINAYO; COIMBRA JR., 2002, p. 14).

E é por meio da educação que parte dessa inclusão acontece. Infelizmente o Brasil ainda carrega altos índices de exclusão e, de acordo com Carvalho (2001), a desigualdade na distribuição da renda produz um nível básico de exclusão econômica que se alonga por diversas outras áreas, sendo notória a presença de idosos nestes índices. Sendo assim, a educação inclusiva deve acontecer na prática, deixando para trás as formas de exclusão já vividas. Autores como Booth e Ainscow (2002), Mittler (2003) e Santos (2003) defendem ações de inclusão e Santos (2001) ressalta que a “inclusão implica na reformulação de políticas educacionais e de criação de projetos educacionais do sentido excludente ao sentido inclusivo”. Ou seja, para que a educação inclusiva de fato aconteça há a necessidade de reformulação cultural, políticas e práticas nas escolas de forma a suprirem à diversidade de alunos, acolhendo as suas diferenças e às suas necessidades específicas e em se tratando de idoso com um cuidado ainda maior. Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma ferramenta imediatista no atendimento a população que está fora da escola, entre eles o idoso.

Um dos maiores desafios da Educação do século XXI é, sem dúvida aprender a viver com os outros (DELORS,1996). Portanto o desafio para que a inclusão aconteça respeitando as limitações do outro.

> [...] ensinar a conviver. A vida é convivência com uma fantástica variedade de seres humanos, velhos, adultos, crianças, das mais variadas raças, das mais variadas culturas, das mais variadas línguas, animais, plantas, estrelas... Conviver é viver bem em meio a essa diversidade. E parte dessa diversidade são as pessoas portadoras de alguma deficiência ou diferença. Elas fazem parte do nosso mundo. Elas têm direito de estar aqui (ALVES, 2003, p.14).

Na educação de EJA a diversidade etária é um fato concreto e não é somente com a intenção de voltar ao mercado de trabalho que o idoso volta à escola, isso reflete a vontade de aprender, o que não foi oportunizado quando mais jovem e todas as privações que sofreram o levaram a condição de excluído (COURA, 2007). O ideal seria a escola conhecer quem é o idoso que frequenta as salas de EJA para que o rendimento seja qualitativo; não se deve considerar jovens e idosos como classes homogêneas, cada perfil tem suas distinções. E Vóvio (2010) caracteriza da seguinte maneira os agrupamentos nas salas de aula de EJA:

> O que se pode afirmar é que formam um grupo bastante heterogêneo, tanto no que diz respeito aos ciclos de vida em que estão as suas biografias e identidades, as suas disposições para aprender, as suas necessidades formativas, como em relação às representações sobre o ler e escrever, os conhecimentos e as habilidades construídos em suas experiências de vida (VÓVIO, 2010, p.68).

Diante destas considerações este estudo terá como eixos temáticos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Terceira Idade e pesquisará o idoso na escola e assim designou-se o problema: como o idoso se inclui no processo educacional a partir das tecnologias na modalidade de EJA? A aproximação com as tecnologias e a troca de experiências com as gerações mais jovens tem importante papel socializador e minimiza a exclusão e o computador é uma das ferramentas tecnológicas que pode ser usado como referencial conduzindo a novos métodos para o aprendizado. Este trabalho tem como objetivo geral levantar um perfil do idoso relacionado ao processo de EJA com as ferramentas tecnológicas ofertadas pela escola.

Os objetivos específicos propõem-se: (i) mapear o perfil o idoso dentro do período delimitado dos anos de 2002 até 2012 nas escolas de Curitiba PR devido ao crescimento dessa população na cidade de Curitiba PR; (ii) como os alunos de Terceira Idade percebem a inclusão tecnológica no dia a dia; (iii) apontar as escolas que ofertam a modalidade EJA traçando um comparativo das mudanças ocorridas no período delimitado e (iv) identificar como circula a tecnologia pela EJA na Terceira Idade nas escolas incluídas na pesquisa e sugerir subsídios teóricos e pedagógicos para fomentar a inserção de idosos nas instituições.

A abordagem metodológica se dará mediante pesquisa de campo, pesquisa exploratória e pesquisa quanti qualitativa e terá como critérios relevantes a escolha das pessoas pesquisadas possuírem idade de 60 anos ou mais e estar em escolarização de EJA tendo homens quanto mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com este estudo despertar o interesse na possibilidade de orientação e elaboração de políticas e práticas pedagógicas; tecnologia e planos de melhoria na inclusão da Terceira Idade. Minimizar a lacuna entre desconhecimento e acesso às informações no intuito de colaborar para o bem estar dessa população que cresce consideravelmente. Envelhecer não significa indisponibilidade para o aprendizado, e termos uma sociedade preparada para receber este público é de total importância.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas sobre Educação**. Campinas: Versus, 2003.

ANDREWS, Garry A. **Los desafíos del proceso de envejecimiento en las sociedades de hoy y del futuro**. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBE—O SOBRE LAS PERSONAS DE EDAD, 1999, Santiago. *Anais*... Santiago: CELADE, 2000. p. 247- 256. (Seminarios y Conferencias - CEPAL, 2).

BOOTH, Tony & AINSCOW, Mel. Index **Para a Inclusão: Desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. Tradução: Mônica Pereira dos Santos, Versão Português Brasileiro. Produzido pelo Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação - LaPEADE, FE-UFRJ: 2002. Disponível em: http://www.eenet.org.uk/index_inclusion/Index%20Portuguese%20Brazil.pdf. Acesso em: setembro de 2014.

CARVALHO, R. E. **Inclusão Escolar: desafios**. In: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 1999, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Anais. 2001. p. 45-60.

COURA, Isamara Grazielle Martins. ***A terceira idade na educação de jovens e adultos*: expectativas e motivações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007

DELORS, Jacques, et al. **A educação: um tesouro a descobrir**. Lisboa, Asa, 1996.

DIAS, A.M; UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI. O processo de envelhecimento humano e a saúde do idoso nas práticas curriculares do curso de fisioterapia da UNIVALI campus Itajaí: um estudo de caso**.** 2007. 189 f. Dissertação de Mestrado – Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

ESTATUTO DO IDOSO **LEI n° 10.741 de 1° de outubro de 2003**. Legislação Complementar e Especial. 2° Edição - 2011

DOMINGUES, Jose Maurício. **Individualidade, identidade e sociabilidade na modernidade**. In*: Sociologia e modernidade: para entender a sociedade contemporânea.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.19-48.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1987.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Estudos e Análises: **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil**. http:\\www.ibge.gov.br

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Colaborador Windyz Brazão Ferreira. Artmed, 2003.

MINAYO, M.C.S; COIMBRA Jr., C.E.A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **O papel do Ensino Superior na Proposta de Uma Educação Inclusiva**. Revista Movimento – Revista da Faculdade de educação da UFF, Rio de Janeiro, n.7, p.78-91, maio 2003.

VÓVIO, Claudia Lemos. **Formação de educadores de jovens e adultos: apropriação de saberes e práticas conectadas à docência**. In: DALBEN, Ângela et al. *Coleção didática e prática de ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

O CURSO DE PEDAGOGIA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E A DISTÂNCIA NO BRASIL. UM ESTUDO COMPARATIVO

Pós-Graduação
Carmen Julia Lannes Bianchi
Zita Ana Lago Rodrigues
UCSF- UNIVERSIDAD CATÓLICA DE SANTA FÉ
cjbianchi@gmail.com; zitalago@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHVE: Pedagogia. Modalidades. Comparativo. Brasil.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de investigação de tese de doutorado cuja finalidade foi estabelecer um estudo comparativo entre as modalidades presencial e a distância, do curso de pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior de grande porte, situada na cidade de Curitiba. Considerou-se neste estudo o ponto de vista dos alunos concluintes das duas modalidades, em maio de 2010, bem como a opinião das coordenadoras de ambas as modalidades e professora tutora modalidade/EaD. Foram utilizados dois instrumentos de investigação: questionário estruturado semiaberto e questionário de Inquérito. Utilizou-se também de informes bibliográficos e documentais que retratam a trajetória do curso, permitindo observar pontos convergentes e divergentes entre as duas modalidades, retratando uma das realidades do curso de pedagogia no Brasil, com o objetivo de colaborar com outras investigações.

JUSTIFICATIVA

Em vista de um contexto social complexo e desafiador necessita-se de uma educação que conviva dialeticamente com essas múltiplas contradições existentes, apresentando propostas de superação de tempo, espaço, desigualdades sociais, entre outros, apontando caminhos de solução;

OBJETO DE ESTUDO

Esta investigação tem por objeto de estudo a educação institucionalizada no Brasil, especificamente o curso de graduação em Pedagogia que se ocupa da formação de pedagogos e professore que atuarão no ensino básico. A Instituição de Ensino Superior investigada possui o curso de pedagogia nas modalidades, presencial e a distância, ressaltando-se que a modalidade EaD apresenta um caráter bimodal com 33% de atividades presenciais.

PROBLEMA

Tem-se em mente a problemática da formação docente considerando-a fundamental na organização do trabalho pedagógico ao envolver os procedimentos da prática cotidiana das escolas, que sustentam projetos de homem, de sociedade, cidadania, mundo produtivo e qualidade de vida, podendo contribuir, se bem conduzida, com uma sociedade mais justa, menos violenta e mais igualitária.

HIPÓTESE

Os alunos do Curso de Pedagogia na modalidade presencial e modalidade EaD apresentam diferentes *visões e expectativas em* relação a seus cursos e processos de formação.

OBJETIVO GERAL

Conhecer como os alunos concluintes, do curso de pedagogia, modalidade presencial e EaD de, uma grande IES privada, localizada na cidade de Curitiba-PR, no 1º semestre de 2010 compreendem seus cursos e processos de formação profissional**.**

OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar pontos de vistas e expectativas dos alunos concluintes do curso de pedagogia, nas modalidades presencial e a distância, bem como de coordenadores, e professor tutor presencial de uma IES privada, de grande porte, localizada na cidade de Curitiba-PR, no 1º semestre do ano letivo de 2010.

DESENVOLVIMENTO

O curso de Pedagogia no Brasil criado pelo decreto N. 1.190, de 04 de abril de 1939, que regulamentou a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Embora considerado, no momento, conforme Saviani (2009), referência para as demais escolas de nível superior do país, organizando Cursos de Licenciatura em Pedagogia, com um esquema conhecido como 3+1. Nisso, três anos eram dedicados a conteúdos cognoscitivos e um à formação didática, já apresentava desde sua criação, controvérsias que se acentuaram ao longo de sua trajetória.

Atualmente o curso é regido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais DCNs (2006) as quais determinam ao graduado em Pedagogia uma consistente formação teórica, com diversidade de conhecimentos e prática que devem se articular durante todo seu processo. O Curso Normal Superior instituído pela Lei 9394/96, considerado de formação aligeirada sofreu grandes críticas em seu período de existência, passando por transformações, impostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, DCNs /2006 estipuladas em seu Artigo 11.

Autores como Kuenzer (1999) e Moran (2007) entre outros, comentam que a Educação brasileira ainda apresenta muitas lacunas não se percebendo transformações significativas que demonstrem soluções quanto a formação de profesores e problemas educacionais. Isto reflete os processos de formação fragmentados, nos quais há mais treinamento do que reflexão, o que caracteriza o profissional da educação em muitas

situações, como um simples reprodutor de conteúdos aprendidos, sem reflexões e articulações entre seu trabalho e a totalidade do contexto pedagógico escolar.

Iniciativas de Educação a distância no Brasil existem desde o início do século XX, porém, somente no final da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educación Nacional- LDBEN 9394/96 –se começou a implantar a EaD, possibilitando sua oferta en todos os níveis. De acordo con Litto (2008) a educação a distância vem crescendo no Brasil de modo exponencial e complexo, onde por um lado, as instituições públicas e privadas sentem segurança de investimento devido a uma legislação exigente, por outro, há preconceitos acerca dessa modalidade já que problemas referentes às metodologías e também a charlatanismo como fornecimento de cursos e diplomas falsos ocorrem, sendo tais problemas existentes não só em nivel nacional mas também internacional.

Por esta investigação ser de caráter descritivo, se optou por método qualitativo envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os instrumentos de pesquisa de campo foram: questionário estruturado semi aberto constituído de 14 perguntas que viabilizaram respostas objetivas e técnica de inquérito que possibilitou questões abertas, permitindo colocações mais personalizadas.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos comprovaram pontos convergentes e divergentes entre as modalidades. Observou-se por exemplo entre outros, que 45%% de alunos entre 26 e 35 anos encontravam-se na modalidade presencial e 42%% entre 36 e 45 anos na modalidade EaD, apresentando portanto divergências. Em relação a motivação da escollha do curso pode-se notar também divergências, 76% dos estudantes de pedagogia modalidade presencial escolheram o curso por sua especificidade, enquanto que 40% dos estudantes de modalidade EaD o fizeram, por já trabalharem na área de educação e outros 40% motivados pela facilidade de acesso. Houve convergência de opiniões, em relação à qualidade dos cursos, 50% de ambas as modalidades consideram-nos muito bons. Em relação aos conteúdos trabalhados, cerca de 42% de alunos de ambas as modalidades afirmaram que corresponderam às suas expectativas. Outros itens foram avaliados apresentando pontos em comum e divergências. Coordenadores de ambas as modalidades, consideraram os alunos provenientes do ensino médio com baixa formação teórica. A Professora Tutora presencial considerou relevante para a qualidade da modalidade Ead, o caráter bimodal da Instituição com 33% de atividades presenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confirmou-se, de acordo com Peters (2006), que o aluno a distância faz parte de uma clientela especial, com características próprias. Apresentam mais idade do que os da modalidade presencial, já possuem alguma experiencia anterior, trabalham geralmente em período integral.

Com esta pesquisa, foi possível verificar que muitos escolheram a modalidade de EaD, pela facilidade de acesso e por já possuírem experiência anterior em educação, divergindo da maioria dos alunos da modalidade, presencial que fizeram a escolha pelo curso, motivados pela identidade com a profissão. A Instituição de Ensino investigada é considerada uma referência no país em modalidade EaD. Através da técnica de Inquérito aplicada a poucos

alunos egressos em 2012, se pode perceber que ambas as modalidades promoveram adequação ao mercado de trabalho e continuidade de estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL-MEC - **Diretrizes do currículo nacional para o curso de pedagogia oficial documento:** Conselho Nacional de Educação - Conselho pleno - CNE/CP Nº1 de 15 de Maio de 2006.

KUENZER, A. Z. **A Constituição da Identidade do Professor Sobrante.** Dezembro 99/ Revista Educação

MORAN, J. M. **A educação que desejamos. Novos desafios e como chegar lá.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

LITTO, F. M. **A Inspiração e os adversários.** In **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância.** Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância. **Coordenação**: Fabio Sanchez. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.

PETERS, O**. Ensino de educação a distância.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2006

SAVIANI, D. **Professorado: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Universidade Estadual de Campinas**.. hp?pid=pS1413-.- www.scielo.br/scielo, similares** acesso 02/07/09

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS TECNOLOGIAS E DO FAZER PEDAGÓGICO EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCACIONAIS: PRESENCIAL, EAD E SEMIPRESENCIAL

Graduação
Adaira Kessin Elias
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Orientadores: Marinice Natal Justino e Monica Caetano Vieira da Silva
Pedagogia
ak-elias@bol.com.br; marinice.j@uninter.com;

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Tecnologias inovadoras. Contextos educacionais.

Com o crescente avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, presentes em todas as áreas do conhecimento, surgem novas formas de interação entre as pessoas, capazes de provocar mudanças nos velhos paradigmas. Estas mudanças causam um desequilíbrio, principalmente na área da educação, onde os tradicionais paradigmas do ensino-aprendizagem são mais difíceis de serem modificados. Assim, “as estratégias educacionais precisam mudar para atender à solicitação da sociedade do “saber” ou da informação” (BEHRENS, 1999).

No universo da educação, a utilização desta tecnologia inovadora, somada à prática pedagógica adequada, busca despertar o interesse para o aprendizado. Ela oferece um conjunto de recursos importantes e ferramentas de comunicação e informações, tornando-se assim, um componente essencial de pesquisa e um potente instrumento de ensino-aprendizagem. Para Behrens (1998, p. 61):

> Uma prática competente que dê conta dos desafios da sociedade moderna exige a inter-relação e a instrumentalização da tecnologia inovadora, tendo como instrumentos a rede de informações como suporte à prática docente, porém inovadora no sentido de interconexão entre os sujeitos produtores de seus conhecimentos.

Com tais recursos os professores, educadores e pesquisadores, possuem poderosas ferramentas que, utilizadas com critérios apropriados e objetivos bem definidos, fazem destes recursos algo motivador para a busca de novos conhecimentos.

O grande avanço das tecnologias, especialmente das tecnologias de informação e comunicação (TIC), fez com que os diferentes contextos educacionais deixassem de ter como base apenas materiais impressos, passando a incorporar as novas mídias de comunicação: TV, rádio, vídeo conferência e teleconferência. A utilização da Internet no meio educacional fez grandes mudanças nos paradigmas pedagógicos nas modalidades de ensino, em busca de estratégias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem de forma colaborativa, uma vez que os métodos convencionais não correspondem às necessidades impostas pela nova tecnologia, de acordo com Alcântara et al (2002, p. 160):

> Uma alternativa metodológica de modificar a forma de ensinar e de aprender é utilizar a influência entre os pares, chamada de aprendizagem colaborativa. Esta estratégia de ensino-aprendizagem vê o aluno como um sujeito ativo e participante do processo de aprendizagem, onde este interage com os outros colegas e professor, assimilando conceitos e Informações e construindo o conhecimento.

A interação é mediada pelas tecnologias de informação e comunicação, criando um cenário de oportunidades e desafios para as instituições de ensino, permitindo aproximar o saber do aprendiz, considerando seus limites individuais, possibilitando a aprendizagem independente e flexível dos alunos. No atual contexto educacional, é necessário que a formação de educadores busque oferecer possibilidades de mudanças nas práticas educativas. O perfil docente precisa atender as demandas do ensino e tecnologia. São necessários modelos de aprendizagem que reforcem e desenvolvam atitudes, posturas e habilidades e não somente o conhecimento técnico. Neste contexto, levantou-se o problema: como utilizar as tecnologias inovadoras para motivar e tornar dinâmico o fazer pedagógico nos cursos e nas diferentes modalidades como presencial, EAD e Semipresencial?

A sociedade, que emerge com o crescimento e desenvolvimento tecnológico, exige mudanças significativas em relação à visão de mundo, homem, educação em todos os níveis e modalidades de ensino. Ao pensar na formação dos docentes, é necessário, primeiramente, pensar nos quesitos profissionais exigidos para atender às novas formas de organização de trabalho no atual processo de globalização da economia. A globalização exige uma nova concepção de ensino e de educadores e novas posturas pedagógicas e metodológicas para responder ao atual conjunto de conhecimentos exigidos pelas transformações do mundo contemporâneo.

Esses desafios, impostos nesta nova ordem mundial, exigem um método de domínio para aprender o novo e implicam em alterações na ordem política, técnica, profissional, social e educacional dirigidos à aquisição de novas capacidades e habilidades. Para os profissionais da educação, o grande desafio é colocar as tecnologias a serviço da construção do conhecimento e da criação de uma nova cultura para o desenvolvimento dos alunos. Lopes (2009, p. 20) aponta a importância de “resgatar uma reflexão a respeito da incorporação das novas tecnologias e a velocidade na produção e transmissão do conhecimento em escala global”. O autor afirma que a “informação está no ar” e os professores são considerados elementos dispensáveis, tornando o corpo docente um

apêndice no processo de aprendizagem. O papel do professor é redefinido com o uso de diferentes tecnologias e dos ambientes virtuais de aprendizagem. O professor, diante desses recursos, pode compreender a importância de ser parceiro dos alunos e escritor de suas ideias e propostas (ALMEIDA, 2012, p. 40). Cabe ao professor oferecer possibilidades de diálogo mas não deixando de escutar, mantendo uma atitude de cooperação, oferecendo experiências e desafios, estimulando a tomada de decisão e elaboração dos próprios projetos de vida.

> Nesta nova modalidade de ensino, os profissionais se veem diante de um grande desafio: reavaliar sua formação para acompanhar as transformações deste novo modelo de sociedade, novo perfil de aluno e, consequentemente, nova forma de conceber e realizar a mediação aluno-professor-conteúdo (HENRIQUES, AIMI, FELDKERCHER, 2009, p. 14).

A inclusão das tecnologias na educação questiona os professores sobre o seu papel social e sua prática pedagógica. É necessário então buscar estratégias que favoreçam o processo ensino-aprendizagem. As inovações tecnológicas possuem, no meio educacional, a função de auxiliar professores e alunos na pesquisa e aprendizagem, favorecendo a produção do conhecimento. A formação docente requer uma compreensão sobre as influências das tecnologias na educação e das mudanças que promovem na forma de ensinar e aprender. Collins e Berge (1996, p. 3) destacam algumas mudanças ocorridas no papel do professor ao utilizar as tecnologias e, principalmente, quando a interação e o processo ensino-aprendizagem são mediados pelo computador:

> O professor passa a ser consultor, orientador e provedor de recursos; professor deixa de ser provedor de respostas e passa a ser um questionador eficiente; professor deixa de apenas apresentar conteúdos e propõe experiências de aprendizagem; professor estimula e encoraja o aluno para autodirecionamento de trabalhos; o professor enfatiza aspectos importantes e apresenta várias perspectivas sobre cada tópico; professor deixa de ser solitário e passa a ser membro de uma equipe de aprendizagem; o professor deixa de ter total autonomia para utilizar atividades que podem ser amplamente avaliadas; o professor deixa de ter total controle do ambiente de ensino e passa a compartilhá-lo com o aluno como um coaprendiz; o professor se torna sensível aos estilos de aprendizagem dos alunos; ocorre um rompimento das estruturas de poder entre professor-aluno.

O docente necessita saber não apenas da técnica para utilização das ferramentas tecnológicas, mas, principalmente, refletir sobre as mudanças que essas inovações tecnológicas trazem para o processo ensino-aprendizagem e sobre sua prática pedagógica como fator fundamental para o desenvolvimento profissional. Belloni (2003, p. 25) aponta áreas de competências, habilidades e procedimentos pedagógicos a serem desenvolvidas, destacando a formação continuada e reflexiva do professor. Sua abordagem sugere a existência de competências comuns para atuação do professor nos diferentes ambientes (presencial ou a distância) destacando a inclusão de novas tecnologias de comunicação e informação usadas em ambas. Recomenda também que a formação docente atenda a necessidade de atualização em três grandes dimensões: pedagógica (relacionada às atividades de orientação, aconselhamento e tutoria), tecnológica (tecnologia e educação,

material pedagógico) e didática (conhecimento docente sobre disciplina). Os diferentes contextos educacionais mediados por tecnologias da comunicação e informação, implicam em mudanças da forma como os professores concebem, executam, avaliam e controlam o processo de ensino – aprendizagem, e está diretamente ligada à formação docente e o uso de tecnologias inovadoras para motivar e dinamizar o fazer pedagógico.

O processo investigativo desta pesquisa envolve as seguintes etapas: investigação bibliográfica em livros, artigos científicos, jornais, monografias, dissertações e teses. Também se fez um acompanhamento do curso de formação de professores nas modalidades presencial, semipresencial e EAD *on-line* de uma instituição de ensino superior e professores que atuam nesta formação, bem como levantamento de dados por meio de pesquisa (questionários) junto a professores e alunos, na reflexão sobre uso de tecnologias inovadoras para motivar e tornar dinâmico o fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA**,** Paulo Roberto; SIQUEIRA, *Lilia Maria Marques; VALASKI Suzana.* Vivenciando a Aprendizagem Colaborativa em Sala de Aula: experiência no ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.12, p.159-188, maio/ago. 2004.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Tecnologia e educação a distância: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem**. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaelizabethalmeida.rtf. Acesso em jul. 2014.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1999.

_____. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância.** Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1999.

COLLINS, M. & Z.L. BERGE. **Facilitating interaction in computer mediated online courses**. FSU/AECT Distance Education Conference, Tallahasee FL, June, 1996. Avaiable: http://star.ucc.nau.edu/~mauri/moderate/flcc.html, 1996.

HENRIQUES, Cecília Machado; AIMI, Daniela da Silva; FELDKERCHER, Nadiane. **Educação a Distância: novos desafios à formação profissional docente**. VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba: PUC/PR Outubro/2009.

JUSTINO, Marinice N. **Formação docente para EAD on-line**: desafios e dificuldades no processo de transposição de curso presencial para virtual. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

LOPES, Andréa Rollof. **Educação a Distância: caminhos e descaminhos nas políticas de formação docente no Brasil**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba: PUC/PR Outubro/2009

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO EM EAD: QUESTÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DISCENTE

Pós-Graduação
Claudia Fernanda Santos
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado Educação e Novas Tecnologias.
Orientador: Prof. Dr. Daniel Vieira da Silva
claudiabiologa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Autonomia. Metodologia de estudo.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EAD) tem se consolidado no país e ganha mais alunos a cada ano. Segundo dados do INEP (2013), houve um crescimento de 12,2% no número de matrículas em cursos a distância e apenas 3,1% nos cursos presenciais.

Atualmente parte dos cursos que acontecem na modalidade a distância são de pós-graduação (54%), graduação (29,1%) e EJA (4,3%). (ABED, 2012). A educação básica ainda tem uma fração pequena neste universo, porém, uma vez que a EJA passou a ser ofertada por instituições particulares, há uma tendência crescente que aumenta o percentual de estudantes neste nível de ensino como é mostrado na tabela 1.

Tabela 1: número de matriculados em cursos semipresenciais no ensino médio no estado do Paraná.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / SEMI PRESENCIAL - Ensino Médio

Dependência Administrativa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Variação 2012/2013
Estadual	0	0	26.342	35.006	67.126	43.724	11.886	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Municipal	0	0	0	82	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Particular	0	0	0	0	0	0	193	1.025	499	478	120	59	0	67	100,0%
TOTAL	**0**	**0**	**26.342**	**35.088**	**67.126**	**43.724**	**12.079**	**1.025**	**499**	**478**	**120**	**59**	**0**	**67**	100,0%

Fonte: SEED/SUDE/DIPLAN/Coordenação de Informações Educacionais

Diante do crescimento da EAD para os níveis básicos, este trabalho pretende apresentar questões preliminares sobre a existência e o uso de metodologias de estudo entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade a distância.

Um estudo da UNESCO (2012) mostra que a maioria dos brasileiros (65%), entre 15 e 64 anos que estudou da 1ª à 4ª, é capaz de localizar apenas informações explícitas em textos curtos e de efetuar operações matemáticas simples, mas não compreende textos mais longos nem definem estratégias de cálculo para a resolução de problemas.

Em geral o aluno da EJA esteve afastado dos bancos escolares pelas mais diversas razões. Dados do Pnad (2011) apontam que 37,9% de alunos do sexo masculino abandonam os estudos antes do tempo, no caso das mulheres o índice é de 26,6%.

A decisão de pesquisar este grupo de estudantes se baseou na consideração da realidade social no contexto da globalização e a retomada deste público às salas de aula, em diferentes etapas da vida, a fim de obter qualificação para preencher requisitos solicitados pelo capita das atuais vagas disponíveis para o preenchimento de postos de trabalho.

Segundo Belloni (2008), as transformações industriais que surgiram nos anos 90 geraram uma profunda defasagem entre o ensino oferecido pelos sistemas educacionais e as demandas sociais. Essas alterações impuseram aos profissionais a necessidade de adquirir conhecimentos com mais rapidez e autonomia, criando uma nova demanda para que as instituições de ensino pudessem atender prontamente. A necessidade de comprovar a conclusão de determinados níveis de ensino, imposta pelo Banco Mundial, para melhorar a posição do país no relatório de desenvolvimento da ONU, também aumentou o incentivo para que se retornasse a escola e concluísse a educação básica.

Neste contexto, também são consideradas as transformações sociais nas quais os trabalhadores estão inseridos pelo processo de desenvolvimento no modo de produção do trabalho. Este formato surgiu pelos processos de globalização que exigem que estes profissionais sejam capacitados para desempenhar suas funções.

A fim de acompanhar esta evolução, é preciso que a mão de obra esteja qualificada para atender à demanda necessária das grandes corporações e para os mais diversos serviços que fazem uso da tecnologia. Além do conhecimento básico de informática é necessário que as pessoas estudem mais e se capacitem para buscar novas oportunidades de crescimento no trabalho.

No caso do processo de aprendizagem, requerida pela modalidade EAD, é necessário que o aluno seja dotado de autonomia para realizar todas as avaliações e estudar sem o auxílio frequente de um professor.

O que contribui para o fortalecimento do estudo a distância é a democratização do acesso à internet. Dos 32,2 milhões de domicílios do país que tinham microcomputador em 2013 (49,5% do total de residências), 28 milhões contavam com acesso à internet, de acordo com o IBGE. Esta estatística reforça a cultura da conectividade, o que implica a possibilidade de buscar dados diversos e além de momentos de lazer, ter também momentos de aprendizado.

O ensino a distância é uma modalidade que exige de seus alunos autonomia e método para buscar as informações necessárias para compreender os conteúdos. Segundo Luria (2004), o crescente volume de conhecimentos que devem ser assimilados no processo do ensino escolar exige organização mais racional dos métodos de ensino.

Cvitcovik (2009) relata que em geral um estudante que tem bons resultados é aquele que está motivado. As ações que vão impulsionar o estudo deste aluno são motivadas por uma necessidade que ele possui. Entretanto, estas ações, na maioria das vezes, acontecem sem planejamento e sem metodologia. O aluno sabe que precisa estudar, mas não sabe como fazer isto. A dificuldade em se organizar e a falta de uma rotina ou metodologia para estudo é uma habilidade que se desenvolve com o tempo, e para vencer estas barreiras é importante considerar também a quantidade de trabalho e dedicação e as atitudes organizadas que o aluno vai ter para conseguir bons resultados.

A partir desta relação de objetivos, necessidade e atividades desenvolvidas, surge a autonomia para realizar as ações que efetivamente farão com que o aluno conclua suas atividades e alcance seus objetivos.

De acordo com Silva (2003), essa autonomia refere-se ao desenvolvimento de competências específicas, como a aprendizagem que ocorre em regime de maior solidão que a do ensino presencial e, devido à necessidade de utilizar de forma racional os meios de comunicação e o desenvolvimento de estratégias pessoais de acesso ao conhecimento, ocorre também o desenvolvimento de capacidades de leitura, escrita, fala e escuta.

Muitas vezes, no entanto, este desafio acaba se transformando numa busca por dados que objetivam o preenchimento de uma resposta correta em uma prova para a obtenção de pontuação que vá garantir uma aprovação e emissão de certificado de conclusão de um nível de estudo. E a finalidade maior, que é a aprendizagem dos conteúdos para a formação social e intelectual do estudante, pode não se consolidar.

O objetivo desta pesquisa, que se deu na origem desta apresentação, é identificar nos alunos de EJA, na modalidade a distância, o uso de métodos de estudo considerando a autonomia exigida do estudante da EAD e, também como se objetiva para avançar em seu processo de aprendizagem conforme a proposta da EJA Ensino Médio.

Os objetivos específicos visam compreender como este grupo estuda, identificando como a autonomia é utilizada para encontrar soluções de seus problemas, verificando de que maneira a tecnologia está inserida nos processos de busca pelas respostas e quais os materiais que eles necessitam neste processo.

Este contexto auxilia a levantar a hipótese que a maioria dos alunos não consegue estruturar ideias e conteúdos, e por esta razão, não desenvolvem metodologia sistematizada para estudar.

A escolha da EJA em EAD leva em conta o aumento na conectividade e a versatilidade na metodologia oferecida a este público, que exigem a presença do estudante somente em

uma aula semanal com duração de quatro horas no período noturno em Polo presencial, diferente das aulas do Cebeja em que o aluno necessita estar presente todas as noites.

Para estudar os conteúdos das aulas é possível assistir ao que foi transmitido ao vivo no Polo, e este material fica disponível para o aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No AVA os estudantes realizam trabalhos, atividades e avaliações para formar as notas e conseguir aprovação das disciplinas.

A metodologia para averiguar como os alunos da EJA em EAD realizam suas rotinas de estudo, será feita qualitativa e quantitativamente a partir de entrevistas com jovens e adultos que estudam na modalidade a distância, com aulas presenciais uma vez por semana por um período de quatro horas no turno da noite. Em Curitiba existem três instituições que oferecem EJA a distância com aula presencial no polo.

Partindo desta hipótese, além do momento presencial, que dispõe do apoio de professores e tutores, poucos estudantes dispõem de autonomia suficiente pela falta de desenvolvimento de método para estudar a partir do material disponibilizado no AVA.

Acredita-se que a metodologia recorrida pelos estudantes é baseada no uso de pesquisas online para encontrar respostas sem precisar ler o conteúdo do material didático, e desta forma, apenas localizar os dados que necessitam. Sendo assim, estes estudantes não apresentariam a consolidação do conteúdo, nem desenvolveriam a autonomia para compreender o que foi estudado ficando restritos a um processo mecanizado de copiar e colar.

Este trabalho ainda encontra-se em fase de desenvolvimento. A pesquisa acontecerá, preferencialmente, com alunos destas escolas, desde que seja possível o contato com estes, e a partir da realização das entrevistas será possível traçar um perfil da EJA na modalidade EAD na cidade de Curitiba.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

CENSO ESCOLAR. **Resultados do Censo Escolar Curitiba PR,** n. 1, jan. 2014, p. 1-7.

CVITKOVC R. SAKAMOTO, Y, **Autonomy and Motivation in Distance Learning.** Disponível em: http://www.cyber-u.ac.jp/bulletin/0001/pdf/0001_12.pdf Acesso em 20/07/14

IBGE: Metade dos brasileiros teve acesso a internet em 2013**, Portal Brasil**, **2014.** Disponível em http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013. Acesso em 21/09/2014

INEP- **Censo da Educação Superior 2013. Disponível em** http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado Acesso em 20/09/2014

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*, 2ª Ed. Centauro, *2004*, São Paulo.

LURIA A. R. **Curso de Psicologia Geral.** (Vol. 4) Rio de janeiro: Civilização. 2004.

UNESCO, Alcançar os excluídos da Educação Básica: Crianças e Jovens fora da Escola no Brasil. **Debates ED**, n 03, Abril, 2012.

O IMPACTO DA GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Pós-Graduação
Elisângela Vanice Otaviano
Celso Giancarlo Duarte de Mazo
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
MBA em Administração e Gestão do Conhecimento
elisangela.otaviano82@gmail.com; giancarlo.mazo@live.com

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Gamificação. Currículo escolar. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é movida pela Tecnologia da Informação, a qual criou a possibilidade de organizar o trabalho educacional de forma diferenciada, considerando que,

atualmente, o processo ensino-aprendizado não acontece apenas dentro de salas de aula, mas também de forma presencial ou a distância. Os recursos tecnológicos fazem com que os alunos não dependam apenas dos professores e das escolas para aprender, pois podem agora aprender a qualquer hora e em qualquer lugar. Estes alunos fazem parte de uma nova geração, que a distingue das gerações anteriores, pois são falantes nativos da linguagem digital. Esta nova geração literalmente deixa o berço para integrar um mundo em que *smartphones*, *tablets*, *games* e a própria internet já estão amplamente difundidos.

Neste contexto, pode-se afirmar que os indivíduos dessa geração preferem se autoeducar ignorando a educação formal, tendem a utilizar o método da tentativa e erro, preferem aprender por meio da interação com colegas a aprender com autoridades, consomem o aprendizado pouco a pouco, quando querem, em geral para suprir necessidades específicas, e preferem aprender na prática a aprender por manuais. Baseado neste cenário, o presente artigo tem por objetivo discutir os impactos da adoção de novas tecnologias nos modelos educacionais da atualidade, tendo por objeto de estudo o conceito de Gameficação, buscando, por meio de uma pesquisa bibliográfica colhida na literatura especializada, demostrar que há uma gama muito rica de alternativas a serem incorporadas no universo dessa geração de estudantes, em especial ao tipo de educação ofertada a eles.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Sheffer (*apud* MATTAR, 2010), hoje existe um abismo que separa professores e alunos, decorrente do fato das crianças já nascerem rodeadas pela tecnologia, com tablets, smartphones, games fazendo parte de seu cotidiano e interferindo, diretamente, em seus modelos de aprendizagem. O autor define estas crianças, que nasceram e cresceram na era da tecnologia, como nativos digitais. A contraparte é representada pelos imigrantes digitais, ou seja, aqueles que nasceram na era analógica e migraram para o mundo digital somente na vida adulta. Naturalmente, esses dois grupos de pessoas pensam e processam informações de modo diferente, gerando conflitos e criando um distanciamento entre as duas gerações. Assim, constatou-se que professores, imigrantes digitais, falam uma linguagem desatualizada e estão lutando para ensinar uma população que fala uma linguagem inteiramente nova.

A escola atual enfatiza o conhecimento separado da ação e da identidade Prensky (*apud* MATTAR, 2010), sendo que a retenção do conhecimento é naturalmente baixa quando os alunos sentam para assistir passivamente a aulas sobre conteúdos que apenas fazem sentido para esses alunos se estes tiverem a oportunidade de aplicar o que são obrigados a estudar, principalmente devido ao fato de que, nos dias atuais, é cada vez menor o tempo entre a descoberta e sua aplicação. A velocidade com que um conhecimento é transferido para a prática, depois de produzido, é muito maior hoje do que no passado (MATTAR, 2010). As escolas utilizam ferramentas e sistemas de avalição, muitas vezes, defasados, procurando formar pessoas para atuar em ambientes onde uma dinâmica baseada na mudança entra em conflito com as metodologias arcaicas praticadas na escola. Assim, pode-se afirmar que faltam não apenas a visão da educação do futuro, mas, principalmente, quais são as habilidades essenciais para os profissionais e cidadãos de hoje.

Para Prensky (*apud* MATTAR, 2010), currículo tradicional inclui leitura, escrita, aritmética e raciocínio lógico, dentre outros conteúdos, atrelado a processos de pensamento linear que retardam o aprendizado dessa nova geração, visto que esta possui mente

hipertextual. Assim, pode-se questionar até que ponto este currículo atende as necessidades reais desta geração, e se os professores que o praticam estão preparados para ensinar pessoas no contexto atual.

Para os padrões antigos de aprendizado, os jovens de hoje apresentam déficit de atenção (MATTAR, 2010), sendo um dos desafios para educar a geração atual encontrar meios para incluir reflexão e senso crítico em seu aprendizado. Para Klopfer *et al*. (2009) está é uma geração caracterizada por conseguir passar horas conectada à web ou jogando, mas que não tem paciência de ler um manual até o fim; que aprende fazendo, não lendo manuais ou assistindo palestras; que aprende trabalhando em grupo e interagindo. São indivíduos multitarefas, interativos, exploradores, multimídia e com expectativa de aprendizado relevante. Uma geração de *gamers* que cresce em um mundo de imersão em *games* e realidades virtuais, por exemplo, e respostas instantâneas. Segundo Mattar (2010),

> Os games não são mais apenas um produto que atende certo nicho de mercado, mas um elemento cotidiano para boa parte das pessoas. Videogames estão presentes cada vez em maior número nos domicílios brasileiros; isso sem falar na incrível disseminação dos aparelhos celulares e outros dispositivos móveis no país. A geração de gamers já constitui um grupo muito grande, e não estamos prestando a devida atenção à revolução causada por esse fenômeno. O aprendizado sério precisa se aproximar do entretenimento para conseguir engajar os alunos (pg. XV).

Posto isso, pouco mais resta a dizer a respeito do papel que os *games* desempenham na rotina desta nova geração e, por consequência, na vida pessoal dos futuros profissionais. Neste contexto, surge o desafio de integrar *games* na rotina educacional de estudantes de modalidade presencial e a distância, ou seja, como as instituições de ensino e os professores podem trazer os *games* para a sala de aula? Surge desta discussão o conceito de Gameficação (do original inglês *Gamefication*), defendido por Nick Pelling, eminente pesquisador britânico, corresponde ao uso de “mecanismos de jogos orientados ao objetivo de resolver problemas práticos ou de despertar engajamento entre um público específico” (VIANNA, VIANNA, MEDINA E TANAKA, 2013). A indústria de entretenimento, particularmente de *games*, alcançou um desenvolvimento enorme, e assim como várias outras ferramentas utilizadas pelas novas gerações, os *games* têm elevado poder de retenção e potencial para educar, como foi constatado no presente trabalho.

Há evidências suficientes para afirmar com segurança que os alunos mudaram Sheffer, Prensky (*apud* MATTAR, 2010). Seria, então, uma consequência natural conceber que as teorias de aprendizagem tradicionais não se aplicam adequadamente a essa nova geração. Entretanto, apesar do discurso libertador da pedagogia moderna e de todas as evidências, a prática da educação “continua a ser fundamentalmente a mesma, com escolas orientadas por currículos ultrapassados aplicando avaliações tradicionais” (MATTAR, 2010).

Por isso, a educação encontra-se hoje dissociada da realidade e os alunos têm consciência disso. Tori, 2010 afirma que as questões de pesquisa de hoje na área educacional devem ser voltadas para saber como os jogos devem ser incluídos na educação. O autor afirma, ainda, que há ferramentas muitas delas gratuitas e de fácil utilização, para o desenvolvimento de jogos e para a inclusão dessa mídia em ambientes de apoio à aprendizagem. Dessa forma pedagogos e pesquisadores da área educacional podem

experimentar e desenvolver novas técnicas, métodos e ferramentas que ajudem na redução de distância entre professor e aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste resumo expandido foi apresentar elementos que produzam um debate sobre o impacto que as novas tecnologias, com destaque para os *games*, exercem sobre a educação, e como um novo modelo de aprendizagem poderia atender às necessidades da geração atual, os chamados nativos digitais. Concluiu-se que os professores precisam adentrar e explorar esse novo universo, onde estão inseridos os alunos desta nova geração, para assim reestruturar o atual sistema educacional, que ainda é baseado em uma abordagem centrada no conteúdo e não no indivíduo que aprende, ou seja, centrada no que ensinar e não no que aprender. Em função da introdução da Tecnologia da Informação no ensino, o professor será visto cada vez mais como um orientador, deixando de ocupar o posto de detentor do conhecimento (MATTAR, 2010) e a introdução dos games nas práticas educacionais torna-se inevitável quando são consideradas suas características de ferramenta educacional de caráter multidisciplinar.

Assim, o professor deverá aprender a desempenhar novos papéis, tais como motivar, estruturar o conteúdo, ajudar o aluno a refletir sobre seu aprendizado, orientar, produzir conteúdo e planejar seus cursos. Mas isso exige que este educador seja realfabetizado e para que isso aconteça, o currículo de ensino deverá ser reestruturado de acordo com as necessidades e anseios desta nova geração.

Como proposta para novos estudos, considerou-se analisar como o professor poderia tornar-se apto a repensar modelos mais flexíveis para o processo de ensino e aprendizagem, atendendo à perspectiva de que os educadores, em breve, terão de ser capazes de conectar pessoas, trazendo-as para as classes e aulas, tendo que aperfeiçoar sua capacidade de conduzir discussões tanto em salas de aulas tradicionais quanto em plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

KLOPFER, E. OSTEWEIL, S. SALEN, K. **Moving learning games forward**: obstacles, opportunities & openness. Massachusetts: MIT Education Arcade, 2009.

MATTAR, João. **Games em educação**: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Fall, 2010.

TORI, Romero. **Educação sem distância:** as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010

VIANNA, Y., VIANNA, M., MEDINA, B., TANAKA, S.. **Gamefication, Inc**.: como reinventar empresas a partir de jogos. Rio de Janeiro: MJV Press, 2013.

SALA DE AULA INVERTIDA: UMA TENDÊNCIA INSERIDA NO ENSINO SEMIPRESENCIAL

Pós-Graduação
Elaine Cristina Hobmeir
Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientadora: Drª Elaine Catia Falcade Maschio
elaine.h@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Sala de aula invertida, Tecnologia, Cultura, Aluno.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe o estudo de novas Tecnologias Aplicadas na Educação Semipresencial a fim de investigar os elementos que constituem a Sala de Aula Invertida. Procura analisar a cultura dos alunos inseridos nesta proposta de ensino, que corresponde a modalidade da Educação a Distância.

Esse novo método se deve à aplicação de novas tecnologias na sala, como o uso da internet, por meio do qual se disponibiliza material online; criam-se chats e fóruns; além do uso de e-mail, de aulas gravadas em DVD, disponibilização de aulas ao vivo com interação dos alunos diretamente nos Polos[12]; livros online; estudos de caso e tutoria presencial.

A questão que norteia esse estudo consiste em saber a cultura do aluno que utiliza a sala de aula tradicional e a disparidade com relação ao aluno da sala de Aula Invertida.

Esta pesquisa apresenta de modo geral o histórico da sala de aula tradicional com suas características principais, a conceituação da cultura escolar, também descreve o surgimento da sala de aula invertida com base na educação a distância e suas tipologias apresentando-se em linhas gerais os sujeitos escolares, o ambiente acadêmico e suas implicações para o aluno e professor, assim como as propostas de pesquisa qualitativa e quantitativa para a identificação da cultura dos sujeitos escolares citados.

Neste cenário emergente na busca de tecnologias aplicadas à educação, a sala de aula invertida descreve a infraestrutura de recursos técnicos e conhecimentos específicos sobre as novas tecnologias. Torna-se imprescindível investir na formação de competências pedagógicas e metodológicas que devem ser voltadas para a concepção e organização de novos ambientes de aprendizagem, com isso permitem a formação de indivíduos capazes de lidar positivamente com o novo cenário tecnológico.

A Sala de Aula Invertida mostra a necessidade de uma reavaliação das práticas pedagógicas presenciais, ao mesmo tempo em que reflete sobre a inclusão de tecnologias e a tarefa de treinar e capacitar novos especialistas multitarefas. Deve-se lembrar de que a incorporação desses itens exige um minucioso planejamento, principalmente no que diz respeito às metodologias que serão aplicadas como recursos facilitadores da aprendizagem.

É necessário perceber como as diferentes culturas, comportamentos e perfis podem ser identificados nos componentes do ambiente escolar, caracterizando protagonistas antagônicos nos estilos distintos de ambiente.

O objetivo geral deste estudo é identificar a cultura escolar do aluno inserido em uma sala de aula tradicional e a distinção com relação a cultura e autonomia do aluno da sala de aula invertida, baseado em particular no modelo Semipresencial.

Desta forma, os objetivos específicos compreendem: descrever o histórico da sala de aula; descrever a sala de aula invertida desde sua criação até os dias atuais; explicar os sujeitos escolares e diferenciar a cultura e autonomia do aluno que frequenta uma sala de aula tradicional e a sala de aula invertida.

[12] é o local devidamente credenciado pelo MEC, no país ou no exterior, próprio para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância.

A escolha deste tema se justifica devido à identificação dos diferentes perfis de alunos, principalmente no que tange ao ensino presencial com relação ao semipresencial, objeto deste estudo. Estabelecer se essa diferenciação se deve a cultura e autonomia, identificando as diferenças entre a aprendizagem dentro da analise das relações educativas incluídas no contexto do espaço onde ocorre a relação educativa.

A metodologia será de caráter qualitativo, pois se pretende efetuar a investigação do campo empírico. Para isso, será realizada a análise das representações dos alunos de uma instituição de ensino superior de caráter privado da cidade de Curitiba, que oferece cursos de tecnologia na modalidade Semipresencial (Comércio Exterior, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira e Marketing), tendo como proposta de ensino a *Flipped Classroom*[13]. A dissertação está dividida em três capítulos, no primeiro serão apresentados os conceitos da cultura escolar, no segundo os conceitos que fundamentam a educação a distância e a sala de aula invertida e no terceiro a análise dos dados.

FORMA, GRAMÁTICA E CULTURA ESCOLAR: AS ORIGENS DA SALA DE AULA

Os conceitos de forma, gramática e cultura escolar tem sido conceitos descritos pelos pesquisadores educacionais e surgiram praticamente na mesma época, entre os anos de 1980 e início de 1990.

Ao se falar em forma escolar remete-se a configuração histórica em particular, que surgiu mediante determinadas formações sociais, por meio de procedimento tanto descritivos como compreensivos (VINCENT, LAHIRE, THIN, 2001). Os diversos sentidos da forma compreendem-se entre o espaço e o tempo específico e a história, descrevendo o processo que se dá pela criação da forma escolar, dificuldades e socialização escolar.

A análise sócio-histórica das formas escolares remete a cortes e continuidades inesperadas e a situar-se a invenção da forma escolar durante os séculos. Citam os autores Vincent, Lahire, Thin (2001, p. 12):

> É, portanto, a análise sócio-histórica da emergência da forma escolar, do modo de socialização que ela instaura, das resistências encontradas por tal modo, que permite definir esta forma, quer dizer, perceber sua unidade (a da forma) ou, mais exatamente, pensar como unidade o que, de outro modo, somente poderia ser enumerado como características múltiplas.

Esta forma escolar identifica-se nas diversas épocas, onde há uma relação social entre um mestre e um aluno, esta relação é chamada de pedagógica. (VINCENT, LAHIRE, THIN, 2001).

Os autores (2001, p. 13) afirmam ainda que:

> Ela é inédita, em primeiro lugar, no sentido em que é distinta, se autonomiza em relação às outras relações sociais: o mestre não é mais um artesão “transmitindo” o saber fazer a um jovem; aliás, durante muito tempo, nas cidades, os “mestres-escritores” resistiram à intrusão dos mestres de escola.

Esta análise compreende as práticas escolares e suas especificidades, as transformações ao longo do tempo e a emergência da forma escolar, as escolas no fim do

[13] Virar a sala de aula.

século XVII são explicitas a todas as crianças, inclusive as do povo que não estavam restritas apenas a exercerem os ofícios que lhes eram atribuídos.

A configuração da escola como instrução social oferece a oportunidade de pensar no ambiente e trabalhar em torno desta configuração dialética e passam a surgir atores e demandas em diferentes espaços geográficos e sociais. A introdução de novas figuras no cenário pedagógico é constante e não é mais exclusividade dos docentes, esse espaço deve ser coordenado a uma atividade educacional, construindo uma realidade por meio de visões compartilhadas, onde o papel do professor continua sendo chave, mas sofrem transformações em todas as áreas, mantendo as representações da relação pedagógica do conhecimento (TYACK E CUBAN, 2001).

O reconhecimento da autonomia do sistema educativo tem consequências diretas e evidentes no conceito de cultura escolar, esta forma escolar é chamada de gramática da escola por Tyack e Cuban (1995), onde é constituído por elementos estruturantes da cultura da própria escola e que é constituída no processo histórico que lhe deu origem e que é traduzido por meio de valores, símbolos, estruturas, normas, imagens, processos, rotinas que são produzidas por ela e por ela também conservadas.

CONSIDERAÇÔES

A metodologia da Sala de Aula Invertida envolve um novo modelo de estrutura pedagógica que segue os pressupostos que serão englobados no projeto. O momento atual é muito particular, a educação passa por transformações no que diz respeito ao conhecimento e principalmente à informação. Esses fatos criam uma demanda pelo aprendizado e as instituições estão adaptando esse novo modelo educacional, fornecendo o que melhor se adéqua ao seu público, seja por meio de ensino presencial, ensino a Distância e semipresencial. E esses dois últimos cenários são os que estão ganhando mais força, devido à flexibilidade do sistema. As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) são as verdadeiras respostas à democratização do ensino e para que aqueles alunos que moram em regiões distantes que não tem acesso ao ensino presencial posam buscar esse conhecimento por meio dessa tecnologia.

Essa tecnologia aplicada ao ensino semipresencial traz diversas vantagens com relação ao ensino presencial, como menor custo por estudante, diversificação de alunos, individualização da aprendizagem, quantidade de alunos sem perda da qualidade e autodisciplina. A distância temporal é sentida por professores e alunos nos espaços de aprendizagem onde as possibilidades tecnológicas da internet garantem essa comunicação entre eles. Embasamento bibliográfico e pesquisa submetem essa proposta ao crivo acadêmico e espera-se que se torne referência para o tema proposto.

REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo, NOGUEIRA, Gabriela M., VAHL, Monica, M. **A sala de aula no século XIX: disciplina, controle e organização**. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1649/1025. Acesso em 05 de setembro de 2014.

BENFATI, E. F. S. S. e STANO, R. C. M. T. **Utilização da Tecnologia e educação a Distância na Formação de Engenheiros de Produção – uma avaliação educacional, revista Gestão e Produção,** São Carlos, vol.17, nº 2, p.433-446, 2010.

CARUSO, Marcelo. DUSSEL, Inés**. A invenção da sala de aula**: Uma genealogia das formas de ensinar. Editora Moderna. São Paulo. 2003

TYACK, D. y CUBAN, L., **En busca de la utopía.** Un siglo de reformas de las escuelas públicas, 2da edición en español. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **In: Educação em Revista**, Belo Horizonte, n33, jun/2001.

INCLUSÃO E INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: POSSIBILIDADES EM TURMAS HETEROGÊNEAS DE ENSINO REGULAR

Pós-Graduação
Siméia Parreira de Assis Bozani; Sangerson Santos
Psicopedagogia Clinica e Institucional
Especialista em Psicopedagogia Clinica e Institucional
UNINTER

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Inteligências. Heterogêneas.

INTRODUÇÃO

A inclusão também está presente em muitos discursos, principalmente inclusão de pessoas com necessidades especiais. No entanto, atualmente os professores têm encontrado muitas dificuldades para atender à grande diversidade que se encontra em salas de ensino regular, alguns até mesmo ignoram a heterogeneidade da turma utilizando uma metodologia tradicional e identificando dificuldades de aprendizagem nos alunos que não se adaptam, acontece uma tentativa de "moldar" os alunos seguindo um padrão considerado ideal.

No presente artigo buscou-se associar a Teoria das Inteligências Múltiplas proposta por Howard Gardner, de acordo com a qual a inteligência não pode ser considerada única e igual para todos os indivíduos, mas que pode se desenvolver de diferentes formas, Gardner propõe que há oito inteligências que podem ser manifestas nos indivíduos. Considerando essa teoria e a realidade das classes de ensino regular, que possui uma diversidade muito grande, buscou-se esclarecer que a inclusão deve se estender não apenas aos portadores de necessidades especiais, mas também aos demais alunos, pois o respeito e a valorização das diferenças deve ser para todos. Algumas modificações na metodologia e prática pedagógicas dos docentes e também a assunção do compromisso de todo o grupo escolar podem contribuir com essa valorização. O objetivo é apresentar uma possibilidade, que a princípio pode parecer utópica, mas que pode contribuir muito com o crescimento emocional, social e cognitivo dos alunos.

Não se pretende ignorar a necessidade de adaptações para realizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, apenas considerando que a inclusão deve ser efetiva antes para os alunos presentes em classes de ensino regular que formam turmas heterogêneas, todos os indivíduos que frequentam as escolas tem direito à uma educação de qualidade que respeite as diferenças e valorizem as potencialidades, oportunizando o desenvolvimento intelectual e contribuindo significativamente para o sucesso da Educação Inclusiva.

INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Por muitos anos a inteligência foi considerada única, igual em todas as pessoas, e possível de ser medida por testes de Quociente Intelectual (QI), mas, segundo Travassos (2001, p. 3), Gardner buscou ampliar o conceito de inteligência, segundo

Lakomy (2008, p. 72), Gardner afirma que o ser humano possui diferentes inteligências que podem se manifestar ao criar algo, para resolver problemas e criar projetos, em busca de determinado objetivo. As inteligências podem se desenvolver mediante estimulação, todos nascem com essas inteligências, mas as combinações variam, podendo se manifestar associadas ou não.

Gardner identificou, até agora, oito inteligências que são cognitivas, motoras e sociais e que podem ser desenvolvidas ao longo da vida, segundo Gardner podem existir outras que ainda não foram descobertas. As inteligências já apresentadas são: Inteligência Linguística, Inteligência Lógico- Matemática, Inteligência Musical, Inteligência Espacial, Inteligência Corporal-cinestésica, Inteligência Interpessoal, Inteligência Intrapessoal e Inteligência Naturalista.

Gardner, apud Sabatella (2005, p. 45), defende que o trabalho com uma das inteligências mais desenvolvidas pode ser uma alternativa de aprendizagem e auxiliar no desenvolvimento das demais. A valorização da capacidade dos alunos contribui positivamente para sua aprendizagem, afinal “forçá-lo” a adaptar-se não poderia gerar resultados satisfatórios, pois não permitiria o desenvolvimento mais amplo de suas potencialidades.

Em uma classe podem estar presentes algumas ou todas as inteligências e considerando que alguns professores desconhecem a existência das inteligências ou apenas não as contemplam em seus planejamentos buscando potencializá-las, pode contribuir com o insucesso de muitos alunos e também com o fracasso escolar. É necessário diversificar estratégias pedagógicas para evitar que o processo de ensino-aprendizagem seja limitador do potencial dos alunos, mas que valorize as diferenças e fazendo com que possam enriquecer as aulas, “se existem várias inteligências, também existem diversas maneiras de aprender e por isso várias maneiras de ensinar” (BONETTI, 2013, p. 1).

INCLUSÃO

Não é difícil identificar as inúmeras diferenças apresentadas por alunos em uma turma de ensino regular, geralmente alunos de mesma idade, mas cada um com características que o diferencia dos demais, podendo ser em diversos aspectos sendo social, econômico, cultural, entre outros. A Declaração de Salamanca é um documento sobre os princípios, políticas e práticas educacionais da Área das Necessidades Educativas Especiais (Brasil, 1994), no entanto serão citadas partes que contribuam para fundamentar a proposta de inclusão para todos:

Acreditamos e Proclamamos que:

• toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

• toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, [...]

Incluir é aceitar como capaz, é respeitar as diferenças, não ignorá-las, requer empenho do professor, do diretor, de todos os presentes na instituição escolar e também adequações no currículo, no planejamento, na avaliação. Requer ainda

interesse e investimento do Estado, valorizando o esforço dos professores e oportunizando a formação continuada, afinal o sucesso da inclusão escolar pode beneficiar toda a sociedade.

Para inserir uma boa prática inclusiva é necessário um currículo flexível, sobre o currículo inclusivo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) com relação à escola afirma que "O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a crianças com habilidades e interesses diferentes". O planejamento também requer flexibilidade, na construção e na execução, pois situações inusitadas que possam surgir no decorrer da aula, se aproveitadas de maneira adequada, podem trazer grandes contribuições para a aprendizagem dos alunos, e ainda enriquecer a aula do professor.

Ao pensar a inclusão vale lembrar que "o ensino regular, ou ensino comum, da forma como se apresenta hoje no Brasil, na grande maioria das escolas, não tem condições de atender às necessidades pedagógicas de todos os alunos" (BUDEL e MEIER, p. 35 2012) o desafio é grande, mas as possibilidades podem ser maiores ainda.

No entanto, organizar estratégias eficazes não é tarefa fácil, o foco deve ser, sempre, o potencial, nunca a dificuldade, pois a valorização daquilo que o indivíduo consegue fazer o impulsiona para adquirir novas conquistas e, consequentemente, avançar na aprendizagem.

É indispensável que todo o processo seja avaliado, a avaliação como instrumento diagnóstico permite que, por meio dela, possam ser feitas transformações que resultem em crescimentos e progressos, "ela não é o fim, mas o meio para se atingir o fim" (MINETTO, 2008, p.82). O erro precisa ser considerado como indicador para novas intervenções, pois os resultados da avaliação permitem identificar o progresso do aluno e ainda contribuir para que professor possa refletir sobre sua prática pedagógica identificando os pontos positivos e revendo algumas ações educativas.

A proposta de inclusão para todos requer um apoio pedagógico continuo, por parte dos orientadores e pedagogos auxiliando e orientando os docentes em sua prática, indicando materiais para leitura e proporcionando espaços para compartilhamento de experiências, dúvidas, dificuldades e progressos e necessita também do apoio do Estado oportunizando e incentivando a formação continuada. Não se trata de criar um programa paralelo ao currículo nem de substituí-lo, mas sim incluir medidas que convertam o currículo em uma ferramenta que atenda à diversidade apresentada pelos alunos quanto aos interesses ou ritmos de aprendizagem, adaptar criando estratégias que possam despertar nos alunos o desejo de aprender e fazer com que se sintam participantes, não meros espectadores.

METODOLOGIA

No presente artigo foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, pois o objetivo é mostrar a presença da dificuldade em valorizar as diferenças e oportunizar uma inclusão realmente efetiva, que valorize a heterogeneidade presente nas classes de ensino regular. A pesquisa realizada foi prioritariamente teórica e acadêmica,

incluindo em seu referencial teórico diversas livros e artigos acadêmicos, e também um documento a Declaração de Salamanca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o artigo pode-se dizer que muitas duvidas já existentes foram esclarecidas e algumas novas surgiram, as pesquisas permitiram relacionar as IM à diversidade presente em turmas heterogêneas e ainda propor uma reflexão em torno da inclusão que, de acordo com sua proposta, oferece a todos o repeito as diferenças e a valorização de potencialidades. A inclusão escolar, fundamentada pela Declaração de Salamanca (1994) defende o direito a uma educação de qualidade que favoreça e oportunize situações de aprendizagem com métodos que respeitem as individualidades de cada aluno, não apenas os que possuem Necessidades Educativas Especiais.

Por meio das pesquisas realizadas foi possível identificar a heterogeneidade presente no cotidiano escolar. Isso é bom, pois apresenta novas possibilidades, afinal "O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa" (Declaração de Salamanca, 1994). As aulas devem atender as peculiaridades dos alunos e despertar o interesse e a curiosidade, pois o desejo de aprender é fundamental para o sucesso do processo educativo.

Vivemos em uma sociedade em constante busca pela igualdade de direitos e equiparação de oportunidades. É urgente a necessidade de mobilizar ações e esforços em busca desse objetivo, a união, o apoio e a oportunidade para todos são necessários para o sucesso da Inclusão escolar, o desafio é grande, mas as possibilidades são maiores ainda.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das Inteligências Múltiplas. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

BONETTI, Adriangela. Inteligências múltiplas na sala de aula: Estudar para conhecer; observar para identificar; diversificar para respeitar e potencializar. Disponível em: http://diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo_adriangela_2013_vf.pdf. Acesso em: 13 mar.2014.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 30 mar.2014.

BUDEL, Gislaine Coimbra. MEIER, Marcos. Mediação da aprendizagem na educação especial. Curitiba: Ibpex, 2012.

DELOU, Cristina M. Carvalho, et AL. Educação Inclusiva. Curitiba: IESDE, 2009.

GAMA, Maria Clara S. Salgado. A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações para Educação. Disponível em: http://www.homemdemello.com.br/psicologia/intelmult.html. Acesso em: 13 mar. 2014.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A teoria na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LAKOMI, Ana Maria. Teorias Cognitivas da Aprendizagem. Curitiba: Ibpex, 2008.

MINETTO, Maria de Fátima. Currículo da Educação Inclusiva: entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. Talento e Superdotação: Problema ou Solução?. Curitiba: Ibpex, 2005.

SANCHES, Isabel. TEODORO, Antonio. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf. Acesso em: 30 mar.2013.

SANTOMAURO, Beatriz. Turma Heterogênea: cada um é um. E agora? Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/turma-heterogenea-cada-agora-703842.shtml. Acesso em: 14 mar.2013

TRAVASSOS, Luiz Carlos Panisset. INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS. Disponível em: http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/inteligencias_multiplas.pdf. Acesso em: 13 mar. 2014.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-TICs EM ESCOLA MUNICIPAL RURAL.

Pós-Graduação
Solange Heyda de Almeida
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: Ivo José Both
solange_heyda@hotmail.com; ivo.b@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias. Educação. Escola rural.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de pesquisa em andamento, ainda sem resultados efetivos que possam merecer análise. A pesquisa tem por objetivos investigar a regularidade do uso de (novas) tecnologias pelos professores, bem como identificar a importância pedagógica do seu uso na pratica escolar.

As informações para a pesquisa serão coletadas por meio de observações e de formulários em escola de campo (rural) do município de Campo Largo-PR.

Presume-se que, se até em alguns dos grandes centros urbanos brasileiros a utilização de tecnologias em prol da melhoria da qualidade da aprendizagem ainda não apresenta suficientes avanços, na zona rural, genericamente, tais benefícios possivelmente também não demonstram sensível grandeza.

É por essa razão que a presente pesquisa objetiva averiguar a quantas anda o uso de tecnologias e os seus benefícios em escola rural específica, onde se sabe que algumas iniciativas (tecnológicas) são implementadas.

As tecnologias estão presentes em todos os ramos da sociedade. A escola, como instituição que objetiva socializar o saber sistematizado e desenvolver diferentes competências, deverá incentivar o uso de (novas) tecnologias. Isso possibilita que as prerrogativas inerentes a ela sejam criticamente apropriadas aos alunos e possibilite a sua efetiva participação no contexto histórico e social em que vivem.

Os avanços tecnológicos podem oportunizar o surgimento de novas visões e possibilidades de aperfeiçoar o cotidiano. Nesta perspectiva, a escola não pode deixar de caminhar com as evoluções tecnológicas, possibilitando, talvez, favorecer o processo de aprendizagem e o desempenho real dos alunos.

Em escolas da rede pública esta inovação, aos poucos, vai ganhando força ainda que professores e alunos por vezes são colocados diante de diversos aparatos tecnológicos sem a necessária avaliação crítica sobre a sua viabilidade e eficácia na educação. Por isso, a resistência em utilizar estes equipamentos ainda é grande, ora por insegurança, ora por falta de conhecimento.

Para Kalinke (2003), o magistério é uma das profissões que menos proveito tira dos recursos tecnológicos. Praticamente todas as áreas de conhecimento têm aumentado a utilização dos recursos tecnológicos em suas atividades. Mas, na educação, especificamente, tal avanço ainda é mínimo.

Sendo assim, para a realização de uma educação para a cidadania existe a possibilidade de a escola explorar instrumentos tecnológicos disponíveis para fomentar a "construção" coletiva do conhecimento, contribuindo para desenvolver uma educação inovadora, a qual coloca em evidência o pensamento, a criatividade, a interatividade e a consciência crítica sobre a significação do processo cognitivo.

DESENVOLVIMENTO

Apesar de ser um assunto muito debatido na atualidade, o uso de (novas) tecnologias no campo educacional ainda é um obstáculo a ser superado para muitos educadores.

Segundo Behrens, (2005, p. 75), "a educação em todos os níveis de ensino e de modalidades, ainda está fortemente impregnada do pensamento conservador newtoniano-cartesiano, demorando a absorver as mudanças geradas pela revolução tecnológica".

Nesse contexto, percebe-se nos meios educacionais que as principais queixas dos educadores quanto ao não uso das TICs como recurso pedagógico são inúmeras, como: precária capacitação; dificuldade de acesso à internet; falta de manutenção dos equipamentos tecnológicos.

Os discentes de hoje, em meio ao grande acervo tecnológico, desempenham um novo papel no contexto escolar, levando, assim, a escola a repensar a sua forma de favorecer a aprendizagem. A escola, frente à essa perspectiva, não pode continuar atrelada a modelos arcaicos de aprendizagem, usando instrumentos obsoletos sem significação à realidade social do aluno.

A escola possivelmente deve se aproximar mais da linguagem do aluno onde se localiza em parte o uso técnico das TICs. Para isso ela deve romper com velhos paradigmas acadêmicos arraigados e assumir o emprego de tecnologias como recurso pedagógico.

A metodologia aplicada em sala de aula deve avançar na mesma proporção que a tecnologia visando, segundo Moran (2008, p.160), um ensino de qualidade que contemple uma organização inovadora, aberta e dinâmica, com infraestrutura adequada, que congregue professores bem preparados e com boas condições de trabalho, que tenham alunos motivados, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Dessa forma, a pesquisa se faz importante para contribuir com educadores para uma nova concepção sobre a utilização mais frequente de (novas) tecnologias na educação.

Repetimos que os objetivos deste estudo são os de incentivar o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas pelos educadores das escolas do campo, bem como identificar e descrever as dificuldades que impedem ao professor utilizar-se pelo menos de tecnologias disponibilizadas pela sua própria instituição de ensino como recurso pedagógico.

Valente (2003) salienta que as atividades pedagógicas realizadas a partir do uso do computador como recurso educacional podem ser feitas tanto para a transmissão de informações, reforçando o processo instrucionista, quanto para criar condições nas quais o aluno construa seu conhecimento (processo construcionista).

Por isso, o trabalho com diferentes meios tecnológicos no meio escolar é importante e a escola deve ter um espaço no qual a informação adquirida das mais diferentes formas, meios e locais poderá ser convertida em conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso tirar proveito das possibilidades da tecnologia na escola, pois, segundo Fagundes (2005), a informática influi positivamente na formação das crianças e melhora sua autoestima. Além disso, o computador exerce grande atração sobre as crianças, então é preciso explorar essa atração em direções positivas e desejáveis.

À medida que as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) ganham espaço na escola, o professor passa a se ver diante de novas e inúmeras possibilidades de acesso à informação e de abordagem dos conteúdos, podendo sair da rotina do dia a dia, de atividades repetitivas e inovar, fazendo pesquisas simultâneas às aulas, praticando o conteúdo em softwares interativos, estimulando a produção em diferentes mídias, como pequenos filmes ou histórias em quadrinhos, criar blogs e planilhas de dados.

Por isso, o seu papel é fundamental nesse processo de inserção das tecnologias na escola. O professor não pode deixar de caminhar junto às evoluções tecnológicas, para isso, precisa desenvolver novas habilidades e fazer escolhas, de forma a abranger muito mais do que o senso comum.

REFERÊNCIAS

BERHRENS, Marilda A. In: Tecnologia interativa a serviço da aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf Acesso em 29 de setembro de 2014.

FAGUNDES, Léa da Cruz. Entrevista - Inclusão Digital. Nova Escola. Ago 2005. Disponível em http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/podemos-vencer-exclusao-digital-425469.shtml. Acesso em 07/09/2014.

KALINKE, Marco Aurélio. Internet na Educação: como, quando, onde, porque. Curitiba: Chain, 2003.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo: Papirus, 2008.

VALENTE, J. A. et al. O computador na sociedade do conhecimento. MEC/PROINFO (Coleção Informática para mudança na Educação). Brasília, 1999.

TRABALHO DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- EaD EM SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pós-Graduação
Patricia Beraldo
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Mestrado em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: Ivo José Both
pberaldo4@gmail.com (Patrícia); ivo.b@uninter.com (Ivo)

PALAVRAS-CHAVE: educação a distância; mediação pedagógica; formação docente.

INTRODUÇÃO

Trata-se de trabalho de pesquisa em andamento, que objetiva em especial estudar a educação a distância nos seus componentes históricos, de mediação pedagógica tutorial, bem como no seu componente como modalidade de ensino.

O trabalho investigativo sobre educação a distância igualmente tem como foco levantar as necessárias informações que possam dar suporte avaliativo às atividades na área que a Secretaria Municipal de Educação-SME de Curitiba-PR vem realizando.

Convém enfatizar que a SME, além de qualificar professores tutores, pretende saber como anda o desempenho desses profissionais nas funções docente e de mediação pedagógica.

Os resultados dessa investigação, mesmo que em parte presumíveis, ainda não apresentam a necessária condição científica para se tornarem públicos.

A Educação a Distância no Brasil solidificou-se com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, mas só foi estruturada a partir de 2000, inicialmente pelas instituições públicas e após dois anos também pelas instituições privadas.

Nas últimas décadas vivenciamos muitas mudanças e inovações tecnológicas, principalmente na área da educação. A Educação a Distância – EaD - tem se consolidado com sucessivas inovações, na aquisição de softwares e plataformas de gerenciamento que procuram dar sustentação ao crescimento e ao desenvolvimento de cursos cada vez mais bem elaborados dentro da própria organização.

A Educação a Distância vem conquistando grande espaço em cursos de formação continuada, no que se refere mais precisamenteà formação de alunos e de professores. Ela faz parte de um amplo e contínuo processo de mudança, que inclui não só a democratização do acesso a níveis crescentes de escolaridade e atualização permanente, como também a adoção de novos paradigmas educacionais, em cuja base está os conceitos de totalidade, de aprendizagem como fenômeno pessoal e social, de formação de sujeitos autônomos capazes de buscar, criar e aprender ao longo de toda a vida e de intervir no mundo em que vivem.

A educação a distância possui um papel de fundamental importância na educação, atingindo de uma forma especial à formação de professores. Esta modalidade de ensino resulta da evolução tecnológica e da busca de conhecimento constante, o que torna este trabalho relevante, capaz de mostrar a importância da EaD nos cursos de formação continuada.

A Secretaria Municipal de Educação de Curitiba realiza há, aproximadamente, dez anos cursos semipresenciais de formação continuada com profissionais do magistério. Estes cursos são ofertados por meio do ambiente virtual de aprendizagem MOODLE, capacitando profissionais que atuam em creches, escolas e unidades de educação integral. Os cursos têm duração anual, caracterizando-se poucas desistências.

Tais cursos de formação continuada são ofertados com o propósito de favorecer o conhecimento multidimensional e interdisciplinar. Trata-se de trabalho cooperativo/solidário, crítico, criativo, aberto à pluralidade cultural, ao aperfeiçoamento constante, e comprometido com o ambiente físico e social em que estão inseridos.

A pesquisa será implementada mediante observação, com coleta qualitativa de informações sobre a metodologia empregada pelos professores tutores na modalidade a distância, de modo a conhecer melhor a importância da mediação e do acompanhamento diário realizado pelos professores tutores nas atividades desenvolvidas. Essa pesquisa possivelmente permitirá refletir sobre o significado do professor e do tutor, bem como sobre as possíveis mudanças pedagógicas e de aprendizagem advindas do uso de recursos tecnológicos que passam a demandar novas atribuições a esses profissionais.

DESENVOLVIMENTO

A EaD cresce rapidamente em ambientes nos quais os conteúdos de conhecimento cientifico, humano e artístico são cada vez mais modulares, compartilhados, atendendo a demandas de uma sociedade que necessita de sistemas flexíveis e eficazes para a aprendizagem. Não há um caminho linear e único a percorrer na busca do conhecimento. Faz-se necessário preparar o aprendiz para essa nova forma de navegar dentro do universo ilimitado de conhecimentos.

A análise das diversas respostas evidencia a necessidade de um trabalho integrado e cooperativo com papeis definidos em busca de alternativas eficazes para a elaboração do conhecimento. O mundo vem se decidindo cada vez mais por uma busca acelerada e competitiva de sobrevivência social, sobrecarregando-se de responsabilidades, prazos e compromissos, o que possivelmente tenda a dificultar o acesso a escolas e cursospresenciais.

As novas tendências educativas e a utilização de sistemas de gerenciamento de cursos a distância respondem, em parte, às limitações e às demandas tanto espaciais como temporais na elaboração deconhecimentos de forma colaborativa. A virtualização do ambiente de aprendizagem vem agregar à educação (maiores) probabilidades de uma educação dinâmica, rápida e objetiva entre seus participantes (LEVY, 1996).

O processo vertiginoso das mudanças tecnológicas, econômicas, políticas e organizacionais tem marcado a necessidade de umareorganização da educação no sentido de oferecer ao mercado novos perfis de profissionais que atendam aos requisitos exigidos pelas empresas. A EaD tem o objetivo de capacitar, aperfeiçoar e aprimorar o conhecimento dos estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho e reforçando as habilidades mais valorizadas nos processos seletivos e no ambiente profissional.

Para MORAN (2007), o ensino semipresencial tende a avançar, porque de um modo geral as pessoas já têm uma relação com a Internet, redes, celulares e multimídia. Elas já vivem o ensino semipresencial em muitas outras situações.

Diferentes tipos de ambientes virtuais de aprendizagem têm sido apresentados ao mercado educativo com sempre maiores vantagens para o seu uso. Alguns são de domínio público como é o caso do Moodle. O Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment – MOODLE oferece inúmeros recursos vantajosos *online*. Para Moran (2007):

> a forma de conquistar o aluno para que permaneça entretido na "Moodlesfera" de seu curso é através do uso integrado dosrecursos que o professor dispõe: a modelagem do ambiente,sua mediação pedagógica constante e um planejamento deatividades que serão desenvolvidas dentro e fora dosambientes. Essa estratégica representa a metodologia de usodo ambiente virtual.

A forma com que se organizam as atividades desenvolvidas não presencialmente talvez deva fazer parte de um planejamento pedagógico, com o objetivo de complementar e promover a melhoria de qualidade do processo de aprendizagem.

O tutor pode ser considerado um apoio docente ao professor do curso *online?* Jaeger e Accorssi acreditam que o tutor seja uma ponte entre as demandas dos alunos e as propostas do professor. Assim sendo, o tutor

> [...] tem como papel central o apoio docente a um professor. Esse apoio geralmente se dá em uma das disciplinas de um curso, na sua preparação de material didático e no acompanhamento das atividades desenvolvidas. Espera-se também que este seja responsável pelas ferramentas de avaliação, assim como, na análise dos trabalhos dos alunos. Além disso, tem por tarefa o encaminhamento de dúvidas dos alunos aos professores, promovendo maior interatividade entre os mesmos, e com o corpo docente. Atua, ainda, no esclarecimento de dúvidas dos alunos através de e-mail, fórum, telefone ou pessoalmente, no recebimento e controle de entrega dos trabalhos. [...] Um ponto fundamental é estar atento as necessidades do aluno, fazendo pontes entre as demandas dos alunos e propostas do professor, podendo agir de maneira asolucionar as questões tanto teóricas quanto de situações do dia-a-dia.Isso quer dizer que o tutor deverá estar atento no nível de interatividade dos alunos, para então identificar quais alunos não estão interagindo e tentar resgatar a relação interativa (JAEGER; ACCORSSI, 2005).

Com o advento célere de (novas) tecnologias de informação e comunicação postula-se cada vez mais por contínua necessidade de aprendizagem e atualização desse aprendizado. A propósito, a EaD surge para preparar o estudante/profissional por meio de uma modalidade de ensino, com vistas a facilitar o acesso em diferentes locais e horários. Pode-se dizer que esta modalidade de ensino tem como objetivo principal desenvolver a autonomia do estudante. O professor passa a ser o conteudista, elaborador dos materiais pedagógicos, deixando de ser o principal depositário do conhecimento, passando a consultor de formas de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação preocupa-se com a formação docente na perspectiva de identificar não somente em saber como anda a atuação dos professores a nível tutorial, onde

a mediação pedagógica na condição de modalidade a distância pretende se firmar como componente educativo importante, mas, também em averiguar o nível de qualidade com que este trabalho vem ocorrendo.

Ainda que a modalidade de educação a distância não se tenha firmado de todo como componente educativo importante em nível de nação brasileira, percebe-se que os seus resultados educacionais vão se expandindo tanto em quantidade quanto em qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

JAEGER, F. P. e ACCORSSI, A. Tutoria em Educação a Distância. Disponívelem < http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/700/2005/11/tutoria_em_educacao_a_distancia_>Acesso em 01 de julho de 2014.

LEVY, P. O que é o virtual? São Paulo: Ed. 34, 1996.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegarlá. Campinas: Papirus, 2007.

UMA PROPOSTA DE OBSERVATÓRIO NAS ARTES PLÁSTICAS

Tatiane Kuckel
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Mestrado em Educação e Novas tecnologias
Orientador: Luciano Frontino de Medeiros
tatiane.k@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Arte visuais. Monitoramento informacional. Sistema de informação artístico.

INTRODUÇÃO

A dificuldade na identificação das obras produzidas pelos artistas, pelo fato destes e dos marchands não se preocuparem em registrar a sua existência e seu destino, torna trabalhosa a realização tanto de eventos sobre o artista e sua produção, como também de iniciativas de divulgação e acesso às informações artísticas ou mesmo às próprias obras.

Neste sentido, uma pesquisa desta natureza, que busque e registre dados de conteúdo e forma das manifestações artísticas, propondo a criação de uma base de dados, fará parte de um sistema único para acesso e disseminação das artes plásticas. Esta pesquisa, promovendo e buscando a ligação entre a arte, a história, a economia e a sociedade, é indispensável não só para o artista em si como para toda uma sociedade que quer manter vivo o registro de uma época que deve perdurar até a posteridade.

DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico é dividido em cinco partes: as artes, as artes plásticas, a arte como informação, sistemas de informação e direitos autorais

Na primeira parte que aborda as artes procurou-se conceituar a diversidade conceitual sobre a arte: alguns autores descrevem a arte como a representação do belo, do sentir e não do pensar, outros afirmam que é a criação humana com valores estéticos (beleza, equilíbrio, harmonia, revolta).

Segundo REIS (1993, p.14) “a arte, além de ser a mais eloquente linguagem da alma humana, documenta a época em que foi concebida. Externa não apenas sentimentos individuais, mas também sentimentos coletivos, a vida social e a cultura de uma época, com

seus costumes, crenças e filosofias". Considerando que a cultura é o conhecimento de um povo, a obra de arte possui o papel de representar esta memória nas mais diversas formas.

Nesta pesquisa dentro do universo das artes focou-se nas artes plásticas que se dá por meio de diversas representações, entre as quais as mais populares são: a escultura, a gravura e a pintura.

No Brasil, a arte plástica tem sua origem com os índios, que manifestavam sua religiosidade e sua cultura através da arte em máscaras, da arte plumária, das cerâmicas e da pintura corporal.

Com a chegada dos portugueses no país, a arte europeia, principalmente cristã, veio juntamente com a arte africana influenciar a arte brasileira.

Durante a história brasileira passou-se por diversos movimentos até chegar nas correntes artísticas da atualidade.

Observando a evolução histórico-artística mundial e brasileira, verifica-se a importância das artes como fonte de informação e de conhecimento, tal como descreve ZAMBONI (1998, p.20): "a arte não só é conhecimento por si só, mas também pode constituir-se num importante veículo para outros tipos de conhecimento humano, já que extraímos dela uma compreensão da experiência humana e dos seus valores".

Para a área artística o valor da informação pode ser medido pela sua raridade, antiguidade, pela época a que a obra se reporta, pelo auxílio na reconstrução de um período histórico e de movimentos artísticos, e pela colaboração na projeção de novas técnicas na busca por novos paradigmas.

Logo, a obra artística nada mais é do que o conhecimento e a informação explícitos do artista, o reflexo da sua época e de sua visão de mundo. Portanto, há uma grande riqueza de conhecimentos implícitos e explícitos na área artística que, através de um resgate informacional, podem demonstrar com maior clareza os contextos histórico, social, econômico e cultural de um povo. Para o resgate deste conhecimento implícito nas artes, necessita-se de técnicas, tecnologias e métodos envolvidos em um trabalho complexo de tratamento da informação, no qual enquadram-se os sistemas de informação.

Para o levantamento dos dados a ser considerados relevantes no sistema proposto pesquisou-se as seguintes instituições:

1. Casa João Turim;
2. Museu Alfredo Andersen;
3. Museu da Gravura;
4. Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC/PR);
5. Museu de Arte Sacra;
6. Museu de Arte da UFPR (MUSA);
7. Museu Metropolitano de Arte de Curitiba (MuMA);
8. Museu Paranaense;
9. Museu Universitário da PUCPR.

Os acervos do Museu de Arte Sacra, Museu da Gravura e MuMA são gerenciados pela Fundação Cultural de Curitiba que possui uma base de dados única para os acervos das três instituições.

Partiu-se, então, para a estruturação lógica do sistema onde se estabeleceram os campos de dados e um roteiro para sua alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Sistema de Informações Artísticas (SIA) o rastreamento destas obras torna-se mais eficaz, assim como o estudo das mesmas. Tendo mais informações registradas, é possível saber, qual a influência da sociedade, da história e da economia, no artista e qual reflexão em suas obras. Um dos grandes benefícios deste sistema será padronização dos dados pelas instituições e a recuperação dos dados referente a apreciação da obra de arte pelos pesquisadores, professores e alunos.

Neste contexto, a arte pode ser tanto conhecimento explícito (conhecimento registrado e documentado nas diversas fontes de informação), como tácito (conhecimento implícito no intelecto das pessoas).

REFERÊNCIA

HAUSER, A. **Teorias da arte.** 16.ed. Lisboa: Presença, 1976

POLLONI E. G. F. **Administrando sistemas de informação**: estudo de viabilidade. São Paulo: Futura, 2000.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação:** uma abordagem gerencial. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1998.

REIS, S. L. F. **Educação artística: introdução à arte**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte:** um paralelo entre arte e ciência. Campinas : Autores Associados, 1998.

OS AVANÇOS E OS LIMITES NO USO DAS TICE NA ESCOLA PÚBLICA

Pós-Graduação
Gicele Aparecida Wormsbecher
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias
Orientador: ProfºDrºAlvino Moser
giceleuninter@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia educacional. Práticas pedagógicas. Escola pública.

INTRODUÇÃO

Existem atualmente recursos, concepções e metodologias diferenciadas que possibilitam analisar o trabalho do professor perante as novas tecnologias da informação e comunicação educacionais – TICE de um modo geral e os avanços e desafios presentes nas propostas docentes de uso dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas públicas, em particular. O objetivo é analisar as práticas de uso das TICEs nas escolas estaduais, de ensino regular de Rio Negro/PR. Pretende-se desenvolver uma análise crítica, de como as tecnologias tem se ancorado na campo educacional da escola pública; uma reflexão em torno das práticas atuais desenvolvidas e os limites encontrados para o uso destas ferramentas.

Atualmente há uma grande lacuna entre estudantes que têm oportunidades, com posição privilegiada de poder estudar em escolas que oferecem ambientes estimulantes e tecnologias inovadoras, que valorizam o aprender interativo e colaborativo, enquanto que há outra parcela dessa mesma população de estudantes, que frequentam a escola pública, com mais necessidades, do que oportunidades de acesso aos conhecimentos, é nesse contexto que a educação pública tem o desafio de elaborar formas de reordenar o processo de ensino e aprendizagem da grande parcela de professores e alunos das escolas públicas de educação básica do Brasil.

Para minimizar essas diferenças torna-se urgente a contribuição das TICEs, como garantia de democratização do acesso destas, para alunos e professores. Entende-se este acesso para além da disponibilidade de recursos tecnológicos nos estabelecimentos de ensino, resumindo-os a kits e seus dispositivos instrumentais, colocando-os no centro do processo pedagógico.

A investigação discute sobre as percepções de professores e gestores das escolas públicas estaduais, nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, colhidas em entrevistas pré-estruturadas, realizadas durante o mês de agosto, num universo de vinte professores e gestores de cinco escolas, acerca do uso das TICEs na educação.

Nesse processo em desenvolvimento, no qual computadores ligados à rede, lousas digitais, projetores multimídia e outros meios comunicacionais adentraram os muros da escola pública, a questão é: Os professores da rede estadual de ensino de Rio Negro, utilizam as TICEs no processo ensino-aprendizagem e como as usam?

AS TICEs SE ANCORARAM NO CAMPO EDUCACIONAL

Quando se abordam as novas formas de comunicação presentes na escola, mediadas pelas tecnologias da informação, muitos consideram as chamadas tecnologias educacionais como algo novo que vai revolucionar o campo educacional.Cysneiros (1999, p. 13-14) cita Larry Cuban, professor de educação da Stanford University como uma das principais referencias nesta área, com estudos voltados ao uso da tecnologia na sala de aula desde 1920. Sua principal conclusão é que o uso de artefatos tecnológicos na escola tem sido uma história de insucessos, caracterizada por fases, salientado a obsolescência da escola. Para este autor, em cada ciclo, uma nova sequencia de estudos aponta causas do pouco sucesso da inovação, tais como a falta de recursos, resistência dos professores, burocracia institucional, equipamentos inadequados.

Percebe-se que desde os primeiros estudos sobre as Tecnologias Educacionais, novas fases recomeçam, com a entrada de novos aparatos tecnológicos, vistos como suportes mágicos, considerados como melhores que os anteriores, com promessas deinovações:“e o ciclo fecha-se novamente com uso limitado e ganhos educacionais modestos”. (CYSNEIROS, 1999, p.13)

Para se compreender esta temática é necessário analisar as tendências que fundamentam a trajetória histórica da tecnologia educativa no Brasil. Ens (2002, p. 38-39) classifica-as em cinco ondas. A primeira é caracterizada pelo uso do computador restrito ao professor. A segunda, voltada programação(LOGO). A terceira onda, da informática básica que beneficiou as indústrias e tornou o professor um instrutor. A quarta onda procurava reativar os laboratórios com o uso de software educativo. Na quinta onda está a internet como fonte de informação. Essas tendências embasaram as políticas educacionais que vêm ao longo do tempo atendendo a lógica dos organismos internacionais, e incorporando as TICs como elemento principal para as transformações da economia e da revolução científica tecnológica, “posicionando as tecnologias no lugar dos sujeitos. (...) quanto mais a presença da tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano, alegando que o desempenho dos alunos depende menos da formação dos professores e mais dos materiais utilizados. (BARRETOS, 2004, p. 1189)

REFLEXÕES ACERCA DO USO DAS TICEs NAS PRÁTICAS DA ESCOLAPÚBLICA

A avaliação sobre a utilização das TICEs nas práticas pedagógicas da escola pública provoca importantes considerações. Pelos dados levantados juntos aos gestores, as escolas estaduais receberamnos últimos setes anos, diferentes aparatos tecnológicos, dentre eles recursos multimídias e digitais: TVs Pendrive 29 polegadas (2007-2008) e laboratórios de informática equipados com computadores pelo Programa Paraná Digital (2009); pelo PROINFO, computadores, projetor multimídia, lousa digital e tablets, para professores do Ensino Médio (2013), com o objetivo de “promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica”(BRASIL, 2007) e“a integração de mídias com a finalidade de proporcionar a inclusão e o acesso de alunos e professores da rede pública estadual, a essas tecnologias.” (PARANÀ, 2007, p.3)

Com a disponibilidade dos ambientes tecnológicos e dos recursos comunicacionais e digitais ofertados para todas as escolas investigadas, questionou-se sobre o uso que os professores fazem dessas tecnologias. Dos professores entrevistados, doze utilizam com certa frequência a TV Pendrive, o projetor e o laboratório de informática, com acesso a Internet, para dispor suas aulas em apresentações multimídias; ofertar objetos de

aprendizagem em vídeos (filmes, documentários, aulas da TV Escola), imagens e softwares de aulas prontas; digitalização de trabalhos e pesquisas, sobre determinados temas; busca de respostas para questionamentos preestabelecidos pelo professor e para construírem resumos dos conteúdos escolares. Justificam melhorar a apresentação dos conteúdos e oferecer recursos, para além dos textos impressos,conforme depoimentos: “além do computador servir de material didático, evitam-se atividades e textos xerocados” (PROFESSOR A), “somente os livros didáticos não dão conta da velocidade de informações”(PROFESSOR B), “os computadores conectados a rede digital torna-se um apoio e fonte para pesquisa, como se a biblioteca física da escola fosse transferida para a biblioteca virtual e já que os alunos não gostam de ler livros, no laboratório, eles buscam respostas para as questões”(PROFESSORC).

A pesquisa em ambientes de busca é a atividade quase que exclusiva no uso da rede digital. Os gestores colocam que “as turmas que vão ao laboratório fazem bastante pesquisa nos sites de busca, principalmente no Google” (GESTOR A). Estes profissionais destacam que as TICEs são pouco usadas na escola, por dificuldades, medo e resistência as inovações tecnológicas e os agendamentos de uso dos laboratórios, apresentam pouco fluxode utilização. Quanto ao processo de formação continuada houveram alguns cursos para apresentação técnica dos recursos disponíveis, de curta duração, quase todos a distância, baseados em propostas instrumentais de acesso e uso.

Os professores que não costumam utilizar o laboratório, reclamam das máquinas e Internet lenta, do número de computadores por aluno, das dificuldades pessoais de uso, da falta de técnicos e inclusive da dificuldade dos alunos em acessar os recursos, como destaca um dos professores: “perde-se tempo com essa função e os alunos devem ter aulas de informática na escola, antes de utilizar essa tecnologia para as aulas” (PROFESSOR D). Eles argumentam que o tempo pedagógico não é suficiente para o professor trabalhar com instruções técnicas e ainda os conteúdos das disciplinas.

Os dados analisados demonstraram que as tecnologias estão disponíveis na escola pública, mas ainda existem resistências e limitações no uso das mesmas. Aqueles que usam, mantém as tecnológicas basicamente no centro das propostas de ensino, pois “não há dúvidas acerca de um lugar central atribuído às TIC, também não há consenso quanto a sua limitação” (BARRETO, 2004, P.1182). Essa geografia pedagógica justifica-se tanto pela ausência de formação, quanto pela “formação cindida, as TIC estão no centro, as considerações pedagógicas estão nas margens e as questões de fundo obliteradas” (BARRETO, 2004, p.1191).

A utilização destes meios não é garantia de melhoria na educação, pois muitos professores sequer usam as tecnologias e a maior parte dos que usam, transferem práticas tradicionais para esses meios, construindo rotas de uma só via, nas quais os alunos pouco interagem com os colegas, com o professor e com o próprio objeto de conhecimento. As aulas se resumem em exposições com designer mais elaborados, com software educativos, com vídeos e imagens sobre determinados temas e as vezes com pesquisas no laboratório de informática, principalmente com o objetivo de concluir as temáticas, a partir de resumos e resolução de questionários, como forma de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem múltiplos desafios para o uso das TICEs nas escolas públicas e não se pode perder de vista o fato de que nesse processo os professores devem ser capacitados para o desenvolvimento de saberes, compreendendo que as tecnologias não são somente recursos didáticos, masmeios que transcendem para novas aprendizagens,valores, comportamentos e que nesse conjunto se encontram alunos, professores e tecnologias numa comunidade interativa de aprendizagem. Para isso recomenda-se o deslocamento do professor da sala de aula tradicional, para ambientes colaborativos, através de experiências com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, dentre eles, o software livre Moodle (Modular Object-OrientedDynamic Learning Environment).

REFERENCIAS

BRASIL.**DECRETO Nº 6.300, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007:**Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional -ProInfo. Brasília: Ministério da Educação, Casa Civil, 2007.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. **NOVAS TECNOLOGIAS NA SALA DE AULA: MELHORIA DO ENSINO OU NOVAÇÃO CONSERVADORA?** Informática Educativa. Vol 12, No, 1, 1999 UNIANDES - LIDIE pp 11-24.

KENSKI, Vani Moreira. **NOVAS TECNOLOGIAS, O REDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO E DO TEMPO E OS IMPACTOS NO TRABALHO DOCENTE**. Informática Educativa Vol. 12, No, 1, 1999 UNIANDES - LIDIE pp 35-52.

ENS, R. T. **Relação Professor, Aluno, Tecnologia: um espaço para o saber, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser.** Colabora, Curitiba, v.1, n.1, p.37-44, fevereiro de 2002. http://webeduc.mec.gov.br/linuxeducacional/curso_le/pdf/texto1_item1.2.pdf

BARRETO, R. G. **Tecnologia e Educação: Trabalho e Formação Docente.** Educ. Soc., Campinas, v.25, n.89, p.1181-1201, Set/Dez 2004. http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22617.pdf

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Manual TV Pendrive. Curitiba**, 2007.

IDENTIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO COMO DIMENSÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DO PIBID

Graduação
Alexia Raissa Da Silva; Fátima Rodrigues Pereira Catarino
UNINTER – Centro Universitário Internacional
Pedagogia
Orientador: Ligia Lobo de Assis / Co-orientador: Terezinha Fatima Oliveira
pibid@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Formação. Valorização.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as análises iniciais das atividades realizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, durante o ano de 2014 no Curso de Pedagogia. Tendo como foco de pesquisa o Curso de Formação Docente em Nível Médio. Utiliza-se como fontes informações obtidas por meio de observações, diálogos e análise teórica sobre a especificidade do objeto de pesquisa. Discute-se em um primeiro momento a caracterização da turma, seguindo da descrição e analise da prática pedagógica de duas diferentes professoras e por fim a análise teórica de tais práticas em relação às dimensões da formação docente pertinentes à identidade, profissionalização e a importância da relação teórica prática nessa formação como fator determinante para uma prática docente que favoreça a transformação das realidades educativas em âmbito dos sujeitos aprendizes e que ensinam.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e tem parceria com Instituições de Ensino Superior e Escolas de Educação Básica da Rede Pública de Ensino. O programa, ao qual as autoras estão vinculadas, promove a inserção dos licenciados em Pedagogia no contexto das escolas públicas para que desenvolvessem a atividade didático-pedagógica sob coordenação de um docente do curso de graduação e supervisão de um professor da escola. Tendo como objetivo analisar a Formação Docente em Nível Médio, orienta os participantes do projeto de modo a compreender relação da teoria aliada à prática, a fim de romper as barreiras existentes neste processo.

As ações do PIBID são organizadas para contemplar estudos dirigidos, seminários, minicursos e outros, envolvendo as temáticas de discussão sobre a formação de professores. Além disso, para a realização das atividades de investigação e práticas de inserção nas escolas, bolsistas de iniciação a docência e voluntários são distribuídas em três Grupos de Trabalho, com objetos distintos: documentação escolar, contexto histórico e observação da prática docente.

RELAÇÃO TEÓRICO PRÁTICA E FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Os momentos de observação aqui relatados foram realizados durante 2014, ano de início do PIBID na instituição de origem dos bolsistas, em escolas da Rede Pública Estadual de Ensino que ofertam, entre outros, o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Modalidade Normal, em Nível Médio, numa instituição localizada na região sul de Curitiba, Esta observação foi realizada junto a uma turma do 4º ano do Curso Normal, no período noturno, caracterizando-se como uma atividade investigativa e inicial no campo das escolas.

Durante a atividade de observação tem sido investigados, na Escola em questão, os aspectos físicos, funcionamento e organização do espaço escolar; a sala de aula no que diz respeito à rotina da turma, organização das aulas e metodologia dos professores; a caracterização da turma e as relações professor-aluno. As disciplinas do currículo do Curso de Formação Docente que constituíram o foco na pesquisa foram: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Metodologia do Ensino de História numa turma concluinte.

Observando as aulas, percebe-se que as aulas das metodologias de ensino de Arte não são distintas das de Educação Física, não evidenciam organização e sistematização, sem sequência didática pré-estabelecida, apenas comandos pouco claros referentes à avaliação. Os alunos se portam de maneira bastante desinteressada em relação aos conteúdos. Nos relatos dos alunos percebe-se que, eles se sentem perdidos e confusos em relação ao cronograma de atividades das disciplinas em questão não distinguem os objetos de estudos como convém para a formação de professores.

Conforme Freire (1996) apud Romanowski (2012), “é importante que o professor tenha consciência do que faz, e como faz, por que faz e como faz; que estabeleça o confronto de como era a situação, como reconstruir para fazer coisas diferentes das que sempre faz”. Assim, segundo a autora, é necessário repensar os elementos e os caminhos nos quais a prática pedagógica se constrói, constantemente, repensando sua prática de modo a torná-la também produtora de transformação. Observa-se ainda, a existência diversos recursos didáticos tecnológicos na escola, embora os professores tenham dificuldades em usá-los e explorá-los.

A disciplina de Metodologia do Ensino de História e a de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa é ministrada por uma única professora. Por meio de entrevista percebe-se que a professora organiza seu plano de trabalho fundamentando-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais. A partir de referências propostas pela professora, os alunos desenvolvem planos de aulas e execução deste planejamento. Nas aulas e nos trabalhos apresentados, a professora procurou instigar e orientar as alunas, assumindo papel mediador, de modo a auxiliá-las na relação com o conhecimento teórico/prático. Contextualizando a partir de exemplos de sua experiência que mostraram o confronto entre a relação teórico prática e, dessa maneira “a teoria pode contribuir para a transformação do mundo, mas para isso tem que sair de si mesmo e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com atos reais, efetivos, de tal transformação” (VASQUEZ, 1968, p.206).

Desse modo, entende-se que a teoria fundamenta amplamente a formação dos discentes, no entanto “a *teoria sem a prática* vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a

ação criadora e modificadora da realidade" (FREIRE, 2005). Assim, é necessário assumir que o conhecimento perpassa pela realidade de confronto e reflexão entre teoria e pratica, a *práxis.* Somente ao assumir essa relação dialética da práxis pedagógica seria possível promover transformação no ato de educar.

Pensar a formação de docentes diante dessa afirmação é compreendê-la como fator necessário a sua identidade docente profissional, uma vez que a educação é um ato intencional, conforme aponta Demerval Saviani ao afirmar que "o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens" (1997, p. 13). Ou seja, pensar no trabalho docente é pensar na formação de sujeitos dotados de história, cultura e capacidades. Assim também nota-se a devida importância de que a formação docente perpasse por essas realidades, de se pensar que sujeitos professores serão formados, pois a prática desses implicará resultados de ensino e aprendizagens em outros indivíduos. Sendo assim é preciso "formar um educador como profissional competente técnico, científico, pedagógico e politicamente, cujo compromisso é com os interesses da maioria da população" (PIMENTA, 2001, p.73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatou-se aqui a dinâmica interna das aulas observada na escola em questão como lugar do processo ensino aprendizagem. Faz-se uma breve reflexão acerca dos conhecimentos e práticas pedagógicas presentes no curso de formação de docentes em nível médio, promovendo a inserção dos estudantes em escolas públicas desde o início da Formação Acadêmica, sob orientação de um Docente da Licenciatura e de um Professor Supervisor.

Conforme observado, ser professor necessita também ter sempre referencial teórico no qual paute seu trabalho, compreender os encaminhamentos de uma aula com início, meio e fim, explorar a capacidade de dialogar e favorecer o pensamento crítico dos alunos nas aulas criando condições de ensino e aprendizagem e jamais deixando de reformular e avaliar sua própria prática. Vale ressaltar ainda que a relação professor/aluno pode tomar várias direções, mas é desejável que esse professor assume seu papel como mediador da aprendizagem sem impor nada nem se omitir, lembrando-se sempre que no curso de formação docente, os alunos buscaram nos professores seus referenciais de profissão, desenvolvendo valores, atitudes e posturas. Tal produção caracteriza-se como essencialmente positiva para as acadêmicas, ao considerar que a formação no ensino superior perpassa a realidade exclusivamente da sala de aula, avançando ao envolvimento com a pesquisa e a extensão.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (coleção leitura), 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação.** Pedagogia Histórico-Crítica (pp. 11-22). Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

O PIBID NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA: A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Graduação
Etiane Guimarães Trentin; Zenilda De Fátima Alves
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientadora: Desiré Luciane Dominschek; Co-orientadora: Rubia Basilli Frontelli
eti.trentin@gmail.com; zenilda-36@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: PIBID. Contexto histórico. Magistério.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a pesquisa que esta sendo realizado por meio do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), no Colégio Estadual Paulo Leminski. A instituição oferece o curso de magistério, que é uma modalidade de ensino em nível médio que tem como intuito formar professores para que atuem na Educação infantil e nos anos iniciais no Ensino Fundamental.

O curso de magistério, também conhecido como curso normal, passou por modificações e ganhou nova postura no decorrer dos anos. É fundamental a sua valorização e o estudo sobre esta área nas universidades para que ocorra a compreensão de como esta sendo a formação inicial dos professores.

Facci (2014) assinala que, para os escritores Popkewitz e Sacristán, a definição de profissão de professor está em constante. A autora ainda destaca que o professor faz parte de uma classe profissional, com direitos trabalhistas, porém quando se analisa a profissão é necessário levar em consideração os aspectos da singularidade que estão relacionados com as posições políticas dos professores e a universalidade que está na organização político-associativa deles Sobre a profissão professor são colocados alguns mitos e estereótipos que devem ser superados, tais como a professora não é a segunda mãe e escola não é o segundo lar. Pesquisas apontam que é uma profissão predominantemente feminina. Neste sentido é importante entender o professor a partir da práxis histórica da instituição.

Para compreender o curso de magistério e a sua trajetória no Colégio Estadual Paulo Leminski, o Grupo de trabalho Contexto Histórico formulou as seguintes questões: O que a instituição conhece sobre a sua história? Que documentos permanecem preservados? O que mudou através dos anos?

Assinalamos que para responder a estas questões devem ser realizadas pesquisas qualitativas, e o embasamento teórico por meio da leitura de autores como Antônio Joaquim

Severino, Silvio Sánchez Gamboa, José Luís Sanfelice e outros. Para aprofundar a pesquisa futuramente ocorreram entrevistas com professores, ex-diretores, funcionários e outros.

Esta pesquisa tem como objetivo descrever o processo histórico do Colégio Estadual Paulo Leminski, especificamente do curso de magistério, analisando documentos históricos com intuito de que se possam produzir materiais para a análise da história da instituição.

Os referenciais para a pesquisa: A instituição escolar

As bases teóricas

As leituras realizadas para o desenvolvimento da pesquisa tinham como intuito dar uma base teórica para auxiliar nas atividades desenvolvidas nas instituições de ensino.

Severino aborda as mudanças que devem ocorrer quando o individuo passa do ensino médio para o ensino superior, a universidade deve dar a oportunidade de o aluno realizar pesquisa, o ensino e a extensão. A pesquisa é uma motivação no processo de ensino/aprendizagem, pois envolvem os alunos em práticas para a construção do conhecimento.

> [...] a atividade de ensinar e aprender está intimamente vinculada a esse processo de construção de conhecimento, pois ele é a implementação de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar (SEVERINO, 2007, p.25).

Em função disso, ocorreu o estudo da introdução e do capítulo 1 do livro Projeto de Pesquisa, Fundamentos Lógicos: a dialética entre perguntas e respostas do autor Silvio Sánchez Gamboa (2013), no qual são abordados os fundamentos lógicos da pesquisa cientifica e a elaboração de projetos, ressaltando uma perspectiva epistemológica do conhecimento.

A dialética entre pergunta e resposta é a dinâmica do conhecimento, a articulação desse movimento garante o rigor epistemológico que vai diferenciar os conhecimentos. Para produzir conhecimento os projetos de pesquisa devem dividir-se em dois momentos: o primeiro refere-se à construção das questões e das perguntas e o segundo visa à elaboração das respostas. Segundo a lógica, o conhecimento se constrói na relação entre a pergunta e a resposta (GAMBOA, 2013).

Gamboa (2013), com intuito de entender o conhecimento científico, para que se possa compreender a importância de realizar uma pergunta bem formulada para então ter uma resposta válida.

Já o estudo do autor José Luís Sanfelice é específico para quem está trabalhando com o contexto histórico de instituições,

> O imaginário de ex-alunos e a história das instituições, da educação indígena, dos negros, das mulheres; do mobiliário, da arquitetura escolar, dos métodos

> pedagógicos, do currículo e das ideias pedagógicas, nada fica fora das investigações dos atuais pesquisadores da historia da educação (SANFELICE, 2006, p.21).

Grupo de Trabalho Contexto Histórico

O grupo de trabalho, Contexto histórico tem como intuito a análise de documentações históricas, esses documentos são: fotografias, atas escolares, planos de ensino, projeto político pedagógico, registro de reuniões a história oral e outras fontes que possam ser encontradas.

> Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir á busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir á busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas (SANFELICE, 2006, pg. 24).

Surge então à necessidade de aprofundar a pesquisa, para isso foram divididos grupos que destinaram-se a três escolas que oferecem o curso normal.

As atividades foram realizadas no Colégio Estadual Paulo Leminski, que fica localizado na Avenida Coronel Augusto de Almeida Garret, 135, no Tarumã, em Curitiba-PR. Oferece ensino fundamental, ensino médio, profissionalizante nas áreas de formação de docentes (magistério), técnico em meio ambiente, técnico em segurança do trabalho, tendo um total de 2.426 alunos em 2014.

A história do colégio pode ser brevemente resumida: teve a sua inauguração em 1969 com Lar Yvone Pimentel que funcionava como um sistema de internato para adolescentes do sexo feminino, anos mais tarde implantou-se o sistema de creche que funcionou até 1982[14].

Em 1993, o colégio foi implantado dentro do Yvone Pimentel, oferecendo ensino fundamental, ensino médio, o magistério e outros cursos. Em 1994 ocorreram mudanças e uma delas foi o nome da instituição que passou então a se chamar Colégio Estadual Paulo Leminski. O processo eleitoral foi em 1996, no qual a professora Elisabete dos Santos assume a direção geral e decide manter o curso normal. Em 1997, ocorreu à ampliação das dependências e foi encaminhado o projeto para o reconhecimento do magistério. Em 1998 a direção foi reeleita através das eleições. No ano de 1999 a equipe pedagógica foi reestruturada e o curso de magistério foi oficialmente autorizado pela SEED (Secretaria de Estado da Educação). Em 2000, Elisabete dos Santos manteve-se diretora, porém não concorre ao cargo em 2001. Em 2002 a professora Maria de Fátima assume a direção. Em 2003 foram encaminhados documentos que tinham como intuito o reconhecimento do curso de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental. Em 2005 foram implantados novos cursos técnicos, ocorrem reformas no prédio em 2007, a revisão do projeto político pedagógico aconteceu em 2010 e em 2011 ocorre à nova eleição para direção, no qual venceu o professor João Paulo Matos.

Os documentos estudados até o presente momento apresentam a história da intuição de forma resumida, deixando assim algumas lacunas, neste sentido nossa pesquisa

[14] Vale ressaltar que todos os dados a seguir foram retirados do Projeto Político Pedagógico de 2012 da instituição e do projeto “Vale Saber” realizado pelas professoras Célia Luzzi, Elda M. de Oliveira e Juraci Santos (2011).

tem o objetivo de ampliar esta perspectiva histórica a partir dos documentos e fontes pesquisadas.

REFLEXÕES FINAIS

A pesquisa realizada no Colégio Estadual Paulo Leminski contribui para um crescimento pessoal e profissional, porém ainda há muito que pesquisar para que se possa alcançar todos os objetivos pretendidos. Futuramente serão realizadas entrevistas com profissionais que trabalham na instituição e também com os que já trabalharam, dando ênfase à ex-diretora Elisabete dos Santos.

REFERÊNCIAS

FACCI, Marilda Gonçalves. **Valorizando ou esvaziamento do trabalho do professor**. Autores e Associados, Campinas, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANFELICE, José Luís. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. Campinas: Revista HISTEDBR On-line, 2006.

GAMBOA, Sánchez Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013.

LEMINSKI, Paulo. C. E. **Projeto Político Pedagógico**. Curitiba, 2012.

LUZZI, Célia; OLIVEIRA, Elda M; SANTOS, Juraci. **Projeto VALE SABER**. Curitiba, 2011.

O PIBID NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, O CONTEXTO HISTÓRICO DE UMA ESCOLA CENTENÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Graduação
Irismar Pires de França
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.
Pedagogia
Orientadora: Desiré Luciane Dominschek / **Co-orientação:** Ivonete Haiduke
Iris_collor1@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: PIBID. Instituição escolar. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o projeto Pibid Uninter – Pedagogia – que está vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, junto a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior. O programa tem como objetivo a valorização do magistério, portanto, para que isso ocorra são fundamentais o aperfeiçoamento e a elevação da qualidade na formação dos professores que atuam na educação básica. Participam do projeto os alunos que estão cursando pedagogia, ou seja, alunos da licenciatura, na modalidade presencial e à distância, recebendo uma bolsa auxilio[15].

O projeto visa promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas. Podendo a instituição oferecer oficinas de língua portuguesa, enfatizando o estudo de textos acadêmicos e científicos, produções de relatórios e textos escritos, comunicação verbal própria para a educação básica. A inserção dos estudantes (bolsistas) nas escolas, se dá pela plena integração a todos os espaços pedagógicos.

A organização da pesquisa está subdividida em grupos de pesquisa, sendo elas: Contexto histórico, Documentação escolar e observação. Participam dos grupos, três

[15] Dados retirados da Proposta oficial Projeto PIBID UNINTER Pedagogia, aprovado em dezembro 2013 pela Capes.

docentes, três pedagogas orientadoras das escolas e alunos da graduação em pedagogia presencial e a distância.

Está pesquisa está diretamente vinculada ao contexto histórico da escola. Assim, a presente pesquisa tem por objetivo investigar o contexto histórico da escola Instituto de Educação do Paraná "Professor Erasmo Pilotto", em Curitiba. O foco do nosso objeto de estudo é o curso de formação de docentes (magistério) em nível médio.

O problema se dá pela preocupação da qualidade da formação de docentes no magistério. A importância da pesquisa deu-se em compreender o contexto histórico da escola. A pesquisa envolve o levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A formação de base do Projeto PIBID
A dimensão epistemológica da pesquisa no GT Contexto Histórico

O estudo e análise têm, por base referências teóricos e documentos que auxiliam na compreensão da pesquisa, extensão e ensino.

O projeto PIDID iniciou o 1° semestre de 2014 desenvolvendo a organização e apresentação dos elementos necessários à constituição do projeto de pesquisa junto aos alunos. O projeto inicialmente iniciou com seminários de pesquisa I, II e III. O seminário destacou a importância da pesquisa, dando ênfase na tríade ensino, pesquisa e extensão, tipos de pesquisa e procedimento de pesquisa, alinhados ao desenvolvimento do projeto, as bases epistemológicas alinhadas ao desenvolvimento do projeto. A exposição deu-se por meio dos professores, estudo de textos e discussão sobre as temáticas.

Sendo organizados em grupos de trabalho: Contexto histórico, documentação escolar e observação. Cabendo a cada grupo pesquisar elementos que subsidiaram o seu tema de pesquisa.

Os seminários foram muito significativos, pois abordaram temas e conceitos relevantes na área da pesquisa. O seminário veio proporcionar bases de conhecimento e ciência, a pensar de forma mais elaborada a realidade humana num dado momento histórico, além dos tipos de conhecimento.

O conhecimento filosófico que leva a pensar sobre algo, no sentido da abstração, subjetivo. O Empírico, que tem por base a observação e à experiência, sendo base do conhecimento cientifico, com origem no período do século XVIII e XIX. O teológico que tem por base o Teocentrismo, ou seja, ser maior que movimenta a sociedade, tendo como pensamento dominante a Igreja Católica, com origem na Idade Média, sendo denominado como período da obscuridade (SEVERINO,2007).

O seminário também abordou a epistemologia que vai estudar as origens, as estruturas, os métodos e a validade do conhecimento, motivo pela qual também é conhecida como teoria do conhecimento. Ainda relaciona-se com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência. A episteme que é igual ao conhecimento, sendo assim, a base epistemológica são os referenciais teóricos utilizados na dada pesquisa que visa a busca da investigação. A lógica compreende as regras do pensar, as leis do raciocínio, o pensar o antes o agora e o depois. O positivismo, que olha de forma linear, olha somente para um ângulo e não faz outras abordagens, já o historicismo que se contrapõe ao positivismo, que vai trabalhar com várias vertentes, percebendo o contexto histórico. Enfim, o materialismo histórico dialético que vai

trabalhar com a produção do conhecimento a partir da prática social, em uma relação dialógica entre a teoria, prática, objetividade e subjetividade.

O projeto organizou-se também na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, ou seja, nas visitas as escolas aonde serão realizadas as pesquisas. Tendo assim, como objetivo compreender a história da escola.

> Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou e de muitas outras coisas (SANFELICE, 2006, p. 24).

A pesquisa se deu a partir do levantamento bibliográfico, e da pesquisa documental, a partir da pesquisa de campo, que consta em uma pesquisa em processo inicial. Neste caso, apresentaremos a definição de pesquisa bibliográfica.

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Portanto, a pesquisa tem se utilizado, de referenciais devidamente registrados. São autores que tem contribuído: Sanfelice, (2006); Gamboa, (2013); Soares, (2005); Facci, (2004) e Severino, (2007). Foi a partir destes referencias que ocorrem as primeiras análises referentes a pesquisa. Atualmente (2014) já está acontecendo o processo de pesquisa de campo: Os procedimentos irão consistir em busca e análise de documentos que retratem o contexto histórico da escola, sendo eles: documentos da história, atas, registros, fotos, monumentos estruturais. A pesquisa de campo também vai contar com a entrevista semiestruturada, aonde serão entrevistados profissionais da escola, sendo: Diretor, pedagogos, professores e funcionários.

Historiando o Instituto de Educação do Paraná: A formação centenária do professor

O Instituto de Educação do Paraná "Professor Erasmo Pilotto" Situado na Rua: Emiliano Perneta nº. 92, Centro, Curitiba, Paraná. Foi criado pela Lei nº 456 de 12 de abril de 1876, com o nome de Escola Normal pelo então Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins, anexa ao Instituto de Preparatórios ou de Estudos Propedêuticos.

Em julho deste mesmo ano um novo regulamento de ensino deu nova forma ao Instituto de Preparatórios, estabelecendo dois cursos: Escola Normal e Instituto Paranaense, o qual passou a se denominar Liceu Paranaense. A Reforma de 1900 denominou-o Ginásio Paranaense. Embora se constituíssem cursos diversos, a Escola Normal e o Ginásio Paranaense funcionavam sob a coordenação do Diretor Geral da Instrução Pública.

A escola Normal formou sua primeira turma de professores em 1878 sob a direção do Dr. Justiniano de Mello e Silva, então Diretor Geral da Instrução Pública.[16]

[16] Dados retirados de documentos pesquisados na escola sobre o contexto histórico da escola.

Com a reforma do Curso Normal em 1921, os dois cursos passaram a funcionar de forma independente, com currículos específicos e normas próprias, apesar de instalados no mesmo edifício. Em 1922, na comemoração do Centenário da Independência do Brasil, o Governador Dr. Caetano Munhoz da Rocha entregou à Escola Normal, o Palácio da Instrução, atual prédio do Instituto de Educação, na Rua Aquidaban, hoje Emiliano Perneta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as atividades de leitura é que irão proporcionar todo o embasamento teórico que o pesquisador necessita para apropriação dos elementos necessários para a pesquisa e análise dos dados levantados em campo. É a partir da leitura que acontece a apropriação e a assimilação e o domínio de certos conceitos que o pesquisador necessita para a realização das relações teoria e prática, ou seja, a práxis. Considerando que a pesquisa de campo proporciona maiores possibilidades de aprendizagem no campo da pesquisa. Portanto, considera-se que os seminários foram de extrema importância para o desenvolvimento dos alunos e do projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização do trabalho do professor?:** um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projeto de pesquisa, fundamentos lógicos:** a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

SANFELICE, José Luís. **História, instituições escolares e gestores educacionais.** Campinas, ago. 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

HISTORIANDO NO PIBID UNINTER PEDAGOGIA: AS RELAÇÕES DA FORMAÇÃO DOCENTE COM A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Graduação
Daniela de Oliveira Santos da Silva; Jaqueline Domingues de Oliveira
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.
Pedagogia
Orientador: Desiré Luciane Dominschek / Co - orientador: Terezinha Fátima Vieira
danisilvacwb@hotmail.com; jaquepedagogiauninter@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Instituição escolar. História e Memória.

INTRODUÇÃO

O Projeto PIBID Uninter Pedagogia visa colaborar com a reflexão sobre a escola, aliando a prática e a experiência dos professores das escolas de educação básica à articulação com seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos, utilizando também o apoio técnico-científico que a instituição formadora pode oferecer. Facci (2004) em sua obra apresenta reflexões sobre o professor em diferentes épocas e analisa o professor da atualidade. Para a autora com a globalização ocorrem influências no desenvolvimento da sociedade, na perspectiva educativa, o “aprender a aprender” foi enfatizado e recebeu destaque, transformando também a escola e novas funções são assumidas pelo professor. Destacamos deste modo que nossa pesquisa se aproxima da

pesquisa histórica no sentido de resgatar a dimensão histórica do curso de formação de docentes a partir da instituição investigada.

A vivência no espaço escolar, a participação em atividades pedagógicas como aulas, estudos e reuniões do corpo docente, aproximam o licenciando da sua futura realidade profissional.

Esta experiência, articulada à nossa própria formação e mediada pela produção científica e acadêmica na área da Educação, ajudarão a desenvolver a plena capacidade de análise, atuação e intervenção na escola.

O recorte teórico metodológico desta pesquisa se dá a partir da pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para Severino (2009) a ciência e o conhecimento são a forma mais elaborada de captação da realidade pela mente humana. Num dado momento histórico, existe alguns tipos de conhecimento como teológico, empírico, filosófico e científico. A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Neste sentido nossa pesquisa se inscreve no eixo de análise a partir do materialismo histórico dialético, tentando compreender as contradições e a totalidade da formação de docentes em nível médio a partir do contexto histórico institucional.

Gamboa (2013) aponta que quando mais dificuldades se encontram no percurso da pesquisa, mais complexa a lógica necessária para chegar à meta projetada, daí porque a lógica simples se torna eficiente. Pois através da pesquisa, temos a lógica que compreende as regras do pensar e dessa forma vai se construindo a ciência e o conhecimento.

GRUPO DE TRABALHO CONTEXTO HISTÓRICO – COLÉGIO ESTADUAL BENEDICTO JOÃO CORDEIRO

SITUANDO A PESQUISA: OS CAMINHOS DA PESQUISA HISTÓRICA NO PIBID

Para podermos compreender o trabalho a ser realizado nas escolas, de pesquisa e do próprio contexto histórico da escola precisamos debater sobre historiografia e com isso pensamos, em por que fazer a história das instituições escolares? Os historiadores, dentre outras razões, apontam que suas preocupações não são apenas as de registrar o passado e/ou o presente, por meio de uma narrativa baseada em fontes, mas de compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade e que se utiliza das instituições escolares, como um espaço privilegiado para executá-la. A singularidade das instituições educativas mostra e esconde como ocorreu e/ou ocorre o fenômeno educativo escolar de uma sociedade. (ARAÚJO, J. C. S. e GATTI JR (2002) citado por SANFELICE, (2006). Através dessas discussões, podemos perceber que a nossas visitas na escola, foram não apenas para coletar dados, mas sim para compreender como se constitui a escola no decorrer do seu processo histórico e partir daí analisar para poder apontar os pontos negativos e positivos da escola e após refletir sobre possíveis soluções para melhorar a qualidade do ensino nas escolas.

A historiografia vem se especializando, pois ampliou muito o campo de pesquisa com o qual os pesquisadores da história passaram a se ocupar, e também se multiplicaram os tipos de abordagens: micro-história, história regional, história local, história quantitativa, dentre outras. As dimensões, por sua vez, são inúmeras: história social, demográfica,

econômica, política, cultural e assim por diante. Todos estes objetos, fontes e abordagens da pesquisa histórica veio acompanhado de uma crescente crítica à historiografia considerada oficial. (Sanfelice,2006)

Para Sanfelice (2006) a historiografia da educação, um campo mais recente da pesquisa científica acadêmica se fragmenta e se reparte em especializações. É possível, nesse campo, estudar-se de políticas educacionais até a memória de um docente e nossa pesquisa esta permeada por estas considerações, visto que estamos pensando quem é o professor que tem a formação em nível médio.

Foram analisados documentos fornecidos pela pedagoga da instituição, dentre estes materiais encontram-se fotografias do colégio em sua primeira gestão, e também fotografias do encaminhamento de obras da segunda gestão. Algumas atas foram fornecidas e fotografadas para análise posterior, hoje dispomos de aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) fotografias de atas e documentos históricos fornecidos pela equipe pedagógica da instituição.

CARACTERIZANDO NOSSO OBJETO: A ESCOLA BENEDICTO CORDEIRO

Apresentamos algumas informações coletadas sobre o colégio que em que fizemos pesquisa de campo, o Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, está situado na região sul de Curitiba, no bairro Sítio Cercado.

O colégio teve algumas conquistas como: Participação em Brasília da Etapa Nacional das Olimpíadas da Língua Portuguesa; e Participação da etapa Estadual das Olimpíadas da Língua Portuguesa, segundo relatos da pedagoga.

A nossa inserção na escola foi muito boa fomos atendidas pela pedagoga Fátima, bem atenciosa, apresentou o Colégio e esclareceu nossas dúvidas nas possibilidades do seu conhecimento. Disponibilizou-nos o PPP do colégio bem como seu Regimento escolar. Algumas atas também foram colocadas a nossa disposição para consulta local e foram cedidas fotos, algo em torno de 200 fotos, algumas um pouco mais antigas da época da primeira gestão, e algumas mostrando as reformas realizadas na gestão do professor Roberto. Conseguimos realizar uma entrevista com o ex-diretor da escola Roberto Carissini em que nos relatou muitas curiosidades sobre o colégio como a história da Maria do Facão. Na entrevista para o professor Roberto a importância do curso normal para a cidade de Curitiba e formação docente, é que os alunos que estão no Benedicto são o futuro, são os futuros professores, alunos que retornam como professores depois de formados e qualificados, por isso é importante a pré-seleção.

Segundo dados constantes na contracapa da agenda escolar, o colégio até o momento teve apenas três diretores, a professora Maria de Lourdes Fernandes Bacanof gestão de 1982 até 2001, após o diretor Professor Roberto Carlos Carissimi gestão de 2002 a 2005 e a professora Sônia Mara Garcia, gestão atual desde 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o projeto podemos dizer que está sendo extremamente proveitoso para a área da educação e para os licenciados, pois está sendo articulada muito a relação entre a teoria e a prática. Os bolsistas participantes do projeto estão tendo acesso à fundamentação teórica mini-cursos, seminários sobre pesquisa e podemobservar a prática escolar. Como já

foi citado acima trabalhamos alguns textos para facilitar a nossa compreensão de pesquisa para podermos ter um outro olhar quando estamos observando o cotidiano da escola.

Trabalhamos com seminários e textos para aprofundar o conhecimento sobre ciência, pesquisa e historiografia e fomos visitar as escolas para observar e coletar os dados históricos da escola, tivemos acesso aos documentos bem como foi autorizado a fotografia desses documentos para análise. No início nos deparamos com um pouco de dificuldade para entender o projeto e sobre o trabalho realizado nas escolas, mas depois das orientações e das observações realizadas, nos motivaram a buscar, pesquisar para conhecer mais sobre a história da escola. Com isso conseguimos coletar dados históricos muito interessantes, em que podemos dizer que os objetivos da pesquisa foram alcançados, mas nos instigam a fazer futuras pesquisas para termos novas indagações para podermos analisar, refletir de como através do projeto podemos contribuir para com uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

FACCI, Marilda Gonçalves. **Valorizando ou esvaziamento do trabalho do professor**. Autores e Associados, Campinas, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino; **Metodologia do trabalho científico**.23ª.São Paulo,Cortez, 2007.

SANCHEZ GAMBOA,Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos : a dialética entre perguntas e respostas**, Chapecó: Argos, 2013

SANFELICE, José Luis. **História, Instituições escolares e gestores educacionais.** Revista Histedbr on-line,2006.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM NÍVEL MÉDIO: REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL NO PIBID

Graduação
Maria Cristina Vareiro Machado; Marcio Barra da Silva
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientador: Profª Marinice Natal Justino / Co-orientador: Rubia Basilli Frontelli
cristinavmachado@gmail.com; marciogov10@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. PIBID. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este relatório do Projeto de Pesquisa PIBID será iniciado pela apresentação do Projeto que é focado na formação Docente em nível médio. Traz uma apresentação da escola, analise com dados recolhidos por meio dos documentos e terá a finalidade de mostrar a estrutura do projeto, seus objetivos, sua relevância para os participantes que têm a

oportunidade de desenvolver seus conhecimentos analisando documentos, permitindo a reflexão quanto à importância desta pesquisa.

O Projeto de Pesquisa é um programa financiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e firmado entre a IES e o Bolsista PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do Centro Universitário UNINTER, uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por instituições de educação superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. O PIBID está sendo realizada com dois grupos de pesquisa, uma composta por alunos bolsistas do PROUNI da modalidade EAD e a outra composta por alunos bolsistas PROUNI da modalidade presencial, e também por alunos voluntários. O objeto de estudo são as Escolas normais (magistério), Formação inicial de professores.

A metodologia utilizada para a pesquisa são três grupos de trabalho em cada escola: um grupo será responsável na Observação, outro na Documentação Escolar e o outro na Contextualização Histórica, tendo uma coordenadora responsável para cada grupo. Esta pesquisa está sendo regida por um membro da equipe da Documentação Escolar então as informações estão voltadas a está área de pesquisa.

FORMAÇÃO DE DOCENTES, E A PESQUISA NO PIBID
ORGANIZANDO O CAMINHO DA PESQUISA PARA QUALIFICAR A PRÁXIS DOCENTE

Segundo Severino (2007) a pesquisa cientifica inicia-se com uma organização metodológica, fundamentos epistemológicos, e com a problematização, sendo assim o professor Antônio Severino, mostra o caminho para todos os iniciantes e estudante de atividades cientifica.

Para Severino o primeiro passo é a verificação de fatos levantados pelo senso comum, para então partir para a observação, coletas de dados, registro de fatos, análise de documentos históricos.

> A Ciência trabalha, pois, com raciocínios indutivos e com raciocínio dedutivos. Quando passa dos fatos às leis, mediante hipóteses, está trabalhando com a indução; quando passa das leis às terias ou destas aos fatos, está trabalhando com a dedução (SEVERINO, 2007, p.105).

Nossa pesquisa se utiliza da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental, e da pesquisa de campo. “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisa anteriores, em documento impressos, como livros, artigos, teses” entre outros (SEVERINO, 2007, p.122).

Severino (2007) destaca que a pesquisa documental, tem como fonte documentos no sentido amplo, como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais, e em nossa trajetória de pesquisa os documentos analisados serão os documentos escolares: Projeto político pedagógico, grade curricular do curso de formação de professores e atas pedagógicas.

E ainda a pesquisa se caracteriza como pesquisa de campo pois “pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem” (SEVERINO, 2007, p.123).

A FORMAÇÃO DOCENTE E A DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

O espaço utilizado para a pesquisa foi o Colégio Estadual Paulo Leminski- Ensino Fundamental, Ensino Médio Normal e Profissionalizante; Situado a Rua Coronel Augusto de Almeida Garret, n° 135, CEP 82820-520 Tarumã – Curitiba, Paraná[17].

Nos três turnos o Colégio atende em torno de 89 turmas, somando um total de 2426 alunos distribuído entre o ensino fundamental, ensino médio por blocos, cursos profissionalizantes integrado e subsequente, nas áreas Técnicas Ambientes, Técnicas em Segurança do Trabalho, e a Formação de Docentes.

Tendo por objeto de estudo a formação de docentes em nível médio, é imprescindível verificar alguns aspectos que vai além de simplesmente cumprir a grade curricular da escola, das disciplinas clássicas, específicas, os fundamentos, até o próprio estágio supervisionado, são necessários proporcionar aos estudantes e futuros professores momentos reflexivos, pois hoje são alunos, amanhã estarão atuando como professores, na verdade muitos já atuam como professores na educação infantil.

Cabe então discutir o que Facci (2004) destaca no seu livro “valorização ou esvaziamento do trabalho do professor”? Que o trabalho do professor devia levar o aluno a apropriar-se do conhecimento, mas, que nem sempre isso acontece, ela critica a imagem do professor da educação infantil, como substituta da mãe, pois na grande maioria são compostas por mulheres, segunda a autora o que precisa acontecer é o rompimento do modelo estereotipado, é a formação continuada, a valorização profissional.

Segundo Facci (2004, p.21) “cursos de formação de professores, em contraposição, têm passado por um processo de avaliação”, ela cita Gonçalves (1996) que assinala a fragilidade dos cursos de qualificação dos professores, pois não há espaço para desenvolver a subjetividade dos docentes.

A partir desses referenciais teóricos, faz se necessário fazer esta pesquisa não só bibliográfica, mas, a de campo também, pois a partir dos resultados das pesquisas de todos os grupos de trabalho, será possível levantar algumas respostas, para entender como está sendo desenvolvida a formação de docente em nível médio.

DOCUMENTOS ANALISADOS

Para Gamboa (2013) “o conceito de caminho (methodos) supõe a relação entre um ponto de partida e um ponto de chegada, um trajeto, um percurso e uma distancia entre dois pontos”.

A pesquisa documental foi realizada por meio do Projeto Político Pedagógico, e do Regimento Escolar, tanto impresso na escola, como pelo site da escola.

A coleta de dados foi realizada por meio de três visitas a escola, e complementado pelo site da escola.

[17] O Colégio é Estadual e sua mantenedora é o governo do Estado do Paraná - O site é www.cepauloleminski.com.br./ www.ctapauloleminski.seed.pr.gov.br. O e-maipauloleminskicol@yahoo.com.br.

Neste primeiro semestre não foi possível analisar as atas de reuniões (conselho de classe, APMF, e do grêmio estudantil), então a pesquisa ficou centrada nas informações destes documentos, pesquisa esta, que consta em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com toda trajetória do processo acadêmico, devemos ter a consciência que participar de projetos que nos ajuda a ter um novo olhar, e permitir que a relação teoria/prática, possa enriquecer e ampliar a nossa formação como professores e pedagogo. No projeto Pibid o pilar que sustenta são os fundamentos epistemológicos, dando direção sistematizada para o trabalho pedagógico. Este contato é significativo para nossa formação pois podemos compreender, como se dá o processo de pesquisa, da pratica na escola, desenvolvendo atividades que norteiam a função e ação da formação de professores.

Destacamos que os grupos de trabalhos documentação escolar, contexto histórico, estudam a dimensão da formação de professores no nível médio. Os caminhos com métodos são elaborados num padrão que estabelece um laboratório que desenvolvem vários procedimentos de registro de fatos, experimentações, observações, possibilitando ao estudante universitário adquirirem uma experiência ampla permitindo que o caminhar profissional não fique apenas com os conhecimentos sistematizados da faculdade. Pois são ofertados minicursos de vários temas relacionados à prática docente, seminários de formação para as orientações e estudo desta temática que leva o acadêmico universitário no seu processo de aprendizagem, construir seus conhecimentos na formação profissional e também como cidadão, pois é o processo no qual ele produz e reproduz.

REFERÊNCIAS

FACCI, Marilda Gonçalves. **Valorizando ou esvaziamento do trabalho do professor**. Autores e Associados, Campinas, 2004.

POLÍTICO PEDAGÓGICO COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI http://www.ctapauloleminski.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/9026/arquivos/File/PPP_2012_atualizado.pdf

REGIMENTO ESCOLAR COLÉGIO ESTADUAL PAULO LEMINSKI ttp://www.ctapauloleminski.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/9026/arquivos/File/REGIMENTO_PL.pdf.

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino; **Metodologia do trabalho científico**.23ª.São Paulo, Cortez, 2007.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**, Chapecó: Argos, 2013.

A DOCÊNCIA NO PIBID: A PRÁTICA DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Graduação
Marina dos Santos Valentim
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.
Pedagogia
Orientador: Marinice Natal Justino; Co orientador: Terezinha Fátima Vieira

PALAVRAS-CHAVE: Documentação. Pesquisa. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O Projeto Institucional PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) se baseia em acompanhar o trabalho docente nas escolas de ensino normal. Ele possui estratégias para que o bolsista aperfeiçoe o domínio da língua portuguesa, incluindo leitura, escrita e fala de modo a promover a capacidade comunicativa do licenciando por meio de mini cursos, ministrados por professores convidados a fim de contribuir para a formação do estudante.

Para que o Projeto pudesse abranger todas as particularidades do curso de Formação de Docentes (Magistério), ele foi dividido por Grupos de Trabalhos, nos quais são: GT Documentação Escolar; GT Contexto Histórico e GT Observação.

O trabalho realizado no Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro, abrangeu os três GT's, no entanto falaremos especificamente do GT Documentação Escolar, no qual Severino cita que:

> Documentação é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: Como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta; contexto da realização de uma pesquisa é a técnica de identificação, exploração, levantamento de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho (SEVERINO, 2007, p.124).

Partindo deste pressuposto, toda a documentação existente numa escola é de suma importância e traz nela a sua história e os acontecimentos da época, sejam eles significativos ou não.

Severino amplia está visão dizendo que:

> No caso da pesquisa documental, têm-se como fontes documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.122 e 123).

GT Documentação Escolar
Caracterização da escola

O Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro, está situado à Rua Eurico Zytkievictz, nº 143 Sítio Cercado Curitiba PR, CEP: 81900-180, cujo telefone e e-mail são: 41 3349-2124 e benejc@terra.com.br. Tem seu horário de funcionamento em três turnos seguindo os seguintes horários: Manhã: 07h30 às 11h55; Tarde: 13h00 às 17h25 e Noite: 18h50 às 23h. Os níveis de atendimento são: Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) – tarde; Ensino Médio (1º ao 3º) – Manhã e noite; Formação de docentes – Manhã e noite; Educação Profissional –

Administração (1ª a 4ª série – Integrado e subsequente) e Curso Técnico – Recursos Humanos – Manhã e noite.

Os documentos analisados foram: Regimento Escolar; Projeto Político Pedagógico e o Livro ata - formação de docentes.

Segundo o PPP, a Instituição apresenta o seu Projeto Político-Pedagógico para o Curso de Formação de Docentes, revestindo-se com o texto das Diretrizes Curriculares para o Curso de Formação de Docentes do Departamento de Educação Profissional que, partindo da definição das políticas públicas da gestão 2003-2006, assumiu a responsabilidade do setor público na oferta da modalidade de ensino – Formação de Professores em Nível Médio para a Educação Infantil. Essa oferta passou a ser implantada em 2005, na modalidade integrada, nos turnos da manhã e noite, tendo o funcionamento autorizado a partir da Resolução nº 134/09 – DG / SEED – PR e reconhecimento dado pela Resolução 3798-08.

A respeito do currículo, que é um dos focos da Documentação Escolar, pois se deve analisar a diferença entre o currículo do Ensino Médio Normal e da Formação de Docentes, é imprescindível sabermos que:

> O currículo não deve ser dicotômico, pois o "fazer e saber sobre o fazer" deverão ser elementos integrados ao processo de formação dos alunos. Os saberes disciplinares não poderão ser independentes dos saberes profissionais. Ao ensinar química, biologia, matemática, português, ou outra disciplina, os docentes deverão ter presente o compromisso com os conhecimentos no sentido de que eles serão ensinados pelos futuros professore das crianças de 0 a 10 anos de idade. Os alunos, por sua vez, deverão estar comprometidos com o processo de aprendizagem porque estão se preparando para um trabalho com características especiais – a educação de crianças (PPP, p.321).

Dessa forma, propõe-se a composição curricular articulada aos saberes disciplinares e específicos do "saber fazer" da profissão de professor. Ou seja, que o processo de ensino-aprendizagem possua metodologias e didáticas bem definidas para que não haja a mera reprodução do conhecimento, de forma mecânica.

Sendo assim, é de suma importância que haja a práxis, que teoria a prática se constituam como elemento fundamental para a produção do conhecimento no âmbito escola.

Na apresentação da proposta do currículo para o curso de formação de professores de forma conjugada, ou seja, a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, o intuito é que os estudos recentes sobre o Curso de Formação de Professores, Modalidade Normal, Nível Médio, venham contribuir para a formação do professor, principalmente dos que irão trabalhar na Educação Infantil.

Os alunos que fazem o Curso de Formação de Docentes integrado, trabalham com os conteúdos do Ensino Normal e da Formação de Docentes, no intuito de haver a contextualização entre os saberes e os fenômenos comuns, objetos de estudo de cada ciência ou área de conhecimento específica. A Prática de Formação, nesta proposta de currículo, possui a carga horária de 800 horas, atendendo à legislação vigente (Del. 010/99 do CEE). A carga horária da Prática de Formação integra a do curso como um todo, configurando-se componente indispensável para a integralização do currículo.

Já o Regimento Escolar aponta que, que assim como acontece no Ensino Fundamental, à dinâmica de funcionamento, avaliação e atendimento à comunidade do Ensino Médio e de Formação de Docentes são a mesma, somente se difere no turno de atendimento que nesse caso ambos são atendidos nos turnos de manhã e noite nas matrizes curriculares e finalidades.

A comunidade local, segundo o Regimento Escolar, (documento referencial da Secretaria do Estado) é caracterizada por uma população de baixo poder aquisitivo, historicamente, constituídas por famílias que, sem casa própria, após a criação do Bairro Novo, puderam adquirir lotes ou imóveis.

Atende alunos de faixa etária mínima de 10 anos de idade, e no período noturno a faixa etária é variada, porém acima dos 14 anos de idade cuja grande maioria reside nas proximidades da escola e cujos pais são assalariados de autônomos da classe média baixa. Em relação à escolaridade especialmente dos pais e responsáveis, muitos são sem escolaridade, no entanto existem os que possuem graduação. Nesse contexto é comum os alunos ingressarem no mercado de trabalho precocemente, 90% dos jovens estão no mercado se trabalho para contribuir no orçamento familiar.

No livro ata de formação de Docentes, o foco principal foi descrição da dificuldade das alunas para os estágios, pois os horários não se adéquam à realidade das alunas, também a reclamação de muitas pela falta do professor no dia dos estágios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cerca do Projeto até o momento, podemos trazer um breve histórico dos Seminários apresentados bem como o início das visitas à Escola.

Os seminários apresentados foram de grande relevância, visto que trouxeram grande contribuição para a formação como docente.

Durante o primeiro semestre/2014, foram apresentados quatro seminários, nas quais são: Seminário I - Introdução a Pesquisa; Seminário II - Núcleos de Pesquisa; Seminários III - Bases Epistemológicas e Seminário IV - Introdução no Campo Escolar.

Durante as visitas ao Colégio Benedicto João Cordeiro, pode-se visualizar a realidade do Ensino Médio, o Curso de Formação de Docentes. Analisamos a grade curricular, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento escolar, o Livro ata a fim de levantar informações a cerca dos dados que foram solicitados pela professora coordenadora do grupo de Documentação Escolar.

Sendo assim, é de suma importância destacar o quão valioso e enriquecedor está sendo a participação no Projeto, visto que podemos ampliar nossa visão a cerca do Curso de Formação de Docentes, como foi sua criação, sua extinção e sua retomada em algumas instituições e porque assume papel importante em relação a Formação dos Professores que trabalharam na Educação Infantil.

Segundo Severino (2007), O conhecimento é mutável, se transforma e se renova a cada descoberta, a cada pesquisa. É preciso entender que hoje a atuação profissional necessita muito mais do que meras reproduções mecânicas, é necessária criatividade, saber solucionar problemas e proatividade.

REFERÊNCIAS

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro. Disponível em:

http://www.ctabenedictocordeiro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/3079/arquivos/File/PPP.pdf. Acesso em 21 jun 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** São Paulo:Cortez ,2007.

Regimento Escolar do Colégio Estadual Benedicto João Cordeiro. Disponível em: http://www.ctabenedictocordeiro.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/9/690/3079/arquivos/File/PPP.pdf. Acesso em 21 jun 2014.

A OBSERVAÇÃO E A RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES DO PIBID

Graduação
Sandra Caroline do Amaral
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER

Pedagogia
Orientador: Ligia Lobo de Assis / Co-orientador: Rubia B. Frontelli
pibid@uninter.com

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa. Observação. Prática. Projeto

INTRODUÇÃO

Observar é ver além do que se pode notar, é absorver informações para aprofundar sua pesquisa. É um método científico fundamentador da prática, relacionada com a teoria. No Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o objetivo principal é a pesquisa aprofundada na relação entre o professor nas escolas e a educação atual. É por meio desse projeto que pode-se ir além da formação mínima do curso superior, promovendo uma maior aproximação com a realidade escolar. O Projeto relaciona a pesquisa com a observação, coleta de dados, discussão e análises para melhoria dos problemas possivelmente encontrados. Por meio das observações que foram feitas em escolas em parceria com o projeto, notou-se fatores importantes para compararmos a teoria com a prática. Espera-se que nas próximas etapas, o PIBID possa contribuir efetivamente para a formação dos docentes tanto em nível médio como superior, bem como para a prática pedagógica dos professores das escolas da rede pública envolvidas no programa.

A OBSERVAÇÃO NA PERSPECTIVA DO PIBID

Para que haja uma melhor compreensão do que é ensinado na teoria, é necessária a prática. O PIBID, Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, é uma iniciativa para valorizar e aperfeiçoar a formação dos professores para a educação básica. Tem como missão promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas, para que desenvolvam atividades sob orientação de um coordenador e um supervisor.

Com a inclusão do PIBID na formação do estudante, se vivencia a prática novamente, sob a análise teórica, porém na área do Curso Normal, formador de docentes para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A observação tem um papel revelador, contribuindo para a percepção da realidade com suas informações. “Prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação [...]” (SAVIANI, 2009, p.146).

A oportunidade que o PIBID oferece é extremamente importante para quem deseja uma formação diferenciada na área, pesquisando, analisando, observando e discutindo a realidade com a teoria, em um contexto de aproximação real com o seu campo de atuação: a Educação Básica. Toda análise é válida para o processo de formação de futuros professores e a prática desenvolvida pelo projeto se estende em escolas que permitem a observação e participação dos bolsistas de iniciação à docência.

O subprojeto do Curso de Pedagogia organiza-se, neste caso, em grupos de trabalho, que abordam os aspectos do contexto histórico da escola e do curso de Formação de Docentes e os documentos escolares, além daquele voltado à observação da prática pedagógica dos docentes do curso. Esta organização ocorre em razão da compreensão de que o trabalho realizado nas salas de aula tem profunda ligação com a organização da escola, seu contexto e sua gestão.

A IMPORTÂNCIA DA OBSERVAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Observação é um método científico, que é utilizado para registrar, comparar e concluir. Permite analisar as informações e acrescentá-las aos conhecimentos em nível de experiência. Observando a desigualdade da educação na nossa cidade e regiões metropolitanas, e as diferentes condições sociais presentes, o projeto se desenvolveu com objetivo principal sendo: a pesquisa aprofundada na relação entre o professor na escola e a educação atual. A área de observação é o Ensino Médio Integrado, a qual permite levantar dados sobre os métodos que os professores utilizam para ensinar os futuros docentes a exercer sua profissão. É pela pesquisa e observação que a realização desse estudo é possível. Relação entre teoria e prática, é a base do PIBID. "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática" (FREIRE, 1997, p.43).

Nessa primeira etapa do projeto pode-se observar, na prática, muito daquilo que é visto somente como teoria e registrar também que muitas vezes a teoria não é colocada na prática. Observa-se isso por meio das análises das metodologias e concepções de ensino com os quais cada professor trabalha dentro de um mesmo ambiente. Nesse período investigou-se o perfil dos alunos, compreendeu-se a expectativa de formação e o motivo de inserção, teve participação das atividades na formação dos alunos e muitos outros fatores que ajudaram a produzir registros das observações, análises individuais e coletivas a partir da coleta de dados.

A teoria é a base do conhecimento, mas é por meio da observação e vivência que se pode analisar e concluir como funciona a teoria na prática, numa relação dialética. A articulação entre os fatores é fundamental durante as observações pois ela possibilita analisar como tem se implementado atualmente, as políticas educacionais voltadas para o curso de formação de professores em nível médio, além de colocar-nos na prática da descrição, compreensão e interpretação dos agentes sociais que envolvem o ensino. A articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 22).

Observar possibilita o aperfeiçoamento da prática pedagógica, e é a principal fonte de informação. Precisa ser debatida com a teoria, para que possamos compreender onde a teoria está sendo colocada na prática. No PIBID é possível fazer parte dessa prática e executar a pesquisa por meio da observação, questionários, análises, e estudos. No contexto das atividades realizadas no projeto, a observação das aulas de metodologias de ensino tem o objetivo de conhecer a dinâmica interna do processo de ensino e fazer a reflexão sobre os conhecimentos e a prática presente no curso de formação, que será a base sobre das próximas ações pedagógicas elaboradas.

Participar do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência é muito mais do que estar inserido dentro da escola pública. "É a possibilidade de desafiar, confrontar, refletir, repensar, reafirmar e questionar conceitos, concepções e práticas que permeiam a formação do licenciado em pedagogia" (CAPPELLETTI, 2013, p.13). O observou-se uma turma de aproximadamente quinze alunas, que estão no último ano do Curso Normal, na modalidade subsequente. Sua faixa etária é de vinte e quatro anos em média e percebe-se a existência de pequenos grupos na sala, o que acaba gerando conflitos e divergência durante as aulas. É importante ressaltar que praticamente todas já estão empregadas na área de educação, o

que levaria a suposição do comprometimento com sua própria formação, tendo em vista que as alunas já têm contato com a complexidade da realidade onde irão atuar.

A infraestrutura é adequada e observou-se na sala cartazes de trabalhos realizados pelas alunas. Como estavam em final de período, poucas vezes a metodologia por parte dos professores pode ser observada. Existe uma relação de proximidade entre alunas e professoras, o que nem sempre significa uma boa experiência, pois é necessário que haja limites quanto aos papéis e funções nessa relação. Apenas uma professora que ministra duas disciplinas neste ano letivo: Metodologia do Ensino de História e Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das observações pode-se relatar o quanto importante é a pesquisa do professor quanto ao seu trabalho não só em relação aos conhecimentos, mas também em relação à metodologia de ensino. A observação é um fator indispensável para o futuro profissional de pedagogia, pois é por meio dela que há a proximidade da realidade e nos permite analisar os fatores que compõe esse processo. O projeto, como contribuição para a formação inicial, é fundamental para quem quer se aperfeiçoar na sua profissão; é extremamente válido pois vivenciar o cotidiano da escola possibilita rever conceitos para a uma futura prática, na busca da superação do falso dilema entre esta e a teoria. É por esse projeto que se podem vivenciar mais próximo da realidade tudo o que os alunos do curso de pedagogia aprendem em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Iraíde F.; GEBRAN, Raimunda A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CAPPELLETTI, Neide Keiko; MARTINIAK, Vera Lúcia; SANTOS, Sydione. **Docência, reflexão e investigação no percurso da formação inicial**. Ponta Grossa: UEPG, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Jan./Abr. 2009.

A EXPERIÊNCIA COM O PIBID: A FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DA PESQUISA DOCUMENTAL

Graduação
Regina Aparecida Faustino; Claudia Andiara Kondageski; Claudete Rodrigues Varela Ribas

Centro Universitário Internacional UNINTER
Pedagogia
Orientador: Marinice Natal Justino / Co - orientador: Ivonete Haiduke
reginaftno@gmail.com; claudia_maio96@hotmail.com; claudetevarela@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Formação de docente. Documentação escolar. PIBID.

INTRODUÇÃO

O PIBID é Programa Institucional de Bolsa de Iniciação á docência – curso de **PEDAGOGIA**, do **Centro Universitário Internacional Uninter.**

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O objetivo do projeto é inserir os estudantes nas escolas de educação básica da rede pública de ensino, com intuito de desenvolverem atividades didático-pedagógicas sob orientação de professores. A pesquisa se realiza através da pesquisa de campo e observação do espaço escolar. O desenvolvimento da pesquisa ocorre em uma instituição de ensino público, e nosso objeto de estudo está voltado para análise do curso de formação de docentes (magistério). O Projeto PIBID UNINTER Pedagogia, se organiza em grupos de trabalhos “GT´s”, o nosso GT atua na perspectiva problematizadora sobre a formação de professores em nível médio e análise a documentação escolar.

A pesquisa ainda em andamento iniciou-se em março de 2014, e se desenvolve com a intencionalidade de investigar, a forma que está sendo efetivada a formação docente em nível médio.

> O professor na atualidade sente-se desvalorizado e não tem apoio da sociedade, tem sobrecarga de trabalho, assume funções que não estão relacionadas com o ato de ensinar, nossa proposta de trabalho é pensar a formação docente a partir destas inferências (FACCI,2004 p 23).

Conforme dados da insatisfação dos professores nos dias atuais algumas ações estão sendo feito para melhorar e incentivar a ação do professor como hora-atividade, curso como PDE e outros incentivos. É importante destacar que a pesquisa de campo se realiza na escola a partir do contato direto com a comunidade escolar visando atuar não só investigativa mas de forma a contribuir no processo democrático da mesma. Somos orientadas quanto às necessidades de investigação da documentação escolar nos propicia as informações das ações que são realizadas na comunidade escolar e através de observação podemos analisar se são cumpridas no cotidiano deste espaço a escola. A metodologia utilizada nessa pesquisa consiste em pesquisa de campo e documental, o grupo de trabalho de documentação escolar, se insere neste projeto entende-se que:

> Documentação é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: Como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta; contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, exploração, levantamento de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho (SEVERINO, 2007, p.124).

Como procedimentos de pesquisa utilizamos a análise de documentos: Projeto político Pedagógico ou PPP, regimento interno, matriz curricular do curso de Formação de docentes e Atas Documentais do Colégio Estadual INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO.

A PESQUISA DOCUMENTAL E A EXPERIÊNCIA COM O PIBID PEDAGOGIA UNINTER

UM INÍCIO DE PERCURSO: CARACTERIZANDO O ESPAÇO ESCOLAR A PARTIR DOS DOCUMENTOS

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO, local em que desenvolvemos a pesquisa documental está localizado em Curitiba no Paraná na rua Emiliano Perneta, nº. 92 - CEP: 80010-050 Bairro: Centro. Quanto a pesquisa documental tivemos acesso ao projeto político pedagógico na sua versão digitalizada.

> Os projetos de pesquisa se caracterizam por organizarem os procedimentos necessários para a elaboração do conhecimento científico sobre os objetos, fenômenos e problemas concretos, localizados no mundo da necessidade humana (GAMBOA,2013, p.23).

Ao analisar os documentos escolares encontramos uma grande riqueza quanto as informações solicitadas pelas coordenadoras do projeto PIBID UNINTER pedagogia. Também pudemos enriquecer nossa coleta de dados por meio de conversas com funcionários já antigos da escola e assim pudemos confirmar alguns fatos analisados no projeto político pedagógico da escola estagiada.

Com base no projeto político pedagógico da escola pudemos iniciar a análise documental. A instituição de ensino tem como filosofia a construção de um sujeito comprometido com a sociedade. Quanto aos níveis de atendimento a escola atende o ensino fundamental II (regular) do 6º ao 9º ano. Curso de formação de docentes na Educação Infantil, na modalidade Normal, em nível Médio. E Ensino Médio por blocos de disciplinas semestrais, em nível médio.

Quanto a formação do professor é indispensável que este seja graduado e a escola proporciona momentos de reuniões e grupos de estudos com os docentes que atuam na escola.

Segundo o projeto político pedagógico a escola concebe a avaliação como um processo da aprendizagem do aluno, portanto, deverá envolver tanto os alunos quanto os professores para que esta norteie os planejamentos dos professores.

ALGUMAS QUESTÕES A CONSIDERAR

A participação no projeto PIBID é de extrema importância para a qualificação profissional dos estudantes, pois por meio deste podemos encarar a realidade da escola

pública em nosso país e pensar em mecanismos e sugestões que podem transformar a realidade da precarização da escola pública na atualidade.

A participação no projeto foi muito rica também, pois tivemos contato com a formação profissional docente e conhecer a maneira como a escola se organiza para formar novos educadores, pois o curso de formação de professores em nível médio é nosso objeto de estudo. Porém percebemos que há muito para se fazer com relação a formação desses profissionais, ainda temos muito para caminhar para efetivar a qualidade da formação profissional, mas o investimento no PIBID certamente já é um grande avanço para contribuir com a qualidade da educação em nosso país fazendo assim repensar a sua prática.

Como alunos “pibidianos” o projeto pode enriquecer muito a prática profissional, pois por meio de textos estudados, discussões em sala, seminários, mini cursos e participação no campo da escola pudemos alicerçar conhecimentos para certamente colocá-los em prática nas escolas, quanto tivermos o ciclo de nossa formação fechada.

A pesquisa realizada no Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto, observou a ação da equipe pedagógica juntamente com professores e agentes educacionais para a realização do processo de ensino e aprendizagem. Buscando assim formar cidadãos desenvolvendo suas capacidades, e autônomos e crítico com conhecimento e capacidades especiais para desenvolver no futuro um bom trabalho como docentes e também preparados para a vida em sociedade.

Importante destacar que nos documentos analisados pode-se verificar que a escola age de forma a documentar todas as ações que envolvem as tomadas de decisões, bem como as ações do dia a dia através de suas atas. A documentação escolar como PPP (Projeto Político Pedagógico), Regimento Interno e demais Atas documentais estão disponíveis à comunidade escolar do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ PROFESSOR ERASMO PILOTTO. Neste momento optamos por apresentar a primeira inserção do grupo de trabalho no campo de pesquisa. Esperamos apresentar dados com análises consistentes sobre esta pesquisa documental e exercício docente na escola em nossas próximas produções.

REFERÊNCIAS

FACCI, Marilda Gonçalves. **Valorizando ou esvaziamento do trabalho do professor**. Autores e Associados, Campinas, 2004

SEVERINO, Antonio Joaquim Severino; **Metodologia do trabalho científico**.23ª.São Paulo, Cortez, 2007.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**, Chapecó: Argos, 2013

CULTURA, IDENTIDADE E PÓS-MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA

Graduação
Alex Dal Gobbo Abi
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Relações Internacionais
Orientador: Ludmila Andrzejewski Culpi
alexdalgobbo@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade. Pós-modernismo. América Latina.

INTRODUÇÃO

Partindo do referencial teórico pós-modernista, o qual determina que o conhecimento dentro de um sistema maior é relevante, o futuro trabalho de pesquisa pretende discutir o argumento de que a América Latina como um todo carece de uma identidade cultural própria para uma possível inserção no cenário internacional**.** Nesse sentido, por meio de método qualitativo, o futuro artigo pretende, como objetivo geral, fazer pesquisa descritiva pautando-se em autores que abordem a teoria pós-modernista das relações internacionais como referencial teórico para analisar a conjuntura estrutural em que é produzido o sistema de valores da identidade cultural e ações que possibilitem o debate destes valores como ingredientes para uma possível inserção no cenário internacional. Em suma, buscar-se-ia responder se há uma possível ausência na coesão identitária latino-americana.

O trabalho justifica-se pela necessidade da confrontação dos paradigmas modernistas, os quais buscam racionalizar o conhecimento e de como ele deve ser produzido no âmbito latino-americano. Neste contexto, a teoria pós-modernista procura descontruir a lógica dos discursos teóricos de cultura e identidade, procurando superar as limitações ortodoxas que imperam sobre o tema. Diante das perspectivas concorrentes das novas realidades na política mundial, objetiva-se analisar de maneira sistêmica a estrutura do pensamento cultural e identitário latino-americano vigente.

Com isso, como objetivos específicos, primeiramente apresenta-se um panorama histórico em que foi formado a América Latina, passando pela sua independência, rivalidades entre vizinhos no passado e processos que levaram à percepção de unidade e que culminaram em projetos de integração por meio de blocos econômicos. Sequencialmente, passa-se a análise que pensadores modernistas deram aos conceitos de cultura e identidade e que de certa forma nortearam as produções acadêmicas e discursos políticos. Por fim, aplica-se a contribuição pós-modernista das relações internacionais, a fim de aplicar a operacionalização em que a identidade cultural se insere no contexto atual e os possíveis parâmetros necessários para inserção da América Latina no cenário internacional.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente é relevante destacar o papel dado às iniciativas integracionistas dos blocos econômicos regionais e embora se explicite, por exemplo, na Carta Magna do MERCOSUL a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Percebe-se que a gerência da política externa se motiva sempre por um cunho econômico, marginalizando desta forma a diplomacia cultural entre os países-membros do bloco (SOARES, 2008). Segundo Soares, as iniciativas culturais são promovidas à priori por atores não-estatais os quais tem preenchido o espaço que o Estado não está ocupando.

A falta de entrosamento entre os países latino-americanos revela identidades sobrepostas e distintas no que tange a inserção internacional:

> Não há um real interesse na construção de afinidades entre os países, desde a compreensão de suas necessidades, de suas culturas, das características de suas populações e da comunicação de perspectivas nacionais, corrigindo preconceitos e pesquisando campos nos quais possam haver interesses comuns (LEONARD, 2002, apud SOARES, 2008, p. 57).

Autonomia e universalismo como condicionantes da política externa brasileira regem a diplomacia no processo decisório de desenvolvimento do país e os impactos socioeconômicos dessas decisões na sociedade e no governo (CERVO, 1997). A hegemonia norte-americana nos países da América Central sob os aspectos das questões no setor de defesa e segurança, por exemplo, tornam-se entraves para a cooperação latino-americana (MATHIAS et al. 2008).

Diante da estrutura das ideias em que imperavam rivalidades entre os países latino-americanos no passado (embora novas concepções de aproximação tenham se materializado contemporaneamente), percebe-se que a variável de integração cultural entre os povos ainda está aquém de seus motes ideais. Tomando as aspirações brasileiras como exemplo, evidencia-se o seu foco por um papel de destaque no cenário internacional sem contudo diminuir as assimetrias e as rivalidades históricas entre seus vizinhos, fatores que ainda impedem maior interação (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

Por outro lado, de maneira contrafactual, destaca-se o êxito das políticas de integração da União Europeia e os contrastes. Como exemplo, temos um temor da possível adesão da Turquia ao bloco, cuja maioria muçulmana poderia intervir numa Europa culturalmente homogênea nos preceitos judaico-cristãos. Também temos países vindos da "outra Europa" no leste europeu, os quais trazem para si regimes históricos comunistas e de baixo nível de desenvolvimento econômico (CAMARGO, 2008).

Concomitantemente na América Latina, difunde-se nos discursos oficiais vertentes em defesa de uma identidade americana, latino-americana, pan-americana ou sul-americana (a última denota a tentativa brasileira por esta opção na sua identidade internacional). Isso tudo caracteriza uma visível separação entre América Central e América do Sul, operacionalizando desta forma uma América Latina ainda em construção para além de sua abrangência geofísica (COUTO, 2006).

Ademais, é mister que desconfianças historicamente recíprocas entre as Américas portuguesa e espanhola (SANTOS, 2010), ou entre Norte e Sul, rumem à percepção de unidade, reconhecendo finalmente, legados e destinos comuns de modo a promover uma identidade cultural distinta.

Com isso, por meio de método qualitativo, subsidiado em pesquisas bibliográficas e descritivas, o trabalho procura abordar estas questões de modo a identificar o perfil identitário e cultural latino-americano e sua relevância no panorama global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa desta forma busca compreender as implicações que cerceiam o que está em jogo nas questões das identidades culturais. Dessa forma, transforma o que era "cultura nacional" para um plano sistêmico de compreensão, no qual o individuo não é mais um sujeito estático, mas agente de mudança na cultura global, e se a América Latina pode-se perpetrar como agente nesta estrutura.

Defende-se como hipótese que o principal entrave para inserção internacional da América Latina estaria na negação de suas raízes culturais e de que as "veias" da América Latina ainda estariam "abertas" sob o reflexo do imperialismo europeu e cultura norte-americana impregnado em seus ideais (GALEANO, 1994).

O resultado do trabalho pautar-se-ia na premissa em demostrar de maneira sistêmica a diversidade em que se emprega a identidade cultural latino-americana e seus percalços para inserção internacional sob a ótica pós-modernista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Sonia de. **A União Europeia: uma comunidade em construção**. Contexto Internacional, Vol. 30, nº 2, maio/agosto 2008, p. 467-522. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cint/v30n2/v30n2a06.pdf. Acesso em 10/09/2014.

CERVO, Amado Luiz. **Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira**. Rev. bras. polít. int. 1997, vol.40, n.2, pp. 5-26. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000200001. Acesso em 10/09/2014.

COUTO, Leandro Freitas. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. 2006. 151 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Estudos latino-americanos vol. 12), 1994.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANINNI, Renata Avelar. **Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul**. Rev. bras. polít. int. 2008, vol.51, n.1, pp. 70-86. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/358/35811693004.pdf. Acesso em 10/09/2014.

SILVA, Luis Geraldo. **Rei deposto e rei exilado** – Das desconfianças à percepção de unidade. Revista de Ciência, Tecnologia e Informação – Sem Fronteiras, Curitiba, p. 60-67, segundo semestre de 2010. Disponível em: http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaSemFronteiras/SF_03.pdf. Acesso em 20/09/2014.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A diplomacia cultural no MERCOSUL**. Rev. bras. Polit. int. 2008, vol.51, n.1, Brasília, 2008 pp. 53-69. ISSN 0034-7329. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292008000100003. Acesso em 20/09/2014.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. **O pensamento brasileiro e a integração regional**. Contexto Internacional, Vol.32, nº 2, julho/dezembro 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a06.pdf. Acesso em 10/09/2014.

DO ISLAMISMO AO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

Graduação
Marli Pereira de Barros Dias
FSB – Faculdade São Braz
marli.dias@interbras.org

PALAVRAS-CHAVE: Islamismo. Fundamentalismo Islâmico. Oriente Médio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o islamismo e a ascenção do fundamentalismo islâmico, verificando os motivos que levaram à radicalização do fenômeno religioso. É importante ressaltar que a motivação para esta investigação está relacionada com estudos de mestrado e, atualmente, do doutorado, que versam sobre o Oriente Médio. Em virtude da complexidade da região, tornou-se necessário compreendermos as diversas vertentes do conflito regional, incluindo a questão religiosa. Neste sentido, investigamos as razões que têm contribuído para o aumento dos grupos irregulares no Oriente Médio, o que, de certo modo, acabou por comprometer o islamismo, colocando o Ocidente em estado de alerta.

Para compreendernos a religião islâmica e a dinâmica dos fundamentalistas, partiremos da hipótese de que eles pretendem o retorno ao islamismo tradicional, com a finalidade de construir um mundo justo. Para confirmar, ou refutar, esta hipótese, reccorreremos aos fundamentos basilares do islamismo e ao surgimento do fundamentalismo islâmico, a partir de seus principais precursores: Muhammad bin Abd al Wahhab e Sayyid al-Qutb.

Inicialmente, pretendemos esclarecer um ponto importante no que se refere à definição do termo fundamentalismo. Esta denominação não surgiu no mundo árabe, pois tem origem ocidental, isto é, “fundamentalista é um conceito que deriva de um movimento do conservadorismo Protestante norte-americano traduzindo uma Maioria Moral” (COSTA, 2001, p. 17).

Neste contexto, a palavra conservadorismo remete-nos para o sentido de preservar algo da influência de qualquer tipo de adulteração. Muitas vezes, para os fundamentalistas, preservar a identidade e os valores religiosos implica tomar decisões sem levar em consideração os meios e as consequências dos atos cometidos. Esta posição é, hoje, comum ao fundamentalismo islâmico face à própria religião islâmica e ao Ocidente.

DESENVOLVIMENTO

O Islã surgiu no século VII, na Península Arábica, e é uma religião monoteísta baseada nos ensinamento do Profeta Maomé. O primeiro Profeta do islamismo foi Abrão e o último, Maomé. Para o muçulmano, o Islã surgiu desde a criação do homem e difundiu-se pelo mundo após a morte de Maomé. Primeiro, ele expandiu-se pelo Oriente Médio, Norte de África, Península Ibérica, antiga Pérsia e Índia. Mais tarde, chegou à Anatólia, aos Balcãs e à África Subsariana.

A difusão do Islão se deu mediante conquistas, ocupações e por meio de mercadores e missionários, o que levou a uma posterior assimilação ideológico-cultural. Os recentes movimentos migratórios do Islã foram em direção à Europa e ao continente americano. Na atualidade, o islamismo continua a se propagar pelo mundo e, hoje, ele registra o maior crescimento de entre todas as religiões. Porém, isto não equivale dizer que todos os muçulmanos sejam fundamentalistas, pois o Islã não possui o mesmo sentido e a mesma concepção para todos os crentes. Segundo Pier Giovanni Donini, o "islão dogmático, tolerante, culto, popular, militante e um islão por assim dizer, biográfico, em que as pessoas só se lembram de que são muçulmanas por ocasião das principais festividades tradicionais" (DONINI, 2008, p. 17).

Não é possível generalizar a religião islãmica pois, de acordo com Maxime Rodinson,

> Os muçulmanos têm imagens diferentes do Islão de acordo com as camadas, categorias ou classes sociais às quais pertencem, de acordo com o tipo de educação que receberam, a tendência à qual aderem e mesmo de acordo com o seu carácter individual (RODINSON, 1997, p. 208).

O islamismo não é uma religião complexa, na medida em que possui uma mensagem simples, que corresponde às obrigações dos muçulmanos, as quais estão relacionadas com todos os aspectos da vida. O Alcorão é o último e mais completo Livro sagrado, no qual se encontram todos os ensinamentos revelados por Deus ao Profeta Maomé e tudo aquilo que deverá guiar a vida dos crentes para levá-los a salvação no dia do Juízo Final.

Além das crenças, o Islã possui cinco pilares, que correspondem aos cinco deveres básicos de cada muçulmano. Estes cinco pilares são: a recitação e aceitação do credo (Chahada ou Shahada); orar cinco vezes ao longo do dia (Salat ou Salah); pagar esmola (Zakat ou Zakah); observar o jejum no mês de Ramadã (Saum ou Siyam); fazer a peregrinação a Meca (Haj) se tiver condições econômicas.

Para os fundamentalistas islâmicos, a religião tem um aspecto diferente daquele que é adotado pela maioria de seus seguidores. A educação e o modo e conceber o Islã estão estritamente ligados aos ensinamentos aprendidos nas madrassas (escolas religiosas). Para os fundamentalistas, as madrassas atendem de modo eficiente os propósitos para os quais vivem e lutam, pois eles interpretam o Alcorão na íntegra e rejeitam as inovações. Foi justamente a partir da percepção da adulteração do Islã, que surgiu o fundamentalismo. Isto aconteceu a partir de Muhammad bin Abd al-Wahhab, que estudou o Alcorão e a "Hadith" em língua árabe. Ele viajou para Meca, fez a peregrinação e tornou-se um estudioso de direito e da teologia islâmica. Mas foi a sua viagem ao Iraque e ao Irã que o impressionou a partir da verificação de que o Islã havia sido adulterado.

Sob a influência dos escritos do religioso muçulmano Taqi al-Din ibn Taymiyyah (1263-1328), al-Wahhab passou a defender a aplicação dos ensinamentos do Alcorão na sua totalidade, sem desviar da concepção original registrada no Livro sagrado, "cujo apelo ia no sentido da rejeição das práticas islâmicas inovadoras, afim de se aplicar somente doutrinas originais do Islão" (COSTA, 2001, p. 19).

Em meados do século XVIII surgiu, na Arábia Central, o movimento criado por Muhammad bin Abd al Wahhab, chamado Wahhabismo, de orientação sunita e

caracterizado por ser conservador. A partir de então, o Islã tradicional passou a ser a religião oficial da Arábia Saudita.

Outro pensador do islamismo que influenciou os radicais foi Sayyid al-Qutb. Oriundo da Irmandade Muçulmana, ele serviu de inspiração para todos os movimentos fundamentalistas islâmicos do Oriente Médio da atualidade. Através da sua obra, Qutb clama por uma revolução islâmica armada de modo a estar acima de todos os regimes políticos não guiados pela lei islâmica e o fim da presença ocidental em países islâmicos.

A partir de pesquisas bibliográficas por meio de fontes diversas (livros, revistas, jornais do Oriente Médio, internet) e leituras e análise de fatos relevantes do passado e atuais, verificamos que todos os sguidores do islamismo cumprem com os ensinamentos básicos do Alcorão. Porém, os fundamentalistas adotaram uma ideologia radical que, hoje, interfere direta ou indiretamente no cotidiano de muçulmanos e de não muçulmanos no que tange à rejeição as inovações e em prol da preservação do Islã tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Islã não deve ser entendido em sentido único. A sua aplicação na íntegra nos remete ao conservadorismo e à ausência de inovações. Neste sentido, enquanto que para milhares de seguidores do Islã o único objetivo é cumprir com os ensinamentos de Deus transmitidos a Maomé, para outros, isto não é suficiente. Fazer cumprir o Alcorão na totalidade implica rejeitar as mudanças e tudo aquilo que está associado com o mundo ocidental.

A radicalização da religião é o modo de os fundamentalistas lutarem contra as injustiças no mundo, a partir de seu ponto de vista, e, para tanto, procuram se organizar por meio de grupos irregulares, se valendo de ações violentas. Neste contexto, muitos árabes, muçulmanos ou não, são penalizados na medida em que são feitas generalizações e eles são considerados, na maioria das vezes, como “terroristas”.

É na certeza do cumprimento dos ensinamentos do Profeta que os fundamentalistas islâmicos atuam e procuram lutar contra aquilo que consideram errado ou injusto. Assim, eles têm por objetivo criar um mundo novo a partir de uma ideologia religiosa e weltanschauung peculiares.

REFERÊNCIAS

BURGAT, F. Islamismo Aí ao Lado?. Lisboa: Instituto Piaget, trad. do francês por Ana Rabaça, 1999.

CHEBEL, M. El Islam. Historia y Modernidad. Madrid: Espasa Libros, 2011, trad. do francês por Ana Millán Risco.

CORLETT, J. A. Terrorism. A Philosophical Analysis. Dordrecht-Boston-Londres: Kluwer Academic Publishers, 2003.

COSTA, H. dos S. O Revivalismo Islâmico. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Centro de Estudos Islâmicos da Universidade Técnica de Lisboa, 2001.

DIAS, Marli Barros. Islamismo, Fundamentalismo Islâmico e Ocidente, 2009. Versão digital:

http://www.xconglab.ics.uminho.pt/ficheiros/Volume05.pdf

(Acesso em: 12 mai. 2014)

DONINI, P. G. O Mundo Islâmico. Do Século XVI à Actualidade. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

FELDMAN, N. The Fall and Rise of the Islamic State. Princeton-Nova Iorque: Princeton University Press, 2008.

HOBSBAWM, E. Globalização, Democracia e Terrorismo. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

HUNTINGTON, S. (2001). O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial. 2.ª ed., Lisboa: Gradiva, 2001.

PINTO, M. C. (Coord.). O Islão na Europa. Lisboa: Prefácio, 2006.

RODINSON, M. O Islão Político e Crença. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

ANTÓNIO CELESTINO – POETA E FILANTROPO DA LUSOFONIA

Graduação
José Manuel de Barros Dias
FSB – Faculdade São Braz
bdias@interbras.org

PALAVRAS-CHAVE: António Celestino. Poesia. Crítica de Arte. Filantropia. Literatura Luso-Brasileira Contemporânea.

INTRODUÇÃO

António Celestino, banqueiro, mecenas, poeta e crítico de arte, que serviu de personagem a vários romances de Jorge Amado, nasceu na Póvoa de Lanhoso, em Portugal. Imigrante no Brasil desde 1939, ele foi, na verdade, um cidadão da Lusofonia. Foram precisamente os artistas, escritores, pintores e músicos que mais frequentavam as suas casas, tanto na Bahia, como na Póvoa de Lanhoso, como Jorge Amado, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Carybé, Fernando Assis Pacheco, Júlio Pomar, José Hermano Saraiva, dentre muitos outros.

Agraciado com várias condecorações portuguesas e brasileiras, António Celestino é autor de livros de crítica de arte, contos, de uma monografia sobre a sua aldeia natal e vários de poesia. Destes, os mais famosos são *Poemas de Cera Perdida* e *Às Vezes Fico Pensando se Isto Será Poesia*.

Pretendemos, a partir da leitura das obras de António Celestino / sobre António Celestino, de consultas ao espólio do autor, em Portugal e em Salvador da Bahia, da realização de entrevistas com seus contemporâneos, estabelecer as pontes culturais luso-brasileiras tal como o autor as fecundou. Também é nossa intenção identificar a plenitude do contributo de António Celestino, enquanto filantropo, para o florescimento das letras e artes brasileiras, nomeadamente, no âmbito do Modernismo.

O presente trabalho é, também, mais um passo teórico necessário para a construção das *Obras Completas* de António Celestino.

DESENVOLVIMENTO

Filho de Dona Virgínia das Dores Simões de Almeida e de Júlio Celestino da Silva, António Simões Celestino da Silva nasceu na vila de Póvoa de Lanhoso, em 24 de Maio de 1917. Após a morte precoce de seu pai, quando tinha um ano de idade, António Celestino foi viver com a mãe para a Casa do Ribeiro, em S. João de Rei. Evocando a memória de seu pai, Celestino anotará:

> Aqueles livros foram durante muitos anos a minha alegria e a minha glória. Eu os tratava com cuidados filiais, não tivessem pertencido a quem pertenceram. Sua maioria era constituída por obras politicamente avançadíssimas para o tempo e nelas se documentavam um fanático e intransigente amor pelos ideais epublicanos, o que não era muito frequente num país milenarmente monárquico e numa sociedade habituada a arraigadas tradições rurais (CELESTINO, 2006: p. 27).

Celestino frequentou o Ensino Fundamental na Escola do Snr. Amorim, na vizinha aldeia de Monsul (cf. CELESTINO, 2006: p. 49). Passou ao Colégio em Guimarães, onde seu padrasto, Manuel da Costa Pedrosa, era um dos diretores (cf. CELESTINO, 2006: p. 51). Ele estudou, também em Guimarães, no Liceu Martins Sarmento e em Braga, no Liceu Sá de Miranda.

Em abril de 1939, Celestino imigrou para o Brasil. Funcionário da Casa Irmãos Guimarães – mais tarde, o Banco Irmãos Guimarães –, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, ele transferiu-se mais tarde para a Bahia, onde se deixou influenciar pelo ambiente da antiga capital da província portuguesa. Ele esteve imigrado durante várias décadas no Brasil, onde se destacou como crítico de arte e como poeta.

Após dois anos de permanência no Brasil, a filial da Casa Irmãos Guimarães, na Bahia,

> Necessitou dum chefe de escritório, ocupação que não exigia grandes técnicas. A casa da Bahia, além dum departamento bancário, também vendia bilhetes de loteria, resquícios do velho negócio da família Guimarães. Fui convidado para ocupar o cargo e não pensei duas vezes" (CELESTINO, 2006: p. 110).

António Celestino se envolveu mais profundamente na vida social e intelectual da cidade, fazendo amizade com Jorge Amado e Zélia Gattai, Vinícius de Morais e muitos outros artistas famosos das mais variadas artes. Ele escreveu regularmente em jornais, sobretudo sobre arte. No regresso de uma visita a Portugal, Celestino foi chamado a Recife, para efetuar uma inspeção à filial pernambucana da Casa Bancária. A estadia duraria seis anos.

Colaborador do jornal baiano A Tarde, António Celestino vai desenvolver, nas páginas do diário, durante anos a fio, profícua crítica literária. Ele publicou, neste vespertino, mais de trezentas colaborações. Em decorrência da ligação a diversas instituições culturais, António Celestino vai encaminhar para a Bahia prestigiados intelectuais portugueses, de quem se tornará amigo pessoal. Incluem-se, nesta plêiade, Vitorino Nemésio, João Gaspar Simões, Fernando Namora, David Mourão-Ferreira, João Miguel Santos Simões, Alçada Baptista. Pelas suas casas, em Portugal e no Brasil, passarão vultos preeminentes das Letras mundiais. De entre eles são de destacar Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Fernando Assis Pacheco, Luis Forjaz de Trigueiros, Cargaleiro, Dário Castro Alves e António Olinto, de entre outros.

Convidado pelo Dr. Miguel Calmon para a Direção do Banco Econômico, da Bahia, António Celestino introduziu, no Brasil, o financiamento bancário para a compra de obras de arte. Em 1985 chegou, por opção sua, a hora de despedida do Conselho de Administração do banco.

António Celestino foi Presidente do Museu de Arte Moderna da Bahia, do Hospital Português, do Instituto de Cegos. Foi, também, Presidente do Gabinete Português de Leitura, Conselheiro-Fundador do Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira, Mesário da Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia e Curador da Fundação-Casa de Jorge Amado. Celestino serviu, também, como Conselheiro da União das Comunidades Portuguesas.

Foi em Recife mas, sobretudo, em Salvador da Bahia, que António Celestino teve o ensejo de conviver com os mais destacados artistas dos últimos sessenta anos. Se destacam, neste contexto, Reynaldo Fonseca (cf. CELESTINO, 2006: p. 146), Francisco Brennand e Lula

Cardoso Ayres (cf. CELESTINO, 2006: p. 146), Helio Feijó (cf. CELESTINO, 2006: p. 147), Eliezer Xavier (cf. CELESTINO, 2006: p. 146),Giuseppe Giannini Pancetti – artisticamente conhecido como José Pancetti – (cf. CELESTINO, 2006: p. 171-172), Osvaldo Goeldi (cf. CELESTINO, 2006: p. 172), Hector Julio Páride Bernabó – Carybé – (cf. CELESTINO, 2006: p. 192), Zélia Gattai e Jorge Amado (CELESTINO, 2006: p. 178-179).

De entre as personalidades que, publicamente, se referiram à obra de António Celestino são de destacar, aqui, Virgínia Simões Pedrosa (PEDROSA, in COELHO, 2014: p. 16), Edivaldo Machado Boaventura (BOAVENTURA, in COELHO, 2014: p. 47-49), José Abílio Coelho (COELHO, in COELHO, 2014: p. 59-61), José Dias (DIAS, in COELHO, 2014: p. 63-64), Nuno Lima de Carvalho (CARVALHO, in COELHO, 2014: p. 71-73), Sonia Sales (SALES, in COELHO, 2014: p. 75-77), Victor Manuel Peixoto (PEIXOTO, in COELHO, 2014: p. 79-80), Jorge Amado (AMADO, 2006: p. 407).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regresso ao quinhão natal será o período literariamente mais produtivo de sua vida. Além de Gente da Terra, de 1972, e de Le Couvent du Carmel à Salvador, État de Bahia, publicado em 1975, Celestino daria a conhecer as seguintes obras, que se dividem entre o conto, a literatura memorialista e a poesia: Antigamente Era San Joam de Rey, 1987; Uma Vida em Si Menor, 1992; …Às Vezes Fico Pensando se Isto Será Poesia, 1994; Contos (Mal) Falados, 1996; Poemas de Cera Perdida, 1996 e, ainda, Contos em Forma de Cereja, 1999.

Em 21 de abril de 2013, António Celestino faleceu, sereno, enquanto dormia. Seus restos mortais repousam no Cemitério de São João de Rei, em Portugal.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. Navegação de Cabotagem. Apontamentos para Um Livro de Memórias que Jamais Escreverei, 6.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CELESTINO, António. Uma Vida em Si Menor. Salvador da Bahia: Quarteto, 2006.

COELHO, José Abílio (Dir.). "António Celestino (1917-2013) – Escritor", Dicionário de Figuras Povoenses, 16 de abril de 2011.
Disponível online:
http://dicionariodepovoenses.blogspot.com.br/2011/04/antonio-celestino-1917-escritor.html (acesso em: 28 de set. 2014)

COELHO, José Abílio. "Júlio Celestino da Silva (1883-1918): Um Homem da Primeira República na Póvoa de Lanhoso", Quiosque da História, 21 de junho de 2012. Disponível online:
http://quiosquedaruadafeira.blogspot.com.br/2012/06/julio-celestino-da-silva-1883-1918-um.html (acesso em: 28 set. 2014)

COELHO, José Abílio (Coord.). Andar na Vida Vivendo. Itinerários Celestinianos, Adaúfe [Braga], Costeira, 2014.

FREYRE, Gilberto. Talvez Poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

LEITE, Geraldo. "Antônio Celestino da Silva", *Filhos Ilustres da Bahia*, 29 de abril de 2014. Disponível online:
http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/2014_04_01_archive.html (acesso em: 28 set. 2014)

REDAÇÃO. "Póvoa de Lanhoso: Poeta António Celestino Morre aos 95 Anos", *Correio do Minho*, Braga, 23 de abril de 2013. Disponível online:
http://correiodominho.com/noticias.php?id=68999 (acesso em: 28 set. 2014)

CANTEIRO DA POESIA

Graduação
Helen Eckile Ferreira dos Santos Luiz; Valdeni Rodrigues Fontelli Falvo
Pedagogia
UNINTER – Centro Universitario Internacional Uninter
Orientadora: Eliane Martins Quadrelli Justi
heleneckile@gmail.com; valfalvo@hotmail.com

PALAVRAS- CHAVE: Poesia. Escola. Trabalho do Pedagogo. Canteiro da Poesia.

Apresenta-se no presente projeto de pesquisa uma proposta educativa apoiada na construção de poemas, cujos fundamentos teóricos buscam alicerce na teoria construtivista, que privilegia a aprendizagem pela descoberta autônoma e orientada. Nesta perspectiva, destaca-se o trabalho docente como estimulador da inteligência criativa, propiciando ao escolar a elaboração das diferentes capacidades operatórias apontadas por Jean Piaget (1976): conhecer, compreender, analisar, deduzir, criticar, sintetizar, classificar, nomear, seriar, agrupar, comparar a vida na sua expressão plural e histórico- crítica tendo como eixo problematizador a produção e a criação de poemas. De acordo com Antunes (2000, p.103), "a ação construtivista de um professor aproxima seu trabalho do de um poeta". Este autor ilustra esta aproximação ao citar as ideias de Nilson Machado:

> A sensibilidade e a competência do professor (...), levando em consideração a rede de significados preexistentes no universo, aproxima seu trabalho efetivamente de uma dimensão poética, que sobrepuja os aspectos meramente técnicos de seu fazer; se uma imagem vale mais do que mil palavras, justamente porque pode promover articulações que somente muitas palavras podem lograr, uma proporção analógica, como um poema em ponto pequeno, pode articular inúmeras imagens, inspirando conexões muitas vezes inesperadas (IN:ANTUNES,2000,p.103).

Neste sentido, o presente projeto de pesquisa convida à reflexão poética a ser desenvolvida na escola, no ambiente da biblioteca, esta compreendida como um organismo dinâmico de aprendizagem buscando, na implantação e ambientação do espaço intitulado "CANTEIRO DA POESIA", promover articulações e conexões entre as diferentes áreas do conhecimento (Geografia, Língua Portuguesa, História, Matemática e Música), com caráter interdisciplinar. O exercício da poesia remete o escolar a um universo plural. Eleva simultaneamente as diferentes estruturas cognitivas e psíquicas. Por meio da prática de poetar ele cria, imagina, conta história, analisa, sintetiza, reflete sobre si e sobre outros, se emociona, desenvolve senso crítico, bem como o ato de pensar - de falar e de escrever. Assim, recorre-se a Jolibert (1994, p.195), que afirma ser "a escola responsável pela instauração e pela densidade desses múltiplos encontros entre as crianças e os poemas". Nesta perspectiva buscam-se fundamentos nos estudos de Carvalho e Ceccim (1997), que

apontam uma emergência no atendimento à criança de "Escuta à Vida". Acredita-se que a aproximação efetiva do trabalho com poesia na escola possibilita ao professor experimentar novas sensibilidades necessárias de escuta à vida saudável. Trata-se de buscar desenvolver no processo educativo um diálogo de aproximação entre o professor e o escolar, em que a intenção centra-se no cuidado de escuta aos conteúdos ouvidos, falados, escritos e discutidos à luz humanizadora do processo de ensino e aprendizagem tocado pela saúde dos bons encontros e afetos.

> A atenção de saúde, por ser um encontro, produz afetos. Os afetos podem ser de alegria ou de tristeza. Afetos de tristeza são todos aqueles que diminuem, entravam, bloqueiam ou empobrecem a vida; e os de alegria são todos aqueles que expandem, favorecem, compõem, apontam novos olhares e caminhos. (CARVALHO e CECCIM, 1997, p.28).

Segundo os mesmos autores, a sensibilidade de escuta à vida não está apenas nas vivências concretas mas, também, na captação das forças de vida que pedem passagem em nosso existir. Arrisca-se a afirmar que a escuta aos conteúdos silenciosos por meio da produção e leitura de poemas dos escolares não pretende avolumar a carga curricular da escola, mas sim interpenetrar, interdisciplinar... Compreende-se que o termo "Escuta Pedagógica" refere-se a um universo de sensações, ou seja, um interagir entre o ver-ouvir-sentir que possibilita desenvolver maior sensibilidade para escutar uns aos outros no ambiente escolar: "porque os textos agem em vários níveis – sejam eles lidos em voz alta ou ouvidos no segredo da solidão: por meio de seus conteúdos, das associações que suscitam" (PETIT, 2009, p.61). Para o escritor Otto Winck (2012, p.1), "ler é virtude, esforço meritório, hábito a duras penas inculcado e adquirido. Um país se faz com homens e livros – temos ouvido e às vezes repetido." O mesmo autor segue na afirmativa:

> Mas ler também pode ser *vício,* perversão, compulsão desenvolvida, que leva ao prazer, à fruição, à gratuidade, à transgressão das normas de uma sociedade calcada hegemonicamente no cálculo e na técnica. Ora, uma nação não se faz apenas com homens e livros, mas também com mulheres e crianças, e o livro somente ganha vida quando sai da estante (*ou do tablet*) e vira leitura, contação, acontecimento, experiência. Ninguém melhor que um leitor para produzir outros leitores.

"Ninguém melhor que um leitor para produzir outros leitores" – vale repetir esta frase como quem aponta um norte, um caminho, quando se busca no escolar e com o escolar as ferramentas mais adequadas ao caráter pessoal e experiencial de cada um, neste caso um meio de aprender e de ensinar lendo, escrevendo, interpretando ativamente no ambiente destinado à leitura, ou seja, na biblioteca viva da escola.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Oferecer um espaço de CANTEIRO DA POESIA em diálogo com o ambiente orgânico e dinâmico de uma biblioteca viva, pressupõe levar à escola um trabalho que ofereça sentido aos escolares numa atmosfera em que eles, no papel de autores, possam engajar-se em sua própria aprendizagem. Avançar em pesquisas na busca de metodologias de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico, com vistas aos textos poéticos trabalhados em escola, trata de um

desejo de investir na oralidade interna do escolar. Ou seja, a oralidade de desejo para ler textos poéticos. Nesse sentido, Petit (2009, p.60) esclarece que a oralidade interna difere da oralidade espontânea do cotidiano. Nesse sentido é possível observar que a lógica interna do escolar aproxima a narração da escrita com o surgimento progressivo do desejo de leitura. Trata, ainda, de convidar e oferecer subsídios para que o escolar faça o caminho de apropriação, interpretação e reinterpretação estética e textual, operados a partir da leitura e produção de poemas – escritos, desenhados, declamados, musicados, encenados de forma autônoma e de livre pensar. Em síntese, dão-se por iniciadas as primeiras linhas que pretendem refletir e desenhar o presente projeto de pesquisa com vistas à prática de ler, escrever e interpretar poemas na escola, mais especificamente no ambiente da biblioteca no espaço intitulado “CANTEIRO DA POESIA”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar.** Campinas – SP: Papirus, 2000.

ANTUNES, Arnaldo. **Ler é refletir.** Poema Visual - 400 X 315 | 19.6KB jpeg
http://images.search.conduit.com/ImagePreview/?q=poesia%20visual%20arnaldo%20antunes&ctid=CT3241941&searchsource=13&start=0&pos=19

CARVALHO, Paulo R. Antonacci e CECCIM, Ricardo Burg. Orgs: **Criança Hospitalizada: a atenção integral como escuta à vida.** Editora da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.

JOLIBERT, Josette. **Formando Crianças Produtoras de Textos.** Artes Médicas. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 1994.

PETIT, Michèle. **A arte de Ler. Ou como resistir à adversidade.** Tradução de Arthur Bueno e Camila Boldrini – São Paulo: Ed.34, 2009.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

WINCK, Otto. **Abrindo as portas da leitura: formação de agentes mediadores de leitura.** Fundação Cultural de Curitiba. Curitiba, 2012.

A LEITURA DAS VERSÕES CLÁSSICAS DO CONTO BRANCA DE NEVE A CRIAÇÃO DE TRAILERS: POSSIBILIDADES DE LETRAMENTO EM LÍNGUA INGLESA

Pós-Graduação
Caique Fernando da Silva Fistarol
EBM Annemarie Techentin - SEMED Blumenau
caique.fistarol@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Língua inglesa. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de letramento em língua inglesa nas séries finais, abordando a utilização de versões clássicas de um conto clássico e das TICs motivando a ludicidade nas aulas e a aprendizagem significativa.

Adquirir propriedade em uma língua estrangeira é um processo que requer tempo, dedicação e esforço por parte dos alunos. Muitos deles crêem que o aprendizado é difícil pela aprendizagem mecanicista e tradicional ao qual grande parte dos professores estão acostumados a utilizar como metodologia de ensino. Em suma, a descontextualização da língua e a utilização do ato de decorar regras gramaticais e a tradução são fatores da descrença da disciplina pela maioria dos educandos.

Por meio de uma sequência didática de letramento são criadas estratégias em que o processo de leitura e escrita sejam desenvolvidas pela contextualização de estruturas gramaticais e verbais mais próximas da realidade. Com esse intuito, os estudantes aprendem com objetivo social, não apenas apropriando-se da metalinguística. Com essa premissa, o professor de Língua Inglesa em consonância com a professora do projeto de Leitura da Biblioteca da EBM Annemarie Techentin, no município de Blumenau, elaboraram uma sequência didática em Língua Estrangeira com ênfase na leitura, escrita e na oralidade em L2 para a oitava série. Com esses pressupostos, utilizou-se o gênero conto de fadas, em particular o Branca de Neve, a qual estava em vogue no ano anterior com as releituras para o cinema. Contos de fadas são textos pertencentes aos estudos e leituras dos estudantes desde as séries iniciais e permeiam o imaginário e aguçam a criatividade com a possibilidade de recriação por meio das releituras. O presente resumo socializa a experiência da sequência didática com foco no letramento e criação de trailers a partir das leituras das versões clássicas do conto Branca de Neve nas aulas de Língua Inglesa juntamente com as aulas de

Leitura realizadas pela professora da Biblioteca com aporte teórico de autores como Franco (2010), Hernández (2000) e Morosov e Martinez (2008).

DESENVOLVIMENTO

O processo de aprendizagem de uma segunda língua não pode ser mecânico, tampouco, ocorrer pela tradução da língua materna. Adquirir propriedade sobre uma segunda língua pressupõe entender os mecanismos gramaticais e seu uso por meio do contexto social. Este tem particularidades como a entonação de voz e a linguagem gestual como alguns dos fatores, muitas vezes, não explorados nas aulas de língua inglesa. Em especial, os alunos das séries finais têm vergonha de se exporem em inglês pelo medo de sofrer represálias ao não estruturar uma sentença corretamente e não ver real significado nas atividades orais. A partir dessas premissas, os professores escolheram trabalhar a leitura das versões clássicas do conto Branca de Neve e ajudar os alunos na escrita de trailer para esses contos, pois seria mais divertido poder comunicar-se por uma situação em que se expor não constrangeria e possibilitaria utilizar os recursos tecnológicos audiovisuais pertencentes a essa geração adolescente atual. Sob todos os argumentos expostos pode-se afirmar, segundo Hernández (2000, p. 257) que:

> As propostas educacionais baseadas por uso de várias mídias e recursos tecnológicos são fundamentais para ajudar o aluno a compreender a realidade, examinar os fenômenos que o rodeiam de uma maneira questionadora, contribuindo, não só adiante das experiências cotidianas, mas também diante de outros problemas e realidades.

Primeiramente, os alunos foram para a Biblioteca Escolar para assistirem trailers de releituras do clássico Branca de Neve. Ao total, foram onze trailers, sendo três legendados e nove em língua inglesa sem legenda. Após assistirem os trailers, os professores de Língua Inglesa instigaram aos alunos a responder oralmente questionamentos como se houve entendimento sobre o tema abordado e se era comum a todos os vídeos, quais eram as diferenças, qual tinha estruturas mais elaboradas e quais eram mais simples, vocabulários entendíveis ou não, em quais os recursos facilitavam o entendimento ou confundiam o espectador. Após essa conversa, perguntou-se aos alunos se ao lerem contos de fadas em língua materna, se haveria a possibilidade de criar trailer a partir das versões de um conto. Os alunos concordaram com a prerrogativa e a partir desse momento explicou-se que o foco do trabalho seria a recriação dos contos por meio das tecnologias de gravação e edição de vídeos.

Letrar em segunda língua pressupõe que adquirir esse conhecimento seja trabalhar por meio de uma situação contextualizada e, a partir disso, desenvolver as práticas de leitura, escrita e de oralidade. Por isso, ao dividi-los em grupos, os professores tiveram a preocupação em fazê-los entender as narrativas, discursos direto e indireto e questioná-los quanto a criação do roteiro para a produção e edição dos trailer.

Para a escrita do roteiro, observou-se que indiferente do tempo verbal e regras aprendidas ao longo do processo de ensino aprendizagem da língua estrangeira, o alunado conseguiu entender a mensagem, cultura local e época em que foi escrito o conto e transpor para o gênero textual abordado com coesão e coerência. Percebeu-se que as questões

implícitas na atividade como a coleta de figurino apropriado, utilização das tecnologias de filmagem e edição posterior foram problemas para a turma. No entanto, a questão de articular-se para o desenvolvimento da oralidade foi o grande desafio. Entender que falar o conteúdo escrito era necessário não foi o empecilho, mas perceber que a linguagem corporal e facial fazem parte da comunicação era a questão não entendível. Aos poucos, a ideia de que comunicar-se é uma competência muito maior do que simplesmente estruturar corretamente a fala tornou o trabalho mais produtivo. A composição do trabalho elaborada sobre o prisma das competências em segunda língua permitirão aos educandos perceber que a língua tem um contexto social maior. Segundo Morosov e Martinez (2008, p. 42):

> A competência comunicativa é formada, na verdade, por outras quatro competências que deveriam ser simultaneamente realizadas pelos falantes. Essas competências são: competência discursiva, competência gramatical, competência estratégica e competência sociolinguística. Assim podemos dizer que um indivíduo possui competência comunicativa se sabe quando falar, quando não falar, a quem, com quem, onde e de que maneira falar.

Seguindo essa conceituação, a atividade fílmica encaixa-se nas quatro competências citadas pelo autor, pois há necessidade de verbalizar, gesticular, expressar ações e sentimentos, e preocupar-se em transpor, e depois, editar de modo a ter definido o objetivo e que este seja entendível a quem assistir. Ou seja, ao fazer uso da linguagem dentro desse contexto, o aluno passa para além de fazer uso dela, refletir sobre ela. Isso só é possível, porque nesse processo o aluno compreende a linguagem e se constitui por meio dela.

Após o processo de escrita dos roteiros e dos discursos diretos dos personagens e narrador, filmagem, houve o processo de edição, da qual se trabalhou a questão da criação de legendas. Antes da criação das legendas, se conversou a respeito da aproximação do discurso em língua estrangeira para a língua materna. Que dependendo da situacionalidade não se deve procurar rebuscar demais a escrita, em especial, para o tema e objetivo do trabalho, mas que a linguagem seja clara, objetiva e simples, sem fugir das convencionalidades gramaticais. Com o entendimento e diálogo entre alunos e professor sobre essas questões, houve a correção das legendas e a edição final dos trailers.

Para a entrega dos vídeos, combinou-se que seriam produzidas caixas de DVD com sinopse, informações gerais, classificação etária indicada, e o cabeçalho colocado conforme uma capa originalmente produzida por um estúdio em língua estrangeira. Posterior a confecção das capas sob a supervisão do professor e entrega dos vídeos nas caixas confeccionadas pelos estudantes, assistiu-se os vídeos em sala de aula. Ao assistir os trailers, observou-se a reação dos educandos e percebeu-se a satisfação em verem o trabalho pronto, bem como, as próprias críticas, de o que poderia ser melhor, o que fizeram de “errado”, o que fizeram bonito, qual etapa procederam corretamente e obtiveram êxito. De acordo com esses comentários, o professor de língua inglesa abordou com os alunos questões como quais estruturas foram mais utilizadas, quais foram mais difíceis e fáceis no momento de falar e em qual a legenda foi realmente necessária para o entendimento do espectador. Franco expõe a ideia de que (2010, p. 109) “as abordagens cognitivas ou construtivistas para o ensino comunicativo de línguas não são baseadas em formação de hábitos, mas em conhecimento cognitivo inato na interação com linguagem compreensível e significativa”, e complementando o que evoca este autor/a acerca da construção da aprendizagem de uma

língua estrangeira articulado ao conteúdo e o processo tecnológico, compreende-se que "a tecnologia é empregada de forma a maximizar as oportunidades de interação de alunos com contextos significativamente ricos através do qual esses alunos possam construir e adquirir competência na LE".

Para finalizar a sequência didática combinou-se que os trailers seriam expostos na Feira Cultural e que os estudantes produziriam cartazes dos vídeos em Língua Inglesa e divulgariam uma semana antes na Escola, mas sem explicar ou comentar aos colegas das demais turmas. Os alunos cumpriram com o combinado e o trabalho foi apresentado à comunidade no evento proposto. Percebeu-se a satisfação dos educandos ao explicar todas as etapas da sequência didática para os demais professores, colegas e pais que visitaram a Feira, além da aprendizagem proporcionada pelo letramento gerado a partir das versões de um conto clássico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola mudou porque a dimensão/objetivo para ensinar a apreender os conteúdos/conceitos modificou-se também. Os alunos não são os mesmos em decorrência da tecnologia e rapidez das ações globais e a exposição/apelo exacerbados da mídia em atingir as suas metas. Pôde-se perceber com essa prática que a construção da autonomia ao buscar elementos sobre o assunto, a ação e reflexão da temática transformou os educandos em seres críticos e pesquisadores do conteúdo proposto; minimizou a relação do medo com o erro na habilidade oral na exposição de ideias e argumentos na disciplina de Língua Estrangeira, melhorando a relação com a aprendizagem, mesmo esse processo tendo acontecido próximo ao final de ano letivo. É trabalhoso estabelecer conexão entre atitudes e conceitos/conteúdos prendendo a atenção do aluno e os fazer interagirem perante esse novo sistema educacional. É certo que mais rupturas são necessárias, uma vez que estamos interagindo com outros seres socialmente e historicamente em um dado tempo e espaço. A partir disso, observamos as práticas sociais que os alunos têm/fazem com as mídias e o que interfere na vida dos alunos culturalmente.

REFERÊNCIAS

CALLARI, Alexandre (org.). Branca de Neve – os contos originais. São Paulo: Évora, 2002.

FRANCO, Cláudio de Paiva. A Tecnologia no Ensino de Línguas: do Século XVI ao XXI. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura.** n.12, ano 06, 1º semestre de 2010. Disponível em: <http://www.letramagna.com>. Acesso em: 13 jun. 2013.

HERNANDÉZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MOROSOV, Ivete; MARTINEZ, Juliana Zeggio. A **Didática do Ensino e A Avaliação da Aprendizagem em Língua Estrangeira**. Curitiba: IBPEX, 2008.

LITERATURA DE CORDEL E MORTE EM DE COMO O MULATO PORCIÚNCULA DESCARREGOU SEU DEFUNTO, DE JORGE AMADO

Pós-Graduação
Prila Leliza Calado
UNIANDRADE – Centro Universitário Campos de Andrade
Mestrado em Teoria Literária
Orientadora: Profa. Dra. Verônica Daniel Kobs
pri_la@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Morte. Cordel. Jorge Amado.

INTRODUÇÃO

Um dos mais importantes formadores da identidade literária do Brasil, Jorge Amado (1912-2001), é autor de uma volumosa produção, que inclui cerca de quarenta livros, entre crônicas, romances, peças de teatro e novelas, bem como de uma extensa colaboração para diversos veículos de imprensa. O escritor foi traduzido em dezenas de idiomas e sua obra contribuiu para que os cenários pitorescos da Bahia forjassem no imaginário de milhões de leitores mundo afora a visão de um Brasil ao mesmo tempo sensual e violento, primitivo e acolhedor, injusto e paradisíaco.

Enredados em tramas de amor, morte e misticismo, personagens de tipos inesquecíveis integram uma numerosa galeria de homens e mulheres marcados pelo sofrimento. É o que observamos durante a leitura do conto *De como o mulato Porciúncula descarregou seu defunto,* publicado em 1959, no qual os dois protagonistas têm seus amores e sofrimentos narrados em meio a uma atmosfera romântica e ao sincretismo religioso, características próprias do estilo do autor. Também permeiam o conto em questão traços peculiares da literatura de cordel, uma das mais antigas manifestações populares brasileiras.

DESENVOLVIMENTO

Ao lermos e analisarmos o referido texto, faremos uma viagem ao mundo de Jorge

Amado, visitando inúmeros de seus cenários e verificando como muitas de suas estratégias autorais – em especial a caracterização da morte – estão representadas em uma única e breve narrativa, além de entendermos as razões de suas obras representarem tão profundamente a cultura brasileira.

O presente trabalho divide-se em duas partes: a primeira discute como é abordado o tema da morte durante o conto em questão, analisando-se teorias da Antropologia e da Sociologia, com base nas pesquisas de Roberto DaMatta e Alexandre Lôbo – estudos que nos indicam que esse é um assunto que varia de sociedade para sociedade. Assim como o nascer, a morte faz parte do processo de vida do ser humano. Portanto, é algo extremamente natural do ponto de vista biológico. Entretanto, o ser humano caracteriza-se também e, principalmente, pelos aspectos simbólicos, ou seja, pelo significado ou pelos valores que ele imprime às coisas. Por isso, o significado da morte varia necessariamente no decorrer da história e entre as diferentes culturas humanas. Por meio do conto *De como o mulato Porciúncula descarregou seu defunto,* foi possível analisar uma questão recorrente na obra de Jorge Amado como um todo: a morte. Para o ser humano, o ato de morrer, além de um acontecimento biológico natural, contém intrinsecamente uma dimensão simbólica, caracterizando-se como um fenômeno impregnado de valores e significados dependentes do contexto sociocultural e histórico em que se manifesta.

Apesar de a palavra “morte” remeter a algo relativamente finito, ao desfecho, ao desenlace, ou à partida, na verdade a ideia pode ainda representar algo muito variável, se compararmos as diferentes sociedades existentes atualmente. Para as comunidades ocidentais modernas, essencialmente individualistas - nas quais o desenvolvimento do capitalismo transformou o corpo humano em um instrumento de produção - adoecer significa deixar de produzir, o que traz a vergonha da inatividade, devendo ser ocultada do mundo social. Assim, a morte passou a ser sinônimo de fracasso, impotência e vergonha. Tenta-se vencê-la a qualquer custo e, quando tal êxito não é atingido, ela é escondida e negada. Por outro lado, hoje, há também sociedades inseridas em contextos relacionais, que valorizam os cultos e rituais relacionados à morte, como uma maneira de manter o defunto sempre por perto, prolongando as relações entre quem já morreu e quem continua vivo. Pode-se dizer, por exemplo, que a sociedade brasileira encaixa-se nessa categoria, pois, em geral, dá grande importância aos ritos de passagem e às lembranças dos mortos.

Dessa forma, a morte teria então diferentes definições e formas de abordagem. No referido conto, observa-se exatamente essa diversidade, já que temos os estereótipos estrangeiro e brasileiro, demonstrando claramente as visões individualista e relacional, respectivamente: o personagem Gringo, estrangeiro, que nitidamente se recusa a falar dos acontecimentos de morte que lhe cercam; e o brasileiro Porciúncula, que narra todas as lembranças e histórias de sua amada e falecida Maria do Véu, numa tentativa de mantê-la presente em sua vida por mais tempo.

A segunda parte do artigo relaciona algumas passagens do conto com as características típicas da literatura de cordel, estilo literário trazido ao Brasil pelos colonos portugueses, sendo rapidamente adaptado à cultura nordestina, assumindo um caráter ao mesmo tempo informativo e crítico da situação do povo sertanejo da época. Nessa subdivisão, será possível visualizar, por meio de trechos da narrativa, a presença da crítica social, de elementos românticos, do sofrimento e do enaltecimento dos heróis – traços essencialmente cordelistas, atualizados por Jorge Amado, num conto do século XX, contudo,

sem alterar a poesia e o encantamento dos séculos XVI e XVII.

Representando e construindo uma identidade brasileira indubitavelmente popular e mestiça, Jorge Amado, desde o início de sua produção romanesca, vem denunciando abusos, criticando as condições de pobreza e exploração especialmente do povo nordestino, desafiando a administração política do país, por meio de seus textos. Em outra época, mais precisamente entre os séculos XVII e XIX, houve um tipo de literatura muito popular no nordeste brasileiro – o cordel – que também visava à crítica, à denúncia, à informação e à conscientização do povo a respeito dos acontecimentos da sociedade. Além disso, o poeta nordestino foi incorporando à literatura de cordel fatos mais próximos do público, ocorridos em seu ambiente social: façanhas de cangaceiros, acontecimentos políticos, catástrofes, milagres e até mesmo a propaganda, com fins religiosos e comerciais. As xilogravuras que ilustram as capas dos folhetos são uma manifestação da criatividade do artista popular, com suas soluções plásticas sintéticas, em que se destaca o traço forte, de rude e bela expressividade.

Até hoje a literatura de cordel é valorizada como expressão poética de alta significação e continua a motivar estudos e pesquisas nas áreas de Antropologia, Folclore, Linguística, Literatura, História, entre outras. Mas seria possível um estilo literário do século XVII ser atualizado no século XX? Foi o que fez o autor baiano, ao escrever o conto *De como o mulato Porciúncula descarregou seu defunto,* em 1959. Unindo suas estratégias autorais aos traços peculiares da literatura cordel, o escritor produz uma narrativa curta e simples, porém romântica e envolvente, que nos faz refletir a respeito da morte, da vida, do amor e das escolhas que fazemos durante nossa jornada. Sem esquecer a crítica social, Jorge Amado consegue nos transportar para um mundo místico, onde os heróis e o amor sempre vencem, assim como acontece também no cordel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *De como o mulato Porciúncula descarregou seu defunto*, Jorge Amado retoma, numa narrativa curta e comovente, muitos traços de seu projeto literário e social, expostos em livros anteriores. Esse texto literário assemelha-se a um conto de fadas para adultos, trazendo características da literatura de cordel, estilo literário muito popular durante os séculos XVII e XIX no nordeste brasileiro. Assim, de forma romântica e simples, o autor baiano atualiza o cordel – meio de comunicação e crítica social. Paralelamente, analisa-se um tema recorrente na obra do autor, e destacado no conto: a morte – assunto de visões variáveis dependendo da sociedade, segundo a Antropologia e a Sociologia, representadas neste trabalho pelas obras de Roberto DaMatta (1997) e Alexandre Lôbo (2009), respectivamente.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **De como o mulato Porciúncula descarregou seu defunto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CURRAN, M. **História do Brasil em cordel.** São Paulo: EDUSP, 1998.

DAMATTA, R. **A casa & a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala.** Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GOLDSTEIN, I. **A construção da identidade nacional nos romances de Jorge Amado.** Disponível em: <http://www.jorgeamado.com.br/professores2/06.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014.

LÔBO, A. **O Brasil de Jorge Amado:** breve mirada sociológica. Rio de Janeiro: Quártica, 2009.

PAES, J. P. **De "Cacau" a "Gabriela":** um percurso pastoral. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1991.

PINHO, O. ***A Bahia no fundamental:*** notas para uma interpretação do discurso ideológico da Baianidade. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 abr. 2014.

DIÁLOGO INTERMIDIÁTICO ENTRE *TEMPOS MODERNOS*, DE CHARLES CHAPLIN, E *O SENTIMENTO DO MUNDO*, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Pós-Graduação
Syonara Fernandes
Uniandrade- Centro Universitário Campos de Andrade
Mestrado em Teoria da Literatura
Orientadira: Dra Brunilda Reichamann

PALAVRAS-CHAVE: Intermidialidade. *Tempos Modernos. Sentimento do Mundo.*

RESUMO

O presente artigo tem como embasamento teorias da intermidialidade. A definição deste pautou-se na identificação da problemática que levou a formulação do seguinte questionamento: existe clareza por parte da sociedade quanto à representação da linguagem poética de uma época que parece existir em relação à linguagem fílmica?

Definidos os objetivos tem-se como abordagem primordial para essa investigação a pesquisa exploratória qualitativa de natureza histórico-estrutural, dialética que é instrumento importante para a procura das causas e consequências da existência de fenômenos, buscando explicar suas gêneses e relações. Diferentemente da perspectiva fenomenológica, a base histórico-estrutural considera também o contexto do fenômeno. Os autores que contextualizarão tal proposta são: Claus Clüver, Marshall McLuhan, Stephan Greenblatt e Irina Rajaweski. Nesta pesquisa, pretende-se, dentre as diversas possibilidades de estudos das relações entre o cinema e a literatura, demostrar o diálogo intermidiático entre *Tempos modernos*, de Charles Spencer Chaplin Jr, nascido em Londres em 16 de abril se 1889. Este filme consagrou sua carreira de cineasta, que tem como foco principal o

registro de seu ponto de vista sobre o estado do mundo e o caminho que deveria ser tomado, buscando atender a expectativa de bilhões de pessoas que acreditavam que ele era um símbolo e *Sentimento do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, nascido em Itabira (Minas Gerais), em 1902. O escritor iniciou na literatura em 1930, tornou se um dos mais importantes poetas brasileiros de todos os tempos e um dos grandes nomes da poesia do século XX, mostrando em seus poemas o dia-a-dia banal de uma sociedade que resiste ao sofrimento humano, em busca da sobrevivência: fugindo da fome, da brutalidade, da solidão, da insegurança.

Por meio desta demonstração pretendemos evidenciar ainda as características marcantes do cotidiano de um homem comum num país qualquer, que deseja uma vida digna. Busca-se apresentar esta caracterização do por meio da leitura de poemas, do filme e das imagens construídas pelo cineasta e criadas pelo poeta no texto. Claus Clüver, em seu texto “Intermidialidade e Estudos Interartes”, nos mostra que a transposição intermidiática é a adaptação de textos para uma mídia diferente, que transfere elementos do texto fonte para o texto alvo nesse processo. Desta forma, narrativas são adaptadas para o palco, dramas para a mídia ópera; a maioria de estudos de cinema começou como investigações da adaptação de fontes literárias para a tela. Aspectos do enredo, personagens, tipo de interdiálogos são incorporados no novo texto, normalmente mudados e transformados. Os métodos e objetivos de estudos têm mudado ao longo das décadas, mas o interesse pelas relações intermidiáticas não diminuiu.

Para Marshall McLuhan (1964), "A tarefa do escritor e do cineasta é a de transpor o leitor e o espectador, respectivamente de seu próprio mundo para um mundo criado pela tipografia e pelo filme" (p. 320). Assim é que "o homem tipográfico adaptou-se logo ao cinema, porque o filme, como o livro, oferece um mundo interior de fantasia e sonho. O espectador de cinema senta-se em solidão psicológica como o leitor de livros: isto não acontecia com o leitor de manuscritos nem acontece com o telespectador" (p. 320).

Outra vertente apresentada da intermidilidade é da de Irina Rajewski (2007), a qual afirma que “que um bom entendimento de uma mídia (…) envolve a compreensão de sua relação com outras mídias: é através da intermidilidade ou da preocupação com o intermidiático, que uma mídia é compreendida” (p. 51).

Outro aspecto desta questão encontra-se relacionado à modernidade e às mudanças propostas. A modernidade não é definida apenas como experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, segundo Stuart Hall (2006, p. 15).

Considera-se ainda as propostas de Stephan Greenblatt (1991), do movimento do Novo Historicismo, que se recusa a entender a história como fenômeno isolado de demais práticas sociais. Ao contrário, interpreta como uma dentre as muitas estruturas que se pode ler o espírito de uma época. Outro denfensor do Método Louis Montrose, que parte do princípio que o movimento procura restaurar a forma de pensar de uma época (p.245).

Com base nestas premissas torna-se possível considerar que a literatura pode se referir ao real. Pois a partir do século XIX, a palavra “literatura” passou a ser empregada para definir uma atividade que, além de incluir os textos poéticos, abrangia todas as expressões escritas, mesmo as científicas e filosóficas (Massaud Moisés, 1988, p.311).

Outro aspecto é a literatura como forma de arte que utiliza a escrita como matéria prima para fazer uma reflexão sobre temas como: traição, poder, amizade, amor, sociedade,

cultura. E que a representação fictícia do mundo, com o propósito de nos levar a refletir sobre algo maior e aplicar aquele conhecimento na realidade é um grande desafio para o homem oferecido pela literatura.

Quando se juntam as considerações sobre literatura na modernidade parece plausível a afirmação de Paulo Freire (1979, p.65), que é importante advertir que a resposta que o homem tem a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente. “Pelo jogo constante destas respostas o homem se transforma no ato mesmo de responder”; no ato mesmo de responder aos desafios que lhe apresenta seu contexto de vida, o homem se cria, se realiza como sujeito, porque esta resposta exige dele reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação… todas essas coisas pelas quais se cria a pessoa e que fazem dela um ser não somente “adaptado” à realidade e aos outros, mas "integrado E, portanto, é esta visão que permite que a análise intermidiática, pretendida por esta investigação, possa vir a ser realizada.

JOÃO E MARIA: UM CONTO DE FADAS E SUAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO NUM PROJETO DE LETRAMENTO EM LÍNGUA INGLESA

Graduação
Tamires Andréia Nardelli; Caroline Bona
FURB- Universidade Regional de Blumenau
Letras
Orientadora: Marta Helena Cúrio de Caetano
tamires.nardelli@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade. Língua inglesa. Conto de fadas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo de aprendizagem de uma língua estrangeira nas séries iniciais, abordando um fator essencial neste processo: a ludicidade nas aulas que gera motivação e aprendizagem significativa.

A aquisição de uma língua estrangeira demanda esforço e dedicação por parte dos envolvidos no processo. Muitos alunos acham a língua inglesa algo de difícil compreensão e frustram-se logo nos primeiros anos do ensino fundamental pois são parte de um sistema tradicional e mecânico que prioriza exercícios gramaticais descontextualizados.

Por meio de um projeto de letramento, porém, é possível criar situações em que a leitura e a escrita são desenvolvidas a partir de textos reais e não de frases soltas e descontextualizadas. Nele, os alunos leem e escrevem com um objetivo e não apenas para atender a metalinguagem. Uma das turmas acompanhadas pelo Subprojeto Interdisciplinar Linguagens do PIBID- FURB é o 4° ano de uma escola do interior de Blumenau, a qual iniciou seus estudos formais na língua inglesa no presente ano. Diante disso, pensou-se em

trabalhar com o gênero conto de fadas pelo fato de fazer parte do universo infantil e despertar a criatividade e imaginação do aluno, uma vez que ele entra em um mundo diferente do dele com bruxas e princesas e pode identificar-se com a história, com os lugares e personagens. Este trabalho tem o objetivo de socializar a experiência do subprojeto nas aulas de língua inglesa apresentando um projeto de letramento focado no conhecido conto de fadas João e Maria e suas diversas possibilidades de aplicação com base nas obras de teóricos como Brown (1994), Ellis (1985), Williams e Burden (1997), Almeida (2002) e Dolz e Schneuwly (2004).

DESENVOLVIMENTO

A aquisição de uma língua estrangeira não é um processo simples e demanda vários fatores. Um dos fatores principais para o sucesso da aprendizagem de uma língua estrangeira é a motivação, sobretudo quando os alunos são crianças das séries iniciais.

Para Brown (1994, p. 34), motivação é "o grau com que você faz escolhas a respeito dos objetivos a perseguir e o esforço que você dedicará nesta busca". Ao sentirem necessidade de explorar o desconhecido, os alunos engajam-se nas atividades propostas e veem um sentido no que estão aprendendo.

As crianças do 4° ano da escola na qual o projeto é desenvolvido têm pouco acesso à cultura da língua-alvo fora do ambiente escolar. Os alunos desta faixa etária, porém, mostram disposição, interesse e curiosidade naturais. Pensando em aliar a língua inglesa à realidade e ao universo das crianças, foi adotada a ideia de usar contos de fada como fio condutor do projeto de letramento. As histórias infantis despertam a imaginação, desenvolvem a criatividade dos alunos uma vez que eles estão em contato com diversos personagens e cenários. Assim, o gênero possibilita a ludicidade e uma aprendizagem prazerosa da língua inglesa. Segundo Lazar (2004 apud Corchs 2006, p. 26) "o uso dos textos literários promove situações onde os alunos, ao participarem expressando seus sentimentos e opiniões, aceleram o processo de aquisição da língua". Numa das primeiras aulas da sequência didática "João e Maria" foi feita a contação da história com o auxílio de cenário e imagens dos personagens e principais objetos que compõem o vocabulário do conto. À medida que a história era contada e os personagens e objetos eram mencionados, estes eram afixados no cenário. A história contada desta maneira faz com que o aluno assimile a imagem ao significado, construindo o conhecimento a partir das próprias descobertas, o que faz com que o aprendido seja cristalizado e o aluno não esqueça facilmente. Para Ellis (1985, p. 129), "a aquisição da língua deriva de esforços colaborativos do aluno e seus interlocutores e envolve uma interação dinâmica entre fatores internos e externos". As diversas linguagens presentes ajudaram os alunos a construírem sentidos de forma que ligassem o que viram ao que ouviram. Depois de ouvirem o conto e perceberem a pronúncia, os alunos foram apresentados à forma escrita das palavras-chave do conto. Na aula posterior, foi proposto aos alunos que viessem a frente e lessem em voz alta para a classe a estória em Português. As palavras destacadas no texto deveriam ser substituídas pelas respectivas em língua inglesa. Com esta atividade, os alunos puderam colocar em prática o que aprenderam, assimilando o novo vocabulário à história em português e, além disso, fizeram uso da habilidade de *speaking* mesmo que não inteiramente na língua-alvo.

Ao se depararem com o desafio, os alunos iniciaram uma caminhada para a autonomia e tiveram que experimentar a língua inglesa numa situação de uso real, no texto. Sobre isto, Williams e Burden (1997, p. 202) afirmam:

> As salas de línguas em particular precisam ser lugares onde os aprendizes são encorajados a usar a nova língua para se comunicarem, para tentarem novas maneiras de expressar significados, para negociarem, para cometer erros sem medo e para aprender a aprender pelos sucessos e falhas. (WILLIAMS E BURDEN, 1997, p. 202).

Em seguida, foi preparada uma aula com foco no *writing* em que o objetivo era que os alunos conseguissem resumir em poucas linhas o conto de forma que escrevessem o resumo mesclando as duas línguas. Neste texto que procurou avaliar o que cada aluno absorveu de vocabulário na língua-alvo, também foi possível diagnosticar problemas e facilidades dos alunos quanto ao gênero resumo.

O letramento em língua inglesa propõe que a aquisição da língua estrangeira acontece quando ela é trabalhada de forma contextualizada e quando desenvolve a competência de usar a escrita e a leitura. Por isso, no projeto procurou enxergar o texto como um todo, e, além de aprender o vocabulário referente ao conto, explorar o vocabulário adicional, que no caso de João e Maria são os alimentos. Com isso, as próximas aulas consistiram em apresentar o vocabulário de doces aos alunos. Além de manter contato com a cultura inglesa e americana conhecendo os doces típicos, os alunos participaram de um jogo de perguntas e respostas em duplas feito todo em língua inglesa. Por meio de jogos a criança começa a se acostumar com regras e está aprendendo sobre cooperação e socialização. Segundo Almeida (2000, p. 22) quando as crianças jogam, brincam e creem que estão fazendo por brincadeira, fazem o que não fariam em ocasião contrária.

O tema alimentos também permitiu que os alunos conhecessem o vocabulário referente aos ingredientes ligando-os aos doces. O trabalho é, assim, realizado a partir de uma sequência didática, que com os módulos permite que uma atividade relacione-se com a outra. Conforme afirmam Dolz e Schneuwly (2004, p. 94): “O caráter modular das atividades não deverá obscurecer o fato de que a ordem dos módulos de uma sequência didática não é aleatória”. Para fixar o vocabulário de ingredientes, foi proposto o “jogo do supermercado” (supermarket’s game) que consistiu em encontrar figuras de embalagens espalhadas pela sala de acordo com a lista que cada grupo recebeu. A equipe vencedora foi a que conseguiu achar mais ingredientes e depois identificá-los e repeti-los na lista. Com este jogo foi possível simular a realidade colocando os alunos numa prática social de leitura da lista e das imagens e num ambiente contextualizado. Para Almeida (2000, p. 23), a criança que é animada mediante estímulos de jogos fortalece sua capacidade e criatividade produtiva. Quando as crianças jogam ou acreditam que estão fazendo algo por brincadeira elas envolvem-se e fazem o que não fariam se estivessem numa situação de aula tradicional. A próxima ação foi levar uma receita culinária para a sala de aula que unisse o vocabulário aprendido referente à alimentação até o momento: doces e ingredientes. A receita escolhida foi a de *cupcake* de chocolate. A apresentação do gênero receita foi feita juntamente com a proposta de usar dicionários Português-Inglês para acharem as palavras que não sabiam. No final da aula a receita foi lida e traduzida oralmente e assim os alunos puderam perceber o que acertaram. O projeto de letramento ainda está em andamento e prevê ações futuras na sequência

didática como a preparação de uma salada de frutas e a elaboração de um e-book de receitas culinárias como produto final. O conto João e Maria mostrou várias possibilidades de práticas de letramento e a ludicidade despertada pelo conto tomou forma em atividades que misturam brincadeira e competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este projeto pôde-se constatar que o uso da língua inglesa em sala de aula aumentou e as crianças habituaram-se e atenderam às funções comunicativas. No início, quando se fazia uma pergunta em Inglês elas estranhavam e era preciso dar dicas, fazer mímicas para responderem.

O ensino com imagens para aprendizagem do vocabulário também mostrou ser eficaz pois as crianças ao terem uma figura representativa ao invés da tradução passam a pensar sobre o significado e constroem seus próprios sentidos. Nas demais situações como interação nos jogos também foi priorizada a construção dos sentidos pelos alunos ao invés de dar a tradução.

O frequente trabalho em duplas e grupos facilitou a aprendizagem da língua estrangeira pelos alunos pois a interação entre eles permite a discussão, a colaboração e a competição, assim eles passam a aprender uns com os outros. O trabalho que teve como objetivo levantar a questão da importância da ludicidade em ensino para crianças constatou que é muito eficaz o uso de brincadeiras e jogos. A interação lúdica com o meio e com os colegas faz com que o aluno expresse seus sentimentos e desenvolva-se não somente como falante competente de uma língua mas que desenvolva-se como sujeito na sociedade e sinta-se parte dela.

A execução da sequência didática baseada no conto de fadas “João e Maria” ainda abriu possibilidades para futuros trabalhos interdisciplinares como o estudo dos alimentos saudáveis e não-saudáveis em parceria com a professora de classe do 4° ano e a referência às questões éticas e morais juntamente com a professora de Ensino Religioso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 2000.

BROWN, H. D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. San Francisco: Prentice Hall Regents, 1994.

CORCHS, M. **O uso de textos literários no ensino de língua inglesa**. 2006. 97 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: www.uece.br/posla/dmdocuments/MargaretCorchs.pdf. Acesso: 22/09/2014

ELLIS, R. **Understanding second language acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

WILLIAMS, M.; BURDEN, R. L. **Psychology for language teachers: a social constructivist approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997

O USO DA EMOÇÃO NA ELEIÇÃO – ANÁLISE DA CORRIDA ELEITORIAL DAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS DE 2014

Pós-Graduação
Bárbara Feliciano Scarelli
UNINTER- Centro Universitário Internacional UNINTER
MBA Marketing Político e Organização de Campanha Eleitoral
ba_scarelli@hotmail.com

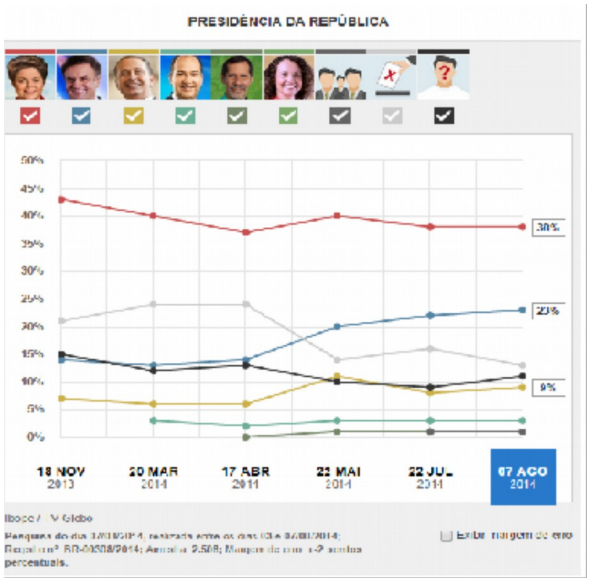
PALAVRAS-CHAVE: Marketing. Política. Eleições 2014. Emoção. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O dia 30/06/2014, foi decidido como data final para a realização de Convenção e escolha dos candidatos (Lei nº 9.504/97, art 8º, caput). O Partido dos Trabalhadores (PT), indica à presidência a atual presidente Dilma Roussef. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apresenta como candidato o ex senador e ex governador de Minas Gerais, Aécio Neves. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), apresenta como candidato o ex-governador de Pernambuco e presidente do Partido Socialista Brasileiro, Eduardo Campos. Serão analisados neste trabalho somente os três principais candidatos, de forma cronológica, argumentadas com pesquisas e analisando o desenrolar da campanha e o uso da emoção pra decisão do voto baseando-se na psicologia das emoções.

DESENVOLVIMENTO

Em 07/08/2014, o Instituto Ibope divulgou a pesquisa de intenção de voto em que a candidata do PT, tinha 38% das intenções de voto, o candidato do PSDB, 23%, o candidato do PSB, 9%, os indecisos contabilizam 11%.



11/08/2014 começa o ciclo de entrevistas ao telejornal Jornal Nacional, na Rede Globo, o primeiro entrevistado foi o candidato Aécio Neves.

Em 12/08/2014, o candidato Eduardo Campos, participa do ciclo de entrevistas do JN, o candidato finaliza a entrevista com a frase: Não vamos desistir do Brasil (informação verbal).

Já em 13/08/2014, aos 49 anos o candidato à presidência pelo PSB, morre após o jato particular em que viajava cair em um bairro residencial de Santos, no litoral paulista. A morte de um presidenciável nunca havia acontecido antes na história do país. O fato gera instabilidade na disputa eleitoral.

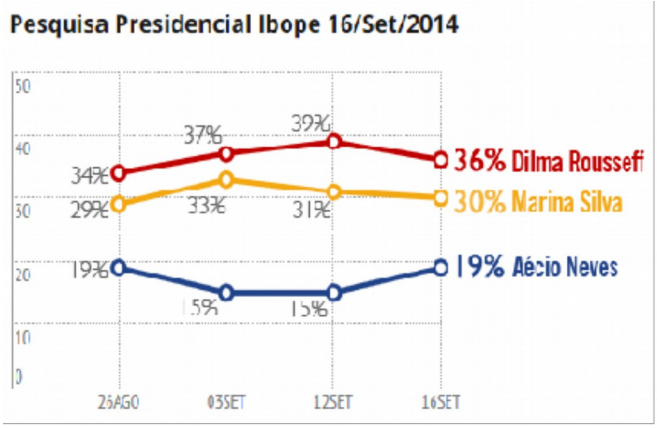
> Sousa (2014 citado por COSTA,2014) afirma que: na visão de cientistas políticos, o eventual ingresso na corrida presidenciável da ex-senadora Marina Silva, candidata a vice na Chapa de Campos, pode atrair parte do eleitorado que ainda não decidiu em que votar.

Braga, professora do curso de Ciência Política da Universidade de São Carlos, (COSTA, et al. 2014), “avalia que a eleição presidenciável deve ficar 'muito mais acirrada' se Mariana for oficializada como candidata da coligação liderada pelo PSB. Ela afirma que a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente pode ameaçar, principalmente, a candidatura do Aécio. […] O emocional é muito forte no Brasil”.

Ricardo Antunes, (2014, citado por COSTA,2014), engrossa o discurso. “A possibilidade de Marina assumir a candidatura à Presidência juntaria sua força eleitoral mais o sentimento de tristeza criado com a perda de uma liderança em crescimento”.

No dia 20/08/2014, o Partido Socialista Brasileiro apresenta Marina Silva como candidata à Presidência, pelo partido usando a frase de Campos no JN como *slogan* da campanha.

Em 15/09/2014, o Instituto Vox Populi divulgou pesquisa com o nome da Marina Silva sendo candidata oficial do PSB. A pesquisa foi encomendada pela Rede Record. Dilma Roussef continua em primeiro lugar, mas agora é seguida por Marina Silva:



Como o eleitor escolhe seu voto? Diversos autores afirmam que a escolha do voto é feita por meio da emoção. “A capacidade dos neurônios de se conectar em redes que podem ser ativadas por contiguidade semântica faz com que as palavras escolhidas tenham o dom de comunicar sentimentos”. (MANHANELLI). Sendo assim palavras como “pânico” fazem com o que sensações ruins sejam acionadas e uma palavra como “liberdade” libera pensamentos positivos.

> Experimentos de Westen (2010, apud SCHWARTSMANDA,2014) mostraram que a ativação dessas redes, embora inconsciente, influencia fortemente as nossas decisões. Assim, os embates políticos não se resolvem tanto no plano das propostas, mas principalmente das narrativas que partidos postulantes escolhem para contar suas histórias e transmitir seus valores.

Além disso, cada esfera social deve ser considerada para a formatação de um discurso de campanha. No que se refere a motivação do voto, forças emocionais e racionais entram em operação.

As margens sociais tendem a escolher candidatos sob a influência da emoção […]. A carência de serviços fundamentais, em regiões carentes ou em situação de catástrofe, dá a sustentação a um discurso emotivo (Folha de São Paulo,2014).

Em Recife, Pernambuco, cidade de Campos, fotos com sua data de nascimento e de morte e a frase “Não vamos desistir do Brasil”, passaram a ser vendidas como *souvenir.*

Algumas pessoas decidem rapidamente ao comprar produtos, decisões rápidas são tomadas inconscientemente, a comunicação influenciável tem de chegar ao nível inconsciente para obter êxito. “O marketing de maior sucesso normalmente atua a um nível emocional” (BREDER apud Greenshields,2007).

Conclui-se que o marketing político é o objeto de estudo da Ciência Política que evidencia, geralmente, relações assimétricas de poder entre competidores e eleitores (...) e busca interferir na tomada de decisão do eleitor (OLIVEIRA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem emoção ninguém ganha eleição, sem emoções somos incapazes de decidir. É por meio dela que as pessoas tomam decisões, compram ou agem e por isso tem papel fundamental nas estratégias de marketing. Eleitores sentem emoções quando recepcionam as mensagens dos candidatos, as emoções transformam-se em sentimentos, e os sentimentos, empatias ou não, em votos.

O uso da comoção pela morte, gerou muitos votos para a candidata Marina Silva, porém perdendo-se em seu discurso como a candidata faz ultimamente está mudando o cenário. Ela vem perdendo votos, pois o sentimento passado agora é o de insegurança, esse sentimento tem sido usado como estratégia de ataque à candidata. Assim como um belo e alto edifício sem um bom alicerce.

O determinante "emoção" incide sobre o eleitor em variados momentos, mas não necessariamente de modo concomitante.

Os eleitores fazem escolhas diante da necessidade de tomar uma decisão, sendo assim o eleitor faz sua decisão diante da incerteza quanto à consequência de sua escolha.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. São Paulo: Record, 2008.

CARTA CAPITAL.**PSB oficializa Marina como candidata à Presidência. Política, Eleições 2014**, 20.ago.2014. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/psb-oficializa-marina-silva-como-candidata-a-presidencia-no-lugar-de-campo-6577.html. Acesso em: 16.set.2014

CARVALHO, Daniel. **Conheça o 'mercado da adoração' a Eduardo Campos no centro do Recife.** Recife, 02.set.2014, Blog da Folha. Disponível em: http://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/09/02/foto-de-eduardo-campos-vira-souvenir-no-comercio-do-centro-do-recife/. Acesso: em 17.set.2014.

COSTA,Fabiano.et al. **Morte de Campos deve tornar instável corrida presidencial avaliam analistas**.PortalG1, Brasília, 13.ago.2014. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/morte-de-campos-deve-tornar-instavel-corrida-presidencial-avaliam-analistas.html. Acesso em: 17.set.2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Margens sociais tendem a votar pela emoção, diz marqueteiro.** Livraria da Folha. 21.ago.2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/08/1503775-margens-sociais-tendem-a-votar-pela-emocao-diz-marqueteiro.shtml. Acesso em: 16.set.2014.

GREENSHIELDS, Robert, **O Inconsciente Segredo do Marketing das Emoções**, 2007. http://www.callmunity.com/artigos/2007/10/710279.htm. Acesso em: 16.set.2014.

IBOPE. **Intenções de voto.** São Paulo, 07.08.2014.Disponível em: http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/08/07/ibope-dilma-tem-38-aecio-23-e-campos-9-das-intencoes-de-voto.htm. Acesso em: 16.set.2014.

LWS BRASIL. **Porque a emoção é tão crucial no seu marketing de conteúdo?** Adaptado do original Why Emotion Based Writing is Crucial to your business goals, Fique por Dentro, Marketing & Emoção. Disponível em: http://lwsbrasil.com.br/marketing-emocao. Acesso em: 16.set.2014.

OLIVEIRA, Adriano. **O marketing político como objeto de estudo da Ciência Política: teoria, conceito e instrumentos**. 2012. Anais do V Congresso da Compolítica, 2013 Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-09-Propaganda-e-Marketing-Pol%C3%Adtico-Adriano-Oliveira.pdf. Acesso em 23.set.2014.

PIMENTEL JÚNIOR, Jairo Tadeu Pires. **Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006.** 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHWARTSMANDA, Helio. **Ciência explica por que, no voto, emoção pesa mais que razão.** 24.mai.2010. Disponível em: http://marketingpolitico-manhanelli.blogspot.com.br/2010/05/ciencia-explica-por-que-no-voto-emocao.html Acesso em: 22.set.2014.

TORQUATTO, Gaudencio; **Novo Manual de Marketing Político**, (livro) Editora Summus. 2014.

VOX POPULI. **Pesquisa Eleitoral para Presidente.** Intenções de voto para presidente Vox Popoli. 16.set.2014 Disponível em: http://www.eleicoes2014.com.br/pesquisa-eleitoral-para-presidente/ Acesso em: 16.set.2014.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE RACIONALISTA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Graduação
Sândalo Monte Serrat Bindo; Cássia Scarinci; Rodrigo Miscchiatti Monteiro
Relações Internacionais Grupo de Pesquisa em Política Externa Brasileira
Orientador: André Francisco Matsuno da Frota

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa. Governo Lula. Grocianismo. Escola Inglesa.

INTRODUÇÃO

Qual é a relação existente entre os interesses e os valores da política externa brasileira, em geral, e no governo Lula, em particular? Pode-se afirmar que a atuação do Itamaraty segue pressupostos realistas ou idealistas na sua interação com o mecanismo de segurança coletiva das nações unidas, representado pelo Conselho de Segurança da ONU - CSNU?

O objetivo deste trabalho consiste em demonstrar a relação entre a atuação diplomática brasileira na área da segurança internacional e o racionalismo ou "grocianismo", vertente teórica da Escola Inglesa de Relações Internacionais, por meio da análise de discursos, votos e de participação em operações de paz.

Parte-se do pressuposto de que a política externa brasileira (PEB), na gestão Lula, combina posturas tradicionais do Itamaraty, de forte inspiração grociana (Lafer, 2009), com o desejo de maior inserção internacional do Brasil.

Este trabalho é parte[18] de uma pesquisa iniciada por Frota(2013), que tem por objetivo analisar a inserção do Brasil no CSNU desde a criação do órgão. A parte apresentada, contudo, representa um fragmento da análise que consistiu numa análise quantitativa dos seguintes itens: i) discursos do Brasil no CSNU, durante as gestões de 2004-5 e de 2010; ii) votos do Brasil, no mesmo período; iii) envio de tropas brasileiras para missões de paz (2001-2010). A metodologia quantitativa teve por objetivo submeter a prova, à hipótese sinalizada por Lafer (2009), na qual o Brasil possui constantes grocianas de atuação multilateral. Os dados contribuem para identificar a relação entre os interesses e os valores da PEB, no que diz respeito à segurança multilateral extra hemisférica.

Resultados:

i) Análise de conteúdo quantitativo dos discursos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

A análise de conteúdo quantitativa[19] foi resumida na tabela de número 1. Os conceitos selecionados para contagem seguiram o critério de maior frequência de aparição

[18] Este artigo contempla somente a análise dos dados sobre os discursos e os votos, bem como a participação do Brasil no envio de tropas para missões de paz do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas no período em que esteve com o assento de membro não permanente durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2005 e 2010). A parte inicial da pesquisa consistiu em analisar os fundamentos teóricos do tema. Devido ao espaço destinado a este artigo o projeto foi desmembrado em duas apresentações.

[19] A análise de conteúdo difere da análise documental. Esta é feita por um tratamento do material primário de modo a reapresentá-lo sem qualquer alteração ou interpretação. Já na análise de conteúdo, é adotado o procedimento da inferência para extrair conclusões que vão além do texto.

(BARDIN, 2009) Os conceitos identificados foram: comunidade internacional, diplomacia, direito, organizações regionais, paz e desenvolvimento e paz e democracia.

Ano	TOTAL DE DISCURSOS	COMUNIDADE INTERNACIONAL	DIPLO-MACIA	DIREITO	ORGANIZA-ÇÕES REGIONAIS	PAZ E DESENVOL-VIMENTO	PAZ E DEMOCRA-CIA
2004	29	39	1	31	13	2	1
2005	38	48	5	32	10	32	16
2010	19	17	4	4	10	12	11
Total	86	104	10	67	33	46	28
Média	29	35	3	22	11	15	9

Tabela 1 – Frequência de conceitos usados pelos discursos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

A princípio, os discursos da representação brasileira no Conselho de Segurança, nos anos de 2004, 2005 e 2010, foram condizentes com interesses e valores do governo Lula e, ao mesmo tempo, preservaram posturas tradicionais do Itamaraty. Assim, percebe-se a ênfase dada à importância da promoção do desenvolvimento econômico e social como condição essencial para a promoção da paz, característica da política externa de Lula de acordo com Almeida (2004), bem como o respeito ao Direito como regulador das relações entre os Estados no cenário internacional. Contudo, nos discursos analisados, notou-se que o conceito de "comunidade internacional", dentre os conceitos destacados na tabela 1, aparece com mais frequência, ou seja, a "*international community*" é mencionada 104 vezes nos 86 discursos analisados, seguida pelo Direito ou "*the rule of law*", mencionado 67 vezes nos mesmos discursos.

A relevância desta observação consiste no fato de que a Escola Inglesa de Relações Internacionais pauta-se na ideia de que existe uma "comunidade internacional", e não apenas um sistema internacional, e que a importância dada ao Direito nas relações internacionais é um traço característico da teoria racionalista. Os discursos analisados, portanto, representam a conexão estabelecida entre o interesse nacional pelo desenvolvimento e os valores estruturais de política externa, somados, de acordo com Almeida (2004), a valores do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores.

ii) Votos do Brasil no CSNU (2004-5 e 2010)

Analisou-se também, como exposto na tabela 2, quantas vezes o Brasil se absteve nas votações do Conselho de Segurança, nos anos de 2004,2005 e 2010:

Ano/abstenções	China	Rússia	Brasil	França	EUA	Grã-Bretanha

Tabela 2 – Votos do P-5 e Brasil no CSNU nos anos de 2004-5 e 2010.

Nota-se que o Brasil adota uma postura abstencionista em apenas 2,66% das votações verificadas[20]. Em outras palavras, em mais de 90% dos votos a Política Externa Brasileira coloca-se favoravelmente aos interesses e valores da comunidade internacional, no referente à segurança internacional.

iii) Participação brasileira em operações de paz (2001-2010)

Abaixo está uma tabela a respeito da participação brasileira em operações de paz, entre os anos de 2001 e 2010. Montada com base em informações contidas no site da ONU referentes a "*peace keeping operations*", a tabela apresenta uma média da quantidade de pessoal fornecido anualmente pelo Brasil na década de 2000.

Pessoal cedido à ONU pelo Brasil em operações de paz (2001-2010)				
Ano	**Tropas**	**Policiais**	**Especialistas Militares**	**Total (média)**
2001	74	9	13	96
2002	77	11	15	102
2003	62	6	13	80
2004	823	9	11	842
2005	1264	10	13	1288
2006	1220	10	30	1260
2007	1221	15	45	1280
2008	1233	13	47	1294
2009	1288	12	46	1345
2010	1874	15	46	2112

Tabela 3 – Participação em operações de paz (2001-2010)

É possível analisar que a partir de 2004, ano em que o Brasil assume assento não permanente no CSNU, e decorrido um ano do início do governo Lula, a quantidade de tropas

[20] Uma análise qualitativa a respeito dos votos em questão ainda está em andamento e será abordada em pesquisas futuras, para as quais serão realizados artigos de conjuntura com a análise das abstenções.

fornecidas à ONU pelo Brasil em operações de paz aumenta em mais de 100% em relação ao ano anterior. Como hipótese explicativa, se supõe que o aumento do número de tropas em 2010, que cresceu consideravelmente em relação ao período entre 2004 e 2009, tenha decorrido do reforço do contingente brasileiro no Haiti, em decorrência do terremoto que arrasou o país em janeiro do mesmo ano.

Levando em consideração a participação geral do Brasil em operações de paz, em relação à 2002 e à 2003, percebe-se que o engajamento do Brasil durante o governo Lula, cujo maior impulso foi a participação militar na força de estabilização do Haiti (MINUSTAH), correspondeu ao interesse do governo e do Itamaraty em demonstrar e combinar capacidade de ação internacional com os valores de política externa brasileira, como a defesa do multilateralismo. Por meio da interpretação racionalista, entende-se que não existe contradição na postura brasileira ao combinar valores estruturais e conjunturais com os interesses de maior projeção de poder internacional, representado pelo comando da MINUSTAH. Essa combinação é justamente a característica da interpretação grociana. Em outras palavras, o aumento da participação brasileira em operações de paz é reflexo da atuação que visa atender aos interesses nacionais sem contradizer-se aos valores da política externa. Conclui-se que é possível identificar um ponto de equilíbrio entre traços realistas e traços idealistas na inserção do Brasil no CSNU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Externa Brasileira no governo Lula, apresentou três características de um perfil grociano de atuação. A primeira, como pudemos observar nos discursos, foi visível, quando o termo “Comunidade Internacional” fora empregado como conceito de maior frequência enunciado. A segunda característica, que também nos leva a percepção de um posicionamento grociano, é a partir da análise das votações no CSNU, no qual o Brasil geralmente vota conjuntamente aos demais, deixando claro sua aceitação aos interesses e aos valores assumidos pela comunidade internacional, materializados nas resoluções. A última característica, exposta na presente pesquisa, é em relação as participações do Brasil nas operações de paz, às quais deixam ainda mais nítido o caráter racionalista da política externa brasileira, na medida em que, ao assumir o comando da MINUSTAH, e se projetar internacionalmente, não se criam contradições em relação aos valores estruturais da PEB, ainda que enfatizados pelos interesses conjunturais do governo Lula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (1): 162-184 [2004]

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. **Rev. Bras. Polít. Int**. Vol. 20 Nº 3 Dez/Jan/Fev [2011/12]

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Brazil’s Rise on the International Scene: Brazil and the World. **Rev. Bras. Polít. Int.** 53 (special edition): 7-32 [2010]

FROTA, André F. M. da. **O Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas nos anos 1990: uma interpretação racionalista.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba [2013].

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. ed. 2. São Paulo: Perspectiva. [2009].

LIMA, Mª Regina Soares de. Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira. Plataforma democrática, working paper nº3, Julho. [2010]

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. **Relações Internacionais** 37 Março : pp. 063-078 [2013]

WIGHT, Martin. **An anathomy of international thought**. Review of International Studies, v. 13, n. 3, p. 221-227, Cambridge University. [1987].

WIGHT, Martin. **International theory: the three traditions**. WIGHT, Gabriele;

PORTER, Brian (Eds.). London: Leicester University. [1991].

Sites consultados:
http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2004
http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2005
http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2010
http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml

AS CANDIDATURAS FEMININAS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ NAS ELEIÇÕES DE 2014

Graduação
Mauro Antonio Ferreira Santos Filho; Giovanne Zampieri; Diego Grochoski
Centro Universitário Internacional de Curitiba – UNINTER.
Ciência Política
Orientador**:** Luiz Domingos Costa
dihhhmi@gmail.com; giovanne.zampieri@gmail.com; diego10grochoski@gmail.com

PALAVRAS- CHAVE: Mulheres. Eleições. Política. Paraná

Historicamente a participação da mulher no mundo político sempre foi muito restrita, durante muito tempo as mulheres não puderam votar nem ser candidatas a nada. As mulheres do campo não podiam ser sindicalizadas, tiveram de lutar muito para conseguir este direito (CAMURÇA, 2008). Conforme Ferreira (2012), as mulheres representam hoje mais da metade da população do Brasil (51,03%) e também mais de metade do eleitorado brasileiro (51,9%). No entanto, nos espaços públicos as mulheres são minoria (FERREIRA, 2012 p. 08,). Na literatura internacional, a respeito do impacto do sexo sobre a representação política, uma das constatações é de que as mulheres são sub-representadas em todas as instâncias sequenciais de uma candidatura bem-sucedida (SPECK E SACCHET, 2012.p, 167).

O processo de disputa política sofre influência por variáveis externas ao processo eleitoral. A inserção das mulheres na estrutura socioeconômica e ocupacional é particularmente importante para identificar sua condição de entrada na política. Estudos constatam que a distribuição desigual de recursos financeiros e de tempo dentro da família dificulta o engajamento político das mulheres, que, além disso, seriam também educadas para uma vida menos autônoma e distante da cultura da ambição necessária para entrar na disputa política. (SPECK E SACCHET, 2012). No patriarcado, o único poder permitido às mulheres é no espaço doméstico.

De acordo com a teoria política feminista, o ponto de partida para a compreensão da situação da mulher deve incidir sobre o conceito de “divisão sexual do trabalho”, na qual as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas e pela busca de uma posição no mercado gerando assim uma jornada dupla de trabalho, fato esse que não é percebido como problema social, tão pouco há políticas públicas para combater esta situação.

No Legislativo do Paraná quanto nos diversos ramos de atividades profissionais existe um percentual muito baixo de atuação do gênero feminino. O Censo Demográfico e Estatístico mostra através de dados coletados que no Estado do Paraná tinha 37,8% da população economicamente ativa formada por mulheres. Entre os anos (1947-2006) dos 420

deputados que passaram pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) apenas 9 (2,1%) eram mulheres.

Os dados mostram que, no Estado do Paraná, a inclusão das mulheres na elite política atinge patamares bem baixos dos que encontramos para o resto do continente e do país. A participação das mulheres na elite parlamentar do Paraná é historicamente muito baixa. Nas últimas três legislaturas, porém aumentou o número de mulheres eleitas como o número de mulheres que se lançaram como candidatas a uma vaga na ALEP. No entanto, mesmo que o percentual de mulheres eleitas fosse idêntico ao percentual de candidatas, caberia perguntar por que tão poucas mulheres se apresentam como postulantes ao posto de deputado estadual. (Perissinoto, Costa, Tribess, 2009).

Para a caracterização do lugar dos candidatos na estratificação socioeconômica da sociedade, os itens bens, instrução e ocupação são fundamentais, pois representam fatores centrais que geram desigualdade na disputa eleitoral. Estas características podem tanto ter influenciado a decisão dos próprios candidatos a concorrerem a uma vaga na lista do partido como ter contribuído para que eles sejam selecionados pelos partidos. Estudos nacionais comprovaram a relação entre capital social, capital político e sucesso nas urnas (SPECK E SACCHET, 2012).

Recentemente, há uma profusão de estudos do gênero e política. É possível contar com trabalhos que apontam para os filtros e obstáculos enfrentados pelas mulheres para a conquista de um mandato parlamentar. Entretanto, esses trabalhos têm se concentrado sobre as eleições para a Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. No que se refere às Assembléias Legislativas estaduais, as contribuições ainda são incipientes e, no limite, fazem um apanhado agregado sobre todas as unidades federativas, de modo que não contamos com estudos de caso sobre casos específicos. No que se refere ao estado do Paraná, é flagrante a ausência de pesquisas que se debrucem sobre o desempenho das candidaturas femininas à deputação estadual.

Neste trabalho buscaremos apresentar este índice, e verificar se os partidos estão respeitando a quantidade mínima das mulheres para disputar esse cargo, imposto pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no qual os partidos devem cumprir a lei de ter no mínimo 30% de mulheres para eleições proporcionais.

De fato a lei incentivou. O número de mulheres em disputa por algum cargo nas eleições gerais deste ano é 46,5% maior que no ultimo pleito, em 2010. São 7.437 candidatas no Brasil, 29,8% dos 24,9 mil candidatos que concorrem a 1709 vagas. Porém o problema é que a participação não se refere na efetivação dos cargos públicos.

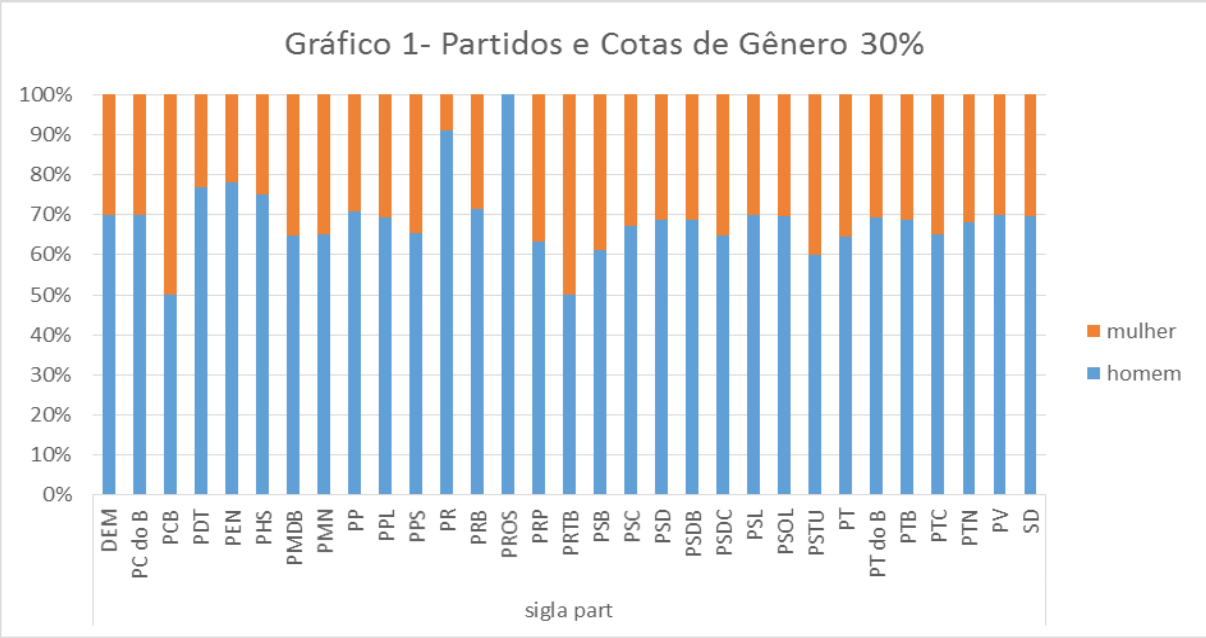
Uma explicação para a baixa representatividade feminina está dentro dos partidos. Segundo a socióloga, ex-vereadora e secretaria de estado por duas vezes Zuleika Lenzi, “as mulheres são procuradas pelos partidos apenas no período eleitoral e só para preencher a cota”.

A justiça eleitoral esta mais rígida, nestas eleições, no que se refere a cota de 30% de mulheres. Isso porque o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, quer punições aos partidos que não cumprirem com a lei. Ele tem reclamado das “candidatas-laranja” e alerta que haverá mais fiscalização. Defende que os partidos devem se atentar na qualidade das candidatas e não somente preencher as vagas.

Apesar de ainda existirem as laranjas, não é culpa dos partidos, porque é difícil conseguir que a mulher ingresse por livre e espontânea vontade na política. Ainda há

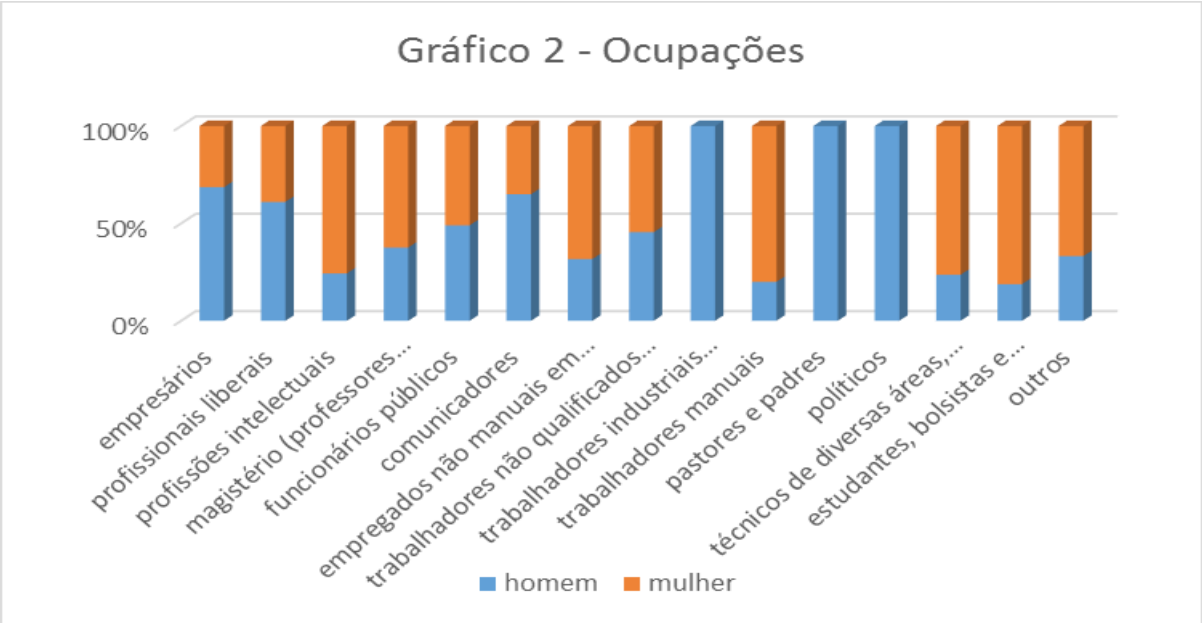
dificuldade das mulheres em largar a vida cotidiana para pensar em política, em fazer a diferença.

No gráfico a baixo é possível observar que alguns partidos descumprem a regra das cotas de 30 % reservada a candidatas mulheres no caso: PDT, PEN, PHS, PR, PROS, PRB e PP.



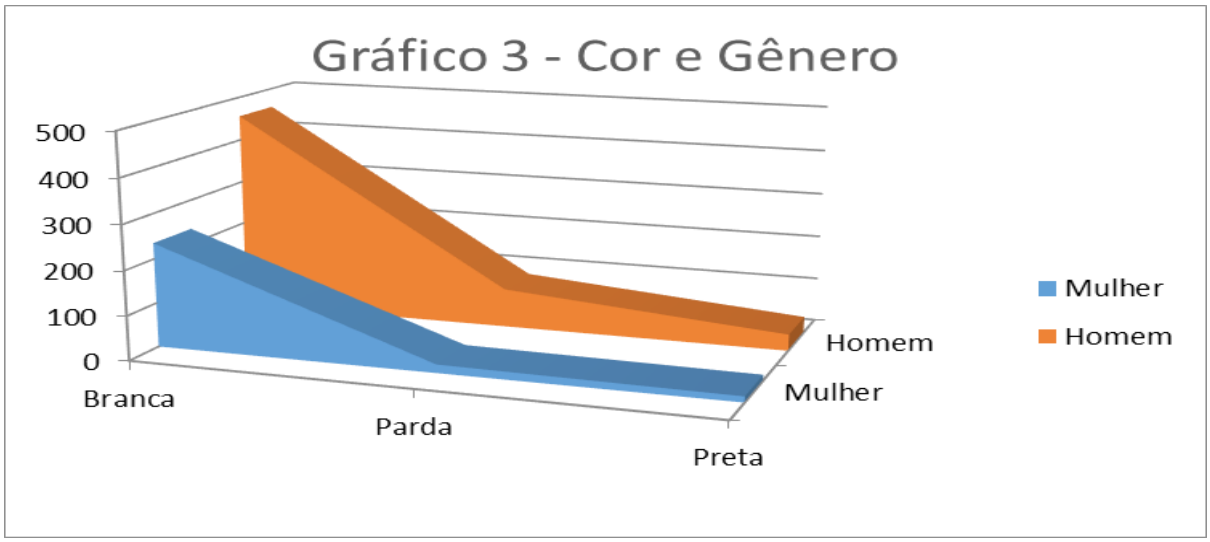
Fonte: NEP = Núcleo de Estudo sobre Elites Políticas UNINTER

Os motivos podem ser a dificuldade de encontrar candidatas, no gráfico 2 podemos ver que as ocupações de maior prestigio são ocupadas por homens, “a ocupação é o que, de certa forma, cristaliza a posição socioeconômica do candidato no momento da candidatura” (SPECK E SACCHET, 2012, p.170). E o extrato social é decisivo para eleger o candidato.



Fonte: NEP = Núcleo de Estudo sobre Elites Políticas UNINTER

Desse modo, pode-se entender que as mulheres candidatas representam um universo social que está em franca desvantagem para a disputa eleitoral. Essa constatação converge com os trabalhos que apontam que, dentre os obstáculos para o aumento da representação feminina na política, as desigualdades sociais prévias à política figuram como determinantes. O sistema político acaba reproduzindo as desigualdades estruturais entre os sexos. Podemos levar em consideração a cor dos candidatos como um fator de analise em campanhas eleitorais como mostra o gráfico a baixo.



Fonte: NEP = Núcleo de Estudo sobre Elites Políticas UNINTER

De fato, a participação da mulher na disputa é minoria, o mais importante desse gráfico é que, comparadas com os homens, há menores chances de mulheres pardas e pretas se candidatarem. Melhor dizendo, se os pardos e negros se candidatam menos, mulheres pardas ou negras tem menor incidência entre os contingentes de candidatos. Outra questão é que somente a mulher branca possui mais candidatas do que somando os dois gêneros das raças parda e preta.

REFERÊNCIAS:

ALVES, D. Et Al. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 In: _____. ; **Mulheres Nas Eleições 2010**, 2012.P. 67-205.

CAMURÇA, S. O Feminismo e a Situação das Mulheres na Política In: _____. ; **Agenda Política: Construir a voz das mulheres no contexto eleitoral**, 2008.P. 03-08.

FERREIRA, B. **Guia Feminista Para as Eleições 2012**. Ciemea, 2012. 46p.

PERISSINOTO, R. Et Al. **Origem dos Parlamentares paranaenses (1995-2006): Alguns achados e algumas questões de pesquisa**. Artigo 2009, p. 280-313.

PARTIDOS POLÍTICOS E A INTERNET: OS WEBSITES PARTIDÁRIOS E O ELEITORADO JOVEM PARANAENSE NAS ELEIÇÕES DE 2014

Graduação
Fabrícia Almeida Vieira
Centro Universitário Internacional de Curitiba – UNINTER.
Ciência Política
Orientador: Doacir Gonçalves de Quadros.
fa.almeida2010@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: *Websites*. Partidos Políticos. Eleições. *Internet*.

O objetivo neste resumo é expor uma análise sobre o uso que alguns dos partidos políticos no Paraná fazem dos seus websites partidários para mobilizar e interagir com os eleitores jovens em um ano eleitoral.

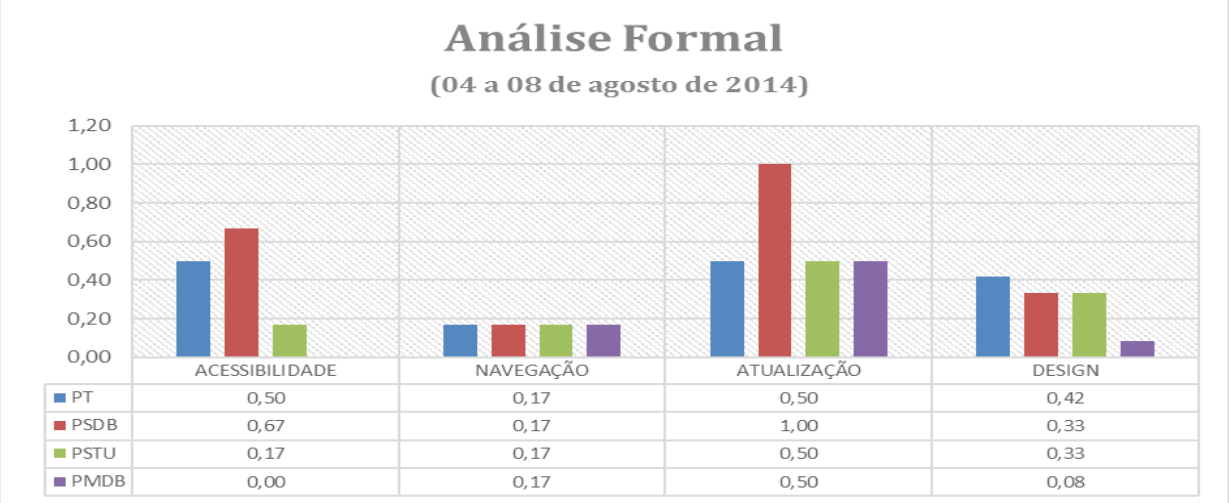
A internet se mostra como um dos principais meios de comunicação que o cidadão brasileiro e os partidos políticos podem utilizar para interagirem e se aproximarem mutuamente em momentos pré-eleitorais e eleitorais (PENTEADO, SANTOS e ARAÚJO, 2007). De acordo com o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC) o acesso à internet no Brasil está concentrado, sobretudo nas áreas urbanas com 44% contra 10% nas áreas rurais. No geral 40% da população brasileira possuem conexão à internet, enquanto 60% da população não possuem acesso a esta tecnologia. Como reflexo desta presença da internet no Brasil nos últimos anos nota-se um avanço quantitativo e qualitativo de pesquisas nas áreas da Comunicação Social e da Ciência Política que buscam verificar o uso que os partidos políticos fazem da internet para mobilizar e interagir com eleitor. Significativa parte destas pesquisas envolve como objeto de estudos algumas ferramentas que compõem a internet, tais como o *Website*, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Blog*. Entre as principais preocupações que norteiam estes estudos estão: i) saber como os partidos políticos se utilizam dos recursos de interação e de comunicação que a internet oferece; ii) identificar o público alvo que os partidos políticos procuram atingir; iii) comparar o uso da internet pelos diferentes partidos políticos. Em comum às pesquisas sobre partidos políticos e a internet como instrumento de mobilização eleitoral tem constatado a adaptação dos partidos políticos ao ambiente midiático - eleitoral oferecido pela internet (IASUALAITIS, 2007; FILHA e MAYER, 2013; CERVI e MASSUCHIN, 2011).

É em torno deste contexto midiático eleitoral criado pela internet que se encontra à questão que norteia o desenvolvimento deste resumo. É saber como os partidos PT, PSDB, PMDB e PSTU utilizam seus respectivos websites partidários estaduais para interagir e

mobilizar os eleitores jovens paranaenses em um ano eleitoral. A hipótese que será testada sugere que os partidos políticos paranaenses investigados recorrem ao uso do potencial dos seus respectivos websites durante o período eleitoral para informar, interagir e mobilizar o internauta/jovem. Isso porque os eleitores jovens utilizam mais a internet para se informar, comparado aos outros meios de comunicação – jornal, televisão e rádio.

O método utilizado para a coleta dos dados nos websites partidários consiste no modelo elaborado por Iasulaitis (2007) que se baseia a partir de duas categorias de análise: a análise formal e a análise funcional. A análise formal servirá aos propósitos desta pesquisa para identificar a acessibilidade dos websites, a qualidade do design, à facilidade para a navegação e a atualização das páginas. Pela análise funcional é possível identificar qual o grau de participação, interação, mobilização e de informação oferecido pelos websites partidários nos períodos em que foram investigados.

A análise formal permite verificar o quanto às informações são acessíveis aos internautas, se as opções de busca funcionam bem e se as informações são atualizadas diariamente. E, pelo design do *website* é possível identificar o público alvo do partido político.



	ACESSIBILIDADE	NAVEGAÇÃO	ATUALIZAÇÃO	DESIGN
PT	0,50	0,17	0,50	0,42
PSDB	0,67	0,17	1,00	0,33
PSTU	0,17	0,17	0,50	0,33
PMDB	0,00	0,17	0,50	0,08

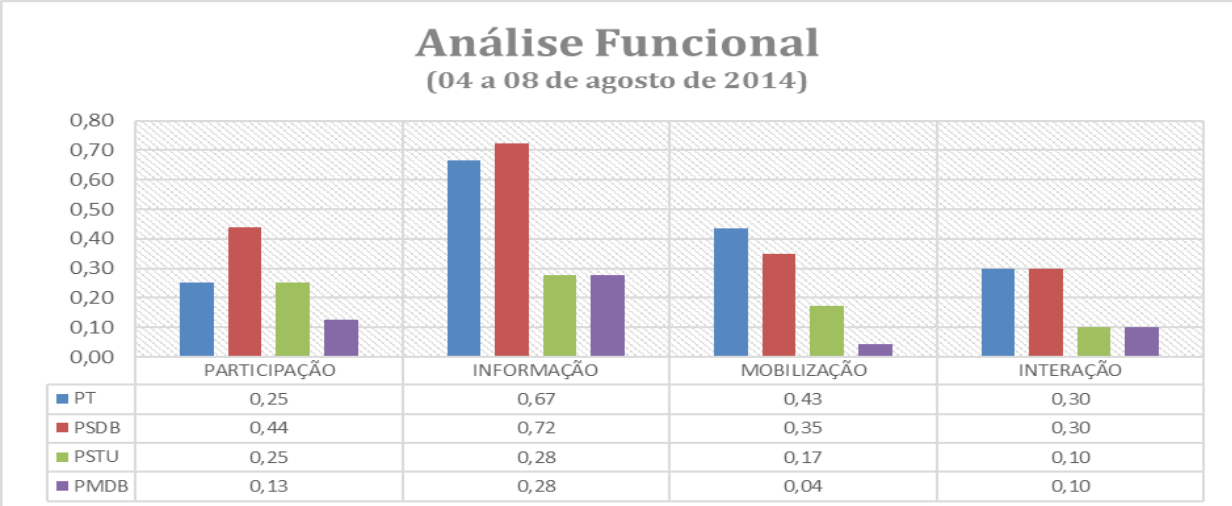
Fonte: A autora.

A acessibilidade de um website está relacionada com a disponibilidade e o acesso de notícias e artigos. Pode-se observar que neste item o *website* do PSDB obteve o maior índice (0,67), seguido pelo PT (0,50) e pelo PSTU (0,17). No quesito atualização das notícias e informações observou-se que o site do PSDB possui uma atualização mais constante, em média 5 atualizações ao dia. Os demais *websites* partidários atualizam as notícias ao menos uma vez no dia.

O design/estética de um *website* tem como função entreter os visitantes. O PT apresentou o maior índice (0,42) e o PMDB apresentou o menor (0,08). Durante o período de monitoramento dos websites partidários analisados não se identificou o uso de recursos gráficos, ícones animados, notícias com sentido de humor ou ironia, arquivos para o compartilhamento nas redes sociais ou protetor de tela, sendo que estes itens são extremamente importantes para despertar o interesse do segmento jovem. No website do

PT foi identificado *ringtone* da campanha. Ou seja, músicas da campanha que podem ser utilizadas como toque no celular.

A análise funcional permite avaliar qual grau de participação, interação, mobilização e informação nos websites analisados.



	PARTICIPAÇÃO	INFORMAÇÃO	MOBILIZAÇÃO	INTERAÇÃO
PT	0,25	0,67	0,43	0,30
PSDB	0,44	0,72	0,35	0,30
PSTU	0,25	0,28	0,17	0,10
PMDB	0,13	0,28	0,04	0,10

Fonte: A autora.

Com relação ao item de participação o *website* do PSDB foi o único que apresentou sala de bate-papo, apesar de, durante o período da coleta, a página não estar em funcionamento. As salas de bate-papo permitem a interação entre o partido/candidato e os eleitores jovens. Todos os *websites* analisados apresentaram a opção de enviar e-mail (sugestão, críticas, dúvidas, demandas sociais). No segundo dia da coleta (05/08/2014) foi enviada uma mensagem para todos os websites, sendo que o PSDB respondeu com uma mensagem automática no mesmo instante. Próximo às 23h a Assessoria de Imprensa do PT respondeu o e-mail de forma personalizada. Não houve respostas automáticas e nem personalizadas por parte do PSTU e do PMDB até o final da coleta. O *website* do PMDB foi o que apresentou o menor índice de participação, com 0,13, sendo que exibiu apenas o recurso de enviar mensagens e comentar notícias. O website do PT ficou com o índice de participação em 0,25, não sendo localizada sala de bate papo, assim como no *website* do PSTU.

No índice de mobilização todos os websites incentivam o internauta a participar das comunidades online, como *facebook*, *twitter*, *youtube*. O PSDB, por exemplo, utiliza o recurso do Twitter na página do website para informar algumas ações do candidato e das lideranças partidárias. Com relação às seções temáticas (juventude, mulheres, entre outros) o website do PT apresenta a seção da Juventude diretamente na primeira página, na parte superior da tela, com fácil localização. A página da Juventude do PSDB se encontra na parte inferior do website, com mais dificuldade na localização, se comparado ao *website* do PT. O website do PSTU e do PMDB não apresentam seções temáticas.

Durante o período da coleta, a página da Juventude do PT foi encontrada totalmente desatualizada, a última notícia atualizada foi no dia 12 de março de 2014. A página possui um pequeno texto informativo referente a Juventude do PT (JPT) e o endereço eletrônico do Secretário da Juventude. Não há a utilização de nenhum recurso interativo (sala de bate

papo, charges, *links* para redes sociais da JPT), que possa contribuir para o interesse do segmento jovem. Desta forma, a fácil localização da página da JPT não contribui para atrair o eleitor/internauta jovem devido à falta de atualização.

A página da Juventude do PSDB foi encontrada praticamente na mesma situação, com a última notícia atualizada em 22 de agosto de 2013. Não há informações quanto às ideias da Juventude do PSDB (JPSDB), não há recursos interativos como (sala de bate papo, charges, links para redes sociais da JPSDB). No quadrante direito da tela há links relacionados com as eleições presidenciais de 2014, como agenda do candidato, material de campanha para *downloads*, aplicativo para celular com dados das últimas notícias das eleições. Este último pode ser considerado um recurso para incentivar o segmento jovem a acompanhar as eleições.

Portanto, os dados coletados a partir da análise formal e funcional, durante o período de 04 a 08 de agosto, sobre websites partidários do PT, PMDB, PSDB e PSTU não corroboram a primeira parte da hipótese de que no período eleitoral os partidos políticos paranaenses selecionados usam seus websites para interagir e mobilizar o eleitor jovem paranaense. Os partidos políticos não utilizam o potencial dos respectivos websites visando a mobilização jovem, o que contribui para uma queda na qualidade dos debates políticos e na capacidade de mobilização e de interação eleitoral jovem. Os websites partidários são subutilizados como instrumento para mobilização e interação com o jovem paranaense ao não utilizar os recursos disponíveis, - como salas de bate-papo, a opção de e-mail, atualização constante de informações (programas de governo, ações dos candidatos, eventos da juventude), entre outros – apesar da internet permitir a diminuição dos custos e ter capacidade de transmitir com mais velocidade e maior volume informações se comparada com os outros meios de comunicação – televisão, rádio, jornal.

O sistema eleitoral majoritário favorece a personalização, no sentido de que as estratégias adotadas durante a campanha eleitoral são individualistas, ou seja, a imagem do candidato é mais ressaltada do que a imagem partidária (QUADROS, 2012, p. 2-4). Desta forma, uma possível explicação para os resultados apresentados acima é a personalização. No qual as redes sociais e sites pessoais dos candidatos ao governo do estado são mais utilizados em detrimento aos *websites* partidários.

BIBLIOGRAFIA:

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. **O uso do twitter nas eleições de 2010:** o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao Governo do Paraná. Contemporânea (UFBA. Online), v. 9, p. 174-189, 2011.

DORNELLES, S. M. G. **O significado da internet junto ao público jovem no trabalho de comunicação dirigida de partidos políticos:** Uma análise sob o enfoque das Relações Públicas. In: INTERCOM. Anais da INTERCOM, PUCRS, Porto Alegre, jun. 2005.

FILHA, E. A O R.; MAYER, T. **Eleições 2012:** o processo eleitoral em Curitiba e sua relação com a mídia social. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 14, n. 34, p. 309 – 328, 2013.

IASULAITIS, S. **A internet pode revigorar as eleições?** Um estudo das campanhas virtuais presidenciais no pleito de 2006. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional

de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007, Caxambu – MG. XXXI Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PENTEADO, C L. C.; SANTOS, M. B. P. dos; ARAÚJO, Rafael de P. A. **Internet e Política:** os blogs nas eleições presidenciais de 2006. In: XXXI Encontro da ANPOCS, 2007, Caxambú – MG. Anais do XXXI Encontro anual da ANPOCS, 2007.

PMDB. Site. Paraná: Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Disponível em: www.pmdb-pr.org.br. Acessado em: 04/08/2014.

PSDB. Site. Paraná: Partido da Social Democracia Brasileira. Disponível em: www.psdb-pr.org.br. Acessado em: 04/08/2014.

PSTU. Site. Paraná: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Disponível em: www.pstu.org.br. Acessado em: 04/08/2014.

PT. Site. Paraná: Partido dos Trabalhadores. Disponível em: www.pt-pr.org.br. Acessado em: 04/08/2014.

QUADROS, Doacir G. **Partido político e propaganda política:** A imagem partidária em ação no horário gratuito na televisão. Saabrucken: Novas Edições Acadêmicas. 2014.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS DE MULHERES E HOMENS NO BRASIL: DISPARIDADES DE RECEITAS NAS ELEIÇÕES À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2010

Pós-Graduação
Bruno Fernando da Silva; Anne Caroline Pellizzaro
Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná
b.fernando91@gmail.com; annepellizzaro@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Receitas Eleitorais. Sexo. Homens. Mulheres. Câmara dos Deputados.

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido no tema de financiamento das campanhas eleitorais, especificamente entre as análises das receitas eleitorais. A preocupação central é apontar se a variável "sexo do candidato" influenciou sobre a sua capacidade de arrecadação na disputa para à Câmara dos Deputados, nas eleições de 2010. Para tanto, mobilizamos todos os candidatos que, em todo o Brasil, prestaram contas de suas campanhas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para a composição do banco de dados foram utilizados os dados oficiais disponibilizados pelo TSE, através de seu Repositório de Dados Eleitorais. Ao todo, trata-se de um universo de 4023 candidatos, sendo 649 mulheres e 3374 homens.

A análise consiste no cotejo entre as receitas médias e medianas de candidatos homens e mulheres e eleitos e não-eleitos. Trataremos aqui dos recursos totais obtidos, tal qual das receitas, conforme a sua origem informada (a saber, recursos provenientes de partidos políticos, pessoas físicas, jurídicas e autofinanciamento). Ao final, será demonstrado como se deu a arrecadação dos recursos totais e conforme origem para estes quatro diferentes grupos (mulheres eleitas, não-eleitas, homens eleitos e não-eleitos), focalizando as distinções entre os sexos.

O problema que mobilizou a pesquisa pode ser resumido através da seguinte questão: a partir da análise das receitas eleitorais dos candidatos, é possível encontrar diferenças nas arrecadações de homens e mulheres? A hipótese nula do trabalho é de que as distribuições dos recursos econômicos são independentes do sexo ao qual pertence o candidato.

Este trabalho, amparado pelos achados recentes da bibliográfica sobre o tema (SPECK, SACCHET & SANTOS, 2012; SACCHET & SPECK, 2012), tem como hipótese a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as receitas eleitorais de homens e mulheres, independente da origem do recurso. Portanto, que a variável "sexo" é importante para explicar o financiamento eleitoral obtido pelos candidatos a deputado federal, no caso específico das eleições de 2010, sendo as mulheres menos financiadas que os homens. Desta forma, além de inferir algumas conclusões sobre o tema, pretende-se contribuir com o

debate sobre a questão das desigualdades de gênero no processo eleitoral e avançar sobre o estudo desta variável ainda pouco explorada na explicação das receitas de campanha.

A importância em se estudar as receitas eleitorais provém da relação já verificada entre gastos de campanha e votos obtidos. Tendo em vista a exaustiva literatura a este respeito (CERVI, 2010; LEMOS, MARCELINO & PEDERIVA, 2010; HEILER, 2011; SPECK & MANCUSO, 2012), cabe agora identificar quais aspectos dos candidatos produzem as maiores diferenças no momento de conquistar recursos para a sua campanha, já que este tornou-se elemento central na explicação do desempenho dos candidatos. Uma outra razão que justifica a elaboração de um estudo voltado ao financiamento eleitoral é a quantidade crescente de dinheiro envolvido nas campanhas (MANCUSO, 2012). Por fim, a escolha por focalizar a questão de gênero reflete o alto desequilíbrio na representação de homens e mulheres na Câmara dos Deputados (SPECK, SACCHET & SANTOS, 2012). Mesmo em se tratando de uma oferta dispare de candidatos, alguns estudos apontam que em regiões onde as desigualdades de recursos entre os sexos são inferiores existe um menor desequilíbrio nos desempenhos eleitorais (IDEM, 2012; SACCHET & SPECK, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

É sabido que a consumação do regime democrático em uma ordem capitalista produz inúmeras diferenças entre os indivíduos, inclusive em capital econômico, político e social. (DAHL, 2009). Assim, ao tratarmos das desigualdades das receitas eleitorais em campanhas políticas, não é apenas a desigualdade econômica que interferirá sobre os gastos de um candidato, mas também as diferentes capacidades de atrair recursos privados, partidários e dos indivíduos comuns. Desta forma, torna-se inerente a competição política que os candidatos que concorrem aos cargos políticos tenham recursos desiguais à sua disposição para investirem em suas campanhas (PRZEWORSKI, 1994).

Com a crise de legitimidade que vigora sobre os partidos políticos e parlamentos na América Latina (RUBIO, 2005), passou-se a aumentar as preocupações relacionadas à legislação que contempla o sistema eleitoral e partidário. Assim, uma área que até então era pouco explorada pelos pesquisadores da Ciência Política brasileira, como o financiamento das campanhas eleitorais, passa a compor a agenda de pesquisa de forma mais aparente. Mancuso (2012), ao realizar um balanço da literatura brasileira a respeito do financiamento eleitoral, mostra que, somente após 2005 tem-se um maior interesse pela elaboração de trabalhos empíricos sobre o tema. Antes disso, dos trabalhos analisados pelo autor, apenas quatro haviam se dedicado ao estudo das receitas e gastos eleitorais dos candidatos.

Tratando especificamente da relação entre sexo e receitas eleitorais, Speck & Mancuso (2012) apresentaram um quadro geral das eleições de 2010 às assembleias legislativas. De saída, já é encontrado um desequilíbrio no número de candidatos: nas casas estaduais, as mulheres representaram apenas 20,9% do total de candidatos. Quanto ao financiamento, a receita média dos candidatos homens foi 27,2% superior à de mulheres que concorreram às assembleias legislativas. Considerando apenas os candidatos à reeleição, os autores constataram que as mulheres estão “significativamente subrepresentadas” dentro do grupo, entretanto, surpreendentemente, elas arrecadaram 11,8% mais que os homens. Ao analisarmos as receitas medianas, as mulheres receberam 50% a mais em financiamento entre candidatos à reeleição que os homens.

Já nas eleições de 2010 para deputado federal e estadual nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Pará e da Bahia, Speck, Sacchet & Santos (2012) observaram que, no geral, mais uma vez as mulheres aparecerem arrecadando uma quantidade inferior de recursos que os homens. Enquanto a média geral de receitas dos candidatos às câmaras estaduais foi de R$111 mil, a média de recursos das mulheres foi de apenas R$73 mil, que representa 34% menos do que a média geral. Analisando os estados em separado, o fenômeno do desequilíbrio financeiro só não é encontrado na Bahia, onde a receita média das candidatas mulheres foi superior em 47% a dos homens. Para a disputa à Câmara dos Deputados nos quatro estados estudados, a diferença nas receitas médias foi observada em todos, tendo as mulheres média inferior de recursos variando de 34% a 55%.

Esta revisão da literatura teve como objetivo apontar para a atualidade das pesquisas em financiamento eleitoral, assim como mostrar o que alguns estudos já encontraram ao relacionar receitas eleitorais e o sexo do candidato. A seguir, passaremos aos resultados preliminares deste trabalho.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS RECEITAS ELEITORAIS

Conforme já adiantado, trabalharemos aqui com as receitas médias e medianas dos candidatos e candidatas a deputado federal em todo Brasil na disputa de 2010. Será utilizado também o Teste t para amostras independentes a fim de que possamos constatar a existência ou inexistência de relação estatisticamente significativa entre os recursos arrecadados e o sexo dos candidatos. Este teste, portanto, indica se podemos rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis.

TABELA 1 – Médias e medianas das receitas totais dos candidatos, em reais

Sexo	N	Mediana	Média	Desvio padrão
Feminino	649	6.186	117.037	366.268
Masculino	3.374	17.280	246.944	582.453
Total	4.023	14.216	225.987	555.344

Teste t para amostras independentes: sig. = 0,000

FONTE: os autores, com base em dados declarados pelos candidatos ao TSE.

A tabela 1 sumariza as receitas médias dos candidatos homens e mulheres à Câmara dos Deputados. Conforme apontam os números, 4.023 candidatos prestaram contas de suas movimentações financeiras. As mulheres representaram 16,1% do total, já os homens, 83,9%. Outra informação que podemos retirar desta tabela é em relação a disparidade nas arrecadações dos concorrentes: enquanto as mulheres tiveram uma receita mediana de R$6.186, os homens tiveram R$17.280, valor este muito superior ao das suas adversárias e superior também à receita mediana do total de candidatos, de R$14.216. Em relação às receitas médias, o quadro repete-se, com homens arrecadando mais que as mulheres (R$246.944 em média para aqueles e R$117.037 para elas) e que a média total, de R$225.987. O desvio padrão nos mostra que as candidatas compuseram um grupo mais homogêneo de receitas que os demais. Ou seja, as mulheres tiveram receitas médias e medianas inferiores à dos homens e ainda seu grupo apresentou menor disparidade de

valores. Por fim, o Teste t com sig. 0,000 (muito abaixo do limite crítico de 0,050 a um intervalo de confiança de 95%) mostrou que as diferenças entre os recursos recebidos são estatisticamente significativas e que existe relação entre o sexo do candidato e a quantidade de financiamento declarada. Com isto, segue-se a diante com a análise das diferentes fontes de receitas dos candidatos, já que rejeitamos a hipótese nula de independência entre as variáveis.

A proposta deste trabalho, conforme já apresentado, é dar sequências aos testes estatísticos e exposição dos dados descritivos de homens e mulheres. Entretanto, agora com um enfoque sobre as receitas provenientes de partidos políticos, pessoas físicas, pessoas jurídicas e de recursos próprios declarados pelos candidatos. Desta forma, teremos condições de concluir se as dicotomias entre as arrecadações dos candidatos persistem também ao olharmos para as diferentes fontes de arrecadação ou se há um tipo de receita que está provocando distorções sobre as finanças das campanhas de homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

CERVI, E. U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 135-167, jul./dez. 2010.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2009.

HEILER, J. G. **Democracia: o jogo das incertezas x Financiamento de campanhas. Uma análise das prestações de contas das campanhas de Vereadores de SC**. Trabalho apresentado ao 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 2011.

LEMOS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Revista Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366-393, nov. 2010.

MANCUSO, W. P. **Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa**. Trabalho apresentado ao 8º Encontro da ABCP. Gramado, RS, 2012a.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RUBIO, D. F. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos *versus* fundos privados. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n. 73, p. 5-15, nov. 2005.

SACCHET, T; SPECK, B. W. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D., *et al* (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP / Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. **Financiamento, capital político e gênero: um estudo de determinantes do desempenho eleitoral nas eleições legislativas brasileiras de 2010**. Trabalho apresentando ao 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia, 2012.

SPECK, B. W.; SACCHET, T.; SANTOS, F. H. Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: MENEGUELLO, R., *et al*. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. Campinas: UNICAMP/CESOP, 2012.

O PERFIL SOCIAL DOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NO PARANÁ EM 2014

Graduação
Jonas Acir Cabral; Rafael dos Santos Ramos
Centro Universitário Internacional de Curitiba – UNINTER
Orientador: Luiz Domingos Costa
jonasacir10@yahoo.com.br; rfa.ramos@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise dos resultados dos perfis dos candidatos de 2014, entretanto, foi analisado o perfil dos parlamentares no período de 1995 a 2006 da pesquisa dos autores (Perissinoto, Costa, Tribess, 2009, p. 280-313). Faremos um contraponto do perfil dos candidatos a deputados estaduais das eleições de 2014.

Entre os principais perfis analisados, destacaram-se a cor, idade e escolaridade. Em relação a esses perfis, estaremos apresentando se houve alguma mudança em relação a esse perfil ou continua igual.

Os poucos trabalhos feitos para estudar o perfil dos parlamentares discutem sobre os candidatos a Deputado Federal, e raríssimos estudam os candidatos a Deputado estadual, principalmente o do Estado do Paraná.

Para que possamos entender qual o perfil dos candidatos a Deputado Estadual, primeiramente é necessário explicar como ocorrem as lógicas de recrutamento das “elites”. De acordo com Sartori (1994), em democracias ocorrem a difusão do poder, ou seja, diversos grupos podem alcançar o poder/mando por meio dos métodos de escolha e seleção. O termo elite envolve duas dimensões, sendo a dimensão conceitual com função de definir e identificar, e a empírica, verificar se a elite realmente existe e quem tem o controle do quê.

De acordo com os trabalhos sobre os eleitos à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, é possível traçar um perfil básico sobre os parlamentares paranaenses que ocuparam cadeiras na assembleia legislativa entre os anos de 1995 a 2006. O nível de escolaridade é tido como um dos mais importantes requisitos de acesso aos postos de comando, no caso dos parlamentares paranaenses, o cenário é: 59,4% possui grau universitário completo ou acima. Mesmo parecendo ser um atributo muito importante, o nível educacional dos

parlamentes paranaenses é baixo se comparado com a elite nacional, pois dentre o período de 1999 a 2003, 82% dos parlamentares federais possuíam diploma em curso superior.

> Mesmo que vários autores reconheçam o peso estratégico da escolaridade para o acesso às posições de elites, nenhum deles acredita que esse fato evidencia o predomínio do critério do mérito no recrutamento dos indivíduos que ocupam os postos de comando em uma dada sociedade. Segundo Putnam, ter um alto nível educacional talvez seja, na maioria dos casos, mais importante do que ter uma origem social de destaque para se inserir nas elites políticas. No entanto, este autor mostra que o nível de escolaridade sofre clara influência do status socioeconômico, isto é, o fato de um indivíduo ter um alto nível de escolaridade está intimamente ligado a sua posição privilegiada na estrutura de oportunidades da sociedade (PUTNAM, 1976, p. 26-32).

Quando se busca traçar o perfil de uma elite política, é muito comum descrever, além do nível de escolaridade, as profissões/ocupações que estas pessoas tiveram ao longo de sua vida, o que possibilita pensar a sua inserção no mercado de trabalho, sua posição social e, sobretudo, as profissões mais inclinadas para a atividade política (PERISSINOT, R., COSTA, L. e TRIBESS, C., 2009).

Sendo assim, um dos perfis a serem tratados é a cor dos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Conforme os dados coletados pelo o IBGE, existe uma desproporção quanto à cor dos parlamentares sendo que, 84,3% dos entrevistados se consideram de cor Branco; 8,6% de cor Parda; 4,3 de cor Amarela e 1,4% de cor Preta.

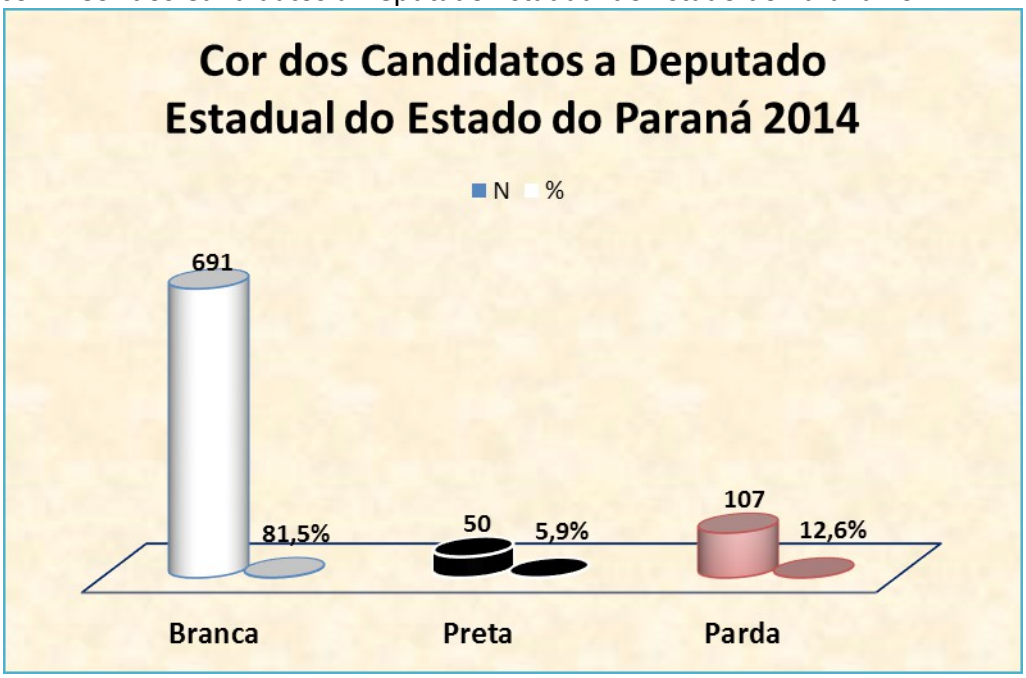
Conforme os autores, entre os parlamentares estaduais no Paraná ocorre a predominancia da cor branca na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: 84,3% contra 8,6% da cor parda e 4,3% de cor amarela. Por final os que se consideram da cor preta é de 1,4%. Há também a variavel de idades dos Parlamentares sendo 22 a 35 anos 25,7%; 36 a 45 anos 31,4%; 46 a 66 anos 42,9%.

A maior parte predominante de idade no parlamento do Paraná é entre os 46 a 66 anos, em seguida entre os 36 a 45 anos que é a faixa etária intermediária e os mais jovens parlamentares se encontram entre os 22 a 35 anos. Os dados apresentados acima revelam que, além dos homens, outros grupos são claramenente sobrerepresentados na elite parlamentar do Estado do Paraná durante esse período analisado.

Tendo em vista esse perfil demográfico dos deputados eleitos durante a década de 2000, cabe indagar se quando ampliamos o universo analisado e passamos a considerar também os candidatos ao cargo de deputado estadual, se esse perfil se mantém. Nesse caso, ao compararmos o perfil dos candidatos e dos eleitos, esse representaria um microcosmo dos candidatos. Caso contrário, se o perfil dos candidatos e dos eleitos forem significativamente diferentes (tal como verificado por Perissinotto, Costa e Tribess [2009]), é possível que o processo eleitoral atue como um filtro entre esses dois universos, produzindo uma severa estratificação entre aqueles que almejam e aqueles que realmente conseguem se tornar deputados estaduais.

A hipótese a seguir visa demosntrar que a cor dos candidatos acaba sendo um fator explicativo para determinar o perfil daqueles que são eleitos, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Cor dos Candidatos a Deputado Estadual do Estado do Paraná 2014



Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

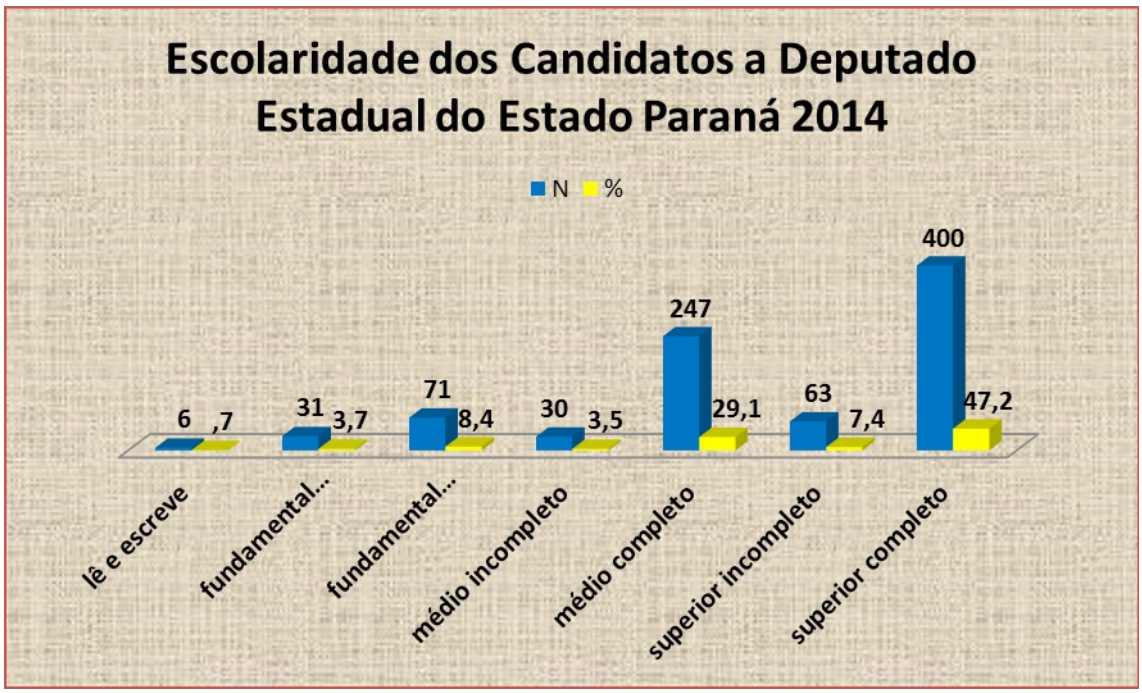
Podemos verificar no gráfico 1, que o perfil/cor dos candidatos acabam se mantendo homogêneo com os que são eleitos ao cargo de deputado estadual, mantendo-se um percentual de mais de 81% dos eleitos de cor branca, tanto dos candidatos como daqueles que chegam ao cargo. Em seguida vem os que se consideram do cor Parda com 12,6%; e os candidatos que se consideram de cor Preta 5,9% do total de 100,0%.

Nessa análise, percebemos que não houve diferenças significativas em porcentagem em relação a cor dos deputados eleitos para os candidatos que concorrem as eleições de 2014.

O gráfico-2 apresenta o grau de instrução dos candidatos a partir da cor, e podemos verificar que 47,2% dos que possuem curso superior completo são brancos, seguindos por 7,4% com superior incompleto também de cor branca, demosntrando que a tendência é de

que os brancos ainda continuaram predominando, tanto como candidatos como aqueles eleitos. O que corrobora para tal afirmativa, é o fato de que apenas 18% dos candidatos ao cargo de deputado estadual do Estado do Paraná são negros ou pardos.

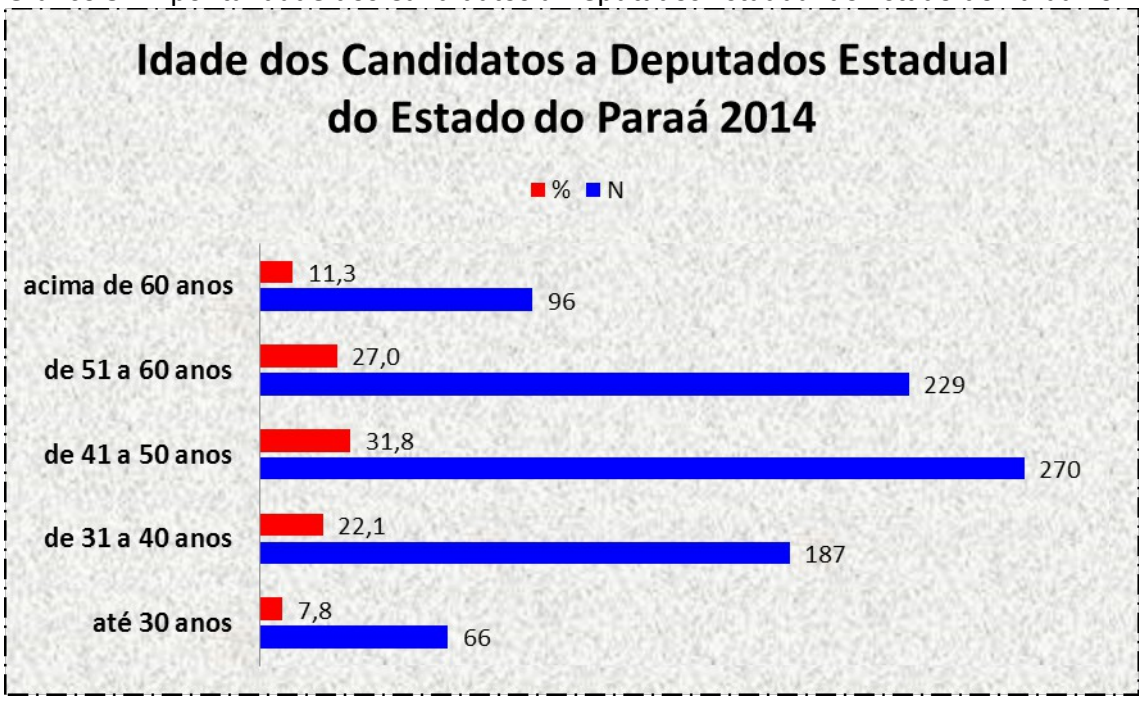
Gráfico 2 - O Grau de Escolaridade dos Candidatos a Deputado Estadual do Estado Paraná
2014



Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

Nos estudos feitos pelo NEP (Núcleo de Estudos Sobre Elites Políticas) no Paraná, o número é bem maior por parte daqueles que possuem o nível superior completo que são 400 candidatos 47,2% do total dos candidatos que concoren as eleições, e um número inferior daqueles que somente lê e escreve tendo 6 candidatos com 0,7%, do total e o maior número intermediário é os que possem o ensino médio completo 29,1% e total de candidatos 247.

Grafico 3 – Aponta Idade dos Candidatos a Deputados Estadual do Estado do Paraá 2014



Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

No grafico 3, percebemos que 31,8% dos candidatos tem idade entre 41 a 50 anos é o numero maior de candidatos que somam um total de 270, em seguida vem os candidatos com um pouco mais de idade, 27,0% que tem idade entre 51 a 60 anos e os que tem idade até 30 anos tem um totral de 7,8% dos candidatos.

Nessa análise, os dados aprensentados continuam sendo homogêneos com os estudos dos autores (Perissinoto, Costa, Tribess, 2009, p. 280-313). É possível dizer que a maior parte predominante continua sendo a cor branca, idade entre os 46 a 66 anos e escolaridade de ensino médio. Percebemos que em todos os quesitos de analisados que foram: cor, idade e escolaridade não houve muita diferença do que eram a 10 anos atrás.

Porque esse perfil não houve tanta diferença no percorrer de 10 anos? É possível dizer que os candidatos se estagnaram? Ou não há muitas exigências para cargo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PERISSINOTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias,** Porto Alegre , n. 22, Dec. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200011&lng=en&nrm=iso>. Access on 28 Sept. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000200011.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

A PRIMAVERA ÁRABE E A (RE)CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NA TUNÍSIA

Pós-Graduação
Nárila Paola Sirino
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
narila.sirino@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Direitos das mulheres. Primavera Árabe. Tunísia.

A Tunísia está passando por uma conjuntura histórica crítica. Nos presentes debates sobre a nova constituição, o papel do Islã na vida pública e aquele do direito das mulheres estão entre os assuntos mais centrais. A legislação da Tunísia sobre os direitos das mulheres é a mais moderna no mundo Árabe (incluindo notavelmente o direito ao aborto e o acesso a contraceptivos). As mulheres foram centrais para os eventos que sacudiram a política da Tunísia desde a primavera Árabe em 2010-11. Elas atuaram como protestantes e políticas, ativistas e acadêmicas, jornalistas e fotógrafas, sendo pobres ou privilegiadas, urbanas ou rurais.

Em uma extensa pesquisa comparativa sobre os países árabes em 2009, a organização *Freedom House* classificou a Tunísia em primeiro lugar nas principais categorias relacionadas a direitos das mulheres, incluindo autonomia, segurança, liberdade individual, voz política e civil (KERRY e BRESLIN, 2010).

As reformas benéficas para as mulheres datam da consolidação do Estado Tunisino, em 1956, ano em que a Tunísia se tornou independente da França. Sob o governo de Habib Bourguiba (entre 1957 e 1987), o novo Estado buscava estabelecer um regime moderno que

se diferenciasse daquele governado pela França. Neste contexto, foi criado o estimado Código de Status Pessoal (*Code du Statu Personnel*), legislação que fez mudanças sobretudo com relação à lei familiar, o que envolveu reformas quanto ao casamento, divórcio, custódia, e até certo ponto, herança. Também a poligamia foi abolida.

Tais reformas continuaram durante o regime de Zine El Abedine Ben Ali (de 1987 a 2011), que ostentou os direitos das mulheres como parte de um retrato geral da Tunísia abraçando a modernidade na cena internacional. As reformas eram, novamente, amplamente uma política "*top-down*" – originadas de dentro do governo e não de fatores externos –, apesar de os defensores dos direitos das mulheres começarem a fazer sua voz coletiva ser ouvida em defesa dos assuntos das mulheres nos anos 1980.

Essa longa história de formulação de políticas *top-down* relacionadas aos direitos das mulheres na Tunísia foi abruptamente interrompida em 2011 quando a Tunísia testemunhou o colapso do regime de Ben Ali e o engajamento de diversos setores da sociedade, incluindo as mulheres tunisinas de diversos *backgrounds* socioeconômicos e políticos advogando por mudanças no regime.

Em 14 de janeiro de 2011 o ex-presidente Ben Ali renunciou ao cargo, nas semanas seguintes aos protestos que tomaram as ruas da Tunísia. A autoimolação de um vendedor tunisino de 26 anos, Muhammad Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010, deu início à revolta no distrito rural de Sidi Bouzid. Protestos então, engolfaram cidades maiores na Tunísia, incluindo a capital, Tunis. No começo de janeiro de 2011, manifestações de massa estavam sendo mantidas regularmente em nome da liberdade, do fim da corrupção, e da exigência da renúncia imediata de Ben Ali. A mídia popular nomeou a destituição de Ben Ali e os protestos que a precederam de "Revolução de Jasmim".

As mulheres participaram como organizadoras e manifestantes. Consequentemente a igualdade de gênero foi central nas discussões da política tunisina, mais eminentemente em sua relação com as eleições e com o projeto da nova constituição (BEARDSLEY, 2011). Uma cota para incluir mulheres nas listas de partido para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em outubro de 2011 foi instituída em lei pelo governo de transição.

Esta medida, planejada e apoiada por grupos de mulheres da sociedade civil tunisina, tentava habilitar a paridade de gênero na representação apesar de isso ser limitado porque a lei não especificava em que altura das listas de partido as mulheres deveriam aparecer. Consequentemente, muitos partidos ignoravam o espírito da lei atendendo à exigência de incluir mulheres nas listas, mas oferecendo a elas as posições mais baixas na lista.

Independentemente de sua posição nas listas de partido, as mulheres foram, não obstante, candidatas bem sucedidas nas eleições e ascenderam a posições na Assembleia Nacional Constituinte em 2011. O partido Islâmico *Ennahda* obteve o maior número de assentos na assembleia e ostentou 42 candidatas de um total de 49 mulheres eleitas para a ANC de 217 membros (BYRNE, 2011).

O governo de transição convidou Lilia Labidi, a mais eminente acadêmica de assuntos de gênero no Magrebe, para se juntar ao gabinete. Ela fez jus à sua reputação, e entre as mudanças que ela introduziu estava a remoção da objeção a um número de artigos da Convenção pela eliminação da discriminação contra a mulher (CEDAW).

Seguindo a vitória eleitoral do Ennahda na Tunísia, uma ampla preocupação foi expressa sobre se o poder dos partidos não apenas simpatizantes mas ativamente apoiadores de um papel mais extenso para a religião na jurisprudência tunisina poderia pôr

em perigo a legislação liberal existente desde os anos 1950 e consagrada no Código de Status Pessoal. A presença preeminente de mulheres, sobretudo islâmicas, na recém eleita assembleia formatou profundamente o teor dos debates sobre a constituição que foi escrita no curso dos16 meses seguintes.

Foi no contexto do desenho da nova constituição que testemunhamos uma transformação da política tunisina de ações vindas de cima para um debate público sobre gênero no qual mulheres tunisinas, islamistas e outros, foram figuras centrais. A ANC eleita popularmente teve como uma de suas tarefas desenhar uma nova constituição, rascunhando elementos da constituição preexistente de 1959.

O Artigo 28, intitulado “Direitos das Mulheres”, constituiu um dos artigos mais discutidos e disputados no primeiro desenho da constituição, que foi liberado em 13 de agosto de 2012. O artigo foi traduzido julgando os papéis das mulheres na família como “complementares” (em árabe, *yetekaamul*) aos dos homens. Em resposta ao primeiro desenho liberado em agosto de 2012, milhares de mulheres organizaram protestos na capital de Túnis, com um propósito de duas faces: celebrar o 56º aniversário da promulgação do estimado Código de Status Pessoal e de protestar veemente contra a terminologia do Artigo 28 (GHAMMI, 2012).

Oponentes da cláusula “complementar” do Artigo 28 argumentavam que a cláusula definia as mulheres apenas em relação aos homens e, em adição, apenas reconhecia as mulheres como casadas, portanto negando os estilos de vida múltiplos e diversos das mulheres tunisinas. O uso do termo “complementar” inflamou a muitas. Direitos consagrados no Código de Status Pessoal se tornaram uma referência e símbolo do que poderia ser ameaçado pela terminologia de “complementaridade”.

A extensão do ativismo feminino tunisino foi exibida por outro lado por mulheres que apoiavam o Artigo 28. Mulheres islamitas, em particular membros do *Ennahda* na ANC, declararam seu apoio ao Artigo.

Como sinal da eficiência da organização das mulheres na emergente sociedade civil da Tunísia neste momento, a cláusula “complementar” do Artigo 28 foi omitida do segundo e terceiro desenhos da constituição, liberados em 12 de dezembro de 2012 e 30 de abril de 2013, respectivamente. O *Ennahda* fez outra concessão nestes últimos desenhos, excluindo referências específicas à lei da Sharia como a fonte oficial e primária da legislação do país.

As discussões contemporâneas sobre os direitos das mulheres na Tunísia e em outros lugares do mundo muçulmano não podem ser compreendidas fora do contexto da lei familiar e do Código de Status Pessoal. Na Tunísia, a legislação liberal do CSP pós-colonial continua a estruturar os argumentos à volta dos direitos e status das mulheres na constituição pós-revolucionária da Tunísia em 2013. Hoje a Tunísia se encontra em 39º lugar no ranking mundial de mulheres no parlamento, com 61 mulheres em um parlamento de 217 assentos (28,1%).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEARDSLEY, Eleanor. In Tunisia, Women Play Equal Role in Revolution. **National Public Radio**, 2011. Data de acesso: 30 de Agosto de 2014.

BYRNE, Eileen. The women MPs tipped to play leading roles in Tunisia's new assembly. **The Guardian**, 28 de Outubro, 2011. Data de acesso: 30 de Agosto de 2014.

GHAMMI, Monia. Tunisian women march for their rights. **Magharebia**, 15 de Agosto, 2012. Data de acesso: 30 de Agosto de 2014.

KERRY, Sanja; BRESLIN, Julia. **Women's Rights in the Middle East and North Africa: Progress Amid Resistance**. Nova York: Freedom House, 2013.

AS MULHERES NO HGPE: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE TEMPO NO HORÁRIO ELEITORAL DAS CANDIDATAS AO CARGO DE VEREADOR NA ELEIÇÃO DE 2012 EM CURITIBA

Graduação
Regiane Soares Lima
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Ciências Sociais
Orientador: Emerson Urizzi Cervi
r.soalima@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. HGPE. Curitiba

A centralidade da mídia na vida humana, seja como fonte de entretenimento, informação ou instrumento de trabalho, é uma das características mais marcantes do século XX, segundo Lima (1996). O autor desenvolve o conceito cenário de representação da política (CR-P) de influência gramsciana, o qual busca sustentar o papel hegemônico e dominador dos meios de comunicação sobre os cidadãos, no seu rol de visibilizar os temas de elite.

A propaganda eleitoral está presente nos meios de comunicação desde o inicio do século XX, porém foi a campanha eleitoral de 1989 que despertou maior interesse em analisar os efeitos dos meios de comunicação na política (CERVI e MASSUCHIN, 2010). A campanha eleitoral de 1989 para a Presidência da República fez com que o HGPE ganhasse

força, desde então, as campanhas eleitorais estão cada vez sofisticadas, com um alto grau de profissionalização para atrair os eleitores.

Nas eleições, o início do HGPE marca o "tempo da política". Segundo Cervi (2010), esse é o momento em que o eleitor mediano começa a prestar atenção na política e utiliza esse recurso para construir as suas preferências partidárias. Até o início do horário eleitoral, por exemplo, surgem as discussões envolvendo temas públicos, partidos e candidatos, as quais podem se limitar a espaços públicos, não conseguindo entrar na esfera privada das pessoas, ou seja, em seus lares. Quando a propaganda eleitoral começa a ser veiculada no rádio e na televisão, esse processo é invertido (CERVI, 2010).

O HGPE é um espaço garantido por lei, onde os partidos apresentam os seus candidatos ao eleitorado e é também o espaço em que a elite partidária produz conteúdo sem interferências externas ao partido. Ainda segundo Cervi (2012) "é produtivo pensar o horário eleitoral como mais um elemento na disputa política, a partir do qual se pode identificar discursos, posições e escolhas adotadas pela elite política". É o partido que controla a distribuição de tempo entre os seus candidatos, esse espaço (tempo), podem ser hierárquicos ou igualitários dependente das escolhas internas dos partidos. A distribuição de tempo no horário eleitoral aos partidos obedece ao tamanho da bancada dos partidos nas câmaras legislativas. É o partido que controla o seu tempo de televisão e a subdivisão do mesmo entre os candidatos, o que depende de critérios distributivos das forças internas do partido e da elite partidária. Para Albuquerque, Steibel e Carneiro (2007) o “HGPE se apresenta como um fator de fortalecimento dos partidos políticos, uma vez que faz todos os candidatos dependerem deles para obter acesso ao rádio e à televisão durante as campanhas eleitorais”.

O HGPE é um recurso partidário importante na disputa política, em seu trabalho intitulado “O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo”. O autor Emerson Cervi cita três argumentos que explicam as distorções na ocupação do horário eleitoral das disputas proporcionais: 1) As alianças partidárias são pautadas pelo tempo disponível de televisão entre os partidos, por consequência, não se deve esperar uma distribuição equitativa entre os concorrentes; 2) O uso desse espaço para as disputas majoritárias: mesmo vetado pela legislação as campanhas majoritárias, utilizam-no para responder ou promover ataques de seus adversários. 3) A concentração de tempo e os espaços mais privilegiados em candidatos considerados “puxadores” de votos. Esses candidatos geralmente são “estrelas” da mídia ou do esporte e concorrem à reeleição por serem reconhecido pelo público.

Em relação à temática gênero, política e mídia, Miguel e Biroli (2005) realizaram uma pesquisa partindo da ideia de que “a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção de capital político nas sociedades contemporâneas” (MIGUEL e BIROLI, 2005). Tais pesquisadores afirmam que a sobrevivência dos estereótipos de gênero constrangem a ação política feminina e a visibilidade da ação delas no cenário político no meio jornalístico. Segundo os autores, a esfera considerada própria para a política feminina, de “questões sociais, família, assistência social, meio ambiente, etc.– é também aquele que menos impulsiona as carreiras políticas e que possui menor visibilidade na cobertura jornalística da política” (MIGUEL e BIROLI, 2005). Nesse contexto, as mulheres estariam diante de um dilema, no qual devem enfrentar os estereótipos ou se adequar a eles.

A sub-representação feminina na política é resultado de uma visibilidade no campo

político, marcada por uma visão estereotipada: a mulher é vista nos meios de comunicação a partir de uma representação tradicional. Segundo Araújo (2011), é a dualidade que pauta o paradigma moderno de organização social: esfera pública e esfera privada; o masculino como o político, o público e o que opera "fora"; e o feminino como o fixo, o corporificado, o pequeno (doméstico e familiar) e o invisível.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (AC) dos programas exibidos, que pela classificação sistemática, transforma uma grande quantidade de material em indicadores (BAUER, 2003, p. 191). Os dados aqui abordados foram obtidos pelo Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) da Universidade Federal do Paraná. Foi realizada uma análise quantitativa dos dados referente ao HGPE das eleições proporcionais, exibidos de agosto a outubro de 2012 em Curitiba.

A Lei 9.504/97, conhecida como a Lei das Eleições, com a lei das Cotas, determina cotas mínimas e máximas de candidaturas por sexo, de 30% e 70%, respectivamente. Nas eleições de 2012, considerando as candidaturas aptas, nove partidos não respeitaram essa lei.

Das candidaturas apresentadas, mesmo não respeitando a lei de cotas, será que ao olhar o tempo de televisão que as mulheres têm no HGPE, essa distorção é reparada? As mulheres conseguem ocupar espaço nesse meio de comunicação? O tempo é igualitário para homens e mulheres?

A tabela 1 mostra que, no geral, há uma ampliação da subparticipação das mulheres no horário eleitoral, quando considerado o número de segmentos em que elas aparecem e o tempo ocupado pelas candidatas em geral. Enquanto temos 27,5% de mulheres na disputa, elas aparecem em apenas 22,3% do total de segmentos e ocupam 21,9% do total de tempo do horário eleitoral, medido em segundos.

Tabela 1 - Distribuição Dos candidatos por sexo e tempo no HGPE

	Candidatos		Segmentos		Segundos	
Sexo	N	%	N	%	N	%
Homem	508	72,47	1979	77,61	19587	78,05
Mulher	193	27,53	571	22,39	5509	21,95
Total	701	100	2550	100	25096	100

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública

Observando os dados, podemos comprovar que as mulheres acabaram por receber um tratamento diferente dos candidatos. Além de não ocuparem as vagas destinadas a elas pela lei de cotas, a sua aparição no horário eleitoral é baixa comparada aos homens que ocupam mais segmentos e tempo no HGPE.

Os dados empíricos comprovaram a sub-representação feminina, as escolhas das elites partidárias estão mais voltadas para candidatos do sexo masculino quando comparamos os espaços dos candidatos no HGPE.

As mulheres foram, por muito tempo, invisíveis na esfera política e na dos espaços políticos. São poucos os partidos que respeitam a lei de cotas, sendo que os que não cumprem a lei justificam que não há mulheres para ocupar as candidaturas.

O cenário não é animador, porém, percebe-se uma pequena alteração nesse quadro: as mulheres estão participando cada vez mais da política, mas esse acesso ainda é barrado por constrangimentos de uma cultura política tradicional. Estar presente ou se fazer representar é crucial para definir políticas, as mulheres devem buscar essa representatividade para que possam ser definidas as políticas de equidade de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de, STEIBEL, Fabro Boaz, CARNEIRO, Carolina Maria Zaccoli. **A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos Políticos e Eleições Proporcionais na Televisão**, 2007.

ARAÚJO, Clara. **As mulheres e o poder político: Desafios para a democracia nas próximas décadas**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010, Org: Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

CERVI, Emerson Urizzi. **O "tempo da política" e distribuição dos recursos partidários:uma análise do HGPE.** Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.8, p. 12-17, 2010.

CERVI, Emerson Urizzi. **O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil.** Recife, 2010.

CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele. **HGPE e formação da opinião pública no Brasil: Análise das estratégias dos principais candidatos à presidência da república em 2010.** IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR. Belo Horizonte – MG, 2011

BAUER, M. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M. & GASKEL, George. Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som. Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Gênero e política na mídia brasileira**. 2005.
LIMA V. **Os mídia e o cenário de representação da política**, Lua nova, São Paulo, 16 dez. 1996, p. 4, 2.

GEOGRAFIA ELEITORAL: ESPAÇO COMO CATEGORIA ANALÍTICA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PARA PREFEITO DE CURITIBA EM 2012

Trabalho premiado com o 3º lugar na categoria Iniciação Científica

Graduação
Ricardo Dantas Gonçalves
Centro Universitário Internacional de Curitiba – UNINTER
Ciência Política
Orientador: Doacir Gonçalves de Quadros.
ricgoncalves@agenciacuritiba.com.br/ricardodantascontatos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse estudo apresenta uma Análise Geoespacial dos votos na eleição de 2012 à prefeitura de Curitiba, fazendo uso da técnica de autocorrelação espacial, embasada pelas teorias e pesquisas da Geografia Eleitoral que consideram o contexto geográfico como determinante de padrões de voto. A base dessa análise empírica parte da constatação da literatura de que o comportamento eleitoral apresenta dependência espacial (TERRON, 2009; TERRON, 2012; ZAVALA, 2012).

Com o objetivo de medir o efeito do contexto geográfico na votação, aplicou-se a metodologia da Geografia Eleitoral de maneira exploratória, na eleição de 2012 à prefeitura de Curitiba. Primeiro, tendo em mente respeitar o pressuposto estatístico da heterocedasticidade[21], os votos foram subdivididos nos respectivos bairros de pertencimento, criando um número de unidades espaciais suficiente para, então, aplicar o teste I de Moran, a fim de identificar o grau de concentração ou dispersão entre a variável social, voto, e a espacial, bairro.

A compreensão da escolha eleitoral nas disputas municipais é uma tarefa difícil, impossível de ser explicada com um único marco teórico diante das causas múltiplas (LAVAREDA; TELLES, 2011). Tendo essa afirmação em mente, não se pretende explicar o processo de decisão do voto. Ainda assim, a resposta da Geografia Eleitoral, na explicação do comportamento eleitoral, aprofundando o conhecimento por incorporar análises estatísticas, pode trazer novos aspectos até então pouco conhecidos. Como sugerem Lavareda e Teles (2011), a introdução de novos conceitos e metodologias que incorporem estatísticas robustas podem trazer melhor compreensão do fenômeno do voto.

Aqui são usados os bairros como recorte de unidade espacial de análise, a exemplo de Nicolau e Terron (2012, p. 3) que expõem que "a principal estratificação socioeconômica da cidade está baseada nos bairros, que além de serem unidades mais tradicionais e estáveis, são referências socioeconômica e cultural da cidade", além de os bairros serem áreas legalmente estabelecidas, reconhecidas pelos órgãos públicos.

A capacidade explicativa e teórica da Geografia Eleitoral, segundo Zavala (2012), vai além da mera descrição e distribuição de dados, os estudos têm apresentado resultados

[21] Dispersão mínima das unidades espaciais para que as variáveis menos dispersas não gerem viés nos resultados.

significativos do comportamento eleitoral, pondo em evidência a relação dialética entre espaço e comportamento social. Seguindo esse pensamento avançamos à fundamentação teórica da pesquisa.

GEOGRAFIA ELEITORAL

A Geografia eleitoral é uma abordagem metodológica, derivada da Ciência Política e da Sociologia eleitoral, que se utiliza de associações geográficas, espaço como categoria analítica principal ou complementar, para compreender fenômenos políticos. Sua base teórico-conceitual, assim como a aplicação e desenvolvimento empírico, está sendo aperfeiçoada há mais de um século, fundamentando o argumento de que a espacialidade é própria de todas as ações políticas (TERRON 2012; ZAVALA 2012).

A Primeira Lei da Geografia, de Tobler, afirma que todas as coisas são parecidas, mas as coisas mais próximas interagem/se parecem mais, do que as mais distantes. A lei de dependência espacial é base do método e ciência conhecido como Análise Geoespacial, conjunto de técnicas de análise de dados espaciais que mensuram estatisticamente a magnitude dessa dependência/hetogeneidade espacial (Terron 2009, p. 50).

Johnston e Pattie (2006, apud TERRON, 2009) incluem a geografia nos modelos centrais das análises do comportamento eleitoral por concluírem que a abordagem *composicional* (onde a escolha do eleitor é principalmente influenciada por suas avaliações pessoais da situação político-econômica e pela sua posição na sociedade) e a abordagem *contextual* (caracterizada pela influência dos elementos do meio cotidiano sobre o eleitor), interagem. Argumentam que o aprendizado político é associado aos lugares e consolidam padrões geográficos de voto por refletir o contexto dentro dos quais foram aprendidos. Apresentam dois conjuntos de processos como explicação de como age a influência do contexto: i) contato entre indivíduos; ii) ação dos partidos.

O exemplo sugerido é o de que eleitores de posição social “x” são mais inclinados a escolherem um partido ou candidato em particular, entretanto o grau de apoio pode ser maior em algumas áreas do que em outras, em consequência do “impacto do meio no desenvolvimento da consciência local de classe, e das respectivas relações com ideologias locais” (TERRON, 2009, p.28).

Para validar os testes com contexto geográfico no comportamento eleitoral brasileiro, Souza e Ribeiro (2010, p. 7) usam a crítica de Mainwaring (2001) ao modelo de clivagens sociais, para mostrar que “no Brasil o peso das clivagens sociais se dilui no processo competitivo, conferindo maior peso ao território na determinação da representação”. Segundo esse pensamento a distribuição da representação deveria, em hipótese, se estruturar a partir das diferenças sociais. Ou seja, uma alta população de baixa renda favoreceria a eleição de representantes deste segmento.

As condições sociais (diferenças de classe, gênero, etnia) do eleitor determinariam seu voto. No entanto, no Brasil, como afirma Mainwaring (2001 apud SOUZA; RIBEIRO 2010, p.7) não existem bases sociais bem definidas, como é possível perceber em sua exposição:

> O grau de consciência que as pessoas têm das diferenças geradas pela classe, gênero, etnia, etc. a que pertencem é variável e percebido de diferentes maneiras. Os eleitores brasileiros não têm uma clara consciência dos interesses que as clivagens sociais aparentemente determinam, além de que o ‘interesse’ é uma

> categoria subjetiva, de modo que as pessoas podem não saber articular conscientemente a ideia de que uma determinada diferença social cria interesses políticos comuns em uma determinada categoria social (MAINWARING, 2001 apud SOUZA; RIBEIRO, 2010, p.7).

NOTAS METODOLÓGICAS E RESULTADOS

Ao analisar dados de área são trabalhadas somas de eventos agregados de uma certa região. A questão que guia as análises de maneira geral é: "Será que se a área 'x' tem alto número de certo atributo, uma área próxima à 'x' também terá valor alto para o mesmo atributo?" E aqui, "como se comporta o desempenho eleitoral em bairros vizinhos?". Para responder essas questões a estatística espacial se utiliza da análise de dados de área, mais especificamente a autocorrelação espacial, que é entendida como medida que indica quanto um atributo varia em função de outro atributo (correlação) numa determinada área com os valores do mesmo atributo em áreas vizinhas (auto).

Aqui a autocorrelação espacial foi medida com o coeficiente I de Moran (1950, apud ZAVALA, 2012, p.90), ferramenta que permite identificar o grau de concentração ou dispersão entre a variável social e a espacial, evidenciando a heterogeneidade espacial e a existência e validez do contexto local na definição do comportamento social. O Índice de Moran mede a relação do desvio padronizado de uma variável, aqui, desempenho eleitoral, numa área com o desvio padronizado das áreas vizinhas para a mesma variável. Varia de -1 a 1, entre alta correlação negativa e alta correlação positiva, onde 0 significa inexistência de autocorrelação.

Tabela 01

I de Moran RATINHO JUNIOR	I de Moran AVANILSON	I de Moran ALZIMARA	I de Moran LUCIANO DUCCI	I de Moran BRUNO MEIRINHO	I de Moran GUSTAVO FRUET	I de Moran RAFAEL GRECA
0,35	0,24	0,24	0,22	0,18	0,13	0,13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de TRE-PR (elaborado com auxílio de software livre disponível em:<http://philcarto.free.fr>)

A tabela acima apresenta o coeficiente I de Moran para a distribuição dos desempenhos eleitorais (%) dos candidatos à prefeitura de Curitiba em 2012. O índice foi medido com o auxílio do software livre Philcarto que exige dois tipos de informações para a produção de mapas: i) Uma base cartográfica em formato vetorial, aqui o mapa de Curitiba contendo as divisões espaciais dos bairros representadas por polígonos; e ii) Uma tabela de dados, foram agregadas as 10.849 seções eleitorais de Curitiba com seus respectivos resultados eleitorais nos bairros correspondentes.

Os coeficientes ficaram entre 0,35 (Ratinho Junior) e 0,13 (Fruet e Greca), autocorrelações positivas que permitem negar a hipótese nula de heterogeneidade espacial e afirmar que o contexto espacial não deve ser excluído da análise do comportamento eleitoral nessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é exploratório e pretende iniciar uma discussão do comportamento eleitoral em Curitiba, partindo da ideia de estimar a importância da autocorrelação espacial do voto. Os coeficientes apresentados dos sete candidatos à

prefeitura confirmam, em certa medida, a hipótese de dependência espacial. Partindo desse primeiro passo de familiarização com o fenômeno e aplicação de novas metodologias à discussão, é possível avançar as hipóteses com maior precisão a fim de compreender melhor como o eleitor escolhe seu candidato.

O caso mais marcante foi a variação de mais de 37% entre os coeficientes extremos, o que permite criar algumas perguntas: “Por que Ratinho tendeu a maior concentração geográfica em comparação com Fruet?”; “Como a geografia do voto se comportou no segundo turno?”.

Dois problemas metodológicos podem ser citados quanto ao uso dos bairros de Curitiba como unidades espaciais de análise: i) É entendido que um número desconhecido de eleitores vota em bairros que não os de morada, que gera uma possível infidelidade nos resultados; ii) A Cidade Industrial, ou CIC, possui grande extensão geográfica e faz divisa com 7 bairros, o que leva a autocorrelação para baixo. A metodologia não apresenta correção ao problema i, porém ao ii é possível subdividir o bairro em unidades menores, utilizando o pertencimento geográfico das seções eleitorais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAVAREDA, A.; TELLES, H. organizadores. **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NICOLAU, J. M.; TERRON, S. L. Uma cidade partida? As eleições para prefeito do Rio de Janeiro em 2008. In: **8˚ Encontro da ABCP**, Gramado, 1 a 4 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/1856612/_Uma_cidade_partida_As_eleicoes_para_prefeito_do_Rio_de_Janeiro_em_2008_Trabalho_apresentado_no_8_Encontro_da_ABCP_Gramado_julho_de_2012>. Acesso em 30 mar. 2014.

SOUZA, C.A.S; RIBEIRO, P.S.S. Padrões Geográficos de Competição Eleitoral no Estado do Pará. In: **II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte**, GT – 04 Estado, Políticas Públicas, Eleições e Sociedade, Belém. 2010. Disponível em: <http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT4-571-460-20100831215053.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.

TERRON, S.L. **A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula (1989 - 2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca_detalhe.php?tema=el&&tipo=teses>. Acesso em: 1 abr. 2014.

_____. Geografia Eleitoral Em Foco. **Revista Em Debate**. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 8-18, mai. 2012. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_Sonia12.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

ZAVALA, R. G. B. Génesis de la geografía electoral. **Revista Espacialidades**. Cuauhtémoc-México: Universidad autónoma Metropolitana, v.2, n.1. jan.-jun. 2012 (p. 80-95). Disponível

em: <http://espacualidades.cua.uam.mx/2012/02/genesis-de-la-geografia-electoral/>. Acesso em: 30 mar. 2014.

A DISTRIBUIÇÃO DO HGPE NA ELEIÇÃO PROPORCIONAL DE 2012 EM CURITIBA

Pós-Graduação
Romer Mottinha Santos
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Ciência Política
Orientador: Emerson Urizzi Cervi
romermottinha@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: HGPE. Eleições. Vereadores. Propaganda eleitoral.

A comunicação política no Brasil encontra nas campanhas políticas seu momento de destaque. Definidos pela legislação do país, o HGPE e a Propaganda Partidária Gratuita são constituídos como o espaço pelo qual os atores políticos adquirem maior visibilidade, dispondo de cadeia nacional de rádio e televisão para divulgar suas mensagens, ideologias e candidaturas. Com isso, a comunicação política tem sido mais relevante justamente quando utilizada a serviço das campanhas, agindo no sentido de informar ou mesmo convencer a sociedade sobre uma posição, candidato ou programa durante as disputas eleitorais (TENÓRIO, 2013, p. 436).

A pesquisa acadêmica sobre a propaganda política na TV é recente. Todavia, um conjunto expressivo de textos e livros foi escrito, o tema se firmou como um campo sistemático de investigação interdisciplinar, explorado principalmente por cientistas políticos e estudiosos da Comunicação (ALBUQUERQUE, 2004, p. 451). Em todas as campanhas eleitorais diversos candidatos para eleições proporcionais buscam espaço no HGPE[22]. Ao contrário do que se passa com o uso do HGPE nas campanhas majoritárias, o uso da televisão nas campanhas proporcionais tem sido escassamente pesquisado (ALBUQUERQUE; STEIBEL; CARNEIRO, 2008, p. 459).

É importante o uso do HGPE por parte dos candidatos para divulgar suas propostas e ganhar visibilidade. Com a TV, o eleitorado conhece os candidatos, suas propostas e podem decidir em quem votar. Ainda que a internet, juntamente com as redes sociais, tenha se popularizado cada vez mais, ela teve pouco impacto sobre as eleições no Brasil; a TV ainda exerce grande influência sobre o público (OLIVEIRA; MARTINS, 2012, p. 13).

Inicialmente o HGPE surgiu sob o propósito de oferecer espaços de tempo proporcionalmente igualitários às candidaturas, mas a diferença entre a qualidade de produção dos programas e o tempo destinado à sua veiculação, divergem do propósito exordial (PANKE; CERVI, 2011, p. 391). A maneira pela qual os partidos políticos organizam a participação de seus candidatos em programas eleitorais tem consequências significativas tanto sobre a sua imagem pública quanto sobre o seu desempenho nas urnas (SCHMITT;

[22]O sistema proporcional é o sistema utilizado nas eleições para deputado federal, deputado distrital (DF), deputado estadual e vereador.

CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999). E também o HGPE se apresenta como um fator de fortalecimento dos partidos políticos, uma vez que faz todos os candidatos dependem deles para obter acesso ao rádio e à televisão durante as campanhas eleitorais (ALBUQUERQUE; STEIBEL; CARNEIRO, 2008, p. 460).

A pertinência dos partidos na campanha eleitoral pode ser avaliada conforme dois conjuntos de indicadores. O primeiro destina-se a medir a divisão do tempo entre os partidos, e também a relação entre os critérios de distribuição do tempo e o seu retorno eleitoral; o segundo, a produção de imagens partidárias no HGPE (SCHMITT; CARNEIRO; KUSCHNIR, 1999). Para os fins deste trabalho utilizamos apenas o primeiro critério mencionado.

A análise do impacto eleitoral da propaganda política na televisão sobre as eleições proporcionais, assim como as estratégias utilizadas pelos partidos políticos em relação à divisão dos recursos para a propaganda política na TV entre os candidatos (tempo, sobretudo), apresentam desafios particularmente complexos no Brasil, devido às características singulares de seus sistemas partidários, eleitoral e de seu modelo de propaganda política na televisão (ALBUQUERQUE; STEIBEL; CARNEIRO, 2008, p. 461).

Neste trabalho utilizamos a metodologia de pesquisa quantitativa e de análise de conteúdo (BAUER; 2003) que permite identificar quantos candidatos foram inscritos para o pleito e quantos destes foram contemplados com o HGPE pelos partidos. No pleito foram registrados 752 candidatos, que disputaram as 38 vagas para a Câmara Municipal. Todavia, destas 752 candidaturas registradas, 701 foram consideradas aptas, sendo que 595 candidatos tiveram ao menos uma inserção no HGPE, ou seja, 15,1% se candidataram e tiveram a candidatura apta, mas não tiveram espaço no HGPE. Os dados sobre as candidaturas dos partidos foram selecionados pelo repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. A coleta dos dados foi realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP) da Universidade Federal do Paraná. Os dias selecionados para coleta foram: 21, 23, 28 e 30 de agosto; 01, 04, 06, 08, 11, 13, 15, 20, 22, 25, 27 e 29 de setembro; e 02 e 04 de outubro de 2012, de acordo com a programação definida para divulgação do HGPE para vereadores na TV. As variáveis selecionadas para este trabalho foram o espaço e o tempo atribuído para cada partido e a distribuição destes recursos para os candidatos.

Na campanha eleitoral para vereadores de Curitiba em 2012 verificamos que dos 27 partidos que disputaram o pleito, 16 partidos (59,25%) deram espaço a todos os candidatos aptos no HGPE. Os outros 11 partidos (40,75%) optaram por deixar uma parte dos candidatos a vereador fora do HGPE, conforme a Tabela 1.

Outro aspecto importante para observarmos é com relação aos menores tempos médios por candidato. Isto demonstra que os partidos que optam por dar espaço para vários candidatos no HGPE podem ser obrigados a reduzir consideravelmente o tempo de exposição de grande parte de seus candidatos.

Tabela 1. Espaço e tempo das candidaturas para vereador por partido - Eleição proporcional 2012 em Curitiba

Partido	Candidatos registrados	Candidatos aptos	Candidatos no HGPE	HGPE - candidatos aptos (%)	Tempo HGPE do Partido (seg.)	Tempo médio HGPE - por candidato/partido (seg.)
DEM	10	10	10	**100,0**	1048	**104,8**
PC do B	16	14	14	**100,0**	**1341**	95,8
PDT	28	28	28	**100,0**	**1447**	51,7
PHS	02	02	**02**	**100,0**	**272**	**136**
PMN	02	02	**02**	**100,0**	469	**234,5**
PP	51	47	**47**	**100,0**	**2270**	48,3
PPL	02	02	02	**100,0**	622	**311**
PR	32	30	30	**100,0**	1070	35,7
PRB	03	03	**03**	**100,0**	466	**155,3**
PSD	14	13	13	**100,0**	**1439**	**110,7**
PSOL	12	12	12	**100,0**	563	46,9
PSTU	01	01	**01**	**100,0**	634	**634**
PT	25	25	25	**100,0**	**1463**	58,5
PT do B	12	12	12	**100,0**	412	34,3
PTB	57	52	**52**	**100,0**	**1386**	26,7
PV	23	23	23	**100,0**	**1509**	65,6
PSB	25	24	23	95,8	**1326**	57,7
PMDB	50	41	39	95,1	**2463**	63,2
PSL	58	55	**52**	94,5	678	**13**
PPS	56	52	**46**	88,5	958	20,8
PRP	57	51	**42**	82,4	747	**17,8**
PSDB	21	21	16	76,2	**1708**	**106,8**
PSC	66	62	38	61,3	705	**18,6**
PSDC	57	55	33	60,0	669	20,3
PTN	15	14	07	50,0	**172**	24,6
PTC	56	50	23	46,0	471	20,5
PRTB	01	0	0	0,0	0	0
	752	**701**	**595**	**84,9**	**26308**	**44,2**

Fonte: TSE; Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP/UFPR)

O espaço que cada candidato pode receber dos partidos pode ser um tempo grande ou pequeno de exposição no HGPE de acordo com o número de candidatos que cada partido (ou coligação) opta por lançar na legenda. Os partidos que lançaram menos candidatos tiveram mais tempo relativos para dividir de HGPE, todavia o tempo que cada partido recebe é distinto, proporcional à representação. Mas de forma geral constatamos que os partidos inserem a maior parte de seus candidatos no HGPE,

Então, conforme os dados apresentados neste trabalho, verificamos que há formas distintas de observar como o espaço do HGPE é distribuído entre os candidatos em cada partido. Também pudemos observar que o tempo de HGPE que cada partido utiliza para proporcionar visibilidade aos seus candidatos é variável, de acordo com os critérios de cada partido ou coligação. Uma importante observação sobre as candidaturas para vereador na eleição proporcional de 2012 em Curitiba é com relação aos eleitos. Pois, dos 38 vereadores eleitos, somente dois candidatos não tiveram espaço no HGPE. E apesar da legislação tentar igualar as condições de disputa entre os partidos, pelo menos proporcionalmente, isso não se dá entre os candidatos. Os partidos distribuem tempo desigual entre seus candidatos; todavia, este cenário não é uma regra geral.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso; STEIBEL, Fabro Boaz; CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos e Eleições Proporcionais na Televisão. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 51, p. 459-487, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n2/08.pdf>.

ALBUQUERQUE, Afonso. Propaganda Política e Eleitoral. *In:* Antonio Albino Rubim. (Org.). **Comunicação e Política**: Conceitos e Abordagens. 1ed.São Paulo/Salvador: UNESP/UFBA, 2004, v. 1, p. 451-482.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. & GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; MARTINS, Thamiris Franco. Um estudo das estratégias retóricas acionadas por Dilma e Serra no primeiro e segundo turno do HGPE. In: XI Congresso Brasileiro de Marketing Político, 2012, Curitiba - PR. **Anais do XI Politicom**. Curitiba - PR: Editora da UFPR, 2012. v. 01. p. 12-32.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson. Análise da comunicação eleitoral uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporanea** (UFBA. Online), v. 09, p. 390-404, 2011. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/5533/4264>.

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. “Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais”. **Dados,** vol. 42, no 2,

pp. 277-301, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200003%20&%20lng%20=en&nrm=iso>.

TENÓRIO, Giliard Gomes. Propaganda Partidária Gratuita: Uma estratégia partidária de comunicação política no Brasil. *In:* TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (Organizadores). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 436-458.

A PARTICIPAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS NA CÂMARA FEDERAL E SUA DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA (1945-1962)

Pós-Graduação
Ana Paula Lopes Ferreira; Mariana Werner de Lemos
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Ciência Política
ana.lopes089@gmail.com; nana.wma@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Funcionários Públicos. Câmara Federal. Partidos Políticos.

No Brasil, o período do Estado Novo (1937-1945) trouxe consigo a ascensão de um novo tipo de elite. Houve o surgimento de novos espaços institucionais no Estado e a consequente ocorrência de um processo de valorização da burocracia que se tornou importante na criação dos partidos políticos da época (NUNES, 1997). Uma vez que a transição para o regime democrático a partir de 1945 se deu por meio do aproveitamento da antiga estrutura do Estado Novo e não de uma ruptura (SOUZA, 1976), a valorização e reforma no serviço público brasileiro pode ter contribuído para a formação da elite parlamentar a partir da categoria ocupacional dos funcionários públicos.

O objetivo deste trabalho – de caráter exploratório – é mostrar as variações de distribuição dos deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos no período denominado Democracia Populista (1946-1962), a partir da sua filiação partidária. Tendo como hipótese que, sendo o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) um partido organizado de dentro do Estado, tendo consigo as forças sindicais e com sua base ancorada trabalhismo (CARVALHO, 2007), os funcionários públicos apresentariam maior participação nesse partido em relação aos demais. A hipótese é testada a partir do método da prosopografia – técnica de pesquisa que investiga em coletividade as características comuns de um grupo de atores – e de testes estatísticos.

Consideramos "funcionários públicos" aqueles sujeitos cuja última atividade profissional ou ocupação exercida antes do primeiro mandato eletivo *(début)* provinham de cargos do setor público (RODRIGUES, 2002). Esses cargos podem obter-se tanto através de concurso público quanto por nomeação política ou administrativa, conforme o artigo 184 da Constituição Federal de 1946.

O FUNCIONALISMO PÚBLICO NOS PARTIDOS DA DEMOCRACIA POPULISTA

A literatura sobre elites políticas retrata amplamente como algumas ocupações são mais relevantes para a entrada na política do que outras (DOGAN, 1967). Assim, funcionários públicos possuem maiores chances de entrada na carreira política em decorrência do seu *status* profissional e da sua proximidade "natural" com o meio público.

No Brasil, a categoria apresentou alto contingente na história política do período aqui analisado e o funcionalismo público constituía a segunda maior categoria da Câmara Federal (MARENCO DOS SANTOS, 2000). A burocracia é uma importante fonte de recrutamento político, consistindo um fenômeno historicamente recorrente desde o Brasil Império (CARVALHO, 1996) até o período recente, onde nas eleições brasileiras de 2008 e 2010 os candidatos eleitos com as taxas mais altas de votação encontravam-se exclusivamente no setor público (CORADINI, 2012).

Analisamos 87 indivíduos que cumpriram 126 mandatos ao longo de cinco legislaturas (1945, 1950, 1954, 1958 e 1962). O número de indivíduos pertencentes a essa categoria apresentou um crescimento modesto (de 22 para 31 cadeiras); dentro do universo geral não alcançaram mais do que 7% das profissões representadas na Câmara dos Deputados, conforme expresso na Tabela 1.

Tabela 1. Proporção de deputados federais com origem no funcionalismo público na Câmara dos Deputados eleitos no período (1945-1962)

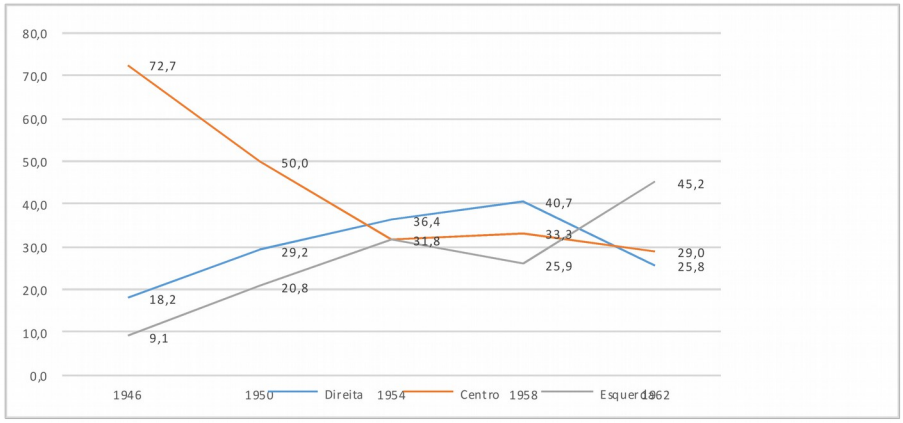
Ano	1945	1950	1954	1958	1962
Total de cadeiras na CD	286	305	323	326	409
N funcionários públicos	22	24	22	27	31
% funcionários públicos	7,7	7,9	6,8	8,3	7,6

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 87; mandatos = 126

Analisando somente os deputados federais com origem profissional no funcionalismo público por bloco ideológico, os dados apresentaram o predomínio do bloco ideológico de centro (42,1%), enquanto a direita e a esquerda não apresentaram grande diferença de percentual (30,2% e 27,8% respectivamente. Houve uma queda considerável de deputados eleitos por partidos de centro ao longo do período, de 72,7% em 1945 para 29% em 1962. Os partidos de direita realizaram um movimento contrário. Em 1945 esses indivíduos representavam 18,2% e em 1962 o valor sobe para 25,8%. No entanto, o crescimento mais expressivo é o bloco ideológico de esquerda que passa de 9,1% em 1945 para 45,2% em 1962.

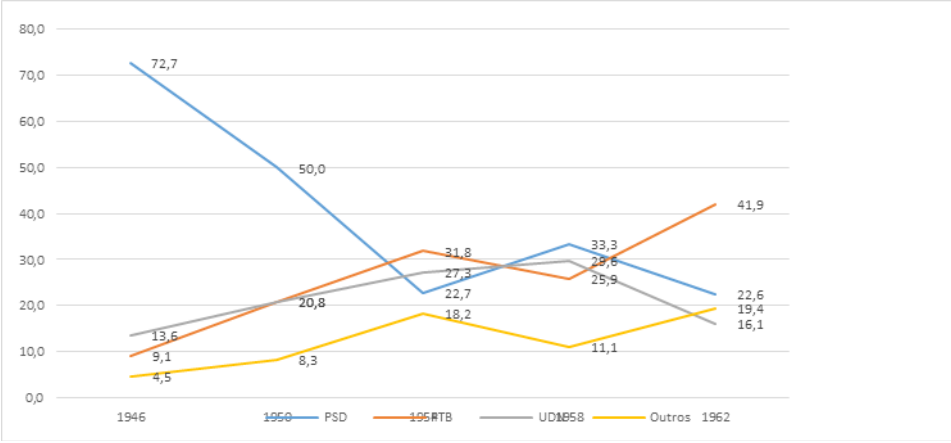
Gráfico 1 - Percentual de deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos entre 1946 e 1962 por bloco ideológico



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR

Os partidos com menor representação (PDC, PR, PSB, PSP e PTN) cresceram (de 4,5% para 16,1%), e em 1962 a sua participação agregada apresentou percentual maior do que a dos partidos de direita. De modo desagregado, como apresentado no gráfico abaixo, observamos que o PTB cresceu de 9,1% para 41,9% ao longo das legislaturas, enquanto o declínio do PSD torna-se evidente, de 72,7% em 1945 para 22,6 % em 1962. A UDN cresceu, embora não muito significativo, seu percentual passou de 13,6% para 16,1% ao longo do período.

Gráfico 2 – Percentual de deputados federais com origem profissional no funcionalismo público eleitos por partido



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR

A gênese do partido pode contribuir para uma maior compreensão do perfil político dos seus agentes. A história de cada partido contribui com implicações qualitativas que auxiliam na interpretação dos dados quantitativos. Os principais partidos políticos do período eram a UDN - União Democrática Nacional, o PSD – Partido Social Democrático e o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. O PSD foi composto a partir de ligações com o Estado Novo, criado de dentro do Estado por políticos detentores de lideranças nas interventorias estatais. A UDN foi concebida a partir de indivíduos que formavam a oposição, as interventorias estadonovistas, um partido conservador que não detinha vínculos com Estado Novo. O PTB detinha um cunho mais progressista e foi organizado por forças sindicais corporativas do

Estado Novo, tendo maior adesão dos bairros operários e tendo como base o trabalhismo. A partir de 1962 passou a ser a segunda maior força, ficando a duas cadeiras de se igualar ao maior partido na Câmara, o PSD (CARVALHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam uma alta nos deputados da categoria analisada no PSD, seguido de um declínio em torno de 50% (de 72,7% para 22,6%). Enquanto o PTB demonstrou ascensão significativa, crescendo em torno de 30% (de 9,1% para 41,9%). Se analisarmos a trajetória desses partidos, observaremos que o PSD que teve sua gênese dentro do Estado Novo, aproveitando as lideranças políticas já existentes e a máquina estatal justifica o alto número de funcionários públicos eleitos na legislatura de 1945. Uma vez que a transição para o período democrático não implicou em uma ruptura e os quadros políticos do período renovaram-se gradativamente.

A questão deste trabalho implica em perceber a ascensão do PTB num contexto em que os partidos de oposição e os partidos de esquerda tomavam força, podendo ter ocorrido uma migração partidária ou um aumento no recrutamento político dentro do Estado. Sendo o PTB um desses partidos, que obteve seu crescimento e fortalecimento ao longo do período aproximando-se da força do PSD (CARVALHO, 2007), podemos levantar a hipótese de que o incremento da ideologia trabalhista se estendeu ao funcionalismo público, já que o partido mobilizou recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no Ministério do Trabalho. Assim, concebemos que poderia existir uma relação entre o perfil ocupacional dos indivíduos (funcionários públicos) e o partido criado dentro da estrutura estatal, uma vez que ambos os partidos – de gênese semelhante – apresentaram o maior contingente de deputados na categoria analisada.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J.M. de, 1996. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial* 2a. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relume-Dumará.

CARVALHO, E. (2007) PSD, UDN E PTB, os três grandes partidos da Terceira República. CSOnline Revista Eletrônica de Ciências Sociais (UFJF), v. 1, p. 152-162, 2007.

CORADINI, O. L. (2012). Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais. *Sociedade E Estado*, *27*(3), 689–708.

DOGAN, M. (*1999*). Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et *viviers*". In: Offerlé, Michel (org.). *La Profession politique X1X'-XX' siècle*. Paris. Ed. Belin.

MARENCO DOS SANTOS, A. (1997). Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.33, p. 87-101.

NUNES, E., 1997. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*, Rio de Janeiro; Brasília: Jorge Zahar; ENAP.

SOUZA, M. C. C. (1976) [1990] Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega.

RODRIGUES, L.M., 2002. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados, São Paulo: Edusp.

AS ELEIÇÕES DE 2014 NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DO JORNAL METRO EM CURITIBA

Graduação
André Luiz Costa Dias
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Orientador: Doacir Gonçalves de Quadros
andre2013dias@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento Político. Construção da Notícia. Eleições Municipais

Neste resumo propõem-se identificar a agenda temática presente nas primeiras páginas do jornal Metro em Curitiba a fim de mensurar a visibilidade que o tema campanha eleitoral recebeu na sua cobertura nas eleições de 2014[23].

A relação dos meios de comunicação com a política vista a partir do jornal impresso no Brasil se apresenta como um tema em que há muito a pesquisar (QUADROS, 2010, p. 143). Atualmente se questiona o real impacto das informações provenientes da cobertura jornalística sobre a opinião das pessoas. Page, Shapiro e Dempsey (1983, p. 24) sugerem que as informações podem mudar as expectativas das pessoas sobre a política desde que essas informações sejam acompanhas de algumas pré-condições: a) serem recebidas; b) serem entendidas; c) serem relevantes para avaliar-se a política; d) serem discrepantes em relação à opinião anterior; e) serem verossímeis. Quanto à relevância de uma informação, McCombs e Shaw (1972) propõem que a agenda temática jornalística tem considerável impacto sobre a opinião das pessoas, de modo que as informações que compõem a agenda tornam-se conversa no dia a dia, ao sugerir quais temas devem estar em relevo na agenda pública.

Optou-se aqui pelo acompanhamento da agenda temática eleitoral presente nas primeiras páginas do jornal Metro em virtude de que no campo da produção da notícia jornalística, a primeira página consiste no espaço cujos temas tendem a compor a agenda temática e tem maior destaque e relevância no jornal (CERVI & MASSUCHIN, 2013, p. 222). A primeira página no jornal tem como função despertar a atenção do leitor ao trazer uma agenda de temas em diferentes formatos de chamadas informativas que o jornalista reporta como sendo temas de maior importância para a sociedade.

Nas eleições de 2010 para o Governo do Estado do Paraná, os temas relativos à campanha eleitoral obtiveram uma cobertura destacada nas primeiras páginas da Gazeta do Povo (GP), o inverso do que ocorreu na Folha de Londrina (FL) (SANTOS & QUADROS, 2012, p. 81). Em 2010, na Folha de Londrina, de 1.180 chamadas na primeira página, apenas 73 (6,19%) eram sobre a campanha eleitoral, ao passo que, na Gazeta do Povo, de 2.114 chamadas, um total de 316 (14,95%) eram sobre o tema. Em 2012 identificou-se tanto na Gazeta do Povo (11%) quanto na Folha de Londrina (8,7%) a baixa visibilidade que o tema

[23] O jornal Metro é disponibilizado gratuitamente em Curitiba e circula de segunda a sexta, nos principais cruzamentos de Curitiba. Terceira capital do país a receber o jornal, o Metro está presente no Brasil também nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No Brasil, o jornal é um empreendimento conjunto do Grupo Kinnevik e do Grupo Bandeirantes de Comunicação que tem como sócio o Grupo JMalucelli e em Curitiba a sua tiragem é de 30 mil jornais por dia.

recebeu a partir da sua freqüência nas chamadas de primeira página (QUADROS & SANTOS, 2013). De acordo com Quadros e Santos, no período eleitoral do ano de 2012, o assunto campanha eleitoral teve 132 chamadas na primeira página da GP e 65 na FL. Analisando-se internamente em cada jornal os temas que foram divulgados nas primeiras páginas, chega-se à conclusão: na GP, o assunto campanha eleitoral foi pautado com menos frequência (11%) em relação a outros assuntos, como variedade e cultura (15,6%), economia (14,3%) e esportes (11,6%). Na FL, observa-se o mesmo comportamento: o assunto campanha eleitoral (8,7%) foi superado em frequência nas primeiras páginas pelos assuntos economia (23,4%), político/ institucional (13%), esportes (11,7) e violência e segurança (11%).

Em face de tais conclusões, fica a questão: nas eleições de 2014 qual a visibilidade dos temas relativos à campanha eleitoral nas primeiras páginas do jornal Metro em Curitiba? A hipótese que se pretende testar é que o jornal Metro concedeu na primeira página maior destaque ao tema campanha eleitoral em comparação com outros temas. Acredita-se que isso ocorreu em virtude de ser um jornal popular e porque as eleições de 2014 é um pleito de grande importância para a população de Curitiba em virtude de ser para escolha de governador do Estado e de presidente da República.

A metodologia adotada na pesquisa consiste em identificar a agenda temática do jornal Metro a partir dos temas presentes nas chamadas de primeira página. O período analisado corresponde às edições que foram publicadas no primeiro turno eleitoral, de 1º de agosto a 5 de outubro de 2014[24]. Para verificar-se a visibilidade do tema campanha eleitoral nas primeiras páginas do Jornal Metro se adotará os seguintes procedimentos: identificação dos temas que formaram a agenda temática do jornal durante o período investigado; identificação dos formatos e da abrangência do tema campanha eleitoral nas chamadas de primeira página; identificação do espaço em centímetros quadrados e da posição na primeira página em que se encontravam as chamadas.

Com o uso da análise de conteúdo é possível identificar os temas que predominaram nas chamadas da primeira página. Selecionaram-se os seguintes temas: campanha eleitoral; político/institucional; economia; saúde; educação; atendimento a minorias; infraestrutura urbana; meio ambiente; violência e segurança; ético/moral; internacional; variedades e cultura; esportes. O tema campanha eleitoral abrange exclusivamente as chamadas relativas a informações sobre partidos políticos, candidatos à presidência do país e ao governo do estado que disputam o pleito de 2014.

Após identificar a agenda temática, quantifica-se a frequência com que os temas apareceram nas chamadas da primeira de página do Jornal Metro. Quanto maior a frequência, maior a visibilidade do tema no espaço de destaque do jornal. A variável "abrangência" designa a região geográfica principal de abrangência do tema que está sendo tratado na chamada; considerou-se a cidade sede do jornal como de abrangência local e chamadas sobre eventos em outras regiões de abrangência regional, nacional ou internacional. Quanto à posição da chamada na primeira página considerou-se o local em que estava a maior parte do texto relativo à chamada: na primeira dobra ou segunda dobra. O lugar de maior destaque para uma chamada é a primeira dobra da primeira página do jornal em razão de ser mais visível para o leitor; o lugar de menor destaque é a segunda

[24] É necessário um especial agradecimento ao Programa de Iniciação Científica da Uninter (PIC-Uninter) e aos estudantes pesquisadores dos grupos de pesquisa "Meios de comunicação e política" (Uninter) que atuaram na coleta de dados sobre as edições do jornal Metro.

dobra. Também com o objetivo de mensurar a visibilidade do tema, classificam-se as chamadas de acordo com a quantidade de espaço em centímetros quadrados que o tema campanha eleitoral ocupou nas primeiras páginas do Jornal Metro.

A atual democracia representativa reascende a pertinência da existência de um fluxo contínuo e plural de informações necessárias para o processo deliberativo de decisões políticas, como o que ocorre durante uma eleição. Considera-se nesta pesquisa que os jornais impressos colocam-se como uma das arenas que subsidiam a população com informações essenciais para o desenrolar do processo eleitoral. Consequentemente, as investigações e pesquisas sobre a cobertura jornalística tornam-se importantes para verificar o comportamento da indústria jornalística no cumprimento de sua função, que é informar (QUADROS; SANTOS, 2013, p. 35). Para a definição do voto, é importante para a população que exista uma cobertura jornalística enfatizando e informando ao seu leitor temas relativos à campanha eleitoral nas páginas de destaque do jornal que é a primeira página: é em torno dessa expectativa que se situa o objetivo de pesquisa proposto neste resumo.

BIBLIOGRAFIA

CERVI, E. U. & **MASSUCHIN,** M. G. Agenda da mídia brasileira durante o período eleitoral de 2010: a visibilidade dos temas políticos, sociais e de entretenimento. Observatório Journal, Lisboa, v. 7, n.1, p. 219-242, 2013. Disponível em: http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/528/573. Acesso em: 23.abr.2013.

MCCOMBS, M.E. & **SHAW**, D. L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. Public Opinion Quarterly, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972. Disponível em: http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20 Q%201972.pdf. Acesso em: 23.abr.2013.

PAGE, B.; **SHAPIRO**, R. & **DEMPSEY**, G. What Moves Public Opinion? American Political Science Review, Washington (DC), v. 81, n. 1, p. 23-43, Mar. 1983. Disponível em: http://www.uvm.edu/~dguber/POLS234/articles/page1.pdf. Acesso em: 23.abr.2013

QUADROS, D. G. Mídia impressa e as eleições em Curitiba: convergências e discrepâncias entre a cobertura da Gazeta do Povo e a de O Estado do Paraná nas eleições de 2008. In: CERVI, E. U. (org.). Eleições e midia local: desvendando a democracia de massa em disputas municipais. Ponta Grossa: Todapalavra, 2010.

QUADROS, D. G. & **SANTOS,** R. M. Jornal impresso e eleições 2012: a campanha eleitoral nas primeiras páginas dos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.6, n.17, p.32-50, jun.-set. 2013 Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/15004> Acesso em 24 set. 2014

SANTOS, R. M. **& QUADROS**, D. G. Jornal impresso e política: as eleições 2010 nas capas dos jornais O Estado do Paraná, Gazeta do Povo e Folha de Londrina. Ius Gentium, Curitiba, ano 6, n.11, p.71-84, 2012. Disponível em: http://www.grupouninter.com.br/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/55/pdf.

Acesso em: 23.abr.2013.

DIPLOMACIA INTELECTUAL E DIPLOMACIA TÉCNICA, UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA

Graduação
Bruce Lee Pereira
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Relações Internacionais
Orientadora: Professora Karla Gobo
bruceleetkd@live.com

A diplomacia brasileira possui uma forte característica intelectual que atravessa os anos e sobrevive a sucessões de governos, o que leva a necessidade de investigar sobre o tema a fim de descobrir até que ponto essa característica de diletância influencia as ações diplomáticas brasileiras. O presente trabalho visa analisar, segundo as publicações e produções efetuadas pelos diplomatas brasileiros, se esse caráter intelectual se sobressai ao novo caráter técnico que tende a vigorar na atualidade. Para adquirir respostas satisfatórias será utilizado o banco de dados sobre os diplomatas brasileiros ativos e aposentados, que é elaborado juntamente com o grupo de pesquisa sobre a diplomacia brasileira da Uninter.

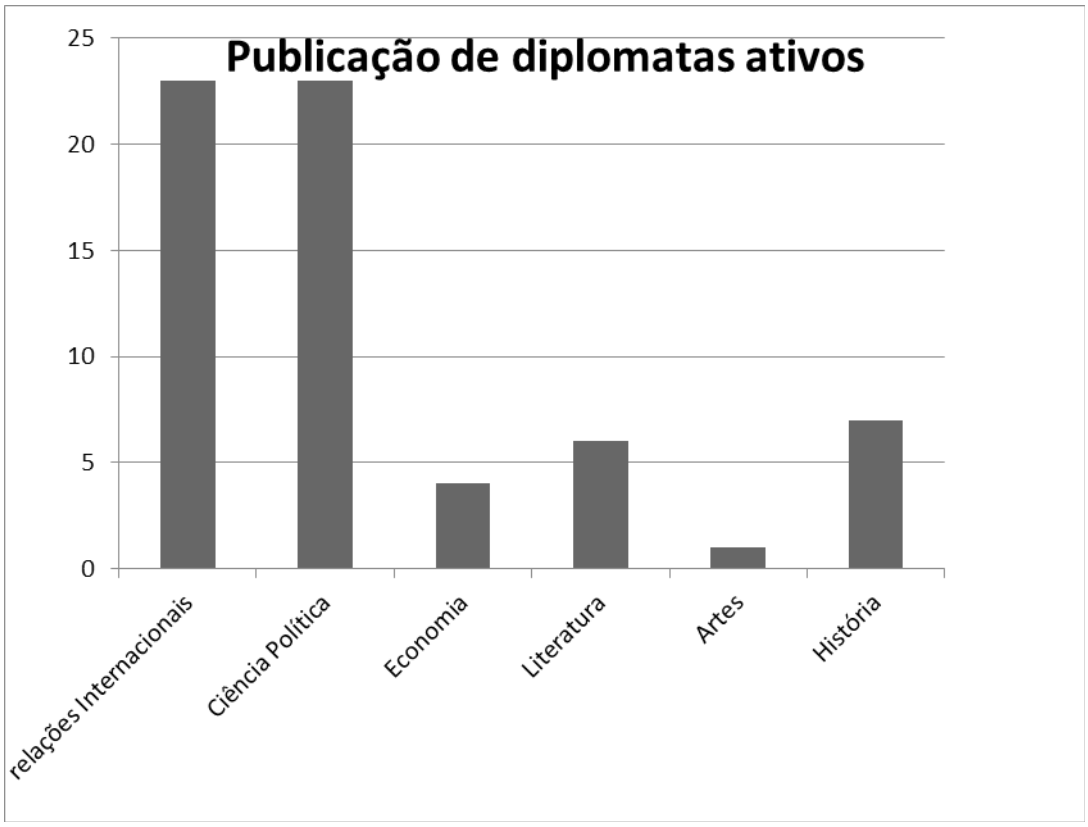
Como método de pesquisa quantitativa será utilizado o processo discriminatório na análise do caráter técnico das publicações classificando-o pelas produções que possuírem conteúdo da área da ciência política, economia, direito e Relações Internacionais, enquanto que o caráter intelectual será classificado por produções de outras áreas como literatura, poesia, história. Uma breve explicação histórica do período do Barão do Rio Branco será feita, tendo em vista que nesse momento houve um redirecionamento nos paradigmas de formulação de política externa brasileira, bem como na forma de governo brasileiro na transição de império para república, o que torna claro que haveria então, uma provável mudança nos critérios de execução da política externa. Serão analisados os dados adquiridos, e apresentados em forma de planilha para ilustrar os resultados da pesquisa e assim obter uma resposta para a pergunta e delimitar a hipótese da pesquisa.

O período em que Barão do Rio Branco tomou posse dos assuntos da política internacional brasileira foi marcado pela transição do teor aristocrático para o técnico, porém a herança cultural aristocrática da diplomacia brasileira se manteve como *habitus*[25] presente. Sob a liderança do Barão a política externa brasileira tomou um rumo de muito sucesso, com aspecto carismático e utilizando métodos estratégicos concretizou a delimitação final da linha territorial brasileira entre outros feitos. Essa análise sobre a passagem do Barão na liderança do Ministério das relações exteriores se faz necessário para compreende a origem e transição do caráter intelectual e técnico que permeia a instituição.

No entanto a fase de coleta de dados ainda não foi concluída, portanto o resultado adquirido até o momento presente lida com parciais. Porém, a partir dos dados já coletados pode-se obter uma conclusão parcial satisfatória do tema pesquisado e já direciona a

[25] O conceito de habitus foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para referir-se a capacidade de uma estrutura social ser incorporada pelos agentes que o permeiam.

resposta da pesquisa de forma muito clara como mostra o gráfico[26] a seguir. Ele efetuado com dados coletados de 300 diplomatas da planilha de ativos do Itamaraty.



Esses resultados parciais mostram com clareza que há uma predominância da área técnica na diplomacia brasileira, ou seja a diplomacia brasileira, com base em suas publicações, possui caráter técnico.

A coleta dos dados, bem como outros aspectos da pesquisa, ainda não foi concluída portanto o trabalho apresenta resultados parciais e estarão sujeitos à alteração nos resultados finais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. (1979) **La distinction**: critique socialedujugement. Paris: LesÉditions de Minuit.

CHEIBUB, Z. B. (1985) **Diplomacia e Construção Institucional**: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. Dados, Rio de Janeiro, n 28, p. 113-131. 1985.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.(2012). **O Evangelho do Barão**. São Paulo: UNESP.
http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores

[26] Gráfico baseado na coleta de dados efetuada pelo grupo de pesquisa Noblesse D'État Gênese e estrutura do campo diplomático brasileiro sob coordenação da professora Karla Gobo.

AS FORÇAS ARMADAS COMO ESTRATEGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL: O BRASIL E A *PEACEKEEPING*

Graduação
Jéssica Bueno
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Curso: Relações Internacionais
Orientadora: Andréa Benetti C. de Oliveira
jess.buenojb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Inserção internacional. Missões de Paz. MINUSTAH. Política Externa Brasileira.

APRESENTAÇÂO

O presente artigo faz um estudo, do que entendemos, como o novo paradigma da Política Externa brasileira e a maneira como sua maior estratégia ser o emprego das Forças Armadas brasileiras em missões de paz, com o intuito de se reafirmar como uma potência regional, de maneira a ser plenamente capaz de representar a América do Sul no Conselho de Segurança da ONU com o tão almejado assento permanente. Aqui vamos nos deter principalmente à então vigente missão de paz no Haiti, cuja atuação do Brasil foi significativa, após o mesmo retornar sua atuação junto às organizações internacionais e com uma política externa multilateral, com engajamento em parcerias globais e dando ênfase na cooperação sul-sul, deixando claro assim o seu prestígio no cenário internacional e se destacando como o "primeiro entre iguais".

Após quase vinte anos mantendo uma política afastada dos organismos internacionais, por desinteresse nos mesmos, por parte do governo militar, o Brasil se vê em um cenário interno de redemocratização e criação de uma nova Constituição Federal. Não demorou muito para o país retomar suas antigas ambições em ter um assento permanente no CSNU de maneira que readota sua antiga Política Externa só que agora de maneira ainda mais incisiva aderindo fortemente ao multilateralismo o que cria o então chamado novo paradigma da política externa. Nesse período o Brasil junto com vários outros países assina a Resolução 44/49 da ASNU em 08 de dezembro de 1989 sobre a "Revisão Abrangente da Questão das Operações de Paz em Todos os seus Aspectos" que encorajou seus estados-membros a organizarem programas de treinamentos para os militares bem como os civis dando assim a oportunidade do Brasil adestrar suas Forças Armadas e articular organismos em sua política de defesa voltados para o emprego das mesmas em missões de paz.

A importância do Brasil nessas missões de paz passa a adquirir cada vez mais importância na política externa brasileira de maneira que isso projeta o país no cenário internacional, sem deixar de lado o preparo dos nossos militares que adquirem experiência na defesa da nação. Em 2004 é dado ao Brasil a oportunidade de reafirmar sua política externa multilateral, iniciada pelo governo FHC e frisada ainda mais pelo governo Lula, é quando nós assumimos o comando das forças de paz no Haiti. Nesse contexto somos reconhecidos como uma potência regional representando a América do Sul ou como disse o próprio Lula em seu discurso na cerimonia de embarque das tropas "A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo".

Baseada no 4º artigo da CF, o Brasil somente aceita participar de missões se houver aceitação das partes envolvidas no conflito, de modo a adotar uma política de *Peacekeeping*. Suas atuações baseadas no Plano Nacional da Defesa as Forças Armadas tem o objetivo de ajudar a solucionar conflitos e promover negociações diplomáticas, isso regido pelos princípios fundamentais da imparcialidade, negociações com as partes, aplicação do mínimo de força necessária, solucionar e intermediar problemas (Exército BR). Porém o que não se assume com relação a missão de paz do Haiti, a MINUSTAH, é que ela não se enquadrava completamente nos moldes do 4º artigo e mesmo assim o Brasil decide participar, devido ao interesse brasileiro em utilizar a missão para se projetar com uma potência regional. Essa estratégia do Brasil aparentemente deu certo afinal até a Argentina que se opunha a ideia do Brasil se afirmar como o representante da América do Sul perante o CSNU, agora aceita ser liderado pelas tropas brasileiras em solo Haitiano.

Esse pré-disposição brasileira em deixar de lado alguns de seus princípios e assumir a MINUSTAH deve ser encarada como "resultado de sua política externa mais agressiva e pragmática no período pós-Guerra Fria" (BRACEY, 2010, p. 319). Tal política tem o objetivo de resultar, não só, em um acento permanente, mas também uma relação comercial mais intensa com os países da América do sul bem como fortalecer os laços da chamada cooperação sul-sul. Sempre que analisamos e fazemos um comparativo entre as missões em que o Brasil participou e quais ele mais se destacou percebemos que as últimas refletem os interesses geopolíticos do país.

PROBLEMA

Usaremos o a missão de paz do Haiti vigente há 10 anos e comandada pelas tropas brasileiras para analisar como nos últimos anos o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa tem estreitado seus laços e fortalecido essa política multilateral brasileira, ajudando o país a se firmar como uma potência regional, capaz de treinar e adestrar suas forças armadas e emprega-las da melhor maneira em busca da solidariedade regional. Resultado do novo paradigma da política externa brasileira, a importância da presença das nossas FFAA em missões de paz da ONU vem crescendo ainda mais após reconhecimento do sucesso das missões, lideradas por tropas com um caráter mais humanitário do que militar.

JUSTIFICATIVA

Com o governo FHC fica claro que o Brasil inicia um novo jeito de atuar no cenário por meio de suas estratégias de política externa. O governo Lula reafirma essa política e a torna ainda mais incisiva, sendo nesse período que o Brasil assume a MINUSTAH que provavelmente é a missão de maior peso para o prestígio brasileiro. Atualmente nas Relações Internacionais para se falar e estudar a política externa brasileira precisa-se entender qual a ligação de tal política com a Estratégia de Defesa do país. Por isso realizamos esse estudo no intuito de produzir novos materiais, com novas perspectivas sobre o tema.

OBJETIVO

Nosso objetivo por meio desses estudos é entender como as FFAA podem ser usadas para alavancar o processo de inserção internacional do Brasil e acima de tudo fazer uma análise histórica da mudança da política externa brasileira e como tal mudança contribuiu positivamente para o prestigio e imagem do país.

METODOLOGIA

Iremos estudar a participação do Brasil na MINUSTAH por meio dos dados disponibilizados pelos meios de comunicação das FFAA bem como os da ONU e balancear tais dados com os estudos sobre PEB que vem sendo desenvolvido a partir do ano de 1989, de maneira a termos uma pesquisa qualitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase 20 anos longe de organizações internacionais, não é nada favorável para um país que tem a pretensão de assumir uma posição de destaque, dentro de uma das maiores e mais fortes organizações presentes no mundo, com o final do regime militar o Brasil apresenta uma política determinada a "correr atrás do prejuízo", como diz o dito popular. Em seus dois governos mais duradouros percebemos um novo paradigma da política externa se firmando e buscando maneiras mais incisivas de se projetar como potência regional, plenamente capaz de representar a América do Sul diante das organizações internacionais, bem como, estreitar seus laços econômicos e comerciais com tais países.

Nunca foi segredo a ambição do Brasil para se tornar o sexto país a ter um assento permanente na ONU, mas aqui a proposta que fizemos foi analisar mais detalhadamente um dos artifícios que o Brasil usa para se projetar como potência regional e país de prestigio perante os olhos da ONU. As FFAA como estratégia de inserção internacional, ou seja seu emprego em *peacekeeping*, é reflexo do modo pós-Guerra Fria de se fazer política externa. Essa política agressiva, pragmática e de cunho multilateral tem dado certo para o Brasil quando se trata de prestígio e reconhecimento, principalmente do modo inovador de se fazer *Peacekeeping*, muito mais humanizado do que militarizado. De fato não sabemos dizer ao certo se estamos mais próximos de garantir o assento permanente no CSNU, mas o reconhecimento está vindo e país pode ficar orgulhoso quanto a isso, como o próprio exército brasileiro afirma:

> É importante enfatizar que o Brasil pode se orgulhar de sua participação nas operações internacionais, pois projeta, favoravelmente, a sua imagem, colhendo significativos dividendos internos e externos, ratificando sua posição de importante ator no cenário mundial e conquistando o espaço que lhe é devido no âmbito das relações exteriores (Exército Brasileiro – Orgulho Verde Oliva).

Nos tornamos referências em missões de paz. O objetivo tanto do Ministério das Relações Exteriores quanto do Ministério da Defesa é caminhar junto até que o Brasil se torne a maior referência regional, bem como o melhor representante da América do Sul com peso nas decisões do CSNU.

REFERÊNCIAS

BRACEY, Djuan: **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti.** Contexto Internacional vol 33:315-328, julho/dezembro 2011.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **CCOPAB; Criação do Centro.** Disponível em: < http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/ccopab/criacao-do-centro> Acesso em: 08/09/2014

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missões de paz.** Disponível em: < http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/-/asset_publisher/xbkIlDCFFYVl/content/apresentacao?redirect=http%3A%2F

%2Fwww.eb.mil.br%2Fmissoes-de-paz%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_xbkIlDCFFYVl%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D3 > Acesso em 18/09/2014

FONTOURA, Jorge: **Por que o Brasil quer a ONU. Correio Braziliense, 2013**. Disponível em:< http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/por-que-o-brasil-quer-a-onu-jorge-fontoura-correio-braziliense-24-10-2013 > Acesso em: 16/09/2014

ITAMARATY. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do "Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz" - Brasília, DF, 05/02/2007.** Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discurso-do-do-ministro-de-estado-das-relacoes> Acesso em: 16/09/2014.

ITAMARATY**. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti.** Disponível em: < http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica-federativa-do-brasil/560382073724-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio f> Acesso em: 16/09/2014.

REZENDE, Lucas Pereira: **Uma nova abordagem para o estudo do engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU.** Política Externa, 163- 176, 2012.

VERENHITACH, Gabriela Daou: **A Influência da liderança brasileira na missão das nações unidas para a estabilização no Haiti.** Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

A EXPANSÃO DA PLATAFORMA MARÍTIMA DO BRASIL E A MODERNIZAÇÃO DA ARMADA NAVAL BRASILEIRA

Graduação
Jorge Henrique Araujo Medeiros
Centro Universitário Internacional – UNINTER.
Relações Internacionais

Orientadora: Andréa Benetti Carvalho de Oliveira
jorgeharaujo@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Marinha. Expansão. Delimitações e defesa.

APRESENTAÇÃO

O intuito deste artigo é fazer uma análise de caso sobre o pleito brasileiro de expansão de seu mar territorial, com a plataforma continental estendida, na conformidade com os tratados da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar CNUDM. Partindo da hipótese de o atual cenário multipolar e assimétrico está criando uma relação conflituosa entre os interesses nacionais do Brasil e as resoluções negativas dadas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), projeta-se assim a necessidade de um aumento da presença da Marinha do Brasil no Atlântico Sul.

PROBLEMA

A posição geopolítica do Brasil com seu litoral totalmente voltado para o Atlântico sul, aliado a sua continentalidade com cerca de 8.514.877 km², demonstram a complexibilidade de defesa enfrentada pelo país.

Além de efetuar uma exploração econômica do mar com a pesca e o turismo, desde 1968 o Brasil demanda também pesquisas para prospecção de petróleo no mar, obtendo uma escalada de sucessos e desenvolvimentos tecnológicos importantes no setor petrolífero, principalmente em águas profundas.

Dentre tantos sucessos duas datas são expressivas para o Brasil: 1974 com as descobertas na bacia de Campos, gerando uma projeção consecutiva de vários novos pontos de prospecção até 1997 e 2005 com a descoberta das reservas petrolíferas do pré-sal, iniciando-se sua extração a partir de 2008.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, gás natural e combustível (ANP) de 2012, demonstram que cerca de 80% do total das reservas comprovadas de petróleo no Brasil, provêm das plataformas marítimas. Segundo a Petrobras, a produção acumulada da província pré-sal já ultrapassa 360 milhões de barris de óleo equivalente[27].

Tal cenário Brasileiro propiciou a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e a necessidade do apoio da Marinha no programa denominado Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), visando o aumento da zona econômica exclusiva (ZEE) brasileira para mais de 200 milhas, abrangendo assim as novas áreas estratégicas.

JUSTIFICATIVA

A atual multipolaridade do sistema internacional e o aumento dos conflitos internacionais intensificaram a quantidade de interessados em estudos sobre defesa, sendo seu principal foco o atual cenário de redistribuição de poder mundial; o aumento dos conflitos armados e seus reflexos.

[27] Unidade básica usada para medir a produção do óleo e do gás e barris de petróleo equivalentes (boe). É frequentemente necessário usar milhões ou biliões de equivalente dos barris de petróleo (mboe ou bboe) ao discutir reservas de petróleo. Os volumes da produção são medidos no boed (equivalente dos barris de petróleo um o dia) ou no mboed (milhões do equivalente dos barris de petróleo um dia).

Tal redistribuição de poder já geraram hipóteses para cenários futuros como a do estrategista francês Pierre Lellouche, com sua "teoria da incerteza", também conhecida como "Teoria da Turbulência", que desponta em seu livro "O Novo Mundo: da Ordem de Yalta à Desordem das Nações" de 1992.

Lellouche em sua projeção de cenário futuro para o século XXI demonstra que a fragmentação do bloco soviético, não consolidará no mundo uma nova ordem mundial estável e determinada pela relação Norte Sul, critica em seus textos os geopolíticos por preconizarem esta relação como certa e inevitável, afirma ainda que o cenário mundial será de uma **"desordem mundial"** podendo durar até o ano de 2025 (BONFIN et al.; 2005).

Nesse novo contexto, não se considera os Estados Unidos da América em condições de dominar ou de conduzir uma "nova ordem mundial", como no cenário apresentado durante o fim da segunda grande guerra mundial (*idem*).

Este novo cenário mundial também não considera a América do Sul como "zona de turbulência" ou de "incerteza", apesar de considerar haver grandes desigualdades entre os países, destaca-se sua vantagem na posição geopolítica, que é o distanciamento dos principais focos de atritos na Europa, África e Oriente Médio (*ibidem*).

Acreditando ainda que os Estados da América do Sul podem e conseguem administrar suas diferenças pacificamente, Lellouche sugere claramente três conceitos possíveis de adoção pelo Brasil: o primeiro é que ele deve se aproveitar desse período de turbulência para sair sozinho (se necessário) de um estado de estagnação; o segundo seria unir-se com um grupo de Estados vizinhos (a melhor opção) ou uma terceira a de cooperar com todos os Estados da América do Sul nessa projeção (pouco provável) (*ibidem*).

OBJETIVOS

O principal objetivo é verificar se o Brasil se projeta para uma ascensão naval no Atlântico Sul, impelido pelo atual cenário imposto na multipolaridade assimétrica ou se manterá uma política de defesa com ações unilaterais, consolidando-se na garantia de que prevalecera uma decisão favorável pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), na sua demanda pela ampliação do seu território marítimo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizando-se dos conceitos da teoria geopolítica da incerteza; com análises dos projetos militares do Brasil, textos acadêmicos relacionados ao tema "defesa", resoluções da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), relatórios orçamentários sobre os gastos da Marinha do Brasil e nas ações militares no Atlântico Sul, poderemos constatar se haverá uma projeção naval Brasileira fundamentada na redução da influência Americana global, na possível cooperação Sul Americana. Determinando segundo a teoria uma busca pela criação de uma zona fora das áreas de turbulência ou de incerteza.

DISCUSSÕES

Segundo a CNUDM não é permitido o aumento da plataforma continental fora das condições e parâmetros fixados no tratado, não existindo qualquer outra possibilidade na expansão do mar territorial, zona econômica exclusiva (ZEE) ou qualquer outro espaço marítimo definido (SILVA, et al., 2013).

Entretanto existe a possibilidade de um aumento da projeção com um extenso estudo sobre as características geológicas da região submersa, podendo ser fundamenta nos termos controversos nos parágrafos 4 a 6 do artigo 76 da CNUDM, demonstrando ter atendido a certos critérios técnicos para o estabelecimento dos limites externos da plataforma continental (*idem*).

Em 1987 o Brasil inicia o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) buscando por objetivo determinar o limite da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, nos termos em que a mesma é definida no artigo 76 da CNUDM (*ibidem*).

Tal trabalho deve ser apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) que é um órgão internacional, que dará um parecer sobre a solicitação. A não concordância sobre a recomendação da CLPC obriga a reformulação de uma nova proposta em certo tempo hábil, criando-se assim uma situação interminável do que se define simplesmente como “pingue pongue” (*ibidem*).

A proposta brasileira sobre a ampliação para além das 200 milhas ainda não foi aprovada sendo assim o Brasil, de maneira unilateral, decidiu quem tem como seu direito uma avaliação previa sobre os possíveis pedidos de autorização para a realização de pesquisa na plataforma continental estendida, enquanto ainda aguarda uma nova manifestação da CLPC sobre uma nova solicitação (*ibidem*).

A projeção naval analisada pela teoria da incerteza determinaria uma ação militar cooperativa e na intenção de regionalização do poder naval no Atlântico Sul, por intermédio dos Estados Sul Americanos e alguns outros Estados interessados, abrangendo indiretamente os interesses Brasileiros sobre o aumento de sua zona econômica exclusiva (ZEE), para além das 200 milhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil nos últimos dez anos busca ampliar e estabelecer seus projetos de cooperação na área de defesa com relação aos países que detém limites litorâneos com o Atlântico Sul, não apenas no continente Sul Americano como Argentina e Uruguai, mas também com os do continente Africano como Nigéria, Angola e África do Sul, construindo uma identidade regional voltada para a alteração de poder no Atlântico Sul (ABDENUR e SOUZA NETO, et al., 2014).

Esta projeção busca um Atlântico Sul como zona pacífica e livre de armas nucleares, idealizada desde 1986 com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o único país membro da ONU a votar contra a intenção da criação da ZOPACA, foram os EUA (*idem*).

Nesta cooperação Brasileira de uma identidade regional está incluso a venda de equipamentos militares Brasileiros principalmente para a África, treinamento de oficiais e manobras conjuntas, englobando ainda uma parceria com Estados como São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Camarões, em questões envolvendo o combate à pirataria e tráfico de drogas (*ibidem*).

O Brasil vem assumindo o protagonismo no ZOPACAS, projetando-se na modernização e reaparelhamento de sua força naval, mantendo laços de desenvolvimento em pesquisas e tecnologia com vários países (*ibidem*).

A Marinha do Brasil desenvolve também o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), determinando que a área oceânica Brasileira coberta, abrangerá as Águas Jurisdicionais Brasileiras e as áreas internacionais de sua responsabilidade (MARINHA DO BRASIL; 2014).

O Brasil já está entre os 15 maiores países que gastam com defesa, com um orçamento de cerca de U$ 31,5 Bilhões, em 2013, o colocando em 12ª no mundo, em uma comparação com os períodos dos Governos Fernando Henrique e os de Luiz Inácio e Dilma Rousseff, podemos verificar um decréscimo nos investimentos dos gastos com relação ao PIB por governos: FHC (8 anos) com cerca de 1,76 % do PIB e Lula/ Dilma (13 anos) com cerca de 1,51% do PIB, embora tenha crescido em termos Reais em comparação com o dólar, cerca de 7% ao ano entre 2003 e 2010, em relação percentual relacionado ao PIB caem 0.25% na média (DEFESA NET; 2014).

O Total gasto pela América do Sul em 2013 é igual a U$ 67,0 Bilhões, os gastos do Brasil ficaram em cerca de U$ 31,5 Bilhões chegando a 47% do valor em defesa na região (*Idem)*.

Os valores orçamentários do Ministério da Defesa do Brasil, em U$ Bi nos últimos sete anos foram: 2007 com 29,5 U$ Bi; 2008 com 31,4 U$ Bi; 2009 com 34,4 U$ Bi; 2010 com 38,1 U$ Bi; 2011 com 36,9 U$ Bi; 2012 com 37,6 U$ Bi e 2013 com 31,4 U$ Bi (*ibidem)*. Demonstra a intenção de manter um orçamento estável e na garantia do andamento dos projetos militares.

CONCLUSÃO

O Brasil determina uma projeção naval em uma cooperação ampla entre determinados Estados; na melhoria de sua indústria nacional de defesa e na intenção de regionalização militar do Atlântico Sul.

A necessidade de projeção da zona de exclusão para além das 200 milhas determina um clima territorialistas no Atlântico Sul, mas este já está acentuado na problemática das Malvinas/Falklands, onde o Reino Unido já se dispôs a iniciar prospecção de petróleo em áreas contestadas pela Argentina (ESTADÃO; 2010) e no impacto negativo dos Sul Americanos com a reativação de forma unilateral da IV frota por parte dos EUA em 2008 (CARTA MAIOR; 2008).

A limitação estratégica do Brasil está relacionada aos atores externos que evitariam esta projeção de poder e aos recursos financeiros oriundos do orçamento da defesa, que limitam a velocidade dessa projeção naval.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal e SOUZA NETO, Danilo Marcondes de; **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul;** Rev. bras. polít. int. vol. 57n. 1; 2014.

BONFIM, Uraci Castro; **curso de politica, estratégia e alta administração do exército**; Geopolítica; 2005; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

CARTA MAIOR; Internacional; **EUA Reativam a IV Frota e preocupam dirigentes da América Latina**; 18/07/2008; disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205; acesso em: 19 set. de 2014.

DEFESA NET; Defesa; SIPRI – **Brasil é o 12º orçamento defesa** disponível em: http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/14978/SIPRI---Brasil-e-o-12% C2%BA-Orcamento-Defesa/; acesso em 10 set. de 2014.

DUARTE, Érico Esteves; **Poder Militar, Crise Financeira e o Panorama de Segurança Internacional do Século XXI;** Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais |e-ISSN 2238-6912 |.

ESTADÂO; BBC BRASIL; **Empresa Britânica Inicia Exploração de petróleo nas Malvinas**; Internacional América Latina; 22 de fev. de 2010; disponível em: http://internacional.estadao.com.br/noticias/america-latina, empresa-britanica-inicia-exploracao-de-petroleo-nas-malvinas, 514368; acesso em 12 set. 2014.

MARINHA DO BRASIL; **Programa de Reaparelhamento** disponível em: https://www.marinha.mil.br/programa-de-reaparelhamento; acesso em 17 de set. de 2014.

PETROBRAS; **Pré- Sal**; disponível em: http: //www.petrobras.com.br/pt/nossas -atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal /; acesso em 20 set. de 2014.

SILVA, Alexandre Pereira da; **O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul;** artigo Rev. Bras. Polít. Int. 56 (1): 104-121 [2013].

SOFT POWER E QUADRINHOS – ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O USO DO DISCURSO DO GOVERNO AMERICANO SOBRE OS QUADRINHOS DO CAPITÃO AMÉRICA

Pós-Graduação
Nicolle Mika dos Santos
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER.
Relações Internacionais
Orientadora: Heloíse Vieira
nicolle.mika@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Soft Power. Cultura. Arte. Quadrinhos. Capitão América.

INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido apoia-se no uso do *Soft Power* (segundo Nye (2004), a habilidade de um ator das Relações Internacionais influenciar direta e indiretamente as escolhas de outro, por meios culturais e ideológicos, para além do uso da economia ou da política), como um instrumento de difusão de valores por meio da cultura. Pode-se observar esse comportamento pelos Estados Unidos, durante o ano de 1941, o auge da Segunda Guerra Mundial. A cultura, neste caso, se faz presente nas artes, por meio de Histórias em Quadrinhos, de maneira mais relevante para esta pesquisa, as histórias do Capitão América.

A intenção ao desenvolver esta hipótese é mostrar que há uma influência direta dos discursos do governo dos Estados Unidos nas histórias da personagem Capitão América durante o primeiro ano de publicação da revista (1941). Esse ano coincide com a entrada do país no conflito, permitindo passar os valores de liberdade e igualdade americanos aos seus jovens.

O objeto de pesquisa no presente trabalho são os já mencionados quadrinhos do Capitão América publicados em 1941, enquanto a hipótese baseia-se na existência da influência dos discursos governamentais sobre a produção cultural e artística, focando-se nas Histórias em Quadrinhos. A escolha do tema e do objeto de pesquisa baseiam-se na intenção de colaborar para que haja uma quebra da visão não-intelectualizada dos quadrinhos e do conceito “infantil” que é colocado sobre tais produções.

DESENVOLVIMENTO

Nye desenvolve o conceito de *Soft Power* superficialmente em 1990 e em 2001, em suas produções “*Bound to Lead*” e “*The Paradox of American Power*”, respectivamente. O tema é abordando como uma terceira dimensão onde os Estados Unidos seriam a nação mais forte, não somente militar ou economicamente mas também, como um pequeno argumento sobre o multilateralismo e a política estrangeira (Nye, 2004, pg XII). A influência de tal processo em tais cenários se dá por meio da participação ativa dos atores em arenas internacionais, favorecendo sua visão como um participante relevante nas questões abordadas e aumentando sua capacidade de negociação.

O desenvolvimento mais apropriado do termo *Soft Power* foi apresentando de uma forma mais completa e dinâmica por Nye em seu livro *"Soft Power - The Means to Success in*

World" de 2004. Neste livro, Nye discorre sobre o *Soft Power* como a habilidade de moldar as preferências dos outros, sem utilizar-se de ameaças tangíveis ou pressões (2004, p. 5), envolvendo cultura, valores, política internacional, e, algumas vezes, instituições.

O ponto crucial na questão do uso do *Soft Power*, no trabalho a ser apresentado, apoia-se na perspectiva cultural, partindo-se do conceito que o mesmo é um instrumento que leva os Estados fortes a atingirem suas metas. Contudo, metas não serão alcançadas tão somente fazendo o uso de instrumentos indiretos e sutis, mas podendo fazer uso de valores que, preferencialmente, serão gerados em comum acordo (Nye, 2004), mostrando uma negligência sobre os valores já existentes. Logo, a cultura se mostra um instrumento importante de abordagem no momento em que o Estado precisa passar seus valores aos demais.

Para compreender o que é cultura, este trabalho utiliza-se da abordagem de Geertz sobre o assunto, baseando-se em sua obra "A interpretação das Culturas" (1973). Nesta obra, Geertz define a cultura como pública, sem criadores identificáveis, com um sistema independente de interpretação. Uma vez que se entenda que a cultura é a manifestação dos valores ou crenças a qual o ser humano está imerso, então deve-se partir para a arte, que está inserida dentro deste sistema. O conceito de arte aceito pelo senso comum é toda manifestação cultural de um povo, que seja ligada ou voltada à comunicação (Seixas, 2008). Weitz, em seu artigo "O Papel da Teoria na Estética" (1956), considera a arte algo logicamente impossível de ser definido de forma clássica ou real, adotando um conceito aberto sobre a mesma, que envolve arte de um modo geral. Uma das explicações oferecidas pelo teórico é:

> "Assim, aquilo que estou a defender é que o próprio caráter expansivo e empreendedor da arte, as suas sempre presentes mudanças e novas criações, torna logicamente impossível garantir um qualquer conjunto de propriedades definidoras" (Weitz, p. 6, 1956).

Sendo a arte uma manifestação dos valores de um povo, podemos concluir que a produção ficcional nos Estados Unidos foi um reflexo dos valores de liberdade e igualdade tão difundidos na época abordada, dentro do país. Viana (2005) caracteriza tal produção como ficção produzida por indivíduos inseridos em um contexto social e histórico, de forma a passar sua base histórica e social:

> "As HQ são produtos constituídos por empresas e criadores que geram determinado contexto social e histórico. Com seus recursos (balão de diálogo, imagens, palavras que expressam sons, etc.) e sequência expressam uma determinada ficção produzida por indivíduos que são seres sociais que realizam um trabalho coletivo (e neste sentido as HQ tem certa semelhança com o cinema e se distancia de outras formas de arte cuja produção é mais individual), cuja base só pode ser histórica e social" (Viana, 2005).

Somos apresentados então à personagem Capitão América, criada em um contexto social e histórico específico: a sociedade americana de 1941, durante a Segunda Guerra mundial. Sua criação é axiológica, mostrando um herói criado para combater o nazismo. Antes da ascensão de Steve Rogers, o Capitão, dentro do universo ficcional, ele era

caracterizado como um garoto franzino, porém intuído de forte espírito patriótico, disposto a lutar pela pátria contra os nazistas, não fugindo de seus valores.

> "A própria personalidade do Capitão América, marcada pelo "espírito de liderança" e "bom senso", é expressão da axiologia norte-americana segundo a qual os Estados Unidos tem o papel de "líder mundial". As histórias antigas do Capitão América durante a Segunda Guerra Mundial são extremamente axiológicas, e contam não só com a figura de Hitler e vilões poderosos (Caveira, Capitão Nemo, etc.) como aliados de confiança (Buck, O Patriota, Tocha Humana Original, Namor, etc.) […]" (Viana, 2003).

Até aqui, inseridos no contexto histórico no qual a personagem foi concebida, nos deparamos com uma sociedade norte-americana necessitando de jovens que compartilhassem de um espírito voluntarioso e patriótico tão forte quanto o do Capitão América.

Contudo, não será afirmado aqui, após um trabalho de pesquisa e interpretação, por meio de um método de análise de conteúdo, que os criadores Joe Simon e Jack Kirby estavam procurando inflamar estes sentimentos nos jovens americanos da época (os maiores consumidores naquele momento) ou que estavam movidos por puro sentimento capitalista.

CONCLUSÃO

O trabalho está em processo de produção, por esse motivo é imprudente dizer com absoluta certeza que se chegará à conclusão pretendida ou que possa ser afirmado alguma coisa além do já observado. Os Estados Unidos tinham, em 1941, um discurso que defendia a participação da população na guerra, além de difundir pelo mundo a imagem de líder mundial a ser seguido. O discurso patriótico se faz presente nas diversas produções culturais da época, como o Soldado Snafu, que era utilizado de forma a incentivar e educar os soldados.

O Capitão América, dentro deste contexto, é um reflexo do pensamento dos Estados Unidos como o pilar da defesa mundial, o que é comprovado pelo uso do escudo, ao invés de armas. O discurso apresentado tem os Estados Unidos como o país da liberdade, e o Capitão América defende tal postura ao longo de suas aventuras, mostrando-se um líder nato e um guerreiro valoroso, permitindo associações com o país no mundo real, influenciando o pensamento e os valores da população. A meta a ser cumprida até o final do projeto, como já mencionado, é procurar influência do discurso do governo americano nos quadrinhos da personagem produzidos durante 1941, para então ser afirmado se há ou não relação entre os mesmos, como uma forma de Soft Power aplicada por uma instituição, no caso, a produtora de quadrinhos Marvel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEITZ, Morris. O Papel da Teoria na Estética. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/estetica.htm>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

VIANA, Nildo. Super-heróis e Axiologia. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cviana.htm>. Acesso em 30 de setembro de

2014.

VIANA, Nildo. O que os quadrinhos dizem? Disponível em: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/ESSO/edicoes/18/artigo98209-1.asp?Email=>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

SEIXAS, Renato. "Identidade Cultural da América Latina: Conflitos Culturais Globais e Mediação Simbólica" Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_4.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2014.

NYE, Jr.,Joseph. “Soft Power: The Means to Success in World Politics” Estados Unidos. New York Public Affairs. 2004.

GEERTZ, Clifort. “A Interpretação das Culturas” Estados Unidos. LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1973.

AS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO BRASILEIROS: ANÁLISE DE GASTOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Graduação
Ricardo Margalho Prins
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Relações Internacionais
Orientador: Leonardo Mèrcher Coutinho Olímpio de Melo
ricardoprins@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Paradiplomacia. Partidos políticos. Governos subnacionais.

INTRODUÇÃO

O "crescente interesse acadêmico" pela pesquisa da atuação externa de governos subnacionais (SALOMON; NUNES, 2007) é complementado pela própria atuação dos governos subnacionais brasileiros, que é crescente (PRAZERES, 2004). São observados, nos últimos 20 anos, atuações do tipo, por exemplo, no Rio Grande do Sul (SALOMON; NUNES, 2007), São Paulo, Bahia (ALMEIDA, 2012), embora haja questionamentos quanto às possibilidades e/ou legitimidade desta atuação (RODRIGUES, 2008).

Este trabalho visa discutir a hipótese sugerida no artigo de Salomon e Nunes, de que "tanto em estruturas e procedimentos como em substância, a ação exterior" (SALOMON; NUNES, 2007, p.140). De um governo subnacional é relacionada à do governo central, considerando assim essa hipótese da seguinte maneira: há atuação externa mais intensa naquelas unidades onde a coalizão política predominante é coincidente com o grupo político dominante no governo central no mesmo momento.

Para tanto, far-se-á uma análise dos gastos declarados pelos estados constantes no banco de dados de execução orçamentária da Secretaria do Tesouro nacional, do período entre 1995 até 2013, cobrindo assim um período com duas alianças partidárias distintas no poder. Será feita, assim, uma análise qualitativa de dados quantitativos destes dados, em conjunto com a análise acerca dos dados de coalizões político-partidárias dos estados brasileiros no período.

DESENVOLVIMENTO

A análise sobre a atuação externa de governos não centrais ou subnacionais, em suas variadas formas, está relacionada com a teoria do desenvolvimento, mais precisamente com a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, discorrendo sobre esse conceito de desenvolvimento e a paradiplomacia (ALMEIDA, 2012).

Qual é a natureza dessa atuação externa? Mônica Salomon e Carmen Nunes fizeram em seu artigo um apanhado sobre a literatura acerca do tema, que elenca nomenclaturas como "paradiplomacia", "diplomacia das unidades constituintes", "diplomacia federativa",

dentre outros termos utilizados pelos acadêmicos em uma tentativa de analisar essa atuação (SALOMON; NUNES, 2007).

Aceita-se, para este trabalho, a definição de paradiplomacia de Soldatos (1990), que designa com esse termo as relações internacionais dos governos não centrais, embora reconheça-se que a discussão conceitual acerca do tema seja amplamente discutida por outros autores, como por exemplo trabalhos que tratam de diferenciar paradiplomacia de cooperação descentralizada ao distinguir os atores envolvidos nas relações externas subnacionais (CEZÁRIO; ANDRADE, 2008).

Considerando a existência de atividades paradiplomáticas, há trabalhos na literatura que buscam discutir fatores determinantes da paradiplomacia. Soldatos (1990) trabalha com causas determinantes em três níveis: local, federal e externo. Na literatura brasileira, as obras de Matsumoto (2011) e Gomes Filho (2011) apresentam discussões interessantes sobre tais fatores determinantes. São encontrados, como fatores comuns nas obras: o enfraquecimento do Estado-Nação, o processo de globalização e as transformações no sistema internacional por ele causadas, necessidades políticas e econômicas, ineficiência de políticas nacionais, dentre outros.

A conclusão do brilhante artigo de Salomon e Nunes sobre a atividade paradiplomática no Rio Grande do Sul oferece mais uma hipótese a ser verificada: a de que "tanto em estruturas e procedimentos como em substância, a ação exterior" de um ente federado é relacionada à ação do governo central, imitando inclusive esta em certos aspectos (SALOMON; NUNES, 2007, p.140). Este trabalho, então, busca verificar se há validade em se considerar que a identidade entre as elites políticas do governo central e as dos governos estaduais pode ser tomada como fator condicionante para a atividade paradiplomática no Brasil.

O presente trabalho encontra-se na fase de coleta de dados, tendo já sido levantadas todas as informações relativas a gastos declarados dos estados com relações exteriores. Estes dados (BRASIL, 2014) oferecem a possibilidade parcial de análise suficiente para dizer que há continuidade da atividade paradiplomática em alguns estados em dois períodos distintos no Brasil: do governo PSDB e do governo PT. Ainda estão sendo, no entanto, coletadas as informações acerca das elites políticas dominantes nos estados, o que permitirá a conclusão desejada no trabalho, de modo a comprovar ou a negar a hipótese aqui estabelecida.

Outro objetivo deste trabalho que é importante ressaltar é o de estabelecer uma discussão com a literatura corrente sobre coalizões partidárias no Brasil. Ela será feita em momento posterior ao de análise dos dados obtidos, visando explicitar a existência (ou não) de variáveis intervenientes locais como condicionantes paradiplomáticas, ou até mesmo para se considerar a identidade partidária entre as elites dos governos centrais e estaduais como variável interveniente. Com os dados coletados até o momento não é possível fazer qualquer afirmação nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ainda em execução, visa unir os trabalhos acadêmicos na área de paradiplomacia com aqueles sobre partidos políticos no Brasil, buscando oferecer uma análise alternativa às feitas nos artigos até aqui observados sobre o assunto, em se tratando de fatores condicionantes para a atividade paradiplomática.

Há, nessa observação inicial, a percepção dos estados sobre a própria potencialidade da atividade paradiplomática ainda ser limitada, tendo em vista que são poucos os estados cujos gastos na área são significativos (a saber, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em uma análise superficial). Não se pode afirmar, no entanto, as razões para tal percepção limitada, pois reconhece-se a existência de várias variáveis que podem atuar como condicionantes para a atividade paradiplomática.

Carece ainda a verificação, até em razão da fase inicial na qual se encontra o trabalho, da correlação entre os gastos (considerando-se aqui gastos como indicativos de atividade paradiplomática) e os grupos partidários no poder nos períodos analisados, a qual será feita em breve momento posterior, podendo alguns resultados serem já apresentados quando da própria ocasião do evento para o qual o trabalho é submetido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Paradiplomacia no Brasil: uma análise sobre o fenômeno em Salvador e São Paulo. In: 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. **Anais...**Brasília, 2012.

BRASIL. **Estados e municípios**. Disponível em http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/. Brasília, 2014.

CEZÁRIO, G.; ANDRADE, M. **A cooperação descentralizada no Brasil**. 2008. Disponível em http://www.gustavocezario.com.br/gustavocezario/Publicacoes_files/A%20cooperac%CC%A7a%CC%83o%20descentralizada%20no%20Brasil.pdf. Acesso em 22/08/2014.

GOMES FILHO, F.**A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

MATSUMOTO, C. **As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros**. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

PRAZERES, Tatiana. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, M. Inês e MARIANO, P. (orgs). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC, 2004, p. 283-312.

RODRIGUES, G. Relações internacionais federativas no Brasil. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 51, nº 4, 2008, p. 1015-1034. Rio de Janeiro, 2008.

SALOMON, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. In: **Contexto Internacional**, vol. 29, nº 1, jan/jun. 2007, p. 99-147. Rio de Janeiro, 2007.

SOLDATOS, P., An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign policy Actors, In: MICHELMANN, J. y SOLDATOS, P., **Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units**, Oxford: Clarendon Press, 1990.

AS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS, CULTURAIS E DE POLÍTICA EXTERNA DO SEGUNDO REINADO (1840-1889) PARA A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Graduação
Breno Gouvêa Alves da Silva; Jussara Cardoso de Souza Melo; Luiz Gonzaga Teles Neto; Sheylla Carolina Almeida; Ludmila A. Culpi
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Relações Internacionais e Ciências Políticas
Orientador: Ludmila Andrzejewski Culpi
ludi_culpi@yahoo.com.br,

PALAVRAS-CHAVE: Formação do Estado Brasileiro. Segundo Reinado. Economia. Cultura. Política externa brasileira.

INTRODUÇÃO

O Segundo Reinado, período que compreende os anos de 1840 a 1889, iniciou com o "golpe da maioridade" que, a partir da interpretação da Lei 16 de Agosto de 1834, tornou possível o Imperador enquanto menino assumir o trono, contrariando o artigo 122 da Constituição de 1824. Interessante observar que, conforme os textos históricos, a movimentação que resultou na antecipação da ascensão de Dom Pedro II provém das transformações culturais, políticas e econômicas do atribulado período da Regência (1831-1840), que se consolidaram no período posterior.

É com base no tripé destacado acima que o presente estudo tem como objetivo geral apresentar um panorama das contribuições do Segundo Reinado para construção do Estado brasileiro com a finalidade de responder a seguinte pergunta de pesquisa: quais foram os principais acontecimentos econômicos, culturais e de atuação da política externa que influenciaram o país durante este processo?

O tema escolhido justifica-se pela importância histórica que a conjunção destes elementos resultou na formação do Estado brasileiro durante a última fase da Monarquia. A metodologia utilizada consistiu na composição de uma resenha crítica a partir da análise das bibliografias propostas pelos professores do segundo semestre dos cursos de Ciências Políticas e Relações Internacionais da instituição, utilizado como base o texto do historiador Bóris Fausto e apontando as semelhanças e diferenças deste para com os demais autores escolhidos.

DESENVOLVIMENTO

Para Bóris Fausto, os grandes acontecimentos do período referentes à economia, cultura e política externa são o fortalecimento da produção cafeeira, o surgimento da elite

tipicamente brasileira e o advento da Guerra do Paraguai, respectivamente. Destacam-se a consolidação das correntes políticas liberal e conservadora em partidos políticos no final da década de 1830, que se revezaram no poder durante o período, garantindo assim uma estabilidade sem o uso de armas, a restauração do Poder Moderador e o Conselho de Estado, atividades suprimidas ainda no período da Regência (FAUSTO, 2000, p. 176-180).

No campo econômico o café se tornou a principal *commodity* produzida e exportada pelo país (ibidem, 2000, p. 191). O Brasil ainda tinha a Inglaterra como principal credor e fornecedor de produtos industrializados, mas estabeleceu parceria comercial com os Estados Unidos. Para Fausto, a década de 1850 se insere no contexto nacional como uma "tentativa de mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade" (id ibidem, p. 197) a partir da liberação do capital proveniente da suspensão da compra de novos escravos devido à extinção definitiva do tráfico negreiro na mesma década.

Para Celso Furtado (1977, p. 113-171), a expansão cafeeira se defrontou com a adversidade da falta de mão de obra. A economia possuía aproximadamente dois milhões de escravos e a procura por esses trabalhadores nas lavouras de café fez com que se estimulasse a escravidão, já severamente combatida pelos ingleses. Ressalta-se que mesmo após a abolição do tráfico negreiro, quando o comércio interno de escravos foi substituído pela migração europeia, porém os colonos europeus tiveram que concorrer com a mão de obra escrava. Após 1860 aumentou a escassez de trabalhadores na lavoura cafeeira ao mesmo tempo em que a elevação do preço do café tornou a expansão do produto mais interessante. Em 1870 o governo brasileiro assumiu os gastos referentes ao transporte dos colonos europeus, gerando um grande volume imigratório para as plantações. As colônias europeias se difundiram em diferentes partes do Brasil, seus os gastos com deslocamento e instalações foram financiados como objetivo de criar empregos para os imigrantes que pagariam por sua viagem e seu pedaço de terra com o trabalho em regime de servidão temporária. As colônias mais afastadas destinavam-se a enfraquecer devido ao isolamento geográfico e consequentemente a falta de um mercado próximo para absorver suas produções.

Furtado (1977) indica que a passagem para o trabalho assalariado somada à política monetária imperial nos anos 1880, que buscava a conversibilidade da sua moeda, fez com que o país aumentasse sua dívida externa e mantivesse seu sistema econômico estagnado. Essa transição, com a absorção de aproximadamente duzentos mil imigrantes, demonstrou que o sistema monetário do país não era adequado para uma economia baseada neste tipo de mão de obra. O autor ressalta ainda que em 1888, após a aprovação do parlamento sobre a reforma monetária e a não execução por parte do governo imperial, o governo provisório disponibilizou o poder de emissão a vários bancos da região, o que provocou em âmbito geral a ampliação de crédito por todo o país e a inflação (ibidem, p. 113-171).

Ideologicamente, Bóris Fausto (id ibidem, p. 182-189) ressalta que o país estava dividido de forma regional entre os liberais do eixo Sul-Sudeste (proprietários de terras e profissionais liberais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e os conservadores de Rio de Janeiro e Nordeste, composto por latifundiários do café e burocratas da corte da capital do Império, Pernambuco e Bahia. Foi nesse momento que a elite cafeicultora conservadora se ergueu como o principal ponto de apoio ao reinado de Dom Pedro II. Em paralelo, o Brasil foi o único território que permaneceu unificado na América Latina, fenômeno que teve relação direta com o interesse comum da elite cafeicultora em manter o

trabalho escravo o máximo de tempo possível e a formação de uma classe média relativamente homogênea, composta por formados de Coimbra, São Paulo e Olinda.

Culturalmente, o autor Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 141-147) evidencia que a identidade do brasileiro no Segundo Reinado é a do homem cordial, generoso e de bom trato, que confia em alguém mas precisava conhecê-lo primeiro. A rigidez é totalmente afrouxada, pois não há distinção entre o público e o privado: todos são amigos em todos os lugares. O autor mostra que o Brasil neste momento é uma sociedade onde o Estado é propriedade da família, uma vez que os homens públicos são formados no círculo doméstico e os laços sentimentais e familiares são levados para o ambiente estatal.

Durante o governo de D. Pedro II a única revolta interna que ocorreu foi a Praieira em 1848, que atacava principalmente os portugueses e "prosseguiu até 1850 sem causar grandes danos ao governo imperial" (FAUSTO, 2000, p.178). O único conflito externo que o Império se envolveu foi a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870. Neste evento, percebe-se a formação da Tríplice Aliança entre Uruguai, Argentina e Brasil, que se uniram contra as tentativas de invasão do país vizinho, cujo ditador Solano Lopez, que também visava uma rota para o mar, temia que "o expansionismo brasileiro e argentino (...) acabaria por sufocar o Paraguai" (ibidem, p. 212). Contudo, naquela época, a principal preocupação do Império em relação à Argentina se resumia na possibilidade da unificação em uma república forte e atrair a inquieta província do Rio Grande do Sul, interferindo na hegemonia do Brasil na região. Mas o país aderiu à guerra principalmente com o interesse em manter o canal fluvial de acesso à Mato Grosso e utilizou grande parte de cativos na luta. Como consequência houve o fortalecimento do exército como instituição e o descontentamento com o governo porque as elites civis não participaram do confronto; aumentou também a dívida externa junto à Inglaterra (id ibidem, p. 211-216).

Por fim, Bóris Fausto destaca que a "queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes" (2000, p. 236). O fortalecimento do exército, adepto do positivismo de Comte, a favor da tecnocracia da separação da Igreja Católica dos assuntos políticos, aliou-se a burguesia cafeeira e se tornaram a grande força de pressão contra o governo central. O exército, somado ao nascimento do Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, formam as duas principais características da queda do Império em 1889.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo promovido entre o autor base (Bóris Fausto) e os demais teóricos escolhidos mostrou que os acontecimentos da conjuntura econômica, cultural e da política externa entre os anos de 1840 a 1889 foram determinantes no processo de construção da identidade estatal do país.

O café foi um artigo fundamental não só para o crescimento econômico como para a formação de uma elite genuinamente brasileira, que por meio da pressão que exerceu no governo central passou a defender os interesses nacionais. Também foi neste período que as correntes políticas se consolidaram em partidos. No campo cultural, o homem cordial moldou o brasileiro e constituiu sua base social. Esta característica se verifica até os dias de hoje no cenário nacional, no qual ainda não se percebe claramente o limite entre o público e particular.

Este período é classificado como calmo na bibliografia para as relações internacionais. Contudo, ainda existia a dependência econômica com a Inglaterra ao mesmo tempo em que

se destaca a inserção do país no cenário internacional devido à exportação do café. A exceção ficou por conta da Guerra do Paraguai, que trouxe como consequências o alinhamento de Argentina, Brasil e Uruguai, que até hoje são parceiros comerciais, o fortalecimento do Exército como instituição e a aproximação das classes contra o Império, fatores que culminaram na independência política mediante a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Subjetivamente, pode-se indicar que como herança da guerra o Brasil desenvolveu um caráter de mediador pacífico no tocante à política externa, que se consolida anos mais tarde por meio do Barão do Rio Branco e orienta até os dias de hoje a atuação do Itamaraty.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil.** 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL PARA A POLÍTICA DE DEFESA DO BRASIL E A ANÁLISE DA COOPERAÇÃO BRASIL NAMÍBIA

Graduação
Willian Braga Godoy Rezende Alves
Uninter
Relações Internacionais
Orientadora: Andrea Benetti

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação em defesa. Namíbia. Atlântico Sul. Marinha.

O entorno estratégico brasileiro é onde se focam as políticas de defesa, a esta área corresponde a região continental da América do Sul onde o Brasil faz fronteira com nove países e a região do Atlântico Sul. O Brasil é o país com maior costa atlântica do mundo, além disso tem uma grande ligação histórica, social e econômica com o mar, ali transitam 95% do seu comércio externo (FILHO 2013). Somente estes fatores já seriam necessários para explicar a preocupação brasileira com a região. Contudo com as recentes descobertas das reservas de petróleo do Pré-Sal, com imensa importância estratégica e econômica, aumentaram ainda mais as responsabilidades do país de criar um ambiente de paz e cooperação no Atlântico Sul. O Livro Branco da Defesa brasileira ressalta a importância destes aspectos.

> "…O Brasil tem por todas as razões citadas especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes como a "Garganta Atlântica", entre a costa do nordeste brasileiro e a África ocidental, espaço intercontinental vital para o comercio mundial. As passagens que ligam o Atlântico ao Pacifico, principalmente para os navios de grande porte. A rota do Cabo de Boa Esperança, conectando o Atlântico ao Oceano Índico, é uma alternativa ao canal de Suez e oferece também melhor acesso ao marítimo à Antártica. Para além do Pré-Sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países da faixa equatorial do Atlântico" (LIVRO BRANCO 2012).

Tendo em vista a importância do presente tema, se destacam a atuação da Marinha na aplicação de diversos projetos do âmbito doméstico, com o intuito de se modernizar e se adequar para os desafios (ABDNUR, NETO 2014).

No âmbito internacional os projetos de cooperação englobam principalmente os países da costa ocidental da África. Estas iniciativas promovem a transferência de equipamentos e treinamentos junto as Forças Armadas destes países. A estratégia brasileira de se fazer presente na África vai muito além de uma assistência pura e simplesmente. Segundo ABDNUR e NETO, além de estreitar laços, o Brasil busca projetar sua influência e avançar interesses políticos econômicos e de defesa (ABDUNR, NETO p-214 2014).

Segundo o discurso oficial do governo brasileiro, o foco dos projetos de cooperação é com os países de língua portuguesa, entretanto se nota uma abrangência maior nos países em que o Brasil firmou acordos de cooperação. Exemplo disso é a Namíbia, este país africano

se firmou como maior receptor da cooperação brasileira no campo da defesa e segurança (AGUILAR 2013).

A Namíbia é um país do sudoeste africano com cerca de 2 milhões de habitantes, foi uma colônia da Alemanha da conferência de Berlin até a Primeira Guerra. Após isso se tornou parte da União Sul Africana e posteriormente da África do Sul, onde só conseguiu sua independência no ano de 1990. O então recém criado país, necessitava organizar do começo suas Forças Armadas. Neste contexto, o Brasil desempenhou papel fundamental, principalmente na formação da Marinha da Namíbia (ABDENUR; NETO 2014).

A cooperação com o país africano se iniciou no ano de 1994, onde um acordo naval foi firmado entre os dois países. Este acordo tinha o intuito de criar e fortificar a Ala Naval do Ministério da Defesa da Namíbia. Neste acordo, 145 marinheiros da Namíbia fizeram uma espécie de intercâmbio no Brasil participando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudoeste, no Rio de Janeiro (AGUILAR 2013).

No ano de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou mais um acordo onde fora estabelecida a Missão Naval Brasileira na Namíbia. A partir deste acordo, além da transferência de conhecimento, o Brasil iniciou a transferência de equipamentos também fornecendo uma corveta brasileira que não estava em operação, A Corveta Purus, que foi rebatizada na Namíbia como "NS Lt-Gen Dimo Hamaambo" (ABDENUR; NETO 2014). Em 2006 marinha brasileira criou um Grupo de Apoio Técnico onde enviou militares para a base de Welvis Bay. Este grupo tinha o intuito de dar suporte a nova marinha namibiana. E não por acaso esta foi a base escolhida. Welvis Bay é o principal porto da Namíbia, com águas profundas permite o transito de grandes embarcações. Este porto pertenceu a África do Sul por alguns anos mesmo após a independência do país.

A transferência de conhecimento e de equipamentos beneficia fortemente o país africano que, em seus primeiros dez anos de independência, teve sua marinha treinada e equipada pelo Brasil. Mas em contrapartida a cooperação fomenta o mercado bélico brasileiro. Este mercado tem um aumento acentuado na participação internacional. O país ocupa hoje o quarto lugar nas exportações de armas leves segundo *Small Arms Survey.* Em termos de valor total, houve um aumento considerável nas vendas de equipamento bélico de todos os tipos, em 2005 o total de vendas chegou a U$$ 300 milhões, e posteriormente saltou para US$ 750 milhões em 2008 (ABDENUR; NETO 2014). A estimativa da Associação Brasileira das Indústrias de Defesa e Segurança (ABIMDE) e de que este número chegue a 2,8 bilhões em 2014.

Na relação com a Namíbia esta parceria se manteve no campo naval. Em 2004, foi firmada a parceria para fornecimento de um navio patrulha e duas lanchas patrulha. Estas embarcações foram construídas em Fortaleza na Industria Naval do Ceará. E no ano de 2009 os namibianos receberam as lanchas e o navio que foi batizado como "Brendan Sinbwaye" (BASTOS 2010).

Os oficiais, marinheiros e soldados namibianos receberam treinamento tanto em seu país como no Brasil. O Brasil forneceu uma grande assessoria e treinamento antes e depois da conclusão e transferência do Brendan Sinbwaye, primeiramente no Brasil, onde os namibianos usaram o Navio Patrulha Guanabara, que é similar para se familiarizarem com o navio. E em 2009 foi firmada a Missão de Assessoria Naval (BASTOS 2010). Estes acordos de transferência de conhecimento e apoio técnico promoveram grande intercâmbio de militares. A presença brasileira é tão intensa na Namíbia que se configura como o maior

contingente brasileiro fora de missões de paz. O país também recebeu namibianos para se aperfeiçoarem em diversas áreas. Na Escola Naval, nos cursos para Oficiais em Hidrografia e de Formação de Oficiais do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), em cursos de especialização e de formação de marinheiros e soldados (MD. MB 2011).

A marinha brasileira também foi a responsável pela criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, que desde 2008 forma alunos na Escola Naval do Rio de Janeiro, participando de treinamentos no país e auxiliando os novos fuzileiros.

Portanto pode-se concluir que o Brasil teve papel fundamental na criação da Marinha da Namíbia, que se situa em uma posição estratégica na outra margem do Atlântico Sul. Por essa posição o Brasil tem o país como aliado e a expansão de projetos semelhantes pela região africana vai aumentar a influência sobre a região e assim o aproximar de um controle sobre a região.

BIBLIOGRAFIA

TEIXEIRA Vinicius M; ANSELMO Rita de Cássia Martins de Souza, **As Expectativas Brasileiras Sobre o Atlântico Sul para o Seculo XXI: Geopolítica e desenvolvimento tecnológico.** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. 2010 Porto Alegre.

BASTOS Expedito Carlos Stephani; **A Marinha do Brasil e sua projeção com continente africano;** UFJF 2010 Juiz de Fora

ABDNEUR Adriana Erthal: **O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a Africa**, O Brasil e o seu entorno estratégico América do Sul e Atlântico Sul. Brasilia 2014.

AGUILAR Serio Luiz Cruz: Atlântico Sul: **As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa** Revista brasileira de estratégia e relações internacionais São Paulo 2013.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ESTUDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE EM UM SISTEMA DE PRODUÇÃO: ENGINEER TO ORDER

Graduação
Alexandre Dipp Bittencourt; Edvaldo Luiz Rando Junior; Gabriel Rossi Matias
Universidade Positiva (UP)
Engenharia mecânica
Orientador: Luiz Fernando Rodrigues Campos
alewell_3@hotmail.com, edvaldo.rando@plotter-racks.com.br, gabriel.matias@plotter-racks.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Manufatura enxuta. Engineer to order. Qualidade.

INTRODUÇÃO

O mundo globalizado acentuou a competitividade pelo consumidor final e a produtividade qualificada. Diante do cenário na indústria, as empresas estão atentas aos pequenos detalhes do sistema produtivo que podem ser o diferencial para o sucesso da empresa, podendo gerar um diferencial de atendimento, preço, qualidade do serviço e etc. Um dos fatores que ajudam nesta disputa é diminuir desperdícios de vários modos diferentes, o que implica, de fato, em uma maior organização e competitividade do seu produto fabricado no mercado, além de carregar consigo a bandeira da sustentabilidade e da produtividade.

Como metodologia de pesquisa optou-se em fazer uma pesquisa de campo a partir de um estudo de caso em uma fábrica que trata o processo não de um modo de linha de produção de um produto em grande escala, mas sim de acordo com o pedido imposto diretamente pelo cliente, a padronização se torna baixa e a demanda instável, gerando consequentemente desperdícios diversos.

A pesquisa de campo aconteceu no ano de 2013, em uma fábrica de médio porte, que atende a América Latina e alguns países do continente Africano.

Após a realização da pesquisa de campo e do estudo de caso, foi efetuado um estudo bibliográfico acerca da filosofia e, por consequência, um sistema de *Lean Manufacturing* (Manufatura Enxuta).

O sistema *Lean Manufacturing* ajuda as empresas observar onde estão os problemas e as formas de como reduzir ao máximo possível a sua influência no processo como um todo. É normalmente utilizado em fábricas que atuam em linha de produção de massa e tem como base minimizar os sete desperdícios principais encontrados em um sistema de produção, que são eles: superprodução, tempo de espera, transporte, excesso de processos, inventário, movimento e defeitos.

Parafraseando Rother (1999, p. 12), a filosofia *Lean Manufacturing* procura detectar e solucionar problemas e suas respectivas origens (KAIZEN), um fluxo de produção “puxado” (KANBAN), elementos para aumento da qualidade, reduzindo falhas (POKA-YOKE) entre outras ferramentas que tem como objetivo básico produzir corretamente, no local correto, na quantidade correta, sem desperdícios, sendo aberto a melhorias contínuas buscando sempre refinar o processo.

Acredita-se que com o mercado globalizado e competitivo as fábricas precisam produzir com menos tempo, custos e desperdícios, buscando sempre uma melhor qualidade do processo e do produto. Assim, analisar outra perspectiva de aplicação do *Lean Manufacturing* é de extrema importância para o cenário econômico, além de apresentar aos gestores da área de engenharia uma ferramenta de gestão a partir dos princípios de produtividade com rentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

Devido a alta taxa de variedade de customização dos equipamentos para com o cliente, a fábrica não trabalha de um modo continuo, baseado em uma linha de montagem de produtos semelhantes em larga escala. Deste modo, o método de produção é em ETO, cujo projeto é baseado quase completamente visando atender as necessidades únicas do cliente, e sua interação entre fabrica e consumidor é extremamente alta, devido à taxa de customização ser altíssima. Para a aplicação da metodologia *lean,* as ferramentas necessitam ser adaptadas, e seu foco está em produzir da melhor maneira que se adapte a essa condição. Desta maneira todas as fases envolvidas no processo precisam ser extremamente integradas.

As ferramentas procuraram atingir a parte de organização e controle, tanto da parte de produção quanto a gerencial do processo, então ferramentas como o 5s, controle estatístico do processo e um projeto de tipologia de layout diferentes foram o foco do estudo.

IMPLANTAÇÃO 5S

A implantação do Programa 5S aconteceu por um consultor terceirizado, e o marco inicial do trabalho foi em novembro de 2013, conforme apontado nas conversas com os colaboradores. A opção na implantação do sistema *Lean* foi a crescente demanda de produção, um dos principais objetivos da movimentação e estratégia da empresa Plotter-Racks, o que possibilita à viabilização a introdução de novas técnicas de produção e operação industrial.

Uma ferramenta simples e eficaz é o 5S, que diz respeito à organização, adequação e limpeza do ambiente de trabalho, capaz de tornar o ambiente mais acessível, limpo, seguro e bem organizado, é o ponto de partida para a melhoria do processo.

Para que a implementação alcance um nível de sucesso desejado, a mudança cultural de todos os colaboradores é necessária. Para a aceitação do novo processo, normas, auditorias e acompanhamentos foram desenvolvidos. As características de um programa 5s requerem o envolvimento global, facilidade de compreensão, complexidade baixa das tarefas e documentação e resultados imediatos, deixando assim uma maior facilidade de aceitação e alcançando os objetivos traçados pela empresa.

LAYOUT

Atualmente a empresa Plotter-Racks fabrica aproximadamente 145 rack de refrigeração por ano. Tendo em vista acelerar esse tempo de fabricação e assim produzir mais rack refrigeração ao ano, será implantada uma mudança de layout da linha de produção no estado futuro da nova planta.

O modelo que a empresa adota é o layout posicional, no qual o produto final permanece em seu lugar do começo ao fim de sua montagem. São os operadores que se movimentam ao longo da fábrica e levam componentes e subconjuntos até o produto para assim fazer sua montagem.

Este modelo de layout é comum nas fabricações de navios, aviões e na construção civil, como na construção de um prédio. Tendo como modelo a conhecida fabrica da Boeing, que mudou do layout posicional para layout em linha, tentaremos implantar na Plotter-Racks este método.

Com a mudança de layout da fabrica, será utilizado setores de montagem com o principal objetivo reduzir o tempo de operações que não agregam valor no setor de montagem, como a movimentação de pessoas pela fábrica e assim poder aperfeiçoar o tempo de montagens individuais, proporcionando um fluxo continuo e balanceado de operações.

IMPLANTAÇÃO DO CEP

Devido ao modo de produção ETO a implantação do *6 sigma* foi adaptada priorizando identificar e focar nos pontos críticos de modo macro prorrogando os detalhes e outros fins para novos estudos, deste modo constantemente é adicionado novas ferramentas que podemos encontrar dentro do 6 sigma sabendo que este método possui várias vertentes e raízes.

RESULTADOS

Sendo como objetivo principal da monografia analisar os resultados obtidos na implantação do sistema *Lean Manufacturing*, em uma fábrica de equipamentos para refrigeração, cujo tem como sistema de produção *Engineer to Order* (ETO), apresentamos abaixo as análises a partir das observações, da visita das instalações e do reconhecimento das rotinas de trabalho com os colaboradores.

A implantação do sistema *Lean Manufacturing* aconteceu de forma adaptada, devido as condições de manufatura da fábrica, cujo apresenta uma alta complexidade, variedade de customização, e demanda da produção, conforme apresentamos no trabalho.

No que concerne ao layout, apesar dos diversos estudos e da proposição do sistema *lean* não foi possível implantar o novo layout, o que poderia melhorar consequentemente o desenvolvimento das atividades para produção.

Em relação ao 5S, conseguimos verificar que foram obtidos os seguintes resultados:

- À medida que o programa foi sendo implantado e as atividades sendo executado, o envolvimento das pessoas foi aumentando, especialmente quando os primeiros resultados foram surgindo. Os colaboradores ficaram satisfeitos com a organização e classificação dos itens nos seus locais de trabalho, o que propiciou um ambiente mais limpo e adequado para todos.
- Outro ponto de destaque de acordo com o acompanhamento dos resultados, scores e gráficos, foram o fator motivacional e sugestivo para implantação de uma cultura de medição das atividades e processos. A atividade do 5S permitiu transmitir a ideia de que é possível fazer diferente e melhor.

No que diz respeito ao CEP, constatou-se grandes melhoras que podem ser observadas graficamente notou se também diminuição do numero de relações de não conformidade devido negociações e novos parâmetros. Para uma mesma época em relação a 2013 encontramos os seguintes dados, ilustrado no apêndice N. Em relação aos gráficos de números de ocorrências por horas gastas nota-se melhoras. Após o período de adaptação que durou cerca de dois meses identificamos uma queda significa de tempo perdido e número de ocorrências em todos os gráficos em relação ao mesmo período do ano de 2013. Em relação ao aumento considerável da produção em relação ao ano de 2013 os problemas também cresceram.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, G.; WALTER, C. Especificação dos requisitos e proposta de um modelo de referência de um sistema de informação para produção "one-of-a-kind".

CARVALHO, Pedro Carlos de. O programa 5S e a qualidade total. 4. ed. Campinas: Alínea, 2006.

CORIAT, B. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto, in: Hirata, H. (org.) Sobre o “modelo” japonês. São Paulo, EDUSP, 1993.

CORREA, H. L.; CORREA, C. A. (2004). Administração de produção e operações. São Paulo, Atlas. 5s

DENNIS, Pascal. Produção lean simplificada, 2008.

EDNILSON ZANINI, A Importância do 5S para as Empresas 2010.

HARMON, Roy. PETERSON, Leroy. Reinventando a fábrica, 1991.

HIRANO, Hiroyuki, 5s na prática, 1996.

ISHIKAWA, K. Controle de qualidade total, RJ. Campus, 1993.

JURAN, J. M.The Upcoming Century of Quality. In: “Quality Progress”.29-37.1994

GÊNERO E IMPRENSA SINDICAL - A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS DO JORNALISMO SINDICAL DE CURITIBA

Pós-Graduação
Alexsandro Teixeira Ribeiro
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Jornalismo
Orientador: Profa. Dra. Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
alexsandrotribeiro@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Jornalismo sindical. Mulher. Sindicato.

INTRODUÇÃO

As mulheres no Brasil representam 51,4% da população. Apesar de maioria, ainda há desigualdades de gênero na sociedade brasileira; em 2013, por exemplo, elas receberam em média 73,7% do salário dos homens. Os números representam uma parcela da desigualdade que as mulheres enfrentam no país em vários campos. Com a característica de agendar temas a serem debatidos pela sociedade, a imprensa hegemônica poderia ser um dos instrumentos determinantes na luta contra a desigualdade de gêneros. No entanto, o que se percebe é uma baixa representatividade feminina nos espaços de poder na imprensa (MIGUEL; BIROLI, 2008), bem como poucas manifestações de debates acerca do gênero.

Conhecida pelas suas pautas e viés contestadores, a imprensa sindical, ao contrário da hegemônica, pode ser um dos espaços de reverberação das discussões e luta contra a desigualdade de gênero, sobretudo no campo do trabalho, foco das pautas jornalísticas no meio sindical. Resta saber, no entanto, se há participação da mulher na imprensa sindical, como ela se insere nas pautas sindicais e se tem voz ativa ou é empoderada na imprensa sindical.

O objetivo do presente trabalho é apresentar os resultados de análise quantitativa nas publicações de entidades sindicais de Curitiba. Este trabalho é síntese de pesquisa realizada junto ao Seminário Metodológico de Jornalismo e Gêneros, do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), cujo objetivo é mapear e analisar – qualitativa e quantitativamente – a participação da mulher nos jornais de seis entidades sindicais de representação dos trabalhadores de Curitiba e do Paraná. Foram utilizados os dados referentes às publicações de dois sindicatos, o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) – que publica o jornal Diário de Classe – e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários de Curitiba e região (Bancários) – que publica a Folha Bancária. As análises compreendem os jornais publicados entre fevereiro e abril de 2013 e 2014.

Apesar de não ser o escopo da pesquisa a ser realizada para a obtenção de título de mestre em jornalismo que objetiva, por ora, investigar os aspectos do Jornalismo Sindical, a pesquisa acerca dos gêneros na imprensa do movimento sindical auxilia a compreensão das temáticas abordadas pelas publicações das entidades, e consequentemente na contemplação do fazer jornalístico no movimento sindical.

IMPRENSA SINDICAL E GÊNERO

Uma das características mais presentes nas abordagens teóricas que se aproximam do jornalismo sindical é o papel dos jornais sindicais como instrumento contra hegemônico, como um contraponto aos veículos de comunicação de massa. “Se a opinião está cada vez mais bombardeada com informações que chegam de todos os lados, a opinião das bases também pode sofrer interferências a partir de comunicação sindical” (LANÇA, 2013 p.22). Dessa forma, a imprensa sindical seria um instrumento de luta e resistência, com “potencial para ser a voz e a vez de uma classe desprovida de direitos sociais (LAHNI; FUSER, 2004 p.3), sendo um instrumento das entidades na defesa de seus interesses (LAHNI; FUSER, 2004; GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997; FERREIRA, 1995). O mundo do trabalho e o embate entre classes são algumas das preocupações da imprensa sindical. Desta forma, a luta pela igualdade de gênero no mercado de trabalho torna-se também uma das temáticas que seriam reverberadas pelo jornalismo sindical, pois, como aponta Antunes:

> A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, […] tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. [...] Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 1995, p. 46).

A MULHER NA IMPRENSA SINDICAL DE CURITIBA

O critério de escolha das entidades se dá pela significativa participação feminina nos setores do mercado de trabalho representados pelo Sismmac e pelo Bancários. No setor do magistério, 97,31% das vagas municipais em 2005 eram preenchidas por mulheres. Já no setor bancário curitibano de 2012, a participação é um pouco menor com 50,47%.

A periodicidade na imprensa sindical varia de entidade para entidade. A Folha Bancária tem publicação quinzenal e o Diário de Classe é mensal. Sendo o Dia da Mulher, comemorado em 8 de março, um dos critérios de escolha do período a ser analisado, para a presente análise buscou-se realizar o levantamento do publicados entre fevereiro e abril de 2013 e 2014. Assim, as ações planejadas com antecedência pelas entidades para o dia da mulher, bem como cobertura pós eventos, seriam contempladas nas edições de fevereiro e de abril. Dessa forma, foram analisadas três publicações – fevereiro, março e abril – do Diário de Classe de 2013 e de 2014. Já para as publicações da Folha Bancária, por ser quinzenal, optou-se por abranger da 2ª quinzena de fevereiro à 1ª de abril. Em 2013, não houve publicação em fevereiro. Porém, foram duas publicações na primeira quinzena de março. Portanto, foram publicados nesse período 4 jornais. Em 2014, não houve publicações em abril. O período analisado nesse ano contempla três publicações.

Para a coleta de dados da análise quantitativa foi formulado um protocolo que vislumbrou mapear quem tem voz nos jornais, ou seja, quem é chamado a falar com voz ativa, identificado por fala em aspas e quem era mencionado como fonte. Desta forma, a

classificação foi aparição direta, para quem teve voz entre aspas, e indireta para quem foi citado no texto com citação entre aspas. Na mesma tabulação também foram mensuradas as menções de pessoas que foram apenas citadas nos textos, sem participação ativa no desenvolvimento dos materiais. Essa aparição ficou identificada como Menção. No jornal Diário de Classe há aparição de personagens citados nominalmente nos textos em apenas cinco casos. Nos demais, são citados nos textos a categoria profissional. Foram contabilizados, portanto, as discriminações relativas ao gênero, como professores e professoras. Não foram contabilizadas as aparições das citações relativas a categoria como um todo. Já na quantificação das aparições nos títulos, em ambos jornais, foram contabilizados aquelas que remetiam a diferenciação de gênero, diferenciadas das que remetiam a categoria profissional como um todo.

O protocolo idealizado para a presente pesquisa incluiu a mensuração das aparições por gênero divididas pelos tipos textuais, ou gêneros jornalísticos, que "correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através das linguagens" (SOUSA, 2001, p.706). Foram elencados os gêneros presentes nos jornais analisados, sendo eles: artigo, nota, editorial, fotolegenda e entrevista (SOUSA, 2001; GRADIM, 2000). A mensuração também contemplou as fotos e ilustrações, divididas entre aparição masculina, feminina e mista.

No Diário de Classe em 2013, predominou durante os períodos analisados menções masculinas, com 13 menções ante 9 femininas. Já em 2014, além de um significativo aumento em ambas as menções, há uma inversão na proporção, ficando 48 menções femininas e 34 masculinas. Na Folha Bancária, em 2013, as mulheres tiveram 10 inserções com aspas nas publicações, nenhuma indireta e 5 menções. Já os homens tiveram 30 aparições com aspas, 7 indiretas e 15 menções. Em 2014, como no jornal do Sismmac, inverte-se o quadro. As mulheres passaram para 8 aparições com aspas e 25 menções, enquanto os homens tiveram 4 citações com aspas e 3 menções. Nos títulos do Diário de Classe durante os dois anos, as mulheres foram contempladas em 5, e a categoria profissional – feminino e masculino-, em 8. Já na Folha Bancária houve 1 aparição masculina e 4 femininas.

Quanto aos gêneros jornalísticos, na Folha Bancária, as mulheres ocuparam maior espaço, com 39 aparições. No Diário de Classe, a maior participação foi em notas. Nos levantamentos das ilustrações e fotos os dados são mais favoráveis ainda às mulheres. No Diário de Classe, em 2013, foram publicadas 17 fotos e ilustrações com figuras apenas femininas, ante uma com figura apenas masculina. Em 2014, foram 14 ilustrações e fotos apenas de figuras femininas, e uma masculina. Nos dois anos, a aparição das mulheres foi maior nas ilustrações, ocupando 19 de 31 ilustrações. Cabe ressaltar que as ilustrações atendem a um planejamento e construção discursiva (RIBEIRO, 2009). Na Folha Bancária, em 2013 foram publicadas duas fotos com figuras femininas e 3 com figuras masculinas. Em 2014, não há aparição de ilustração ou foto masculina nas edições analisadas, e 14 fotos de figuras apenas femininas são veiculadas no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado, uma análise quantitativa dos dados levantados nas duas publicações sindicais nos períodos de fevereiro a abril de 2013, e dos mesmos meses em 2014, percebeu-se um aumento na participação feminina entre os personagens que são

citados e/ou que tem direito a voz na imprensa sindical curitibana. Dessa forma, a composição dos dados quantitativos do Diário de Classe e da Folha Bancária apontam a confirmação de que a imprensa sindical vem se consolidando em um espaço de debate púbico com participação quantitativamente expressiva de mulheres. Nas fotos e ilustrações a presença feminina torna-se mais evidente, ocupando cerca de 1/3 das ilustrações do jornal Diário de Classe. Resta porém, na segunda etapa da pesquisa, analisar a participação discursiva da mulher na imprensa sindical, se há o empoderamento das mulheres, quais os aspectos da sua participação nos jornais e se ocorrem, e como se configuram as representações de gênero nas falas femininas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricard**o. Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995

GIANNOTI, Vito, SANTIAGO, Cláudia. **Comunicação Sindical:** falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1997

GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã, Portugal: Edições Universidade Beira Interior, 2000.

FERREIRA, Maria Nazareth. **O impasse da comunicação sindical:** de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: Cebela, 1995.

LANÇA, Hélida. **O jornal sindical e a formação política:** o caso da Udemo junto aos diretores de escola da rede estadual paulista. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2013.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Gênero e política no jornalismo brasileiro**. In: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_418.pdf>

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira. **Análise da construção da ilustração Crise Financeira**. In Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Blumenau, 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/expocom/EX16-0702-1.pdf>

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media.** Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

JORNALISMO LITERÁRIO NO JORNAL GAZETA DO POVO

Graduação
Alice Eduarda Barbosa Gonçalves
Centro universitário internacional UNINTER
Comunicação Social - Jornalismo
Orientador: Prof. Dr. Roberto Nicolato / Coorientador: Prof. Me. Luis Otávio Dias

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo literário. Pesquisa. Procedimentos. Análise. Informação

INTRODUÇÃO

O projeto "Jornalismo Literário no jornal *Gazeta do Povo*" tem como objetivo analisar os procedimentos narrativos do jornalismo literário nas edições de domingo do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba. Dessa forma, foram realizadas, nos primeiros meses de análise, pesquisas quantitativas e bibliográficas. A pesquisa procurou abarcar todas as reportagens publicadas na editoria de "Vida e Cidadania" da *Gazeta do Povo,* durante o período de 23 de março
a 29 de junho, do ano de 2014 e foram selecionadas aquelas que, de alguma forma, apresentaram em seu texto procedimentos narrativos relacionados à literatura.

O problema da pesquisa está centrado em saber se o jornal *Gazeta do Povo* faz uso do texto literário em suas reportagens e de que maneira isto é realizado. Neste sentido, a análise recaiu sobre as edições publicadas aos domingos, quando há maior veiculação de reportagens do que notícias, ou seja, por haver cobertura mais aprofundada dos fatos, maior espaço editorial para este tipo de material e, por neste dia da semana, as pessoas terem mais tempo para se dedicar à leitura.

DESENVOLVIMENTO

Na primeira fase do projeto foram selecionadas as reportagens, num total de 15 (quinze) edições, compreendendo o período de 23 de março a 29 de junho de 2014, e que serão objeto posterior de análise.

A escolha em analisar apenas a editoria de "Vida e Cidadania" – o jornal conta também com as editorias de Opinião, Vida Pública, Economia, Mundo, Esportes, Caderno G – deve-se ao fato de este ser um espaço editorial de natureza mais propícia à publicação de reportagens em que os textos possam contar com as características dos procedimentos literários. Para chegar a essa escolha, os integrantes do projeto realizaram, inclusive, uma pesquisa preliminar exploratória, constatando que nas outras editorias a incidência do jornalismo literário é praticamente irrelevante. A exceção fica por conta do Caderno G, mas como neste espaço este tipo de linguagem já é próprio das editorias de cultura, a equipe optou por não enquadrá-lo como objeto da pesquisa.

Na escolha das matérias também não foram levadas em conta as notas, por serem consideradas um formato de texto do gênero informativo, que prima pela informação rápida, ocupando um espaço muito pequeno nas páginas, muito longe de uma reportagem mais aprofundada e com elementos estéticos que é o objeto da análise do projeto.

A análise para a seleção das reportagens, na pesquisa quantitativa, se baseou, de um modo geral, nos critérios descritos por Tom Wolfe, no livro, *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, como componentes de um texto do jornalismo literário: cena a cena, uso de diálogos, ponto de vista na terceira pessoa e status de vida. "[…] é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, do dialogismo tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar um espaço relativamente curto… para excitar o intelectual como emocionalmente o leitor" (2005, p.28).

Além disso, fundamentou-se nas teorias contidas no livro Técnica de Reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística, de Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré sobre tipos de reportagem, entre eles a reportagem-crônica e reportagem-conto, perfis e em outras características literárias, como figuras de linguagem, entre outros. "[…] As táticas de conquista de público-leitor geraram um estilo próprio feito de períodos concisos, frase abreviadas e palavras selecionadas, dentro de uma retórica da ênfase ou da familiaridade" (1986, p.14).

Ao mesmo tempo, foram realizadas pesquisas bibliográficas para o embasamento teórico do projeto com o fichamento de livros, buscando revelar que essa forma narrativa tem sido uma opção criativa para atrair o leitor nas matérias publicadas no jornalismo impresso, principalmente neste momento de concorrência com os meios digitais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES PARCIAIS

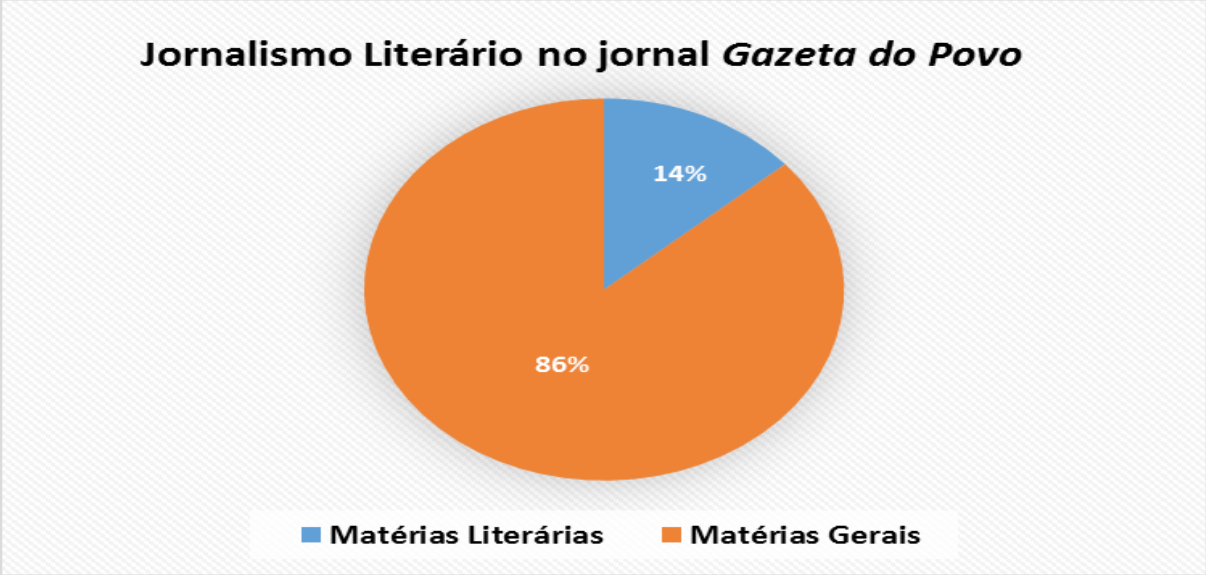
A hipótese que norteia o projeto é a de que o jornal *Gazeta do Povo* utiliza-se dos procedimentos literários nas edições de domingo como forma de levar um texto mais elaborado e criativo ao leitor. Como o trabalho ainda está no início, o que se pode afirmar é que o veículo paranaense faz uso desses recursos mas de forma discreta, com pouca incidência, já que é pequeno o número de matérias encontradas, como pode-se observar na tabela abaixo:

Jornalismo literário no jornal *Gazeta do Povo*

DIA	MATÉRIAS GERAIS	MATÉRIAS LITERÁRIAS	%
23/mar	6	2	
30/mar	6	0	
06/abr	5	1	
13/abr	6	0	
20/abr	5	1	
27/abr	5	2	
04/mai	10	0	
11/mai	9	2	

18/mai	10	1	
25/mai	5	0	
01/jun	11	1	
08/jun	8	1	
15/jun	5	0	
22/jun	7	2	
29/jun	5	1	
TOTAL	103	14	13,6

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES PARCIAIS



O que se pode constatar na análise estatística dos dados é que das 103 matérias escolhidas nas edições de domingo do jornal *Gazeta do Povo* apenas 14 trazem algum tipo de procedimento literário, correspondendo a 14% do total. A quantidade máxima de reportagens com tal característica chega a duas, sendo que em cinco das quatorze edições não foi encontrado nenhum material, ou seja, praticamente um terço do total pesquisado.

Neste sentido, o que se pode notar é que o jornal, de uma certa forma, ainda não está dando a devida atenção a um texto considerado mais elaborado na produção das matérias, mantendo uma forma de fazer jornalismo muito apegada às técnicas da informação objetiva e seguindo a estrutura padrão da pirâmide invertida, embora a presença da literatura no jornalismo não se configure numa prática recente. Além disso, numa avaliação preliminar, percebeu-se que as reportagens com procedimentos literários, na

maioria das vezes, são atribuídas a um mesmo jornalista, o que demonstra ainda que não há incentivo na redação para este tipo de narrativa.

É preciso levar em conta que esta é uma análise preliminar e quantitativa. Nos próximos passos, pretende-se fazer uma avaliação de nível qualitativo das matérias utilizando para detectar as técnicas utilizadas de acordo com os fundamentos teóricos já anunciados.

PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE OU DESDOBRAMENTO DO TRABALHO

A próxima fase do projeto contará com o aprofundamento do trabalho estatístico e, na sequência, será feita uma análise qualitativa dos dados levantados para compreender de que forma os procedimentos literários são apresentados nas reportagens escolhidas.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**, São Paulo, Escrituras, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2004.

NICOLATO, Roberto**. A realidade da ficção. Uma contribuição ao jornalismo à literatura dos anos 70.** Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Coleção Comunicação, Contexto, 2006.

REUTERS, Ives**. A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**. São Paulo: Difel, 2002.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

WOLFE, Tom. **Radical chique e novo jornalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NOVOS ATORES E O DESENVOLVIMENTO URBANO: CURITIBA, VOLVO E O PROJETO BRAZIL GREEN LIGHT

Graduação
Andressa Holzmann
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Relações Internacionais
Orientador: Leonardo Mèrcher
andressaholzmann@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Cooperação Descentralizada. Novos Atores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar o tema da Cooperação Descentralizada praticada por novos atores no âmbito das relações internacionais por meio do estudo do processo de implementação do programa *Brazil Green Light,* na Cidade de Curitiba. Sua sustentação teórica se baseará nas iniciativas desenvolvidas pelos novos atores no campo do desenvolvimento urbano sustentável dentro das cidades. O trabalho pretende demonstrar como as ações desses agentes resolvem desafios comuns sobre os quais o Estado não tem demonstrado eficiência na busca por soluções.

O objeto de estudo selecionado é a realização do projeto *Brazil Green Light*, financiado pela agência de fomento do governo da Suécia voltada para investimentos em inovação, a Vinnova (*Swedish Governmental Agency for Innovation Systems*), e implantada pela empresa transnacional Volvo na cidade de Curitiba, no Brasil, a partir do ano de 2013. Portanto, para efeito desse trabalho, o recorte histórico a ser analisado é do ano de 2011 ao ano de 2014, período em que o programa foi desenvolvido e implementado em cidades europeias até sua chegada à Curitiba. O programa que será executado na cidade teve sua origem em um programa financiado pela União Europeia, chamado de projeto COSMO (*Co-operative Systems for Sustainable Mobility and Energy Efficiency*). O COSMO consiste em um consócio de empresas transnacionais de diversos segmentos tecnológicos.

A hipótese aqui apresentada é a de que o projeto é resultante do interesse da cidade e da empresa transacional (nesse caso, a Volvo) em cooperar para o desenvolvimento local diante da ausência do Estado-nação frente a tal tema, bem como os interesses próprios de cada ator. Parte-se do princípio da subsidiariedade no contexto da cooperação descentralizada, por meio da cooperação entre atores distintos – cidade, empresa e Estado estrangeiro, bem como dos resultados obtidos pelo Projeto COSMO em outras cidades.

Por meio de uma pesquisa qualitativa pretende-se utilizar a análise de conteúdo sobre a documentação produzida durante o projeto. Os dados de formulação, cooperação e implementação serão, então, cruzados com a perspectiva teórica construtivista que problematiza essa dinâmica não tradicional nas relações internacionais. Os documentos a serem analisados foram disponibilizados pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), pela prefeitura da cidade de Curitiba e no site do projeto COSMO. Esse trabalho será de relevância pois se trata de uma análise descritiva do processo de cooperação e implementação que contribui para o histórico paradiplomático da cidade, hoje

com pouca documentação.

DESENVOLVIMENTO

A configuração das interações nas relações internacionais contemporâneas, alterada devido à globalização e a outros fatores, expande o papel e a importância de representantes da sociedade civil e do setor privado, além de governos subnacionais, no cenário internacional. A Paradiplomacia é um reflexo desse processo, podendo ser definida como "toda e qualquer ação internacional exercida por um governo subnacional sem a participação diplomática de seu governo central" (MÈRCHER, 2013, p. 19). Essas práticas paradiplomáticas são desvinculadas da "direta atuação dos Estados nacionais, com o objetivo de fortalecer a autonomia política e o desenvolvimento das regiões sem que se prejudique a soberania do Estado Nacional" (PRADO, 2009, p. 50).

É nessa lógica que as cidades, um dos chamados Novos Atores, passam a se destacar. Segundo Saskia Sassen, esse processo é resultado direto da globalização e das novas tecnologias da informação, permitindo que esses novos atores caminhem por áreas que antes eram exclusivas dos Estados (2010, p.158).

Essa atuação, portanto, poderia ser explicada pela percepção Construtivista, como sendo resultado de um processo social que refletiria a inexistência de uma separação entre o cenário interno e o cenário internacional, construindo novas dinâmicas, agendas e debates relacionados à estrutura internacional contemporânea. Esses agentes podem transformar as relações internacionais porque vivemos em um mundo em permanente construção, ou seja, socialmente construído e que pode ser sempre transformado (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

Como parte das transformações do cenário internacional, as cidades passam a ampliar as suas participações em diversas agendas do sistema internacional. Entretanto, esse não é um processo novo. As cidades sempre estiveram presentes no cenário internacional, "na intersecção de processos com escalas supra urbanas e até intercontinentais" (SASSEN, 2010 p. 161). O que é novo é a intensidade e a legitimidade dessas práticas.

Pela facilidade do acesso às informações sobre as questões mais prementes para suas populações, as cidades podem identificar as deficiências e necessidades locais, facilitando a busca por ações específicas que promovam a solução desses problemas de maneira mais assertiva. Os governos locais, segundo Castells (apud DESSOTTI, 2009, p.4), podem "expressar melhor a identidade cultural de um território, estabelecer mais facilmente mecanismos de participação e informação, e gerar mobilizações simbólicas comunitárias". Essa possibilidade de realizar suas próprias necessidades é apoiada no princípio da subsidiariedade, pois haveria uma divisão das "competências entre diversos âmbitos aos atores que melhor demonstrassem conhecimento de causa e competências para sanar desafios de melhor maneira do que os demais" (MÈRCHER; SARAIVA, 2012, p. 12).

Como a maior parte da população está concentrada em aglomerados urbanos e, também ser aí onde são realizadas grande parte das atividades econômicas, as cidades vem se reapropriando do papel de atores centrais. Passa-se a discutir a gestão dessas regiões urbanizadas de forma que as necessidades de suas populações sejam atendidas ao mesmo tempo em que se encontrem inovações que garantam a possibilidade de desenvolvimento (PASSOLS, 2010).

A criação de vínculos entre os governos locais facilita a criação de estruturas de cooperação que se estabelecem como instrumentos de empoderamento das comunidades.

Desta forma, podem ser elaboradas políticas públicas adequadas e que atendam necessidades comuns, baseadas nas características específicas de cada localidade, utilizando de maneira produtiva, eficaz e responsável os recursos à disposição. A responsabilidade financeira também é transferida para os próprios atores locais, fazendo com que esses participem do processo como um todo (ROMERO, 2006).

Em grande parte dos casos, essa busca por uma maior inserção no cenário internacional ocorre devido à procura por recursos internacionais (SALOMON, 2009). Também decorre da demanda desencadeada pela ação de grupos da sociedade civil organizada, que pode ser tanto para que haja "cooperação com certos grupos ou países, por um posicionamento político referente a um item de significância na agenda da política externa nacional ou internacional" (SALOMON, 2009, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se uma clara ligação entre os objetivos do projeto que está sendo implantado em Curitiba, com os objetivos do processo que foi implantado nas cidades europeias. Esses interesses convergentes, que demonstram a capacidade das cidades de entender seus desafios e buscar soluções que não incluam, necessariamente o governo central, ilustram a aplicabilidade do princípio da subsidiariedade. Também refletem a importância do construtivismo, ao fornecer ferramentas para instrumentalizar pesquisas sobre o tema, particularmente por reconhecer a importância dos novos agentes para as relações internacionais

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **Hacia El Estado Red? Globalização economia e instituciones políticas en la era de la información.** In: Seminário Internacional: Sociedade e a Reforma do Estado. São Paulo: Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

COSMO factsheet, March 2011. Disponível em http://www.cosmo-project.eu/assets/Uploads/Documents/Publications/COSMO-Project-FactSheet.pdf. Acessado em 01 de junho de 2014.

MÈRCHER, L.; SARAIVA, A. **O Princípio da subsidiariedade no Mercosul: o papel da cooperação descentralizada a nível cultural.** CEPIAL. In: III Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina: Semeando Novos Rumos, 2012, Curitiba.

Integração das Sociedades na América Latina: cenários e tendências da integração latino-americana por Dra. Karla Gobo (UNINTER/UNICAMP). Curitiba: CASLA, 2012. p. 01-22.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PASSOLS, A. F. de L.. **Review of the foundations of local public decentralized cooperation.** Year book for decentralized cooperation. Observatorio de Cooperación Descentralizada Unión Europea - América Latina. Montevideo**,** 2010.

PRADO, D. F. B. do. **A atuação internacional dos governos locais via rede: o caso da Mercocidades e do Programa URB-AL Rede 10.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

RIBEIRO, M. C. **A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia.** Cena Internacional – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB). Vol. 10, nº 2. Brasília, IREL, 2008.

ROMERO, M.H.. **La cooperación descentralizada local. Aportes para la construcción de un marco de referencia conceptual en el espacio de las relaciones Unión Europea- América Latina**. Anuario del Observatorio de la Cooperación Descentralizada. Montevideo: Consorcio Diputación de Barcelona-Intendencia Municipal de Montevideo, 2006.

SALOMÓN, M. . **The international Activities of Brazilian Local Governments: A Foreign Policy Analysis.** In: International Studies Association's 50th Annual Convention, 2009, New York. ISA Archives, 2009.

SALOMÓN, M.; NUNES, C.. **"A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos**", Contexto Internacional, vol.29, no 1, pp. 99-147, 2007.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre, Artmed, 2010.

O CASO MENSALÃO E O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Graduação
Ane Elise Brandalise Gonçalves
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Relações Internacionais
Orientador: Eduardo Biacchi Gomes
anebrand@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Caso Mensalão. Sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito dissecar o caso Mensalão, para compreender as razões para este evento ter alçado discussão na seara interamericana dos Direitos Humanos. A hipótese do trabalho concentra-se no fato de que os Direitos Humanos não podem mais ser olvidados pelo Estado e pelo Poder Judiciário. Buscou utilizar-se de uma metodologia de pesquisa indutiva, com a observação do caso Mensalão para realizar o encontro de explicações para tal evento. O trabalho teve fundamentação alicerçada na legislação, doutrina e jurisprudência e no uso de documentos outros.

SÍNTESE DO CASO MENSALÃO

Cumpre ver, de início, que o presente estudo não teve acesso direto aos Autos físicos do caso Mensalão, ao que incabível apresentar um juízo de valor quanto a questões ligadas ao contexto probatório e de autoria/materialidade. O que forneceu as bases ao presente trabalho foi a disponibilização, no site eletrônico do STF (www.stf.jus.br), a publicação das principais decisões do processo.

Trata o Mensalão de um caso de corrupção (e outros crimes correlatos) no governo brasileiro, com início em 2005, quando mídia divulga gravação que indicava pagamento de quantia obtida de forma ilícita (propina). Tal esquema culminou pela instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o caso, denominada de “CPI dos Correios”, que, ao seu turno, conduziu à instalação de outra CPI, a famosa CPI do Mensalão do PT.

No Judiciário, em 07/2005, o STF recebe o Inquérito nº 2245, com 40 investigados. Em 2007 é aforado no STF a Ação Penal sob o nº 470, figurando-se como Autor o Ministério Público Federal (MPF) e como Réus 40 acusados. Antes do julgamento, um dos réus, José Mohamed Janene, veio a falecer, bem como o réu Sílvio Pereira que assinou acordo com o MPF para não ser processado no caso, ao que restaram 38 réus no pólo passivo do caso Mensalão. Em seguida, um dos réus veio a ter seu processo desmembrado (Sílvio José Pereira), ao que 37 réus foram julgados no caso totalizando, ao fim, 25 condenações.

Na ocorrência do primeiro julgamento, com transmissão ao vivo, ocorrido em 2012, 25 dos 37 réus foram condenados, cada qual com determinada pena em decorrência dos delitos imputados. Desses, 12 recorreram via embargos infringentes, meio de impugnação

decorrente da divergência de posicionamentos dos magistrados. Assim, em 09/2013, decidiu-se sobre os referidos embargos, ao que cabe peculiar atenção, eis que o Ministro Celso de Mello, em seu voto, desempatou decisão (6 votos a 5) sobre admissão da possibilidade do uso dos embargos infringentes como meio de recurso, fazendo o chamado controle de convencionalidade (vez que utiliza como fundamento de sua decisão a Convenção Americana de Direitos Humanos, quando prevê o direito de recorrer). Por fim, em 03/2014, o STF concluiu o julgamento da Ação Penal nº 470.

No caso, duas são as discussões principais, em que atualmente os réus vêm buscando respostas e auxílio por parte do sistema interamericano, a saber: (1) a questão do foro por prerrogativa de função; (2) o direito ao duplo grau de jurisdição.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITO HUMANOS

Muito se comenta sobre o sistema interamericano de Direitos Humanos e o caso Mensalão. Tal sistema protetivo ganha destaque na medida em que visa evitar as arbitrariedades de um Estado sobre o indivíduo, objetivando que "os Estados existem para os humanos e não vice-versa"[28]. Ainda assim, são os Estados os detentores principais da defesa desses direitos[29], que ganham auxílio do sistema interamericano nessas tarefas protetivas. Dentre as organizações internacionais responsáveis pela temática dos Direitos Humanos, são duas as quadráticas de sistemas normativos: o sistema global e os sistemas regionais de proteção aos direitos humanos (Europeu, Interamericano e Africano).

O sistema interamericano de Direitos Humanos é vislumbrado especialmente pela Organização dos Estados Americanos (OEA). No tocante à proteção dos direitos humanos, tem-se como documento básico, para além da Carta da OEA, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 22/11/1969, em vigor em 18/07/1978. O Brasil é parte desta Convenção desde 25/09/1992, promulgada via Decreto nº 678 de 06/11/1992. Tal Convenção utiliza como meios de proteção dos direitos humanos tanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos[30].

As decisões proferidas pela Corte são irrecorríveis, com efeitos *erga omnes* e autoexecutáveis, o que parece ser um verdadeiro paradoxo ao caso em estudo. No ponto, atualmente pelo menos 04 dentre os 25 condenados do Mensalão já protocolaram denúncias perante a Comissão, sustentando exatamente a violação do Brasil ao duplo grau

[28] TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito internacional das organizações internacionais** – 5. ed. rev. atual e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2012, p. XI.

[29] Os chamados Direitos Humanos são entendidos aqui como "os processos, as dinâmicas de lutas históricas decorrentes resistências contra a violência que as diferentes manifestações do poder do capital exerceram contra os indivíduos e coletivos" *In:* FLORES; **A (re)invenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009, p; 169.

[30] Quanto à Corte, o Brasil reconheceu sua competência jurisdicional em 10/12/1998, por meio do Decreto Legislativo nº 89. Sobre a distinção entre Comissão e Corte: "Segundo o art. 53 da Carta da OEA, a Comissão é uma entidade autônoma da Organização dos Estados Americanos, regida pelas normas da mencionada Carta e da Convenção Americana. A Corte, ao contrário, não é um órgão principal da OEA e sim um tribunal jurisdicional, que atua em função da competência estabelecida pela Convenção Americana". *In:* GOMES, Luiz Flávio Gomes e PIOVESAN, Flávia (orgs). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 61.

de jurisdição. Além da legislação-base, as supostas vítimas valeram-se da doutrina e da jurisprudência da própria Corte, especialmente no *Caso Barreto Leiva Vs. Venezuela*[31].

Em todo caso, a Comissão e a Corte encontram barreiras na própria soberania estatal, cabendo ao Estado violador cumprir a decisão internacional, da melhor forma cabível, em consonância aos princípios de Direito (a exemplo do *pacta sunt servanda*). Ora, em sendo o Mensalão um dos casos de maior destaque no Brasil, impossível não se questionar acerca dos direitos humanos alegados.

FORO POR PRERROGATIVA X DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

O foro por prerrogativa de função (foro privilegiado[32]) foi a razão do Mensalão tramitar, desde o primeiro momento, perante o STF, encontrando-se, em sua maior parte (a exemplo da função parlamentar), na Constituição Brasileira. Por isso, constitui-se um direito fundamental[33]. Assim, como pode ele acarretar prejuízos aos réus? Ora, residiria, a princípio, no fato que estes não teriam possibilidade de recurso. O duplo grau de jurisdição, ao seu turno, se encontra no art. 5º, LV, sendo, portanto, também um direito fundamental e, ademais, princípio das relações processuais. Ora, mas e no caso de ações penais originárias, como a do Mensalão? Haveria possibilidade de novo julgamento perante o órgão colegiado, via, no caso, embargos infringentes, como houve debate no julgamento e voto de Celso de Mello.

No ponto, o ministro fez o uso do chamado "controle de convencionalidade", analisando, inclusive, documentos internacionais como a Convenção Americana de Direitos Humanos para concluir válida Resolução Interna do STF que dava respaldo ao uso dos embargos infringentes em ações penais originárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Caso Mensalão fez suscitar debate quanto a dois direitos considerados fundamentais, tanto que até o momento quatro condenados do Mensalão já denunciaram o Brasil perante à OEA. Segundo os denunciantes, estar-se-ia em jogo direitos como o foro por prerrogativa de função e o duplo grau de jurisdição (Art. 8º, II, *h* da CADH). Enquanto o foro por prerrogativa garante o direito a um julgamento em instâncias superiores, livres de pressões sociais e discriminações em razão da pessoa, o duplo grau de jurisdição fornece o direito de recorrer.

---

[31] COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Barreto Leiva versus Venezuela.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_206_esp1.pdf>. Acesso em: 12 mai 2014. Trata-se de caso da Venezuela onde tramitava no TSJ – Tribunal Superior de Justiça ação condenatória contra Barreto Leiva, à época diretor da presidência. A Corte Interamericana entendeu que Leiva teve violado seu direito de apelar para um tribunal superior, ou seja, não pôde impugnar a sentença condenatória proferida pelo TSJ, ao que restou caracterizada uma violação ao duplo grau de jurisdição, garantido pela Convenção Americana de Direitos Humanos em seu artigo 8º, 2, h.

[32] Opta-se aqui pelo termo "foro por prerrogativa de função" ao invés do "foro privilegiado" para evitar eventuais distorções que esta nomenclatura pode trazer.

[33] Observe-se, contudo, que no caso Mensalão, malgrado haver parlamentares, determinadas pessoas não deteriam o foro por prerrogativa de função (empresários, publicitários, etc). Entretanto, o STF decidiu no caso Mensalão pelo não desmembramento do processo penal (com exceção de um réu somente – Carlos Alberto Quaglia), com o fundamento principal de que haveria conexões entre as provas.

Neste impasse, procurar-se-á analisar mais pormenorizadamente a análise do Poder Judiciário, por meio de Celso de Mello, e do chamado controle de convencionalidade, o qual constitui importante ferramenta para garantir os Direitos Humanos e para os estudos das Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, Supremo Tribunal Federal. **Embargos Infringentes da AP 470,** Rel. Min. Luiz Fux, DJ: 18/09/2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AP_470__EMBARGOS_INFRINGENTES.pdf>. Acesso em: 24 fev 2014.

CONVENÇÃO Americana de Direitos Humanos. 22 nov 1969. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 18 mai 2014.

COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Barreto Leiva versus Venezuela.** Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_206_esp1.pdf>. Acesso em: 12 mai 2014.

FLORES; **A (re)invenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GOMES, Luiz Flávio Gomes e PIOVESAN, Flávia (orgs). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000

TRINDADE, Antônio Augusto. **Direito internacional das organizações internacionais**. 5.ed. rev., atual. e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

DESORDEM ORGANIZADA: A DESORDEM PROPOSITAL COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING

Pós-Graduação
Antoine Youssef Kamel
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós-Gradução em Gestão Estratégia de Empresas
antoine12@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia do consumidor. Desordem organizada. Estratégia de marketing de baixo custo.

INTRODUÇÃO

O *marketing* evoluiu muito nos últimos tempos, principalmente com a utilização de novas tecnologias para entender o que os consumidores buscam para sua satisfação. Atualmente se sabe que o consumidor valoriza marcas e empresas associadas a projetos sociais e responsabilidade ambiental. Todavia, este trabalho se distancia dessas importantes constatações para se focar em outra área, bastante específica. Apresenta-se uma forma diferente de apresentar os produtos no ponto de venda: a desordem organizada.

O processo de compra não envolve apenas processos racionais; o consumidor procura satisfazer aos seus desejos e anseios com produtos que proporcionem uma relação afetiva, uma identificação. Logo, o produto não deve simplesmente **servir** às utilidades esperadas, mas deve **refletir** o público-alvo a que se destina[34].

A desordem organizada, conceito pioneiro deste trabalho, é fundamentalmente a forma de anúncio e exposição de produtos e serviços que foge propositalmente ao padrão de organização, a fim de atrair consumidores com base nesse diferencial.

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Poucas decisões são puramente emotivas ou racionais. O consumo é afetado pela emoção e pela razão, em maior ou menor nível a depender de cada pessoa e situação. Decisões afetivas tendem a ser holísticas, e não decompostas nos vários níveis que compõem o produto, sua marca e outras características, mas sim voltadas a como o consumidor se sente ao utilizar aquele determinado produto. Segundo HAWKINS e MOTHERSBAUGH (2010, p. 572–573), a razão ameniza o impulso da compra guiada pela emoção, mas o grau de cognição é limitado e normalmente apenas evita decisões claramente desvantajosas, porém não as impede de todo. Um refrigerante não tem sucesso comercial por ser o mais saudável, gostoso ou refrescante, mas sim pelo que o consumidor experimenta com a imagem criada no entorno do produto. A racionalidade provavelmente impedirá que se pague uma fortuna desmedida por um produto simplório, mas, no geral, as características técnicas pouco importam. A afeição pelo produto é determinante nas decisões do consumidor e, por isso, é um valor universal constantemente buscado pelo *marketing*.

Como alerta Márcia Sola (2014, p. 4), atrair clientes deixou de ser a principal

[34] Entenda-se pelo termo “produto” aquilo que é entregue ao cliente, seja ou não tangível; isto é, a palavra “produto” abrange, para os fins deste trabalho, tanto produtos quanto serviços.

preocupação das empresas. O objetivo mais difícil é **fidelizar** e **reter** os clientes. O varejo é o segmento que mais sofre com esse revés, pois se trata essencialmente de uma atividade distribuidora de produtos iguais àqueles da concorrência. A criação de valor é um enorme desafio.

A oferta abundante, aliada à pouca diferenciação e ao baixo envolvimento do consumidor com o processo de compra — diante da semelhança dos produtos ou da superexposição à propaganda e consequente menor percepção dos apelos comerciais e dessensibilização dos sentidos de compra — dificulta consideravelmente a fidelização de clientes. Para aumentar o índice de retenção, é preciso conhecer o comportamento do consumidor a fim de planejar estratégias eficientes no gerenciamento do ponto de venda e no relacionamento com os clientes.

Enfim, no mundo do consumo não existe um ideal. Um mundo ideal para o ofertante do melhor produto seria aquele no qual o tecnicamente melhor é sempre o mais desejado e o melhor custo–benefício é sempre perseguido. Nessa utopia, o *marketing* de nada serviria, ou serviria apenas como comprovação matemática de que tal produto é o melhor e, assim, ele se venderia. O mundo ideal do bom negociador seria aquele no qual quem melhor sabe vender terá mais sucesso, independentemente da qualidade. Porém, assim como a conquista pela propaganda é importante, a qualidade também importa. Pride e Ferrel (2013, p. 6) destacam que consumidores insatisfeitos espalham rapidamente as más notícias para que outras pessoas não cometam o mesmo erro.

Há técnicas que permitem às empresas se diferenciar de seus concorrentes e satisfazer seus clientes, tanto na forma de planejar o ambiente (em especial em lojas de varejo) quanto na maneira de anunciar o negócio. Apresenta-se abaixo uma forma de conquistar clientes já com perspectiva de fidelizá-lo, e o capítulo seguinte dedica-se ao estudo aprofundado do conceito de desordem organizada, uma estratégia de planejamento do ambiente de compra.

A DESORDEM ORGANIZADA

Na primeira vez em que vê uma loja, o consumidor registra uma impressão sobre o nível de atendimento e de qualidade que o espera ao entrar, além de já formar uma noção do preço do que ali se vende, com base no *design*, nos materiais utilizados no ponto de venda, nas placas e cartazes, na iluminação, na maior ou menor extensão da fachada e na espécie de produto ofertado (GREEN, 2011).

Pontos de venda se dividem basicamente em três grupos: alto, médio e baixo padrão. A cada dia mais as divisões tradicionais em categorias e classes de pontos de venda e produtos se sobrepõem, de modo que uma aparência propositalmente inferior sirva para ofertar produtos de maior categoria em um ambiente mais cômodo, e lojas acessíveis sejam assim reconhecidas apenas pelas etiquetas com preço baixo, porém sigam padrões de *design*, iluminação e qualidade da decoração que remontam à organização clássica de alto padrão. Nesse sentido, a desordem organizada é uma forma exposição que foge propositalmente ao padrão, com isso, serve para atrair consumidores diferenciados.

O nicho de mercado pensado por essa estratégia de marketing são as pessoas atraídas pela modéstia, pela simplicidade, pela humildade e pela realidade desnuda: a aparência de relaxamento e a sensação de estar em casa. Essas qualidades da desordem se combinam para chamar a atenção do consumidor para promoções de produtos de massa —

livros usados, material de escritório popular, ponta de estoque de roupas. A desordem organizada é uma desordem meticulosa, cada aspecto é previamente planejado para transmitir a imagem que o negócio pretende ter junto aos consumidores.

Em suma, desordem organizada é uma estratégia que une a forma de organizar o ponto de venda e para criar um ambiente de compra propício para consumidores que buscam se destacar pela exclusividade ou economizar com o baixo custo, dependendo da forma como ela é implementada.

Há consumidores que se sentem particularmente confortáveis no interior da desordem proposital. Ela tem potencial de atração e retenção não só de clientes que buscam o melhor preço, mas os quais agregam diversas exigências que os reflitam como são ou como querem ser vistos: estilosos, modernos, despreocupados, diferentes; únicos. Entre outros negócios que podem atrair um público-alvo diferenciado de várias maneiras com a desordem, pode-se citar sebos, brechós, cafés, bistrôs, bares *cult* e pontos de venda de objetos usados.

Como estratégia de marketing, a desordem organizada tem a vantagem de ser uma modalidade simples e de baixo custo, fácil de ser alterada para a organização padrão em caso de insucesso.

CONCLUSÃO

Os consumidores estão cada vez mais exigentes e o mercado cada dia mais concorrido. A ordem habitual que imperava nas lojas tradicionais vem decaindo: produtos e serviços anunciados sem inovação não atraem o olhar da nova geração de consumidores, os quais buscam novas experiências em cada contratação e em cada compra.

Atualmente, é preciso buscar o que se tem de exclusivo em cada produto, em cada serviço e, não menos importante, na forma de anunciá-los. Um desses diferenciais de apresentação é a estratégia de marketing aqui denominada desordem organizada. A estratégia é largamente utilizada em locais que buscam atrair públicos ditos alternativos, tanto aqueles de alta renda quanto aqueles de menor poder aquisitivo: dependendo da forma como é posta em prática, a desordem atrai grupos contrastantes, alguns buscando menor preço, outros, a exclusividade.

Por outro lado, cada pessoa é distinta e pode não responder como o esperado pela estratégia. Por isso, cada negócio deve ter claro qual é o seu público-alvo e realizar comparações entre os métodos de anúncio e exposição de seus produtos e serviços e decidir se as novas estratégias adotadas estão, no final das contas, contribuindo positivamente nos números de vendas e de satisfação de clientes ou se, ao contrário, os potenciais consumidores não aprovam a forma atual, o que se reflete nos resultados.

A desordem organizada nem sempre é recomendada, pois há públicos que preferem a experiência comum e a pura sobriedade de estilo. E, ainda quando pode ser utilizada, deve-se cuidar para que não seja impossível distinguir se o ponto de venda é de alto ou baixo padrão, visto que a experiência seria insatisfatória em qualquer hipótese.

Deve-se afinal dizer que, no marketing, a experimentação tanto pode ser proibitivamente cara quanto ter custo baixo ou quase nulo. As técnicas mais baratas podem surpreender com efeitos magníficos.

REFERÊNCIAS

GREEN, William R. **Store design**: A Complete guide to designing successful retail stores. [S.l].: Zippy Books, 2011. Recurso eletrônico.

HAWKINS, Del I.; MOTHERSBAUGH, David L. **Consumer Behavior**: Building marketing strategy. 11. ed. Boston: McGraw-Hill Irwin, 2010.

PRIDE, William M.; FERRELL, O. C. **Marketing**. 17. ed. Mason: Cengage Learning 2013.

MUDANÇA DO NOME SOCIAL – CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE TRANS*, UMA FALA AUDÍVEL AOS ACADÊMICOS DO CURSO DE DIREITO OU RATIFICAÇÃO DO DISCURSO POSTO, *CORPOS ABJETOS*?

Graduação
Antonio Marcos Quinupa
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Direito
Orientador: Prof. Mestre Luiz Carlos Guieseler Júnior
quinupa@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Visibilidade. Trans*. Biopoder. Corpos Abjetos.

Arqueogenealogia – Direito, poder e Constituição do Sujeito

O start da discussão deu-se a partir de *A ordem do discurso*, obra produzida em *meio* caminho acadêmico, e não por ironia, ao *meio* da obra, Foucault aponta suas investigações anteriores ao seu ingresso no Collège de France, onde *as práticas discursivas e os poderes que as permeiam* vão marcar as investigações que o autor vai apontar como 'arqueológica' – a arqueologia é uma história das condições de possibilidades do saber, nos diz que *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos apoderar*[35] ; e **depois**, na fase 'genealógica' – ampliação do campo de investigação para incluir de maneira mais precisa o estudo das práticas não discursivas e nesse momento "lança o projeto de estudo das interdições que atingem o discurso da sexualidade"; ou seja, esse texto nos mostra Foucault saindo do subsolo arqueológico e se volta para o entendimento amplificado desse conhecimento.

Na dobra do Século XVII para o XVII em *Vigiar e Punir* o filósofo debruça-se em sua analítica de disciplina. Na Idade Média Foucault aponta a descoberta do corpo como medida disciplinar. Num primeiro momento (séc. XVII) a observância/reconhecimento do corpo como *natural*, levava "os sinais naturais de seu vigor e coragem", na passagem para o séc. XVIII "o soldado torna-se algo que se fabrica"; ou seja, apresenta o 'paradoxo' correção natural – anatomofisiológica – em contraposição a correção disciplinar. Essa transição "implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos".

A disciplina "aumenta as forças do corpo […] e diminui essas mesmas forças […] faz dele (corpo) por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita". A abstração dessa passagem nos faz perceber a *virtualidade* que a categoria *tempo* e *espaço* açambarca as potencialidades que o corpo pode ocupar/produzir.

[35]FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 2009, p. 10.

Já no texto "As Palavras e as Coisas", cap. VII "Trabalho, Vida, Linguagem", em que o autor apresenta o solo epistemológico do nascimento das Ciências Humanas (séc. XIX), as condições de possibilidades que produziram os saberes. O autor toma como mesmo solo epistemológico a Gramática, a História Natural e a História das Riquezas. Da Gramática desenvolver-se-á a Filologia, que por sua vez recairá na Etimologia, ou seja as competências da Linguagem desenvolvida de Bopp à Saussure. A História Natural desenvolver-se-á em Biologia, que por sua vez recairá na Fisiologia, no que concerne à *vida*. Já a História das Riquezas desenvolver-se-á a Economia do Trabalho, que por sua vez recairá na Política.

Nos idos de 1975/1976 Foucault "Em Defesa da Sociedade" retoma o lastro de sua pesquisa apresentada em "Vigiar e Punir" no que concerne à *Disciplina*, detêm-se numa outra ruptura histórica que vai da Sociedade Soberana a Sociedade Disciplinar, de poder microfísico, nesta concentra a definição de sexualidade. A partir da percepção de *disciplina* da época clássica "vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar […]. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Ao que parece essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie."

Nasce um novo saber, paralelo ao novo também saber da estatística, o conceito de população, que Foucault vai chamar de "biopolítica" da espécie humana. É pelo *dispositivo* da sexualidade que Foucault centrará a analítica desse novo saber-poder. Acredita ser a sexualidade "enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente". A sexualidade "se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população". A Sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população, depende da disciplina, mas também da regulamentação.

Por assim dizer tocamos o tema tratado em "A História da Sexualidade". Como perseguimos a 'formação do sujeito' - não existindo senão como *subjetivação* – momento de inserção da discussão em torno da *constituição* da subjetividade do sujeito Trans*[36]. Vejamos sob que perspectiva apresenta tal constituição/formação:

Foucault é conduzido a uma história das práticas nas quais o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição, modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e poder; inscreve-se no campo do verdadeiro e do falso.

Dessa forma aponta três modos de subjetivação/objetivação dos seres humanos:

I – modos de investigação que pretendem aceder ao estatuto de ciências, por exemplo, objetivação do sujeito falante na gramática geral ou na linguística, do sujeito produtivo na economia política.

[36] Termo guarda-chuva, como apresentado pelo blog Transfeminismo: http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/

II – modos de subjetivação dos sujeitos das práticas divisantes, o sujeito que é dividido em si mesmo ou dividido a respeito dos outros: separação entre o sujeito louco ou o enfermo e o sujeito saudável, o criminoso e o indivíduo do bem.

III – a maneira em que o ser humano se transforma em sujeito; a maneira em que o sujeito se reconhece como sujeito de uma sexualidade.

Detendo-nos nessa última característica adentramos em "A História da Sexualidade", momento em que o autor se debruça aos sujeitos de sexualidades periféricas: a) a mulher histérica, b) a criança onanista, c) o jovem homossexual e d) o casal malthusiano. É nesse texto que o autor cunha o termo *dispositivo da sexualidade*, apresenta a sexualidade tratada como *Scientia sexualis* por oposição à *ars erótica*. *Nós Vitorianos* criamos uma ciência sexual para pôr o sexo numa ordem discursiva, do confessionário ao consultório, ou seja; credenciamos *discursadores* para cada fim, legitimamos discursos que classificam e normatizam. Enfim *Direito de Morte e Poder sobre a Vida.*

Essa digressão/inserção na perspectiva filosófica/dialógica tem como proposta desvincular o discurso Psi – médico/psicológico/psiquiátrico - que coloca esses sujeitos como patologizantes. Que fazem suas leituras à partir dos corpos, *abjetando-os*, sendo que o que se faz necessário, principalmente quando do pedido de retificação do Nome Social, a leitura à partir da inteligibilidade do sujeito, à partir de sua identidade de gênero.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CEVASCO, M. Elisa. Dez lições sobre Estudos Culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Para ler Raymond William. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. A verdade e as formas jurídicas. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

_____. As Palavras e as Coisas. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. História da Loucura. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. História da Sexualidade I: A vontade de saber. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Microfísica do Poder. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O Nascimento da Clínica. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. O Poder Psiquiátrico. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Vigiar e Punir. 30 ed. São Paulo: Vozes, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUTCHEON, Linda. Poética do Pós-Modernismo. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

YIN, Robert. Estudo de caso. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAKATOS, E.M. & MARCONI, M de A. Fundamentos de Metodologia Cientifica. São Paulo: Atlas, 1985.

MACHADO, Roberto. Foucault, a ciência e o saber. 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. Foucault, a filosofia e a literatura. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

PRECIADO, Beatriz. Texto Yonqui. Madri: Editora Espasa, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Nome e sexo: mudanças no registro civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

VVAA. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009 E OS PRECATÓRIOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Graduação
Arleide Aparecida Alves do Nascimento
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Direito
Orientador: Martinho Martins Botelho
arleidenascimento@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Precatório. Constituição. Credor. Devedor.

INTRODUÇÃO

Com o advento da economia e de políticas de infraestrutura cada vez mais hegemônica em relação aos Estados e Municípios para a modernização e instalações de novas sedes, as desapropriações ocorreram em massa para acompanhar o desenvolvimento econômico e atender a demanda de serviços prestados pelo Estado.

Nos últimos tempos a impressa divulgou amplamente a palavra PRECATÓRIOS e os escândalos econômicos, administrativos e políticos ocorridos em alguns Estados e Municípios brasileiros, envolvendo esse instituto jurídico. (CUNHA, 2000, p. 13)

As políticas adotadas nem sempre condizentes com a realidade mas, que de certa forma no entendimento do legislador em meados dos anos 80, passou-se a surgir no campo das leis algumas mudanças quanto aos pagamentos dos precatórios.

A Constituição de 1988, por sua vez, nos termos do art. 100, tratava dos créditos de natureza alimentícia federais, estaduais ou municipais, sendo liquidados conforme ordem cronológica, em sentença transitada em julgado e para os precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, quando inscritos no orçamento público para liquidação (TORRES, 2004, p. 47).

Na Emenda Complementar 30/2000 entre as inovações ocorridas, destacava-se a competência do Presidente do Tribunal para a "liquidação regular de precatório", sob pena de, retardando ou frustrando seu pagamento, "por ato comissivo ou omissivo (…)", incorrer em crime de responsabilidade (VAZ, 2005, p.03).

As alterações ocorridas na EC 62/2009 obtiveram significativas mudanças no campo de preferências. A emenda trouxe aspectos constitucionais fundados no artigo 100 da Constituição Federal Brasileira tendo em vista que a emenda anterior 30/2000 se quer mencionava idosos e portadores de doenças graves, na medida em que esses créditos caíam no esquecimento e sem data de adimplemento.

Diferentemente da emenda anterior a 62/2009 foi amplamente criticada por ser votada em tempo recorde na Câmara e no Senado.

O Congresso Nacional no ano de 2009 deliberou e votou em dois turnos pela Câmara e pelo Senado a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/2009, a qual fora implementada entre um turno e outro na sua votação, feito de forma sumária em apenas um dia, violando, em tese, as disposições do art. 60 §2º da Constituição Federal de 1988, *in verbis*: "§2º - *A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em*

dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros".

E ainda o art. 362 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que: "O interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, **cinco dias úteis**" (GRIFO NOSSO).

Nota-se a quantidade de dias entre um turno e outro, conforme estabelecido no RISF, e que não fora cumprido na prática da discussão da EC nº 62/2009.

A EC 62/2009 abordou duas hipóteses de direito de preferência para pagamentos de precatórios.

Primeiramente, os precatórios de natureza alimentícia que são decorrentes de ações judiciais de pensões e suas complementações, aposentadorias, benefícios contabilizados como salários, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, redação dada pelo artigo100 §2º. 100.

A Emenda 62/2009, facilitou que algumas pessoas já em idade avançada tivessem seus direitos de recebimento e ainda os portadores de doença grave na forma da lei, terem a preferência garantida para pagamento de precatório

Os demais precatórios judiciais seriam de ações decorrentes de desapropriação e empréstimo compulsório, obedecendo a uma ordem cronológica tal como era feito anteriormente.

Para as chamadas Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a lei fixou valores de teto máximo para pagamento, o que facilitou o pagamento de precatórios com valores até R$ 70 mil, por exemplo.

Para efeitos de cálculos, a correção de valores será conforme art. 100 §12 da Constituição Federal, utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e, para fins de compensação de mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, excluindo a incidência de juros compensatórios.

A finalidade da presente pesquisa é analisar o impacto financeiro sofrido em decorrência da Emenda ser favorável aos idosos e portadores de doenças graves na forma da lei e as discussões que envolvem entidades como a Ordem dos Advogados no Brasil, Associações e Fundações, Empresas da Administração Pública Direta e Indireta espalhadas pelo Brasil em que discute sobre a inconstitucionalidade da referida EC 62/2009 e que aguardava o julgamento das Ações Direta de Inconstitucionalidade sobre o tema, proposto uma Adin em 2009 e outra em 2010 pela OAB.

Em março de 2013 o Supremo Tribunal Federal, fez o julgamento das duas Adin e após discussões dos Ministros do Supremo, o Presidente Joaquim Barbosa declarou que a Emenda 62/2009 caberá mais discussões e analisados os votos, a Emenda foi considerada parcialmente inconstitucional.

JUSTIFICATIVA

Os seguintes argumentos podem ser invocados para justificar a escolha do tema:

a) **Atualidade do tema:** tendo em vista perspectiva jurídica do Direito Financeiro e do Direito Tributário nas relações de direito público, fica o tema motivado, principalmente, pela necessidade do contexto econômico e administrativo da

atualidade, mais complexo e mais interdisciplinar, tal como a metodologia do direito das Finanças Públicas.

b) **Ineditismo do trabalho:** os aspectos institucionais e regulatórios das questões relacionadas ao Direito e a Economia não são tratados com a prioridade necessária. Isso porque a produção literária brasileira é restrita a rápidos comentários sobre determinadas questões sem profundidade teórica, deixando-se de analisar os problemas e desafios para o operador do direito das finanças públicas e do Direito Tributário;

c) **Interesse e preparação anterior dos autores:** o tema proposto se enquadra no contexto da pesquisa desenvolvida pelos autores.

d) **Relevância do tema:** o trabalho proposto, alcançando qualidade e profundidade necessárias, poderá contribuir para a orientação de futuros trabalhos acadêmicos e da prática profissional, ressaltando-se, novamente a sua necessidade de estudo;

e) **Pertinência do tema:** o tema proposto poderá ser objeto de análise e de críticas, futuramente, seja no âmbito acadêmico seja no campo profissional (advocacia, implementação de políticas públicas, etc.). Com efeito, o processo de estudo do Direito Financeiro e Tributário ainda vem se desenvolvendo no Brasil, sem desmerecer os últimos avanços. O trabalho proposto poderá desenvolver contribuição efetiva para esse debate e essa inovação.

METODOLOGIA A SER ADOTADA NA PESQUISA

O método a ser utilizado será de pesquisa literária dentre os nomes de autores na literatura administrativa, econômica, de direito tributário e de direito financeiro. Como se trata de pesquisa teórica (não-empírica), não serão trabalhados bancos de dados e nem bases estatísticas para o trabalho, exceto para contextualizações pontuais das informações e argumentações apresentadas. Visivelmente, o artigo adota a interdisciplinariedade como método apropriado na análise do seu objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro.** 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário.** 11. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Manuais de Procedimentos da Justiça Federal – **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPV**, 2ª Edição, revista e atualizada. Conselho da Justiça Federal, Maio de 2005.

CUNHA, Manoel – **Do Escândalo Nacional ao Calote nos Credores**. São Paulo, LTr, 2000.

VAZ, Orlando – **Precatórios Problemas e Soluções** – Belo Horizonte, Del Rey, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de – **Aspectos Administrativos, Constitucionais, Financeiros e Processuais**, 1ª Edição, 2ª Tiragem, Editora Fórum, Belo Horizonte-MG, 2007.

FLASH MOB: COMO A PUBLICIDADE UTILIZA ESSE FENÔMENO

Graduação
Camila Amanda Gomes Ferreira
Centro Universitário Internacional Uninter
Comunicação Social – Publicidade, Propaganda e Marketing
Orientador: Máira de Souza Nunes

PALAVRAS-CHAVE: *Flash mob*. Paisagem Urbana. Publicidade. Marketing de Guerrilha.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho pretender analisar a intervenção urbana causada pelo *flash mob* e como este fenômeno é utilizado na publicidade, verificando possibilidades e limites. Para a análise serão utilizados diferentes vídeos de *flash mobs* em ações publicitárias para criar uma categorização, discutir o uso que a publicidade faz desse fenômeno e pesquisar as possibilidades do uso como marketing de guerrilha. Dessa forma, a presente pesquisa pretende responder a seguinte questão: quais as possibilidades de utilização do fenômeno *flash mob* para a produção de campanhas publicitárias?

Ao responder essa questão, será possível perceber se o *flash mob* pode ser utilizado como marketing de guerrilha a fim de promover um produto pelo choque, absurdo ou surpresa, como intervenção na paisagem urbana para persuadir por meio do inesperado e se o público ou produto podem ser uma limitação do uso desse fenômeno como ação publicitária.

Essa pesquisa é de grande importância para o campo da comunicação porque a performance urbana também é uma forma de comunicar e é por ela que o *flash mob* acontece. É importante estudar e entender o fenômeno *flash mob* como uma maneira performática de comunicação utilizada em alternativa aos meios comuns de comunicar.

O *flash mob* é um movimento que ficou conhecido mundialmente a partir de 2003, como uma prática de mobilização na internet que vem se apoderando dos espaços públicos urbanos utilizando uma encenação lúdica. Na contemporaneidade, estamos vendo novas formas de comunicação sendo 2 constituídas pela utilização da Comunicação Mediada por Computador (CMC). (SCHIECK, 2005).

> A constante evolução desses grupos sociais, junto ao vínculo emocional estabelecido online, acabou por levar essas comunidades a migrar para fora dos limites da Rede, ou seja, o grupo sai do virtual e vai para o espaço físico real ocupar lugares onde se torna possível o prolongamento dessa ligação afetuosa estabelecida no ciberespaço (SHIECK, 2005, p. 3).

Identificamos então, um ponto de convergência entre o espaço físico e o virtual. A principal distinção entre *flash mob* e *smart mob*, é o envolvimento dos *smart mobs* com o ativismo político, enquanto os *flash mobs* são organizados, exclusivamente, para entretenimento. O *flash mob* é uma modalidade do entretenimento, uma força mobilizadora ou simplesmente um comportamento que emerge a partir da entrada das tecnologias móveis no cotidiano. Somos surpreendidos no espaço público pela intervenção de corpos fazendo movimentos expressivos (SHIECK, 2005).

Os movimentos expressados no espaço público podem ser identificados como reconfiguração da paisagem urbana, Klein (2006, apud HERNANDEZ, 2008) afirma que as paisagens urbanas transformaram-se em "lugares de excesso", onde o espaço urbano está ocupado por imagens e anúncios que apelam para chamar a atenção do público, as cidades se tornaram enormes "florestas publicitárias". Este excesso de informação está causando uma crise comunicacional, o que torna o excesso uma ausência, algo invisível. Dessa invisibilidade surge necessidade de criar novas formas de anunciar, então, a publicidade precisa encontra outro meio para exercer sua função.

A publicidade, do latim *publicus*, significa o ato de vulgarizar, de tornar público um fato, uma ideia e visa promover para vender. Ela é, sobretudo, um grande meio de comunicação com grupos de pessoas e seu discurso deve ser ajustado ao perfil que constitui o grupo consumidor que importa para o anunciante (SANT'ANNA, ROCHA JÚNIOR, GARCIA, 2009).

> É nesse cenário que a publicidade e mercadologia se desenvolvem. Principalmente quando são considerados o primeiro e o segundo pontos, fica muito claro que as campanhas de hoje – para essas situações – precisam ir além de vender um produto ou um serviço; precisam vender principalmente uma ideia: de que é possível ser, bastando ter (SANT'ANNA, ROCHA JÚNIOR, GARCIA, 2009, p. 63).

Na pós-modernidade o entretenimento ganha enorme importância e impulsiona não só a sua indústria, mas toda a publicidade, que transforma tudo em um grande espetáculo, tudo atrai e diverte. Mas o show como ferramenta de publicidade vem desde a Roma antiga, onde os políticos montavam espetáculos para entreter as massas. No cenário pós-moderno, o que mais vemos é um universo paralelo ao produto, expandindo para a sensação de individualidade do consumidor. A sensação de fuga da realidade se expressa, vende-se a "experiência" de ser alguma coisa por intermédio do objeto adquirido (SANT'ANNA, ROCHA JÚNIOR, GARCIA, 2009).

Por isso, diferente da cultura de massa, a intervenção urbana pretende atrair o público de maneira artística e singular.

> As intervenções urbanas se dão no dia-a-dia, em uma politização do cotidiano, do espaço público, que marca um distanciamento da política institucional para enfatizar a cultura e a reprodução social como terreno de combate. Além disso, as intervenções urbanas destacam a ação direta em contraposição à fomentação de visões utópicas, na busca por produzir novas maneiras de ver, sentir, perceber, ser e estar no mundo (MAZETTI, 2006, p. 3).

Aqui entra o marketing de guerrilha. O que se pretende é tornar perceptível o produto ou ideia que se quer vender em meio à "floresta publicitária", que deixou de ser visível, sentida e absorvida quando mensagem.

O marketing utiliza um conjunto de ferramentas para alcançar seus objetivos. E o objetivo maior não é vender, mas sim se comunicar com o cliente, garantir satisfação, estabelecer contato pós-venda, fidelização com o mercado alvo. (KOTLER, 1998). Ao associar marketing com guerrilha, o que se quer dizer é que mesmo com pouco armamento, mas com um bom conhecimento do terreno e estratégias e táticas melhores que a do adversário, pode-se vender a guerra (POSSAMAI, 2007).

Segundo Levinson (1989), o marketing de guerrilha se diferencia do tradicional por vários motivos, mas o principal é o investimento de tempo. Mais tempo, menos capital. Além disso, para ele, a criatividade é pré-requisito para o marketing de guerrilha, uma vez que quando se diz criatividade, sugere-se "lucratividade".

Dentre as ferramentas do marketing de guerrilha, o *flash mob* pode ser identificado como Performance, ação criativa realizada dentro do espaço público, com o objetivo de chamar a atenção das pessoas. Ou ainda, pode ser classificado como uma ferramenta do marketing de guerrilha, que não foi criada por ele, mas da qual ele se apropria (HERNANDEZ, 2008).

Como marketing de guerrilha, o objetivo do *flash mob* é, em sua essência, aparecer. Impactar pela surpresa, pelo movimento, pelo total fora do comum e diferente, quebrar as monotonias do cotidiano. Caracteriza-se pela ação com movimentos combinados, aglomeração e dispersão instantâneas e intervenção no espaço público (HERNANDEZ, 2008).

Para realizar este trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica, a fim de encontrar em livros e artigos já publicados estudos sobre a intervenção urbana, marketing de guerrilha e *flash mob*, para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é indispensável nos estudos históricos, pois em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. Também foi realizada uma pesquisa documental, por meio da qual foram selecionados os vídeos dos *flash mobs* que serão analisados ao longo da pesquisa. De acordo com Gil (2008), a pesquisa documental é a pesquisa de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Em seguida, será feita uma análise de conteúdo para conhecer os vídeos, absorver suas impressões, orientações e verificar as hipóteses.

Com os dados levantados e apresentados, presume-se que o *flash mob* é uma maneira alternativa de cativar os consumidores, vender uma ideia ou chamar atenção. E que pode ser utilizado como ferramenta do marketing de guerrilha para atingir seu objetivo: ser percebido no espaço urbano, onde a publicidade precisa cada vez mais utilizar-se de estratégias para não se tornar invisível aos olhos do consumidor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 5

HERNANDEZ, Thomas Marcelo Fernandes. **Marketing de guerrilha e intervenção urbana:** a luta simbólica por atenção no espaço urbano. 93 f. Monografia – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2008.

KIST, Éverton. ***Flash Mobs*, movimentos que transcendem o ciberespaço:** uma ferramenta alternativa de comunicação. UNIFRA. Santa Maria, RS. 2009. Disponível em: < http://lapecpp.files.wordpress.com/2011/05/flash-mob-movimentos-que-transcendem-o-ciberespac3a7o-uma-ferr.pdf>.

KLEIN, Alberto. **A Publicidade para além das imagens:** O retorno ao paleolítico, 2006. Disponível em: <http://www.utp.br/interin/EdicoesAnteriores/02/artigos/04_Klein_tematicalivre.pdf>.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
_____. ; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1998.

LEVINSON, Jay Conrad. **Marketing de Guerrilha: táticas e armas para obter grandes lucros com pequenas e médias empresas**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

_____. **Propaganda de Guerrilha:** Criatividade e competência para gerar o máximo de lucros com o mínimo de custos. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. MAZETTI, Henrique Moreira. **Intervenção urbana:** representação e subjetivação na cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006. Brasília. Anais...São Paulo: Intercom, 2006.

POSSAMAI, Ana Paula. **O marketing de guerrilha em pequenas empresas de Bento Gonçalves.** 77 f. Monografia – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs:** The Next Social Revolution. 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=lX9QKNbO0nkC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>

SANT'ANNA, Armando; ROCHA JÚNIOR, Ismael; GARCIA, Luiz. **Propaganda:** teoria, técnia e prática. 8ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SHIECK, Monica. **Flash Mob:** da interação em rede à intervenção urbana. UFRJ. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0812-2.pdf>.

PROJETO DE PRODUÇÃO DE WEBSITE PARA BANDA BRITÂNICA AMIDA

Graduação
Camila Borges
Jornalismo
camilaborgest@gmail.com
Orientador: Patrick Diener

PALAVRAS-CHAVE: *Website*. Jornalismo online. Amida. Redes sociais. *Indie rock.*

INTRODUÇÃO

O trabalho iniciou-se no contexto das matérias de Jornalismo Online e Redação Jornalística Online e ainda, Comunicação e Tecnologias. Para tanto, visava-se o desenvolvimento do website da banda Amida e sua divulgação nas redes sociais. A banda Amida foi formada em 2003 por cinco ingleses na cidade de Manchester. Amantes do estilo musical *indie rock*, o grupo costuma se apresentar em *Pubs*[37] de Londres, Nova Iorque, e também Manchester. Segundo dados fornecidos pelo Facebook, o público da Amida constitui-se de adultos entre dezoito e quarenta anos. Primeiramente, buscou-se conhecer o público da banda Amida por meio de pesquisas em redes sociais, como, por exemplo, o Twitter. Depois de uma conversa com os integrantes da banda, foi definido um esboço do estilo e do design do website e, também, conteúdos que a Amida gostaria de publicar. Foram também traçadas as primeiras estratégias de como aconteceria a divulgação na internet. Buscou-se aplicar os conceitos aprendidos no marco teórico da disciplina de Redação Jornalística Online: a não linearidade, a estrutura e fisiologia do texto na web. Também foram usados conceitos da Cauda Longa; entre outras características do Jornalismo Online, bem como as relações que se estabeleceram, principalmente neste século, com as tecnologias da comunicação, que estão acessíveis, por meio de plataformas colaborativas e *softwares* livres. Toda a plataforma do website foi pensada de modo a aplicar e desenvolver as teorias estudadas em sala de aula.

CRIAÇÃO

O primeiro objetivo foi o desenvolvimento do website para a banda Amida e, também, a divulgação do mesmo nas redes sociais. A plataforma do website deveria ser completa, um ambiente onde o fã da banda pudesse encontrar de maneira fácil e simplificada: músicas, fotos, entrevistas, links para redes sociais e materiais exclusivos. O design deveria ser como a identidade da Amida: cores claras e formas simples.

Engana-se quem acha que na internet não existe “dinheiro”, a moeda de troca da web é chegar a um bom alcance de público, isso responde por que transnacionais estão investindo na comunicação online. As redes sociais atualmente estão presentes na vida da maioria dos cidadãos. Muitas vezes, as redes sociais são mais presentes no cotidiano das pessoas até mesmo mais do que a televisão, o rádio e o jornal; elas estão conectadas ao Facebook no trabalho, no ônibus, nas universidades e, em casa.

[37] Típicos bares comuns na Inglaterra, onde servem-se cerveja, uísque e *fish n’ fries*.

Pode-se dizer que as tecnologias que possibilitam todo esse acesso se tornam muito mais do que um simples aparelho de comunicação móvel, tornam-se uma extensão de comunicação. Com a forte presença da web no dia a dia se tornou necessário que o website estivesse presente nelas também.

O website Amida é constituído por oito editorias, são elas: home; amida; música; vídeos; fotos; *news*; shows; e contato.

Cronograma e processo de criação

O processo de criação e desenvolvimento do website começou no primeiro semestre de 2013 para ser utilizado em um trabalho acadêmico. Desde seu início, o *website* tem atualizações frequentes e está no ar atualmente. Seu design e o *layout* têm sido modificados desde a sua estreia. O *website* ficou pronto após o término de planejamento das editorias que seguem abaixo.

A *Home page* é a página principal na qual o usuário que acessa o endereço www.amidaband.com irá visualizar primeiro e, é por isso que nela consta um pouco de cada editoria do website. É também na página home onde o usuário tem acesso às imagens e conteúdo multimídia que contém links de outros canais como: Spotiff, SoundCloud e também da loja revendedora do CD da banda.

Na página chamada Amida o usuário tem acesso às informações sobre a banda, sobre a trajetória do grupo e também sobres os integrantes.

Em *Music*: A partir de link com o canal SoundCloud nessa editoria os usuários têm acesso rápido das músicas da banda.

A página Vídeos contém dois vídeos em alta resolução da banda Amida. Os vídeos foram cedidos do acervo dos músicos.

Em Fotos o visitante encontrará mais de quinze fotos da banda Amida, a maioria delas com tratamento em Photoshop, além de fotos exclusivas que somente o website possui.

A página *News* é atualizada semanalmente com informações e releases da banda Amida. Ela tem modelo prático e interativo, com fotos, vídeos, e conteúdo personalizado para o público de nicho.

A página Shows está intitulada no website como "*gig*", isso porque as bandas britânicas como a Amida, preferem chamar a apresentação de "*gig*". Em português remete a uma apresentação, ou pequeno concerto. Nessa editoria estão contidos os cartazes de shows, datas, e também links onde os fãs podem comprar ingressos pela internet. Quando acessada a página de contato, o usuário pode mandar mensagens diretamente para o e-mail do website dando dicas e sugestões.

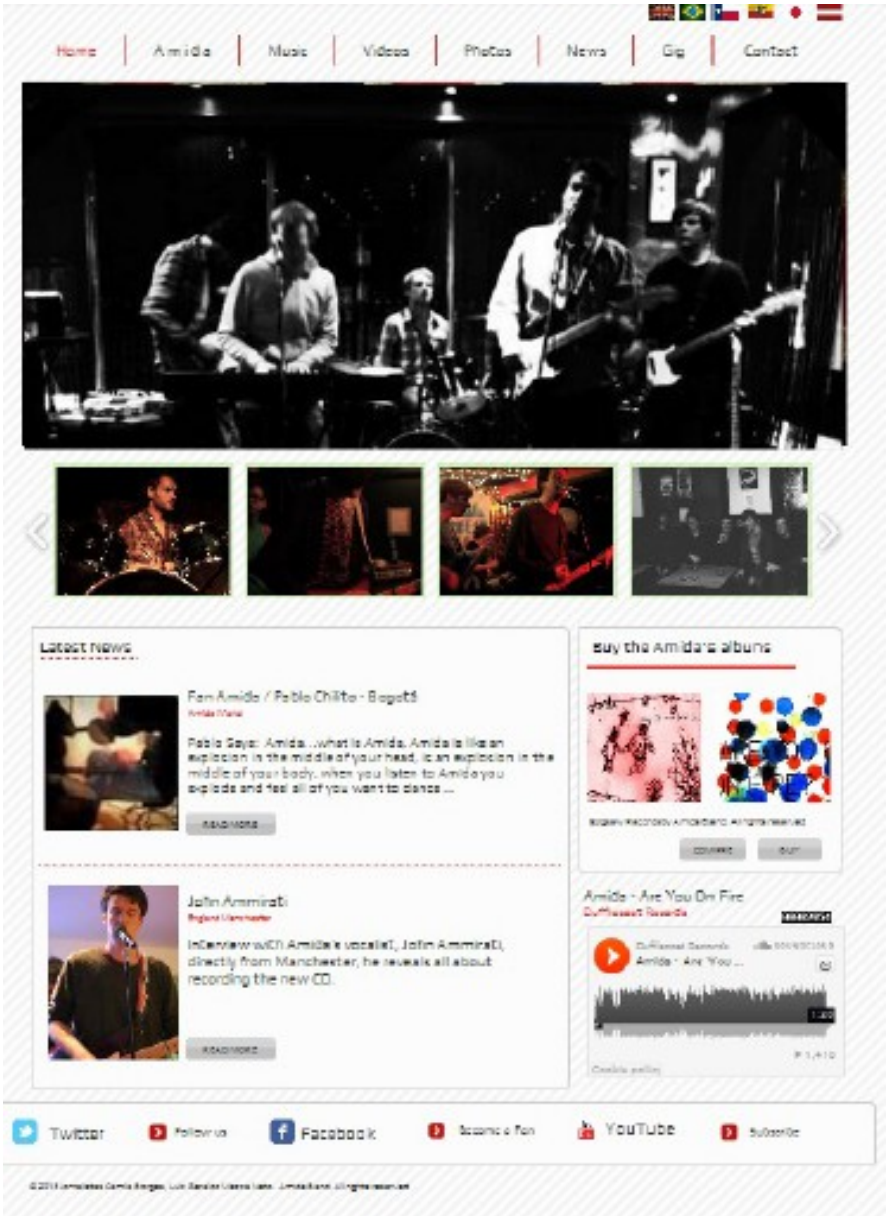
PUBLICAÇÃO

O *website* desenvolvido para a banda Amida neste trabalho atualmente é utilizado como o website oficial da banda. Desta forma, o seguinte trabalho acadêmico buscou aplicar os conceitos da fisiologia do texto na web, da busca pelo público alvo, das técnicas de aproximação e de identificação com os fãs. Já as técnicas de entrevista do Jornalismo Online foram utilizadas para colher materiais para o website e, também, a teoria da Cauda Longa de Chris Anderson, que foi usada para definir o nicho específico da banda Amida.

> Ainda existe demanda para a cultura de massa, mas esse já não é mais o único mercado. Os hits hoje competem com inúmeros mercados de nicho, de qualquer tamanho. E os consumidores exigem cada vez mais opções. A era do tamanho está chegando ao fim e em seu lugar está surgindo algo novo, o mercado de variedades" (ANDERSON, 2006, p. 5).

A banda estava presente nas redes sociais, bem como, os seus fãs, que se encontram espalhados pelo mundo. Para identificar quem ouvia a banda pesquisaram-se diversas conversações entre os integrantes da banda pela rede social Twitter. Apesar de ser uma banda britânica, os fãs da Amida estão em lugares tão diversos quanto o Japão e a América do Sul. Descobriu-se, mais além, que os fãs normalmente ficam online boa parte do tempo e que as atualizações da banda nas redes sociais eram sempre comentadas, sem exceção.

O *website* foi criado como um canal exclusivo para os fãs de Amida. Também foram analisados alguns fãs específicos da banda de modo a desenhar um perfil genérico do público da Amida.



Fonte: autora

DIVULGAÇÃO

Para a divulgação do website Amida foram usadas basicamente as redes sociais, por sua ampla distribuição e gratuidade. Buscou-se também estruturar um diferencial nas informações com conteúdo especializado.

O primeiro contato com a banda foi pela rede social Twitter. Após a permissão da banda para fazer o website da Amida, formalizou-se o contato via e-mails. Foi decidido que o idioma do website seria em inglês, português, letão, japonês, e espanhol. A tradução do inglês era feita pela autora deste artigo, porém, o restante dos idiomas foi usado, sobretudo a tradução livre.

Uma das primeiras preocupações referente ao acesso do website foi "como e por onde" os fãs da banda acessavam a plataforma. Uma fã da Letônia comentou no Facebook: "O amidaband.com não abre no meu celular". A partir daí surgiu a ideia de disponibilizá-lo também para aparelhos móveis, de modo que se adequasse a qualquer tipo dispositivo móvel. Três meses após a inclusão do website para celulares, um garoto do Japão comentou no Twitter: "Adorei o website, e funciona muito bem em meu Apple".

Uso do Twitter, Facebook, SoundCloud, e Spotify. Partiu-se do princípio de que muitas das pessoas que acessam a rede estão conectadas em alguma rede social, sendo assim, é importante estar presente nestas plataformas. O Twitter permite que o usuário escreva somente 140 caracteres e, por isso, priorizou-se, nesta rede o uso do símbolo do símbolo cerquilha # (que juntamente com uma palavra forma uma *hashtag*)[38] antes da mensagem, de modo que o fã conseguisse ler a mensagem e também fazer o uso da *hashtag*, algo que ajudava na divulgação, alcançando consequentemente mais pessoas. Atualmente a conta do Twitter da banda Amida conta com mais de 14 mil seguidores.

O SoundCloud é uma rede social de compartilhamento de música, um pouco diferente do também conhecido MySpace. O SoundCloud foi uma das ferramentas onde mais houveram pontos positivos: antes da divulgação do website, a banda Amida contava em média com cerca de 300 audições no canal de música. Seis meses após o website divulgando fortemente o novo álbum "*Are you On Fire*?" a banda teve mais de 1.000 audições no canal.

O Spotify é outro canal de música presente no website, uma plataforma que entrou na estratégia de divulgação a pedido dos músicos. O Spotify é bastante conhecido fora do Brasil, essa plataforma entrou recentemente no país, mas possui ainda um público limitado que pode escolher entre o serviço gratuito ou pago. Uma vez que trabalhamos tanto para os fãs brasileiros, quanto para os fãs da Europa, Estados Unidos e Ásia, torna-se necessário atender as demandas do público por inteiro, não somente com programas específicos como é o caso do Spotify.

A ideia principal do website sempre girou em torno de um único ideal: juntar todas as informações e conteúdos da banda em um único lugar. Por esse motivo que o website conta com músicas, vídeos, entrevistas, fotos, conteúdo exclusivo e download de música gratuito, de forma que o fã da banda não precise ficar mudando de website para procurar o que precisa. O conteúdo segmentado se dá pelas notícias exclusivas da banda, o que ajuda na

[38] As *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca.

criação e desenvolvimento de conteúdos diferenciados, estabelecendo um vínculo de identificação entre emissor e receptor.

Todo conteúdo disponibilizado no website era escolhido a partir de reunião de pauta em conjunto com os integrantes da banda. As reuniões eram feitas uma vez por mês via e-mail, ou em tempo real. Nelas, eram escolhidos os temas chaves para a atualização de conteúdo semanal da plataforma.

O público da web está em constante modificação, por esse motivo para que uma plataforma online faça sucesso, é necessário que ela siga o ritmo do usuário, modificando-se constantemente. O website Amida guiou-se por esse mesmo pensamento, a partir de atualização de conteúdo e, também, de design do site.

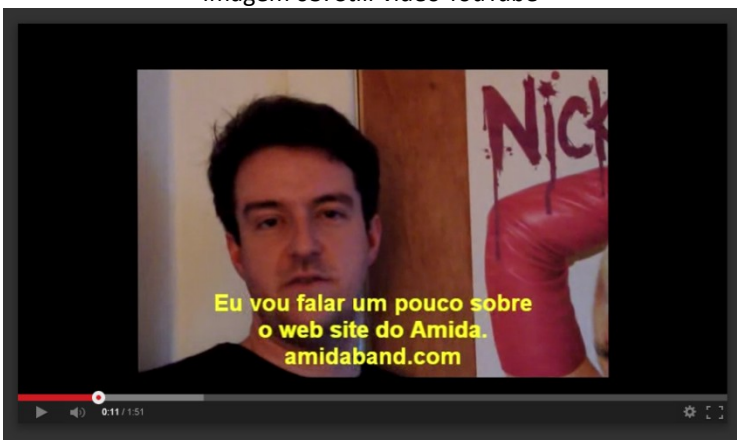
A relação entre emissor e receptor, entre fãs e a banda, deveria buscar manter vivo esse laço que se faz importante no meio artístico atual, onde estar presente no online serve para atrair e manter fãs. Nas redes sociais utilizadas, era disponibilizado um conteúdo segmentado específico para os fãs, de modo a gerar um feedback contínuo por parte dos usuários nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando técnicas aprendidas durante o módulo WEB do curso de Comunicação Social do Centro Universitário Internacional Uninter, foi possível estruturar, a partir da teoria em sala de aula, a criação do website para a banda Amida. Foi possível pensar na concepção e realização de uma campanha de auxilio e divulgação nas redes sociais. Ter como cliente uma banda de fora do país agregou muito no conhecimento na prática jornalística, uma vez, que proporcionou conhecimento, transformando essa experiência em um grande intercâmbio cultural.

A banda ficou muito feliz com o resultado do trabalho: o vocalista da banda, John Ammirati, gravou um vídeo agradecendo o projeto de sucesso do website Amida.[39]

Imagem 03: *Still* vídeo YouTube



Fonte: autora

Ao fim do trabalho, chegamos a um resultado positivo para todos os envolvidos, gerando feedback de mais de nove países ao redor do globo, criando uma grande teia de comunicação entre os fãs nas redes sociais.

[39] O vídeo pode ser acessado pelo link: migre.me/imEHc.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Chris. **Free: grátis, o futuro dos preços**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **A Cauda Longa. Do mercado de massa para o mercado de nicho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 9º reimpressão.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência. São Paulo**: Ed. Aleph, 2008.

LEMOS, André. **Ciber-cultura-remix**. In: ARAÚJO, Denize. Imagem (ir)realidade: comunicação e cibermídia. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006.

_____. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

DOIS SENHORES: JORNALISMO E LITERATURA NAS PÁGINAS DA REVISTA SENHOR

Trabalho permiado com o 2º. Lugar na categoria Iniciação Científica

Graduação
Cíntia Silva da Conceição
Centro Universitário Internacional Uninter
Comunicação Social – Jornalismo
Orientador: Roberto Nicolato
cintiasilva.jornalismo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Revista Senhor. Jornalismo literário. Jornalismo interpretativo. Gêneros jornalísticos.

INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1950 e 1960 circulou no Brasil uma publicação que marcou a história do jornalismo. A revista SENHOR tratou dos mais variados assuntos de forma analítica e interpretativa, com uma linguagem criativa e bem elaborada, usando de técnicas literárias na construção das reportagens. A SENHOR foi criada para ser uma publicação de alto nível, compatível aos produtos da *Editora Delta*, empresa de Simão Waissman[40]. "Ele queria publicar a mais interessante revista brasileira de todos os tempos. Quem comprasse uma coleção da Delta ganharia uma assinatura da revista" (SIROTSKY, p.35). As fontes para concepção da revista encomendada por Waissman partiram do jornalista Nahum Sirotsky, que montou um boneco[41] baseado em publicações como a *Life*, *New Yorker* e a *Esquire*. SENHOR teria o preço mais alto que as mais caras revistas brasileiras, para que fosse vista como um símbolo de *status*. A base do projeto apoiava-se no público que era cliente da editora, definido pelas elites econômica e intelectual. O alvo era o homem de alto poder aquisitivo na faixa de 30 a 50 anos, casado com uma mulher que se interessa por cultura. A revista era distribuída em todo o país e chegou a ter uma tiragem de 45 mil exemplares, algo significativo para a época.

Tanto a literatura em si quanto o jornalismo literário estão presentes em todo o período de publicação da SENHOR. Partindo dessa premissa, essa pesquisa se concentra em analisar quais procedimentos literários são utilizados na revista; explorar a questão da incorporação de uma linguagem mais literária no jornalismo; e fazer um apanhado de quais eram os gêneros jornalísticos presentes na publicação a fim de entender melhor as características textuais da revista.

Esta análise torna-se necessária visto que a publicação foi reconhecida e premiada tanto no Brasil quanto no exterior, devido a sua qualidade editorial e gráfica e, apesar do peso da publicação para o jornalismo cultural, a SENHOR ainda não foi amplamente pesquisada, os estudos referentes a ela estão focados na área do *design* editorial. É necessária uma pesquisa que não fique apenas em sua face gráfica, mas que análise seu

[40] Proprietário da Editora Delta, de forte presença no setor de dicionários e enciclopédias

[41] Termo usado no design gráfico para nomear um esboço de projeto gráfico em produtos editoriais. É feito como modelo de teste antes da impressão da publicação final.

conteúdo textual e entre no campo da comunicação de fato, neste caso específico, o jornalismo literário.

Como hipótese, acredita-se que o fato de a revista SENHOR utilizar procedimentos literários nas reportagens publicadas foi um fator positivo para a construção da linguagem textual mais elaborada e criativa em concordância com o jornalismo que se fazia na época. Além disso, o fato dos colaboradores da revista serem intelectuais foi um facilitador para que o uso das técnicas literárias fossem incorporados ao texto.

DESENVOLVIMENTO

Para realização deste trabalho foram utilizados três métodos de pesquisa: bibliográfica, documental e de conteúdo. A fundamentação teórica foi constituída, principalmente, com base nos livros: *Uma senhora revista*, organizado por Ruy Castro; *Revista Senhor*: Modernidade e cultura na imprensa brasileira, escrito por Eliane F. C. Basso; *O design gráfico na revista Senhor*: uma utopia em circulação, escrito por Lucy Niemeyer. Nos gêneros jornalísticos: *Jornalismo informativo*, *Jornalismo interpretativo* e *Jornalismo opinativo*, trilogia escrita por Luiz Beltrão; *Gêneros jornalísticos no Brasil* e *A opinião no jornalismo brasileiro*, escrito por José Marques de Melo. Na questão do jornalismo literário utilizou-se as seguintes obras: *Páginas ampliadas*, escrito por Edvaldo Pereira Lima; *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, escrito por Tom Wolfe; *Jornalismo e Literatura: A sedução da palavra*, organizado pelos autores Gustavo de Castro e Alex Galeano.

A análise documental se mostrou importante para ajudar na seleção das edições que serviram como base para essa pesquisa e, a análise de conteúdo foi realizada com objetivo de localizar os textos que apresentavam procedimentos literários que pudessem ser estudados.

Para esta pesquisa foram analisadas seis edições da revista, duas de cada uma de suas três fases. O critério usado para a divisão dessas fases foi a mudança dos editores da revista. Essa metodologia foi escolhida visto que, quando uma publicação muda de mãos, geralmente ocorrem alterações em sua estrutura e, como esta pesquisa trabalha com a análise de conteúdo das reportagens, é importante levar em conta esses períodos de transição. Para melhor entender a divisão das três fases, segue um esquema que mostra a troca de editores e o período de permanência de cada um na direção da revista:

- **1ª fase** – março de 1959 a julho de 1961 – Nahum Sirotsky;
- **2ª fase** – agosto de 1961 a fevereiro de 1962 – Odylo Costa Filho;
- **3ª fase** – março de 1962 a janeiro de 1964 – Reynaldo Jardim.

No total foram analisados seis textos, um de cada edição selecionada, com o objetivo entender quais procedimentos literários foram utilizados na construção das reportagens. São elas: 1ª fase - *A festa da môça nova* e *Psicanálise do automobilista ou o perigo do homem ao volante*, 2ª fase - *O mundo redondilho: A literatura nordestina de cordel* e *A rua é do povo*, e 3ª fase - *Viagem por dentro do enfarto: A quem possa interessar* e *O espelho do dragãozinho*.

Os procedimentos literários levados em consideração na presente análise foram: a presença de força, clareza, condensação, tensão e novidade; as características de reportagem-conto, reportagem-crônica, reportagem de fatos, reportagem de ação e

reportagem documental; e os tipos de abertura, propostos por SODRÉ e FERRARI (1986). A presença de traços do *New Journalism*, como a construção cena a cena, o registro do diálogo completo, ponto de vista da terceira pessoa e status de vida do personagem (WOLFE, 2005), também fizeram parte deste estudo.

Após a análise das reportagens, nota-se que a revista contou com várias características do jornalismo literário, entre eles o uso de personagens, tanto reais quanto ficcionais, como forma de explorar os temas tratados. Foi comum ver nas páginas da publicação reportagens-conto e reportagens-crônica, além de textos que realçavam a visão, a audição, e a imaginação do leitor. A reportagem documental foi muito usada em conjunto com os textos de características literárias, com o objetivo de apresentar um contexto e resgatar os antecedentes sobre o tema tratado, em concordância com o jornalismo mais interpretativo.

De acordo com a análise proveniente do recorte feito nesta pesquisa, SENHOR não apresentou todas as características do *New Journalism* e, geralmente, quando apareciam em alguma reportagem, era como forma de exibir o *status* de vida do personagem e a descrição cena a cena, sem usar de diálogos completos e ponto de vista da terceira pessoa. Esse fator pode ser explicado pelo fato *New Journalism* ser um estilo que nasce na década de 60 e que só começou a tomar conta das redações no Brasil em 66, com a revista *Realidade*. Nesse período a SENHOR já não circulava mais.

A reportagem de ação também foi parte integrante das reportagens que apresentavam procedimentos literários, pois em vários textos podemos ver a descrição detalhada do que ocorre no cenário da matéria. Esse fator tinha como objetivo transportar o leitor para dentro da cena, fazendo-o visualizar junto com o repórter o que ocorria naquele momento.

Em relação à pessoa por trás do texto, pode-se notar que os especialistas/intelectuais estavam presentes de forma ativa, tanto que a maioria das reportagens literárias aqui apresentadas foram escritas por eles. Acredita-se que pelo fato de serem profundos conhecedores dos assuntos tratados, esses especialistas tinham uma maior desenvoltura para construir o texto, explicando-o para o leitor de forma mais clara e precisa assuntos que geralmente não são muito simples de se entender. Mas os jornalistas não ficam para trás nesse quesito, pois eles também souberam usar muito bem os personagens e a narrativa mais elaborada e criativa.

Nota-se que nenhuma reportagem aqui foi puramente literária, pois todas apresentaram uma mescla de procedimentos literários, características do jornalismo interpretativo e inserção de conteúdos explicativos. Mas isso não desqualifica a presença do jornalismo literário nas páginas da SENHOR, apenas reforça que a revista praticou o jornalismo interpretativo em todas as suas fases e ainda utilizou-se do jornalismo literário como forma de humanizar os relatos, bem como dar ritmo e emoção para os leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

SENHOR foi uma publicação importante, que marcou uma época e serviu de modelo para muitas publicações que surgiram posteriormente. Apesar de não ter uma vida muito longa, os quatro anos em que circulou foram suficientes para que se tornasse referência e tema de estudos em campos do *design* e do jornalismo.

Os estudos sobre essa publicação podem abranger várias áreas que ainda carecem de pesquisas mais aprofundadas. Um tema interessante para se abordar é a questão do público-alvo. Entre os questionamentos pode-se ressaltar: quais os motivos para se fazer uma revista masculina? Como se fazia isso tradicionalmente e como se faz na atualidade? Um exemplo interessante seria traçar um paralelo entre revistas como SENHOR e a *Playboy*, questionando o que as aproxima, o que difere uma da outra e qual a relação que ambas tinham com seu público. Ainda nesse campo, seria importante pensar no oposto, refletindo sobre o momento no qual se consolidam as revistas femininas no Brasil. No período de publicação da SENHOR, o público feminino era o maior consumidor de revistas no nosso país, mas que revistas eram essas e, que público era esse? Um estudo nessa área, além de relevante para a evolução do jornalismo, seria válido por questões culturais e de gênero, pois trará um histórico da evolução social dessa mulher dos anos 1950 para a mulher da atualidade.

Estudar a relação entre jornalismo e literatura é algo gratificante e necessário, visto os rumos que o jornalismo vem tomando com a chegada das novas tecnologias e os vários questionamentos sobre o futuro do impresso. Produções nessa área acabam resgatando um pouco do *glamour* que o jornalismo literário já teve no passado mas que acabou ficando de lado com a chegada de tempos onde o furo de reportagem acaba mais valorizado que a construção e a qualidade do texto jornalístico. Como já afirmou Ajzenberg, “o jornalista fere no peito o escritor” (2002), e só depende dos profissionais e dos estudantes que estão saindo das faculdades de jornalismo resgatarem esse escritor, que pode em poucas ou muitas linhas, passar as informações de forma mais criativa e elaborada. E lembrar que, do furo de reportagem a internet cuida e, ao impresso, resta chamar o leitor pela qualidade da narrativa e o diferencial no modo de noticiar.

REFERÊNCIAS

AJZENBERG, Bernardo. Dois Senhores. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Escritura Editora, 2002.

BASSO, Eliane Fátima Corti. **Revista Senhor**: modernidade e cultura na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**: filosofia e técnica. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Escritura Editora, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NIEMEYER, Lucy Carlinda da Rocha. **O design gráfico da revista Senhor**: uma utopia em circulação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica), 2002.

RÊGO, Ana Regina e AMPHILO, Maria Isabel. Gênero opinativo. In: **Gêneros Jornalísticos no Brasil** / José Marques de Melo e Francisco de Assis (org). São Paulo: Universidade Metodista, 2010.

SIROTSKY, Nahum. Antimemórias da Senhor. In: **Uma senhora revista** / Organização Ruy Castro; Concepção e coordenação Maria Amélia Mello - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2012.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre uma narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

A COBERTURA ELEITORAL DE 2014 NO JORNAL METRO EM CURITIBA

Graduação
Diogo Tavares de Miranda Ferreira; Fabrício Vaz leal Cotta
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Ciência Política
di_2712@hotmail.com, attoclael@gmail.com
Orientador: Doacir Gonçalves de Quadros

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento Político. Construção da Notícia. Eleições Municipais

RESUMO

Neste resumo objetiva-se identificar alguns traços relativos ao padrão jornalístico adotado pelo jornal Metro, de Curitiba, a respeito das disputas eleitorais de 2014 para governador e para presidente, com base na análise de dados levantados sobre a cobertura eleitoral do referido periódico[42].

Nas disputas de 2008 e 2012, Quadros (2013) constatou pelos dados coletados, que a Gazeta do Povo adotou o formato reportagens como o local de maior visibilidade do tema eleições em suas edições – 35,6% e 49,7% respectivamente. De acordo com Quadros, presume-se que o tema eleições passou a ser avaliado pelo jornal como detentor das características de noticiabilidade ao ser divulgado de maneira significativa nos formatos reportagens, o que caracteriza a passagem de uma cobertura eleitoral com fortes traços opinativos para uma cobertura mais informativa sobre as eleições. E o Jornal Metro adota esse comportamento identificado em eleições anteriores no jornal Gazeta do Povo? O jornal Metro em Curitiba privilegia as divulgações das matérias sobre as eleições em suas colunas assinadas ou em reportagens? A hipótese que será testada é que a cobertura do Jornal Metro em Curitiba é uma cobertura eleitoral mais informativa em razão de ser um jornal popular e porque as matérias sobre as eleições têm uma maior freqüência no formato "reportagem". Espaço este que remete a matérias que se colocam como relatos combinando informações e interpretação.

A metodologia adotada na pesquisa consiste em identificar a agenda temática do Jornal Metro a partir dos temas presentes na sua cobertura eleitoral para Governador e para Presidente. O período analisado corresponde às edições publicadas entre 1º de agosto a 5 de outubro de 2014[43]. O período de coleta terá continuidade caso haja segundo turno. Para verificar-se a visibilidade do tema campanha eleitoral nas primeiras páginas do Jornal Metro em Curitiba se adotarão os seguintes procedimentos: identificação dos temas que formaram a agenda temática do jornal durante o período investigado; identificação dos formatos e da

[42] O jornal Metro é disponibilizado gratuitamente em Curitiba e circula de segunda a sexta, nos principais cruzamentos de Curitiba. Terceira capital do país a receber o jornal, o Metro está presente no Brasil também nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No Brasil, o jornal é um empreendimento conjunto do Grupo Kinnevik e do Grupo Bandeirantes de Comunicação que, em Curitiba, tem como sócio o Grupo JMalucelli. Em Curitiba, a tiragem é de 30 mil jornais por dia.

[43] É necessário um especial agradecimento ao Programa de Iniciação Científica da Uninter (PIC-Uninter) e aos estudantes pesquisadores dos grupos de pesquisa "Meios de comunicação e política" (Uninter) que atuaram na coleta de dados sobre as edições do jornal Metro.

abrangência do tema campanha eleitoral nas chamadas de primeira página; identificação do espaço em centímetros quadrados e da posição na primeira página em que se encontravam as chamadas.

Também com o objetivo de mensurar a visibilidade do tema, classificam-se as chamadas de acordo com a quantidade de espaço em centímetros quadrados que o tema campanha eleitoral ocupou nas primeiras páginas do Jornal Metro. Além da coleta de dados sobre a primeira página do Jornal Metro a metodologia adotada também permite saber a freqüência com que o tema eleições esteve presente na cobertura do Jornal Metro durante as disputa eleitoral de 2014. O tema eleições relaciona-se especificamente às matérias em que foi citado ao menos um dos candidatos a Governador do Paraná ou a Presidente do Brasil e que foram divulgadas pelo jornal sobre o cotidiano da disputa.

Para verificar a visibilidade do tema eleições no jornal foram adotados os seguintes procedimentos: identificação dos temas que formaram a agenda temática da cobertura do jornal durante o período investigado, a identificação do espaço em centímetros quadrados e o formato de matérias cedido pelo jornal ao tema eleições. Na construção da notícia cada formato jornalístico possui uma característica que lhe é peculiar (BEZERRA, 2005, p. 40-60). O formato "reportagem" remete a matérias que se colocam como relatos – o que implica um trabalho de campo combinando informação e interpretação. O formato "coluna política" é apresentado como textos que misturam opinião e interpretação sobre dado fato – em que o jornalista (o colunista) é responsável pela seção e assina o material publicado. O formato "ilustrações e fotos" acompanham os textos opinativos ou informativos. O formato "chamada de primeira página" reporta textos considerados pelos jornalistas como de grande importância para o seu leitor e são publicados na capa do jornal. O formato "artigos assinados" são textos opinativos escritos por especialistas, jornalistas ou não especialistas (neste caso, leitores).

A atual democracia representativa reascende a pertinência da existência de um fluxo contínuo e plural de informações necessárias para o processo deliberativo de decisões políticas, como o que ocorre durante uma eleição. Considera-se, nesta pesquisa, que os jornais impressos colocam-se como uma das arenas que subsidiam a população com informações essenciais para o desenrolar do processo eleitoral. Conseqüentemente, as investigações e pesquisas sobre a cobertura jornalística tornam-se importantes para verificar o comportamento da indústria jornalística no cumprimento de sua função, que é informar (QUADROS; SANTOS, 2013, p. 35). Para a definição do voto, é importante para a população que exista um padrão de cobertura jornalística combinando informação, interpretação e opinião sobre os temas relativos às eleições: é em torno dessa expectativa que se situa o objetivo desta pesquisa, ou seja, identificar alguns traços relativos ao padrão jornalístico na cobertura eleitoral promovida pelo jornal Metro em Curitiba sobre as eleições de 2014.

Um padrão jornalístico, ao refletir uma cobertura eleitoral cada vez mais informativa, como se espera observar no Jornal Metro em Curitiba a partir das variáveis volume e formato das matérias contribui com a legitimidade da escolha eleitoral. Em torno de um padrão jornalístico informativo, os leitores/eleitores podem rever suas posições e conhecer as preferências dos outros eleitores para então definirem o seu voto.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, H. D. Cobertura Jornalística e Eleições Majoritárias: Proposta de um Modelo Analítico. 341 f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

QUADROS, D. G. Jornal impresso e eleições municipais: da opinião à informação nas páginas da Gazeta do Povo. Revista de Estudos da Comunicação (Impresso), v. 14, p. 415, 2013. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/comunicacao?dd1=12391&dd99=view&dd 98=pb> Acesso em: 24.ago.2014.

QUADROS, D. G. & SANTOS, R. M. Jornal impresso e eleições 2012: a campanha eleitoral nas primeiras páginas dos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.6, n.17, p.32-50, jun.-set. 2013. Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/15004> Acesso em 24 set. 2014

POLÍTICA E INTERNET: O USO DAS TIC'S PELOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL NO PARANÁ EM 2014

Graduação
Fabrícia Almeida Vieira; Henrique Matheus Costa Cardoso; Luís Augusto Ton
Centro Universitário Internacional de Curitiba – UNINTER.
Ciência Política
Orientador: Luiz Domingos Costa
fa.almeida2010@gmail.com; henrique.mcc@outlook.com; luisaguston@gmail.com

PALAVRAS CHAVES: Partidos Políticos. Eleições. Internet.

A internet tem se mostrado como um dos principais meios de comunicação que o cidadão brasileiro e os partidos políticos podem utilizar para interagirem e se aproximarem mutuamente em momentos pré-eleitorais e eleitorais (PENTEADO, SANTOS e ARAÚJO, 2007). De acordo com o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC) o acesso à internet no Brasil está concentrado, sobretudo nas áreas urbanas com 44% contra 10% nas áreas rurais. Entretanto, o contingente da população brasileira com acesso domiciliar à internet ainda é de 40%. Como reflexo da presença da internet no Brasil nos últimos anos nota-se um avanço quantitativo e qualitativo de pesquisas nas áreas da Comunicação Social e da Ciência Política que buscam verificar o uso que os partidos políticos fazem da internet para mobilizar e interagir com eleitor. Significativa parte destas pesquisas tem como objeto de estudos algumas ferramentas que compõem a internet, tais como o *Website*, *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Blog*. Entre as principais preocupações que norteiam estes estudos estão: i) saber como os partidos políticos se utilizam dos recursos de interação e de comunicação que a internet oferece; ii) identificar o público alvo que os partidos políticos procuram atingir; iii) comparar o uso da internet pelos diferentes partidos políticos. Em comum às pesquisas sobre partidos políticos e a internet como instrumento de mobilização eleitoral tem constatado a adaptação dos partidos políticos ao ambiente midiático-eleitoral oferecido pela internet (IASUALAITIS, 2007; FILHA e MAYER, 2013; CERVI e MASSUCHIN, 2011).

O sistema eleitoral brasileiro é dividido no sistema majoritário para eleger os cargos do executivo e sistema proporcional para eleger os cargos do legislativo. Por sistema eleitoral pode-se entender como um conjunto de regras que determinam "como o eleitorado poderá fazer as suas escolhas e como os votos contabilizados serão transformados em cadeiras no Poder Legislativo e executivo" (QUADROS, 2012, p. 18). O sistema proporcional permite que as estratificações sociais sejam representadas no Legislativo, em outras palavras, o sistema proporcional viabiliza a representação dos grupos minoritários no parlamento. Possibilitando um espelhamento das opiniões relevantes da sociedade no Legislativo (NICOLAU, 2004).

O sistema proporcional de lista aberta gera um enfraquecimento dos partidos políticos e contribui para a personalização no processo eleitoral. Isso porque os partidos apresentam uma lista de candidatos que compete ao eleitor escolher o candidato. Assim, as estratégias adotadas na campanha eleitoral são individualizadas e os partidos atuam como mediadores entre o candidato e o eleitor (NICOLAU 2004; QUADROS, 2012). Trata-se,

portanto, de um contexto que favorece a personalização das campanhas. Por outro lado, também é um contexto com elevadas diferenças de perfis dos candidatos e contrastes nas estratégias de campanha.

Desse modo, num ambiente com alta quantidade de candidatos e francamente favorável à personalização das campanhas, a internet pode atuar como mais um elemento de incremento informacional. Não obstante, não se sabe se esse recurso é mobilizado de modo homogêneo entre os diversos candidatos. É em torno do contexto midiático eleitoral criado pela internet que se encontra à questão que norteia parte do desenvolvimento deste resumo. De modo a entender qual é a presença no *facebook*, *twitter* e *website* pessoal dos candidatos a Deputado Estadual no Paraná nas eleições de 2014.

No âmbito estadual, Rocha e Nicolás (2012) realizaram uma pesquisa voltada aos websites partidários, buscando entender como as organizações partidárias juvenis paranaenses utilizam a internet para angariar a participação de mais jovens na política. A conclusão dos autores sugere que os websites partidários não mobilizam os jovens para participar da política, servem mais como uma ferramenta de autopromoção do partido. Cervi e Massuchin (2011) realizaram uma pesquisa voltada ao *twitter*, com o objetivo de analisar o uso do *twitter* pelos principais candidatos ao Governo do Paraná – Beto Richa (PSDB) e Osmar Dias (PDT) - nas eleições de 2010. Os resultados da pesquisa sugerem que o *twitter* pode ser considerado uma fonte de interação entre os candidatos e eleitores, já que os índices de respostas dados pelos candidatos foram significativos. A especificidade deste estudo é que os trabalhos existentes no Paraná estão concentrados aos candidatos ao Governo ou a nível Federal. Não existem estudos relacionados aos candidatos a Deputado Estadual e a aderência dos mesmos à internet.

A hipótese que será testada sugere que a maioria dos candidatos a Deputado Estadual no Paraná que utilizam somente o *facebook* como rede de comunicação com o eleitorado, são desafiantes. Ou seja, são candidatos que não estão disputando cargos à reeleição. O *twitter* é mais utilizado por candidatos com maior escolaridade. Já os sites pessoais são mais utilizados por candidatos à reeleição, políticos profissionais.

A fonte do universo da coleta de dados é o TSE, a partir deste universo a pesquisa levantou algumas variáveis[44]. Para o preenchimento destas colunas foi consultado o site da ALEP, o *candibook*[45], o portal da UOL eleições e redes sociais.

O primeiro aspecto importante para se observar é a questão de quantos candidatos a Deputado Estadual utilizam a internet como uma ferramenta de campanha. O resultado encontrado é que 51% dos candidatos são adeptos a essa nova tecnologia e 49% não são aderentes a nenhuma das mídias sociais – *facebook, twitter*, site pessoal. Esse dado sugere que a internet não é utilizada pela maioria dos candidatos, estes ainda estão em fase de adaptação para a utilização das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) no processo eleitoral. Entre as mídias sociais, a principal rede de interação utilizada entre os

[44] Sexo; ocupação; escolaridade; condição (incumbente ou desafiante); ano de ingresso a cargos políticos; dirigente partidário; maior cargo no executivo; maior cargo no legislativo; é egresso de família com tradição na política; possui site pessoal; possui facebook; possui twitter.

[45] Portal criado pela Gazeta do Povo para fornecer informações online sobre os candidatos que disputam as eleições de 2014. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/eleicoes/2014/candibook/. Acessado em: 01/09/2014.

candidatos é o *facebook* com 49%. O website pessoal é utilizado por 11% e o twitter é utilizado por 10% dos candidatos.

A tabela 1 mostra quais candidatos mais utilizam o *facebook* como ferramenta de campanha, se são os candidatos à reeleição ou se são os desafiantes. Entre os candidatos à reeleição (Incumbente), 96% utilizam o facebook enquanto 4% não possuem essa rede social. Entre os candidatos desafiantes, 47% deles usam o facebook, enquanto 53% não possuem conta no facebook. Esse resultado não comprova a hipótese de que a maioria dos candidatos a Deputado Estadual que utilizam somente o *facebook* como rede de comunicação com o eleitorado, são desafiantes.

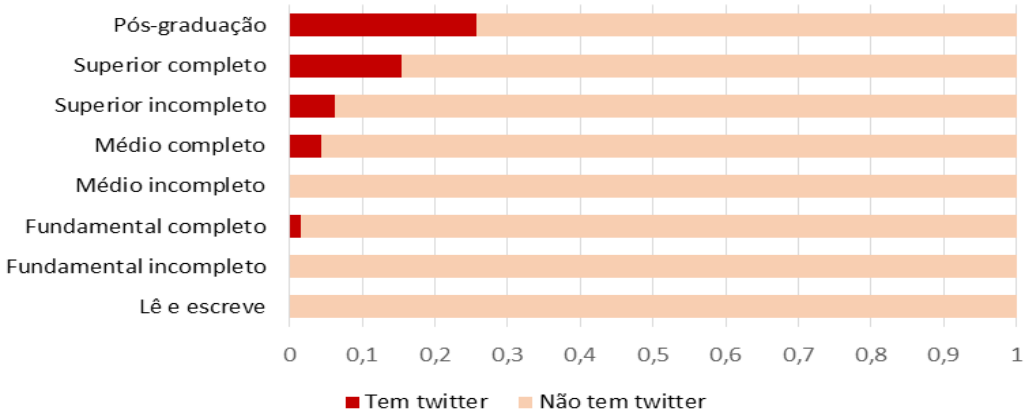
Tabela 1 - Condição incumbente e uso do facebook entre candidatos à ALEP 2014

		Não usa facebook	Usa facebook	Total
Condição	Incumbente	4,3%	95,7%	100,0%
	Desafiante	53,1%	46,9%	100,0%
Total		50,4%	49,6%	100,0%

Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

O *twitter* é uma rede social utilizado na esfera política que foi adotado pela elite já remanescente no poder o que nos confere o grau de cultura política (CERVI e MASSUCHIN, 2011). Com relação ao *twitter*, os resultados sugerem que o perfil dos candidatos que mais utilizam essa ferramenta são os que possuem maior escolaridade. Entre os candidatos com pós graduação, 26% possuem *twitter*, enquanto 2% dos candidatos que possuem ensino fundamental completo utilizam essa ferramenta. Desta forma, a segunda hipótese pode ser confirmada, sendo que o *twitter* é mais utilizado por candidatos com maior escolaridade. Observe o gráfico 1:

Gráfico 1 - Escolaridade e uso do twitter entre os candidatos à ALEP-2014



Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

Referente aos sites pessoais, os candidatos à reeleição são os que mais utilizam essa ferramenta para interagir e informar o eleitorado/internauta. Cerca de 70% dos incumbentes são adeptos a essa ferramenta, sendo ela mais utilizada para contar as realizações do candidato no mandato anterior. Entre os desafiantes, cerca de 92% não possuem site pessoal, apenas 8% deles fazem a utilização desta opção de mídia social.

Observe na tabela 2:

Tabela 2 - Condição e posse de site pessoal entre candidatos à ALEP - 2014

		Não possui site pessoal	Possui site pessoal	Total
Condição	Incumbente	29,8%	70,2%	100,0%
	Desafiante	92,1%	7,9%	100,0%
Total		88,7%	11,3%	100,0%

Fonte: NEP – Núcleo de Estudos sobre Elites Políticas – UNINTER.

Assim, a terceira hipótese foi confirmada, já que os sites pessoais são mais utilizados por candidatos à reeleição, políticos profissionais. Uma possível explicação para esse comportamento é de que um website necessita de profissionais para atualização das informações, já no *facebook* ou *twitter* a atualização das informações é mais simples, podendo ser realizada pelo próprio candidato.

Após examinar essas evidências, podemos fazer algumas observações conclusivas. Como visto, a internet permite a diminuição dos custos e possui a capacidade de transmitir com mais velocidade e maior volume informações se comparada com os outros meios de comunicação – televisão, rádio, jornal. Mesmo com essas vantagens, apenas metade dos candidatos a Deputado Estadual no Paraná nas eleições de 2014 utilizam a internet como uma ferramenta de campanha durante o período eleitoral. Com relação às hipóteses aqui testadas, foi possível confirmar duas delas e descartar uma. Dentre as confirmadas, a primeira é a de que *facebook* é mais utilizado por incumbentes e não desafiantes. A segunda é a de que o *twitter* é mais utilizado por candidatos com maior escolaridade. E os sites pessoais são mais utilizados por candidatos à reeleição, políticos profissionais. Desse modo, podemos entender os perfis dos candidatos (escolaridade e condição de incumbente) determina muito fortemente o recurso às TICs.

Bibliografia:

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. **O uso do twitter nas eleições de 2010:** o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao Governo do Paraná. Contemporânea (UFBA. Online), v. 9, p. 174-189, 2011.

FILHA, E. A O R.; MAYER, T. **Eleições 2012:** o processo eleitoral em Curitiba e sua relação com a mídia social. Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 14, n. 34, p. 309 – 328, 2013.

IASULAITIS, S. **A internet pode revigorar as eleições?** Um estudo das campanhas virtuais presidenciais no pleito de 2006. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007, Caxambu – MG. XXXI Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PENTEADO, C L. C.; SANTOS, M. B. P. dos; ARAÚJO, Rafael de P. A. **Internet e Política:** os blogs nas eleições presidenciais de 2006. In: XXXI Encontro da ANPOCS, 2007, Caxambú – MG. Anais do XXXI Encontro anual da ANPOCS, 2007.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUADROS, Doacir G. **Partido político e propaganda política:** A imagem partidária em ação no horário gratuito (HGPE) nas eleições de 2000, 2004 e 2008 para prefeito de Curitiba. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ROCHA, Leonardo; NICOLÁS, Maria A. **Juventudes Partidárias e internet:** Repertórios de ação políticas nos Websites das juventudes partidárias do Paraná. In: Anais do V Congresso da Compolítica 2012.

OTIMIZAÇÃO DE LAY OUT PRODUTIVO

Graduação
Douglas Dib Pallú
Universidade Positivo (UP)
Engenharia Mecânica
Orientador: Luiz Fernando Rodrigues Campos
douglas.dib@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta apresentar o desenvolvimento da otimização de um *layout* produtivo melhorando as condições de produção de uma linha de termoformagem definida por produto.

Em Ohno (1997), Bodek, presidente da *Productivity, Inc*., comenta que a necessidade de otimizar gastos surgiu a partir do século vinte devido as altas exigências e flutuações do mercado, quando Henry Ford observou que a situação global não era favorável e implantou em sua fábrica a produção de automóveis em grandes quantidades e a baixo custo, sendo possível construir um carro em menos de uma semana a partir da extração da matéria prima. Sistema conhecido como fordismo. Shingo (1996), reforça que empresas com linhas enxutas e filosofias de reduções de custos implantadas, conseguem responder seus clientes com rapidez, qualidade e preços mais competitivos.

Do outro lado, no Japão, Ohno (1997) criou o Sistema Toyota de Produção com o objetivo de voltar a ser competitivo no mercado reduzindo desperdícios e processos que não agregavam valor ao produto final.

Com base no histórico positivo da aplicação da filosofia lean, esta pesquisa tem como objetivos: sugerir alteração no processo minimizando tempos ociosos, apontar possibilidades de redução de custos no manuseio do processo da linha de termoformagem e estudar o espaço físico a fim de maximizar a flexibilidade dos equipamentos e operações.

Neste contexto, cabe considerar que Slack, Chambers e Johnston (2009) definem alguns passos básicos para a definição de um projeto detalhado de uma linha de produção. Alguns questionamentos devem ser feitos: Que tempo de ciclo é necessário? Quantos estágios são necessários? Como lidar com variações de tempo para cada tarefa? E como equilibrar o arranjo físico?

O tempo de ciclo necessário para processar um produto por completo, takt time é encontrado pela razão entre o tempo total disponível em cada turno pela demanda do cliente no mesmo período. Determinando o ritmo de produção. Com o *takt* definido, é necessário saber quantas estações a linha deve comportar para atender a demanda. Este cálculo é baseado no takt time e no conteúdo de trabalho, ou seja a quantidade de tempo

total para completar o produto. Para as informações do conteúdo de trabalho, é preciso realizar a tomada de tempos para cada operação e operador com o objetivo de enxergar onde estão os tempos ociosos, oportunidades de reduções de custos, movimentos e operações desnecessárias.

O estudo da otimização foi feito em uma linha de termoformagem, o qual segue o fluxo da figura 1, onde operadores estão identificados e distribuídos por círculos azuis.

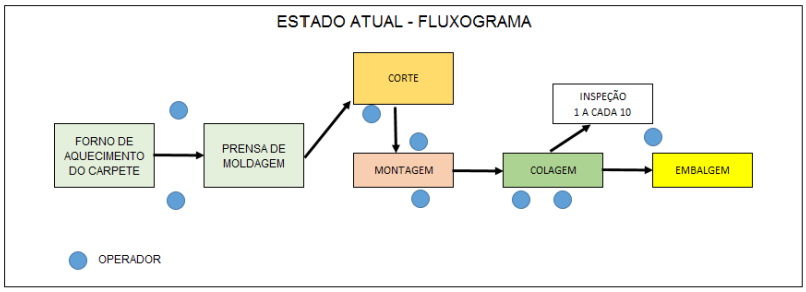


Figura 2 – Fluxograma do estado atual da linha estuda. Empresa Alpha

O balanceamento de linha foi estudado devido a oportunidade de reorganizar e otimizar a linha de produção em questão. Para isso foi realizada a análise dos tempos do cenário atual e posteriormente feita a proposta para balancear o processo. O comparativo pode ser visto no gráfico 01, onde colunas representam as somas de tempo do operador um ao oito e a linha em vermelho representa o tempo *takt*.

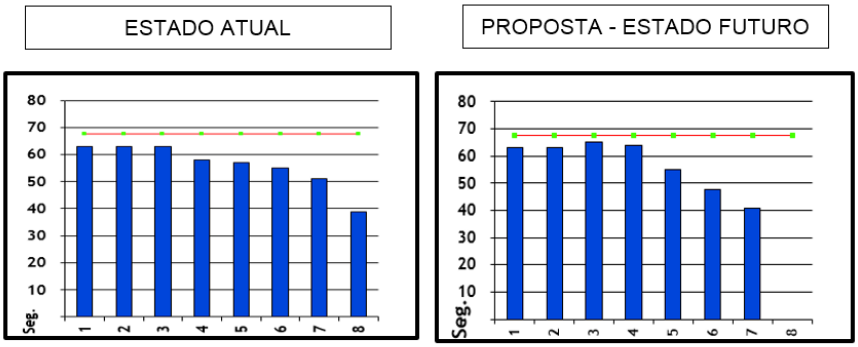


Gráfico 2 - Comparativo dos cenários

A organização da linha foi o passo seguinte ao balanceamento, utilizando o conceito dos três primeiros S's, a linha foi organizada, definindo locais para dispositivos, retirada de fios e mangueiras do meio da linha como é mostrado na figura 2.

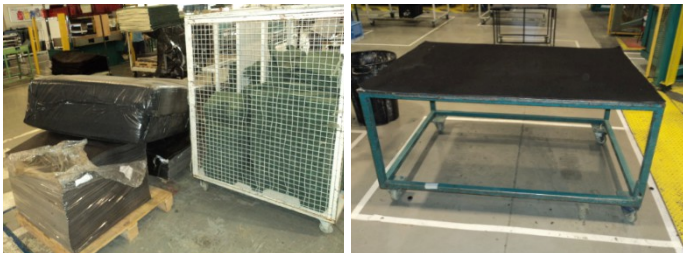


Figura 3 – Desorganização e marcação de mesa de apoio da linha. Empresa Alpha

Este artigo focou o trabalho de otimização apenas na linha de produção, mostrando oportunidade de redução de custo, porém a filosofia *lean* pode ser aplicada em todos os departamentos da empresa, como logística, qualidade e setores administrativos, buscando sempre melhoria contínua.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HRADESKY, J.L.**Aperfeiçoamento da Qualidade**. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 1989.

BUENO, Marcos.**Gestão pela qualidade total: uma estratégia administrativa**. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0210.pdf>

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de Produção, Além da produção em larga escala.** Porto Alegre: Bookman, 1997

BLACK, J.T. **O projeto da Fábrica com Futuro.** Porto Alegre: Bookman, 1998.

SHINGO, Shigeo. **O Sistema Toyota de Produção do Ponto de Vista da Engenharia de Produção.** Porto Alegre: Bookman, 1996

CHASE, Richard; JACOBS, F. Robert; AQUILANO, Nicholas J. **Administração da Produção para Vantagem Competitiva**. Porto Alegre: Bookman, 2006

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção.** São Paulo, Editora Atlas S.A, 2009

ANÁLISE SOBRE O ATO DE CORRUPÇÃO PRATICADO PELO REPRESENTANTE DA JURISDIÇÃO ESTATAL

Graduação
Edilson Fernandes Gonçalves
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Curso de Direito
Orientador: Martinho Martins Botelho
atendimentofernandes@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Corrupção. Juiz. Estado. Punibilidade. Judiciário.

RESUMO

O artigo proposto tem por premissa mostrar as dificuldades que se tem em punir problemas relacionados com membros da magistratura nacional, onde alguns profissionais como também funcionários estatais do judiciário se desviam de suas condutas profissionais trazendo ao Estado e a nobre Classe da Magistratura problemas relacionados à ética, honra e parcialidade em suas decisões, profissionais que ao atuarem em suas funções, que via de regra, deveriam cumprir os critérios da CRFB como também a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e estar atentos com os conselhos deferidos pelo CNJ. Alguns profissionais que, investidos de sua autoridade e tendo em suas mãos o poder de autoridade sob o manto do Estado, tem colocado dúvidas em seus atos e decisões trazendo prejuízos e transtornos para aqueles que procuram a Jurisdição Estatal para defender seus direitos. Além destes problemas, temos ainda casos e denuncias graves com a situação ao atendimento em geral, morosidade, lentidão e processos que se arrastam por anos e após estes anos, muitas decisões com sentenças fracas, argumentos pífios e sem fundamentos profundos tem gerado insegurança e insatisfação para muitos.

PROBLEMA

A atuação do CNJ tem se deparado com problemas sérios na ordem da corrupção de toda a ordem por parte de alguns magistrados, e o pior, o Conselho tem encontrado resistências por parte daqueles que tem problemas com conduta no seu ofício em zelar pelo bom andamento de suas ações, e muitos profissionais geram insegurança com decisões duvidosa e parcial.

JUSTIFICATIVA

Os seguintes argumentos podem ser invocados para justificar a escolha do tema:

f) **Atualidade do tema:** O tema tem profunda relevância e necessita de uma atenção especial para o cumprimento das leis e punir com severidade aqueles que, de certa forma representa o mais importante ente do Estado referente a justiça e zelo pelo equilíbrio das partes. É de fundamental importância alcançar resultados satisfatórios combater a corrupção na Magistratura para dar transparência e segurança entre a sociedade.

g) **Ineditismo do trabalho:** Destaca-se a CRFB em seu artigo 95 parágrafo único e também a lei orgânica da Magistratura Nacional que regulamenta e impõe critérios fundamentais no exercício da atividade jurídica como o bom andamento legal do processo com critérios impostos pelo CC e CPC. São leis claras que norteiam as orientações ao operador do direito.

h) **Interesse e preparação anterior do autor:** O tema abordado se enquadra no contexto da pesquisa e linha de pesquisa desenvolvida pelos autores;

i) **Relevância do tema:** O projeto de pesquisa proposto a estudar, busca alcançar qualidade e profundidade necessárias do relevante tema, no qual poderá contribuir para a orientação de futuros trabalhos na acadêmica e na vida profissional de todos os operadores do direito.

j) **Pertinência do tema:** O tema proposto poderá ser objeto de análise e de críticas no futuro, seja no âmbito acadêmico ou no campo profissional dos operadores do direito.

OBJETIVOS

O objetivo da presente pesquisa é:

a) Estudar o tema com o norte em aprofundar o estudo da legislação nas hipóteses de punibilidade do magistrado corrupto seja na esfera civil e criminal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado para o presente artigo será o dedutivo, partindo-se de levantamento de informações bibliográficas na literatura política judiciária e direito constitucional. Trata-se de pesquisa teórica (não empírica), pois não será trabalhado com banco de dados e nem bases estatísticas para o trabalho.

DISCUSSÕES

As crises sociais de identidade e os problemas crônicos de valores expostos na sociedade brasileira não são de hoje. Por séculos o Brasil viveu sob o manto de pessoas que dominavam revestidos do poder que lhe assistiam, mandavam, prendiam e dominavam a sociedade de forma coercitiva usando um poder que não lhe pertencia. Ditadores europeus dizimaram de forma brutal e escravizaram os poucos índios que sobraram em nossa terra e na ânsia de enriquecer se a custas do trabalho forçado, trouxeram estrangeiros africanos para aqui fazer papel de animais de cargas e servi-los demasiadamente em todos os sentidos, sendo assim, tratados como meros objetos inúteis, sempre com o objetivo corromper e destruir a ordem e a paz em detrimento do benefício de poucos. Passou - se várias décadas e o tema é discutido por todos de forma veemente na conjuntura atual do século XXI, formou-se propagação de exigências no anseio de promover com urgência mudanças pela moralização e menos corrupção no meio do Ente Judiciário. Mas o que fazer quando o representante da justiça, da ética e dos valores é revestido de parcialidade? O juiz ocupa um cargo público justamente para defender os interesses da sociedade, no qual esta sustenta o erário com pesados impostos para manter os rendimentos deste juiz, e este por sua vez, macula a beleza da justiça ao invés de manifestar-se com imparcialidade, coerência e aplicando as leis de forma justa valorando a ética, poder na fundamental sólida e profunda

em suas decisões. Diante do exposto, como um juiz dolosamente corrupto pode agir com imparcialidade e viver a beleza do que ser justo perdendo-se os princípios básicos de respeito e consideração ao ser humano? No Brasil, é manifesto e conhecido da sociedade que existe magistrados, togados que mancham a bandeira da justiça sem o mínimo de pudor possível, e com facilidade se livram de todos os tipos de processos impostos para sua punição. O máximo que pode acontecer neste país é um magistrado ser aposentado de forma compulsória alçando valores de alta monta em sua aposentadoria muito diferente e aquém da realidade brasileira. O termo corrupção vem do latim, corruptio, corrumpere, no sentido de deturpar, adulterar e destruir.

Para o nobre professor José Antônio Martins, o termo corruptio ou corrruptionis, para o homem latino nos séculos I e II d.c "tinha sua significação a partir da conjunção de outros termos Cum e Rumpo (do verbo romper), significando romper totalmente, quebrar o todo, quebrar completamente". Cum e Rumpo ou corruptionis tinha por objetivo definir este termo como ruptura das estruturas, quando se destroem os fundamentos de algo, ou seja, destruir algo.

Quando o magistrado se investe da hipocrisia da corrupção, ele não só desmoraliza o brilho da imparcialidade como também destrói a sua honra e prejudica de forma impar e injusta o cidadão que de boa fé, buscou o poder jurisdicional e a tutela do Estado. A corrupção de juízes não é um capricho da modernidade atual, mas sim é vista no cotejo histórico em todos os períodos da trajetória humana, pois na lei das XII Tábuas, já se propagava que ao praticar ato corruptivo, para tal lei, o magistrado ao receber pecúnia (*qui pecuniam acceperit*) a pena imposta era a morte. A lei mosaica impunha ao magistrado corrupto a flagelação e os gregos também puniam com a morte. Na idade média continuou as severas penas contra os atos lesivos a lei tanto para os magistrados como também para funcionários públicos em geral. Nos dias em que vivemos, observa – se de forma escandalosa, um retrocesso em relação à punição de crimes de corrupção praticados pelo representante do Estado, isso tem permitido a sociedade observar, como muitos magistrados, de forma velada se escondem por trás de suas togas e do poder auferido pelo Estado, para que de forma complexa, negue o verdadeiro valor de um defensor da justiça e do cumprimento das leis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grave problema percebido pelo colérico sistema punitivo deste país é que se contemplam leis favorecendo muitos especuladores pelo fato do principio da ampla defesa e do contraditório, princípios que permite certos tipos de chicanas processuais, onde inúmeros recursos tem função de travar e dificultar o andamento do processo pelo capricho de um único objetivo, trabalhar em favor da prescrição criminal. Assim ao magistrado corrupto como todos os demais que se beneficiam desta grave discrepância entre poder pagar um bom defensor e os que não podem pagar, mostra se claramente que ao ter bom defensor, é isento de condenação para assim poder continuar usando a toga pregando justiça, ética e honestidade.

Infelizmente nossa CRFB, o CNJ e a lei orgânica da magistratura nacional de 14 de março de 1979 apresentando 147 artigos para coibir e regular a atuação da magistratura nacional não é suficiente para coibir tais práticas, porque teoricamente tudo está muito bem escrito, mas quando se trata do ato prático, nossas leis deixam a desejar.

REFERENCIAS

Conselho Nacional de Justiça - Lei Orgânica da Magistratura Nacional. **LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/programas/publicacoes/lei_organica_da_magistratura_nacional.pdf. Acesso em 03-10-2014

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. . Acesso em 03-10-2014

GRECO. Rogério. *Curso de Direito Penal*: Parte Especial. 5º Ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

BITENCOURT, Cézar Roberto. *Tratado de Direito Penal*: Parte especial. 3º ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, v. 5, 2009.

MARTINS, José Antônio. Corrupção. São Paulo: Globo, 2008.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DOS EDITORIAIS DE JUNHO DE 2013 PELO VIÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Graduação
Franciane Cristine Bubniak
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Comunicação Social – Jornalismo
bubniakfran@gmail.com
Prof. Dr. Eugênio Vinci de Moraes

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso francesa. Editorial. Jornalismo impresso. Jornalismo opinativo.

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 uma série de manifestações populares aconteceu no Brasil, motivadas pelo aumento do valor das passagens do transporte público em São Paulo, sendo as primeiras organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL).

Na época, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou um editorial que defendia que a prefeitura e a Polícia Militar deveriam "pôr um ponto final" nas manifestações. Depois disso, a Polícia Militar passou a agir com truculência nos atos que, em decorrência disso, ganharam ainda mais repercussão nas ruas e na mídia. O número de pessoas nas ruas aumentou e os protestos passaram a acontecer inclusive no interior do país. Manifestantes, profissionais da imprensa e pessoas que não participavam dos atos eram agredidos e detidos pela Polícia. Em um dos protestos, sete repórteres da *Folha de S. Paulo* ficaram feridos, sendo dois deles atingidos no rosto por tiros de balas de borracha.

No dia seguinte a este episódio, a *Folha* publica um editorial no qual classifica a atitude da polícia como truculenta e brutal. A ideia defendida pelo periódico passou de "deve-se reprimir" para "eles não poderiam ser atacados pelos policiais".

Diante dessa mudança de opiniões dos veículos jornalísticos, esta pesquisa pretendeu identificar e analisar, por meio da análise do discurso francesa (AD), que privilegia os textos impressos e tenta articular história e linguística, as marcas do discurso de jornais impressos brasileiros de relevância local e nacional no decorrer das manifestações de junho de 2013, a fim de verificar se houve ou não mudanças no discurso destes veículos. Para isso, foram estudados oito editoriais provenientes de quatro jornais impressos diferentes (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Gazeta do Povo* e *Zero Hora*), sendo quatro deles publicados no início das manifestações, e os outros quatro publicados depois que as manifestações já aconteciam há algum tempo.

Optou-se por estudar veículos impressos porque, justamente por não serem capazes de veicular as notícias instantaneamente, como aponta Amaral Vieira, "os jornais [impressos] manejam a notícia com mais pormenores e extensão do que qualquer outro veículo de comunicação de massa" (ERBOLATO, 2008). O editorial, representante do gênero jornalístico opinativo, foi escolhido por ser aquele que apresenta a opinião do jornal, como explica Carlos Mendoza (*apud* AMPHILO; RÊGO, 2010), que defende que este formato aponta para a ideologia dominante e expressa a visão daquela empresa sobre determinado assunto.

A questão que norteou este trabalho foi: Os jornais impressos mudaram realmente seu discurso durante o desenrolar das manifestações de junho de 2013, ou apenas publicaram editoriais mais brandos ao perceber que elas tinham uma amplitude maior que eles supunham?

Com base nesta questão, as hipóteses que serviram de guia para esta pesquisa foram: com o aumento da força das manifestações, os jornais mudaram o tom de seus editoriais, passando de um texto que marginalizava os protestos e os manifestantes para um editorial mais brando, que entendia as reivindicações e defendia o direito da população de se manifestar. Os jornais defendem seus pontos de vista próprios quando se posicionam sobre um fato, aproveitando-se de que o editorial não é um formato que prioriza a imparcialidade. Os jornais podem mudar seu discurso de acordo com seus interesses políticos ou com a resposta dos leitores, ou, simplesmente, se calar diante do que está acontecendo.

Esta pesquisa teve como objetivo, a partir da análise dos editoriais por meio da análise do discurso francesa, mostrar que há mais coisas num texto do que ele mostra explicitamente, além de identificar o discurso utilizado nos textos dos veículos jornalísticos apresentados acima, bem como demonstrar que ele pode mudar de acordo com os acontecimentos.

Ademais, este trabalho apresenta certa relevância social, já que pretende demonstrar que os veículos jornalísticos podem manipular seus discursos a fim de "'captar' uma grande parte, se não a maior parte, do público" (CHARAUDEAU, 2009). Além disso, é importante que os consumidores de informação saibam que um veículo de comunicação tem como objetivo o lucro, já que está inserido numa economia do tipo liberal, não podendo, desta maneira, apenas cumprir com seu papel de informador (CHARAUDEAU, 2009).

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho de pesquisa foi realizado basicamente de forma exploratória, a partir do levantamento de material bibliográfico acerca do tema e da análise dos objetos de estudo, os editoriais dos jornais.

Em primeiro lugar, foi realizada a pesquisa bibliográfica, etapa que possibilitou encontrar as definições e os conceitos que serviram de guia para o trabalho, bem como maneiras de se realizar a análise do discurso. Depois, iniciou-se a pesquisa documental, fase na qual os textos dos editoriais foram selecionados para a etapa seguinte, a da análise, em que foram analisados os oito editoriais extraídos dos veículos jornalísticos mencionados acima.

Na análise, foram identificadas e estudadas as formações discursivas, que são "os elementos do texto que de algum modo propõe uma forma de interpretar os fatos" (CARVALHO, 2013). Segundo Eduardo Manhães (2009), "a análise do discurso é, na verdade, a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes. A técnica consiste em desmontar para perceber como foi montado".

A análise do discurso tem algumas categorias que orientam metodologicamente os trabalhos realizados a partir de sua perspectiva e, ao mesmo tempo, ajudam a defini-la. São elas: heterogeneidade, monologismo, dialogismo, funções integradas (referente, de interação e de sedução) e silêncio.

A fundamentação teórica desta pesquisa baseou-se principalmente em Milton José Pinto, Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau, Helena Brandão e Guilherme Carvalho,

que proporcionaram a análise dos objetos de estudo deste trabalho. Além destes, outros teóricos importantes forneceram as bases para o entendimento do editorial e de outros aspectos relevantes para a realização desta pesquisa, como a objetividade jornalística. São eles: Nelson Traquina, Mário Erbolato, José Marques de Melo, Adair Bonini, Luis Beltrão e Ciro Marcondes Filho.

A partir das análises, observou-se que a *Folha de S. Paulo* não apresentou mudanças significativas no seu discurso, já que em ambos os editoriais tratou as manifestações como atos de vandalismo, o que reforça seu perfil conservador e despreocupado com as qustões populares.

A *Gazeta do Povo*, que em seu primeiro editorial apoiava as manifestações, passou a tentar persuadir o leitor a deixar de participar dos atos. Contudo, ciente da repercussão negativa que podia gerar, manteve-se cautelosa e em momento algum defendeu que as forças policiais ou as autoridades deveriam reprimir o movimento.

O Estado de S. Paulo foi o jornal analisado que apresentou uma mudança de opinião mais aparente mas, mesmo assim, não deixou de manifestar seu perfil conservador, seja caracterizando as manifestações como selvagens e os manifestantes como baderneiros, ignorando o direito da população de se manifestar, ou considerando as manifestações como "o ponto onde foi necessário chegar" devido à má administração do governo vigente, e se referindo ao partido do governo de forma pejorativa.

O *Zero Hora* foi o jornal que publicou editoriais mais insípidos, mantendo-se afastado de qualquer posicionamento partidário. Sua posição é parecida à da *Gazeta do Povo*, que pôde analisar melhor a situação antes de se manifestar sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, e considerando-se as hipóteses propostas, pode-se concluir que elas se confirmam, mesmo que em partes. A primeira hipótese levantada, que sugeria que os jornais mudariam o tom de seus editoriais conforme as manifestações avançavam, foi validada em apenas um dos casos estudados, o do jornal *O Estado de S. Paulo*.

A segunda hipótese também foi comprovada, já que foi possível perceber, a partir das análises, que os veículos jornalísticos defendem seus pontos de vista no caderno destinado à opinião, mesmo que estas opiniões firam certos direitos.

Finalmente, também a terceira hipótese se comprova, já que notou-se que alguns dos veículos estudados mudaram seu discurso de acordo com a resposta dos leitores, como é o caso da *Gazeta do Povo*.

Este trabalho também alcançou os objetivos propostos, pois identificou os discursos utilizados pelos jornais (os casos da *Folha de S.* Paulo e *d'O Estado de S.* Paulo, com seus posicionamentos conservadores) e comprovou que estes discursos podem estar carregados de marcas ideológicas.

Além de todos os dados expostos, é importante comentar a importância da análise de um texto jornalístico, seja ele informativo ou de opinião, por meio do viés da análise do discurso francesa. É importante que estudantes de Jornalismo (ou até mesmo de Comunicação, de um modo geral) saibam interpretar o que pode estar atrás de um discurso e possam verificar as ideologias contidas nos mais variados tipos de textos.

REFERÊNCIAS

AMPHILO, Maria Isabel; RÊGO, Ana Regina. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 95-107.

CARVALHO, Guilherme. Diretrizes para a análise de discurso em jornalismo. **Revista Uninter de Comunicação**. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 5-27.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: Redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2008.

MANHÃES, E. Análise do Discurso. In: BARROS, A.; DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 305-315.

IMPACTO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO NA VANTAGEM COMPETITIVA DAS ORGANIZAÇÕES

Pós-Graduação
Francisco Cenildo da Costa Filho
Centro Universitário Internacional Uninter
MBA em Gestão de Recursos Humanos
cenildo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do conhecimento. Inteligência Organizacional. Aprendizagem. Vantagem competitiva.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o impacto da gestão do conhecimento na geração de vantagem competitiva nas organizações. O estudo tem por objetivo demonstrar o processo de criação do conhecimento e a sua relevância no crescimento da capacidade de inovação da organização. Foi estruturado a partir da revisão da literatura especializada na aprendizagem individual e organizacional, e nas práticas de gestão empresarial baseadas no modelo de Inteligência Organizacional e do processo de criação do conhecimento.

As profundas mudanças ocorridas no cenário de atuação das organizações, a partir das descobertas tecnológicas envolvidas no processo de produção, contribuíram para o surgimento de uma era da informação, cuja principal marca está no uso intensivo do conhecimento e na expectativa de sua aplicação no alcance de melhores resultados. No contexto de constantes transformações e incertezas, o conhecimento apresenta-se como a única fonte duradoura de vantagem competitiva, o que tem levado as organizações na reformulação de suas práticas de gestão, disseminando o conceito de ambientes de aprendizagem, estimulando o seu capital humano a criar e gerir o conhecimento alinhado aos seus objetivos estratégicos.

A relevância do tema para Recursos Humanos está no fato de que a produção de conhecimento nas organizações é realizada por pessoas. Dessa forma, analisar a gestão do conhecimento requer uma abordagem da epistemologia no universo corporativo, sob a ótica do elemento humano, enquanto protagonista no processo de criação do conhecimento e geração de valor para as organizações.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NUM AMBIENTE DE MUDANÇAS

O desenvolvimento técnico-científico-informacional protagonizado a partir dos anos de 1970 fez surgir uma nova configuração social, designada por alguns pensadores como Sociedade do Conhecimento (DRUCKER, 1994). Com base na evolução das descobertas tecnológicas os processos de produção sofreram profundas mudanças, tendo como principal motor as novas tecnologias ligadas à informática, robótica, telecomunicações, biotecnologia e engenharia genética. Esse novo contexto contribuiu para a intensificação das relações socioeconômicas em âmbito mundial, o que fez surgir uma economia globalizada, cuja principal base está no conhecimento das inúmeras ciências, com o objetivo de atender aos interesses econômicos da sociedade moderna.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E VANTAGEM COMPETITIVA

A gestão do conhecimento, segundo Bukowitz e Williams (2002, p. 17), pode ser definida como "o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual". Considera-se, portanto, que esse processo visa promover primeiramente a capacidade dos indivíduos de criar significados e de construir o conhecimento a partir da aprendizagem e, num segundo momento, visa desenvolver nas pessoas a capacidade de compartilhar o conhecimento, organizando os conteúdos de forma explícita nos meios formais que a organização dispõe.

A aprendizagem no contexto organizacional tem a finalidade específica de criar vantagem competitiva, por meio do estímulo à mudança e do desenvolvimento de competências, possibilitando que ocorra o aprendizado individual e que este seja ampliado por meio do seu compartilhamento e síntese dos conteúdos em nível de grupo, por meio de diálogos, troca de experiências e observações.

A organização, partindo da compreensão da relevância do seu capital humano no processo de geração do conhecimento deve estimular e apoiar os diversos ambientes favoráveis à criação de conhecimento, buscando aplicar os conhecimentos da organização para alcançar seus objetivos estratégicos.

Takeuchi e Nonaka (2008, p. 39) afirmam que em uma economia onde a única certeza que prevalece é a incerteza, a fonte segura de vantagem competitiva duradoura é o conhecimento. A gestão do conhecimento passou a ser um processo fundamental para as organizações por uma questão de sobrevivência, numa realidade de mercados cunhados sob a complexidade das relações e mudanças constantes. Para uma organização estar preparada para enfrentar a mudança, uma vez que o conhecimento e as competências tornam-se obsoletos com grande rapidez, deve desenvolver a sua capacidade de promover a criação e o acúmulo do conhecimento, nos níveis individual, grupal e organizacional.

Vantagem competitiva pode ser entendida, segundo Carvalho (2012, p. 66), como a capacidade de uma organização em implantar com sucesso estratégias que lhe permitam manter ou ampliar sua posição no mercado. O alinhamento da gestão do conhecimento à visão estratégica da organização é fundamental para a vantagem competitiva, já que auxilia no desenvolvimento de processos com maior rapidez e produtividade do que os dos concorrentes.

Além disso, a gestão do conhecimento oferece suporte na construção de cenários, pois o conhecimento consolidado permite mensurar quais áreas da organização são propícias para receber investimento visando negócios futuros, servindo de ferramenta para a tomada de decisão.

METODOLOGIA

Neste trabalho a pesquisa de revisão bibliográfica visou analisar os impactos da gestão do conhecimento no desenvolvimento da vantagem competitiva das organizações. As considerações acerca do tema tiveram por referencial a análise da teoria da criação do conhecimento organizacional, na tentativa de refletir sobre como as organizações aprendem. Foi ainda objeto de estudo os principais expoentes da literatura sobre gestão do conhecimento, especificando os conceitos que envolvem a temática, com o objetivo de

precisar os impactos da gestão do conhecimento no estabelecimento de vantagem competitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou identificar as principais contribuições da gestão do conhecimento na vantagem competitiva das organizações, por meio da revisão bibliográfica da literatura especializada.

A gestão do conhecimento no contexto atual é um processo fundamental para a sobrevivência das organizações, dada a rapidez com que ocorrem as mudanças nas formas de conhecimento necessárias ao processo produtivo. Esse processo visa primeiramente promover a capacidade dos indivíduos de criar significados e construir o conhecimento a partir da aprendizagem individual e, num segundo momento, compartilhar o conhecimento por meio da interação, compartilhamento, discussão com seus pares. Dá-se, dessa forma, a conversão dos modos de conhecimento por meio da socialização, externalização, combinação ou internalização.

As pessoas devem, portanto, ser consideradas como elemento essencial na gestão do conhecimento, uma vez que a produção de conhecimento depende da capacidade de aprendizagem individual. A organização deve estimular e apoiar os diversos ambientes favoráveis à criação de conhecimento, buscando aplica-los no alcance de seus objetivos estratégicos.

É ainda fundamental que a organização empreenda o esforço de capacitar e engajar todas as áreas para desenvolver a mentalidade do conhecimento como valor e fonte de vantagem competitiva. Para isso será necessário rever o papel da alta administração no estímulo à gestão do conhecimento, fortalecimento da cultura e estrutura organizacionais, práticas de gestão de recursos humanos alinhadas com o objetivo estratégico e comprometidas com o acompanhamento do processo, além da utilização de ferramentas de sistemas de informação que processem e armazenem essas informações, tornando-as acessíveis a todos.

REFERÊNCIAS

BAUMGARTEN, Maíra; TEIXEIRA, Alex Niche; LIMA, Gilson. **Sociedade e conhecimento**: novas tecnologias e desafios para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 401-433, maio/ago. 2007.

BUKOWITZ, W. R.; WILLIAMS, R. L. **Manual de gestão do conhecimento**: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de. **Gestão do conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 14ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, Peter F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1994.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado**: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TARAPANOFF, Kira (Org.). **Aprendizado organizacional**: contexto e propostas. Vol. 2. Curitiba: IBPEX, 2011.

TERRA, José Cláudio C. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. Disponível em <http://biblioteca.terraforum.com.br>, acesso em 17. fev. 2014.

UMA ANÁLISE DOS DIFERENTES IMPACTOS QUE OS ENCARGOS LEGAIS IMPÕEM SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS PLÁSTICOS

Graduação
Graziella Chagas da Silva e Valquíria Bozzola Cardoso
Centro Universitário Internacional - UNINTER.
Pedagogia
Orientador: Ronald Silka de Almeida
Co-orientador: Viviane da Costa Freitag
graz_ziella@hotmail.com, administrativo@orthoclean.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Tributos. Folha de pagamento. Encargos. Dispêndio.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo a análise dos impactos que os encargos legais impõem quando da constituição de uma empresa com sede no Estado do Paraná e tendo como base referencial específica a indústria de materiais plásticos.

Para tanto se efetua um exame sobre os tópicos que envolvem a origem e conceituação de empresa, enquanto atividade organizada e que concentra os quatro fatores de produção: capital, insumos, mão de obra e tecnologia, verificando-se as classificações quanto à atividade operacional, e seus portes, bem como quais os possíveis enquadramentos quanto ao regime tributário, e os dispêndios incidentes decorrentes da mão de obra em razão dos indivíduos componentes do quadro de funcionários.

A partir do contexto e a problematização acima citados, gera-se o questionamento quanto aos encargos sociais sobre folha de pagamento: Qual é o custo dos encargos legais que efetivamente incidem sobre a folha de pagamento e ficam sob o encargo do empregador?

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar a relevância dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento e em um contexto geral e específico, identificar a opção tributária que possa se enquadrar nas atividades realizadas pelas indústrias de material plástico do estado do Paraná, e, possibilitar a redução dos dispêndios com encargos sociais e aumentar a lucratividade.

O objeto do estudo tem como fonte a pesquisa bibliográfica e documental, realizadas no estado do Paraná para o período do ano de 2014, servindo como base para formação dos cálculos dos encargos trabalhistas segundo a legislação vigente brasileira.

DISPÊNDIOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

De pronto é de se observar, segundo Rezende (2010), que o dispêndio com um empregado pode chegar ao dobro do salário pago pelo empregador, entretanto, a entidade pode enquadrar-se no regime tributário que seja compatível com a atividade operacional e porte, de forma a minimizar os custos com mão de obra, e, relacionar à incidência de tributos diferenciados que há entre as opções, legalmente, disponíveis (REZENDE, 2010, p. 201-206).

De acordo com o BNDES (2014), ainda é de se observar os regimes tributários existentes no país, e dependendo da atividade desenvolvida pela empresa, indicam uma forma de minimizar os custos com encargos sociais.

Eleutério (2010) afirma que, para justificar e demonstrar as vantagens que constituem os regimes tributários, conforme o enquadramento das instituições, a entidade poderá reduzir as despesas com folha de pagamento ao utilizar o método fiscal mais adequado a sua atividade (ELEUTÉRIO, 2010, p. 58).

Para a Receita Federal (2014), não importa a definição de empresa, e sim atividade econômica e define indústria como: "Estabelecimento industrial é aquele que executa qualquer operação de industrialização, de que resulte produto tributado, ainda que de alíquota zero ou isento".

Comércio são organizações que tem por objetivo comprar e vender mercadorias, com finalidade lucrativa. Comercializam produtos acabados destinados ao consumidor final, conceitua Fabretti (2011, p. 156).

Segundo Iudícibus e Marion (2002) os atos de uma prestação de serviço envolvem o esforço humano para conclusão de uma atividade de qualquer natureza, sem a finalidade de comercializar mercadorias, apenas fornecimento de mão de obra (IUDÍCIBUS; MARION, 2002, p. 30-31).

No presente estudo é de crucial importância o enquadramento quanto ao regime tributário, observando-se que a legislação tributária prevê como espécies o Simples Nacional, o Lucro Presumido e Lucro Real.

O Simples Nacional é um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições, simplificado e diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. Para enquadrar-se nesse sistema de tributação a receita bruta deve ser inferior a R$ 3.600.000,000 (três milhões e seiscentos mil reais). O imposto é calculado mensalmente, inclui todos os tributos no documento único de arrecadação, conforme descrito na Lei nº 123 (BRASIL, 2012).

Para Oliveira (2010), o Lucro Presumido é um conceito tributário, que tem a finalidade de facilitar o pagamento do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, mediante a aplicação do percentual de presunção do lucro correspondente à atividade da pessoa jurídica, sobre a receita bruta mensal (OLIVEIRA, 2010, p. 110-111).

O Lucro Real, de acordo com o Decreto-Lei (BRASIL, 1977) é a base de cálculo do imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais, mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração. O tributo pode ser calculado ao trimestre ou anual, e, a empresa estará impedida de optar por outro regime dentro do ano-calendário (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

Em relação aos dispêndios para as empresas sobre mão de obra, Fabretti (2014) exemplifica que os tributos sobre folha de pagamento que cabe ao empregador cumprir conforme a legislação brasileira vigente a recolher, mensalmente, são as seguintes contribuições: 20% (vinte por cento) de INSS e 8% (oito por cento) do FGTS descontados do empregado sobre o salário bruto. Os empregadores devem contribuir com o SAT os percentuais que variam de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) depende do grau de risco que pode ser classificado baixo, médio ou grave (FABRETTI, 2014, p. 179-181).

Reis *et al.* (2012) complementa que, inclui-se com o valor do INSS na guia para pagamento algumas alíquotas referentes a terceiros, entidades mantidas por essas contribuições: para o SESI o recolhimento é 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento); SENAI 1% (um por cento); SEBRAE 0,6% (seis décimos por cento); salário educação 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento); INCRA 0,2% (dois décimos por cento); SESC 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento); SENAC 1% (um inteiro por cento). Depende da atividade se indústria ou comércio a porcentagem total de terceiros deve totalizar 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento) (REIS, *et al.*, 2012, p. 250-253).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é de se observar que depende da categoria da atividade e do sistema tributário adotado pela empresa os dispêndios para ter uma efetiva análise dos impactos encargos.

Observa-se que o dispêndio de cada funcionário para indústria de material plástico do Paraná enquadradas no regime tributário do simples nacional é de 26,85% (vinte e seis inteiros e oitenta e cinco décimos por cento) e para as que seguem no regime tributário do lucro presumido e lucro real 41,56% (quarenta e um inteiros e cinquenta e seis décimos por cento) refere-se a encargos sociais e variáveis.

Considerando o piso salarial da Cláusula 06ª da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de indústria de plástico do Paraná, se a empresa for tributada pelo Simples Nacional ela terá uma redução nos dispêndios com mão de obra de 14,71% (quatorze inteiros e setenta e um décimo por cento), em relação as que estão enquadradas pelo lucro presumido ou pelo lucro real.

REFERÊNCIAS

BNDES. **Porte de empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 31 ago. 2014 15h30min.

BRASIL. Decreto-lei nº 123, 14 de Dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999**. Brasília, DF; Senado, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccicil_03/leis/lcp/lcp12 3.htm>. Acesso em: 31 ago. 2014 17h22min.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.598, 26 de Dezembro de 1977. **Altera a legislação do imposto sobre a renda**. Brasília, DF; Senado, 1977.

COELHO, Fábio U. **Manual de direito comercial: direito de empresas.** – 22ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

ELEUTERIO, Érico L. **Contabilidade tributária.** – 1ª ed. – Curitiba: InterSaberes, 2014.

FABRETTI, Laúdio C. **Contabilidade tributária.** – 14ª ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

FABRETTI, Laúdio C. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**. – 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION José C. **Contabilidade comercial.** – 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MEDEIROS, L.F. **Normas para elaboração de projetos de pesquisa**, trabalhos acadêmico-científicos e revistas científicas. 2012. Disponível em: <http://ava.grupo uninter.com.br/tead/armando/html5/normas/>. Acesso em: 22 ago. 2014 14h35min

OLIVEIRA, Gustavo P. **Contabilidade tributária: inclui supersimples.** – 2ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.

REIS, L.G. *et al.* **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais.** – 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

RECEITA FEDERAL. **Conceito de estabelecimento industrial e equiparado a industrial**. Disponível em: <http://.receita.fazenda.gov.br/Pessoajuridica/1999/Info _Gerais/Conceito_de_Estabelecimento_Industrial_e_Equiparado_a_Industrial.htm> Acesso em: 18 set. 2014 16h11min.

REZENDE, Amaury J. *et al.*. **Contabilidade tributária: entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas.** São Paulo: Atlas, 2010.

O CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DA EQUIPE DE TRABALHO BASEADO NA HARMONIA DOS SEUS RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS

Pós-Graduação
João Batista da Silva
Centro Universitário Internacional - UNINTER
MBA em Gestão de Recursos Humanos
pr_jbatista@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Produtividade. Harmonia. Relacionamento. Grupo. Indivíduo.

INTRODUÇÃO

Uma organização precisa de mais do que pessoas tecnicamente capazes para gerar produtos, serviços e processos com qualidade e sustentabilidade. Ela precisa de qualidades relacionais vividas no cotidiano do trabalho, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional.

O mundo corporativo vive diante de um paradoxo. Enquanto as teorias sobre administração, produtividade e comportamento humano se evoluem a cada dia, muitas organizações continuam não usufruindo de todo seu potencial, não por motivos técnicos, mas, em muitos momentos, por questões exclusivamente humanas. Muitas organizações admitem seus colaboradores baseando-se nas habilidades e competências técnicas dos mesmos sem dar atenção aos fatores interpessoais de convivência. As teorias organizacionais, da abordagem humanística à comportamental, admitem a relação entre harmonia pessoal e interpessoal com produtividade.

Nesse pensamento, a presente exposição visa apresentar um caminho para a redução de conflitos na organização e consequente melhoria da produtividade com base na harmonia pessoal e interpessoal e reflexões sobre responsabilidades, escolhas e atitudes pessoais e organizacionais.

COMPORTAMENTO HUMANO IDEAL NO TRABALHO

O mundo corporativo atual tem a busca incessante por pessoas que preencham seus quadros de recursos com competências suficientes para criar, manter e desenvolver seus produtos. As pessoas é que fazem as coisas acontecerem, pois apenas o ser humano se mostra proativo, social, com capacidade para perceber e avaliar, pensar e escolher.

O grupo de pessoas, trabalhando em harmonia, produz mais e melhor que indivíduos independentes, egoístas e fechados para o aprendizado. A produtividade exige muito mais que habilidades técnicas, é necessário haver pessoas interagindo com boa e espontânea vontade, dispostas aos mesmos desafios. Assim sendo, discorreremos brevemente a seguir sobre algumas dessas qualidades e suas implicações.

- **Autoestima:** A pessoa precisa reconhecer que tem boas qualidades e aceitar-se. Uma pessoa com boa autoestima é ativa, criativa, persistente e segura de si mesma e de seus objetivos.
- **Identificação:** Acontece quando a pessoa se dispõe a compreender a realidade do ponto de vista do outro, o que gera maior aproximação e construção de novos laços de relacionamento.

- **Coerência:** Os valores pessoais devem estar patentes nas ações e reações das pessoas. Quando a prática atesta o discurso, a confiabilidade aumenta e ótimos resultados são percebidos.
- **Lealdade:** Uma pessoa leal valoriza os acordos e mantém as confidências. Informações sigilosas continuarão guardadas dentro dos seus limites de discussão.
- **Confiança:** Todo ser humano precisa de garantias para se permitir ser segurado. O tempo prova a confiança quando a justiça, a imparcialidade e a veracidade permanecem diante das escolhas, desafios, conquistas e contratempos.
- **Respeito:** Reconhecer seus próprios limites e os dos outros é essencial para uma boa interação, o que leva a respeitar os limites alheios e saber quando dizer sim ou quando dizer não, sem receios ou remorsos.
- **Honestidade:** Uma pessoa realmente honesta não está preocupada em manter as aparências. Ainda que seja difícil, ela se põe diante de si mesma, reconhece suas fragilidades e limitações diante dos outros.
- **Flexibilidade:** Ainda que cada pessoa seja única, para que haja uma convivência harmoniosa, cada indivíduo no grupo deve saber lidar com as diferenças e abrir mão de suas preferências pelo bem comum.
- **Aceitação:** Baseia-se em tratar a todos como de igual valor, não desprezando a ninguém por se sentir superior nem se desvalorizando por se sentir inferior. A aceitação é natural quando não há preconceitos de qualquer espécie que seja.
- **Cooperação:** Quando o grupo funciona no mesmo propósito, o resultado final é maior que a soma das partes. A sinergia faz com que as pessoas encontrem novas forças e ideias e as disponha para o benefício de outrem.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL IDEAL

A organização tem o seu papel na promoção de um ambiente de trabalho harmônico, saudável e prazeroso de se estar. Entre tantas atitudes organizacionais possíveis, o uso do poder e outras políticas internas interferem diretamente na produtividade de seus colaboradores.

- **O uso saudável do poder:** O ambiente organizacional expressa, com grande intensidade, o exercício do poder, tanto formal quanto pessoal. O modo como a parte influenciadora exerce o poder precisa gerar satisfação na parte influenciada. O uso do poder formal nas organizações, em parte é necessário, quando se exerce um papel hierárquico; ele precisa ser exercido de modo saudável para o bem de todos, indivíduos e organização. O desajuste começa quando esse poder é usado para coagir, ameaçar, disciplinar indevidamente, dificultar o trabalho ou propor trocas interesseiras. Tais ações mal intencionadas trazem apenas aparência de funcionalidade, mas sem qualquer efeito duradouro. Há também o poder pessoal, que é exercido nas organizações por meio da competência e da referência. Esse poder não depende de hierarquias e é muito mais amplo e eficaz que o poder formal. Quando a organização abre oportunidades e motiva seus colaboradores a compartilhar internamente o conhecimento que eles têm, ela gera mais comprometimento interno com o grupo, com a organização e com melhora da qualidade de seus produtos e processos.

- **Políticas internas de permanência de pessoal:** É papel das organizações produzir um ambiente interno que seja favorável para os seus colaboradores, com atitudes e políticas internas que contribuem para a consistência da própria organização. Uma das práticas organizacionais básicas atuais é a retenção de talentos baseada na valorização pessoal para se manter o colaborador engajado e agregar valor ao grupo e à organização. Pessoas que se sentem valorizadas e se encontram envolvidas no trabalho gastam menos tempo olhando para problemas, dificuldades e diferenças pessoais. O objetivo final é que o colaborador permaneça na organização por prazer, engajado e satisfeito. O princípio da confiabilidade também tem papel fundamental na solidez organizacional e consequente redução de conflitos internos, e acontece quando a organização tem atitudes que os deixa confortáveis quanto à justiça e ao futuro.

HARMONIZANDO AS FORÇAS DE INFLUÊNCIA

Indivíduos influenciam e são influenciados pelo meio, pelo grupo de trabalho e pelas práticas e políticas organizacionais. Sempre haverá diferenças e preferências apontando lados diferentes, contudo, para que todos ganhem no final, é essencial que tais forças se harmonizem pelos valores e iniciativas de cada parte.

- **Responsabilidade e honestidade pessoal:** A começar pelo indivíduo, este precisa sentir e agir de forma responsável consigo mesmo e com o grupo ou organização. O mundo corporativo atual busca pessoas que, além de saber usar seus conhecimentos e habilidades, saibam também usar controladamente suas emoções na hora e da forma certa. Conhecer a si mesmo e seus próprios sentimentos é o ponto de apoio para se agir com maturidade e coerência.
- **Responsabilidade e honestidade organizacional**: Está nas mãos da organização o maior poder de gerar um ambiente interno saudável e harmonioso. A organização precisa ser honesta com seus colaboradores, com ética e transparência. Ela precisa cumprir suas obrigações legais e morais em todos os procedimentos e tratamentos com o colaborador. Em algum impasse, tomar decisões que visem a vitória de todos, sabendo usar a contribuição de cada um e jamais ser hipócrita ou desrespeitosa com o colaborador.
- **Comunicação eficaz**: Por fim, uma comunicação eficaz contribuirá em muito para a harmonia no ambiente organizacional. Organização e indivíduo precisam quebrar as eventuais barreiras e construir pontes entre si seguras e consistentes para que ambos trafeguem com liberdade. Grupo e indivíduo devem se preocupar com a qualidade das informações e com a integridade da retroação para que não se gaste energia desnecessária na solução ou administração de conflitos.

METODOLOGIA

Todo o conteúdo de base originou-se de fontes bibliográficas, livros e artigos científicos impressos e eletrônicos. Toda a base de discussão e análise se firma nos conceitos e práticas de comportamento organizacional e inteligência emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o trabalho ocorre em um ambiente humano e que as pessoas têm seu comportamento variável por motivos internos e externos a si, é impossível negar a existência de fatores pessoais na produtividade. A iniciativa de cada parte é essencial. Não se constrói equipes coesas, saudáveis e funcionais sem que haja confiança inabalável e reciprocidade entre seus membros.

Os conflitos sempre existirão por muitos diferentes motivos, mas se houver compreensão e prática de qualidades excelentes na vida e no trabalho, com responsabilidade e honestidade, os conflitos serão mínimos e pedirão métodos simples e rápidos de administração e solução.

Quando se entende o valor de ter um bom relacionamento com o grupo de trabalho dá-se o início a uma grande caminhada de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos, entretanto é necessário mais do que saber, é necessário querer. Uma organização cresce em qualidade quando seus colaboradores possuem ou desenvolvem qualidades relacionais excelentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos.** 7. Ed. Barueri: Manole, 2009.

FISCHER, R. M.; NOVELLI, J. G. N. Confiança como fator de redução da vulnerabilidade humana no ambiente de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 48, n. 2, p. 67-68, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-759020080002000 06.pdf>. Acesso em 14 nov. 2013.

GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PASETTO, N. V.; MESADRI, F. E. **Comportamento organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia.** Curitiba: Ibpex, 2011.

ROBBINS, S. P. **A verdade sobre gerenciar pessoas**. São Paulo: Pearson Education, 2003.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A. SOBRAL, F. **Comportamento organizacional.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM CALL CENTER

Pós-Graduação
José Sávio Rodrigues Nogueira
Centro Universitário Internacional UNINTER
MBA em Gestão de Projetos
Leila Lúcia Arruda
saviojrn@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Implantação. Call center. Projeto. PMBoK.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a exemplificar um caso real de implantação de um *call center*, para uma empresa de telecomunicações, situada na cidade de Florianópolis-SC, que negocia planos de telefonia virtual e necessitava terceirizar sua área comercial. A intenção da diretoria da empresa era expandir sua área comercial criando uma empresa terceirizada. Ela determinou que o *call center* deveria iniciar suas operações no prazo de seis meses, com sete agentes de *telemarketing* e um gerente, com facilidade de acesso entre as duas empresas, como também na contratação de mão-de-obra para se evitar ao máximo o deslocamento de funcionários entre *call center*-residência, além de ter boa qualidade de internet e custo econômico de aluguel. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto foi a do guia PMBoK e fundamentações obtidas no curso MBA em Gerência de Projetos ministrado na Uninter. As pesquisas de mercado na região da Grande Florianópolis, sobre fornecedores e mão-de-obra, foram feitas por meio de sites e ligações telefônicas, e os dados coletados analisados de forma qualitativa e quantitativa. Finalmente ficou a pergunta: seria viável para a equipe do projeto atender as premissas determinadas pela diretoria da empresa?

A IMPORTÂNCIA DO PMBoK NO PROJETO *CALL CENTER*

O *Project Management Institute* (PMI), de acordo com Heldman (2006, p 45) é uma entidade internacional sem fins lucrativos e com foco em gerenciamento de projetos, o qual regulamenta "o padrão reconhecido pela indústria para as práticas de gerenciamento de projetos", que é o *Project Management Body of Knowledge* (PMBoK), guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos.

Ainda segundo Heldman (2006, p 23) o PMBoK apresenta cinco grupos de processos para o gerenciamento de projetos, que são:

- **Iniciação**: processo em que o projeto conseguirá sua aprovação;
- **Planejamento**: processo baseado na formulação e revisão de metas;
- **Execução**: este processo compreende a efetivação do processo de planejamento do projeto;
- **Monitoramento e Controle**: processo que envolve a avaliação e acompanhamento das atividades que estão sendo executadas;
- **Encerramento**: processo de entrega do projeto.

Desta forma, os processos foram executados conforme segue:

- **Iniciação** – com base nas premissas determinadas pela diretoria da empresa foi feito um levantamento de dados inicial e apresentado um pré-projeto para aprovação. Neste levantamento a equipe do projeto decidiu focar a instalação do *call center* apenas na ilha de Florianópolis, porque o viaduto que une a ilha ao continente tem momentos graves de tráfego o que prejudicaria a facilidade de acesso entre empresas. A partir desta decisão, optou-se pelos bairros do norte da ilha, porque os do sul tinham baixa qualidade de internet e na região central os custos de aluguel eram dispendiosos.
- **Planejamento** – O planejamento foi elaborado a partir do escopo pré-definido e traçando-se o detalhamento de suas atividades para cumprir seus objetivos. Nesta fase foi dada ênfase ao Gerenciamento de Comunicações, pela importância em padronizar e implantar um processo de comunicação que tornasse homogêneo os dados para todos *stakeholders*.
- **Execução** – este processo foi efetivado seguindo o que foi planejado: identificar melhor bairro do norte da ilha, com boas escolas do ensino médio, qualidade de internet e custo econômico de aluguel. Para isto foram feitas pesquisas na internet e diretamente por meio de ligações telefônicas.
- **Monitoramento e Controle** – as distorções encontradas foram prontamente analisadas e corrigidas.
- **Encerramento** – o projeto foi entregue e aprovado no prazo previsto.

AS ÁREAS DE CONHECIMENTO, SEGUNDO O PMBOK

Heldman (2006, p 30) destaca as nove áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos segundo o PMBoK, que são gerências de: Integração, Escopo, Tempo, Custos, Comunicações, Qualidade, Recursos Humanos, Riscos e Aquisições.

- **Gerenciamento de Integração** – Fagundes (2013, p 8) afirma que o Gerenciamento de Integração "trata, principalmente, da união entre os grupos de processos de gerenciamento de projetos necessários para realizar os objetivos do projeto". O Projeto *Call Center* teve sua total integração, centrando suas informações em uma base de dados com acesso a todas as fases dos processos. Esta base de dados permitia aos *stakeholders* visualizarem a qualquer momento tudo o que estava ocorrendo em qualquer gerenciamento: desde o tripé básico formado pelo escopo, tempo e custos, como também aos demais gerenciamentos.
- **Gerenciamento de Escopo** – De acordo com Fagundes (2013, p 2) o escopo

> "estabelece um entendimento comum entre os *stakeholders* e que os critérios definidos na especificação também serão usados para determinar se o projeto foi concluído com êxito".

- **Gerenciamento de Tempo** – Heldman (2006, p 33) destaca este gerenciamento porque "envolve a manutenção das atividades do projeto e garante que o plano seja concluído dentro do prazo".

- **Gerenciamento de Custos** – De acordo com Heldman (2006, p 33) são três os processos que compõem essa área de conhecimento: estimativa de custos, elaboração de orçamentos e controle de custos.
- **Gerenciamento de Comunicações** – Arruda (2014, p 3) afirma que "é fundamental que toda comunicação do projeto seja realizada de forma organizada e disciplinada, pois assim gerará uma comunicação confiável".
- **Gerenciamento de Qualidade** – Heldman (2006, p 34) explica que a área de conhecimento Gerenciamento da Qualidade "assegura que o projeto atenda os requisitos com os quais se comprometeu".
- **Gerenciamento de Recursos Humanos** – Ribeiro (2014, p 12) alerta para "verificar o mercado de trabalho e estar atento às mudanças econômicas, que são dinâmicas. (...) e estar antenado nas necessidades dos profissionais".
- **Gerenciamento de Riscos** – Segundo Heldman (2006, p 37) o Gerenciamento de Riscos contém seis processos que são: planejamento, identificação, análise qualitativa, análise quantitativa, planejamento de respostas e monitoramento e controle.
- **Gerenciamento de Aquisições** – Silva (2014, p 2) define Gerenciamento de Aquisições como "processos para adquirir produtos, serviços ou resultados, necessários para realizar o trabalho".

METODOLOGIA

Segundo Gil (2002, p 27) uma pesquisa é feita por razões de ordem intelectual ou prática, principalmente para saber a maneira mais eficaz e eficiente de se fazer algo. Com base nesta informação foi feita pesquisa de mercado para subsidiar na escolha do melhor bairro para instalação do *call center* e dos melhores fornecedores de produtos e serviços.

Este trabalho apresenta também a conceituação abaixo, segundo Gil (2002, p. 41): **Exploratória** – do ponto de vista dos objetivos, porque existe uma familiaridade com o problema, envolvendo levantamento de dados e **Explicativa** – porque este tipo é o que mais aproxima o conhecimento da realidade, explicando razões e os seus porquês.

E ainda, de acordo com Oliveira (2002, p 111): **Quantitativa** – do ponto de vista da abordagem do problema, porque considera que existe uma relação entre os dados que serão traduzidos em números e **Qualitativa** – do ponto de vista de procedimentos técnicos, por envolver necessidade de se identificar quais dados seriam melhores que outros.

Os segmentos analisados foram: educacional - escolas do ensino médio; habitacional – quantidade de famílias do bairro; Internet – provedores, preços de serviços, velocidade e qualidade; Locação de imóveis – preços de locação; móveis e equipamentos – aquisição; e serviços – preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Fagundes (2013, p 4) é "fundamental para o sucesso do projeto o entendimento das expectativas dos atores envolvidos".

Assim sendo, o Gerenciamento de Comunicação foi a primeira área a ser abordada, devido à necessidade de padronização e unificação das informações do projeto. Isto teve um

papel crucial no sucesso dos gerenciamentos específicos de cada área, por permitir aos *stakeholders* em acompanhar e dar suas opiniões de forma transparente e imediata.

E assim foi a tônica básica deste projeto, identificar as expectativas dos *stakeholders*, definir suas prioridades e efetivar um gerenciamento feito não somente por uma pessoa, mas em parceria com todos, onde as decisões foram tomadas em grupo, e o consenso sempre prevalecendo. E a equipe do projeto conseguiu atender as premissas da diretoria da empresa e implantar o *call center* de acordo com o escopo, tempo e custo previstos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Leila. **Gerência de Comunicações em Projeto – Tema 2: comunicações em projetos**. Disponível em: < http://ava.grupouninter.com.br/claroline176/claroline/learnPath/module.php?module id=7>. Acesso em: 11.mai.2014.

FAGUNDES, Fábio M. **Gerência de Integração do Projeto - Aula 1**. Disponível em: < http://ava.grupouninter.com.br/claroline176/claroline/learnPath/module.php?module id=6>. Acesso em: 03.nov.2013.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HELDMAN, Kim. **Gerência de Projetos: guia para o exame oficial do PMI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

OLIVEIRA, Silvio L.**Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2002.

RIBEIRO, Maria T. F. **Gestão de Pessoas – Aula 1**. Disponível em: < http://ava.grupouninter.com.br/claroline176/claroline/learnPath/module.php?module id=3>. Acesso em: 6.jul.2014.

SILVA, Walmar R. **Gerência de Aquisições do Projeto – Aula 1.** Disponível em: < http://ava.grupouninter.com.br/claroline176/claroline/learnPath/module.php?path_id=3>. Acesso em: 15.jun.2014.

A EXPANSÃO DA ONDA HALLYU: A GLOBALIZAÇÃO E INFLUÊNCIA CULTURAL NO BRASIL

Graduação
Kaio Enrik Santos
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda
Orientador: Profa. Me. Máira de Souza Nunes;
kaioesantos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Onda sul coreana. Hallyu. Cultura popular

CORPO DO TRABALHO

Ao analisar a influência da *Hallyu*, o método escolhido foi exploratório, com entrevistas de campo, gravação em vídeo, contatos com órgãos responsáveis pela cultura coreana no Brasil e o ministério da cultura brasileiro, grupos de estudo da língua asiática das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná, Universidade de São Paulo, Universidade do Vale do Itajaí , Universidade de Brasília e por fim as estrangeiras *Hankuk University For Foreign Studies* na Coreia do Sul e a *University of Buenos Aires na Argentina*.

A onda do pop coreano conhecida como *Hallyu* invadiu o mundo definitivamente em 2012 com o estrondoso sucesso do cantor *Psy*. Sua música "*Gangnam Style*" se tornou um viral visto por mais de 2.000.000.000 ao redor do mundo graças ao *Youtube*, um canal de vídeos da Internet. Seu single sucessor "Gentlemen" teve uma boa visualização sendo o segundo vídeo mais visto. A globalização se tornou um meio de difundir novas culturas que anteriormente poderia ser adquiria apenas de povos que mudavam de país para ter uma vida melhor, fugir da guerra ou na descoberta de novas terras.

As novas tecnologias proporcionaram maior amplificação das culturas ao redor do mundo sem restrições tornando-se conhecidas e respeitadas, interligando o mundo no sentido cultural estabelecendo relação entre a cultura local e a global. Assim pessoas que nunca estiveram na Ásia poderão conhecer sua música e costumes. Sobre isso José Benedito Pinto em seu livro menciona:

> A Internet é um novo meio de comunicação de massa que rivaliza com a televisão, o rádio e outros veículos de troca e difusão da informação. Oferecendo ainda entretenimento, negócios, serviços, sendo global e ao mesmo tempo descentralizada, a rede permite o recebimento maciço de informação por seus milhares de sites, ao mesmo tempo que propicia a comunicação entre pessoas, de maneira individual, por meio do correio eletrônico" (JB Pinho, 2000, p. 37).

A música coreana foi elevada a um novo status. Em qualquer lugar do mundo poderia se ouvir a partir da conexão da internet por rádio on-line, ou site especializados em músicas, o qual o site *Youtube* por unir vídeos se destaca a nova geração de artistas encontrou esse apoio para alcançar a fama mundial (SHIM 2011, KIM 2012).

Com uma grande colônia de coreanos em São Paulo no bairro Bom Retiro, seria lá onde a influencia se expandiria, em 2011, com o primeiro festival de K pop no Brasil tendo a

presença de 2 artistas *Tony Ahn* e *Byul*. O evento visava disseminar a cultura musical entre os jovens coreanos que vivem no Brasil e também mostrar a cultura aos brasileiros.

Graças a esses eventos o estilo já tinha um impacto nos brasileiros de idade jovem que estavam cursando preparatórios para vestibular e nos anos iniciais das universidades a partir de 2009. Em São Paulo já existia um número considerável de fãs, que consumiam os *Doramas* (Novelas) e Filmes, por meio de "fãs *subtitles*", que legendavam os conteúdos para o português.

A influência do K-pop no Brasil ainda pode ser identificada por meio dos variados eventos da cultura asiática, os quais recentemente passaram a incluir em suas programações conteúdos relacionados ao Pop Coreano. Eventos consagrados pelo público fã da cultura asiática como "*Anime Friends*", "*Anime Party*", "*Shinobi Spirit",* "*Sana Fest*", "*Saga*", "*Animextreme*" entre outros, antes somente relacionados à cultura japonesa, hoje passaram a ceder espaço ao K-pop. Em suas edições no ano de 2014, muitos eventos possuíam expositores com produtos de K-pop e também a realizaram concursos de *covers*, uma das práticas mais recorrentes dentro do *fandom*, em outros casos palcos especiais apenas para divulgação de vídeos musicais e Karaokê.

Houve também a inclusão do K-pop em eventos da própria comunidade coreana, até então considerado um grupo muito fechado na cidade de São Paulo, que abriu à participação do público em geral. A celebração do "8° Festival da Coreia" no ano de 2014, em São Paulo, teve a presença de vários "*kpoppers"* para assistir apresentações de *covers* de grupos de K-pop, participar de jogos com premiação de pôsteres, *stickers,* entre outros.

A pressão por reconhecimento do *fandom* também veio a partir de notícias em mídias de massa como o programa "Leitura Dinâmica" da Rede TV e o programa *"Top Mundi"*, do canal musical extinto em canal aberto, MTV Brasil. O primeiro *show* de K-pop, *United Cube Brasil*, em 2011, onde a empresa número um da Ásia, *Cj E&M*, juntamente com a *Cube*, animaram mais de 5 Mil pessoas em São Paulo, tendo uma matéria no Fantástico, da maior emissora do Brasil.

Em 2013 a *SM ENTERTENIMENT* anunciou que a torne *SUPER SHOW 5*, do grupo *Super Junior*, em poucas horas de venda os ingressos já estavam esgotados em vários setores. O show ocorreu em São Paulo, Brasil, com 8.000 mil pessoas. O evento reuniu fãs do Brasil inteiro que chegavam por ônibus de viagens e vans um crescimento considerável da onda *Hallyu* já era observado.

Mesmo sem vendas de CD físico no Brasil, o K-pop vinha crescendo por compras online, de fornecedores tanto estrangeiros como brasileiros. Vendo o crescimento a Livraria Cultura começou a vender CD's e DVD's em suas lojas, em pequenas quantidades, porém com o preço muito elevado assim continuando o crescimento da venda online.

No final do ano, o grupo *Nuest* se apresentou em Curitiba, primeira vez que a capital paranaense recebia um artista coreano. No dia 16 de dezembro a empresa *Pledis Enterteniment*, gravadora do grupo, fez audições para encontrar talentos no Brasil, ocorrendo as primeiras audições em terras brasileiras, tendo mais de 500 inscritos de vários lugares do Brasil divididos em canto, dança e modelagem. Sobre as audições, cada participante tinha uma média de 10 segundos até 50 segundos. A sala de jurados consistia de apenas uma jurada e duas tradutoras a partir das 16 horas. Todas as audições foram gravadas pela empresa para futuros contatos.

Os participantes já dançavam anteriormente em grupos covers e por meio das redes sociais se informaram das audições, pois não teve divulgação na mídia de massas.

> A Onda Coreana já conquistou a Ásia, no entanto antes da proliferação das redes sociais na Internet as tentativas dos ídolos coreanos de fazerem sucesso no mercado Ocidente, incluindo os Estados Unidos, em sua maioria falharam. Porém agora o YouTube, Facebook e Twitter tornam fácil para que bandas de K-pop atinjam maiores audiências no Ocidente, e estes fãs estão utilizando estas mesmas mídias sociais para demonstrarem sua devolução à elas (CHOE; RUSSELL, 2012, Online).

Neste ano, 2014 a onda *Hallyu* invadiu a cidade do Rio de Janeiro sendo sede do *Music Bank World Tour*, com um público superior ao ultimo grande concerto em Abril de 2013, vendendo 15 Mil ingressos. Um dos programas de televisão de maior audiência na Ásia é transmitido pela principal emissora de TV coreana, a *KBS*. O evento lotou a arena HSBC com artistas como *M.I.B*, *SHINee*, *Infinity* e trazendo novamente para o Brasil *Ailee* e *Mblaq*. Diferentemente do público inicial, o público é a maioria com 85% de participação feminino. Já em relação à faixa etária predominante entre os *k-poppers*, a pesquisa revela que a maioria dos fãs possui idade entre 16 anos e 18 anos, com 44%, sendo menores de 16 anos, 14% os entrevistados e 19 a 22 anos com 26%, ou seja, a maior parte está na fase da adolescência ou juventude. Como o concerto possui mais bandas masculinas e apenas uma cantora, a pesquisa é voltada apenas para o publico do espetáculo e não do Pop Coreano em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos resultados preliminares da pesquisa, que visa investigar a evolução do K-pop como gênero musical e o seu crescimento dentro da Hallyu com ênfase no Brasil, foi possível analisar o grande crescimento a partir do 2011, a América Latina passou a ser considerada “parada” dos artistas e o crescimento da cultura musical aumentou gradativamente. Por meio da internet e suas redes sociais muitas pessoas conheceram o ritmo musical, procurando mais informações sobre a cultura do país, buscando por filmes, novelas, produtos e conhecimento da língua, interligando com a influencia da cultura americana e em alguns casos substituindo. A compra dos produtos coreanos para brasileiros, obteve grande aumento despertando interesse em redes de livrarias a venda de produtos. Como a pesquisa completa visa saber o público geral da onda Hallyu, o entretenimento com mais influência entre músicas, filmes, novelas, o diferencial nas empresas para a divulgação da onda no Brasil, a junção entre o Pop coreano e o Pop Brasileiro revelando bandas brasileiras com o ritmo Kpop.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOE, Sang H; RUSSELL, Mark. **Bringing K-Pop to the West.** The New York Times. 4 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/03/05/business/global/using-social-media-to-bring-korean-pop-music-to-the-west.html?pagewanted=all> acesso em 28 de setembro 2014.

SHIM, Doobo. Hybridity and the rise of Korean popular culture in Asia. ***Media, Culture & Society.*** Sage Journals, January 2006 vol. 28 no. 1 25-44. Versão online: Disponível em: <http://mcs.sagepub.com/content/28/1/25>, acesso em 28 de setembro 2014.

KIM, Yoon-mi. **K-POP:** A New Force in Pop Music**.** Korean Culture and Information Service. Republic of Korea, Korean Culture No.2, 2011.

PINHO, J. B. **Publicidade e vendas na internet: técnicas e estratégias**. São Paulo: Summus, 2000 p.37. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, 61).

O ESTADO DA ARTE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL (1991-2012): O IMPACTO DAS IDEIAS SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DO MERCOSUL

Graduação
Alex Dal Gobbo Abi; Aline de Oliveira; Bruna Leal; Luzia Espinoza; Sheylla Carolina Almeida; Vivian Cordeiro
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Orientador: Ludmila Andrzejewski Culpi

PALAVRAS-CHAVE: Mercosul. Integração regional. Estado da arte. Pesquisas bibliográficas. Construtivismo.

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul – Mercosul[46], teve seu início em 1991, com o objetivo inicial de promover o livre comércio entre os países fundadores: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Nos primeiros anos, observa-se que os temas estudados estavam direcionados principalmente para questões comerciais e econômicas. Com o desenvolvimento do bloco e o ingresso dos demais países membros surgem novos temas a serem explorados, produtos dos desdobramentos do desenvolvimento alcançado na região.

Atribui-se a diversificação dos estudos às mudanças ideológicas ocorridas nos governos protagonistas a partir de 2003, o que é desenvolvido no trabalho tendo como base o referencial teórico construtivista. Temas como desenvolvimento social, cultura, saúde, migração, meio ambiente, política externa, entre outros, passaram a figurar nas pesquisas e produções bibliográficas, caracterizando a mudança das ideias e acarretando impactos importantes no objetivo da integração e comportamento dos atores.

É com base nesta diversificação dos interesses que a pesquisa tem como objetivo geral apresentar um balanço da bibliografia produzida sobre o Mercosul desde sua criação até o ano de 2013, com a finalidade de responder a seguinte pergunta: como evoluíram os estudos sobre o tema da integração regional ao longo de suas diferentes fases nestes primeiros vinte anos de existência do bloco?

A razão pela qual o referencial teórico construtivista é utilizado nesse artigo se dá pela proposta de apresentar a ênfase sobre o papel das ideias, objetivos e interesses comuns dos diversos protagonistas no processo de integração. Estes, a Teoria Construtivista considera como atores não somente os Estados, como também a coletividade aqui representada pelos autores das bibliografias coletadas e analisadas. O tema escolhido justifica-se pela multiplicação observada na diversidade dos temas pesquisados e que resultaram em produção de teses, dissertações, artigos e livros que serviram de base para a construção do banco de dados produzido pela equipe de pesquisa. A metodologia utilizada na produção deste artigo consiste nas analises qualitativa e quantitativa dos dados cadastrados.

[46] O Mercosul – Mercado Comum do Sul – é um bloco econômico criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e conta atualmente com Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, mais recentemente, com a Venezuela como países-membros.

DESENVOLVIMENTO

A presente investigação apropria-se da teoria construtivista de que à medida que os entendimentos sobre a integração regional se alteram, a partir das mudanças de governo que os protagonistas do Mercosul (Brasil e Argentina) passam a partir de 2003, ocorrem mudanças na dinâmica da integração regional. Desta forma, o processo regional ganha novas perspectivas e passa a conferir maior atenção às questões sociais. Isso impacta sobre os entendimentos coletivos que se atribuem à integração, que são materializados nas produções bibliográficas elaboradas a partir deste período. Assim, o presente trabalho utiliza-se da abordagem construtivista para comprovar que as mudanças de ideias sobre o tema da integração, impactam nas publicações desenvolvidas sobre o tema. Assim, entende-se que as pesquisas do Mercosul são reflexo dessas mudanças nas identidades dos atores envolvidos, o que pretende-se demonstrar neste estudo (ADLER, 1999).

Objetivando demonstrar as duas fases distintas por meio do qual as produções bibliográficas perpetraram seus estudos focados no processo de integração regional, será feita a análise do banco de dados desenvolvido pelo nosso grupo de pesquisa. Esta vem consubstanciar a evolução dos estudos sobre o tema da integração ao longo das suas diferentes fases, corroborando para o fato de que com a mudança de novos atores e a inclusão de novas ideias a partir de 2003. O enfoque das produções acadêmicas passa a oscilar diante de novas temáticas até então relegadas a segundo plano na primeira fase, como saúde e defesa, por exemplo, e que não tão somente os textos pairam sobre a temática econômica-comercial.

Para validar as novas perspectivas e trajetória do processo de integração regional, a pesquisa se valeu da análise metodológica qualitativa e quantitativa de artigos, livros, teses e dissertações elaborados a respeito do Mercosul no período de 1991 a 2013, adotando o referencial da Teoria Construtivista para embasar o impacto do comportamento dos atores e pesquisadores envolvidos.

Vale lembrar que o artigo é fruto do trabalho do grupo de pesquisa curso de Relações Internacionais do UNINTER, intitulado “Integração Regional na América do Sul”, o qual produziu o referido banco de dados sobre o tema. As produções foram separadas nas seguintes áreas: Comércio/Finanças, Educação/Cultura, Meio ambiente, Trabalho, Migração, Defesa/Segurança, Cooperação Técnica/Tecnológica, Saúde, Política Externa e Infraestrutura.

Os gráficos abaixo revelam os resultados da abordagem dos dados coletados. Quantitativamente, o Gráfico 1 demonstra que entre 1991 e 2001 o maior número de pesquisas nas áreas de cooperação e educação/cultura (32% e 23% respectivamente) em detrimento ao pouco material disponível referente às outras áreas. Já o Gráfico 2 revela que entre os anos 2002 e 2013 houve um número substancial, (cerca de 28%) de material concernente à área de comércio/finanças e a entrada de novo enfoque por parte dos pesquisadores em novas áreas de estudo do bloco regional como educação, saúde e meio ambiente.

Gráfico 1 – Produção bibliográfica sobre Mercosul de 1991 a 2001

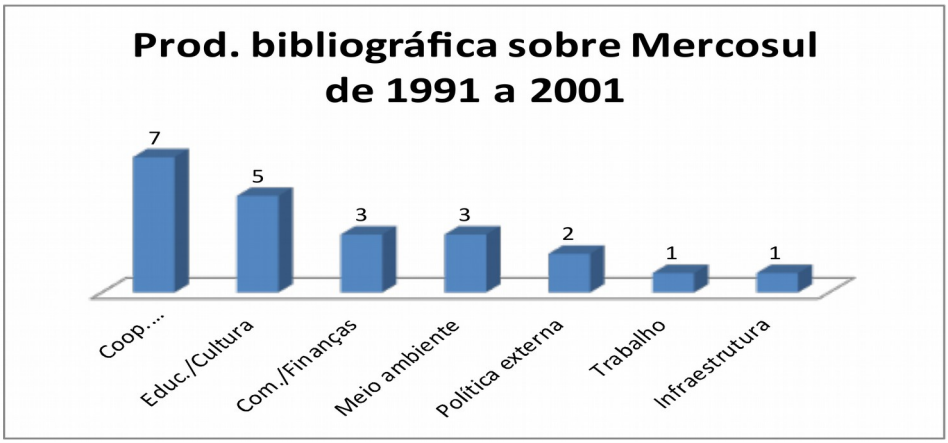
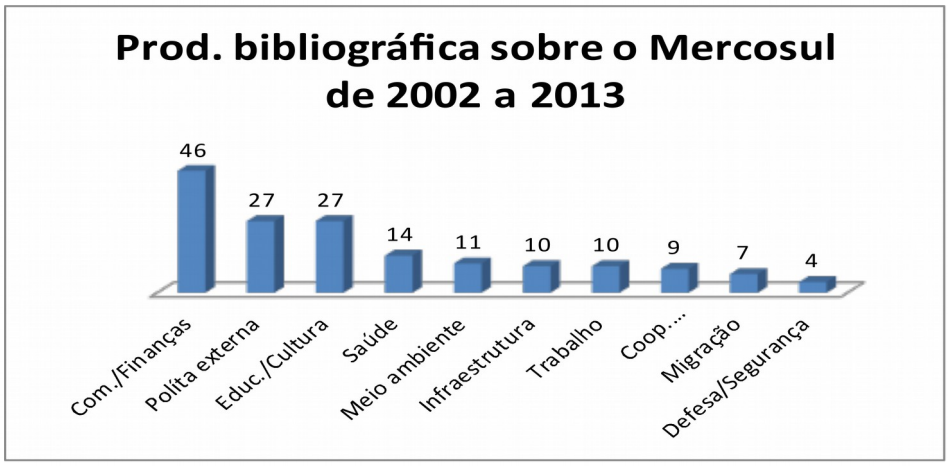


Gráfico 2 – Produção bibliográfica sobre Mercosul de 2002 a 2013



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação o Mercosul passou por importantes mudanças que refletiram diretamente na dinâmica da integração regional objetivada pelos integrantes do bloco. Dentre estas transformações ressalta-se o papel das ideias na produção das pesquisas bibliográficas, e demonstrar esta evolução ao longo dos últimos vinte anos era o objetivo principal deste estudo. Diante do processo histórico relatado foi possível observar uma modificação ao longo do tempo nas temáticas abordadas pelos pesquisadores desta integração, que inicialmente se situavam no campo da cooperação, e a partir da entrada de novos governantes no Brasil e na Argentina, passaram a abarcar temas variados, especialmente relacionados às questões sociais e culturais.

Observa-se que a mudança ocorrida nos temas pesquisados coincide com a transição da ideologia governamental, uma vez que o neoliberalismo orientava as economias do Brasil e Argentina no período de 1991 a 2001, configurando a urgência do livre comércio. Posteriormente o estabelecimento da social democracia a partir do ano de 2002 por meio dos governos Lula e Nestor Kirchner fornece uma nova interface à região com a

diversificação dos assuntos em debate, que passa a englobar também questões relativas a saúde, segurança nacional, cultura, educação, entre outras. Essa descoberta, a partir da perspectiva construtivista, revala que houve mudanças de identidades dos atores, que passaram a dar maior atenção a notos temas.

Devido a todas as mudanças que o bloco passou desde seu início a evolução do estado da arte foi verificada pelo grupo de pesquisa mediante a coleta de dados e análise qualitativa e quantitativa do conteúdo reunido. O resultado desta análise está neste breve trabalho, que responde o problema inicial demonstrando o crescimento da diversidade dos temas estudados através do período e confirmando a hipótese de que, embora haja uma supremacia das temáticas econômicas na pesquisa, os temas sociais passam a receber mais atenção a partir de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emanuel. O Construtivismo no Estudo das Relações Internacionais. Lua Nova**,** nº 47, 1999.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>, 2011.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Rev. bras. polít. int.* 1997, vol.40, n.2, pp. 5-26. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000200001>.

MATHIAS et al. M. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. *Rev. Bras. polít. int.*. 2008, v. 51 (1): 70-86. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/358/35811693004.pdf>

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JUNIOR, H. O pensamento brasileiro e a integração regional. *Contexto Internacional*, Vol.32, nº 2, julho/dezembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a06.pdf>

PROJETO DE AUTOMAÇÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS NA PRENSAGEM DOS CABOS DE VELA

Graduação
Gabriel Augusto da Luz; Marcos Rivabem; Matheus Mocelin
Universidade Positivo (UP)
Engenharia Mecânica
Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando R. Campos
gabrielaugusto90@hotmail.com; marcosrivabem@hotmail.com;
matheus_mocelin@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O interesse em ter maior cautela com relação à qualidade surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial – época em que os países participantes da guerra estavam precisando urgentemente de mercadorias. Os japoneses foram os primeiros a se preocuparem com a qualidade na sua produção enquanto se reerguiam para retornar ao mercado (BARBOSA, 2006).

No posto de trabalho da prensa dos cabos de vela da empresa ALFA[47] em estudo, foi identificado que não existia um padrão para fixação dos cabos de vela no motor, o que variava com a força que cada colaborador realizava o impacto com o martelo.

O problema não ocorria em um horário específico, mas sim, em todo o turno de trabalho com todos os operadores e cabos de vela, podendo estar atrelado à fadiga do operador no posto pelo alto esforço físico. Desta forma, não há uma lógica e nem uma correlação com o cabo de vela, visto que a operação é cem por cento manual – o que dificulta para o operador seguir o mesmo nível de aplicação da força e ponto de contato entre o martelo e o cabo de vela.

O atual modelo de prensa dos cabos de vela na linha de produção de motores foi estudado com o intuito de solucionar um ponto de retrabalho de má prensagem dos cabos de vela, necessitando portanto, de um sistema mais eficiente e seguro para garantir a qualidade final do produto.

OBJETIVOS DO TRABALHO

Este trabalho tem como objetivo principal propor uma melhora na prensa dos cabos de vela para se chegar a zero defeito e reduzir o custo de retrabalho dos motores na empresa ALFA.

Apresenta ainda como objetivos específicos: analisar o ganho de qualidade na fixação dos cabos de vela para manter um padrão de fixação para cem por cento dos motores.

DESENVOLVIMENTO

Conforme mencionado, havia a possibilidade de envio de cabos de vela mal prensados (Figura 1), encontrados na inspeção final de montagem, visto que, a força de prensagem era aplicada conforme a força do colaborador, com variação pelo cansaço físico, desatenção, ponto de contato deslocado, entre outros.

[47] Nome fictício, respeitando as exigências de manutenção de segredo industrial.



FIGURA 1 – CABO DE VELA PRENSADO E NÃO PRENSADO
Fonte: Os autores com base na empresa ALFA

Com o risco de ocorrência do problema, foi acrescentado um posto de verificação da operação gerando um custo de nove mil reais aproximados por ano para a inspeção da qualidade.

Em análise do problema, a ferramenta 5W1H foi aplicada com o objetivo de examinar o modo de falha e possíveis causas do mesmo, chegando à conclusão de que não existia um padrão para a fixação dos cabos de vela no motor, visto que variava com a força que cada colaborador realizava o impacto com o martelo.

Como não possuía nenhum controle de verificação como o *error-proofing* e o problema não ocorria em um horário específico, mas sim, em todo o turno de trabalho com todos os operadores e cabos de vela, detectou-se que estava atrelado à fadiga do operador pelo alto esforço físico, visto que a operação é cem por cento manual e dificulta para o operador seguir o mesmo nível de aplicação da força e ponto de contato entre o martelo e o cabo de vela.

Após esta análise, foi aplicada a metodologia do ciclo PDCA e *Kaizen* levantando etapa por etapa até a conclusão total. Utilizando o formulário específico da empresa em que o trabalho foi aplicado e na sequência, foi realizado o projeto para automação do processo (Figura 3) e utilizado um dinamômetro de carga para determinar a força necessária da prensagem de cada cabo de vela.

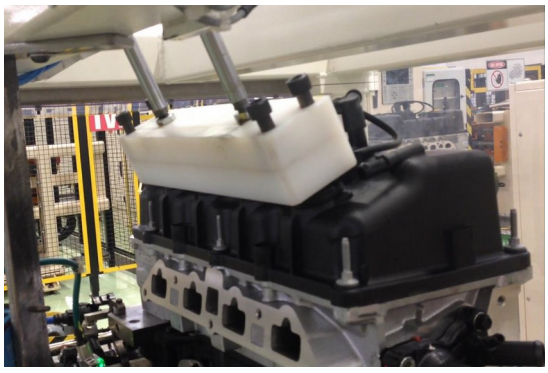


FIGURA 3 – DISPOSITIVO DE PRENSAGEM DO CABO DE VELA
Fonte: Os autores com base na empresa ALFA

O método PDCA (*Plan, Do, Check, Act*), desenvolvido por Walter A. Shewhart, também conhecido como "Ciclo de Deming" é uma das qualidades de gestão que permite o controle dos processos com o objetivo de fazer as empresas perceberem que não existem pontos de início e fim em uma atividade, mas sim, um ciclo para que ocorra uma melhoria contínua no processo.

Segundo Martins e Laugeni (1998, p. 397) o ciclo PDCA é a solução de problemas que E. W. Deming desenvolveu ao elaborar a "Roda Deming", com um ciclo que consiste em quatro passos: Planejamento (P = Plan), Execução (D = Do), Verificação (C = Check) e Atuação Corretiva (A = Action).

Segundo Marshall (2008, p. 101), o ciclo PDCA é uma ferramenta que tem como objetivo a manutenção e a melhoria dos processos e para cada fase de sua aplicação é utilizado diversas ferramentas da literatura, com as mais diversas finalidades e variadas nomenclaturas.

No Planejamento (*PLAN*) a meta da empresa é definida e os planos de ação são definidos com o objetivo de atender as metas propostas. É necessário observar o problema a ser resolvido, analisar o fenômeno e descobrir as causas do problema.

Na Execução (*DO*) as pessoas recebem o treinamento adequado e na sequência, os planos de ação são implementados e os dados coletados para fornecer informações sobre a obtenção da meta.

Na Verificação (*CHECK*) é realizada uma avaliação dos dados coletados na fase anterior (Execução).

A última etapa – Ação (*ACTION*) depende dos resultados obtidos na verificação, isto é, quanto mais informações (fatos, dados e conhecimentos) forem disponibilizadas, maiores são as chances de alcançar as metas desejáveis.

CONCLUSÃO

Com a utilização de algumas ferramentas, foi possível chegar ao resultado esperado definido no início do trabalho.

No início, foi possível observar um posto de trabalho totalmente manual sem padrão para a atividade, com variáveis de forças e ponto de contato.

Com a modificação do processo e do novo método de prensagem dos cabos de vela, foi possível eliminar os retrabalhos de qualidade, obtendo um benefício de R$ 17.470,00 (dezessete mil quatrocentos e setenta reais).

Conclui-se, portanto, que os principais objetivos foram atingidos – o de garantir a prensa dos cabos de vela para chegar a zero defeito, a redução do custo de retrabalho dos motores e a manutenção de um padrão de fixação para cem por cento dos motores.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. ***Proceedings.*** ENEGEP, 2001.

BARBOSA, **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROS, C. D. **Análise do modelo WCM em uma montadora de automóveis:** percepção dos gestores de implantação. Belo Horizonte: FEAD, 2012.

MARSHALL JUNIOR, Isnard. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MARTINS, R; NETO, P. **Indicadores de desempenho para a gestão da Qualidade Total:** uma proposta de sistematização. Gestão e Produção, v.5, n.3, 1998, pp. 298-311.

SHEWHART, W. ***Economic Control of Quality of Manufactured Product***. ASQ, 1988.

JORNALISMO ALTERNATIVO: UMA OUTRA FORMA DE COMUNICAR

Graduação
Maria Heloisa de Miranda
Centro Universitário Internacional Uninter
Jornalismo
Orientador: Guilherme Carvalho
mariaheloisamiranda@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa nanica. Jornalismo alternativo. Pública. Comunicação underground.

INTRODUÇÃO

A imprensa alternativa ganhou destaque no Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985) pois que tinha como objetivo de se opor a censura da comunicação imposta durante esse período. Costumeiramente, essa prática está vinculada às questões políticas, como se observa em outros momentos. A proposta desta pesquisa é identificar quais as técnicas jornalísticas empregadas hoje nessa modalidade de comunicação, comparando com a abordagem utilizada pelos meios ditos da grande mídia, nos assuntos de violência no parto e violência obstétrica. Para observar melhor como se dá essa relação, a comparação entre as notícias sobre o tema na grande mídia, e nos veículos alternativos será comparada, de modo que seja possível identificar a diferença de abordagem e da produção em cada um dos veículos.

O tema ganha páginas tanto em jornais impressos quanto virtuais, nos meios de comunicação tradicionais tanto quanto nos alternativos. No entanto, nota-se que a abordagem escolhida difere bastante, no que diz respeito não somente ao conteúdo das reportagens, como também na consulta das fontes. A escolha do tema de pesquisa faz referência a um assunto que muito interessa a autora, e é tema de outras pesquisas.

A natureza do jornalismo alternativo é se opor as informações postas pela grande mídia, e por meio das ferramentas disponíveis no exercício da profissão.

> Além de designar práticas não ligadas à cultura dominante, alternativa também significa optar entre duas coisas reciprocamente excludentes, a única saída para uma situação difícil e o desejo de protagonizar transformações. A imprensa alternativa dos anos 70 era tudo isso ao mesmo tempo. Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos faziam a crítica sistemática do modelo econômico. Inclusive anos de seu aparente sucesso, durante o milagre econômico, de 1968 a 1973, destoando, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, construindo dessa forma todo um discurso alternativo (KUCINSKI, 1998, p. 179).

Sabe-se que há no jornalismo, condições às quais o profissional é exposto durante o desenvolvimento de sua atividade que o privam de executar seu trabalho de maneira livre e independente.

> "Pesquisas têm mostrado que a cobertura jornalística é o resultado de relações que

> envolvem interações pessoais, processos organizacionais e padrões e condições estruturais. Se os dados empíricos em muitos casos demonstram que quantitativamente a influência individual dos jornalistas não tem um maior impacto, o fato de que essa possa provocar alguma influência é qualitativamente relevante. No atual contexto econômico, político e moral, para alguns jornalistas a importância de tantos constrangimentos internos e externos às organizações jornalísticas tem servido de desculpa para sua alienação na cobertura das notícias" (BOURDIEU p. 109).

Desse modo, mesmo após a liberação da censura imposta pelo Regime Militar, os jornalistas estão expostos a outras formas de censura, como explica Bourdieu a linha editorial do veículo – que impede a veiculação de determinadas matérias – e também do próprio jornalista, ciente da edição de seu trabalho a antecipa. Genro Filho (2014:46) fala sobre "disfunção entre liberdades individuais que se entrechocam", quando a liberdade do jornalista na sua expressão acaba barrada pela hierarquia dentro da empresa. Essas questões mudam um pouco com o advento da internet 2.0, que possibilita maior acesso as informações de determinados assuntos, por meio das comunidades virtuais.

Dessa forma, o assunto também tem seu espaço na internet. Debate sobre a violência obstétrica, e a articulação de mulheres em blogs, fóruns e comunidades virtuais explanando sobre o tema, podem ter sido uma das maneiras como o assunto chegou à grande mídia.

Genro Filho (1987) redefiniu a objetividade jornalística ao falar sobre a dependência e imparcialidade da mídia, partindo da ideia de que o capitalismo rege a sociedade e também se aplica a os valores notícia, que se tornam variáveis a serem seguidos no processo de construção da matéria.

O veículo escolhido para análise foi a agência de notícias Publica e a o portal G1. A Publica se define como um veículo que "aposta num modelo de jornalismo sem fins lucrativos para manter a independência" como explica na aba "Quem somos" do site. Ainda segundo a agência a

> "missão é produzir reportagens de fôlego pautadas pelo interesse público, sobre as grandes questões do país, do ponto de vista da população – visando o fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos" (APUBLICA, 2014a).

No site da agência, encontram-se três matérias diferentes sobre violência obstétrica. A primeira intitulada "Na hora de fazer não gritou", de março de 2013; "Maternidade condenada" e "Ex-detenta que ganhou processo por parto com algemas fala pela primeira vez", ambas de agosto de 2014, e todas três de autoria de Andrea Dipp. As duas primeiras estão postadas na aba de direitos humanos, e a terceira é um espaço cedido para a personagem do segundo texto falar sobre o seu parto realizado com a gestante algemada a maca.

Para avaliação dos critérios jornalísticos adotados no desenvolvimento da matéria, os critérios avaliados serão a quantidade de fontes, para que o texto tenha um equilíbrio e dê subsídios para o leitor tirar suas próprias conclusões, atingindo assim os critérios de imparcialidade e objetividade jornalística.

Nessa pesquisa, o texto selecionado é o primeiro, "Na hora de fazer não gritou", para avaliação da objetividade do texto, a seguir um quadro que foi elaborado listando as fontes

do texto, sua colocação no contexto da matéria e posicionamento: positivo, neutro ou negativo.

Pessoal	Ana Cristina Duarte	Obstetriz	Positiva
	Janaína Marques de Aguiar	Obstetriz	Positiva
	Ana Carolina Frazon	Jornalista	Positiva
	Anônima	Parturiente	Positiva
	Simone Diniz	Médica	Positiva
	Ricardo Chaves	Pediatra	Positiva
	Jorge Kuhn	Obstetra	Positiva
	Roobie Davis-Floyd	Antropóloga	Positiva
	Anônima	Gestante	Positiva
	Anke Riedel	Obstetriz	Positiva
	Aline	Gestante	Positiva
	Marcos	Acompanhante	Positiva
	Silvana Morandini	Médica	Negativo
	Anônimo	Médico	Negativo
Documental	Portaria 569/2000	Ministério da Saúde	Neutro
	Pesquisa	Fundação Perseu Abramo	Neutro
	Lei nª 11.108/2005	Código Civil	Neutro
	Pesquisa	Unicef	Neutro
	Levantamento	Agência Nacional de Saúde Suplementar	Neutro
	Dados	SINASC	Neutro
	Dados	Organização Mundial da Saúde	Neutro

Elaboração própria

Para Pena, os processos de “rotinização” do exercício jornalístico, as fontes, a capacidade de negociação e a investigação demonstram que o processo da produção da notícia é interativo e está diretamente relacionado às iniciativas dos profissionais e as demandas da sociedade. Pelo fato da matéria iniciar com o relato pessoal da jornalista, demonstra que a autora está diretamente relacionada com o tema.

Em outros veículos de comunicação, o tema é abordado de maneira contrária. Na matéria “Mulher come placenta após parto em Natal, diz obstetra” publicado no portal G1, publicada em julho/2014, a única fonte ouvida foi o obstetra, acusado pela parturiente de violência obstétrica (informação que pode compartilhar posteriormente por meio da blogosfera). No artigo da Publica, a jornalista deu mais ênfase às fontes que se posicionam de maneira positiva quanto à humanização do parto, o que rejeita a violência obstétrica.

De modo que das 14 fontes consultadas, um total de 12 tem conteúdo positivo sobre o tema, e apenas duas abordam as questões de humanização do parto como negativas.

Na grande mídia, como G1, portal na internet da emissora Globo, o assunto é

abordado de maneira contrária. Os holofotes são colocados sobre a "autoridade" do assunto, o médico (e não da vítima de violência obstétrica e dona de seu corpo) que indiretamente defendem os procedimentos que caracterizam a violência obstétrica.

O que comprova que neste caso, a imprensa alternativa realmente se opõe a cultura dominante, e quer dar a seu público maneiras de protagonizar transformações. No entanto, observa-se que para atingir seu objetivo, a referida jornalista não utilizou dos critérios de seleção de fontes de maneira equilibrada, o que causa uma forte inclinação do conteúdo do texto jornalístico, que deveria ser imparcial.

REFERENCIAS

ANDERSON, Chris. **A cauda longa**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BOURDIEU**,** Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1992.

MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação:** mídia mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2009.

PENA, Felipe. **Teorias do jornalismo**. 2ª edição São Paulo: Contexto, 2008.
WOITOWICZ, Karina Janz. Recortes da mídia alternativa. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

ANÁLISE DE BALANÇO COM O USO DE ÍNDICES-PADRÃO: UM ESTUDO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA COPEL *VERSUS* SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA BM&FBOVESPA

Graduação
Lincon Massami Sakata; Mirian Moreira Miyasawa; Pedro Henrique Coimbra Nowacki
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Orientador: Guilherme Teodoro Garbrecht
linconsakata@hotmail.com; mirianmiyasawa@hotmail.com; phcnrepre@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Indicadores. Indicadores Padrão. Índices-Padrão. Setor de Energia Elétrica.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A análise das demonstrações contábeis é de suma importância para todos os usuários, sejam eles internos (sócios, administradores, funcionários, entre outros) ou externos (bancos, governo, investidores, entre outros), já que é capaz de fornecer diversas informações sobre a saúde da empresa. Assaf Neto (2010) afirma que é por meio da análise de balanço que são extraídas informações sobre a posição passada, presente e futura de uma empresa. Padoveze e Benedicto (2010) acrescentam que a análise de balanço é capaz de mostrar a situação econômico-financeira e a situação das operações em andamento da entidade analisada.

Na análise das demonstrações contábeis, uma ferramenta que permite comparar entidades do mesmo segmento são os índices-padrão. A elaboração dos índices-padrão permite comparar o desempenho de uma entidade em relação aos seus concorrentes que tenham uma atividade equivalente (SILVA, 2007; PADOVEZE, BENEDICTO, 2010).

No estado do Paraná a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) apresenta-se como a maior empresa do estado, criada em 1954 e com seu capital aberto no ano de 1994, tendo como sócio majoritário o Governo do Estado do Paraná. Nota-se a relevância de estudar a situação econômico-financeira em que a empresa se encontra, pois se trata de uma empresa pública, de economia mista, de interesse de todo o povo, pois ela gera inúmeros empregos, de forma direta e indireta, e ainda gera benefícios à população: a energia elétrica.

PROBLEMA E OBJETIVOS

O presente estudo possui como problema de pesquisa a seguinte questão: Como os indicadores contábeis tradicionais da empresa COPEL encontram-se em relação aos seus pares do setor de energia elétrica da BM&FBOVESPA?

O objetivo consiste em calcular e analisar os indicadores contábeis da empresa COPEL e compará-la com os índices-padrão do setor em que atua, o setor de energia elétrica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As demonstrações da empresa COPEL e das demais empresas do setor de energia elétrica utilizadas nos cálculos dos indicadores contábeis foram as do exercício social findo

em 2012. O universo da pesquisa compreende as empresas de capital aberto da BM&FBOVESPA. A amostragem corresponde as 66 empresas do setor de energia elétrica da bolsa de valores. Foram coletados os dados das demonstrações contábeis do ano de 2012. Salienta-se que 08 (oito) empresas do setor de energia elétrica foram retiradas dos cálculos, por se tratarem de empresas com perfil de participação em outras empresas.

Discussões e análise dos resultados

Na Tabela a seguir encontram-se demonstrados os indicadores da empresa COPEL *versus* os indicadores médios do Setor.

Tabela 1 – Comparação dos indicadores da COPEL e empresas do setor de energia elétrica

	1	2	3	4	5	6	7
	LG (R$)	LC (R$)	CCL (R$)	QUANTIDADE DA DÍVIDA (%)	CT/CP (%)	QUOCIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO SOBRE O ENDIVIDAMENTO TOTAL (%)	IMOBILIZAÇÃO DO PL (%)
Indicadores da COPEL	1,26	1,65	1.851.437	41,08	69,73	32,68	81,69
Índices-Padrão do Setor - média	0,82	1,19	105.133	60,81	180,19	34,44	136,88
Quantidade de empresas	56	55	56	56	55	56	55

	8	9	10	11	12	13
	CGP (R$)	IMOB RECURSOS NÃO CORRENTES (%)	TRI (%)	TRPL (%)	GA (%)	ML (%)
Indicadores da COPEL	-4.014.801	55,60	3,43	5,81	40,22	8,52
Índices-Padrão do Setor - média	-2.792.768	63,19	5,34	13,51	48,47	10,03
Quantidade de empresas	56	57	56	56	56	56

Fonte: Os autores (2014).

Verifica-se que, ao examinar a Tabela 1, os indicadores de liquidez da COPEL encontram-se maiores que o padrão do setor. Para cada R$ 1,00 de exigíveis de curto e longo prazo (Passivo Circulante e Realizável a Longo Prazo), representando a Liquidez Geral (LG), a COPEL possui R$ 1,26 de recursos conversíveis em moeda no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e o setor, em média, R$ 0,82. Em relação a Liquidez Corrente (LC), para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo (Passivo Circulante), a COPEL tem uma disponibilidade no

Ativo Circulante de R$ 1,65 e o setor de R$ 1,19. Em ambos os casos há uma folga financeira, mas a COPEL possui uma folga maior em relação à média do setor de energia elétrica.

Analisando o Capital Circulante Líquido (CCL), que demonstra a diferença entre ativo circulante e passivo circulante, ou seja, uma folga financeira de curto prazo, a COPEL apresenta o valor de R$ 1.851.437 e a média do setor gira em torno R$ 105.133.

Analisando a Quantidade da Dívida, a cada R$ 100,00 de dívida, a COPEL deve R$ 41,08 para terceiros e o setor, em média, R$ 60,81. Nota-se também que para R$ 100,00 de capital próprio, a empresa paranaense tem R$ 69,73 de capitais de terceiros e a média do setor gira em torno de R$ 180,19. Percebe-se que o índice-padrão do setor indica que as entidades, na média, possuem uma dependência considerável de investimentos realizados por meio dos capitais de terceiros. Com relação a toda dívida (verificado no índice de Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo Sobre o Endividamento Total) que COPEL possui, 32,68% refere-se a dívidas de curto prazo. Já o setor possui, em média, 34,44% de obrigações no passivo circulante.

Constata-se também que há um alto grau de imobilização no setor, ou seja, para cada R$ 100,00 de PL, tem-se R$ 136,88 sendo imobilizado. A COPEL tem o valor de R$ 81,69 aplicado em ativos imobilizados, conforme as demonstrações contábeis. O item Imobilização de Recursos Não Correntes, permite afirmar que a cada R$ 100,00 de recursos não correntes, a COPEL tem R$ 55,60 aplicados do ativo permanente e o setor de energia elétrica aplica em torno de R$ 63,19.

Percebe-se pela análise dos indicadores, que as empresas do setor de energia elétrica, de modo geral, não possuem Capital de Giro Próprio (CGP), pois como pode ser observado o Capital de Giro Próprio encontra-se negativo. O fato do CGP ser negativo, significa que não existe uma parte do patrimônio líquido aplicada no ativo circulante como pode-se verificar por meio da diferença entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Não Circulante.

No que tange aos indicadores de rentabilidade ao contrário dos indicadores de endividamento, nota-se que o setor possui um retorno mais favorável, em relação à COPEL. Para R$ 100,00 de ativo total, o índice-padrão da Taxa de Retorno do Investimento (TRI) apresenta um lucro líquido de R$ 5,34 e a COPEL proporciona R$ 3,43 de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou verificar os indicadores contábeis da empresa COPEL e compará-los com os índices-padrão do setor. Este trabalho limitou-se em estudar as empresas do setor de energia elétrica de capital aberto, inseridos na BM&FBOVESPA, utilizando as demonstrações contábeis do ano de 2012.

Ao analisar e comparar os indicadores contábeis da empresa COPEL em relação aos índices-padrão dos seus pares de setor de energia elétrica da BM&FBOVESPA, pode-se concluir que a COPEL encontra-se em uma situação econômica e de mercado favoráveis. Por meio da análise referente aos indicadores de liquidez da COPEL observa-se que estão maiores que o padrão do setor, demonstrando que a COPEL apresenta uma característica conservadora e que possui uma folga financeira maior. Em relação ao endividamento, nota-se que a COPEL possui quocientes mais favoráveis em relação aos índices-padrão do setor, uma vez que os indicadores que dizem respeito ao endividamento mostram que a média do setor possui um maior endividamento.

Em relação ao retorno do investimento, a cada R$ 100,00 de PL investido na COPEL, tem-se aproximadamente R$ 5,81 de lucro e o setor, em média, R$ 13,51. Em resumo, os números indicam que o setor encontrou-se mais endividado com terceiros, porém conseguiu obter um retorno sobre o patrimônio líquido maior que a COPEL.

Sugere-se para trabalhos posteriores: (i) implementação de análises horizontais e verticais por meio da comparação entre vários anos; (ii) comparar o desempenho de empresas do setor de energia elétrica com outros setores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros.** Disponível em < http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em 26 maio 2014.

BM&FBOVESPA. **Empresas Listadas.** Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 08 outubro 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de,. **Análise das demonstrações financeiras.** 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MODELOS DE GESTÃO URBANA: O CASO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DO RIO E DO CENTRO DE COMANDO OPERACIONAL DE CURITIBA

Graduação
Rafael Leandro Trevisan Gagliardi; Dalton Rafael Baiak
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Relações Internacionais e Ciências Políticas
Orientador: Alexandre Hodja
rafsltg@gmail.com, dalton.baiak@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro. Curitiba. Gestão Urbana. Cidade Inteligente.

INTRODUÇÃO

O crescimento dos centros urbanos levou a uma demanda por novas formas de organizações do espaço urbano, desta forma, as políticas de mobilidade urbana são somadas às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégia para administrar a nova dinâmica urbana. Essa abordagem pouco tradicional sobre as cidades se dá por meio de projetos de centros de operações já conhecidos em cidades como Paris, Nova Iorque e Madrid.

O presente resumo pretende analisar iniciativas municipais destinadas à integração de TICs e a gestão das cidades com o objetivo de reduzir os impactos negativos das aglomerações urbanas. Portanto, analisar-se-á o Centro de Operações Rio, na cidade do Rio de Janeiro e o Centro de Comando e Controle, em Curitiba, com o propósito de identificar as mudanças nas políticas urbanas e apresentar as características e aspectos desses órgãos e seu reflexo no cotidiano das cidades, e compreender em que medidas a conjuntura brasileira – eventos midiáticos - contribui para a formação desses novos meios de gestão urbana.

CIDADES E TECNOLOGIAS

As organizações governamentais são responsáveis por estabelecer estratégias que buscam melhorar as dinâmicas urbanas nas cidades. As cidades já estão saturadas com as intervenções físicas, o que podemos chamar de “grandes obras”, mas por outro lado, hoje há uma segunda possibilidade de ação para corrigir os problemas das cidades, na qual se usa as tecnologias como o meio para organizar as cidades, esse fenômeno é conhecido como “espaço ampliado” ou “cidade ampliada”. Os avanços e a massiva difusão das tecnologias na contemporaneidade apresentam-se como uma solução mais eficiente para as demandas sociais, além do fato de que temos que contar com os impactos ambientais que as grandes mudanças de infraestrutura têm causado. Hodiernamente, a ideia de cidade “tradicional” foi substituída pela “cidade informacional”, na qual existe uma sobreposição da tecnologia sobre a cidade a fim de torna-la mais eficiente, essa seria a sociedade contemporânea e o novo conceito de cidade que se aplica a realidade urbana atual (Trevisan *et al*., 2009).

O êxodo rural há anos ocasiona aglomerados que criam novas demandas, por isso o governo passou a ser focado em melhorias urbanas. Portanto, é necessário compreender o que podemos entender como gestão urbana, definida como (FIRMINO, 2003; VIRTUOSO *et al.*, 2009):

> A gestão urbana pode ser entendida como a gestão da cidade. Está relacionada com o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando à qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, propiciando as melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública municipal (REZENDE; WOSNIAK, p.799, 2012).

Como resultado da aplicação de tecnologias e a elaboração de novas políticas tem crescido o número de intervenções tecnológicas nas cidades. No Brasil um grande impulso foi os eventos midiáticos que estimularam o governo a investir em diversas áreas com programas de aceleração do crescimento – PAC. Entre seus resultados indiretos temos o nosso objeto desta pesquisa, o Centro de Operações Rio (COR), assim como o Centro de Comando e Controle. Desta forma, buscar-se-á nas páginas que se seguem compreender a estrutura do COR e do CCO, e quais são seus resultados nas cidades.

CENTRO DE OPERAÇÕES RIO – COR E CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL DA URBS

As complicações geográficas da cidade do Rio de Janeiro somadas ao grande número de habitantes (6.320.446) resultaram em uma grande catástrofe em 2010. No governo estava Eduardo Paes, o qual usou os veículos de comunicação para alertar a população. A vinda de megaeventos para a cidade provocou o direcionamento dos investimentos à mobilidade urbana e o uso das tecnologias (COR, 2012; HOJDA; VAZ, 2013).

Inspirado na NASA (Agência Espacial Norte Americana), o Centro de Operações Rio tem por objetivo corrigir a desordem urbana do dia-a-dia da cidade. Sua estrutura é formada por 31 órgãos, sendo eles:

> Defesa Civil, CET-Rio, Comlurb, Guarda Municipal, Geo-Rio, Iplan Rio, Rio Águas, Rioluz, Secretaria Municipal da Ordem Pública, Secretaria Municipal de Conservação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal Habitação, Riotur, CEG, Cedae, Light, Metrô, Supervia, Rio Ônibus, Ponte Rio – Niterói, Lamsa, CCR Barcas, Polícia Militar, Bombeiros, SAMU, Meteorologia; serviços de controle do nível de água da lagoa e dos rios, e o alerta por sirenes (HOJDA; VAZ, 2013).

O prédio onde funciona o COR foi construído em tempo recorde de quatro meses, e contou com o auxílio de diversas empresas, mas destaca-se a parceria entre o governo municipal e a empresa IBM, a qual desenvolveu o PMAR (Previsão de Meteorologia de Alta Resolução). Localizado em Sumaré e conduzido pela sala Alerta Rio, o aparelho pode prever chuvas com até 48 horas de antecedência. O COR conta também com uma sala de controle onde está um telão de 80m², é desta sala que saem a maioria das respostas à cidade. Por fim, os meios de comunicação permitem que a população sempre esteja atualizada. Entre suas principais atribuições estão à organização da malha rodoviária, previsão do tempo e agilidade nas resoluções de acidentes.

Em Curitiba – PR, o Centro de Controle Operacional (CCO), esta focado na gestão da malha rodoviária. Seu inovador sistema de transporte público não comporta mais as necessidades da cidade, portanto criou-se o CCO como uma ferramenta moderna para facilitar a gestão da cidade. O projeto conta com um *software* que é usado para administrar o

sistema de transporte público e faz parte de uma iniciativa municipal que desde 2010 vem usando o uso da tecnologia para as operações de trânsito e de transporte, sistemas de informação ao usuário do transporte coletivo e orientação de trânsito, automação semafórica, revitalização, sinalização de ruas e avenidas e sistemas de monitoramento em tempo real de vias públicas e do transporte coletivo. Isso só é possível por meio do Sistema Integrado de Mobilidade (SIM) desenvolvido em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e o Instituto Curitiba de Informática (ICI). (FIRMINO; DUARTE, 2009; VIRTUOSO, et al., 2009).

OS EVENTOS MIDIÁTICOS COMO MOTIVADORES ÀS MUDANÇAS

Em 2007 o Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tinha como objetivo impulsionar diversos setores e entre eles o da mobilidade urbana, também chamado de PAC para mobilidade, o qual apresenta propostas de obras de infraestrutura relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Em 2011, o governo anunciou o PAC2, destinado dar continuidade às propostas do seu antecessor fazendo crescer as parcerias entre estados e munícipios aumentado também os investimentos públicos destinados a melhorar a qualidade de vida (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013; PORTAL BRASIL, 2012).

Por mais que não existam evidências de que os dois órgãos apresentados no trabalho sejam frutos dos programas para o crescimento destaca-se que a ampliação da agenda sobre gestão urbana e o investimento na área contribuiu indiretamente aos projetos. Essas mudanças nas políticas se dão em grande parte pelos eventos midiáticos que o Brasil recebeu e continuará a receber nos próximos anos. Sendo assim, os avanços na ampliação do espaço urbano por meio dos investimentos nas TICs se mostram mais efetivos para a solução dos problemas urbanos, vemos esse resultado nos órgãos que se mostram eficaz na prática urbana (TREVISAN *et al.*, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os órgãos apresentados (COR e CCO) são exemplos de modelos de gestão urbana que se somaram as TICs desvinculando as políticas do antigo modelo clássico de cidade onde se acreditava somente ser possível melhorar as dinâmicas urbanas com base em grandes obras de infraestrutura. Os investimentos no setor têm crescido no Brasil devido a um conjunto de fatores políticos internos e externos, sendo os eventos midiáticos um dos incentivos externos para a mobilidade. Portanto, podemos confirmar que os investimentos são, em partes, decorrentes de uma conjuntura global que se concretizou no crescimento das políticas voltadas a gestão urbana e ao uso das TICs.

No desenvolver dessa pesquisa buscar-se-á reafirmar com maior propriedade a hipótese, assim como desenvolver de forma mais ampla os órgãos analisados procurando afirmar as relações dos projetos com a ideia de cidade inteligente. Por fim, conclui-se que houve um crescimento nas políticas de mobilidade urbana, e que seus reflexos são destinados diretamente aos civis, assim, fatores externos contribuem para o fortalecimento das estruturas internas e o compromisso com a mobilidade.

REFERÊNCIAS

VIRTUOSO, L. A.; CORSO, J. M. Del; DOMINGUES, I. C. da C. Alinhamento estratégico entre o planejamento urbano municipal e a gestão da mobilidade e dos equipamentos públicos urbanos. Revista Brasileira de Estratégia, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 83-93, jan./abr. 2009.

FIRMINO, R. J. A emergência das cidades digitais na Europa como Estratégias de desenvolvimento tecnológico local: Antuérpia (Bélgica) e Newcastle (reino unido). In: Seminário Internacional Cidade Digital e Sociedade em Rede, 2003, São Paulo, SP.

TREVISAN, E; FIRMINO, R. J; JUNIOR, A. de M. OLHOS DE VIDRO: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. In: I Simpósio Interdisciplinar e Internacional Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, PR, 2009, p. 134-152.

BRASIL, Casa Civil. Gestão de Alto Desempenho: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104305/RioGestaoAltoDesempenho.pdf >. Acessado em: 20 set 2014.

FIRMINO, R. J.; DUARTE, F. Apresentação: pela formação de uma rede Latino Americana de estudos sobre vigilância. In: Simpósio Surveillance in Latin America. Curitiba, PR, 2009.

PORTAL BRASIL. Cidades terão R$ 32 bi do PAC Mobilidade. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/cidades-terao-r-32-bi-do-pac-mobilidade>. Acessado em: 20 set 2014.

BRASIL, Ministério do Planejamento. PAC2: sobre o pac. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em: 20 set 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Seminário sobre mobilidade urbana abre série de debates. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1352766-seminario-sobre-mobilidade-urbana-abre-serie-de-debates.shtml>. Acessado em: 20 set 2014.

BRASIL, Ministério das Cidades. Transporte e Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/index.php?
option=com_content&view=section&layout=blog&id=8&Itemid=66>. Acessado em: 20 set 2014.

VAZ, T.; HOJDA, A. Centro de Operações Rio e o uso da tecnologia na comunicação com a sociedade: um olhar pela teoria ator-rede. Artigo apresentado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. 2013.

PROJETO LIA – LAZER INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Graduação
Shirley Pereira Ordônio
Centro Universitário Internacional UNINTER
Secretariado
shirley.ordonio@telefonica.com, **shirley.ordonio@gmail.com**

APRESENTAÇÃO

Atualmente, cerca de 25% da população brasileira tem algum tipo de deficiência e grande parte deste percentual são crianças que tem sua rotina cercada por médicos, terapeutas, intermináveis exames, procedimentos cirúrgicos, visitas à consultórios médicos e hospitais, segundo reunião realizada na Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência do Paraná (julho, 2014, presencial).

A Lei 7.853/89 do Estatuto da pessoa com deficiência, Art, 2, parágrafo único, III-d assegura que: "Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico".

Em algum momento de sua vida essas crianças se depararão com barreiras arquitetônicas, ou culturais que as excluirão de atividades onde seus direitos, apesar de estarem assegurados pelo Estatuto ou Constituição Brasileira, não serão atendidos. E por este motivo se faz necessário a população ter um olhar mais cuidadoso para este público, um olhar mais humano e de solidariedade.

Será que as crianças com deficiência têm realmente os mesmos direitos que as demais crianças? Será que a inclusão de pessoas com deficiência só deve ser considerada em escolas, empresas, esportes? Em algum momento já se discutiu sobre "Lazer" quando se fala de inclusão da criança com deficiência?

O início desta discussão talvez esteja muito mais próximo do que se imagina. A construção de parques públicos adaptados para crianças com deficiência deveria ser o começo e vai muito além de uma simples brincadeira.

JUSTIFICATIVA

Imagine o seguinte cenário: Uma mulher com 38 anos, 4 filhos, sendo dois meninos e duas meninas, dentre as quais uma delas com deficiência motora, decorrente de uma paralisia cerebral, "sequela de uma agressão encefálica, que se caracteriza, primordialmente, por um transtorno persistente, mas não invariável, do tono, da postura e do movimento, que

aparece na primeira infância e que não só é diretamente secundário a esta lesão não evolutiva do encéfalo, senão devido, também, à influência que tal lesão exerce na maturação neurológica" (Simpósio de Oxforf, 1959). Imagine esta mulher em um dia ensolarado levar todos seus filhos ao parquinho público, onde ela pode observar três deles se divertindo e sua filha com deficiência presa a cadeira de rodas apenas assistindo, impedida de participar da interação com seus irmãos e demais crianças devido a barreiras arquitetônicas de acessibilidade.

OBJETIVO

O Projeto LIA tem a finalidade de inclusão social para que crianças com limitações motoras, ou cognitivas também tenham o direito de brincar em parques e praças públicas, promovendo assim a inclusão com as demais crianças e acessibilidade aos brinquedos oferecidos.

A PROPOSTA

A construção de parques acessíveis em praças públicas disponibilizará um espaço estruturado que proporcionará alegria, integração, motivação para "todos", uma vez que será composto por diversos recursos lúdicos, que propiciará às crianças com e sem deficiência um momento de troca ao compartilharem as mesmas experiências.

Desta forma, as crianças com mobilidade reduzida e/ou alterações sensoriais e intelectuais, terão a oportunidade de brincar de forma segura e ampliar experiências motoras, cognitivas e sensoriais, gerando sensações prazerosas que favorecerão a melhora da autoestima, promovendo a inclusão social, caminho que conduz a uma sociedade sem preconceitos.

Atualmente existe um projeto chamado ALPAPATO – Anna Laura Parque para Todos – em São Paulo, que foi criado como uma homenagem a Anna Laura Petlik Fischer, desenvolvido por Rodolfo Henrique Fischer, um pai que enxergou a necessidade de sua filha, a qual veio falecer antes mesmo dele conseguir colocar seu projeto em prática. O ALPAPATO já inaugurou seu primeiro parque acessível na AACD da Mooca em 25/01/2014, na cidade de São Paulo e tem em seu cronograma mais três parques para ser inaugurados até o final de 2014, todos dentro de instituições voltadas a crianças com deficiências.

Já o Projeto LIA trabalha em paralelo com uma outra frente: Que estes brinquedos adaptados tornem-se política pública e que seja possível colocá-los em praças e parques públicos para que realmente todos tenham acesso, iniciando em Curitiba e expandindo posteriormente a todo o território nacional.

No início de 2014 o projeto foi apresentado à Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Sra. Mirella Prosdócimo. Em outubro deste mesmo ano foi apresentado à representantes de Instituições voltadas a Pessoas com Deficiência de 40 Municípios do estado do Paraná, no Seminário Estadual sobre Saúde e Pessoa com Deficiência – "Novos Caminhos", o qual ocorreu em Curitiba, com presença do Sr. Vice-Governador Flávio Arns, Srta. Flávia Cordeiro, Presidente do COEDE – Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência entre outras autoridades. No momento foi enfatizado que a dimensão de um simples projeto de "Parquinho para todos" não se limita a lazer, é um pedaço da construção de uma nova sociedade inclusiva e de direitos das crianças, com ou sem deficiência.

Brinquedos e seus benefícios

Existe uma infinidade de brinquedos já disponíveis no mercado, ou até mesmo adaptações simples em brinquedos já existentes, que não só prezam pelo lazer da criança com deficiência, mas também podem ser utilizados como um recurso de estimulação e complementação ao seu desenvolvimento psicomotor.

Abaixo uma lista de alguns brinquedos desenvolvidos pela LAO Engenharia, extraídos do site ALPAPATO (http://annalaura.org.br/) que poderiam ser inseridos nos parques públicos, suas características e benefícios: pública fazendo cumprir nada mais, nada menos do que o direito ao lazer tenha a criança uma deficiência, ou não.

IMAGEM	EQUIPAMENTOS
	Painel xilofone : ritmo/sonoridade, estimulação auditiva, alcance, preensão, movimento MMSS.
	Painel pictograma - Favorece comunicação através de símbolos/figuras, contação de acontecimentos, escolha dos brinquedos do parque (autonomia).
	Painel espelho deformante - Pode ser utilizado para favorecer o trabalho de percepção e imagem corporal , noção de espaço.
	Espelho caleidoscópico - Pode ser utilizado para favorecer o trabalho de
	Balanço para cadeira de rodas- Pode ser utilizado para trabalhar: Estímulo vestibular,aumentar o nível de alerta ,controle cervical e de tronco quando sentado no banco,estratégias de equilíbrio e transferência de peso em MMII com o paciente em ortostatismo no espaço da cadeira de rodas. Favorece integração da criança com pais . Interação com outra criança.
	Balanço duplo - Pode ser utilizado para trabalhar: Estímulo vestibular,aumentar o nível de alerta ,controle cervical e de tronco. Equilíbrio em sentado .Favorece integração da criança com pais . Favorecer uso bimanual (preensão).

apesar de suas limitações possam redescobrir possibilidades de viver sua própria vida com a máxima qualidade possível.

A construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sem diferenças inicia-se a partir dos primeiros anos de vida. O envolvimento da sociedade, governantes para divulgação desta proposta é de fundamental importância para que este tema se torne uma questão de política

	Girasol sobre molas - pode ser utilizado para favorecer o trabalho de controle cervical e de tronco,estímulo da postura sentada , equilíbrio e reações de proteção na postura sentada, estímulação vestibular. Liberação dos MMSS para a função, descarga de peso (apoio dos MMSS)
	Mesa de areia - Pode ser utilizada para favorecer o trabalho de estimulação tátil e vivências sensorio motoras manuais ,favorece linha média de MMSS,pode ser utilizado para favorecer a vivência da postura ortostática enquanto a criança brinca e se diverte . Interação com outras crianças, possibilidade de brincar de faz de conta, criatividade, pegar e soltar ativo.

REFERÊNCIAS

Brasil, 2013, Estatuto da Pessoa com Deficiência

Brasil, 1988, Constituição da República Federativa do Brasil

Artigo: Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas http://www.jped.com.br/conteudo/02-78-S48/port.asp

ALPAPATO - Anna Laura Parque para Todos - http://annalaura.org.br/

QUALQUER UM PODE PLANEJAR: A PROCURA DE GRANDES ARTISTAS

Pós-Graduação
Silvio Marcos Mendes Tagata
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Planejamento e Gestão Estratégica
Orientador: Douglas Meira.
silvio.tagata@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Administração. Planejamento. Comparação entre casa e empresa.

O PLANEJAMENTO

O título deste artigo é uma evocação ao lema do Chef Gusteau, personagem do filme Ratatouille, que dizia “Qualquer um pode cozinhar”. Essa frase causava desdém até ele compreender que “nem todos podem se tornar grandes artistas, mas um grande artista pode vir de qualquer lugar”. Assim, para surgir grandes artistas em planejamento, é preciso ensinar e divulgar, demonstrar que o paradigma de que planos não funcionam ou são enfeites é falso e mostrar que qualquer um pode usar essa ferramenta da administração.

IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE DE PLANEJAR

A importância e necessidade de planejar nascem a partir do momento de “fazer as coisas por meio de pessoas de maneira eficiente e eficaz”, tarefa básica da administração segundo Chiavenato.

O planejamento considerado como a primeira função da Administração, é importante porque serve de base às demais funções, que são organizar, dirigir e controlar o uso de recursos. Então o planejamento é importante e necessário dentro da administração. Bem construído e bem dividido, o planejamento também permitirá a flexibilidade, o controle e principalmente o envolvimento de todos.

A administração com o planejamento podem trazer muito conforto e uma esperança consistente de um futuro evolutivo, na direção do que foi planejado, pois é o estabelecimento de uma rota para o sucesso, quer seja financeiro, de saúde ou nos relacionamentos.

A COMPLEXIDADE DO PLANEJAMENTO

Uma aversão comum ao planejamento é imaginá-lo como algo complexo. Dessa forma a cultura popular contrapõe a importância e a necessidade de planejar, com o entendimento de que os planos sempre falham. Uma rápida pesquisa no Google pela frase “meus planos nunca dão certo” trouxe 33.700 respostas, contra 173 para a frase “meus planos sempre dão certo”, já a pesquisa por “não faço planos” resulta em 91.600 respostas. Isso demonstra que, de maneira geral, se percebe o Plano como algo que não funciona, ou que os resultados quase sempre serão frustrantes e essa sensação é transposta para as demais áreas da vida humana. Outro fator que gera sensação de complexidade é a ideia de adivinhar o futuro. Peter Drucker lembra que "o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes".

ADMINISTRE SUA CASA

Eis o desafio prático que pode torna-lo um grande artista em planejamento: administre sua própria casa.

Existe ainda uma escassez de informação e estudo comparativo entre uma casa e uma empresa, apesar do lar ser um aspecto importante na formação da cultura individual que será carregada para a empresa e para a sociedade. Quando se fala em administração do lar, geralmente aborda-se apenas uma área, como orçamento doméstico, vida religiosa, relacionamentos ou a criação de filhos, o que não é a aplicação da ciência da administração.

Algumas práticas da empresa podem ser aplicadas ao lar, e vice-versa, incluindo-se o conhecimento, por exemplo, se na maioria das casas usa-se determinado tipo de sistema operacional da informática, a consequência normal dessa hipótese é que o mesmo sistema operacional seja utilizado nas empresas. Também existem similaridades entre uma casa e uma empresa, em itens como: constituição física, mobiliário, divisão em áreas conforme o tipo de uso, etc. Ainda que carente de comprovação científica, esta evidência inicial permite o exercício da aplicação da administração a uma casa, e consequentemente do planejamento.

QUALQUER UM PODE PLANEJAR?

A resposta é SIM, mas com ressalvas. Qualquer um escolhe uma profissão ou missão de vida, que por vezes lhe ocupa todo o tempo e dedicação, como um sacerdócio, estes não poderão planejar nem administrar, porque não lhes convêm.

Embora qualquer um possa planejar, nem todos o farão com os detalhes que se aprende em administração, mas qualquer um pode se beneficiar do conhecimento para tornar seu próprio sacerdócio um pouco mais fluido e amigável e para aqueles que puderem se aventurar no mundo do planejamento. Assim, desejando para o futuro um mundo ordenado, confortável, previsível e com sucesso financeiro ou pessoal, alerta-se que será a administração que fará a diferença entre alcançar de fato o ideal esperado ou passar a vida em um caos.

Não é ideal usar somente o planejamento, porque ele é apenas uma ferramenta e ao isola-lo incorre-se em alguns erros que podem desacredita-lo, pois ele só faz sentido quando existe a administração, seja ela de uma casa, uma empresa, da vida ou de entretenimentos. Quando se ignora isso o plano pode até funcionar, como um plano para um jantar especial, que pode ser um sucesso e atingir o resultado de satisfação com o jantar, mas não haverá satisfação quanto ao plano, primeiro porque ele acabou e segundo porque todo o trabalho que foi feito só serviu àquele evento. Numa administração, o planejamento deve ser feito para os jantares de um grande período incluindo os especiais, assim um só plano possibilita obter resultados com satisfação por todo aquele período.

Outro erro que leva ao descredito é em relação à dosagem de planejamento, administrar é um verbo que é utilizado também para o ato de dar um remédio a alguém, que lembra o velho ditado: “tudo é remédio ou é veneno, só depende da dose”, então a dose de planejamento tem de ser suficiente para suprir a necessidade. Se a falta ou uma dose pequena demais pode causar até a morte do paciente, o excesso também é um pecado. O excesso pode vir da exigência de um elevado padrão de sofisticação do planejamento detalhando-o em demasia e fazendo que todo o tempo disponível seja gasto com planejar e

não com o agir. A falta pode vir do desconhecimento ou da descrença cultural ou popular em planos.

E mais, num ambiente planejado as ações são padronizadas e conhecidas de todos, porém o planejamento não deve ser uma lei ou norma. Os planos devem ser flexíveis em sua concepção por dependerem do que ainda esta por acontecer e a realidade pode tornar inviáveis alguns passos previstos anteriormente.

Até aqui, resumem-se quatros erros ao planejar: ignorar que o planejamento é uma função da administração, planejar somente para eventos isolados, errar na dose de planejamento e, por fim, criar planos sem flexibilidade.

Ao dizer que o planejamento serve de base às demais funções, quer dizer também que o planejamento vai facilitar o trabalho das demais funções por tornar as tarefas ordenadas, conhecidas e mais fluidas, pense na frase “se você parar para pensar” usada com certa frequência nos diálogos. Planejar é parar para pensar. Sem o planejamento a cada passo da administração, a cada tarefa “você vai parar para pensar”, com isso a fluidez desaparece, tudo fica mais lento e difícil de desenvolver.

Que venham grandes artistas!

REFERÊNCIAS

BORN, Roger. Revista Amanhã. **Por que o Planejamento Estratégico Falha.** Porto Alegre - RS, jul . 2012. Disponível em: <http://www.amanha.com.br/index.php? option=com_content &view=article&id=3387:por-que-o-planejamento-estrategico-falha&catid=50:gestao-1&Itemid=86>. Acesso em: 23 março 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DRUCKER, Peter. **A Profissão de Administrador**. São Paulo: Editor pioneira, 1998.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Ratatouile. Direção de Brad Bird. Produção de Brad Lewis. Pixar Animation Studios e Disney Studios, 2007, DVD.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

MEIO AMBIENTE E SUTENTABILIDADE

O DESENVOLVIMENTO, A EDUCAÇÃO E A GESTÃO AMBIENTAL URBANA: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Pós-Graduação
Daniela Janaína Pereira Miranda
UFPR - Universidade Federal do Paraná
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento MADE
danielamiranda05@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida urbana. Gestão Urbana Ambiental. Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Cadeia de Reciclagem. Desenvolvimento e Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A questão e/ou debate ambiental urbano contemporâneo, representa um desafio constante no que se refere à construção e desenvolvimento em ressignificar a sustentabilidade para a qualidade de vida urbana. O cenário é paradoxo quando retratamos a problemática dos resíduos sólidos urbanos, é um espaço caracterizado por uma rede multidisciplinar e multisetorial. É neste contexto que justifica-se a intenção deste resumo, ou seja, trataremos do aumento dos resíduos sólidos urbanos e, sua variedade de classificação dificultando a segregação dos mesmos. Observa-se que, independente da Educação Ambiental desenvolvida na escola, essa problemática é crescente nas cidades brasileiras, causando aspectos e impactos em termos: ambientais sociais e econômicos entre outros que comprometem os serviços ambientais, o desenvolvimento e, a qualidade de vida urbana.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre os desafios e as oportunidades dos resíduos sólidos nas cidades, dialogar conceitos, métodos e ferramentas da gestão ambiental, bem como, retratar a responsabilidade da gestão compartilhada e, da Logística Reversa, como instrumentos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, a Lei Federal nº 12.305/2010, entendidos como valores e princípios de qualidade de vida nas cidades, por meio do Desenvolvimento, da Educação e, da Gestão Ambiental urbana. A metodologia é de caráter bibliográfico e exploratório, representada por artigos de periódicos, livros e outras comunicações científicas.

A problematização do Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos está intrinsecamente ligada aos desafios da qualidade de vida urbana, pois consiste em um conjunto de representações de planejamento e organização entre as esferas públicas, o empresariado e a sociedade em geral. Para tanto, as atividades/produtos existentes no espaço urbano, quando não gerenciadas de forma compartilhada e sustentável, são em grande parte, propensões de riscos socioambientais de uma cidade. De acordo com Demantova (2011), ainda é precário o método de análise do espaço urbano em relação ao planejamento/ações sobre o uso e ocupação do solo. A autora relata em sua obra reflexões do território vivido, a construção de um novo saber no qual a gestão e a educação ambiental urbana são dinâmicas que promovem qualidade de vida local.

No mesmo viés, é interessante mencionar o pensamento de Junior, Saiani e Dourado (2014) ao retratarem o artigo 7º da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), sendo um

dos objetivos principais desta Lei, proteger a saúde pública e a qualidade ambiental por meio da reciclagem, tratamento dos resíduos, a importância da destinação e a disposição final adequadas desses resíduos e rejeitos.

Em linhas gerais, o questionamento parte sobre a qualidade e eficiência da rede de serviços ambientais urbanos prestados nas cidades. Como tem sido os canais de distribuição reversa na cadeia de Produção de Reciclagem? Qual o papel e a qualificação do Catador de reciclagem nessa cadeia produtiva? Dentro desta rede de serviços, cabe destacar o conceito da responsabilidade empreendedora de uma cidade sustentável, que na visão de Leite, (2012, p. 15) "desenvolver com sustentabilidade pressupõe crença no progresso do humano" [...],"sobretudo a busca e adoção das técnicas e tecnologias avançadas na racionalização da gestão dos projetos e da operação das cidades"

Para Jacobi & Viveros (2006) *apud* Demajorovic e Lima (2013) a coleta seletiva cria condições para mudanças e, sob o enfoque da administração pública é preciso gestar relações para a inclusão de setores que ainda estão fora da regra de mercado, ou seja, da gestão compartilhada e, da Logística Reversa (LR) que, de acordo com (PNRS) Lei nº 12. 305/2010, a LR se define sendo,

> Instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (BRASIL., 2010)

Para ampliar nossa reflexão sobre a temática proposta, trazemos Vargas e Ribeiro (2014, p.13) dialogando o conceito de gestão da qualidade ambiental urbana. Os autores retratam sobre os quatro instrumentos tradicionais: os normativos (leis); a fiscalização (controle); os preventivos (delimitações) e os corretivos (implantações) de serviços e manutenção para determinado aspecto e impacto ambiental urbano. Para tanto, a proposta dos mesmos em incluir "novos instrumentos", como: "a educação, a comunicação, o marketing e a negociação ambientais tem como finalidade aumentar a eficiência dos responsáveis pela gestão ambiental urbana". Os instrumentos de ação sustentável ao agregar esses "novos instrumentos" são intervenções para a mitigação de impactos na saúde urbana, na formação e qualificação para os sujeitos da cadeia de reciclagem e, outros indicadores a fim de promover reorientações que aperfeiçoam a economia de forma dinâmica e sustentável.

Muitas são as reflexões, indagações e hipóteses em relação ao desenvolvimento do planejamento da gestão urbana ambiental, entre tantas indagamos: Quais os maiores desafios e oportunidades sustentáveis que a relação entre a Gestão Compartilhada e a Logística Reversa, fundamentada na (PNRS), pode revalorizar a Cadeia da Produção de Recicláveis? A gestão e a aplicação dos tributos dos serviços ambientais são indicadores para o desenvolvimento tecnológico socioambiental, quando revertidos na qualificação de uma educação ambiental voltada para mecanismos de desenvolvimento limpo urbano, essa é uma das hipóteses para se refletir paradigmas sustentáveis para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.

Observa-se, segundo Mendonça et. al (2004, p. 197), que “no Brasil as preocupações com as condições e a qualidade de vida urbana se intensificam após a década de 1960 em função, tanto da questão demográfica, quanto da urbanização”. O autor retrata que, nessa mesma época, iniciam-se as intervenções urbanas como, os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, o Estatuto das Cidades e, outros processos para a melhoria da gestão nas cidades. A partir daí, quando retratamos a gestão urbana socioambiental, focamos sobre a complexidade dos desafios do processo de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, no que tange desde a, construção e, a implantação dos métodos educativos de gestão, tecnologia e responsabilidades socioambientais para o desenvolvimento sustentável sob a problematização dos resíduos sólidos urbanos.

Nessa perspectiva, para nossas considerações finais, dialogamos com Ultramari e Duarte (2009, p. 31) sendo que, “o desenvolvimento local deva articular-se com regras de mercado, é recorrente a defesa da solidariedade nos projetos que assim se classificam”. [...] “o desenvolvimento local se preocupa com o homem e suas necessidades sociais”. Entendemos que o local, ou seja, uma cidade sustentável, precisa ter identidade, imagem e futuro segundo Bautzer (2010).

Quanto ao futuro das cidades, a responsabilidade da gestão compartilhada evidenciada na Lei Federal nº 12.305/2010, a (PNRS), é um dos canais para a eficácia do gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, assim, é preciso planejar de forma integrada e contínua. Segundo Leite (2009), somos “todos” responsáveis pela organização dos canais reversos dos resíduos sólidos, por isso a urgência de se elaborar mecanismos e legislações para fazer cumprir a regulamentação e o controle de bens de pós-consumo.

A sustentabilidade no ambiente urbano é mais uma forma de organização geradora de possibilidades, estratégias, propostas, limites e responsabilidades, que perpassam do individual ao coletivo. Podemos então, equacionar o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, entretanto, será preciso também criar uma linguagem metodológica para internalizar o sentido de transformar, valorizar e valorar o espaço vivido de forma que a gestão ambiental urbana dos resíduos sólidos seja um instrumento facilitador, empreendedor e homogêneo.

> Nesse sentido, a Educação Ambiental exerce um papel fundamental de conscientização da população urbana acerca do lixo produzido, incentivando o consumo consciente e a destinação adequada do mesmo, seja por meio da coleta seletiva, da reciclagem e do reaproveitamento, seja pela simples mudança de hábitos. É preciso que o resíduos sólidos seja encarado como algo que pode e deve ser útil e não simplesmente como produto a ser descartado ou uma constante ameaça à população. A Educação Ambiental Urbana pretende transformar citadino (a) s desconhecedores e espectadores desse problema em protagonistas e produtores de ações que visem a reversão deste quadro. (CARVALHO, 2008, p.65).

Contudo, a gestão ambiental urbana quando identificada como um instrumento educador, transformador, torna-se um mecanismo de ecoeficiência nas atividades de ordem social, econômico, cultural, política, ética e ambiental, para se pensar a importância da classificação e dos tipos de resíduos sólidos. Pois, quando estudadas, proporcionam ações para o desenvolvimento de cidades inteligentes, inovadoras e sustentáveis ao promoverem qualidade ambiental e, de vida urbana.

REFERÊNCIAS

BAUTZER, Deise. **Marketing de cidades:** construção de identidade, imagem e futuro. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010** – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de ago. de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Educação Ambiental Urbana**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de Reciclagem:** um olhar para os catadores. São Paulo. Ed. SENAC, 2013.

DEMANTOVA, Graziella Cristina. **Rede Técnicas e Serviços Ambientais:** Integrando qualidade ambiental e de vida nas cidades. São Paulo: Annablume, 2011.

JÚNIOR, R.T; SAIANI, C. C; DOURADO, J. **Resíduos Sólidos no Brasil.** Oportunidades e desafios da Lei Federal nº 12.305 (Lei dos Resíduos Sólidos). Barueiri SP. Minha Editora. 2014.

LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (orgs.). **Gestão socioambiental das cidades no século XXI.** Florianópolis: Insular, 2013.

LEITE, Carlos. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes:** desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre RS. Bookman, 2012.

LEITE, Paulo Ribeiro. **Logística Reversa:** meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Brasil, 2009.

MENDONÇA, Francisco (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.

ULTRAMARI, Claovis e DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: IBPEX, 2009.

VARGAS, H.C, RIBEIRO, H. **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana.** SP. Universidade de São Paulo. 2014.

O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA NO AGRONEGÓCIO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Graduação
Bruna Ignacio Pereira e Samantha Borghetti
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Ciências Contábeis
Orientadora: Viviane da Costa Freitag
brunaignaciopereira@hotmail.com; jafas_samantha@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Sistemas Produtivos. Orgânicos

INTRODUÇÃO

No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural (MAPA, 2014). Ele fechou o primeiro semestre de 2014 com expansão de 1,90%, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro (BARROS,2014).

O desenvolvimento de técnicas menos agressivas ao meio ambiente, credencia modelos alternativos ao agronegócio de alimentos orgânicos, naturais e certificados, proporcionando um novo nicho de mercado para os pequenos produtores. Os movimentos em prol do desenvolvimento sustentável e a divulgação dos riscos que os agrotóxicos trazem à saúde, impulsionam esse novo mercado consumidor (MELLO,2005).

A questão da segurança dos alimentos e da necessidade de adotar medidas que garantam a saúde do consumidor, dos rebanhos e das plantações têm sido o foco de debates nos países desenvolvidos, envolvendo regulamentações e processos de normalização. Uma diversidade de certificados de qualidade, de conformidade técnica e de exigências técnicas tem surgido, em termos de metrologia, procedimentos de avaliação de conformidade e normalização crescem assustadoramente (BARROS, 2006).

Frente a isto, se destacam algumas pesquisas que identificam a oportunidade e o desenvolvimento do agronegócio por meio de uma produção agropecuária sem o uso de aditivos químicos. Com esse pano de fundo, o estudo objetiva levantar o estado da arte da produção científica para o agronegócio dedicado aos produtos orgânicos. Como objetivos específicos, faz-se necessário: (i) apresentar as características da produção de orgânicos; (ii) pesquisar produção científica específica ao agronegócio de orgânicos.

O trabalho está delimitado à produção científica dedicados ao agronegócio e explorou de maneira livre os principais eventos e periódicos que poderiam conter estudos sobre o agronegócio de orgânicos.

A importância do estudo reside na posição que o agronegócio detém na economia brasileira e na opção que as modalidades alternativas de produção, tem se tornado para os pequenos e médios produtores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo é qualitativo, quanto aos objetivos é exploratório, e ao que diz respeito às estratégias de pesquisa é bibliográfico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto às principais diferenças entre o sistema de produção orgânico e convencional pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Sistema de Produção Agropecuária

CARACTERÍSTICAS	**CONVENCIONAL**	**ORGÂNICO**
Preparo do Solo	Aração e gradagens intensas (movimentação de solo é grande – exceção para o plantio direto)	Solo tratado como um organismo vivo. Busca-se menor revolvimento do solo
Adubação	Uso de doses elevadas de adubos químicos altamente solúveis	Uso de adubos orgânicos
Teor de Nitrato	Médio	Baixo
Controle de pragas e doenças	Uso de produtos químicos (inseticidas e fungicidas)	A base de medidas preventivas e produtos naturais
Controle de ervas	O mato é considerado como uma erva daninha. Uso de controle químico com herbicidas, na maioria dos casos	O mato é considerado como um amigo. O controle é preventivo, natural e mecânico
Sintomas ao Meio Ambiente	Poluição das águas e degradação do solo (elementos químicos residuais)	Preservação do solo e das fontes de água

Fonte: Adaptado de DAROLT (2003).

É possível mencionar que as principais diferenças entre os sistemas de produção apresentam dizem respeito ao solo. Do modo convencional existe uma degradação e um aumento de dependência de insumos, já no sistema orgânico existe um menor envolvimento e a preservação ambiental, ressaltando que no sistema convencional as exigências são de grandes escalas de produção e o orgânico pela sua vez, busca uma biodiversidade.

RESULTADOS

No Congresso Brasileiro de Custos, Oliveira e Severino Filho (2005) analisaram a cadeia do algodão naturalmente colorido, a qual despertou o interesse do mercado têxtil devido a não utilização de corantes artificiais, com o uso de tecnologias limpa e a redução de defensivos agrícolas agregando ao algodão orgânico colorido alto valor de mercado pela forte demanda e exigência dos consumidores por produtos organicamente manufaturados.

Ainda no mesmo evento, Malaquias, Otsuka e Britto (2007) analisaram os aspectos financeiros e econômicos quanto à viabilidade financeira nas variedades no cultivo da manga na Fazenda Santana no município de Casa Nova/BA. O trabalho apresentou resultados significativos no conjunto de técnicas voltadas a obtenção de frutas de alta qualidade e livre de resíduos agroquímicos considerando o cenário da época.

O artigo de Silva *et al.* (2008), no mesmo evento, tratou dos custos na produção integrada de mamão no extremo sul da Bahia, onde verificaram uma vantagem significativa em relação ao sistema de produção convencional, apenas pela redução dos gastos com agrotóxicos.

O artigo de Flores *et al* (2009), publicado na revista Custos e Agronegócio On-*line*, tratou sobre o desenvolvimento sustentável e os desafios para os produtores mato-grossenses na produção orgânica e convencional da soja. O estudo apontou que além da vantagem financeira na utilização do método orgânico de produção a sociedade detém um ganho ambiental.

Na Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, o artigo "Alianças estratégicas em cadeias agroindustriais: estudo de caso na cadeia da carne bovina", de Ferreira e Barcellos (2004), propôs identificar as causas de sucesso e insucesso nesta parceria, referindo-se ao diferencial do produto, a estabilidade na produção e acesso ao mercado.

O artigo publicado na Revista de Administração Pública dos autores Assis e Romeiro (2007) faz uma análise das possibilidades voltadas à estratégia, organização social e padrões tecnológicos por meio de estudos de caso junto a agricultores ligados à Associação de Agricultura Orgânica na cidade de São Paulo.

Na Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia, o artigo Processos de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos de Feiden, Almeida, Vitoi e Assis (2002), realizou uma análise e discussão sobre os conceitos de conversão e agricultura orgânica.

No Banco de Dados de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Medeiros (2002) afirma que a forma como o animal é criado a pasto, excluindo o uso de aditivos químicos e minimizando o uso de medicamentos é o grande diferencial da produção de carne bovina. E Moraes (2010), aborda o assunto da pecuária orgânica no Pantanal onde os critérios de qualidade se propõe a incentivar a conservação ambiental, a saúde humana, os direitos dos trabalhadores e o bem estar animal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio orgânico é um nicho de mercado crescente, tornando-se uma opção que oferece um produto valorizado aliado à sustentabilidade.

As escassas publicações encontradas em veículos de publicação científica na área de agronegócios demonstram que essa área tem pouca atenção dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

BARROS, G.S.C.. **Agronegócio Brasileiro: Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento**. Escola superior de agricultura "Luiz de Queiroz" Esalq/USP, Centro de estudo avançados em economia aplicada CEPEA, Piracicaba –SP, Julho de 2006.Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_1.doc> *Acesso em: 25 set.2014.*

BARROS, G.S.C. et al **Relatório Pib Agro-Brasil** CEPEA. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_jun14.pdf> Acesso em: 25 set.2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2012/2013 a 2022/2023**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. – Brasília: Mapa/ACS, 2013.Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf> Acesso em: 24 set.2014.

DAROLT, M. R. **Comparação da qualidade do alimento orgânico com o convencional.**Curitiba: IAPAR, 2003. Disponível em: <ftp://ftp.cidasc.sc.gov.br/agroecologia/Moacir%20Darolt%20Cap%20Qualidade %202009.pdf> Acesso em: 01 out. 2014.

MELLO, J.A.V. **Reversão Tecnológica no Agronegócio: Uma estratégia para o setor de alimentos orgânicos.** Disponível em: http://www.cpge.aedb.br/seget/artigos05/305_artigoorganicos.pdf aCESSO EM: 25 set.2014.

ASSIS, R.L e ROMEIRO, A.R. **O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos.** Rev. Adm. Publica [online]. 2007, vol. 41, n 5, PP 863-885. ISSN. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n5/a04v41n5.pdf > Acesso em: 14 mar.2014.

FEIDEN, A; ALMEIDA, D.J; VITOI, V; ASSIS, R.L. **O processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos.** 2002. Rev. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.19, n2, p. 179-204, maio/ago.2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8803/4945>. Acesso em 09 mar.2014.

FERREIRA, G.C; BARCELLOS, M,D. **Alianças estratégicas em cadeias agroindustriais: estudo de caso na cadeia da carne bovina.** In: ENANPAD, 2004, Curitiba. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004. Disponível em <http://angus.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Alian%C3%A7as-Estrat%C3%A9gicas.pdf. >. Acesso em: 14 mar.2014

FLORES, J.R.V; STOFFEL, T.M; FLORES, M.B.V.; SANTOS, B.P. **Custo/beneficio da soja: uma analise comparativa do uso de orgânicos e pesticidas convencionais em Rondonópolis/MT.**2009. Rev. Custos e Agronegócio On Line, v 6, n 1- Jan/abril/2010. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v6/Cost%20benefit %20soybean.pdf>. Acesso em: 05 mar.2014.

MALAQUIAS, C.M.O; OTSUKA, P.N; BRITTO, W.S.F. **Variedades no cultivo da manga: um estudo a partir da analise dos custos de produção no Vale do São Francisco.** 2007.XIV Congresso Brasileiro de Custos – João Pessoa – Pb dezembro/2007. Disponível em: <http://www.abcustos.org.br/texto/viewpublic?ID_TEXTO=2428>. Acesso em: 02 mar.2014

MEDEIROS, S.R. **Boi orgânico, boi verde e convencional podem ir mais longe, caminhando na mesma direção.** Embrapa Pantanal, 2002. 4p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.21. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56444/1/ADM021.pdf>. Acesso em: 19 mar.2014.

MORAES, A. S. **Pecuária orgânica no Pantanal: alternativa rentável e sustentável. Corumbá**: Embrapa Pantanal, 2010. 5p. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, n.143. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM143>. Acesso em: 03 dez. 2010.

OLIVEIRA,J.B; SEVERINO,C.F. **Considerações sobre a produção do algodão colorido e a importância do Consórcio Natural Fashion como último elo da cadeia produtiva**.2005.XII Congresso Brasileiro de Custos - Florianópolis - SC, novembro/2005. Disponível em: <https://www.anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1915/1915> Acesso em: 03 out.2014.

SILVA, S.S; SILVA, L.I.S, DIAS, C.B.P; PEREIRA, D.J. **Custos na agricultura: uma analise da viabilidade econômica da implantação da produção integrada de mamão no extremo sul da Bahia.** 2008. XV Congresso Brasileiro de Custo – Curitiba – PR, novembro/2008. Disponível em: <http://www.abcustos.org.br/congresso/view/5?ID_CONGRESSO=18> Acesso em: 06 mar.2014.

UMA VISÃO CRÍTICA SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SOCIEDADE, AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pós-Graduação
Mirian Ramos Marques Pimentel
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Mestranda em Educação e as Novas Tecnologias
mirianmarkes@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Ciência. Tecnologia. Sociedade e Ambiente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma abordagem reflexiva sobre as questões de CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente) e Educação Ambiental, que foram discutidas durante a disciplina de CTS ministrada no programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias. Abordaremos a importância da Ciência e da Tecnologia e suas implicações no mundo atual, visto que interferem ativamente nas sociedades.

Chamamos a atenção para o fato de que as escolas e universidades devem trabalhar com mais intensidade a temática CTSA, pela sua importância para a compreensão dos acontecimentos atuais que envolvem a evolução da ciência e tecnologia e suas consequências ambientais. Nesse contexto, é visível que ainda há uma grande distância entre a ciência e a tecnologia em relação à sociedade, pois há muitas pessoas que estão afastadas desses processos, enquanto uma minoria tem todas as informações à sua disposição. Por isso é importante que se comece nas escolas essa inserção para que, pelo menos, se minimize esta distância.

DESENVOLVIMENTO

A técnica faz parte da vida humana desde a pré-história, quando nossos antepassados, para suprir suas necessidades criaram ferramentas para facilitar seu dia a dia. Os humanos descobriram o fogo, criaram lanças e outras ferramentas para auxiliar na caça. Até então o contato com a natureza se dava pelas necessidades de sobrevivência e meio ambiente não era devastado por isso. Com o passar dos tempos, a ciência e as técnicas evoluíram muito, chegando assim à atualidade.

Sabe-se que não há ciência e tecnologia neutras, pois sempre há a intenção de quem a executa ou de quem solicitou. Ela pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal, e isso depende de interesses econômicos e políticos, dentre outros. Podemos citar um lado nocivo da ciência, como a criação de armas para a guerra, tal como as bombas que foram jogadas em Hiroshima e Nagasaki, onde centenas de pessoas morreram e outras centenas tiveram sua saúde comprometida pelo resto da vida. Já um benefício que podemos citar são os remédios que curam doenças que poderiam ser mortais.

A ciência e a tecnologia são importantes, porém é preciso tomar cuidado para que não se perca o controle sobre elas, transformando-as numa arma contra quem as criou. Quase todos os alimentos, por exemplo, têm em sua composição, dentre outras substâncias, venenos e medicamentos que são prejudiciais à saúde. Um exemplo é o caso do frango de

granja, que já nasce tomando medicamentos e hormônios, para depois serem comercializados. Será que num futuro não muito distante tudo isso não vai fazer mal? Outro exemplo é a tecnologia da manipulação genética, acessível apenas para alguns, cujos resultados ainda carecem de maiores estudos.

Sabe-se que a ciência e a tecnologia poderiam melhorar a vida de grande parte da população, ou ao menos minimizar a diferença enorme que existe entre os povos, mas muitos ainda não têm acesso a elas. Muitos nunca usaram um computador, e nem sabem o que é isso, pois o mais urgente é ter alimento para sobreviver, como afirmam Bazzo e Colombo.

> Na nossa ânsia para alcançar o progresso tecnológico, não levamos em conta suas implicações sociais relacionadas aos hábitos, percepções, conceitos, limites morais, políticos e individuais. Passamos por cima de algumas questões de suma importância tais como a fome mundial, a degradação do meio ambiente, as armas nucleares que ameaçam destruir toda a vida do planeta e, mais forte que nunca, a manipulação genética (BAZZO, COLOMBO. S/D. p. 2).

A tecnologia, às vezes, não é vista como algo para sanar necessidades, mas sim para criar necessidades. Estamos numa era de consumismo, que tem transformado nosso planeta em um depósito de objetos que já não servem para mais nada, como por exemplo, as baterias dos inúmeros *smartphones* e *laptops* vendidos anualmente, que não são duráveis e rapidamente se transformam em resíduos. Não há como a natureza absorver todo esse resíduo, e o que podemos fazer agora é educar nossas crianças, com vistas a transformá-las em adultos mais conscientes. É preciso agir rápido, pois

> [...] a vida do homem e da sociedade, demandando problemas de ordem ética e política, ambiental e, ainda, de como as questões referentes ao acesso ao conhecimento exigem a implantação de uma nova postura para compreensão da educação tecnológica (SILVA, 2010, p.310).

É preciso uma real educação científica e tecnológica. De acordo com Dias (1993), uma criança em contato com a realidade do seu ambiente, não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta.

Ainda com base na educação ambiental, podemos citar a Agenda 21, que dá ênfase ao fato de que a educação ambiental trata da modificação de valores e atitudes, o que nos leva a compreender os problemas ambientais e a importância do desenvolvimento sustentável. A educação ambiental tomou forma com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No artigo 225 coloca que: "[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Porém sabemos que não é apenas uma pessoa a responsável por todo esse dano, mas sim a sociedade como um todo. Para que esse cenário seja modificado é preciso que a coletividade tenha conhecimento do que está acontecendo, que a educação ambiental promova ações preventivas, tanto no âmbito individual como coletivo. A educação deve estar articulada em todos os níveis de educação, desde a educação básica, passando pelo ensino superior, incluindo a educação de jovens e adultos, educação especial e todas as

modalidades existentes. Segundo a UNESCO[48], por meio da PNUMA[49], a educação ambiental deve fazer parte, devendo ser implementada em todos os níveis de forma interdisciplinar, seria importante também que os meios de comunicação auxiliassem nessas práticas educativas, disseminando informações e práticas que poderíamos incorporar.

Estamos correndo risco, e toda essa tecnologia não resolveu os problemas do passado, ao contrário, trouxeram mais problemas,

> [...] uma série de problemas e crises, alguns deles difíceis e até mesmo insolúveis a curto prazo. Poluição, devastação ambiental, alimentos e seres transgênicos, clonados, lixo tóxico, radioativo, armas, guerras, desigualdades sociais extremadas... são essas, de fato, as consequências negativas de nossas tecnologias (QUARESMA, 2013, p. 15).

A tecnologia precisa de um limite, um controle social. Segundo Bazzo e Colombo (S/D), no reconhecimento dos limites do progresso tecnológico o que se sobressai é, na verdade, a necessidade de uma ética da tecnologia. O mundo está em crise, é preciso pensar numa maneira de ter uma ética mundial, ampliar a responsabilidade, a ética é uma reflexão sobre os costumes, com isso é necessário ter uma sensibilidade para utilizar as tecnologias, é preciso ver as ambiguidades, e preocupar-se como a tecnologia se desenvolve, por isso é importante que essa ética contemple o mundo e não apenas um indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há urgência em se educar para essas incertezas e ensinar estratégias para lidar com elas. Há uma nova responsabilidade visando à garantia do futuro, o bem deve ser privilegiado, e a escola precisa ensinar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e suas múltiplas influências. A CTS é um campo novo e, para que haja alguma mudança, é preciso focar nesse estudo, ter objetivos, interdisciplinaridade, refletir sobre o futuro e acima de tudo ter uma visão crítica. Para mudarmos a sociedade é preciso mudar a cultura política tecnológica, projetos, metas e colocar em prática tudo isso. E o mais importante, a sociedade precisa ajudar, precisa fazer parte de tudo isso, pois em nenhum momento a sociedade é consultada acerca do que deve ser feito. Nas palavras de Bazzo e Colombo (S/D, p.6), “muitas vezes, na ânsia do progresso científico e tecnológico, não se leva em consideração as implicações sociais relacionadas. Se faz opções que desconsideram questões de suma importância para a sociedade e para os seres humanos nela inseridos”.

Percebe-se assim a importância da participação de todos nas decisões que podem atingir a sociedade, pois ela pode dizer que não quer que algo seja feito, como por exemplo, uma bomba atômica, pois ela poderá prejudicar toda a humanidade. Nesse sentido, podemos colocar a escola como:

> sendo o lugar privilegiado das aprendizagens, onde se devem adquirir valores e promover atitudes e comportamentos críticos diante da questão ambiental, torna-se urgente uma intervenção eficaz, ao nível da educação, que comprometedora da existência da própria espécie humana. Cabe aos gestores da educação e aos educadores da atualidade criar oportunidades, com vista a um processo pedagógico que desenvolva os saberes ambientais das crianças e os

[48] UNESCO – Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

[49] PNUMA - Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

> jovens, para que possam tomar decisões relativas ao ambiente e a sociedade e estar conscientes relativamente à tomada de certas decisões políticas que podem ter consequências ambientais (MEDEIROS, 2012, p.19).

Está nas mãos da sociedade, governo e educadores a educação crítica das nossas crianças. É claro que um educador sozinho não fará toda a diferença, mas é a partir deste que as práticas vão se multiplicando para os demais. Temos que ser conscientes e conscientizar nossos alunos e familiares que devemos fazer algo, devemos ser mais críticos, não basta ouvirmos as reclamações e não fazermos nada, precisamos agir, para que futuramente o mundo não sofra com essas ações.

REFERÊNCIAS

COLOMBO, Ciliana R. BAZZO, Walter A. **Educação tecnológica contextualizada, ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Disponível em: http://www.unicep.edu.br/enade/atualidades/EDUCACAO_TECNOLOGICA.pdf

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. 1992: Rio de Janeiro. Brasília, Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações, 1995.

CONGRESSO INTERNACIONAL UNESCO-PNUMA SOBRE LA EDUCACIÓN Y LA FORMACIÓN AMBIENTALES. **Elementos para una estratégia internacional de acción en matéria de educación y formación ambientales para el decenio de 1990**. Paris: Unesco, 1987.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1993.

MEDEIROS, Paulo C. **Educação Ambiental: programas, projetos e ações.** Fael, 2012.

QUARESMA, Alexandre. Tecnociências: meios ou fins? **Filosofia,** São Paulo, Ano VI, Ed. 86, p. 15-23, set 2013.

SILVA, Janete Vieira da. Ciência relacionada à sociedade e ao meio ambiente, analisada em contexto multidisciplinar, evoluindo para a tecnologia social. Belo Horizonte, **e-xacta**, v. 4, nº 3, p. 93-102. (2011). Editora UniBH. Disponível em: www.unibh.br/revistas/exacta/

SILVA, Luís Carlos Lemos da. O Método Científico: algumas relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente. **Kínesis**, Vol. II, n° 03, p. 306 – 315. (2010). Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/21_LuisCarlosLemosdaSilva.pdf

SUSTENTABILIDADE E UMA ABORDAGEM CONCEITUAL NO CONTEXTO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Graduação
Aline Pereira da Costa
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Secretariado Executivo Trilíngue
Orientadora: Adriana Czaijkowski
pereira.alinec@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Secretário Executivo. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO - TCC II - Pesquisa ainda em fase de finalização

Os avanços tecnológicos têm efeito direto nos danos ambientais. A cada ano pode-se verificar o tamanho da crise ambiental que afeta o planeta. Grande parte desses danos são praticamente irreversíveis, outros agravam-se com o decorrer dos dias. Desenvolvimento tecnológico torna-se então, um termo contraditório, pois ao mesmo tempo em que proporciona a longevidade ao ser humano, aumenta a sua capacidade de autodestruição (BELLEN, 2006, p.13).

Tem-se a necessidade de compreender que a preocupação com o meio ambiente atinge a todos e é uma causa universal. Pois "trata de temas que interessam a todos os viventes desse mundo, mas dirige-se principalmente aos empresários, executivos e funcionários de empresas de qualquer porte" (ALMEIDA, 2002, p.17). As empresas possuem uma responsabilidade relativamente maior que as demais pessoas, levando em conta o número de recursos naturais extraídos do meio ambiente e os impactos decorrentes dessas ações, sejam eles sociais ou ambientais.

No cenário atual tem-se um avanço na abordagem dos temas relacionados ao meio ambiente e sociedade. O mercado exige empresas com projetos sustentáveis, busca-se alguma forma de reparar os danos causados até o momento. E essa mudança no mercado surgiu entre as empresas e profissionais da necessidade de obter conhecimento sobre sustentabilidade. A ideia de sustentabilidade pode ser considerada complexa, causando frequentes equívocos entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, cujos enfoques e visões requerem um olhar sistêmico, impossibilitando uma única definição ao termo.

Devido esse paradigma, verifica-se a necessidade de contratar profissionais capazes de operacionalizar a sustentabilidade nas organizações modernas e mercado, o secretário executivo também passa a ter uma nova atuação, incluindo o conhecimento em sustentabilidade.

Identificou-se como problemática para a presente pesquisa: quais são as considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade indicadas ao contexto secretarial, para que o secretário executivo possa contribuir no desenvolvimento de práticas sustentáveis nas organizações e atualizar-se com as necessidades do atual mercado? A partir dessa problemática o objetivo geral será identificar as considerações teóricas sobre o

conceito de sustentabilidade indicadas ao profissional de secretariado executivo, para que possa contribuir no desenvolvimento de práticas sustentáveis nas organizações.

A hipótese a ser confirmada ao final da pesquisa será: as considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade indicadas ao profissional de secretariado executivo não se limitam à dimensão ambiental do termo.

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi uma abordagem qualitativa, uma pesquisa bibliográfica exploratória e objetiva, focalizada e pontual. Permitindo-se assim identificar a percepção dos autores sobre o conceito de sustentabilidade, aproximando-o da realidade secretarial.

DESENVOLVIMENTO

O cenário pós-revolução industrial tornou o mundo cada vez mais insustentável, pois a insustentabilidade é tanto resultado das tecnologias poluidoras dos países desenvolvidos, como da expansão demográfica descontrolada, que tem como resultado a disseminação da pobreza dos países pobres (CASTRO, 2006 apud MORETTO e SCHONS, 2007, p.5).

Os primeiros registros de casos isolados de reuniões para discutir políticas de proteção ao meio ambiente deram-se no Brasil por volta de 1933 com a Sociedade dos Amigos das Árvores (ALMEIDA, 2002, p.28). No cenário internacional as discussões iniciaram em meados dos anos 60 com a publicação do livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson e com o Clube de Roma, mas vieram à tona efetivamente entre 1970 e 1974, quando livros de grande importância sobre o tema ambiental foram publicados, dando o impulso necessário para a Conferência da ONU em Estocolmo (ELKINGTON, 2012 p. 86).

Das primeiras reuniões citadas acima, surgiram a preocupação e as primeiras discussões a respeito de desenvolvimento e meio ambiente, termos antagônicos que posteriormente passaram a ser considerados como desenvolvimento sustentável, “termo incompatível com a noção de preservação ambiental segundo grupos ambientalistas” (TRIGUEIRO, 2003 p.125). Como resultado das reuniões acima citadas, foram levantados relatórios confirmando que a maioria dos problemas ambientais, estariam relacionados ao crescimento exponencial da população, demasiados avanços tecnológicos e os processos de urbanização (BELLEN, 2006 p.21).

Para compreender o conceito de sustentabilidade, é imprescindível saber que trata-se de um termo complexo e amplo, sendo assim juntamente com o conceito de sustentabilidade agregam-se vários outros termos e conceitos que complementam o conceito do que vem a ser a sustentabilidade. O ponto de partida para compreensão do conceito de sustentabilidade é iniciar definindo desenvolvimento sustentável, pois foi como começaram as discussões, ou seja, como não interromper o desenvolvimento econômico preservando o meio ambiente.

A ideia de sustentabilidade é algo que envolve pessoas, comunidades e organizações. Para atingi-la é necessário um equilíbrio entre o bem estar humano e dos ecossistemas, pois são sistemas interligados e o desenvolvimento de um, não deve custar o comprometimento do outro. E esse mesmo desenvolvimento deve ser ainda quantitativo e qualitativo, diferente da simples noção de crescimento econômico, para assegurar a continuidade da vida (HARDI e ZDAN, 1997 *apud* BELLEN, 2006, p.31). É necessário compreender que a sustentabilidade requer um pensamento sistêmico, pois o homem é parte dos processos que ocorrem no meio ambiente, consequentemente ele depende desses processos para viver (TRIGUEIRO,

2003, p. 21 e 25). Compreensão dificultada devido a influência da cultura ocidental, tanto do cristianismo como do judaísmo, que colocam o homem no centro do mundo natural, fortalecendo assim o domínio do homem sobre a natureza (TRIGUEIRO, 2003, p.126). Consequentemente, desvinculando a ideia de que o homem é parte integrante de um processo sistêmico (ARAÚJO, 2006, p. 3), Capra (1996, p.15) reitera a importância de ver o mundo como um processo sistêmico, pois grande parte dos líderes (governantes, gestores e empresários), deixam de reconhecer esse fato, assim como recusam-se também compreender que diferentes problemas estão inter-relacionados e que as supostas soluções dadas aos problemas afetam as gerações vindouras.

"Capitalismo e sustentabilidade não compõe uma fácil aliança, apesar de desejarmos isso. As corporações vieram ao mundo para fazer dinheiro" (ELKINGTON, 2012, p. 56). No entanto, após vários movimentos ambientalistas e visíveis desastres ecológicos, as empresas viram-se no dilema de mudar essa visão estritamente capitalista" e agir diante dos desafios impostos pela natureza e pela sociedade, desafio imposto a empresas de todos os portes" (ALMEIDA, 2002, p.78).

Em 1997, John Elkington desenvolveu um conceito chamado *Triple Botton Line* (ou tripé da sustentabilidade). Nesse conceito, Elkington relata que, para desenvolver-se sustentavelmente, é necessário respeitar três princípios básicos, batizados como pilares: pilar econômico (*profit*), pilar ambiental (*planet*), e pilar social (*people*), "ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo" (RODRIGUES, p.1).

O conceito *Triple Botton Line* tornou-se muito conhecido por empresários e pesquisadores por tratar-se de um conceito que traz uma visão ampla da sustentabilidade e a sua importância (ARAÚJO, 2006, p.10).

Nesse cenário de mudanças o secretário executivo surge como um profissional que possui diferenciais, domínio de técnicas, conhecimento amplo dentro da organização em que atua. Ele foca a sua atenção às mudanças que ocorrem no meio organizacional, receptor e disseminador de informações entre os mais variados setores de uma empresa. Tais informações com os mais variados graus de importância e sigilo.

Chaves, Kniess e Todorov (2013, p.3) defendem a ideia de que o secretário executivo está apto a desenvolver práticas sustentáveis e a coordenação de projetos sustentáveis nas organizações, desde que compreenda exatamente o conceito do termo sustentabilidade e a realidade que o engloba.

Pode-se afirmar que autores de diferentes áreas de pesquisa defendem a ideia de que o secretário executivo é um profissional com os atributos necessários para atuar em projetos e práticas sustentáveis dentro das organizações. Por tratar-se de um projeto a longo prazo, é necessário ter uma visão sistêmica e planejamento. Com as atribuições adquiridas pelo secretário executivo ao longo dos anos, ele é visto como peça fundamental nesse processo. Com isso espera-se, portanto, que este profissional tenha o conhecimento em sustentabilidade, pois sabe-se que o secretário executivo é um profissional que está em sintonia com as constantes mudanças do mercado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; BUENO, Miriam Pinheiro; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda; SOUZA, Adriana Alvarenga de. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: Conceito e Indicadores**. III Congresso Vitual Brasileiro de Administração,** nov. 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed.Rio de Janeiro:Editora FGV, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed.São Paulo: Person Prentice Hall, 2002.

CHAVES, Marcírio Silveira; KNEISS, Claudia Terezinha; TODOROV, Maria do Carmo Assis. As competências do profissional de secretariado na implantação de projetos sustentáveis. **Revista de Gestão e Secretariado - Gesec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p 189-209, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistagesec.org.br/ojs-2.4.5/index.php/secretariado/article/view/275/pdf_1#.VC2gcNJdX9U>. Acesso em: 02 out. 2014.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

MORETTO, Cleide Fátima; SCHONS, Marcos Antonio. Pobreza e meio ambiente: evidências da relação entre indicadores sociais e indicadores ambientais nos estados brasileiros. **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Fortaleza, nov. 2007. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa3/trabalhos/pobreza_e_meio_ambiente.pdf.>. Acesso em: 30 out. 2014.

RODRIGUES, Patrícia Galvão. Sustentabilidade Aplicada: possibilidade de uma organização sustentável. **Techoje uma revista de opinião**, Belo Horizonte, out. 2012. Disponível em: <http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1491>. Acesso em: 03 out. 2014.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século XXI**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

A PROBLEMÁTICA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM-CE

Pós-Graduação
Gustavo Antônio Aniceto Veras
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós Graduação em Direito Ambiental
gustavo.antonio@semace.ce.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: Ipaumirim. Resíduos. Impactos Ambientais. Legislação.

APRESENTAÇÃO

Os resíduos sólidos, denominados “lixo” pelo senso comum, representam uma das grandes preocupações ambientais contemporâneas. Provenientes das atividades industrial, doméstica, comercial, agrícola e de serviços, os resíduos sólidos, se não forem adequadamente geridos, podem provocar sérios danos ao ambiente e à sociedade (ANDRADE, 2011).

O município de Ipaumirim situa-se na região Centro-Sul do estado do Ceará, a 412 Km de distância da capital do estado, Fortaleza e possui uma população de 12,009 hab, segundo dados do IBGE. Como boa parte dos municípios do estado, Ipaumirim dispõe seus resíduos a céu aberto, em uma área de 60.0000m. A área não possui nenhuma infraestrutura quanto à energia elétrica, água ou abrigos, os resíduos não passam por tratamento ou segregação e também não há drenagem de águas superficiais e controle da produção de chorume.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se pelo fato de tratar de um tema de grande importância na esfera ambiental como é o tema do gerenciamento e da destinação dos resíduos sólidos. Os impactos causados, a deficiência na destinação e a necessidade de contribuir para a discussão do tema motivaram a pesquisa. Nesse contexto, espera-se auxiliar os gestores municipais para a correta destinação dos resíduos oriundos das atividades existentes no município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa constaram, de forma geral, das seguintes etapas: Inicialmente foi feito um levantamento do material bibliográfico e documental resultante da vistorias e estudos ambientais constantes na Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE). A pesquisa enquadra-se como pesquisa participante, uma vez que um dos pesquisadores foi membro da situação investigada. Na fase final, foram realizadas as análises e interpretação dos dados obtidos.

DISCUSSÕES

O problema da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos assume proporções alarmantes devido a grande geração de resíduos em diferentes escalas e cada vez mais diversificados quanto ao seu material. Com a geração cada vez mais intensa, o problema da

destinação dos resíduos gerados atinge desde grandes metrópoles nacionais até pequenos municípios.

Segundo a Lei Federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a disposição final dos rejeitos deve ser executada de forma ambientalmente adequada, com a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

A referida lei trouxe mecanismos que visam contribuir para a correta gestão dos resíduos como os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a coleta seletiva e a educação ambiental, determinando que até o mês de agosto de 2014, todos os lixões deveriam ser erradicados.

Os municípios, entes titulares dos serviços de saneamento básico, dentre os quais se incluem a coleta e manejo dos resíduos, devem promover ações no sentido de seguir a seguinte ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, e somente por fim, com a disposição final adequada dos rejeitos.

A SEMACE, órgão do meio ambiente do Ceará, foi acionada pela promotoria local para promover vistoria a respeito da destinação dos rejeitos gerados no município. Uma equipe da fiscalização ambiental esteve no local e constatou irregularidades na disposição do lixo produzido no município.

Conforme a literatura técnica, a disposição irregular de lixo domiciliar, como vem acontecendo no vazadouro do município de Ipaumirim, ocasiona alterações desfavoráveis na área do lixão e no seu entorno, tais como os apresentados a seguir**:**

Impactos ao meio físico	**• Impactos ao meio biótico**	**-Impactos ao meio antrópico**
– Poluição do ar causada pela geração e liberação de biogás; – Infiltração do chorume produzido no lixão, contaminando a área de várzea e o corpo d'água; – Assoreamento de corpo d'água;	– Remoção da cobertura vegetal do local promovendo redução da área florestal e do banco genético das espécies; -Redução da biodiversidade; -Afugentamento da fauna silvestre com possibilidades de contaminação dos animais que habitam os arredores do lixão; -Aumento da pressão sobre a fauna decorrente da presença de catadores; -Atração e proliferação de macro e microvetores;	-Desvalorização imobiliária; -Queda da qualidade de vida da população do entorno; -Presença de catadores; -Disseminação de doenças.

Segundo o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU) do município, em análise no órgão ambiental do estado do Ceará (SEMACE):

> A produção per capita de resíduos é de 0,75 kg/dia. Diariamente são coletados aproximadamente 9,0 toneladas de resíduos, os quais foram caracterizados (papel, plástico, vidro, metal, matéria orgânica e construção civil) e quantificados, a saber: domiciliar (4,5 ton), comercial (2,7 ton), saúde (0,018 ton) e serviço público (1,69 ton).
> A produção de resíduo domiciliar especial como pilhas, baterias, lâmpadas

> fluorescentes e pneus é mínima, sendo descartados e coletados juntamente com os resíduos domiciliares e, posteriormente, encaminhados ao lixão sem qualquer tratamento. Os resíduos de serviço público também são encaminhados ao lixão.

Tendo em vista a disposição inadequada de resíduos sólidos, constatada em outubro de 2013, adotou-se o procedimento de lavratura do Auto de Infração em desfavor do município de acordo com o Art. 62 Inc. X do Decreto Federal 6514/08, com multa no valor de R$- 10.000,00 (SEMACE, 2013). O processo encontra-se em julgamento na Gerência de Instrução e Julgamento do órgão ambiental estadual.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), prevê em seu Art. 54 que causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora é crime passível de pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Atualmente, o município encontra-se em desacordo com as determinações legais, pois o prazo para encerramento de lixões, conforme a Lei nº 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), encerrou-se em 2 de agosto de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto as providências imediatas para mitigação dos impactos ambientais causados pela atividade, as áreas de lixões devem ser desativadas, isoladas e recuperadas ambientalmente.

Deve-se então implementar um aterro sanitário. A implantação de um aterro sanitário é dispendiosa devido aos gastos com estudos ambientais e equipamentos, e sua operação também é custosa sobretudo devido ao tratamento do chorume e dos gases gerados.

Como trata-se de um município pequeno, a legislação prevê simplificação no licenciamento ambiental dos aterros sanitários, com a dispensa de EIA-RIMA. A Resolução CONAMA 404/2008, estabelece, em seu art 1° que os procedimentos de licenciamento ambiental de aterros sanitários de pequeno porte sejam realizados de forma simplificada**.**

A solução adequada para o correto gerenciamento dos resíduos também passa por ações educacionais, de coleta seletiva, compostagem, reciclagem, tratamento e disposição dos resíduos perigosos.

Como trata-se de um município sem maiores recursos para implantar um aterro próprio, sugere-se a adesão ao consórcio intermunicipal que porventura esteja sendo implantado na região e ainda a elaboração de projetos que possam vir a ser financiados por órgãos financiadores.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. B.; FERREIRA, J. A. *A gestão dos resíduos sólidos no Brasil frente às questões da globalização. Revista Eletrônica do PRODEMA. Fortaleza, V. 06, pag 7-22, mar 2011, ISSN 19825528.*

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução n.404, de 11.14.2008.* Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. . Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=592>. Acesso em:

22/09/2014.

_____. *Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010.* Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20/09/2014.

_____. *Lei n. 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998.* Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: 20/09/2014.

_____. *Decreto 6.514, de 22 de Julho de 2008.* Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>. Acesso em: 20/09/2014.

MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM. *Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU)*, Ipaumirim, 2013, 26 p.

BIBLIOMETRIA SOBRE SMART CITY

Graduação
Cleiciane Massumi Matsuda; Rafael Leandro Trevisan Gagliardi
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Relações Internacionais
Orientador: Alexandre Hojda
massumi@live.jp; rafsltg@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Smart City. Bibliometria. Conceito.

INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo analisar e trazer o conceito de Smart City, levantando um estado da arte sobre o tema e procurando de forma clara e através de etapas, explicar o desenvolvimento da pesquisa. É importante ressaltar que entender o conceito de Smart City é primordial, o que faz a bibliometria realizada ser essencial para o desenvolvimento do tema, uma vez que a pesquisa procura entender a produção técnica do tema.

Smart City, em português: Cidade Inteligente, a partir desta pesquisa, ganha vários conceitos, o que traz espaço para várias interpretações sobre o termo. Para entender o que é, é necessário apontar os principais focos das cidades inteligentes (STRAPAZZON, 2009, p. 95): Econômico com capacidade de inovação, na sociedade com a população local com cultura cosmopolita (cidadão do mundo). No governo e na gestão pública participativa, na mobilidade com meios eficientes de acessibilidade local e internacional e sistema de transporte sustentável. No meio ambiente foca na gestão de recursos naturais (espaços verdes), programas de reciclagem e proteção ambiental, programas sustentáveis de gestão da água, da energia, do lixo e da poluição, um bom uso de seus espaços naturais, de modo a torná-los atrativos, e por fim na qualidade de vida (saúde, cultura, educação, bom sistema, etc.). Em outras palavras, as cidades inteligentes trazem margem de melhora tanto para o cidadão quanto para o ambiente em si.

A primeira etapa teve como intuito abordar a respeito de Smart City, procurando mostrar de forma rápida e clara o significado do nome, assim como, o que a mesma propõe e aborda. Em seguida a segunda etapa relacionada com a primeira, teve o objetivo de apontar o que é bibliometria, qual a sua função e como a bibliometria influênciou na explicação do que são as Smarties Cities.

Sucessivamente após a abordagem referente aos conceitos até então vistos, a pesquisa passa a focar na elaboração da Bibliometria, mostrando passo a passo a respeito das decisões tomadas durante este processo e como tais decisões ajudaram na finalização, tanto da pesquisa bibliométrica, como nos conceito de Smart City. Por fim será realizada uma análise parcial sobre a pesquisa, relatanto o desenvolver e o andamento da mesma através das estatísticas realizadas e então finalizadas dando a nota final para a pesquisa.

O QUE É SMART CITY?

Para a IBM (Empresa de tecnologia da informação), que trabalha com o desenvolvimento das cidades, as autoras DIRKS e KELLING (2009) citam que as cidades inteligentes devem ser baseadas em seis núcleos operacionais sendo compostas por sistemas diferentes: infraestrutura e ambientes relacionados com as funções específicas, pessoas, empresas, transporte, comunicação, água (ciclo da água) e energia (recursos hídricos e geração de infraestrutura de transmissão). Para garantir uma qualidade de vida boa para seus cidadãos, as cidades devem garantir segurança pública, saúde e educação. As cidades devem também oferecer as pessoas e ao meio "business" sistemas de transportes, sistemas de comunicações e o mais necessário, água e energia, fazendo tais sistemas se interligarem de forma sinérgica promovendo um bom desempenho e eficiência.

O QUE É BIBLIOMETRIA?

A bibliometria surgiu pela necessidade de avaliar as atividades de produção e comunicação científica e, não são exclusivos de uma única área do conhecimento, ou seja, “são todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita" (MATTOS, 2004, p.1).

Os estudos bibliométricos não são meros levantamentos de dados estatísticos, mas sim uma análise a fundo e complexa que pode se tornar uma importante ferramenta para ciência. Na bibliometria, a análise de citações é considerada a mais importante, pois contribui na produção do conhecimento cientifico. As citações melhoraram com o passar do tempo, uma vez que o desenvolvimento humano melhorou junto, conforme a utilização do meio eletrônico e publicações on-line que facilitaram os meios de citações. "Citar é remeter um trabalho a outro" (MATTOS, 2004, p.1).

Na bibliometria encontramos três leis que ajudam na avaliação de periódicos: Lei de Bradford (lei da dispersão) - produtividade de periódicos no qual cada "nível" de periódicos se encontra ordenado por sua produtividade. Lei de Lotka (lei do quadrado inverso) - produtividade de autores, probabilidade da produtividade, a publicação de diversos trabalhos facilita novas publicações, e questões de resultados positivos e interessantes trazem mais reconhecimento e acesso a recursos que vizam melhorar pesquisas. E por fim a Lei de Zipf (lei do menor esforço) - frequência de ocorrência de palavras, simplificar palavras difíceis ou longas para uma melhor leitura.

Periódicos científicos são considerados mais críveis, uma vez que passa por um processo de análise, são considerados também menos demorado que um processo de publicação de livro, o que faz os cientistas escolherem este método ou revistas científicas. Atualmente existem periódicos científicos eletrônicos - documento eletrônico, ou seja, disponível *online que* facilita para os leitores seja com relação à busca, pesquisa ou até na leitura do mesmo.

A importância da bibliometria está em analisar e mapear, de certa forma, a pesquisa em questão, procurando atribuir não só uma relação de auxílio para o pesquisador, mas também uma ideia mais geral de seus conceitos, no qual o pesquisador estaria "aberto" a novas tomadas de decisões, novas visões e até "erros".

ELABORAÇÃO DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA (SMART CITY)

Por se tratar de uma pesquisa atual, que teve seu começo em abril de 2014, e ainda em processo de desenvolvimento, traz apenas alguns dados prévios, como uma tabela/banco

de dados que apresenta os 62 textos que abordam o conceito de Smart City. Dentro destes textos, 28 são nacionais e os demais internacionais, em espanhol, italiano e inglês. Os textos são divididos entre fontes de portais (Scielo, Google acadêmico, Capes e redalyc) e revistas acadêmicas, trazemm96 autores, dos quais 4 se repetem em diferentes artigos. Vale ressaltar também que a universidade brasileira que apresenta mais artigos com o assunto é a Universidade de São Paulo (USP) e a internacional Ghent University.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a coleta e a Bibliometria realizada, a partir dos critérios já citados e dos resultados, o grupo tem como objetivo analisar os textos e trazer respostas e observações referentes ao tema (Smart City), procurando concluir a partir disso esta pesquisa, que tem como foco obter resultados do conceito das cidades inteligentes.

REFERÊNCIAS

DIRKS, Susanne, KEELING, Mary. A vision of smarter cities. In: IBM Global Business Services. Produced in the United States of America June 2009 All Rights Reserved.

MATTOS, Pedro Lincoln C. “Bibliometria”: a metodologia acadêmica convencional em questão. Revista de Administração de Empresas, v. 3, n. 2, Art. 26, jul./dez. 2004.

STRAPAZZON, Carlos Luiz. Convergência tecnológica nas políticas urbanas: pequenas e médias “cidades inteligentes”. Revista Jurídica, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 89-108, 2009. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/104/80. Acessado em: 28 set 2014.

PROPOSTA DO SISTEMA FITO-PEDOLÓGICO NO TRATAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS DE TERESINA-PIAUÍ VISANDO A DIMINUIÇÃO DA POLUIÇÃO DO RIO POTI

Pós-Graduação
Jaciara Késsia da Silva Craveiro
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Perícia e Auditoria Ambiental
kessiacraveiro@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Wetland. Efluentes domésticos. Eutrofização. Rio Poti

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as pressões antrópicas, notadamente na área urbana, têm causado acentuado assoreamento e eutrofização no rio Poti, onde se observam florações cíclicas de macrófitas aquáticas, que provocam danos à beleza cênic toda biota. A principal causa da poluição é o intenso lançamento de efluentes domésticos associados, em geral, a resíduos sólidos[1].

Os sistemas fito-pedológicos podem ser tratados como alternativa de extrema importância no tratamento de águas poluídas, pois utilizam processos naturais. A simplicidade de *design,* operação e manutenção os tornam, atualmente, a mais promissora tecnologia para aplicação nos países em desenvolvimento. Corrobora esta afirmação, o fato das regiões tropicais apresentarem clima favorável para uma excelente performance destes sistemas[2]. Devido aos baixos custos operacionais e de manutenção, estes sistemas estão sendo bastante utilizados em comunidades rurais de países desenvolvidos e apresentam tecnologia apropriada para uso em países em desenvolvimento.

Diante desta situação surgiu a necessidade de propor a implementação de sistemas fito-pedológicos como uma medida preventiva para evitar a eutrofização do Rio Poti, Teresina-PI. Visto que a principal causa deste fenômeno são os efluentes domésticos.

Os objetivos do artigo são avaliar o uso dos sistemas fito-pedológicos no tratamento de efluentes domésticos; Influenciar as autoridades políticas e ambientais de Teresina para o estabelecimento deste sistema como medida preventiva da eutrofização do Rio Poti; Conscientizar e educar a população de Teresina sobre o uso do referido sistema como medida preventiva para eutrofização.

REFERENCIAL TEÓRICO

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória desenvolvida através de uma abordagem qualitativa, efetuada por revisões bibliográficas relacionadas ao tema eutrofização: consequências e controle. Através desta foi indicada a principal causa da eutrofização do Rio Poti, Teresina-PI, e proposto o uso de sistemas fito-pedológicos como método de controle para o problema.

POLUIÇÃO DO RIO POTI

O estudo do estado trófico das águas do rio Poti, no perímetro urbano de Teresina, concluiu que o lançamento de efluentes orgânicos, ricos em consideráveis frações de fósforo e nitrogênio e de suas concentrações no curso inferior do rio, gera profundas alterações na dinâmica quali-quantitativa das comunidades aquáticas. Tais alterações devem-se às ligações clandestinas de esgotos em galerias de águas pluviais da cidade de Teresina, Piauí. Diante das diluições dos efluentes o aproveitamento para o lazer, a recreação e outras utilizações, tal como a condição de insumo nos processos produtivos ficam bastante limitadas[8]

A ausência de um sistema de esgotamento sanitário mais abrangente aliada às atividades humanas constitui uma das principais causas da degradação do Rio Poti, em Teresina-PI. Há uma estreita relação entre o processo de urbanização desordenado e o aumento da concentração de poluentes. A qualidade da água depende de diversos fatores, dentre os quais, podemos destacar a quantidade de nutrientes, nitrogênio e fósforo, principalmente. O aporte destes nutrientes, em virtude do lançamento de esgotos "in natura" em corpos d'água, acarreta a propagação excessiva de plantas aquáticas (macrófitas). Tal fenômeno caracteriza o processo de Eutrofização, uma das maiores preocupações ambientais da atualidade

Em virtude do alto potencial tóxico de algumas espécies de cianobactérias pode afetar, inclusive, processo de tratamento da água, encarecendo-o ou inviabilizando o seu uso para abastecimento público, além de gerar efeitos sobre a saúde pública.

As estratégias de controle usualmente adotadas podem ser classificadas em duas categorias amplas: medidas preventivas e medidas corretivas[7].

SISTEMA FITO-PEDOLÓGICO (WETLANDS)

Os sistemas fito-pedológicos (wetlands construídos) atuam na degradação da matéria orgânica e a contenção de nutrientes (fósforo e nitrogênio). São sistemas projetados artificialmente pelo homem, para utilizar plantas aquáticas em substratos (areia, solo ou cascalho) onde, de forma natural e sob condições ambientais adequadas, pode ocorrer a formação de biofilme, que agregam uma população variada de microrganismos. Estes seres possuem a capacidade de tratar os esgotos, por meio de processos biológicos, químicos e físicos[5].

Nestes sistemas ocorrem as maiorias dos processos convencionais tais como: sedimentação; filtração; transferência de gás; adsorção; troca iônica; precipitação; oxidação e redução química; conversão biológica e degradação, além dos processos naturais como fotossíntese, fotoxidação e consumo pelas plantas[4]. Os componentes fundamentais dos sistemas fito-pedológicos são as macrófitas aquáticas, o substrato e o biofilme de bactérias. Esses componentes são os responsáveis diretos, ou indiretos pela ocorrência dos mecanismos de remoção de poluentes associados a estes sistemas[3,6].

Existem inúmeras opções de tratamento para os corpos d'água afetados pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos. No entanto, a maioria destas alternativas é dispendiosa, pois envolve produtos de alto custo e operações complexas. Os sistemas fito-pedológicos diferenciam-se, significativamente, dos tratamentos convencionais, uma vez que apresentam baixo custo de manutenção e operação. Além disso, é eficiente na transformação da matéria orgânica, no controle de nutrientes (nitrogênio e fósforo) e na redução de materiais sólidos em suspensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos trabalhos coletados podemos concluir que o sistema wetland apresenta baixo custo, fácil construção, fácil aplicação e mostrou-se eficaz na degradação da matéria orgânica e a contenção de nutrientes (fósforo e nitrogênio) e coliformes totais. O referido sistema proporciona um tratamento basicamente biológico sem o uso de fontes de energia não renováveis, agentes químicos ou equipamentos mecânicos. Além disso, propicia a ausência de odores desagradáveis, pois as plantas atuam como filtros. São necessários muitos estudos para adoção desse sistema no tratamento de efluentes domésticos em Teresina, no entanto, o presente estudo visou despertar a atenção dos políticos, autoridades ambientais e da população, em geral, sobre a viabilidade desta opção de tratamento de efluentes domésticos para diminuição da poluição do Rio Poti, Teresina-PI.

REFERÊNCIAS

DAMASCENO, L.M.O. **Avaliação e monitoramento da qualidade da água do rio Poty na região de Teresina, PI**. Teresina: 2005.

HARBEL, R. Constructed wetlands: a chance to solve wastewater problems in developingcountries. **Water Science Technology**, London, v. 40, n. 3, p. 11-17, 1999.

MARQUES, D. M. Terras úmidas construídas de fluxo subsuperficial. In: CAMPOS, J.R. (Coord.). **Tratamento de esgotos sanitários por processo anaeróbio e disposição controlada no solo**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. p. 409-435 (Projeto PROSAB).

SANTIAGO, A.F.; CALIJURI, M.L.; LUÍS, P.G. Potencial para a utilização de sistemas de wetlands no tratamento de águas residuárias: uma contribuição a sustentabilidade dos recursos hídricos no brasil. **Natureza & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 29-39, 2005.

SOUZA, J. T.; VAN HANANDEL, A. C.; GUIMARÃES, A. V. A. Pós-tratamento de efluente de reator UASB utilizando sistemas “Wetlands” construídos. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 87-91, 2000.

.

VAN HAANDEL, A. et al. In: VON SPERLING, M.; MOTA, F.S.B. (Coordenadores) **Nutrientes de esgoto sanitário: utilização e remoção**. Rio de Janeiro: ABES, 2009. (projeto PROSAB)

VON SPERLING, E. **Pollution of urban lakes: causes, consequences and restoration techniques.In: ECOURBS’95**. Rio de Janeiro: [s.e], 1995. p.18.

VIEIRA, D. M. **Estudo ecológico do fitoplâncton como parâmetro de avaliação do estado trófico do Rio Poti, Teresina-Piauí, Brasil**. Teresina, 2004. 62 f. Monografia de Graduação em Tecnologia em Meio Ambiente, apresentada ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI). Teresina, 2004.

PROJETOS ELÉTRICOS SUSTENTÁVEIS EM INSTITUIÇÃO DE CARIDADE: CURITIBA-PR

Sidnei Avelino da Silva Junior; Matias Schwambach
Engenharia Elétrica da UTFPR
Orientadora: Maclovia Corrêa da Silva (orientadora do PIBIC-PPGTE-UTFPR)
sidneisilva37@hotmail.com; matias_schw@hotmail.com
macloviasilva@utfpr.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Projetos elétricos. Sustentabilidade Instituição de caridade. Curitiba-PR

INTRODUÇÃO

Uma das dimensões do desenvolvimento sustentável é a questão energética. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é uma instituição centenária que possui estudos sobre sustentabilidade em um espaço especial construído pelo professor Eloy Fassi Casagrande Junior intitulado "Escritório Verde". Neste ambiente foi implantado um projeto de energia solar. Assim, tem crescido o interesse de pesquisa nesta área, em especial do governo (Plano Nacional de Eficiência Energética). Este trabalho procurou ampliar ainda mais este campo de estudo por meio de um projeto de iniciação científica e situando esta ação em projeto de extensão. Foram associadas às metas universitárias de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma ação prática que contou com o apoio teórico de autores como Cavalin e Cervelin (2010); Lima Filho (2004); Junghans (2007); Urbanetz e Casagrande (2012); GOEKING (2014) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas. A relevância da pesquisa está em estabelecer critérios gerais para as instalações elétricas em um prédio antigo do início do século XX, que apresenta problemas de obsolescência que podem ser resolvidos por meio de conhecimentos acadêmicos, normas, parâmetros de sustentabilidade oferecendo segurança, eficiência e atendendo uma das necessidades básicas da Instituição.

O objetivo do trabalho é apresentar um projeto elétrico sustentável realizado para uma Instituição de Caridade com a finalidade de desenvolver ideias atualizadas e executáveis proporcionando segurança, economia e qualidade de vida para os moradores, trabalhadores e visitantes. No projeto foram abordadas as questões de preservação do patrimônio e revitalização dos circuitos elétricos em paralelo.

O método de trabalho foi mais objetivo na medida em que dependeu mais do objeto observado e menos dos sujeitos envolvidos. A pesquisa é natureza aplicada gerando conhecimentos por meio de práticas para a solução de problemas específicos de uma Instituição de Caridade. A investigação empírica propõe intervenções sem a intenção de resolver definitivamente os problemas pela própria limitação do estudo. Ela foi realizada no local onde ocorre o fenômeno e inclui visitas técnicas, conversas informais com os responsáveis pela parte elétrica do imóvel e entrevistas com os diretores na primeira fase. Na segunda fase foi construído o plano de trabalho. Na terceira fase foram realizados os levantamentos - a planta baixa em AutoCAD, juntamente com a identificação das instalações antigas, a construção do objeto e a redação do relatório final.

Elaborou-se um projeto elétrico novo para a área do prédio antigo propondo equipamentos de iluminação, tomadas, condutores, disjuntores, aterramento e quadros de distribuição que seguissem as questões de sustentabilidade: aproveitando de caixas de passagem e eletrodutos; respeito às moradoras, os funcionários e à estrutura predial, soluções tecnológicas eficientes e confiáveis, de acordo com as regulamentações estabelecidas na NBR-5410:2004.

Atualmente, por questões de praticidade e eficiência, os projetos elétricos são criados em programas computacionais. Um dos programas que mais é usado é o AutoCAD, um programa que permite que seja desenhado qualquer tipo de planta, desenho, ou objeto, inclusive em duas ou três dimensões. É usado tanto por arquitetos, como por engenheiros mecânicos, engenheiros civis, engenheiros eletricistas, entre outros.

Para ter o arquivo da planta baixa e do projeto elétrico em um arquivo eletrônico, foi feito o uso do programa AutoCAD. O conhecimento necessário para realizar esta atividade foi obtido ao cursar a disciplina de Desenho Elétrico, lecionada pelo professor Daniel Junghans, na UTFPR, com o auxílio de um livro técnico também de sua autoria, intitulado Informática Aplicada à Eletrotécnica – CAD. Já na área de instalações elétricas o conhecimento foi obtido ao cursar a disciplina de Instalações Elétricas Prediais, lecionada pelo professor Severino Cervelin, na UTFPR, com o auxílio de um livro técnico também de sua autoria, intitulado Instalações Elétricas Prediais.

O trabalho no AutoCAD se deu paralelamente ao mapeamento da planta baixa do local. Uma vez que eram pegas as dimensões dos cômodos e das acomodações do asilo, as mesmas já eram redesenhadas no AutoCAD. Junto com a planta baixa, foram colocadas as antigas instalações na planta baixa, como pontos de luz, tomadas, ventiladores, luzes de emergência, etc.

Após feita a planta baixa com as antigas instalações elétricas no AutoCAD, deu-se início à previsão de cargas de tomadas e da iluminação nos ambientes, de acordo com o que as normas preveem, e em seguida foi feita a distribuição dos circuitos para os quadros de distribuição (QDs). Feito isso, novamente no AutoCAD, deu se início o processo de colocação das novas instalações com base nos cálculos que foram feitos. Para facilitar a visualização das instalações antigas e das instalações novas, as mesmas foram separadas em dois arquivos diferentes, fornecendo novamente um panorama da real necessidade da execução do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os conhecimentos técnico-científicos advindos da academia por meio deste projeto foram associados para atingir uma meta de responsabilidade social, humanitária e, ainda, de cunho ambiental. Elaborado computacionalmente, ele pôde oferecer um registro de instalações elétricas que podem entrar em vigor quando for tomada a decisão de execução. Tendo em vista que de antemão não se tinha conhecimento nenhum da divisão dos circuitos, compunha-se aí um grande risco tanto para a instalação em si quanto para as pessoas diretamente envolvidas com ela. Com as instalações propostas, haverá a divisão correta dos circuitos e as possibilidades de ajustes de inclusão de carga.

A não necessidade de quebrar paredes é uma das principais vantagens do uso das eletrofitas, porém não é a única. Em comparação com fios elétricos normais, a eletrofita possui maior dissipação de calor e eficiência em caso de sobrecarga em função da ampla

superfície das lâminas de metal condutoras, não oferecendo um risco maior que os fios comuns, desde que seja corretamente instalada. A eletrofita também possui um resistente revestimento isolante de policarbonato sobre ambas as faces. Uma vez que estão instaladas e colocadas, elas podem receber massa e tinta, tornando se ocultas (Figura 1).



Figura 1 - eletrofita

Alguns cuidados devem ser tomados uma vez que a eletrofita está instalada, como por exemplo, evitar martelar um prego sobre a eletrofita ou mesmo utilizar uma furadeira por cima dela, o que poderia causar algum dano. Porém contra impactos com móveis ou qualquer outra coisa, a eletrofita é altamente resistente. Em casos de sobrecarga da mesma, ela não sofrerá danos, pois é resistente a altas temperaturas e o desarmamento de disjuntores ou fusíveis certamente ocorrerá antes que ela possa sofrer qualquer dano.

Como o Asilo São Vicente é um Patrimônio Histórico tombado, a utilização das eletrofitas se torna muito interessante, visto que derrubar paredes é algo praticamente fora de cogitação. Relevante no projeto é a questão da segurança e qualidade de vida das moradoras e funcionários por meio de iluminação adequada e tomadas apropriadas sem riscos de choques elétricos. A automação dos circuitos de iluminação foi um ponto chave na busca por economia de energia, além de desenvolvimento de ideias paralelas de mesmo âmbito: aquecedor solar de água confeccionado com materiais recicláveis e implementação de SOLATUBES a fim de aproveitar a iluminação natural (Figura 2).



Figura 2 - solatube

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi relevante tanto para os autores, que puderam fazer dele um trabalho de extensão universitária, quanto para a Instituição participante, a qual ofereceu abertamente a possibilidade de levantamento e pode usufruir de bons resultados para o seu cotidiano. A escolha do tema está relacionada diretamente com a aptidão pessoal dos participantes e advinda de experiências próprias. Enquanto estudantes do terceiro grau,

e contando com a orientação acadêmica de docentes, foi possível aumentar o ciclo de relacionamentos e produzir conhecimentos relevantes tanto para os pesquisadores quanto para os demais envolvidos. A inserção da sustentabilidade no estudo das instalações elétricas é primordial e necessita de continuidade de estudos mais específicos.

Sugere-se que outros levantamentos sejam feitos e que a literatura possa se modernizar no sentido de deixar para as gerações futuras novas publicações que incrementem o espectro das pesquisas. O estudo de pequenas coisas, porém detalhadas e consistentes, bem delimitado, trouxe melhor compreensão do tema e permitiu atingir o objetivo proposto no trabalho.

REFERÊNCIAS

CAVALIN, Geraldo; CERVELIN, Severino**. Instalações Elétricas Prediais:** Teoria & Prática. 1. ed. Curitiba: Base Editorial, 2010.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Dimensões e limites da globalização**. Curitiba, Sinducefet, 2004.

JUNIOR, Jair Urbanetz. JUNIOR, Eloy Fassi Casagrande. **Sistema voltaico conectado à rede elétrica do Escritório Verde da UTFPR.** Energia para o século XXI: sociedade e desenvolvimento. Congresso Brasileiro de planejamento energético. Curitiba, 12 a 15 de agosto de 2012.

GOEKING, Weruska. **Portal O Setor Elétrico.** Eletrofitas. Disponível em: < http://www.osetoreletrico.com.br/web/a-revista/edicoes/239-eletrofitas-o-que-sao-e-como-funcionam.html>. Acesso em: 2 jul. 2014.

JUNGHANS, Daniel. **Informática aplicada à Eletrotécnica** – *CAD*. 21.ed. Curitiba: Base Editora, 2007.

AEROMÓVEL: DE UM PROTÓTIPO ANTIGO E POUCO VALORIZADO A UMA ALTERNATIVA NA MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Pós-graduação
Viviane Pereira Dias
UNINTER – Centro Universitário Internacional UNINTER
Tecnologia em Gestão Ambiental
Orientador: Rodrigo de Cássio da Silva

PALAVRAS-CHAVE: Aeromóvel. Tecnologia. Meio Ambiente. Mobilidade Urbana.

INTRODUÇÃO

Porto Alegre há pouco mais de uma década, era modelo em transporte público no Brasil. Os congestionamentos, os atrasos e a poluição da cidade tornaram-se companhias indesejáveis no dia-a-dia. Com uma população estimada em 1.472.482 hab. (IBGE, 2010) e com o crescimento da frota automotiva, a tendência foi o sufocamento das infraestruturas viárias. Com uma estimativa de 100 emplacamentos diários fica fácil entender a compulsória duplicação de vias e os altos índices de poluição sonora e atmosférica. A capital possui uma das maiores taxas de motorização do País: um automóvel por 2,79 hab. (Detran/RS, 2010).

Ao encontro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, da Política Nacional de Mobilidade Urbana - Lei 12587/2012[50] e com a necessidade de inserir iniciativas sustentáveis no sistema de transporte rodoviário, a construção do Aeromóvel visou à integração do transporte público da região metropolitana e a melhoria da infraestrutura da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE).

A TECNOLOGIA

Desenvolvido pelo Grupo Coester, o Aeromóvel é um meio de transporte automatizado, de concepção nacional, em via elevada, com veículos não motorizados e estruturas esbeltas. Sob a ótica de sistemas de transportes as principais características, são a exclusividade de trânsito no percurso, a alta relação carga útil/peso transportado e tração independente das rodas, assim descrito por Lindau et al, 1987. Este sistema usa o princípio pneumático de propulsão, que atua nas aletas, dando movimento ao veículo. Isto o torna

[50] A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da CF, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território o Município.

relativamente mais leve comparado a outros modos de transporte similares, diminuindo os custos de construção, instalação e operação. Um sistema atraente, pelo baixo consumo energético e baixo índice de poluição gerado. Principais atrativos: segurança, economia, benéfico ao meio ambiente, conforto e rapidez (ABSA).

LINHA DO TEMPO

Em outubro de 1959, Rubem Berta e Oskar Coester conversavam no pátio do aeroporto de Seattle (EUA), ao lado de um Boeing 707, sobre a velocidade da moderna aeronave. Perspicaz, Berta sentenciou: “Não vai adiantar mais aumentar a velocidade do avião. O problema é chegar até o aeroporto!” (COESTER). Com isso, Coester indagou o porquê de grandes distâncias poderem ser percorridas em tempo menor do que pequenas distâncias nos centros urbanos. Isto resultou na busca de uma nova concepção de transporte, cuja via de sustentação ignorasse o conturbado tráfego das ruas e avenidas, diminuindo o tempo nos congestionamentos.

Oskar Coester concebeu o Aeromóvel para funcionar vencendo os obstáculos do cenário urbano, a partir de alguns princípios: vias elevadas, sistema roda-trilho, propulsão pneumática e redução do peso morto. Em 1977, ele projetou o primeiro veículo para testes, buscando uma estrutura leve, inspirada nos aviões. Em 1979, as avaliações realizadas em parceria com a EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos indicavam a viabilidade técnica e econômica do Aeromóvel (COESTER). Em 1983, Porto Alegre conheceu uma linha piloto, encomendada pelo Ministério dos Transportes, mas questões políticas impediram o prosseguimento do projeto cujo protótipo construído em Porto Alegre ficou parado por três décadas (PUCRS).

Nesse meio tempo, o Aeromóvel foi implantado com sucesso na cidade de Jakarta, na Indonésia. A linha de 3,1 quilômetros conta com quatro estações e opera desde 1989. Os dois veículos transportam o público que visita o complexo cultural Taman Mini Indonesia Indah. Para Edmundo Fujita, ex-embaixador do Brasil no país, “foi o maior, mais importante e característico empreendimento brasileiro de engenharia no sudeste asiático já realizado, constituindo-se em um notável modelo de cooperação entre dois países tão diferentes.” (COESTER)

A INAUGURAÇÃO DO AEROMÓVEL EM PORTO ALEGRE

O primeiro Aeromóvel do Brasil foi inaugurado em Porto Alegre em agosto de 2013. Por iniciativa da Trensurb e desenvolvido pelo Grupo Coester, o projeto que usa tecnologia 100 % nacional tem reduzido impacto ambiental. A linha que conta com dois veículos com capacidade para 150 e 300 passageiros interliga a Estação Aeroporto do metrô ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. O trajeto de 814 metros, com duas estações de embarque, é percorrido em dois minutos e cinquenta segundos – trajeto curto, mas frequentemente congestionado. Em um ano de operação, incluindo o período de testes, já foram transportados 728.617 usuários em 47.137 viagens (NOTÍCIAS TRENSURB).

O empreendimento teve um investimento do governo federal de R$ 37,8 milhões, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como parte da melhoria de acesso dos aeroportos ao transporte coletivo, preparativa para a Copa do Mundo de 2014. A tarifa é

de R$1,70 e dá acesso direto ao sistema metroviário - já a tarifa do ônibus para o mesmo trajeto é de R$ 2,95.

O FUTURO DO AEROMÓVEL

A Trensurb inovou, e apostando nessa tecnologia nacional, limpa e eficiente acabou encorajando a adoção do sistema em outras localidades. Na capital gaúcha, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) anunciou para 2015 a construção da linha de um Aeromóvel que ligará os dois campi da Avenida Ipiranga. Outras instalações estão sendo analisadas em Campos dos Goytacazes e Nova Iguaçú (RJ) (G1RJ) e em Canoas (RS) (CORREIO DO POVO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, demonstra que o projeto do Aeromóvel por ter característica de versatilidade e de fácil adaptação pode preencher lacunas existentes nas deficientes redes de transportes dos centros urbanos, sem ônus ao ambiente no que se refere ao aumento de emissões. Desse modo, o Aeromóvel pode ser aplicado para reduzir os tempos médios de deslocamentos, tirando proveito de ocupação vertical o que dispensa em grande parte as onerosas ampliações nas pistas de rolagem e demais intervenções. Portanto, avalia-se como um sistema de transporte mais econômico quando comparado a outros sistemas, pois o consumo energético é menor, independente da intensidade do trânsito (TABELA 1). Em suma, o projeto do Aeromóvel, pode ser considerado fundamental no quesito mobilidade urbana por tornar mais dinâmica a capacidade de mobilidade da população, e em consequencia, contribui para aumentar a qualidade de vida nas grandes cidades. Passou de um protótipo antigo e pouco valorizado a uma alternativa importante de transporte no país.

TABELA 1 :

COMPARATIVO DE CONSUMO ENERGÉTICO ENTRE SISTEMAS DE TRANSPORTE		
	Período de mais trânsito Pico (Wh/pass.km)	***Período de menos trânsito Vale (Wh/pass.km)***
Carro médio	844,5	486,2
Trem urbano diesel	230,6	555,6
Trem urbano elétrico	180,6	433,4
Ônibus *single-deck*	161,1	402,8
Lotação (Microônibus)	141,7	500,0
Ônibus *dobule-deck*	122,2	305,6
Metrô	86,1	152,8
VLT	69,5	125,0
Aeromovel*	38,4	53,3

Fonte: VUCHIC, 2007 - Urban Transit Systems and Technology * FUNDATEC-UFRGS, 1984 - Projeto Aeromovel - Análise do Sistema de Propulsão (Contrato EBTU/COESTER/FUNDATEC/IPT) Relatório Interno Trensurb.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSA – AEROMÓVEL BRASIL S.A. Histórico. Porto Alegre, 2012. Disponível em <http://www.aeromovel.com.br>. Acessado em 28 ago. 2014.

BRASIL. Lei 12587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de jan. 2012. Seção 1, p. 1-3.

COESTER. Aeromóvel. 2010. Disponível em:<http://www.coester.com.br>. Acessado em 02 set. 2014.

G1 RJ. Prefeita de Campos assina convênio com Dilma Roussef para aeromóvel, 03 de julho de 2014. Norte Fluminense. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/07/prefeita-de-campos-assina-convenio-com-dilma-roussef-para-aeromovel.html>. Acessado em 28. Ago. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Infográficos. RS. Porto Alegre. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/233kf>. Acessado em: 10 set. 2014.

LINDAU, L. A., Pedroso, C. A., Heineck, L. F., 1987. "Performance of an innovative pneumatic transport system and its possibilities of application: the case of congested central areas." 3rd Conference of Urban Transport in Developing Countries, Cairo.

MENEZES, Kauê P. Aeromóvel é destaque em conferência no Japão. NOTÍCIAS TRENSURB. Porto Alegre, 08 de setembro de 2014. Conexão Aeromóvel, Nº 638 de 08 a 23 set. 2014.

PORTO ALEGRE RS. Lei Complementar Nº 434. Plano Diretor da Cidade de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 01 dez. 1999.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC RS). Aeromóvel. Histórico. Disponível em:<http://www.pucrs.br/aeromovel/historico.php> Acessado em: 01 set. 2014.

TRENSURB, 2014. Relatório operacional do Aeromóvel. Relatório interno. Porto Alegre, set 2014.

VECCHIA, Veridiana Dalla (Ed). Aeromóvel de Canoas garante R$ 9 milhões. CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 23 de julho de 2014. Caderno Cidades, Região Metropolitana, pág 15.

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

O PAPEL DO ENFERMEIRO DO TRABALHO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM UNIDADES ESCOLARES

Graduação
Ana Cristina Pereira dos Santos
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Enfermagem do Trabalho
anacristinapsantos@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde. Escolares. Creches. Mães trabalhadoras.

INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial mudou pra sempre a história da humanidade, principalmente para as mulheres, que ganharam o mercado de trabalho, direito ao voto e decidir sobre a gestação.

Hoje são chefes de famílias, respondem por grandes empresas e governam países, mesmo com tantas atribuições as mulheres trabalhadoras não abandonaram seu papel de mãe e esposa. Porém algumas atribuições foram delegadas a outros profissionais, como a educação dos filhos que são inseridos cada vez mais cedo em escolas e creches, onde recursos humanos, logísticos e pedagógicos fazem parte do dia-a-dia da criança e dos educadores inseridos no ambiente escolar.

Contudo, a promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidados a portadores de necessidades especiais ainda são um desafio para os professores que não têm formação específica para com a saúde das crianças, necessitando de treinamento e acompanhamento direto do profissional enfermeiro. Este trabalho tem como objetivo identificar o papel do enfermeiro do trabalho na promoção da saúde em unidades escolares para isso foi desenvolvimento uma pesquisa bibliográfica onde são utilizados artigos científicos que norteiam a promoção da saúde em unidades escolares.

DESENVOLVIMENTO

Com a revolução industrial, as mulheres deixaram seus afazeres domésticos e partiram para o mercado de trabalho a fim de melhorar a qualidade de vida de suas famílias, e alcançar reconhecimento como membro da sociedade e não coadjuvante dos chefes de família. Esse cenário mudou para sempre a história da humanidade. As mulheres conquistaram direito ao voto, a decidir sobre a gestação e hoje chefiam famílias, dirigem grandes empresas e governam países.

Com toda a transformação, essas mesmas mulheres não abandonaram seu papel de mãe e esposa, acumularam tarefas e delegaram diversas delas, como a educação dos filhos, que vão cada vez mais cedo para o ambiente escolar e por mais tempo também.

As escolas têm papel fundamental na história dessas mulheres, que entregam seus filhos pela manhã para que sejam educados, alimentados e mais que isso: que saiam cidadãos conscientes sobre preservação do meio ambiente, preparados para disputar o mercado de trabalho e comprometidos com o seu papel de cidadão perante a sociedade.

Porém o despreparo dos educadores é citado por Maranhão (2000), onde os treinamentos oferecidos apresentam-se brevemente e de forma artesanal, na maioria das vezes observando outros educadores.

Nesse contexto são inseridos os cuidados especializados em educação infantil, para crianças que chegam aos berçários com quatro meses de idade e necessitam de atenção especial na higiene, alimentação e manipulação, haja vista que elas estão fora do ambiente familiar e convivendo com outras crianças que passam pelo mesmo processo de desenvolvimento.

Os profissionais de educação encontram grandes desafios ao cuidarem do público infantil, pois cada criança é única, e desde muito cedo estão expostas ao convívio social, em um ambiente diferente da sua residência no ambiente escolar. Gabani (2010) aponta que os trabalhadores da educação encontram dificuldades no ambiente escolar, no que se refere a distribuição das responsabilidades para com a criança seja na instituição educacional, no ambiente familiar e ao que compete ao serviço de saúde.

A rotina escolar exige recursos humanos, logísticos e pedagógicos para que a criança não espere apenas o fim da jornada de trabalho de seus pais, mas que no momento em que estão inseridas na escola, possam ser estimuladas no seu desenvolvimento psicomotor, educacional e cuidados com a higiene e alimentação que estará a cargo da assistente de sala.

Segundo o Ministério da Saúde (2009), no Brasil a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, acolhem cerca de 50 milhões de crianças. Essa parcela da população está exposta a risco de adoecimento e vulnerabilidade e precisam de ações eficazes pelo Sistema de saúde, educação e ação social, tornando os profissionais da saúde relevantes no suporte das necessidades específicas dos alunos. Uma vez que a escola pública recebe crianças e adolescentes com deficiências físicas, visuais e mentais, torna-se um espaço de grande relevância para a promoção da saúde.

Crianças inseridas no segundo trimestre de vida nas escolas requerem cuidados específicos de higiene, como troca de fralda, banho, mamadeiras; todo esse processo exige conhecimento do profissional que faz esse trabalho.

Reis (2009) descreve que o enfermeiro pode atuar na prevenção e promoção da saúde bem como no crescimento e desenvolvimento infantil. É comum pensarmos que toda mãe sabe cuidar do seu filho, essa regra se aplica no ambiente familiar, onde cada mãe cuida do seu filho da forma que aprendeu com sua mãe e com experiências de filhos anteriores. No ambiente escolar, essa regra é diferente, as crianças devem ser higienizadas e cuidadas uniformemente, ou seja, todos os profissionais que manipulam as crianças devem o fazer da mesma maneira, com o intuito de evitar dermatites de contato e contaminação cruzada uma vez que todas as crianças da mesma faixa etária necessitam de trocas de cuidados constantes.

O papel do educador se funde com o cuidador que, em inúmeras escolas, exercem ambos os papéis, principalmente quando se trata de crianças inseridas em creches e crianças com deficiências. Um estudo conduzido por Araújo (2011) aponta que mesmo com a receptividade escolar frente às crianças com deficiência, ainda existe insegurança por parte de pais e educadores quanto ao despreparo e falta de formação ao recebê-las.

Nesse contexto, é importante salientar o preparo dessa profissional, algumas são mães e já cuidaram de outros bebês, porém de forma empírica. Quando se fala de qualidade na atenção primária é importante que a equipe tenha treinamento especializado embasado

em evidências cientificas, pautadas no conhecimento anátomo-fisiológico que rege e norteia a maneira correta de manipulação e todos os procedimentos que envolvem o cuidado com crianças.

Segundo Gomes (2003), o cuidado e a educação das crianças em creche são apontados como dimensões indispensáveis e indissociáveis, as quais devem complementar as ações da família e da comunidade. O termo *cuidado* implica em redimensionamento importante no ensino, pesquisa e prática de enfermagem. O cuidado deixa enfim de ser ato isolado para ser visto como um processo complexo, multifacetado que demanda uma atenção interdisciplinar.

Estudos conduzidos por Viana (2009) apontam a importância do enfermeiro graduado nas creches. Em consonância com Ministério da Saúde, que entende por creche como uma instituição de socialização complementar à família devendo proporcionar cuidados como higiene, saúde e educação, o enfermeiro deve ser apto a atuar nas ações primárias de saúde e na avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇOES FINAIS

As unidades escolares têm papel fundamental no dia-a-dia de mães trabalhadoras principalmente as que necessitam de creches para que seus filhos estejam inseridos durante a sua jornada de trabalho. Contudo, a maioria das escolas não contam com suporte em promoção da saúde que supram as necessidades dos alunos em relação à educação em saúde e promoção da saúde de forma integralizada como faz o profissional enfermeiro. É notória a presença deste profissional na orientação dos profissionais da educação frente à saúde das crianças em ambientes escolares. É necessário que a inserção desse profissional na equipe multidisciplinar que atua nas escolas se faça presente para que tanto os educadores como as crianças se beneficiem das informações e principalmente das ações propostas pelo enfermeiro do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham.** Rev. Dep. Psicol., UFF,Niteroi, v. 19, n. 2,. 2007.

FERREIRA, G. V.; PICCININI, C. A.; SILVA M. R. **O impacto da adaptação de crianças na creche sobre os sentimentos maternos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FIGUEIRAS, A.C. et al. **Manual para a Vigilância do Desenvolvimento Infantil no contexto AIDPI**, p. 10, 2005

GOMES, V. L. O.; S. A. S.; ERN, E. **O cuidado de crianças em creches: um espaço para a enfermagem**. Rev. Gaúcha Enferm, Porto Alegre (RS), 2003 ,177-88.

KRAEMER, F. Z.; DUARTE, M. L. C.; KAISER, D. E. **Autonomia e trabalho do enfermeiro**. Rev. Gaúcha Enferm. Porto Alegre, v. 32, n. 3, 2011.

MARANHÃO, D.G. **O processo saúde-doença e os cuidados com a saúde na perspectiva dos educadores infantis**.Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro 16(4):1143-1148, out-dez,2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica. **Saúde na Escola** n. 24. P.15, Brasília DF, 2009 e pagina 49.

VIANA A.C.R, et al. A atuação do enfermeiro na assistência a crianças em centros municipais de educação infantil (CME) de Goiânia. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 2009, p. 2-3 v.1, n.3, 2009

VITTA, F.C.F.; DE VITTA, A.; MONTEIRO, A.S.R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Ver. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.3, p.415-428, Set.-Dez., 2010.

FATORES QUE DIFICULTAM A ADOÇÃO DA GESTÃO DO SANGUE EM PACIENTES CIRÚRGICOS

Pós-Graduação
Alex Sandro de Almeida França
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Pós-Graduação Engenharia da Produção
alex_franca_@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de sangue. Transfusão de sangue. Pacientes cirúrgicos.

INTRODUÇÃO

Atualmente um crescente número de pacientes em todo mundo mostra relutância e até mesmo completa objeção ao uso de transfusão de sangue total e de seus componentes primários, quer por motivos religiosos ou não, buscando assim técnicas alternativas de tratamento. Este fenômeno leva a comunidade científica a implementar novas técnicas e estratégias que minimizam ou até mesmo excluem as transfusões de sangue. Uma das técnicas que tem ganhado grande notoriedade principalmente em pacientes cirúrgicos é a chamada gestão do sangue. Porém, a gestão do sangue não é comumente utilizada e o motivo são diversos. O presente artigo objetivou estabelecer, por meio de evidências científicas, os fatores que dificultam a adoção da gestão do sangue como estratégia para pacientes cirúrgicos. O tema em questão é relativamente novo e pouco debatido no cenário nacional, o que motivou a presente pesquisa. A hipótese de estudo inicial é que os fatores que dificultam a adoção da gestão do sangue são de caráter social e técnico, e não financeiro.

Em um mundo globalizado no qual a tecnologia é peça central na promoção da qualidade no atendimento de saúde, é natural que pacientes e profissionais busquem cada vez mais o aperfeiçoamento de técnicas, a evolução constante e a substituição de procedimentos arcaicos, a fim de aplicar os conhecimentos científicos para promover resultados mais satisfatórios.

> Compete ao médico aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente; (Código de Ética Médica – CFM).

DESENVOLVIMENTO

O presente artigo de desenvolvimento teórico analisou um método inovador alternativo a transfusão de sangue denominado de *"gestão do sangue"*. Embora a implantação da gestão de sangue não necessite de grandes investimentos, a sua adoção ainda é tímida. Isto se baseia no censo comum criado por diversos fatores profundamente arraigados tanto em pacientes como em profissionais de saúde, que dificultam a adoção da gestão do sangue. Os fatores podem ser divididos em duas principais categorias: sociais e técnicos. Na categoria social se encontram os fatores primitivos e contemporâneos que contribuem para uma visão positiva e emblemática do sangue como líquido que salva vidas, desestimulando assim a adoção da gestão do sangue. Os principais fatores sociais identificados são:

- *Religiosos:* Os humanos, ao longo de sua história, veem o sangue como fonte de vida, algo sagrado e muitas vezes com poderes de redenção, salvação, perdão de pecados e até místicos. Esses aspectos têm grande notoriedade no Israel antigo, onde os Judeus promoviam dentre outros sacrifícios a morte de animais e aspersão de seu sangue para o perdão dos pecados. Alguns desses aspectos vigoram até nossos dias a exemplo do Cristianismo, onde a crença prega que a salvação pode ser alcançada graças ao sangue de Jesus Cristo juntamente com seu corpo como sacrifício propiciatório.
- *Uso medicinal contínuo e a formação de opinião:* Tratamentos de saúde envolvendo uso do sangue, quer animal quer humano, remontam às civilizações antigas. Diversos relatos históricos demonstram que o sangue era usado de maneiras diversas na medicina primitiva como forma de tratamento "moderno" e "ideal", embora não houvesse uma comprovação científica de sua eficácia. Em 1667, o paciente Antoine Mauroy, diagnosticado com "loucura", temperamento instável e violento recebeu tratamento do renomado Dr. Jean-Baptiste Denis, famoso por ser médico de figuras destacadas como o Rei Luís XIV, da França. O Dr. Jean-Baptiste Denis propôs que a cura seria alcançada com uma transfusão de sangue de um bezerro, acreditando que teria um efeito calmante sobre o paciente demente e violento. Este caso não é um episódio isolado e diversos tipos de tratamentos médicos envolvendo o uso do sangue são relatados desde a antiguidade.

> Que dizer daqueles, também, que nos espetáculos dos gladiadores, para a cura da epilepsia, bebem com sede gananciosa o sangue dos criminosos mortos na arena, assim que corre fresco de seus ferimentos. (TERTULIANO, Terceiro Século DC).

Embora a grande parte destes tratamentos envolvendo o uso do sangue não tivessem embasamento científico nem eficácia comprovada, a sua contínua utilização ao longo dos séculos é uma evidência de que o uso do sangue na medicina, independente do quão bizarro fosse o tratamento, contribuía para a formação de opinião positiva do uso do sangue.

- *Apego Emocional:* Em diversas línguas e culturas é comum a aplicação de figuras de linguagem no cotidiano que associam o sangue as emoções e ao caráter da pessoa. Expressões como "sangue de barata", "dar o sangue", "sangue ruim", "sangue quente" e outras demonstram a associação emocional que existe entre as pessoas e o sangue.
- *Demonstração de Solidariedade:* Mais recentemente após a Segunda Guerra Mundial, a prática de transfusão de sangue se consolida como demonstração evidente de nacionalismo e solidariedade, entendimento geral que perdura até nossos dias. Como o volume de sangue necessário para aplicações nos soldados feridos era muito grande e a recuperação deles era de suma importância para o esforço de guerra. O armazenamento de sangue passou a ser uma questão estratégica de segurança nacional para as nações envolvidas na guerra. A doação, que antes era incentivada para parentes e amigos de pacientes, passou a ser estimulada

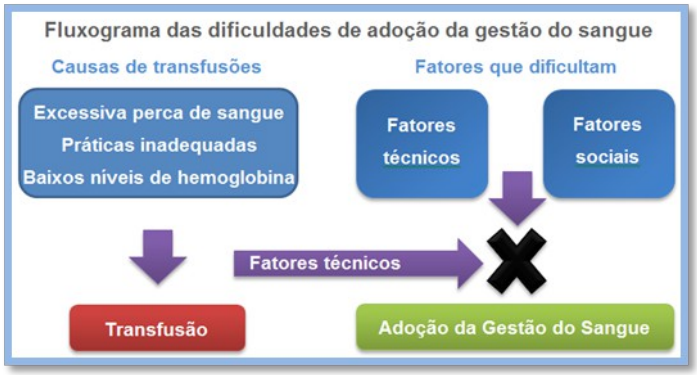
como dever dos cidadãos por meio da cultura de patriotismo e solidariedade, que foi fortemente difundida principalmente na Europa.

Os fatores sociais combinados contribuem para formação do senso comum de que a transfusão de sangue é impreterivelmente a única solução eficaz e segura para salvar vidas no quesito reposição de volume sanguíneo em pacientes cirúrgicos. Desestimulando assim a adoção de outras técnicas ou métodos alternativos como a gestão do sangue.

Pesquisas evidenciam que a maior parte das transfusões de sangue (até 94%), realizadas em pacientes cirúrgicos, são atribuídas a (ou a combinação) excessiva perca de sangue durante o procedimento operatório, práticas inadequadas e baixos níveis de hemoglobina no sangue no pré-operatório.

- *Práticas inadequadas:* Lamentavelmente, os fatores a que são atribuídos a grande maioria das transfusões de sangue muitas vezes estão relacionados aos fatores técnicos que dificultam a adoção da gestão do sangue, a exemplo da eletrocirurgia.

> Com relação a excessiva perda de sangue durante o procedimento operatório, embora a eletrocirurgia esteja amplamente disponível atualmente, ainda existe a realização de cirurgias apenas com bisturis convencionais ou com baixa utilização da eletrocirurgia, propiciando assim hemorragia excessiva. Normalmente a ausência ou baixa utilização da eletrocirurgia está relacionada a conveniência do operador, maior rapidez no procedimento e a fácil aplicação de transfusões de sangue para corrigir o volume perdido no procedimento. (FRANÇA, 2014).



- *Estudo do paciente específico:* Outro fator técnico que dificulta a adoção da gestão do sangue é o uso de critérios técnicos arcaicos e padronizados para determinar a necessidade de transfusão como o limite recomendado de hemoglobina no sangue, utilizado desde quando proposto em 1942 pelo americano Dr. John S. Lundy.

> Não podemos continuar fazendo medicina em 2011 baseados num relato de 1942. (SEGATTO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho evidenciou que existem fatores sociais e técnicos que dificultam a implantação da gestão do sangue. Porém, para que a gestão do sangue possa emergir como uma alternativa real, é necessária uma mudança no padrão de pensamento e de comportamento de pacientes e principalmente de profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS

Shander, Aryeh. From Bloodless Surgery To Patient Blood Management. Volume 79. New York. Mount Sinai Journal Of Medicine. 2012. Pg. 56-65.

Código de Ética Médica – Res. 1931-2009 – Capítulo I – Princípios Fundamentais. Conselho Federal de Medicina do Brasil.

Segatto, Cristiane. Menos Sangue Por Favor. Revista Época, Saúde e Bem Estar. Editora Globo S/A. 2011.

Tertuliano. Cartago. Segundo e Terceiro Século DC, Apologia

França, A.S.A. A eletrocirurgia como estratégia na gestão do sangue em pacientes Testemunhas de Jeová. Revista Saúde e Desenvolvimento. Vol 5 N° 3 Janeiro 2014. ISSN 2316-2864.

Transfusões de Sangue: Uma Longa História de Controvérsias. Despertaí. 08 de Janeiro de 2000. Pg. 4-6.

O FARMACÊUTICO NA CONSCIENTIZAÇÃO Á EQUIPE DO NASF QUANTO AO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS EM SETUBINHA-MG

Pós-Graduação
Aline Barbosa Lima
Centro Universitário Internacional – UNINTER
Pós graduação em Farmacologia e Interações medicamentosas
alineblnc@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Uso racional de medicamentos. Farmacêutico. Educação. Comunidade.

INTRODUÇÃO

Com ações de educação em saúde, podemos integrar os participantes da comunidade com os grupos inseridos ativamente na proposta do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), conceituar a preparação da comunidade à ativa atuação, junto com os profissionais que visem à promoção da saúde; conhecimento científico, senso comum e à prática vivenciada a fim decontribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e saúde no processo de construção do saber coletivo (ACIOLE, 2008).

O Farmacêutico juntamente à equipe do NASF, entre as intervenções principais, está a promoção do uso racional de medicamentos (URM), através de ações educativas á população que tenham acesso ao uso de medicações, atuando principalmente com a assistência do farmacêutico.

Há uma grande preocupação da comunidade científica quanto ao URM e seu devido descarte, bem como o impacto e contaminação ao meio ambiente, tornando-se importante a conscientização dos riscos inerentes de exposição a agentes residuais contaminantes (VINHOLES, ALANO, GALATO, 2009).

De acordo com CUNHA (2008), a facilidade do acesso a medicamentos gera certo incentivo à automedicação, da qual podem favorecer ao acúmulo nas residências e acondicionamento inadequado. Dessa forma, resulta-se numa maior susceptibilidade à utilização de medicamentos com prazo de validade expirados, contribui para a ocorrência de eventuais efeitos adversos e/ou intoxicações pela utilização indiscriminada sem auxílio médico ou farmacêutico. Um problema de gestão e de saúde pública, pela então falta de informações à esse respeito às classes mais susceptíveis, como os idosos e crianças.

Esse trabalho tem por objetivo discutir abordagens, integrar ações de assistência do farmacêutico e desenvolvimento de atividades, almejando diminuir o descarte inadequado de medicamentos e despertar o interesse da comunidade pela educação em saúde, utilizando-se artifícios orais, dinâmicos e recursos visuais que permeiem trocas de conhecimento e consolidação de conceitos que fomentam o uso e descarte racional de medicamentos, gerando menor impacto ao meio ambiente, e utilização correta com acompanhamento aplicado por uma equipe multidisplinar pertencentes ao NASF- Município de Setubinha-MG.

METODOLOGIA

O presente trabalho classifica-se como estudo descritivo de abordagem qualitativa observacional realizada no período de junho de 2013.

O grupo do NASF, conta com 292 participantes vinculados ao Sistema Único de Saúde, compreendendo todas as faixas etárias e uma equipe multidisciplinar. O plano de ação é por meio da formação de grupos com a apresentação de palestras de cunho educativo, destacando a importância do profissional farmacêutico, quanto à assistência e ferramentas de gestão e aperfeiçoamento para novos conhecimentos, assegurando estratégias para reorientação individual e coletiva e medidas prospectivas de conscientização quanto ao URM.

A atividade escolhida, "Uso Racional de Medicamentos (URM)", consistiu em demonstrar aos participantes da comunidade do NASF a importância do URM, e o descarte adequado dos medicamentos a qual eles tinham acesso. A equipe do NASF foi acomodada em uma sala de áudio e vídeo para a apresentação da palestra expositiva e com diálogos dinâmicos que permitiram a interação do grupo, e espaço para eventuais questionamentos e dúvidas.

A utilização de recursos visuais como figuras e desenhos que a tornou mais atrativa. Os *slides* foram confeccionados de forma simples a atender uma linguagem acessível e de fácil assimilação, com tópicos frisando a importância da adesão farmacológica, identificando a possibilidade de haver acúmulo de medicamentos em residências e sua destinação final quando não utilizados ou com prazo de validade expirado. Nesse caso, a ideia sugerida foi a entrega junto ao posto de saúde do NASF. O uso indiscriminado e automedicação podem trazer possíveis efeitos adversos que podem resultar em agravos como intoxicações, contaminação do meio ambiente, bem como a importância de se procurar auxílio de um profissional qualificado para eventual assistência.

RESULTADOS

Percebeu-se que a maioria do grupo interagiu com o assunto abordado no decorrer da palestra. Muitos disseram que "possuíam medicamentos em suas residências", já outros relataram que "não tinham o hábito de verificar a data de validade dos medicamentos", e que ninguém nunca havia dito que o "uso de medicamentos poderia trazer algum perigo à eles próprios". Esses relatos partiram do grupo do NASF, ao qual foram instruídos antecipadamente quanto ao consentimento livre e estabelecido para divulgação. Ao final da apresentação foram anotadas e sanadas as dúvidas de algumas pessoas que se identificaram com os assuntos propostos, dialogando diretamente com o farmacêutico.

Após a palestra se possibilitou o esclarecimento de dúvidas, relatos e suas respostas reportadas da seguinte forma: a adesão ao tratamento com antibióticos, para evitar resistência bacteriana, armazenar medicamentos em local limpo e fresco para garantir a estabilidade farmacológica deles; dar a destinação correta para evitar contaminações com o meio ambiente, guardar em local seguro, para evitar o acesso as crianças.

Evidenciou-se a necessidade de debater o assunto a fim de complementar o assunto relacionando sempre ao uso seguro e racional de medicamentos.

DISCUSSÃO

Para Acioli (2008), a relação de confiança e o diálogo entre o profissional e a comunidade estabelece maior compreensão da proposta educativa das palestras, e suas consequências não são imediatas e sim de caráter construtivo.

Com a facilidade de aquisição de medicamentos, esses podem ser encontrados nas residências. Promover ações de educação em saúde significa concomitantemente desenvolver junto à comunidade um senso de autocuidado, uma vez que são eles que têm que zelar pelo URM. Para tanto é necessário desenvolvimento da consciência para que eles próprios saibam reconhecer os riscos inerentes à automedicação. Trazendo esse problema à comunidade, é possível a troca de conhecimento entre o farmacêutico e a comunidade quanto aconscientização da importância de se obter o sucesso na terapêutica medicamentosa.

De acordo com Silva (2012), o convívio e o respeito tornam-se um aspecto importante às ações, facilitando a interação comunicacional, entre os saberes inseridos no tema, e a compreensão da proposta que é voltada ao ensino no campo de saúde pública.



Figura 1- Comunidade equipe do NASF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em saúde reforça a interação da comunidade com o profissional farmacêutico. Ela reforça também a proposta de uma equipe multiprofissional integrada de atenção á saúde e que esteja mais acessível e/ou inserida junto à comunidade como meio principal de despertar o interesse na construção coletiva do saber.

Para tanto, a ação do farmacêutico como profissional inserido na equipe do NASF, é imprescindível para o acompanhamento farmacológico ao URM e promotor de ações de boas práticas ambientais.

Conclui-se que a evolução da palestra possibilitou certa mudança de postura dos participantes da comunidade do NASF, através do relato das opiniões. Ficou evidente a necessidade de se trazer mais projetos que articulem ações de educação continuada para promover o URM, possibilitando um maior aprendizado para a evolução conceitual de práticas que levem mais conhecimento à população.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. **A prática educativa como expressão do cuidado em Saúde Pública. Revista brasileira de enfermagem**. Vol. 61 no. l Brasília jan/ fev 2008<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672008000100019&script=sci_arttext>Acesso setembro 2014

CUNHA, M. F. C.; **A racionalidade da mercantilização da doença**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, faculdade de Saúde Pública da USP. <file:///C:/Users/Farmacia/Downloads/MarceloCunha%20(1).pdf >Acesso setembro 2014

SILVA, A. T. C. S.et al. **Núcleos de Apoio à Saúde da Família: desafios e potencialidades na visão dos profissionais da Atenção Primária do Município de São Paulo, Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 28(11):2076-2084, nov, 2012. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v28n11/07.pdf >Acesso setembro 2014

VINHOLES, E.R. ; A., G. M.; GALATO, D.**: A percepção da comunidade sobre a atuação do Serviço de Atenção Farmacêutica em ações de educação em saúde relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos.**Saude e Sociedade . vol.18 no.2 São Paulo Apr./June 2009
<**http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200012**>
Acesso setembro 2014

PREVALÊNCIA DE DORES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PROFESSORES DE UMA IES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.

Pós-Gaduação
Ângela Maria Rodrigues de Jesus
Centro Universitário Internacional - UNINTER
Docência ensino superior
angelarjj@bol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Prevalência. Osteomusculares. Professores.

INTRODUÇÃO

Os sintomas osteomusculares podem ser definidos como o autorrelato de dor, formigamento ou dormência em nove diferentes regiões corporais, conforme o referencial teórico do questionário nórdico de avaliação de sintomatologia osteomuscular (BRASIL, 2001).

Desse modo, os distúrbios musculoesqueléticos acarretam um grave problema de saúde pública e um dos mais graves no campo da saúde do trabalhador. Em todo o mundo, esse distúrbio gera aumento de absenteísmo**,** de afastamento temporário ou permanente do trabalhador, também produzindo custos expressivos em tratamento e indenizações (MUROFUSE; MARZIALE, 2005),

Dentre as profissões, na área de educação, em específico, o professor é o que mais se destaca pelo aparecimento dos distúrbios musculoesqueléticos, devido à variabilidade de tarefas que esse profissional exerce no seu cotidiano (AMARANTE, 2001).

Dessa forma, o presente estudo busca responder à seguinte problemática: Qual a prevalência de dores musculoesqueléticas nos professores de uma Instituição de Ensino Superior no município de Vitória da Conquista/BA?

A fim de responder a problemática proposta, o presente estudo delineia como objetivo geral avaliar a prevalência de dores musculoesqueléticas nos professores de uma Instituição de Ensino Superior no município de Vitória da Conquista/BA. Especificamente, têm-se como objetivos: investigar os locais mais acometidos pelos sintomas musculoesqueléticos; investigar o impacto dos sintomas musculoesqueléticos sobre as atividades da vida diária e averiguar se houve procura dos professores por profissionais da área de saúde.

Além disso, o trabalho se reveste de importância social na medida em que os profissionais de educação pertencem a uma das maiores categorias profissionais do país e dados epidemiológicos apontam a necessidade de intervenções em promoção à saúde para os mesmos, o que constitui um vasto campo de conhecimento acadêmico.

TIPO DE ESTUDO

No que se refere aos seus objetivos, a presente pesquisa se classifica como descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva, por sua vez, visa descrever as características de determinada população ou fenômeno. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado (MARCONI; LAKATOS, 2002). Em relação à sua

natureza, se classifica como quantitativa, pois basicamente busca entender um fenômeno específico em profundidade (MARCONI; LAKATOS, 2002). A amostra foi selecionada pelo método de amostragem não probabilística, por conveniência, composta por cinquenta e um docentes que compõe um universo de cento e sessenta e oito profissionais pertencentes ao quadro funcional da instituição de ensino superior. O instrumento de pesquisa utilizado para coleta dos dados será o questionário com questões estruturadas nórdicas (QNSO).

RESULTADOS

No presente estudo houve uma maior frequência de indivíduos do sexo masculino (58,82 %), com uma faixa etária entre 26 e 53 de idade e a média de idade dos entrevistados – 34,8 anos, o percentual de maior concentração (50%) é entre 30 e 40 anos. Acima de 40 anos apresentam uma média respectivamente de 25%. Entretanto, em relação ao gênero estudos apontam maior prevalência de sintomas osteomusculares em mulheres. Para Maciel *et al.* (2006), a diferença de massa muscular, composição corporal e tamanho das mulheres em relação aos homens pode representar fator de risco predisponente a sintomas osteomusculares. No que concerne às atividades as quais fazem parte do seu cotidiano, nota-se que além de possuírem uma carga excessiva de jornada de trabalho, no qual 56,86% dos participantes exercem outra atividade profissional além da docência. Sendo que 43,13% dos entrevistados exerce a função de docente com uma carga horaria de 40 horas semanais.

Tabela 01 - Percentual das Regiões Incidentes nos últimos 12 Meses

Variáveis		
Pescoço/região cervical	31	60,78
Ombros	26	50,98
Braços	17	33,33
Cotovelos	10	19,60
Antebraços	14	27,45
Punhos/mãos/dedos	21	41,17
Região Dorsal	27	52,94
Região Lombar	33	64,70
Quadril/membros inferiores	28	54,90
Total		100,00

FONTE: Pesquisa de campo – IES Vitória da Conquista 2013

Pode-se observar que as regiões mais incidentes de algias na amostra estudada nos últimos 12 meses são pescoço/região cervical, seguida da região e lombar dorsal e quadril/membros inferiores, como pode ser observado na tabela acima.

A posição prolongada da elevação dos membros superiores pode muitas vezes provocar dores na região do ombro. Para Ilda (2005), as dores na região cervical começam a aparecer quando a inclinação da cabeça para frente aumenta, sendo que essa postura provoca fadiga rápida dos músculos do pescoço e ombros, devido à cabeça ter um peso relativamente elevado.

Tabela 02 - Percentual das Regiões nos últimos 07 Dias

Variáveis		
Pescoço/região cervical	20	39,21
Ombros	16	31,37
Braços	10	19,60
Cotovelos	04	7,84
Antebraços	07	13,72
Punhos/mãos/dedos	14	27,45
Região Dorsal	18	35,29
Região Lombar	28	54,90
Quadril/membros inferiores	22	43,13
Total		100,00

FONTE: Pesquisa de campo – IES Vitória da Conquista 2013

Com as respostas obtidas no quadro acima, observa-se que os quadros álgicos das regiões dorsais e lombares são mais incapacitantes, segundo a opinião dos pesquisados, que fazem uma relação maior entre esses sintomas e o impedimento à prática da atividade laboral desempenhada. O que reforça o evidenciado por Deliberato (2002), quando fala dos sintomas osteomusculares mais comuns em professores. Evidencia-se que 72,54% (n=37) dos participantes da pesquisa não apresentam diagnostico medico de patologias preexistente, enquanto 27,45% (n=14) afirmaram possuírem o mesmo. Dentre as patologias citadas houve maior número de entidades clinica relacionadas aos distúrbios osteomusculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que as posturas adotadas pelos profissionais durante a realização de suas atividades profissionais aliados ao estresse são fatores que contribuem para o desenvolvimento dos sintomas citados neste estudo.

Sugere-se que seja instituído um programa de incentivo a pratica de exercício físico por meio de parcerias com clinicas e academias contribuindo dessa forma para aumentar a qualidade de vida destes profissionais. Quanto ao ambiente físico recomenda-se que seja realizado estudo ergonômico em relação à iluminação, recursos áudio visuais, ventilação, mobiliário, com objetivo de reduzir os agravos osteomusculares aos profissionais.

Diante do pressuposto nota-se a importância de programas continuados de educação em saúde independente do segmento social como sendo a forma mais equânime de produzir resultados qualitativos em saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, S.T. Análise das condições ergonômicas do trabalho das enfermeiras de Centro Cirúrgico. **[dissertação de mestrado].** São Paulo (SP): Escola de Enfermagem/ USP; 2001.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Nota Técnica 060/200**1. Brasília, 2001.

DELIBERATO, Paulo César P. **Fisioterapia Preventiva: Fundamentos e Aplicações.** 1ª Edição – São Paulo: Manole, 2002.

IIDA, I. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

MACIEL, A. C. C.; FERNANDES, M. B.; MEDEIROS, L. S. Prevalência e fatores associados à sintomatologia dolorosa entre profissionais da indústria têxtil. ***Revista* Brasileira *de Epidemiologia,*** São Paulo, v. 9, n. 1, p. 94–102, mar. 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; **Técnicas de Pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MUROFUSE, T. N.; MARZIALE, M. H. P. Doenças do sistema osteomuscular em trabalhadores de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem. 13**, maio/junho, 2005.

PARÂMETROS HEMATOLÓGICOS EM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Graduação
Alana S. Campelo de Souza; Letícia Riva Finatti; Renato M. Nisihara
Universidade Positivo
Biomedicina
alanaserrano65@gmail.com, le.finatti@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Crianças. Síndrome de Down. Índices Hematológicos.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD), também conhecida como trissomia do cromossomo 21, é a alteração cromossômica mais frequente na população mundial. Aproximadamente uma para cada 700 crianças nascidas vivas é portadora da síndrome (YANG, 2002).

Ao nascimento e logo nos primeiros anos de vida, a criança Down já apresenta várias complicações de saúde, das quais as mais importantes incluem: cardiopatias congênitas, hipotonia, déficit auditivo, distúrbios da tireóide e maior suscetibilidade a infecções (RIBEIRO, 2011).

As anemias são consideradas doenças frequentes em todos os países, atingindo principalmente crianças e gestantes, especialmente nos países em desenvolvimento (RODRIGUES, 2011). Alguns autores já demonstraram que crianças com SD tem maior predisposição a doenças hematológicas como anemias.

São escassos os estudos que fizeram a avaliação dos hemogramas de crianças com SD, analisando não só possíveis alterações hematológicas, como também para monitorar o estado geral de saúde desses pacientes.

O presente estudo teve como objetivo analisar os resultados dos hemogramas realizados em crianças com SD que não apresentavam qualquer sintomatologia de infecção viral ou bacteriana no momento da realização do exame.

Hipótese: Crianças entre 2 e 14 anos com SD apresentam leucometria mais baixa do que crianças sem a síndrome e há também maior ocorrência de anemias nesse grupo.

Justificativa: Sugere-se a realização do trabalho por não existirem dados no Brasil referentes às alterações dos parâmetros hematológicos e também por ter sido observado, no maior ambulatório especializado em SD do sul do país (Hospital de Clínicas de Curitiba), que o número de leucócitos nesses indivíduos é mais baixo do que em crianças não portadoras da síndrome, mesmo quando eles estão saudáveis.

Dessa maneira, se for possível traçar um perfil dos portadores de SD em relação aos índices hematológicos, como é o objetivo inicial do trabalho, pode-se chegar a uma conclusão de como são esses pacientes e porque eles têm esses índices alterados.

DESENVOLVIMENTO

Foram incluídos no estudo os resultados dos hemogramas realizados em crianças diagnosticadas e confirmadas por meio de cariótipo com SD, que no momento do exame tinham idade entre 2 e 10 anos e que não tinham no exame clínico, sinais e sintomas de

doença infecciosa. Os dados clínicos e demográficos dos pacientes foram coletados pela revisão dos prontuários médicos.

Foram consideradas como critérios de exclusão do estudo crianças que não se encaixavam na faixa etária estipulada e aquelas que no momento da consulta apresentassem sintomas de infecção viral, bacteriana ou quaisquer queixas que pudessem interferir no resultado do hemograma.

Os exames foram realizados nos laboratórios clínicos de Curitiba-PR. Foram estudados os seguintes parâmetros hematológicos presentes nos laudos do hemograma: número total de eritrócitos, concentração de hemoglobina (Hb), volume globular (VG), volume corpuscular médio (VCM), hemoglobina corpuscular média (HCM), concentração de hemoglobina corpuscular média (CHCM), número total de plaquetas e número total de leucócitos. Além disso, foi feita uma análise comparando-se os parâmetros avaliados em relação ao gênero e a idade das crianças estudadas.

Os dados foram planilhados e a análise estatística foi feita empregando-se os testes adequados (Kolmorov-Smirnof, Qui-Quadrado, teste p de Fisher, Mann-Whitney) com o auxílio do programa Prisma 4.0. Valores menores de $p<0,05$ foram considerados significativos.

No total foram avaliados 203 hemogramas, sendo 103 meninos e 100 meninas com SD, entre 2 e 10 anos, com média de quatro anos de idade. Notou-se que as médias e desvios padrões de todos os parâmetros analisados mostraram-se próximos em ambos os sexos. Além disso, não foram observadas diferenças significativas, nos parâmetros analisados no hemograma, entre os valores encontrados nas amostras estudadas e os valores já descritos na literatura (GREER *et. al.,* 2008), para crianças nessa faixa etária. A contagem total de eritrócitos apresentou média de $4,63x10^6 \pm 0,45$ céls/mm^3. A média para a contagem total de leucócitos foi de $7300,5 \pm 2893,92$ céls/mm^3. Observou-se que os valores médios de hemoglobina foram de $13,68 \pm 1,59$ g/dL nas amostras investigadas. Nos índices hematimétricos, VCM, HCM e CHCM, os quais se enquadraram dentro dos valores já descritos na literatura.

Dentre as crianças estudadas 25/203 (12,3%) apresentaram anemia, sendo que nas mesmas a idade média foi de $3,3 \pm 1,28$ anos (entre 2 e 6 anos). Em relação aos índices hematimétricos, o VCM apresentou média de 84,6; o HCM de 27,8 e o CHCM de 33,1. Do total de pacientes com anemia, 5/25 (20%) apresentaram anemia microcítica e hipocrômica, enquanto nos outros 80% a anemia presente era, de acordo com os índices, normocítica e normocrômica. A comparação entre os valores de Hb e índices hematimétricos em relação ao gênero, observou-se que os meninos apresentaram Hb e índices hematimétricos significativamente menores que as meninas ($p<0,001$). A exceção foram os valores de CHCM, para os quais não houve diferença significativa ($p=0,76$).

A OMS estima que, nos países em desenvolvimento, a metade das crianças com idade inferior a quatro anos apresente anemia. Em 2002, Silva *et. al* estudou 557 crianças entre 0 a 36 meses de idade, em escolas municipais infantis de Porto Alegre, RS. Encontrou-se uma prevalência de anemia de 47,85% em toda a população estudada. Já em 2004, Santos *et al.* mostrou que, em seu estudo com 306 crianças menores de seis anos, na periferia de Pelotas, RS, a prevalência de anemia encontrada foi de 53%.

No presente estudo, detectou-se que 12,3% (25/203) dos pacientes apresentavam anemia, sendo que destes 14/103 eram meninos e 11/100 meninas. Todas as crianças com

anemia tinham idade entre dois e seis anos, evidenciando que essa seria a faixa etária com maior risco.

A prevalência de anemia encontrada no estudo mostrou-se um pouco abaixo daquela observada por outros autores. Entretanto deve-se levar em consideração que as amostras analisadas se tratavam de pacientes atendidos em um consultório pediátrico particular, caracterizando uma amostra não representativa da população infantil brasileira como um todo.

A diminuição nos valores de hemoglobina está relacionada à baixa contagem de eritrócitos e ao baixo índice de volume globular (VG). De acordo com os dados do presente estudo, os índices de VG (39,5%) e Hb (13,3 g/dL) dos meninos foi menor que o observado nas meninas (40,7% e 14,0, respectivamente). Prado *et al*., relataram no estado de São Paulo o perfil antropométrico de 187 crianças com SD, descrevendo que 80,2% dessas crianças, aproximadamente 150, apresentavam baixo peso e estatura em relação a idade em ambos os gêneros, mas em maior número entre os meninos. Além disso, o estudo definiu que o gênero masculino tem maiores carências nutricionais do que o feminino.

Deprati, em 2005, mostrou que as crianças com SD, têm maior probabilidade de apresentarem como a doença celíaca (DC), sendo considerados como grupo de risco. Wouters *et al.* relataram prevalência de DC em crianças com SD, de 4 a 15%, significativamente maior do que a população em geral (0,3 a 1%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo é pioneiro no Brasil ao apresentar os resultados dos hemogramas das crianças com SD, relatando que seus índices hematológicos, apesar de todas as alterações provocadas pela síndrome, encontram-se dentro do esperado para crianças sem a SD.

REFERÊNCIAS

OMS. Série Informes Técnicos. Anemia nutricionales: informe de um grupo de expertos en nutricion de la OMS. Ginebra: OMS; 1972.

DEPRATI. Enfermedad celíaca. Evid Act Pract Ambulat 2005;8:51-55

PRADO, M.B. et. al. Acompanhamento nutricional de pacientes com Síndrome de Down atendidos em um consultório pediátrico. O Mundo de Saúde, p. 335-46, 2009

Wouters J, Weijerman ME, Furth MV, Schreurs MWJ, Rusius JBAC, Blomberg MEV et al. Prospective human leukocyte antigen, en- domysium immunoglobulin a antibodies, and transglutaminase anti- bodies testing for celiac disease in children with Down syndrome. J Pediatr. 2009:239-242.

YANG, Q. et. al. Mortality associated with Down's syndrome in the USA from 1983 to 1997: a population-based study. The Lancet, Atlanta, v. 359, 2002.

Ribeiro, L.M.A. Imunorregulação central e periférica em pacientes com Síndrome de Down e autoimunidade. São Paulo, 2011. Programa de Pediatria, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

GREER, M.K.; *et al*. Whintrobe, Clinical Hematology (Volume l). Philadelphia, PA: Lippincott Williams & Wilkins, 2013.

SANTOS, I., CÉSAR J. A., *et al*. Prevalência e fatores associados à ocorrência de anemia entre menores de seis anos de idade em Pelotas, RS. Rev. bras. epidemiol. vol.7 n.4 São Paulo Dec. 2004

ÍNDICE POR AUTORES

ADAIRA KESSIN ELIAS.....93, 110
ALANA SERRANO CAMPELO DE SOUZA.....443
ALEX DAL GOBBO ABI.....174, 363
ALEX SANDRO DE ALMEIDA FRANÇA.....431
ALEXANDRE DIPP BITTENCOURT.....278
ALEXANDRE MACHADO FERNANDES.....61
ALEXIA RAISSA DA SILVA.....145
ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO.....282
ALICE EDUARDA BARBOSA GONÇALVES 286
ALINE BARBOSA LIMA.....435
ALINE DE OLIVEIRA.....15, 363
ALINE PEREIRA DA COSTA.....404
ANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS.....427
ANA PAULA LOPES FERREIRA.....245
ANA PAULA MARCON.....19
ANDRÉ LUIZ COSTA DIAS.....249
ANDRESSA HOLZMANN.....290
ANE ELISE BRANDALISE GONCALVES.....294
ÂNGELA MARIA RODRIGUES DE JESUS.....439
ANNE CAROLINE PELLIZZARO.....221
ANTOINE YOUSSEF KAMEL.....298
ANTONIO MARCOS QUINUPA.....302
ARLEIDE APARECIDA ALVES DO NASCIMENTO.....306
BÁRBARA FELICIANO SCARELLI.....202
BRUCE LEE PEREIRA.....252
BRUNA IGNÁCIO PEREIRA.....395
BRUNO FERNANDO DA SILVA.....221
CAIQUE FERNANDO DA SILVA FISTAROL.....189
CAMILA AMANDA GOMES FERREIRA 309
CAMILA BORGES.....313
CARMEN JULIA LANNES BIANCHI.....106
CAROLINE BONA.....198
CÁSSIA SCARINCI DO NASCIMENTO.....207
CELSO GIANCARLO DUARTE DE MAZO.....118
CÍNTIA SILVA DA CONCEIÇÃO.....319
CLAUDETE RODRIGUES VARELA RIBAS.....171
CLAUDIA ANDIARA.....171
CLAUDIA FERNANDA SANTOS.....114
CLEICIANE MASSUMI MATSUDA.....412
DANIELA DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA.....156
DANIELA JANAÍNA PEREIRA MIRANDA.....391
DANYA POLAK.....19
DIEGO GROCHOSKI.....212
DIOGO TAVARES DE MIRANDA FERREIRA.....324
DOUGLAS DIB PALLÚ.....332
EDILSON FERNANDES GONÇALVES.....335
EDNA MARTA OLIVEIRA DA SILVA.....24
EDVALDO LUIZ RANDO JR.....278
EDNELSON QUEIROZ SOBRAL.....28

ELAINE CRISTINA HOBMEIR.....122
ELIANE MARTINS QUADRELLI JUSTI.....65
ELISANGELA VANICE OTAVIANO.....118
ELIZANE ANDRADE DA SILVA.....31
ETIANE GUIMARÃES TRENTIN.....35, 148
FABRÍCIA ALMEIDA VIEIRA.....216, 327
FABRÍCIO VAZ LEAL COTAT.....324
FÁTIMA RODRIGUES PEREIRA CATARINO.....145
FERNANDA SABATINI QUINTAS.....39
FRANCIANE CRISTINE BUBNIAK 339
FRANCISCO CENILDO DA COSTA FILHO.....343
GABRIEL AUGUSTO DA LUZ.....367
GABRIEL ROSSI MATIAS.....278
GICÉLE APARECIDA WORMSBECHER.....141
GIOVANNE ZAMPIERI.....212
GRAZIELLA CHAGAS DA SILVA.....347
GUSTAVO ANTONIO ANICETO VERAS.....408
HENRIQUE MATHEUS COSTA CARDOSO.....327
IRISMAR PIRES DE FRANCA.....152
JACIARA KÉSSIA DA SILVA CRAVEIRO.....415
JANAINA DE SOUZA SILVA.....43
JANE LANZARIN.....101
JAQUELINE DOMINGUES DE OLIVEIRA.....156
JÉSSICA BUENO.....254
JOÃO BATISTA DA SILVA.....351
JONAS ACIR CABRAL.....225
JORGE HENRIQUE ARAUJO MEDEIROS.....258
JOSÉ MANUEL DE BARROS DIAS.....182
JOSÉ SÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA.....355
JUSSARA CARDOSO DE SOUZA MELO.....270
KAIO ENRIK SANTOS.....359
LETÍCIA RIVA FINATTI.....443
LINCON MASSAMI SAKATA 375
LUCAS DA SILVA SANTOS.....47
LUÍS AUGUSTO TON.....327
LUIZ GONZAGA TELES NETO.....270
LUZIA MARIUXA ESPINOZA GONZALES.....363
MARCELO MENDONCA TEIXEIRA.....97
MARCIO BARRA DA SILVA.....160
MARCOS RIVABEM.....367
MARIA CRISTINA VAREIRO MACHADO.....160
MARIA HELOISA DE MIRANDA.....371
MARIANA WERNER DE LEMOS.....245
MARINA DOS SANTOS VALENTIM.....164
MARISA DE SOUZA CUNHA.....43
MARLI PEREIRA DE BARROS DIAS.....178
MATHEUS MOCELIN.....367
MATIAS SCHWAMBACH.....418
MAURO ANTONIO FERREIRA SANTOS FILHO.....212
MIRIAM CRISTIANE BENDER STREIT.....51
MIRIAN MOREIRA MIYASAWA.....375
MIRIAN RAMOS MARQUES PIMENTEL.....400
NÁRILA PAOLA SIRINO.....230
NELY SILVA PONTES DE MORAES.....54

NICOLLE MIKA DOS SANTOS.....263
PATRICIA BERALDO.....134
PATRICIA DOS SANTOS OGA.....58
PEDRO HENRIQUE COIMBRA NOWACKI.....375
PRILA LELIZA CALADO.....193
RAFAEL DOS SANTOS RAMOS.....225
RAFAEL LEANDRO TREVISAN GAGLIARDI.....379, 412
REGIANE SOARES LIMA.....233
REGINA APARECIDA FAUSTINO.....171
RICARDO DANTAS GONCALVES.....237
RICARDO MARGALHO PRINS.....267
ROBERTO JOSÉ MEDEIROS JUNIOR.....61
RODRIGO MISCCHIATTI MONTEIRO.....207
ROMER MOTTINHA SANTOS.....241
ROSANE DE LARA CAETANO ANDRADE.....65
SAMANTHA BORGHETTI.....395
SÂMIA CAROLINA GOMES DO ROSÁRIO.....69
SÂNDALO MONTE SERRAT BINDO.....207
SANDRA CAROLINE DO AMARAL.....168
SHEYLLA CAROLINA DE ALMEIDA.....270, 363
SHIRLEY PEREIRA ORDONIO.....383
SIDNEI AVELINO SILVA JR.....418
SILVIO MARCOS MENDES TAGATA.....387
SIMÉIA PARREIRA DE ASSIS BOZANI.....126
SOLANGE HEYDA DE ALMEIDA.....131
SUELEN MARTINS DA SILVA.....73
SYONARA FERNANDES.....196
TAMIRES ANDRÉIA NARDELLI.....198
TANISE DORNELES.....84
TATIANE KUCKEL.....138
THAIS PAULINA GRALIK.....58
THANIA MARA TEIXEIRA ASINELLI.....77
VALDENI RODRIGUES FONTELLI FALVO.....186
VALÉRIA DOS SANTOS CORDEIRO.....81
VALQUIRIA BOZZOLA CARDOSO.....347
VIVIANE PEREIRA DIAS.....422
WILLIAM BRAGA GODOY REZENDE ALVES.....274
WILSON ROBERTO FRANCISCO PEREIRA.....88
BRENO GOUVÊA ALVES DA SILVA.....270
BRUNA LEAL.....363
DALTON RAFAEL BAIAK.....379
HELEN ECKILE FERREIRA DOS SANTOS LUIZ.....186
JOEL ALVES DE LIMA JR.....97
LUDMILA ADREZEJEWSKI CULPI.....270
MARINICE NATAL JUSTINO.....93
RENATO ROXO COUTINHO.....61
RENATO M. NISIHARA.....443
SANGERSON SANTOS.....126
ZENILDA DE FÁTIMA ALVES.....148
VIVAN CORDEIRO.....363